



**Breno Cesar de Oliveira Góes**

**EÇA DE QUEIRÓS NOS TEMPOS DE SALAZAR**  
Ficção e fascismo em uma celebração literária

**TESE DE DOUTORADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras

Orientadora: profa. Izabel Margato

Rio de Janeiro  
Julho 2022



**BRENO CESAR DE OLIVEIRA GÓES**

**Eça de Queirós nos tempos de Salazar: ficção  
e fascismo em uma celebração literária**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Izabel Margato**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. Alexandre Montaury Baptista Coutinho**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. Orlando Alfred Arnold Grossegese**

UMINHO

**Prof. Giuliano Lellis Ito Santos**

USP

**Prof. Luis Trindade**

UC

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho sem autorização da Universidade, do autor e da orientadora.

## **Breno Cesar de Oliveira Góes**

Graduou-se em Letras pela PUC - Rio, no ano de 2016. Fez o mestrado (2018) e o doutorado na mesma universidade, no Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, orientado pela profa. Izabel Margato. Tem feito suas pesquisas, na área da Literatura Portuguesa, tendo participado de congressos sobre o tema no Brasil e no exterior. Atualmente, é professor do Departamento de Letras da PUC - Rio, na área de Comunicação e Expressão.

### Ficha Catalográfica

Góes, Breno

Eça de Queirós nos tempos de Salazar : ficção e fascismo em uma celebração literária / Breno Góes ; orientadora: Izabel Margato. – 2022.

331 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2022.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Eça de Queirós. 3. Salazarismo. 4. Ficção. 5. Fascismo. 6. Esfera pública. I. Margato, Izabel. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

Para Clarissa Paranhos, meu amor e minha comparsa.

Para Yohan e Cecília, que terão um padrinho mais presente agora  
que a tese ficou pronta.



## Agradecimentos

- O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
- Aos meus pais, Carlos Augusto Góes e Silvana Batini.
- A Lícia Paranhos.
- Às professoras Izabel Margato (PUC - Rio), minha orientadora, e Isabel Pires de Lima (Universidade do Porto), supervisora da pesquisa durante o período no Porto. À professora Isabel Pires de Lima, devo ainda os preciosos comentários feitos durante a Banca de Qualificação desta tese.
- Aos professores Alexandre Montauray (PUC - Rio), Patrícia Lavelle (PUC - Rio) e Maria Serena Felicci (Università degli Studi Internazionali di Roma), pela valiosa oportunidade de apresentar resultados parciais desta pesquisa em suas disciplinas de graduação e pós-graduação. O agradecimento é estendido aos alunos e alunas dessas disciplinas, pelas questões pertinentes colocadas. Ao professor Alexandre Montauray, devo ainda os preciosos comentários feitos durante a Banca de Qualificação desta tese.
- Aos professores Luís Trindade (Universidade de Coimbra), António Pedro Pita (Universidade de Coimbra) e Luís Costa Lima (PUC-Rio), referências teóricas fundamentais desta pesquisa, pela paciência com que discutiram informalmente assuntos da tese e de suas próprias obras comigo. Ao professor Luís Trindade, devo ainda os preciosos comentários feitos durante a Banca de Qualificação desta tese.
- Aos integrantes do Grupo Eça (USP), em especial aos colegas Giuliano Lellis Ito, Daiane Pereira, Silvio Cesar Alves e Antônio Nery, pela colaboração mais próxima.
- Aos prestativos e valentes funcionários dos seguintes arquivos consultados durante esta pesquisa, inclusive durante períodos delicados da pandemia de COVID-19:

Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Museu do Aljube, Fundação Eça de Queirós, Fundação Mário Soares, Real Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Nacional do Brasil.

- aos funcionários da PUC - Rio, em especial do Departamento de Letras.
- A Olga de Mello, revisora final desta tese.
- A Luiz Maurício Fontenelle, pela generosa doação de uma coleção da *Edição do Centenário* das obras completas de Eça de Queirós, que se revelou uma fonte de inestimável valor durante a pesquisa.
- A todos que colaboraram com um ombro amigo e algo mais durante os últimos quase cinco anos. Com o risco de estar esquecendo de alguém, cito Ilan Vale, Felipe Cabral, João Gabriel Ascenso, Lucas de Castro, Fabrizio Nascimento, Pedro Leal David, Fabiano Araruna, Luísa Reis, Raquel Sant'Anna, Ricardo Góes, Aída Freitas, Rafael Góes, Camila Gomes, Lara Leal (*in memoriam*), Ian Capilé, Marcelo e Gabriela Bueno, Kátia Araújo e André Nepomuceno.
- Meu agradecimento mais especial vai para Clarissa Mattos, Felipe Sut e minha esposa Clarissa Paranhos, os primeiros leitores de longos trechos desta tese, ainda durante sua gestação. Sou eternamente grato pela parceria.
- O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Resumo

Góes, Breno Cesar de Oliveira; Margato, Izabel; **Eça de Queirós nos tempos de Salazar: ficção e fascismo em uma celebração literária**. Rio de Janeiro, 2022. 331p. Tese de doutorado - Programa de pós graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade.

Esta tese analisa as celebrações do primeiro centenário de nascimento do escritor português Eça de Queirós (1845 - 1900) realizadas em 1945, em Portugal, durante a ditadura fascista de António de Oliveira Salazar. Na medida em que a obra de Eça é entendida nesta tese como uma obra ficcional especificamente pensada para produzir impactos na esfera pública, a celebração do centenário passa a ser um caso de estudo a respeito das relações entre ficção e esfera pública, especificamente no momento em que a segunda encontra-se suprimida ou interdita. Analisa-se de que modo o departamento de propaganda do Estado Novo salazarista procurou se apropriar da figura de Eça de Queirós, e os problemas que enfrentou ao tentar realizar esse intento. Analisa-se também de que forma a oposição antissalazarista aproveitou-se do centenário para transformar a obra de Eça de Queirós em um instrumento de resistência específico, a saber: uma esfera pública alternativa.

## Palavras-chave

Eça de Queirós; salazarismo; ficção; fascismo; esfera pública;

## Abstract

Góes, Breno Cesar de Oliveira; Margato, Izabel (Advisor); **Eça de Queirós in the time of Salazar: fiction an fascism in a literary celebration.** Rio de Janeiro, 2022. 331p. Tese de doutorado - Programa de pós graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade.

This thesis analyses the celebrations of the first centennial of the Portuguese writer Eça de Queirós (1845 - 1900), that happened in 1945, in Portugal, during the fascist dictatorship of Antonio de Oliveira Salazar. Since Eça's work is seen in this thesis as fiction specifically thought to produce impacts in the public sphere, the centennial becomes a case study about the relationship between fiction and public sphere, specifically when the second is suppressed or restricted. The thesis studies how Salazar's propaganda department tries to co-opt Eça's figure, and the problems it faced in this attempt. Also, it studies how the antifascist opposition took advantage of the centennial to transform Eça's work into a specific instrument of resistance: an alternative public sphere.

## Keywords

Eça de Queirós; salazarism; fiction; fascism; public sphere;

## Índice

|                                                                    |               |
|--------------------------------------------------------------------|---------------|
| Introdução.....                                                    | p. 11         |
| <b>1 - UMA OBRA EM PÚBLICO.....</b>                                | <b>p. 20</b>  |
| <b>1.1- As Farpas.....</b>                                         | <b>p. 21</b>  |
| 1.1.1 - As <i>Farpas</i> e a Esfera Pública.....                   | p. 23         |
| 1.1.2 - A ideia de pluralidade.....                                | p. 30         |
| 1.1.3 - Literatura e Esfera Pública.....                           | p. 34         |
| <b>1.2 - Três regularidades literárias.....</b>                    | <b>p. 44</b>  |
| 1.2.1 - A produção metafórica.....                                 | p. 45         |
| 1.2.2 - A opção pela ficção.....                                   | p. 56         |
| 1.2.3 - A estagnação homogênea.....                                | p. 66         |
| <b>1.3 - Conclusão do capítulo: uma pergunta.....</b>              | <b>p. 74</b>  |
| <b>2 - DO HOMEM DE MÁRMORE AO HOMEM DE FERRO.....</b>              | <b>p. 76</b>  |
| <b>2.1 - Um homem de mármore.....</b>                              | <b>p. 77</b>  |
| 2.1.1 - Quando Eça colaborou com o Comintern.....                  | p. 77         |
| 2.1.2 - “O que convém disfarçar”.....                              | p. 88         |
| 2.1.3 - António Sardinha e a captura.....                          | p. 99         |
| 2.1.4 - António Ferro e a quadratura do Círculo.....               | p. 102        |
| <b>2.2 - Um Homem de lama.....</b>                                 | <b>p. 115</b> |
| 2.2.1 - Os “botas-de-elástico”.....                                | p. 115        |
| 2.2.2 - António Eça e a última cruzada.....                        | p. 125        |
| <b>2.3 - Um homem de Ferro.....</b>                                | <b>p. 134</b> |
| 2.3.1- Os concursos.....                                           | p. 135        |
| 2.3.2 - A “edição do centenário”.....                              | p. 141        |
| 2.3.3 - O álbum “internacional”.....                               | p. 142        |
| 2.3.4- A exposição.....                                            | p. 147        |
| 2.3.5 - As conferências.....                                       | p. 150        |
| 2.3.6 - Conclusão do capítulo.....                                 | p. 155        |
| <b>3 - OS LEITORES DOENTIOS.....</b>                               | <b>p. 156</b> |
| <b>3.1 - Quando Eça rachou a oposição.....</b>                     | <b>p. 158</b> |
| <b>3.2 - O neorrealismo no centenário.....</b>                     | <b>p. 168</b> |
| 3.2.1 - O neorrealismo renega Eça de Queirós.....                  | p. 170        |
| 3.2.2 - O neorrealismo controla Eça de Queirós.....                | p. 178        |
| 3.2.3 - O neorrealismo reinventa Eça de Queirós.....               | p. 188        |
| <b>3.3 - Eça presencista.....</b>                                  | <b>p. 196</b> |
| 3.3.1 - José Régio, leitor de Eça.....                             | p. 197        |
| 3.3.2 - João Gaspar Simões: biógrafo numa cabeça.....              | p. 203        |
| 3.3.3 - O rebaixamento.....                                        | p. 213        |
| <b>3.4 - Frente Ampla Queirosiana.....</b>                         | <b>p. 221</b> |
| 3.4.1 - Os exilados do Brasil e o <i>Livro do Centenário</i> ..... | p. 221        |
| 3.4.2 - Alguns ensaios do <i>Livro do Centenário</i> .....         | p. 230        |
| 3.4.3 - Ecite.....                                                 | p. 237        |
| 3.4.4 - Conclusão do capítulo.....                                 | p. 248        |

|                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------|--------|
| <b>4 - FASCISMO E FICÇÃO</b> .....                        | p. 250 |
| <b>4.1 - O objeto ficcional como esfera pública</b> ..... | p. 250 |
| 4.1.1 - Movimento e estabilidade.....                     | p. 250 |
| 4.1.2 - Fascismo <i>versus</i> ficção.....                | p. 253 |
| 4.1.3 - O discurso de António Ferro.....                  | p. 259 |
| <b>4.2 - Sete transeuntes em um Passeio Público</b> ..... | p. 263 |
| 4.2.1 - O anjo vingador.....                              | p. 266 |
| 4.2.2 - O envenenador.....                                | p. 268 |
| 4.2.3 - O filho pródigo.....                              | p. 270 |
| 4.2.4 - O jovem democrata.....                            | p. 275 |
| 4.2.5 - O velho socialista.....                           | p. 278 |
| 4.2.6 - O estilhaçado.....                                | p. 286 |
| 4.2.7 - A volta do homem de mármore.....                  | p. 288 |
| <b>4.3 - Conclusão do capítulo</b> .....                  | p. 293 |
| <br><b>Conclusão</b> .....                                | p. 297 |
| <br><b>Bibliografia</b> .....                             | p.306  |
| <br><b>Imagens</b> .....                                  | p. 324 |

“Eles querem salvar as glórias nacionais.  
Coitados”  
**Caetano Veloso**

## Introdução

José Maria Eça de Queirós nasceu em 25 de novembro do ano de 1845, em Póvoa do Varzim, então pouco mais que uma vila de pescadores no litoral norte de Portugal.<sup>1</sup> Livros de história informam que o país que recebia naquele instante o bebezinho era uma terra convoluta, pobre, fustigada por revoltas políticas em série que se sobrepunham umas às outras desde 1820.<sup>2</sup> Ainda não se parecia muito, portanto, com o Portugal já pacificado, sulcado por trilhos de ferro, em pleno processo de “Regeneração” modernizadora, para o qual Eça começaria a escrever no fim da década de 1860. E esse Portugal da Regeneração, por sua vez, também estaria sujeito à deriva do tempo, até que, no fim do século XIX, a estabilidade da Monarquia Constitucional seria abalada por uma sucessão de crises políticas e econômicas gravíssimas, que culminariam na implantação da República em 1910. Caso a saúde e as circunstâncias tivessem permitido, Eça teria sido testemunha disso e, mais velho, na casa dos seus oitenta anos, experimentaria reviravoltas ainda mais vertiginosas. Teria visto essa República transformar-se em ditadura e, logo em seguida, em alguma outra coisa, mais autoritária e reacionária, um sistema político para o qual os livros que ele outrora estudara em seus tempos de Coimbra ainda não tinham nome. No seu centésimo ano de vida, caso chegasse a tanto, um Eça de Queirós alquebrado e aposentado contemplaria um país e um mundo em muitos aspectos irreconhecíveis, se comparados àqueles em que nascera. Aquele homem, mais antigo que os trilhos de ferro, poderia, para se distrair, ir ao cinema assistir ao *Jornal Português* – o cinejornal do Serviço Nacional de Informação – que lhe daria notícias sobre a explosão de uma bomba atômica no Japão.<sup>3</sup>

E, no entanto, Eça de Queirós morreu bem antes disso, aos 55 anos, exatamente no ano de 1900. O desenrolar da história de seu país e de seu planeta

---

<sup>1</sup> Para informações biográficas sobre Eça de Queirós, cf. MATOS, Alfredo Campos. **Eça de Queirós: uma biografia**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

<sup>2</sup> Para uma visão panorâmica da história portuguesa durante o século XIX, cf. MARQUES, A.H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

<sup>3</sup> Para informações sobre o *Jornal Português*, cf. BRAGA, Ricardo. O *Jornal Português* (1938-1951): veículo de propaganda cinematográfica de um país nas margens da guerra. **Revista Prisma**, Porto, n. 1, p. 128-174, 2005.

Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma/article/view/2150>>. Acesso em 01/04/2020.



na direção do fascismo, do cinema e das guerras mundiais – bem como tudo o que se sucedeu depois – nada disso lhe diz absolutamente respeito. Se pensarmos o tempo de maneira estritamente cronológica, do ponto de vista do ano de 1945, Eça de Queirós era apenas um morto (ainda que célebre, pela circunstância de ter sido escritor). Já do ponto de vista de Eça de Queirós, o ano de 1945 nem sequer existiu. Apesar disso, esta tese pode ser descrita como uma análise da profunda relação existente entre essas duas entidades: Eça de Queirós e o ano em que seu nascimento completou cem anos, período que na língua portuguesa chamamos de um século.

Falemos do “século”. Há algo de curioso e impróprio nessa denominação, que o português compartilha com outras línguas latinas (“siglo”, em espanhol, “siècle”, em francês, e “secolo” em italiano). Ao contrário de “década”, por exemplo, ou mesmo da palavra inglesa “century”, termos cujo sentido matemático (conjuntos de dez e cem anos) está inscrito em sua própria etimologia, a palavra “século” nada tem a ver com o número cem. Segundo o *Oxford Classical Dictionary*, o termo *saeculum* tem origem etrusca (tendo sido posteriormente apropriado pelos romanos), e designava uma medida de tempo bastante específica: um *saeculum* seria o período decorrido desde o momento de fundação de uma cidade até a morte da última pessoa que tivesse presenciado aquela fundação.<sup>4</sup> A partir desse instante, passaria a ser contado um novo *saeculum*, que duraria até a morte da última pessoa presente no seu início, e assim por diante. O conceito, ao transformar o tempo de uma vida humana em unidade de medida, parece sugerir que uma cidade, ao ter sua duração contada em séculos, é por definição algo que perdura: transcende o período de existência de nossos corpos biológicos.

Ainda que modernamente a duração de um século tenha sido fixada no período cronologicamente mensurável de 100 anos, algo da carga semântica contida no conceito etrusco parece ter sobrevivido, inclusive porque esse período de tempo segue sendo mais ou menos equivalente ao máximo que uma vida humana pode alcançar. Não apenas o calendário da Era Comum organiza o tempo transcorrido desde o ano 1 em séculos – de modo que todos sabemos estar no

---

<sup>4</sup> DUNNING, Susan Bilynskij. Saeculum. In: **Oxford Classical Dictionary**. URL: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199381135.013.8233> Consultado em 26 jun. 2022.

século XXI – mas também popularizou-se no mundo inteiro o hábito de se comemorar pessoas, coisas e eventos que são célebres, ou que se quer que se tornem célebres, no momento em que sua existência completa cem anos. Dir-se-ia que inconscientemente levamos à sério a ideia de que, quando não há mais ninguém vivo que tenha experimentado certa entidade, é chegado o tempo de relembra-la, ativar sua memória para que ela transcenda o tempo de uma vida biológica. Emerge, portanto, por sob a inexorabilidade do tempo cronológico – aquele que tornava o Portugal de 1945 inteiramente estrangeiro à vila dos pescadores em que Eça nasceu, em 1845 – um outro tempo, cíclico, que trata dois instantes separados por cem anos como pontas de um fio a ser reatado.

A tese que agora se introduz baseia-se inteiramente na ideia de que esse instante em que as pontas se reatam é de imensa valia para nós, pesquisadores das humanidades, na medida em que cria possibilidades de legibilidade. A crença em jogo, aqui, é a de que a celebração do século de existência de uma entidade revela algo sobre essa entidade, na medida em que nos dá a oportunidade para olhá-la através do ponto de vista singular daqueles que decidiram interessar-se sobre ela no instante em que saía do tempo da vida biológica e atravessava a barreira do *saeculum*. Pode-se rephrasear esse trecho de um modo mais concreto, já atrelando-o ao que será o objeto desta tese: haveria potencialidades interpretativas da obra de Eça de Queirós apenas acessíveis se nos interessássemos pelo modo como ela foi lida no instante do seu centenário.

Por outro lado, o passado reatado com o presente também cria possibilidades de legibilidade para esse presente. As escolhas que uma certa comunidade foi capaz de fazer quando se incumbiu de celebrar um século de existência do que quer que seja também são uma chave para um ponto de observação específico sobre essa comunidade. Creio – novamente aproximando-me do objeto da tese – que há algo sobre o Portugal de 1945 que é trazido à luz quando olhamos para a forma como lá se foi capaz de ler Eça de Queirós. Num átimo, aqueles elementos que inicialmente pareciam tão distantes entre si (Eça e seu mundo oitocentista *versus* a modernidade fascistizada do Portugal salazarista) passam a funcionar como um duplo jogo de mediações. Cada um deles é simultaneamente objeto a ser observado, e fator de mediação que permite a observação do outro.

Isso, que podemos chamar de uma potencialidade epistemológica, é um pressuposto teórico bastante simples, mas que antecede e de certa forma autoriza a tese que se segue. Antes que passemos a ela, contudo, é necessária ainda uma palavra sobre como ela se insere no âmbito mais amplo da pesquisa daquele que a escreveu, e em seguida uma descrição sumária de sua arquitetura.

\*\*\*\*\*

Entre os anos de 2016 e 2018, pude realizar um mestrado na PUC - Rio, orientado pela professora Izabel Margato, já na mesma pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade que alberga esta pesquisa de doutorado. Na altura, escolhi como tema de pesquisa a ideia de “democracia” presente no romance *Os Maias*, de Eça.<sup>5</sup> Minha hipótese, então, era fortemente baseada em um texto curto de Jacques Rancière.<sup>6</sup> Segundo o teórico francês, haveria implicações políticas contidas nos aspectos formais das obras de ficção que superariam largamente as agendas ideológicas de seus autores explicitamente tematizadas nessas obras, e que – no caso específico do realismo literário oitocentista – o efeito político do excesso de descrições seria a perda de qualquer hierarquização possível entre os elementos textuais. Essa “des-hierarquização” produziria no leitor certo sentimento de democracia, que por sua vez não se confundiria com a democracia enquanto regime de governo, mas seria a sua base de sustentação. Eu investiguei, em minha pesquisa, a possibilidade de haver um excesso descritivo tipicamente realista em *Os Maias*, cujos efeitos no leitor seriam até certo ponto semelhantes aos descritos por Rancière. Conclui, na ocasião, que de fato era esse o caso.

Como aquela foi uma dissertação de mestrado relativamente bem recebida, abrindo as portas para uma continuação imediata em um doutorado na mesma universidade, com a mesma orientadora, o caminho natural para mim talvez tivesse sido o da ampliação da premissa original: investigar, quem sabe, a existência de uma “democracia em literatura” em diversos romances de Eça, ou

---

<sup>5</sup> GÓES, Breno. **O século XIX concebeu a democracia** - uma leitura estético-política de *Os Maias*. Orientadora: Izabel Margato; co-orientadora: Isabel Pires de Lima. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2018.

<sup>6</sup> RANCIÈRE, Jacques. El barómetro de Madame Aubain. **El Hilo Perdido**. Buenos Aires: Manantial, 2015. pp. 17-33.

mesmo de outros autores. Entretanto, naquela altura, um tema alternativo já vinha chamando minha atenção.

Todo aquele que inicia uma pesquisa a respeito de Eça deve ter em algum momento notado a reincidência do ano de 1945 como tendo sido o da publicação de uma série de livros fundamentais sobre o autor: *As ideias de Eça de Queirós*, *Eça de Queirós - uma estética da ironia*, *Eça de Queirós - O homem e o artista*, etc. Uma vez notada a reincidência, não demorei a adivinhar que tal provavelmente se devia às comemorações do centenário de nascimento do autor. Mas admito que, mesmo sendo orientado por uma professora que sempre encorajou o estudo das relações entre literatura e política, não tive minha atenção imediatamente capturada pelo fato de que Portugal vivia, em 1945, um dramático contexto ditatorial. Meus olhos foram enfim abertos por acaso, graças a uma das excelentes guias museológicas da Fundação Eça de Queirós, durante uma visita guiada que pude fazer ao local em 2017. Ela disse, de passagem, enquanto visitávamos a biblioteca de Eça, que seu centenário de nascimento tinha sido comemorado com grande pompa e circunstância por conta do fato do filho mais jovem do escritor ter participado do governo de Salazar.

Voltei para o hotel tomado pela curiosidade. Para minha surpresa, os dois únicos textos que encontrei na altura que abordavam o assunto (ainda que de forma tangencial) eram o livro *O último Eça*, de Miguel Real, e o artigo “Os três Antônio: a recepção de Eça de Queirós na década de quarenta”, de meu amigo Giuliano Lellis Ito. Ambos eram interessantes, mas insuficientes para saciar minha crescente sede de informações. Uma conversa com a professora Isabel Pires de Lima (supervisora da minha pesquisa de mestrado durante a estadia em Portugal) confirmou a inexistência de qualquer trabalho de fôlego sobre o tema. Comecei a imaginar, desde aquele momento, que o assunto da recepção de Eça durante o período salazarista estaria à disposição para ser objeto de uma tese de doutorado, mas nutria sentimentos ambíguos pela ideia. Por um lado, questões ligadas à extrema-direita, ao fascismo e ao autoritarismo já interessavam muito a mim e a um grande número de brasileiros, devido à vertiginosa ascensão de movimentos com essa feição em nosso país (no ano seguinte, em 2018, eles chegariam à Presidência da República). Por outro lado, amigos alertaram para o fato de que o estudo sobre um objeto desse tipo me afastaria da pesquisa propriamente literária, isto é, do contato direto com a matéria ficcional que até

então tinha marcado minha curta vida acadêmica. Num simbolismo que não deixava de soar sinistro, investigar Eça e o salazarismo parecia significar o fim da minha pesquisa sobre a “democracia em literatura” preconizada por Rancière.

Após algumas semanas de indecisão, cheguei ao que pensei ter sido uma solução de compromisso: eu sabia que a ditadura de Salazar tinha celebrado Eça de Queirós. Mas se a hipótese baseada nos estudos de Rancière estivesse correta, e os livros queirosianos fossem disseminadores daquele “sentimento de democracia”, então essa celebração ditatorial não poderia ter corrido sem problemas: a tensão entre as duas ideias opostas produziria algum tipo de entrechoque. Tomar as celebrações do centenário como um estudo de caso para testar o valor da hipótese de minha pesquisa de mestrado seria, assim, uma maneira de saciar a curiosidade de que me via acometido sem um afastamento completo do tema de pesquisa original. Dei os primeiros passos nesta investigação balizado por essas diretrizes.

É claro que, como acontece em quase toda a pesquisa de doutorado, a tese que se planejou no início não é a que se escreve no final. Seria mais do que imprecisão dizer que este maço de páginas corresponde exatamente ao que vai escrito no parágrafo acima. Neste caso, o motivo principal da mudança foi a descoberta de outras abordagens teóricas para a literatura (em especial os trabalhos de Paul Ricoeur e Luiz Costa Lima), bem como outras leituras no campo da política (algumas bem heterogêneas entre si, como Hannah Arendt, Bataille e Fernando Rosas). Essa plêiade de referências levou a uma forte relativização da influência de Rancière sobre minhas reflexões, de modo que o abrangente conceito de “democracia em literatura” proposto por ele foi aos poucos sendo refinado em outros mais específicos, que aparecem e reaparecem constantemente nas próximas páginas: pluralidade, mimesis, ficção. Assim, o estudo do centenário queirosiano permaneceu um estudo de caso, mas a hipótese que se quis testar passou a não ser mais exatamente a mesma que eu articulava no mestrado.

É claro que, após a alteração na hipótese original, surgiu a demanda de uma estrutura específica para este trabalho, que privilegiasse a formulação de uma nova hipótese. Aprofundo esse tema na seção a seguir.

\*\*\*\*\*

A mudança de paradigma teórico explicada acima acabou por nortear alguns aspectos da arquitetura deste trabalho. Isso porque essa circunstância demandou a existência de um capítulo inteiro somente para a readequação das reflexões sobre Eça de Queirós que eu já fizera no mestrado para os novos referenciais teóricos que acabaram por se impor em minha pesquisa. É o primeiro capítulo desta tese, que se intitula “Uma obra em público” e é inteiramente construído em função da elaboração de uma pergunta orientadora para o resto do trabalho. O capítulo privilegia o contato direto com o texto queirosiano, ignorando, portanto, a questão do centenário. A primeira metade do capítulo um detém-se com algum vagar sobre as *Farpas* queirosianas, procurando extrair delas a concepção que seu autor pode ter tido da esfera pública portuguesa, e das maneiras possíveis de transformá-la. A aposta numa tarefa do tipo se justifica na segunda metade do capítulo, em que se sobrevoa a obra romanesca queirosiana para demonstrar de que maneira sua concepção de esfera pública parece ter interferido (senão mesmo orientado) algumas de suas mais importantes escolhas estéticas, como a preferência pela adjetivação metafórica, o tom irônico, o erotismo e o privilégio dado ao ficcional. A conclusão a que se chega é a de que – por toda a sua carreira – Eça de Queirós buscou com sua obra a dinamização da esfera pública portuguesa, privilegiando textos de sentido plural e polêmico. É o que enseja a pergunta norteadora dos demais capítulos: o que acontece quando a leitura de uma obra com essas características é estimulada em um contexto de supressão e policiamento da esfera pública, como ocorreu em Portugal no ano de 1945?

O segundo capítulo, intitulado “Do homem de mármore ao homem de Ferro”, finalmente começa a tratar do centenário queirosiano em si. Privilegiando a análise de fontes primárias sobre o centenário recolhidas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, seu objetivo central é compreender de que forma o Estado Novo salazarista foi capaz de ler Eça de Queirós e interpretá-lo. Essa tarefa, no entanto, é subdividida em algumas outras ao longo do texto. Em primeiro lugar, trata-se de elucidar o motivo pelo qual fornecer uma interpretação sobre a obra e a figura história de Eça de Queirós era uma exigência que se impunha ao salazarismo. Logo em seguida, faço uma pequena história das leituras que a extrema direita portuguesa fizera do autor até então. É só após esses movimentos preliminares que finalmente chegamos ao ano de 1945, analisando os primeiros

projetos que o SNI chefiado por António Ferro (daí o “homem de Ferro” do título) elaborou para o centenário. Todo o trecho seguinte do capítulo é integralmente dedicado à polémica entre o Estado Novo e a Igreja Católica – sobre a pertinência ou não das celebrações em torno de Eça – e finalmente a seção final avalia as celebrações oficiais que foram de fato promovidas pelo SNI, compreendendo-as como uma solução de compromisso entre Estado e Igreja que visou apaziguar a polémica anterior. As imagens que constam em apêndice, no fim da tese, são todas elas referentes a este capítulo.

O terceiro capítulo pega emprestado de um discurso de António Ferro o título de “Os leitores doentes”. Ele abandona o terreno da oficialidade para observar como foram as comemorações do centenário que se realizaram à margem do Estado, ou contra ele. Podemos entender como objetos deste capítulo os diversos agentes da oposição antissalazarista em Portugal e suas interpretações queirosianas. Pelo próprio caráter muitas vezes marginal, clandestino e desinstitucionalizado de muito do que é debatido por este grupo, a quantidade de documentos, cartas e outras fontes primárias encontradas para subsidiar o que é dito aqui é muito menor. Ainda assim, o volume de textos queirosianos escritos pela oposição é tão grande (e tão interessante) que este é o maior capítulo da tese. Sua primeira seção procura esboçar a situação em que se encontravam os debates sobre Eça de Queirós à esquerda, antes do centenário queirosiano, privilegiando uma análise da célebre polémica sobre o “Conceito de revolução em Eça de Queirós” ocorrida nas páginas da revista *Seara Nova*. Em seguida, a seção seguinte concentra-se exclusivamente sobre o neorrealismo, procurando dar conta das variadas formas (às vezes contraditórias entre si) com que esse movimento se relacionou com o centenário. A seção posterior a essa é formalmente dedicada ao movimento presencista, mas seu foco recai quase que exclusivamente sobre a figura de João Gaspar Simões e a extensa biografia de Eça de Queirós escrita por ele em 1945. Finalmente, a seção derradeira dedica-se por algum tempo ao famoso *Livro do Centenário de Eça de Queirós* para em seguida ampliar seu foco até uma dimensão panorâmica, que abarca os contornos gerais de um fenômeno que chamei de “ecite”: a obsessão por Eça de Queirós que se alastrou pela sociedade portuguesa, em 1945. Ao fim e ao cabo, conclui-se (e esta é a grande conclusão da tese) que, no contexto da esfera pública policiada que caracterizou o

Estado Novo salazarista, a obra de Eça de Queirós funcionou ela própria como uma esfera pública alternativa.

O quarto e último capítulo da tese dedica-se a expandir, organizar e elaborar teoricamente a resposta a que se chegou no fim do capítulo três. Sua primeira seção traz de volta alguns autores discutidos no primeiro capítulo da tese (com ênfase em Hannah Arendt, Luiz Costa Lima e Luis Trindade) de modo que a conclusão obtida possa ser descrita em termos coerentes com aqueles com os quais a pesquisa vinha se construindo. A seção seguinte (intitulada “Um passeio público”) aceita o risco de ser redundante em relação aos capítulos dois e três, pois reconta de maneira resumida a história do centenário, que os capítulos anteriores já haviam abordado. A particularidade que a justifica, entretanto, é o fato de que ela revela a estrutura dialética, de debate público, que caracterizou o centenário. Espero, assim, demonstrar de forma suficientemente persuasiva a conclusão alcançada.

Todos os capítulos encerram-se em uma seção intitulada “conclusão do capítulo”, que busca extrair as consequências lógicas do debate feito até então. Ao final da tese, também há uma breve “conclusão” geral. Esta, no entanto, é muito mais um pequeno comentário em defesa da relevância para a atualidade da pesquisa aqui realizada, e de eventuais portas que ela abre para novas pesquisas.

Pedindo perdão antecipadamente por certos trechos longos e maçantes, que foram inevitáveis, desejo uma boa leitura.



## 1 - Uma obra em público

### A esfera pública na obra de Eça de Queirós

“trata-se de transformar as descrições em problemas”

**António Pedro Pita<sup>7</sup>**

Esta tese toma como seu objeto de estudo a celebração do primeiro centenário de nascimento do escritor português Eça de Queirós, ocorrida em Portugal no ano de 1945. Embora se trate de um objeto com limites definidos no tempo e no espaço de forma bastante estrita e clara, cuja compreensão demanda indiscutivelmente uma pesquisa histórica, é fundamental deixar claro, desde este primeiro parágrafo, que a *pergunta* que se fará ao objeto escolhido (a pergunta cuja resposta será a própria tese) será de ordem eminentemente literária. É, portanto, no campo da investigação literária que há possibilidade de encontrar as condições sobre as quais tal pergunta pode chegar a ser formulada. Estabelecer essas condições e formular essa pergunta, que servirá de motor de arranque para o resto do trabalho, constituem o objetivo deste primeiro capítulo, quando tomado do ponto de vista da tese como um todo.

Contudo, do ponto de vista de sua dinâmica interna, este mesmo capítulo pode ser descrito como um duplo esforço: pretende-se na seção 1.1 mapear a presença de um conceito de “esfera pública” na obra de Eça de Queirós, e em 1.2 apontar de que maneira esse conceito interfere nos procedimentos estéticos do escritor, vindo a constituir um ponto de vista lícito para a interpretação de sua obra. Portanto, embora pouco ou nada vá ser dito por enquanto a respeito do objeto propriamente dito desta tese, a pretensão é de que, com a enunciação da pergunta na seção 1.3, a importância deste empreendimento preliminar em torno da ideia de “esfera pública” esteja clara aos leitores.

---

<sup>7</sup> PITA, A. P. Consciência e história: ensaio de genealogia do discurso intelectual. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (org.). **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 37.

## 1.1 - *As Farpas*

Em maio de 1871, uma nova publicação periódica foi lançada em Portugal: com 96 páginas e um pequeno formato de 11cm x 14cm, o primeiro volume de *As Farpas* tornou-se, naquele mês, acessível aos quatro milhões de portugueses. Talvez fosse mais preciso dizer que o livrinho ficou acessível à parcela alfabetizada do país, que girava em torno de 20% da população, e que habitasse em Lisboa, Porto ou Coimbra, os três centros urbanos em que o título foi colocado à venda – aí falamos de 10% da população.<sup>8</sup> Essa pequena fração letrada e urbana da sociedade, composta por homens aristocratas e burgueses, mas também por funcionários públicos e profissionais liberais, constituía o que aqui chamaremos de o *público* português, que passou a ter à sua disposição os fascículos mensais das *Farpas*, impressos em tiragens de aproximadamente 2.000 exemplares, contendo textos assinados sempre em conjunto (embora não fossem escritos dessa forma) pelo jovem Eça de Queirós e pelo menos jovem Ramalho Ortigão.<sup>9</sup> O sentido geral da publicação pode ser resumido pelo trecho a seguir:

O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não há solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos.<sup>10</sup>

Desde essas negativas retiradas do terceiro parágrafo do primeiro fascículo das *Farpas*, fica claro aquilo já tão exaustivamente estudado por diversos especialistas nas obras de Eça, Ramalho e da Geração de 70 em geral: trata-se de uma obra de combate, de ácida crítica política, que corresponde a um período de intenso engajamento nesse sentido por parte de seus autores. No caso de Eça, que constitui o foco de interesse aqui (ele será o autor de todos os trechos das *Farpas* referidos neste trabalho, e nunca Ramalho), *As Farpas* situam-se entre os textos que mais explicitamente tornam lícito designá-lo como autor de uma obra com

<sup>8</sup> Para os dados demográficos do Portugal oitocentista, cf. VEIGA, Teresa Rodrigues. **A População portuguesa no século XIX**. Porto: CEPES & Afrontamento, 2004.

<sup>9</sup> Os dados referentes à edição original das *Farpas* foram colhidos em MEDINA, João. **Reler Eça de Queirós - Das Farpas aos Maias**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

<sup>10</sup> QUEIRÓS, Eça de. **As Farpas**. Lisboa: Relógio d'água, 2018, pp. 33-34.

“um propósito declarado de uma interveniência ativa e militante”.<sup>11</sup> Também é bastante conhecido o *conteúdo* dessa militância do nosso jovem autor em 1871: por um lado, ainda no primeiro volume das *Farpas*, Eça salientava que se tratava de uma obra crítica e não propositiva, ao escrever: “não sabemos talvez para onde se deva ir; sabemos, decerto, onde não se deve estar”.<sup>12</sup> Por outro lado, não há espaço para muitas dúvidas quanto ao ponto em que o autor se situava naquele instante no espectro ideológico: é perceptível sua proximidade (para dizer o mínimo) em relação ao ideal revolucionário de um socialismo de matriz proudhoniana<sup>13</sup>, à maneira daquele defendido então por seu amigo e mentor Antero de Quental. Tanto um elogio à revolução quanto certos ecos do pensamento de Proudhon – especificamente no tocante ao papel social da arte – são nitidamente perceptíveis na célebre conferência “O Realismo como expressão da Arte”, proferida por Eça em junho daquele mesmo ano durante as Conferências do Casino Lisbonense.<sup>14</sup> Na mesma época, em carta não datada para Manuel Emídio Garcia (presumivelmente de maio de 1871), Eça referiu-se às *Farpas* como “o panfleto da revolução” e chegou ao exagero de declarar-se membro da Internacional (QUEIRÓS, 2008, p. 48).<sup>15</sup> Essa bravata, embora falsa, ajuda a elucidar a perspectiva a partir da qual o jovem autor teceu suas críticas aos costumes, às instituições e aos homens públicos do Portugal monárquico-constitucional de 1871. A adesão empolgada do jovem Eça ao

<sup>11</sup> MATOS, António Campos. **Sobre Eça de Queirós**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 252.

<sup>12</sup> **As Farpas**, cit. p. 35.

<sup>13</sup> O pensamento político eloquente, veemente e às vezes contraditório do francês Pierre Joseph Proudhon pode ser compreendido como uma tentativa de conceituar a “revolução” como um processo essencialmente implacável ao longo da História, visando, em última análise, a superação de toda a forma de propriedade: Proudhon confiava na superioridade moral e econômica dos trabalhadores organizados em cooperativas para alcançar um tal objetivo sem derramamento de sangue ou antagonismo de classes. O triunfo da doutrina de seu desafeto Karl Marx no campo político da esquerda acaba por atribuir ao pensamento proudhoniano a pecha de “socialismo utópico”. Para mais detalhes, cf. GRAHAM, Robert. **The General idea of Proudhon's Revolution**. Disponível em

<[http://dwardmac.pitzer.edu/ANARCHIST\\_ARCHIVES/proudhon/grahamproudhon.html](http://dwardmac.pitzer.edu/ANARCHIST_ARCHIVES/proudhon/grahamproudhon.html)>, acessado em 16/05/2020.

<sup>14</sup> QUEIRÓS, Eça [texto recuperado por] SALGADO Jr., António. A Literatura Nova (O Realismo Como Nova Expressão da Arte) *In*: REIS, Carlos. **As Conferências do Casino**. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 140.

<sup>15</sup> A referência feita por Eça é à Associação Internacional dos Trabalhadores, que vigorou entre 1864 e 1872 e passou para a história com o nome de Primeira Internacional, tendo constituído a primeira organização supra nacional da classe trabalhadora. A Internacional congregava as mais diversas correntes do pensamento de esquerda, inclusive comunistas marxistas, anarquistas bakuninistas, socialistas proudhonianos etc. cf. JOHNSTONE, Monty. As Internacionais. *In*: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 314 - 316.

socialismo, temperada por seu interesse por autores positivistas como Taine e Renan, é frequentemente tomada por aqueles que o estudam como um ponto razoavelmente firme a partir do qual se poderia traçar um caminho que explicasse a ambígua e complexa evolução do posicionamento político-ideológico do autor ao longo de sua vida.

### 1.1.1 - As *Farpas* e a Esfera Pública

Por trás da questão a respeito do posicionamento ideológico de Eça, entretanto, o projeto das *Farpas* levanta uma outra, também de caráter essencialmente político: a existência de um tal “panfleto”, visando à intervenção política direta a partir da disseminação da palavra impressa, pressupõe que seus autores concebesssem, de alguma maneira, a existência de um circuito que permitisse a seu discurso circular pelo público (lembrando sempre que, por “público”, designa-se neste texto uma diminuta parcela da população portuguesa), e que permitisse a resposta desse público ao que ali estava dito. Somente assim o propósito “interveniente” da obra seria atingido. Em outras palavras: é necessário supor que o jovem Eça, de alguma maneira, concebesse a existência de algo como uma “esfera pública” no Portugal de seu tempo, para que pudesse ter chegado a investir, junto com Ramalho, em uma iniciativa de crítica social como *As Farpas*. O propósito desta seção é, a partir dessa constatação, investigar de que maneira Eça pode ter compreendido essa esfera e seu funcionamento.

Tomemos como ponto de partida o fato de que o número inaugural das *Farpas* logo de saída qualifica o regime da Monarquia Constitucional portuguesa como uma mera “intriga constitucional”, e dedica suas páginas a atacar o grande conjunto de “ministros que não governam, deputados que não legislam [e] soldados que não defendem”.<sup>16</sup> Só esse trecho já situa o texto das *Farpas* como um discurso de cidadãos exercendo seu livre juízo em ostensiva oposição ao poder público da maneira como ele então se constituía em Portugal. Isso aponta para uma confiança de Ramalho e Eça naquilo que o filósofo alemão Jurgen Habermas posteriormente apontará como a característica fundamental do que chamou de “esfera pública burguesa”, tal como esta começou a se constituir na Europa a partir do século XVIII, isto é: sua existência enquanto espaço de circulação de

<sup>16</sup> *As Farpas*, cit. p. 40.

ideias independente do poder público (o Estado, suas instâncias burocráticas e seus representantes políticos) e da autoridade por ele exercida. Em *A Transformação estrutural da esfera pública* (1962), Habermas chama de esfera pública burguesa um conjunto de foros de debate que passam a estar ao dispor das nascentes classes burguesas nas cidades europeias (cafés, salões e clubes, mas também jornais e revistas), nos quais cidadãos se reuniram – tomando a forma de um “público” – para fazer o uso livre de seu pensamento, inclusive (e principalmente) para criticar e pressionar o poder político. Como consequência direta dessa invenção da burguesia, seria possível “mapear” uma localização dessa esfera pública no intermédio entre o “poder público”, por um lado, e por outro o “reino privado” daqueles por esse poder governados.<sup>17</sup> À primeira vista, Eça parece crer nessa potência específica da esfera pública, uma vez que é entre o pequeno público português que faz circular seu periódico crítico ao poder.

Contudo, não apenas o poder público – encarnado nas figuras dos ministros, do monarca e dos parlamentares – é objeto de crítica nas *Farpas* escritas por Eça. A própria esfera pública burguesa de Portugal também é um dos alvos prediletos desse jovem propenso a comentários ácidos, que, a bem da verdade, desdenha dela e chega a duvidar de sua existência.<sup>18</sup> Na própria *Farpa* de estreia, Eça critica a falta de variedade da imprensa portuguesa, mencionando que todos os jornais noticiosos dão “a mesma notícia” e todos os jornais políticos fazem “a mesma política”.<sup>19</sup> Em outra edição, a de dezembro de 1871, Eça se refere, de passagem, à inexistência de recepções e salões em Lisboa (“O lisboeta, como não tem salões – porque não os há [...]”).<sup>20</sup> Quanto aos cafés e seu esperado papel de tribuna onde se pudessem travar debates de relevância pública, escreve:

Os cafés são silenciosos, tristes. Meio deitados para cima das mesas, os homens tomam o café a pequenos golos, ou fumam calados. A

<sup>17</sup> HABERMAS, Jürgen. **Structural Transformation in The Public Sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1991, p. 30.

<sup>18</sup> No âmbito deste trabalho, a percepção que Eça tem da esfera pública portuguesa importa por si própria, independente da sua eventual precisão ou falta dela. Ainda assim, cabe dizer que estudos contemporâneos sobre o tema reforçam a sugestão queirosiana da inexistência de uma esfera pública independente em Portugal até a década de 1870. cf. DIAS, Luís Augusto Costa. O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel do século XX). In: **Estudos do Século XX**, nº 07, 2007, p. 307-317. Para uma análise completa do tema, Cf. TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

<sup>19</sup> *As Farpas*, cit. p. 41.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 222.

conversação extinguiu-se. Ninguém possui ideias originais próprias. Há quatro ou cinco frases feitas de há muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, ditas as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder se livrar dos outros três.<sup>21</sup>

Não há concessões no quadro desolador pintado pelo jovem autor: seu julgamento é severo ao apontar o fracasso de cada uma das instituições pelas quais entende que a esfera pública burguesa de Portugal poderia chegar a ser composta. A empreitada das *Farpas* revela, portanto, o aparente paradoxo na figura de um autor que declara descrer absolutamente na capacidade da esfera pública de seu país cumprir seu papel de foro no qual se possa fazer um uso livre e público do pensamento, mas, ainda assim, escolhe produzir um periódico que integrará exatamente essa esfera pública. A explicação desse impasse demanda que se note o que parece ser um traço de alguma originalidade da concepção de esfera pública queirosiana em relação ao entendimento que dela teriam em geral as burguesias europeias dos séculos XVIII e XIX, segundo Habermas – originalidade esta que se reporta à questão do papel da *razão* na esfera pública.

De acordo com Habermas, o traço característico fundamental da esfera pública burguesa, que ao mesmo tempo foi sua principal contribuição para minar a autoridade aristocrática, consistia no fato de que, em seu interior, “o próprio princípio da autoridade que sustentava o poder aristocrático não se verificava”.<sup>22</sup> Analisando os casos de Inglaterra, França e Alemanha, Habermas conclui que, no estrito e altamente intelectualizado circuito da esfera pública burguesa dos primeiros tempos, a validade de uma ideia não dependeria do lugar hierárquico ocupado por aquele que a enunciasse, mas sim de sua capacidade de sobreviver ao crivo de um público (constituído por “um conjunto de pessoas privadas”) fazendo uso de sua razão no sentido universalizante desta, herdado do consenso iluminista.<sup>23</sup> Dessa compreensão que a burguesia fazia do funcionamento interno de sua própria invenção decorre a ideia – já vocalizada em fins do século XVIII

<sup>21</sup> Ibid., p. 53.

<sup>22</sup> HABERMAS, Jürgen. **Structural Transformation in The Public Sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1991, p. 27.

<sup>23</sup> Antônio Pedro Pita oferece uma síntese feliz das pretensões da razão iluminista, descrita por ele como um sistema de pensamento cuja pretensão é a de “construir um discurso que não se circunscreva à particularidade das coisas do mundo, mas que seja capaz de enunciar a verdade singular que o trabalho da inteligência, conduzido à razão segundo a exigência da universalidade, é capaz de definir”. PITA, A. P. Consciência e história: ensaio de genealogia do discurso intelectual. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (org.). **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 27-37.

no pequeno clássico *O que é o esclarecimento*, de Immanuel Kant – de que “alguém instruído, que se dirige por meio de escritos a um público” não apenas “pode naturalmente raciocinar” como (e este parece ser o ponto fundamental) é apenas através desse “uso público” da razão que se “pode difundir o esclarecimento entre os homens”.<sup>24</sup> Estaria estabelecida, assim, uma solidariedade umbilical e interdependente entre a esfera pública e a razão em sua concepção iluminista, que ficaria preservada (dirá Habermas) enquanto essa esfera pública fosse estrita e desinteressada, composta apenas por alguns poucos “instruídos” como os citados no texto de Kant. A leitura habermasiana da esfera pública burguesa e de sua “transformação estrutural” pode ser sintetizada como a história trágica do seu alargamento, no bojo da dinâmica capitalista, para além desse círculo inicial de burgueses instruídos, e seu consequente e progressivo divórcio da razão iluminista até sua captura (já na sociedade de massas) pela mera propaganda subserviente aos interesses da “razão instrumental” capitalista. É na redescoberta desse uso público e desinteressado da razão nos debates da esfera pública originária que Habermas fundará sua pesquisa posterior no campo da filosofia da linguagem, buscando delimitar princípios discursivos para a implementação de “ações comunicativas” que restabelecessem uma “razão comunicativa”; entre esses princípios estariam – por exemplo – a clareza, a verdade e a autenticidade do que é dito.<sup>25</sup>

Eça de Queirós, pelos trechos já citados, não demonstra crer que, em 1871, o que se poderia chamar de uma esfera pública portuguesa constituísse o refúgio da razão (e muito menos a condição da difusão do esclarecimento entre os homens) por mais que fosse altamente restrita e elitista. Em vez disso, o autor aponta que, em essência, o discurso produzido nela é o da convenção: a repetição de “trivialidades”, de “quatro ou cinco frases feitas de há muito” nos cafés, além da “mesma notícia” e da “mesma política” nos jornais. Cabe nos debruçarmos brevemente sobre essa desconfiança de Eça, uma vez que ela constitui um índice da condição ambígua, típica das reflexões feitas em países periféricos, na qual o autor e seus companheiros de geração produziram sua leitura de Portugal: por um lado, reconhecer o fiasco da esfera pública portuguesa como abrigo da razão

<sup>24</sup> KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008, p. 3.

<sup>25</sup> cf. HABERMAS, Jürgen. **Theory of communicative action Vol. I**. Boston: Beacon Press, 1984.

constitui o reconhecimento da ausência, no país, de certas condições econômicas, sociológicas e até urbanísticas alcançadas na França e na Inglaterra, necessárias para o desenvolvimento pujante de um tal circuito. Simultaneamente, contudo, Eça manifesta uma desconfiança na própria capacidade da razão iluminista em enunciar verdades fundamentais. Isso o situa lado a lado com a vanguarda do pensamento europeu de seu tempo, já que o jovem autor não reivindica sequer que a razão ou “a difusão do esclarecimento” *devessem* ser o objetivo de seu discurso público. Em uma das muitas polêmicas nas quais se engajou durante seu ano e meio como autor do periódico, o jovem autor chega a negar explicitamente, por exemplo, que suas *Farpas* pudessem ou desejassem ser a voz da razão. No número de julho de 1871:

“...as *Farpas* não disseram que eram o bom senso absoluto, com a plenitude da razão, a impecabilidade da consciência, a posse perene da verdade, nenhum temperamento e muita roupa branca! O nosso prospecto não dizia – *As Farpas são o espírito de deus levado sobre as águas*.

Pobres *Farpas*! decerto que elas não são *a coluna de fogo*, as doze tábuas da lei e a grande voz do deserto! – Enfeitadas e coloridas na sua qualidade de bandarilhas, aguçadas e incisivas na sua porção de ferro, ágeis e laboriosas como abelhas, elas são sobretudo e antes de tudo 96 páginas impressas na tipografia Universal, sem grandes erros de gramática e sem grandes verdades de filosofia, estalando de riso por todas as entrelinhas, mesmo quando franzem a testa”.<sup>26</sup>

O trecho acima é um dos muitos em que o próprio Eça chama a atenção para o caráter cômico das *Farpas* – que de fato estão repletas de pequenas ficções absurdas, ironias finas, sarcasmos corrosivos e paradoxos risíveis – em oposição ao que se poderia chamar de uma “seriedade” racional. Uma afirmação metatextual desse tipo, contudo, mais do que reafirmar uma comicidade óbvia a qualquer leitor atento, parece situar a condição das *Farpas* enquanto texto humorístico como uma espécie de escolha metodológica diante da esfera pública. É como se Eça afirmasse que sua forma específica de atingir o objetivo de ser o “panfleto da revolução” não passaria por qualquer pretensão de uma linguagem clara e comprometida com “verdades da filosofia”, mas antes precisamente por uma linguagem dotada das ambiguidades típicas do discurso cômico. Se, em *O que é o esclarecimento*, Kant reivindica o uso público da razão como causador de

<sup>26</sup> *As Farpas*, cit. p. 115.



um determinado efeito (a difusão do esclarecimento), Eça parece preferir o que poderíamos chamar de “uso público da comédia” por buscar um efeito distinto: a produção de um incômodo. O próprio símbolo da farpa, escolhido como título, chama a atenção para a ideia desse incômodo de uma ferida superficial, grave o suficiente apenas para ser aflitiva, sem ser destrutiva: “nunca poderão essas farpas ligeiras ferir a grande artéria social. ficarão apenas na epiderme”.<sup>27</sup> Essa aflição provocada por tiradas de humor “aguçadas e incisivas”, por sua vez, produziria um movimento que poderia ser de correção do mal social que as tivesse justificado em primeiro lugar:

“Magoai-vos? Corais? Ainda bem então, porque o que nós escrevemos em poucas páginas é o que pensa a consciência pública depois de muitos desenganos! Atentai nisto, e emendai-vos”.<sup>28</sup>

Entretanto, em que pese a inequívoca existência de um fim explicitamente moralizante no humor das *Farpas* (“emendai-vos”), é preciso chamar a atenção para o fato de que o passo mais importante da “metodologia” queirosiana é o primeiro: a ideia de um incômodo que produz movimento. Isso porque é esse o passo que se encontra em direta oposição ao tema mais repetido e repisado em todas as *Farpas* de Eça e que já pudemos entrever de passagem em sua descrição dos jornais e cafés portugueses, com suas frases feitas e notícias repetitivas: refiro-me à ideia da inércia, isto é, de que o Estado decadente e calamitoso do Portugal monárquico constitucional teria que ver com certa imobilidade rígida de seus elementos constitutivos. Essa ausência completa de movimento, por sua vez, estaria associada a certa homogeneidade social, como se os elementos do Portugal criticado por Eça, justamente por não se moverem, acabassem por se tornarem indistinguíveis uns dos outros em sua paralisia. Os jornais, como já vimos, são apresentados como indistintos entre si. Os partidos políticos também, sendo suas diferenças meramente ilusórias:

O partido regenerador é constitucional, monárquico, intimamente monárquico, e lembra nos seus jornais a necessidade da economia.  
O partido histórico é constitucional, imensamente monárquico, e prova irrefutavelmente a urgência da economia.  
O partido constituinte é constitucional, monárquico, e dá subida atenção à economia.

<sup>27</sup> Ibid., p. 36.

<sup>28</sup> Ibid., p. 67.

O partido reformista é monárquico, é constitucional, e doidinho pela economia!

Todos quatro são católicos, Todos quatro são centralizadores, Todos quatro têm o mesmo afecto à ordem, Todos quatro querem o progresso, e citam a Bélgica, Todos quatro estimam a liberdade. Quais são então as desinteligências?<sup>29</sup>

Dessa ideia pode-se concluir que, no caso português, fazer o bem ao país passaria fundamentalmente por transformar essa imobilidade em movimento, mesmo que fosse através de “acutiladas” aflitivas como as das *Farpas* – tornando a sociedade portuguesa menos indistinguível de si própria no processo. Em pelo menos um dos trechos das *Farpas*, Eça leva a apologia do movimento contra a estagnação ao extremo, na defesa de que *qualquer* transformação na sociedade portuguesa seria preferível à imobilidade, mesmo que fosse uma transformação rejeitada por todos:

A opinião é tão indiferente e alheia às mudanças de ministérios, como as cadeiras do governo são indiferentes a suportarem a pesada corpulência do gordo ministro A, ou a inquietação nervosa do estético ministro B. O país ouve falar da evolução política com a mesma distração com que ouve falar dos negócios do Cáucaso. Sabem, pois, qual seria o governo útil, profícuo, necessário, neste deplorável estado do espírito público? Aquele que o país, chamado a pronunciar-se por um plebiscito negativo, declarasse terminantemente e compactamente – que não queria. Porque então a opinião acordaria talvez, viveria, lutaria, e apareceriam dois partidos que não existem agora, e sobre os quais gira como nos seus polos naturais a lei do aperfeiçoamento: – para um lado a reação tenaz, para o outro a revolução radical.<sup>30</sup>

A ideia apresentada acima, de que seria positivo um governo indesejado, desde que provocasse o aparecimento de diferenças perceptíveis na sociedade portuguesa, não pode ser simplesmente reduzida a mais um dos muitos paradoxos e *boutades* cômicas que abundam nas *Farpas*. Esse trecho de Eça de Queirós, quando colocado em contraponto a suas muitas representações da esfera pública portuguesa que a qualificam como imóvel e homogênea, pode ser simultaneamente lido de duas formas: por um lado, há aqui a semente de um sentimento antipolítica que frutificará largamente nos anos e décadas seguintes, em Portugal, plasmado na noção de que a vida política (representada pela vida parlamentar) é potencialmente o local da fala vazia, indiferente, sem conteúdo, e

<sup>29</sup> Ibid., p. 54.

<sup>30</sup> Ibid., p. 39.

de que, portanto, todo discurso oriundo desse campo deve ser olhado com desconfiança e, em última análise, rejeitado. A eclosão de um governo indesejado que Eça imagina como solução contra esse parlamento ocioso pode ser lida, em suma, como um elogio ao autoritarismo e à ditadura. Teremos a oportunidade, ao longo desta tese, de observar demoradamente o desenvolvimento de um movimento antipolítica em Portugal, que, inclusive, apontará para Eça de Queirós como um predecessor. Portanto, não me demorarei já neste aspecto.

Por outro lado, entretanto, o mesmo trecho de Eça também dá a entender uma ideia quase oposta: na medida em que o fim último da pequena ficção imaginada acima é o surgimento da diferença de opinião no parlamento e na sociedade, pode-se ler nesse fragmento que Eça considera a *pluralidade* de perspectivas distintas e antagônicas na esfera pública como um valor positivo em si mesmo. Mais do que isso: o fato de que uma referência a essa pluralidade surja no texto como condição para a ação política – isto é, a necessidade de que existam diferenças de opinião para que a sociedade acorde, viva e lute, como diz o texto – situa o Eça autor das *Farpas* entre aqueles que compreendem a pluralidade como trave estruturante da esfera pública. Vejamos em detalhe como isso funcionaria.

### 1.1.2 - A ideia de pluralidade

Uma tal compreensão da esfera pública a partir da noção de pluralidade não é uma ideia original ou exclusiva de Eça de Queirós, especialmente se alargarmos o conceito estritamente moderno e burguês da esfera pública habermasiana para a noção muito mais abrangente historicamente da politóloga Hannah Arendt, que considera a esfera pública uma invenção helênica.<sup>31</sup> Em um pequeno texto intitulado “Filosofia e Política”<sup>32</sup>, Arendt afirma que, na tradição

<sup>31</sup> A referência arendtiana para pensar a esfera pública é a *polis* grega e a organização dual da cidade de Atenas em torno da *polis*, na qual se distinguiriam os domínios privado e público. Segundo a autora, a esfera privada é a porção invisível ao público, ligada à satisfação das necessidades vitais (trabalho), e à fabricação de objetos (obra). A esfera pública, por outro lado, seria o espaço da visibilidade de cidadãos iguais entre si transitando em um mundo durável e plural, no qual seria possível a ação. A autora argumenta que, desde a Grécia helênica – em que ambas as esferas eram rigidamente separadas, com todo o prestígio social recaindo sobre a esfera pública – a esfera privada foi se expandindo e tomando conta da esfera pública, diminuindo as condições para a ação política. Para uma exploração extensiva do tema, cf. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

<sup>32</sup> ARENDT, Hannah. Filosofia e política. In: **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ocidental, uma origem da valorização da pluralidade na esfera pública pode ser encontrada na prática filosófica de Sócrates. Para ela, a aplicação do processo maiêutico em praça pública (*agora*) pelo filósofo não teria como efeito a transformação da opinião (*doxa*) dos atenienses em uma verdade única que lhe seria oposta, mas antes uma espécie de refinamento das múltiplas opiniões dos igualmente múltiplos cidadãos: o diálogo com Sócrates obrigaria os atenienses a confrontarem-se com as próprias ideias, tornando as suas contradições incômodas para si próprios. Não por acaso, neste e em outros textos, Arendt valoriza uma metáfora específica que, segundo Platão, Sócrates teria usado para definir sua própria atuação na praça de Atenas: ele seria um “moscardo” (mosquito), sem cuja picada os homens iriam “continuar a dormir pelo resto de suas vidas”.<sup>33</sup> Sócrates seria aquele que pica, portanto, para incomodar os inertes rumo ao movimento. A semelhança dessa metáfora com aquela utilizada por Eça e Ramalho para definir o título e o propósito de suas *Farpas* pode não ter sido intencional – mas também não é, certamente, uma coincidência vazia.<sup>34</sup>

Comparemos, então, Sócrates e Eça.<sup>35</sup> Por mais que haja uma semelhança nas metáforas que ambos utilizam para explicar suas práticas – picar e farpear seus concidadãos para despertá-los – há também o que parece ser uma oposição entre aquilo para o que se deseja despertar. No parágrafo citado de Eça, o autor fala do surgimento de uma pluralidade de opiniões que despertaria para “lutas” e para a organização de partidos, isto é, para manifestações tangíveis da ação política. A metáfora socrática, por sua vez, é a de um despertar para o pensamento, para o estado de perplexidade que leva à contemplação filosófica. Na

<sup>33</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 194.

<sup>34</sup> A proximidade entre a imagem das “farpas” queirosianas e do “moscardo” socrático ganha força quando se nota que a inspiração direta mais provável de Eça e Ramalho para iniciarem seu periódico – na qual eles foram buscar as pretensões críticas e o tom cômico – é uma revista publicada em Paris, entre 1839 e 1848, pelo escritor francês Alphonse Karr, intitulada *Les guepes* (As vespas).

<sup>35</sup> Esta comparação entre Sócrates e Eça de Queirós, embora possa soar esdrúxula, não é sequer original. Em obras como *Ironia e socratismo em A cidade e as serras* e *Fradiquismo e modernidade no último Eça*, Ana Nascimento Piedade tem explorado o que chama de “socratismo” das obras finais do autor, procurando identificar nelas certa compreensão queirosiana da relatividade do saber humano, que aproximaria o autor português do filósofo grego. Embora mais modesta e relativa à outra ponta da carreira literária de Eça, a comparação que arrisco aqui não chega a uma conclusão tão distinta: também é da relatividade do conhecimento humano que se está tratando ao conceber a ideia do filósofo/escritor intervindo em praça pública para catalisar a *doxa* em vez de substituí-la pela verdade. Para mais sobre o assunto, cf. PIEDADE, Ana Nascimento. **Fradiquismo e modernidade no último Eça**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

articulação entre ambas as ideias, apenas aparentemente contraditórias, encontra-se a chave que nos permitirá prosseguir.

Para Hannah Arendt, autora cuja obra pode ser lida como um elogio à pluralidade, a relação entre a ação política no mundo e a contemplação filosófica (que demandaria, por definição, uma reclusão, isto é, uma retirada do mundo) não seria de oposição, mas de interdependência. Para que se compreenda isso, é preciso começar por ressaltar que, segundo Arendt, o que chamamos de mundo não se confunde com a ideia genérica do planeta ou da natureza, mas teria antes a ver “com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem”.<sup>36</sup> O fundamental nessa distinção é sua dimensão espacial: o mundo, se pensado não como local, mas como conjunto de artefatos e negócios, não é uma superfície, um local *sobre* o qual se vive, mas antes algo situado *entre* os homens e por obra dos próprios homens. Disso depreende-se que o mundo simultaneamente separa os homens (no sentido de interpor-se entre eles) e os coloca em relação (no sentido de constituir algo que os está ligando). A metáfora utilizada por Arendt é a do mundo como uma mesa que existe entre um grupo de pessoas: embora ela constitua um objeto físico que os separa, é também o que torna ambos parte de um comum. Retire-se a mesa e esse comum torna-se só um punhado de pessoas sem relação perceptível entre si.

Estendendo a metáfora da mesa, é característico do mundo que, embora sendo apenas um e comum a muitos, ele *apareça* sempre simultaneamente através de uma variedade de perspectivas, da mesma maneira que uma mesa com pessoas em volta será contemplada a partir de diversos pontos de vista distintos a depender da disposição dos comensais. Mas se o mundo em comum está condenado a existir sempre de forma multifacetada, não é possível dizer, de maneira inversa, que cada pessoa está condenada a ver o mundo exclusivamente através de sua própria perspectiva. Segundo Arendt, para além de uma perspectiva que lhe é dada do mundo, cada pessoa tem também a capacidade de empreender um esforço: o de considerar *imaginariamente* todas as demais – esse é o próprio conceito arendtiano de “pensamento”. Ao se considerar dessa maneira o ato de pensar, isto é, como a manifestação da pluralidade no interior da unidade (múltiplas perspectivas em um único sujeito pensante), fica evidente sua potência

---

<sup>36</sup> A Condição Humana, cit. p. 62.

política de reforçar o caráter do mundo enquanto aquilo que é simultaneamente repartido e comum:

Esse tipo de compreensão — em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivialmente) do ponto de vista do outro — é o tipo de *insight* político por excelência. (...) o pré-requisito seria o de que cada cidadão teria que ser suficientemente articulado para mostrar sua opinião em sua veracidade, e, por conseguinte, compreender seus concidadãos. Sócrates parece ter acreditado que a função política do filósofo era ajudar a estabelecer esse tipo de mundo comum.<sup>37</sup>

A partir dessa noção, pode-se afirmar que o “sono” dos atenienses na metáfora socrática equivaleria ao aprisionamento do dormiente dentro de uma única perspectiva do mundo; o despertar a partir da picada do moscardo, por sua vez, equivaleria ao salto para a consideração e a articulação no discurso de múltiplas perspectivas. Tratar-se-ia da instauração, no interior do sujeito, de uma espécie de domínio da variedade e da ambiguidade, mas também do fortalecimento do caráter comunitário do mundo.

Em Arendt, ainda, encontramos uma compreensão bastante específica do recurso através do qual Sócrates torna visível a pluralidade de perspectivas na praça pública ateniense: a via para um tal efeito seria a da desestabilização da linguagem. A alemã ressalta o fato de que, em geral, os diálogos do filósofo ateniense que nos chegam via Platão iniciam-se com um convite afetadamente inocente de Sócrates para que seu interlocutor explique conceitualmente palavras de uso habitual, como “coragem”, “felicidade” e “justiça”, que parecem triviais mas acabam por revelar-se “escorregadias: quando começamos a discutir seu significado, nada mais fica no lugar, tudo começa a mover-se”.<sup>38</sup> Começar a mover-se: eis, uma vez mais, a ideia do *movimento* em oposição à *estagnação*, que será tão relevante para Eça.

O pensamento, considerado dessa maneira, não estaria condenado a ser meramente uma retirada do mundo para a contemplação: passaria a ser, segundo Arendt, parte de uma dinâmica em que uma retirada provisória do mundo comum e plural é seguida, *após a instauração da pluralidade no interior do sujeito que pensa*, de um retorno ao mundo para emitir juízo sobre ele e transformá-lo politicamente a partir do uso desestabilizador da linguagem. A ideia, como

<sup>37</sup> “Filosofia e política”, cit. p. 99.

<sup>38</sup> *A Vida do Espírito*, cit. p. 128.

veremos, é extremamente útil para pensar certos procedimentos estilísticos de Eça – nas *Farpas* e além.

### 1.1.3 - Literatura e Esfera Pública

Na edição das *Farpas* de janeiro de 1872, Eça de Queirós deu às suas habituais críticas a Portugal a feição de um pequeno diálogo fictício. O mote é a própria virada do ano, aproveitada da seguinte maneira: um dos personagens é o Ano de 1871, personificado como um velho, no fim de sua existência, “com suas malas e suas rugas”; esse ano cruza “na misteriosa estrada por onde caminham os dias e os anos” com o jovem Ano de 1872, que vem na direção oposta.<sup>39</sup> A ideia é que, estando um de saída e o outro de chegada a Portugal, ambos conversassem sobre o país. O que torna o diálogo interessante, para os propósitos desta pesquisa, é o fato de que Eça retrata o ano de 1872 como um ingênuo que, vindo “da frescura do céu”, desconhecesse os mais básicos conceitos a respeito de Portugal, obrigando o ano mais velho a defini-los. A situação esboçada, como se poderia esperar, é um pretexto para que Portugal seja “farpeado” de forma inclemente:

- Um momento. Eu sou um simples, um ingênuo, chego. O que é um ministério?
- É uma coleção de doze homens que se encarregam – seis trotando a cavalo atrás dos outros seis – de dirigir o país, isto é, de ter a mão da chave da despesa. Quando se pertence a um partido...
- Pertencer a um partido, meu amigo, vem a ser?...
- É meter-se a gente num ônibus – que leva aos empregos – e a que puxa o chefe do partido, sempre com o freio nos dentes!
- (...)
- E a que chama a *política*, meu amigo? Tenho lhe ouvido...
- A política é uma ocupação dos ociosos, uma ciência dos ignorantes, uma riqueza dos pobres e uma fidalguia dos plebeus.<sup>40</sup>

Note-se a sutileza do estratagema ficcional elaborado por Eça: muito embora tome por personagens de seu diálogo dois *anos*, dois períodos de tempo, o que sugeriria um debate centrado em eventos cronologicamente dispostos, o texto em vez disso dedica-se a um debate “conceitual” sobre as instituições portuguesas. Não se trata do ano mais velho informando ao ano mais novo o que *aconteceu* em Portugal, mas sim do ano mais ingênuo obrigando o ano mais sábio

<sup>39</sup> *As farpas*, cit. p. 240

<sup>40</sup> *As farpas*, cit. pp. 240-241.

a definir o que significam certas palavras usadas naquele país. Essa opção narrativa, para além de reforçar a ideia queirosiana já discutida de representar Portugal como um país marcado pela estagnação, onde pouco ou nada acontece, evidencia a propriedade “socrática” da prosa queirosiana, ao colocar em questão o sentido de palavras triviais, que se pensaria consensual (nesse caso: ministério, partido, política...) com um propósito claro de crítica. Trata-se de uma disputa pela dinamização da própria semântica no seio da esfera pública.

Para além de ecoar a maiêutica socrática, a redefinição do sentido de certas palavras nesta farpa específica constitui a expressão de uma grave preocupação queirosiana: é bastante evidente, nas *Farpas*, a desconfiança de Eça em relação a um excessivo enrijecimento semântico da linguagem em Portugal. Um exemplo disso é o trecho já citado sobre os cafés portugueses, em que o autor toma como índice de estagnação desses lugares – e sua consequente falência enquanto parte constituinte de uma esfera pública – o fato de que ali se diriam “frases feitas”, isto é: que ali as palavras utilizadas fossem sempre as mesmas, articuladas de uma mesma forma repetitiva sobre cujo sentido não se pensasse mais. O diagnóstico parece ser o de um círculo vicioso: a estagnação do mundo comum em Portugal contribuiria para a estagnação do uso da língua; a incapacidade de que se usasse a língua para além das mesmas frases gastas, por sua vez, impediria uma dinamização desse mundo comum.

Eça não se contenta em estabelecer um diagnóstico. Suas *Farpas*, além disso, sugerem uma instituição, entre todas as que comporiam a falida esfera pública portuguesa, que seria a culpada pela crise semântica: a literatura. Para o autor, que neste pormenor ecoa o Proudhon de *Du principe de l'art*, o uso artístico da linguagem empregado por romances, peças e poemas teria a *função auxiliar* de educar e preparar as consciências para o progresso e a revolução. Eça entende que essa função não estaria sendo cumprida. Embora a conferência de Eça no Casino Lisbonense seja mais clara quanto à filiação proudhoniana de seu pensamento, é nas *Farpas* que o autor toca no centro da questão:

A literatura – poesia e romance – espreguiça-se devagar, sem ideia, sem originalidade, bocejando, cheia de esterilidade, conservando o antigo hábito de ser vaidosa, e costumando-se sem grande repugnância à sua nova missão de ser inútil. Convencional, hipócrita, falsíssima, não exprime nada: nem a tendência colectiva da sociedade, nem o temperamento individual do escritor.



(...)

Fala do *ideal*, do *êxtase*, da *febre*, de *Laura*, de *rosas*, de *liras*, de *Primaveras*, de *virgens pálidas* – e em torno dela o mundo industrial, fabril, positivo, prático, experimental, pergunta, meio espantado, meio indignado:

– Que quer esta tonta? Que faz aqui? Emprega-se na vadiagem, levem-na à Polícia!<sup>41</sup>

As críticas queirosianas a respeito da Literatura dirigem-se, evidentemente, ao romantismo português – embora denotem também alguma consciência por parte do autor a respeito do movimento mais abrangente e difuso da autonomização da literatura enquanto instituição, que apenas começava em Portugal. O romantismo, concepção literária hegemônica em Portugal durante a maior parte do século XIX, já estava então alijado das ambições revolucionárias que cultivara nos campos estético e político durante o período mais militante do liberalismo. Desde essa espécie de fase áurea protagonizada por Alexandre Herculano e Almeida Garrett, a escola tinha se degradado em uma literatura oficial normativamente imposta nas academias. O esforço crítico no sentido de “destronar” o romantismo, empreendendo sua superação nos campos estético e político, fora a primeira tarefa imposta ao que viria a ser a Geração de 70, ainda antes que Eça houvesse se integrado de forma ativa a esse grupo. Em 1865, o jovem poeta Antero de Quental insurgiu-se contra o influente escritor romântico António Feliciano de Castilho, no qual personificou o caráter acadêmico e normativo do romantismo português de então. A reivindicação, que deflagrou a polêmica que hoje conhecemos como Questão Coimbrã, era já pela liberdade de pensamento e de escrita: “o pensamento e a meditação, se custam mais, por isso mesmo infinitamente mais valem que a obediência inerte e ininteligente”, escrevera Antero.<sup>42</sup> Além disso, em suas reivindicações pode-se também antever a relação que posteriormente será tão importante em Eça, entre a literatura e a esfera pública:

Fazer raquítica uma literatura, amputá-la do que tem de mais vital, pô-la engaiolada e pêca como um fruto seco antes ainda de maduro, isto é um crime público. (...) Pelo livro, pelo teatro, pela crítica, pela conversa infiltraria essa peçonha em todos os vasos do corpo social, na

<sup>41</sup> Ibid., p. 43.

<sup>42</sup> QUENTAL, Antero de. A dignidade das letras e as literaturas oficiais. In: FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **Bom Senso e Bom Gosto** (A Questão Coimbrã) 1865/1866. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 343.

família, na escola, no jornal, no parlamento, em casa, na rua, em toda a parte onde se lê ou fala, vê ou ouve, e em toda a parte educaria para o mal e para a vulgaridade os pensamentos a princípio, depois as vontades, os corações, tudo e todos por fim...<sup>43</sup>

O que constituirá a contribuição específica de Eça para o combate ao romantismo português, já na década de 1870, é a associação entre o que Antero entende genericamente como o engaiolamento da literatura e a ideia mais precisa do enrijecimento semântico de certas palavras e frases. Eça também refina a ideia anterior da vulgaridade social como decorrência da vulgaridade literária, propondo a noção mais específica de que a estagnação da literatura contribuiria para a repetição de um discurso “sem originalidade, convencional”, na esfera pública. É esse o ponto para o qual Eça de Queirós parece estar chamando a atenção quando foca sua crítica ao romantismo em um certo número de tropos literários que seriam utilizados de maneira demasiadamente repetitiva, até que se gastasse o seu sentido, como o “ideal”, as “primaveras” e as “virgens pálidas”. Uma vez mais, notamos que na reflexão queirosiana sobre Portugal, o par “decadência” *versus* “revolução” (que será tão crucial para Antero e para a Geração de 70, de uma maneira geral) se transforma muito rapidamente no par “estagnação” *versus* “movimento”. Este ponto específico será mais cuidadosamente tratado na penúltima seção deste capítulo.

Crer em um tal grau de influência da literatura na esfera pública pode nos parecer hoje simplesmente uma tese desse grupo de jovens intelectuais socialistas proudhonianos que desejava produzir literatura “engajada”. Talvez essa compreensão seja um tanto anacrônica, entretanto. Segundo o historiador Luís Trindade – que em seu trabalho sobre a gênese do nacionalismo em Portugal também parte da teoria de Jurgen Habermas sobre a esfera pública burguesa –, quando falamos de um país como Portugal no século XIX, cujo *público* era composto por uma minoria muito estrita e elitizada, aquilo que se poderia chamar de uma “esfera pública literária” (o circuito de produção, consumo, crítica e debate sobre literatura) não pode ser compreendido apenas como o que viabiliza e antecipa a implantação de uma “esfera pública política”, como descreveu Habermas: as duas esferas chegam a se confundir. Assim, quando Eça e Antero acusam a literatura romântica de moldar a política portuguesa à sua maneira,

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 345.

estariam apenas reafirmando que ambos os campos (política e literatura) seriam, no fundo, o mesmo. Escreve Trindade:

no século XIX (...) o poder assentou, mais do que em qualquer outra época, na palavra escrita. Significa isto que, para estes homens, a política era uma espécie de literatura e que a literatura era sempre política: ambas eram, no essencial, uma coisa só numa civilização onde o poder e o privilégio eram sempre literários. Quando hoje olhamos com curiosidade para os escritores que se dedicavam à política ou para os políticos que escreviam livros de versos ou peças de teatro, escapa-nos o essencial. Não era uma curiosidade. Nem sequer estavam, fazendo uma coisa ou outra, a fazer coisas fundamentalmente diferentes.<sup>44</sup>

A leitura que Trindade sugere do século XIX português, em primeiro lugar, dá algum contexto à ideia queirosiana de uma estagnação homogênea que impede o debate a respeito do país, uma vez que o historiador entende que não há apenas uma sobreposição entre os âmbitos literário e político da esfera pública, mas também entre ambas e a própria esfera do poder. Ora, se aqueles que dominam a literatura e a sua crítica são os mesmos que detêm uma fatia do Estado, fica comprometida a noção habermasiana de uma esfera pública burguesa independente da autoridade institucional. Trata-se de um fator histórico que, para além da hipótese “semântica”, ajuda a explicar o que Eça chama de estagnação. O jovem autor, aliás, não estava alheio a essa fusão entre o mundo literário e o mundo do poder político. Logo na *Farpa* de estréia, após descrever a literatura romântica e o “tédio” que esta causaria no leitor, Eça anota que “quando um sujeito consegue ter assim escrito três romances, a consciência pública reconhece que ele tem servido a causa do progresso e dá-se-lhe a pasta da fazenda”.<sup>45</sup> Na altura em que publicava essas linhas, em maio de 1871, Eça enfrentava

<sup>44</sup> TRINDADE, Luís. **O estranho caso do nacionalismo português** – O salazarismo entre a literatura e a política. In: Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

<sup>45</sup> **As Farpas**, cit., p. 46. Muitos anos depois, já no fim de sua vida, é exatamente esse tipo de promiscuidade que Eça toma como mote para um de seus romances, *A ilustre Casa de Ramires* (1900). O enredo da obra gira em torno do desejo do protagonista Gonçalo Mendes Ramires de vencer uma eleição para o Parlamento português. A própria estrutura do romance é bipartida entre a narrativa do cotidiano de Gonçalo e a trama do romance histórico que este escreve sobre a própria família, obedecendo ao conselho de um certo José Lúcio Castanheiro de que “a literatura leva a tudo em Portugal” pois, “de folhetim em folhetim se chega a São Bento” (referência ao Palácio de São Bento, em Lisboa, sede do Parlamento). Pude tratar demoradamente da relação entre esse romance de Eça e a esfera pública portuguesa em GÓES, Breno. **De Castanheiro a Cavaleiro**: o escritor e a política em *A ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós. **OLHO D'ÁGUA** (UNESP), v. 13, n. 1, p. 60-79, 2021.

consequências dramáticas da relação promíscua entre poder público e esfera pública: as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, organizadas por Antero de Quental, das quais ele participara como um dos palestrantes, haviam sido proibidas por um ministro de estado (o Marquês de Ávila) sob o pretexto de serem propaganda revolucionária. O ato de censura recebeu o apoio de pelo menos uma figura que teria, em tese, a responsabilidade de defender a esfera pública: o jornalista, dramaturgo e historiador Manuel Pinheiro Chagas, que estava então prestes a assumir uma cadeira de deputado (seria empossado em 31 de julho daquele ano), e chamou os conferencistas de “perigosos” em um artigo no *Jornal da Noite*.<sup>46</sup>

É possível apontar uma dimensão “ética” nessa crítica empreendida por Eça de Queirós a um tal *status* do meio literário: em contraste com o cenário descrito por Trindade e antecipando um novo *status* da produção literária que se tornará hegemônico em Portugal apenas com a chegada do século XX, Eça construirá sua carreira até certo ponto como um escritor profissional que não misturará sua carreira com a disputa de cargos legislativos e executivos. Não será político profissional. Apesar de seu emprego público como cônsul, dependerá até o fim da vida dos produtos da sua pena para o sustento próprio e da família.

Em segundo lugar, Trindade nos auxilia a compreender a importância que Antero, Eça, Ramalho e seus companheiros de geração darão ao campo do literário em seu projeto político de horizonte revolucionário, no início dos anos 1870. Em torno desses jovens, os mesmos homens que publicavam e criticavam romances e poemas não apenas ocupavam também os ministérios e o parlamento como faziam-no, sobretudo, valendo-se de uma mesma linguagem – que Eça especificamente compreendia como um conjunto de frases feitas. Na edição das *Farpas* de julho de 1871, o autor chega a propor que o discurso político monárquico-constitucional e o discurso literário romântico seriam perfeitamente intercambiáveis entre si. Comentando o “discurso da coroa”, dirigido pelo monarca ao parlamento no início de cada legislatura, e criticando a mesmice e o vazio do teor desse discurso, Eça se diverte propondo versões alternativas:

---

<sup>46</sup> MÓNICA, Maria Filomena. Os fiéis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas. In: **Análise Social**, Universidade de Lisboa, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 716.

...devemos desejar para honra da pátria que o discurso da coroa, não tendo pela inação política e sonolência individual do país – nem fatos públicos a proclamar, nem notícias particulares a referir – se não vá ver obrigado para dizer alguma coisa, a recitar obras de imaginação.

Dizendo dessa forma:

Dignos pares e senhores deputados da nação portuguesa – Por uma fria noite de inverno, um vulto misterioso caminhava, embuçado em capa alvadia, pelos desfiladeiros da serra Morena: vergava-lhe a fronte uma grande amargura; de súbito parou; tinha ouvido para os lados do despenhadeiro um lúgubre assobio... – continuar-se-á na próxima sessão de abertura. Passemos agora à questão da fazenda.<sup>47</sup>

Uma sátira dessa ordem, cujo humor está na confusão entre o registro literário e o político em um mesmo discurso, possui uma dupla potência: em um primeiro nível, trata-se de mais uma versão da frequente crítica queirosiana à ausência de movimento na sociedade portuguesa; afinal é pela falta de acontecimentos que o monarca de seu texto se aventura na ficção. Em um segundo nível, contudo, o trecho sugere que Eça de Queirós não apenas estaria ciente da sobreposição dos mundos literário e político como compreenderia que a estagnação ou o movimento do segundo poderiam depender da estagnação ou do movimento do primeiro.

Por esse motivo, e não por qualquer outro, é que dois anos depois das *Farpas* veremos Eça de Queirós apostar todas as suas fichas no trabalho com a linguagem: durante a polêmica que circundou em 1874 a publicação acidental de *O crime do Padre Amaro* (o romance que a crítica consagraria como o mais explicitamente militante entre os de Eça, afastando qualquer hipótese que se leia o que se segue como um formalismo vazio de sua parte) a principal e mais obsessiva preocupação do autor é com o cuidado estético no ordenamento das palavras. Naquela altura, Eça enviara um esboço do seu romance para seus companheiros Jaime Batalha Reis e Antero de Quental, que então dirigiam uma certa *Revista Ocidental*. Necessitados de material para o preenchimento das páginas do periódico e estando Batalha impressionado com o teor “revolucionário” (no sentido político) do enredo, os editores publicam imediatamente o rascunho recebido do *Crime*, sem consultar o autor e amigo. A ira de Eça de Queirós contra ambos, em defesa da integridade estética de seu trabalho, é simplesmente fulminante, dando mostras eloquentes de que o autor

---

<sup>47</sup> As *Farpas*, cit. p. 96.

considerava já então o aspecto formal do objeto literário como o mais decisivo no seu impacto no debate público:

Eu dou-vos um borrão de romance – e em lugar de publicar o romance vocês publicam o borrão! Nós ficamos em que eu corrigiria as provas, sem o que eu vos dei não era mais que um trabalho informe e absurdo. E vocês não esperaram pelas provas – e publicam o informe e o absurdo. É verdadeiramente insensato! Vocês sacrificaram o meu trabalho ao desejo de encher a revista de matéria! (...) V.v. sabem que um artista é pior que uma mulher – e um artista escandalizado na sua vaidade de colorista e de estilista é capaz das maiores infâmias. Ora, v.v. pilham-me numa ocasião em que eu não penso nem cismo senão em arte, em estilo e em cor: estou portanto com a vaidade literária em brasa (...) V.v. não viram – que o 1º capítulo era simplesmente ininteligível? E a razão é simples! Faltavam tiras! Faltavam tiras, monstros. Satanás vos devore, assassinos.<sup>48</sup>

Neste ponto, penso que este trabalho já acumula elementos que permitem sintetizar a concepção da esfera pública queirosiana, tal como ela se dá a ler nos textos das *Farpas*:

- 1) A potência política da esfera pública dependeria de sua pluralidade;
- 2) Essa pluralidade, por sua vez, dependeria de uma desestabilização do sentido das palavras a fim de que elas fossem consideradas em uma multiplicidade de perspectivas para além da trivialidade e do convencionalismo;
- 3) A arena para uma tal desestabilização semântica seria o texto literário.

É preciso admitir que uma tal concepção, principalmente se pensada à luz do entendimento de Luís Trindade a respeito da natureza da esfera pública portuguesa, torna-se significativa tanto pelo que diz quanto pelo que cala: a noção que entendo estar expressa nas *Farpas* – de que a instauração da pluralidade na esfera pública portuguesa pudesse consistir fundamentalmente em um problema semântico a ser resolvido pela via literária – é um índice do quanto estava fora de questão, na mundividência do autor, que essa pluralidade pudesse estar ligada a

<sup>48</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Correspondência**. 2 vols. Lisboa: Caminho, 2008, p. 115.

uma eventual *expansão* da esfera pública portuguesa para além do círculo extremamente elitista ao qual esta se restringia. Eis uma ausência fundamental, que atravessa não só o pensamento de Eça de Queirós, mas o de boa parte da intelectualidade portuguesa da virada do século, mesmo a que se compreendia como progressista: a imensa maioria dos portugueses que não fazia parte do “público”. Embora não seja raro que as *Farpas* se refiram aos camponeses, pescadores, operários e mesmo pedintes do Portugal continental, quase sempre tomando o partido dessas figuras marginalizadas, não atravessa o texto de Eça a noção de que o marasmo imóvel e refratário ao pensamento que travava o funcionamento da esfera pública portuguesa pudesse se dever ao seu caráter socioeconomicamente excludente e restrito.

Não cabe na imaginação política queirosiana a hipótese de que uma população oito vezes maior do que o *público* português pudesse estar aguardando sua inclusão na esfera pública, alijada dela por seu analfabetismo, sua pobreza e sua distância dos centros urbanos – tudo isso pouco ou nenhum lugar tem nas *Farpas*. Ironicamente, é apenas na mesma carta a Manuel Emídio Garcia sobre o periódico, em que mente quanto a pertencer à Internacional, que Eça inclui uma parte dessa imensa parcela da população em seu projeto de dinamização do debate público. Escreve o autor, comemorando o primeiro número do periódico:

“Compreendes logo o alcance desta publicação; o seu aparecimento é além disso importante: coincide com o aparecimento do espírito revolucionário em Lisboa. Aqui, meu caro Garcia, conspira-se, há clubes, projetam-se jornais, há muita excitação e bastante vontade. *Não penses que é um movimento isolado de alguns espíritos mais esclarecidos: é uma intenção quase unânime e que se apoia no pequeno comércio e na classe operária*”.<sup>49</sup>

Assim como a suposta filiação de Eça à célebre associação presidida por Karl Marx e Mikahil Bakunin, contudo, a inclusão de operários e pequenos comerciantes no debate público que legou as *Farpas* a Portugal é algo que não se verifica.

A centralidade que Eça de Queirós dá ao problema semântico no contexto da crise portuguesa, na medida em que produz o silenciamento que acabo de apontar, terá consequências importantes e um tanto quanto contraditórias na forma

---

<sup>49</sup> Ibid., p. 115. grifos meus.

como sua obra será lida no futuro, especialmente após a morte do autor. Por um lado, nas próximas páginas deste capítulo eu procurarei compreender de que maneira o próprio Eça fará de sua obra enquanto ficcionista um projeto que girará sempre em torno da desestabilização “socrática” do sentido dessas palavras, motivado pela crença na potência política dessa desestabilização. Por outro lado – e aqui se instaura a contradição fundamental – esse Eça descrente na mediocridade da vida parlamentar e nos debates públicos sempre dominados pela linguagem convencional produzirá figurações da vida política portuguesa que ajudarão a sedimentar certo entendimento de que a política seria intrinsecamente negativa.

Lembremos, inclusive, que na obra do próprio Eça essa noção tem vida longa. A imagem que surge nas *Farpas*, de que todos os partidos políticos se equivalem, e de que, portanto, toda fala no âmbito da política é vazia, se desenvolverá posteriormente na imagem da “choldra” em *Os Maias* (1888), e em personagens queirosianos de políticos simultaneamente cínicos, estúpidos e pérfidos, como o Conde de Abranhos e o Conde de Gouvarinho. No segundo capítulo desta tese teremos a oportunidade de passar em revista o movimento nacionalista português do início do século XX, largamente ancorado na literatura “neogarretista”, que fundará certa ideia de tradição portuguesa ligada a uma negação do mundo da política, por eles entendida como um ambiente medíocre, vulgar e antinacional. É importante salientar que a construção desse consenso – que abre caminho para a instauração do salazarismo, posteriormente – foi feita com base em certa concepção literária de mundo, que tem como uma de suas fontes a obra de Eça de Queirós.

Antes que cheguemos a isso, entretanto, voltemos ao jovem Eça do qual vínhamos tratando, e que apenas recém escrevera suas *Farpas*. O autor em que focamos nossos interesses, após esse ponto, investirá em uma profícua carreira como ficcionista, publicando contos, romances e crônicas até atingir ainda em vida o *status* de grande entre os grandes na literatura portuguesa. É possível investigar de que maneira seus conceitos aqui debatidos podem ser uma chave de leitura de sua obra literária: eis o intuito da próxima seção deste trabalho.



## 1.2 - Três regularidades literárias

No decorrer de uma vida razoavelmente curta (tendo morrido no ano de 1900, aos 55 anos), Eça de Queirós produziu uma obra profícua: publicou em vida seis romances (*O mistério da Estrada de Sintra*, *O crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio*, *A relíquia*, *O mandarim* e *Os Maias*), tendo deixado mais sete inacabados quando partiu: três que estava a ponto de publicar no momento da morte (*A correspondência de Fradique Mendes*, *A ilustre Casa de Ramires* e *A cidade e as serras*) e outros quatro rascunhos abandonados em diferentes etapas de desenvolvimento durante momentos anteriores de sua carreira (*A capital!*, *O Conde de Abranhos*, *Alves & Cia.* e *A tragédia da Rua das Flores*). Publicou também diversos contos e inúmeros textos jornalísticos, além de ter organizado revistas e almanaques e escrito mais de novecentas cartas.

Uma tal produção, iniciada quando o autor era pouco mais que um adolescente e continuada ao longo de mais de três décadas, constitui farto material para que estudiosos explorem variações internas de toda ordem em sua obra. Não faltam estudos, por exemplo, a respeito do quanto Eça, na altura da escrita de *Os Maias*, ainda pode ou não ser chamado de “realista” quando comparado com o Eça difusamente discípulo de Zola em *O crime do Padre Amaro*<sup>50</sup>; ou (como procuramos apontar na seção anterior) o quanto sua filiação ao socialismo proudhoniano se mantém ou se transforma em outra posição ideológica nas suas obras finais (as do chamado “Último Eça”).<sup>51</sup>

Aqui, reconhecendo o estudo desse tipo de transformações citadas acima como fundamental para a percepção do percurso queirosiano, situo-me entre os que procuram realizar o esforço oposto: o que pretendo é observar três *regularidades* que atravessam verticalmente a produção literária do autor, como alguns dos eixos em torno dos quais se dão suas notáveis evoluções estéticas e políticas. Essas regularidades são: a produção metafórica, a opção pela ficção e a exploração do tema da “estagnação homogênea” na obra de Eça de Queirós.

Os três temas foram escolhidos porque, quando estudados à luz da concepção do jovem Eça de esfera pública que procurei delimitar na sessão

<sup>50</sup> cf. FREELAND, Alan. **O leitor e a verdade oculta** - Ensaio sobre Os Maias. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989

<sup>51</sup> cf. REAL, Miguel. **O último Eça**. Lisboa: Quidnovi, 2006.

anterior, parecem sugerir uma continuidade dessa concepção nas escolhas estéticas que marcam a obra literária do escritor. Descrever a existência de uma tal preocupação essencialmente política (no sentido mais largo do termo) na própria forma da obra queirosiana constitui o último passo preliminar necessário que este trabalho precisa dar antes de adentrar, propriamente, em seu objeto.

### 1.2.1 - A produção metafórica

Em 1954, Ernesto Guerra da Cal publicou uma obra seminal a respeito da estilística queirosiana, intitulada *Língua e estilo de Eça de Queirós*, na qual empreendeu o hercúleo esforço de tentar compreender de que forma o autor se valeu de cada uma das classes gramaticais da língua portuguesa na produção de sua prosa.<sup>52</sup> Neste livro, o intelectual galego encontra no uso que Eça faz dos adjetivos o coração do estilo queirosiano. Ao longo de quarenta páginas, apresentando uma quantidade impressionante de exemplos que atravessam de ponta a ponta a obra de Eça, Guerra da Cal elabora algo como uma teoria geral da adjetivação queirosiana, em torno da qual se disporia todo o restante da estética do escritor oitocentista.

A ideia fundamental proposta pelo estudioso é que Eça de Queirós, consciente e laboriosamente, procuraria construir relações *ilógicas* entre os adjetivos e os nomes por eles caracterizados. Contrapondo-se à “toda a literatura ibérica que lhe é anterior – e a de seu tempo”, Eça evitaria alianças entre substantivos e adjetivos que “guardam seu significado objetivo” no sentido de “comunicar percepções cujo conteúdo conceitual ou emocional pertence ao mundo da experiência coletiva, do geralmente entendível ou sensível”.<sup>53</sup> Ao contrário, o autor procuraria “impor ao substantivo uniões desacostumadas com epítetos e qualificativos à primeira vista impróprios, que pareceriam evitar relação com ele”. Guerra da Cal analisa e cataloga com profundidade as mais diversas e insólitas experimentações feitas por Eça ao misturar campos semânticos, reconhece a insuficiência do vocabulário topológico das figuras de linguagem

<sup>52</sup> CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e estilo de Eça de Queirós*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

<sup>53</sup> Ibid., p. 113.

para qualificá-las<sup>54</sup> e, ao fim e ao cabo, chega a atribuir a Eça o papel de precursor do simbolismo em Portugal, graças ao que chama de “intelectualismo imaginativo” de sua adjetivação.<sup>55</sup> Entretanto, também assinala uma distinção entre o autor de *O primo Basílio* e outros experimentadores que se lhe seguiram. Para Guerra da Cal, em Eça, o efeito geral produzido pela união ilógica entre adjetivos e substantivos de campos semânticos distantes entre si não tenderia à estranheza ou hermetismo, mas a uma desconcertante clareza:

Apesar do aparente desencontro ou da distância que separa os significados de nome e adjetivo, mal os encontramos juntos, eles nos parecem íntima e sutilmente unidos por uma ligação satisfatória, que torna lícito ao leitor o estranho da combinação.<sup>56</sup>

Em outras palavras, trata-se de dizer que o uso da linguagem feito por Eça de Queirós, apesar de insólito, não chama a atenção para si mesmo. Não se trata, aqui, daquilo que Jakobson definiu como “função poética”, quando supostamente a linguagem, através da saturação das ditas figuras de linguagem, colocaria em evidência seu próprio caráter estético “às expensas de sua função referencial”.<sup>57</sup> O resultado atingido por Eça seria, em vez disso, evocatório, no sentido de trazer à imaginação com particular vivacidade uma *referência* extralinguística. É preciso não subestimar quão contraintuitiva é essa ideia. Tomemos um dos exemplos da adjetivação queirosiana escolhidos por Guerra da Cal: em certo trecho de *A relíquia*, é dito que “um relógio medonho... começou a dar as horas, fanhoso, irônico, pachorrento”.<sup>58</sup> Guerra da Cal reivindica que, por mais insólita e ilógica que seja a ideia de um relógio irônico e pachorrento (ou mesmo fanhoso), esses adjetivos teriam o poder de dar clareza à produção da cena em nossa mente. Clareza esta que não existiria caso Eça escrevesse simplesmente – de maneira mais convencional e objetiva – que um relógio velho começou a dar as horas. Entre os motivos para tal efeito contraditório estaria a tão propalada pobreza lexical queirosiana: embora insólitas, as combinações de substantivos e adjetivos

<sup>54</sup> Guerra da Cal chega a experimentar a classificação das experimentações de Eça segundo os tropos clássicos das figuras de linguagem, como sinédoques, hipálages e metonímias, mas logo desiste: “Eça vai mais longe: combina, flexibiliza e enriquece de modo geral estas já tão gastas figuras retóricas, dando-lhes sentido e significado inteiramente novos”. Ibid., p. 146.

<sup>55</sup> Ibid., p. 154.

<sup>56</sup> Ibid., p. 113-114.

<sup>57</sup> RICOEUR, Paul. Prefácio. In: **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus Editora, 1994, p. 11.

<sup>58</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A relíquia*, apud *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p. 124.

promovidas pelo autor seriam feitas valendo-se apenas da “linguagem mais imediatamente quotidiana”.<sup>59</sup> Eis a chave que nos permite começar a associar esse procedimento estético com a noção queirosiana de esfera pública.

Quando Eça de Queirós satura sua escrita de palavras cotidianas colocadas em estranhas relações, que tensionam seus sentidos, estamos assistindo a uma repetição do procedimento socrático já adotado nas *Farpas* sobre o Ano Novo e o Ano Velho: assim como naquela pequena ficção, trata-se de colocar em questão o valor semântico de termos cujo significado já estaria excessivamente convencionalizado, transformado em linguagem comum. Mais do que isso: no caso retirado das *Farpas*, texto explicitamente político, o significado de palavras como “política”, “partido” e “ministério” é tensionado pragmaticamente, isto é: as novas definições cômicas propostas por Eça têm relação com o sentido que tais palavras assumiriam quando vistas sob um determinado ponto de vista, de quem estivesse em um determinado local (Portugal), sob determinadas circunstâncias (a Monarquia Constitucional). O mesmo processo se dará, compactamente, em sua adjetivação: o recurso preferido de Eça para propiciar suas uniões desusadas, segundo Guerra da Cal, seria uma “variação da hipálage e da sinédoque” (CAL, 1969, p. 116), em que o adjetivo originalmente destinado a um termo passa a qualificar outro, que naquele contexto predeterminado passa a contar com tal característica. O resultado final acaba sendo o do valor semântico do adjetivo incidindo não apenas sobre uma palavra, mas sobre a sentença como um todo, e até mesmo sobre a situação narrada de uma maneira geral. Vejamos mais alguns dos muitos exemplos neste sentido que Guerra da Cal pinça da obra de Eça:

- “Em Oliveira tomo com elas um chá *respeitoso*”, de *A ilustre Casa de Ramires*.<sup>60</sup>
- “...as sedas *impudicas* de Sheba...”, de *A relíquia*.<sup>61</sup>
- “Gouveia escrevinhava... arremessando para o lado jatos *melancólicos* de saliva” de *O primo Basílio*.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p. 114.

<sup>60</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A ilustre Casa de Ramires*, *apud* *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p. 117.

<sup>61</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A relíquia*, *apud* *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p. 117.

<sup>62</sup> QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*, *apud* *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p.146.

Em todos os casos, as estranhas adjetivações escolhidas por Eça fazem incidir nos objetos de seu mundo ficcional características em tese não dizem respeito a eles próprios, mas às circunstâncias nas quais eles estão sendo vistos: em *A ilustre Casa de Ramires*, o chá torna-se “respeitoso” porque é com uma atitude de respeito (ainda que afetado) que o personagem André Cavaleiro vai à casa das irmãs Lousada para consumir essa bebida. Em *A relíquia*, As sedas que Teodorico vê sendo vendidas no Templo de Salomão, vindas de Sheba (o Reino do Sabá), são “impudicas” para que o fato deste tecido ser translúcido se associe à contradição entre a sacralidade do templo e o caráter profano do comércio ali realizado. Finalmente, em *O primo Basílio*, os jatos de saliva de Gouveia são “melancólicos” porque é este adjetivo que sintetiza a descrição feita anteriormente do ambiente de trabalho pequeno, sombrio e pouco higiênico que o escrivão coabita com a personagem de tia Vitória. Através de seu processo de adjetivação, Eça parece construir um mundo ficcional cujo significado só é compreendido quando são colocados em tensão o sentido primitivo e convencional das palavras usadas e o sentido circunstancial que os objetos representados por essas palavras adquirem no jogo interno do mundo ficcional. Um tal processo de significação, evidentemente, não se completa de maneira explícita no corpo do texto queirosiano, mas na imaginação de quem lê. Para Guerra da Cal, a existência de um tal mecanismo de sentido apenas sugerido na página – completando-se de fato na imaginação – é algo que só pode ser definido como “mágica”.<sup>63</sup>

Curiosamente, quase tudo o que foi pinçado até aqui da teoria que Guerra da Cal publicou sobre a adjetivação em Eça de Queirós, em 1954, prefigura pontos fundamentais do conceito de metáfora elaborado pelo filósofo francês Paul Ricoeur, tal como ele o apresenta seu livro *A Metáfora Viva*, de 1975. Procurando analisar a produção de sentido metafórica a partir de diversos pontos de vista, Paul Ricoeur, assim como Guerra da Cal, rejeita a terminologia das “figuras de linguagem”, típica dos manuais de retórica, para concentrar-se em uma noção ampla e múltipla de metáfora compreendida como a aproximação tensa entre termos pertencentes a campos semânticos distantes entre si.

Assim como Guerra da Cal, que sugere que o valor semântico do adjetivo queirosiano não incide apenas sobre o substantivo ao qual se liga, mas tem um

<sup>63</sup> *Língua e estilo de Eça de Queirós*, cit. p. 146.

raio de influência mais amplo no texto, Ricoeur insiste que não se pode isolar o fenômeno da metáfora em uma palavra, propondo a ideia de um “enunciado metafórico”<sup>64</sup> e, em última análise, de um “discurso metafórico”.<sup>65</sup> Assim como Guerra da Cal, finalmente, Ricoeur compreende que o jogo de sentidos iniciado nas páginas de um texto pela junção entre termos de campos semânticos distintos vai completar-se na imaginação de quem lê. Mas aqui há uma diferença fundamental que justifica a incorporação do filósofo francês a esta reflexão: se Guerra da Cal chama de “mágica” o processo segundo o qual uma ideia “oculta no subconsciente vem à tona” após a leitura da adjetivação metafórica (e, a partir daqui, é este nome que daremos ao processo de adjetivação queirosiano), o mesmo processo é explicado por Ricoeur como *trabalho*. A tensão metafórica impõe ao leitor uma certa demanda, qual seja a de ordenar os fluxos distintos de imagens disparadas intuitivamente no ato da leitura de cada um dos termos tensionados até que se encontre entre eles um elemento de semelhança sobre o qual o leitor possa construir “uma nova pertinência semântica”<sup>66</sup>. A esse processo de ordenamento, Ricoeur dá o nome de “trabalho da semelhança”.<sup>67</sup>

Os aspectos fundamentais a considerar na ideia de que a leitura de uma metáfora possa ser um trabalho – quer essa metáfora se apresente sob a forma de um processo de adjetivação, como no caso queirosiano, ou não – são, em primeiro lugar, a observação de que há nítida participação ativa do leitor na construção do sentido do texto, e, em segundo lugar, as condições nas quais se dá uma tal participação. O ponto que nos diz respeito da teoria de Paul Ricoeur sobre a metáfora é, desde o princípio, construído em oposição à compreensão que a tradição tropológica dos estudos literários tem de certa passagem da *Poética* de Aristóteles, de que “bem metaforizar” seria “perceber o semelhante”<sup>68</sup>. Segundo essa ideia, o poeta que, por exemplo, elaborasse uma metáfora em que “lágrimas” são apresentadas como “rios”, o faria por perceber a existência de uma solidariedade inquebrável entre ambas as palavras e seus sentidos, como se existisse uma categoria ontológica pré-definida de “fluxos de água corrente” que englobasse ambos os termos. A metáfora seria assim o mero veículo para

---

<sup>64</sup> RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: edições Loyola, 2000, p. 78.

<sup>65</sup> Ibid., p. 109.

<sup>66</sup> Ibid., p. 328.

<sup>67</sup> Ibid., p. 267.

<sup>68</sup> Ibid., p. 41.

transportar o sentido de uma palavra para outra, assinalando a existência de uma semelhança anterior. Ricoeur entende que esse é o caso apenas quando se trata de metáforas “mortas”, excessivamente gastas e usadas, transformadas em frases feitas ou catacreses. No caso das metáforas vivas – um exemplo seria a expressão queirosiana “um chá respeitoso” – o leitor tem diante de si a tarefa de interrogar os sentidos que já possui dos termos aproximados *sem que haja semelhança previamente estabelecida*. A resposta para o enigma instituído pelos dois termos tensionados só pode ser dada uma vez que o leitor fragilize as noções enraizadas que possui dos seus sentidos em direção a um terceiro sentido, novo, que, entretanto, não é uma fusão completa dos anteriores: compreender a metáfora do “chá respeitoso” não demanda que se esqueça os sentidos primitivos dos termos “chá” e “respeitoso”, mas sim que se transgrida a rigidez desses sentidos originais naquele contexto específico, em que eles demandam ser compreendidos através de outra perspectiva.

Compreender a metáfora significa, portanto, ver de uma só vez as palavras em seu sentido original e em um sentido novo. Justamente aí pode-se começar a perceber de que maneira o conceito de metáfora em Paul Ricoeur aproxima-se do conceito de “pensamento” em Hannah Arendt, apresentado na seção anterior: em ambos os casos, o que está em jogo é a consideração simultânea e tensa, na mente do sujeito, de perspectivas plurais.

Defendo que essa ênfase na tensão semântica é fundamental no projeto estético queirosiano, e que ela se torna ainda mais vincada quando lembramos que outra das estratégias textuais que constitui uma marca registrada de Eça – utilizada por ele com frequência em concerto com a adjetivação metafórica – é a da ironia. Embora essa faceta da obra de Eça já tenha sido largamente explorada por outros autores, inclusive por Mário Sacramento, que merecerá uma análise cuidadosa no terceiro capítulo desta tese (motivo pelo qual me eximo de tratar do tema longamente neste primeiro capítulo)<sup>69</sup>, é preciso aqui ressaltar que a ironia – entendida aqui como uma construção comunicativa que possui um sentido “aparente” que diverge de seu sentido “real” e com ele contrasta – depende ela própria também de uma apreciação simultânea dos seus dois sentidos, para que o efeito irônico se consume:

---

<sup>69</sup> O trabalho de Mário Sacramento é analisado na seção 3.2.3 do terceiro capítulo desta tese.

O ironista moderno (...) dissimula ou, antes, finge, não para ser acreditado mas, como se disse, para ser entendido. Nos logros existe uma aparência que é mostrada e uma realidade que é sonhada, mas na ironia o significado real deve ser inferido ou do que diz o ironista ou do contexto em que o diz;<sup>70</sup> (MUECKE, p. 54)

Na mesma explicação da qual destaquei o excerto acima, David Muecke ressalta que o significado real de um enunciado irônico não pode ser “imediatamente apreensível”, e deve convidar o leitor a “completar por inferência o que foi deixado sem dizer”. Não é difícil, portanto, compreender que também a ironia demanda um trabalho do leitor, até certo ponto análogo ao “trabalho da semelhança”. Apesar disso, tanto o esforço de decifrar a ironia quanto “trabalho da semelhança” propriamente dito – na medida em que em ambos os processos o leitor deve se deter diante de uma expressão para realizar um esforço imaginativo – parecem entrar em contradição com a noção de Guerra da Cal citada acima, de que a escrita de Eça, por mais insólita que fosse, não chamaria a atenção sobre si mesma à maneira de uma obscura metáfora simbolista, sendo em vez disso clara e singularmente evocativa.

A chave da questão é a natureza daquilo que Ricoeur chama de “nova pertinência semântica”, isto é: o novo sentido produzido pelo leitor ao fim do trabalho da semelhança. Segundo o filósofo francês, uma tal nova pertinência não incidiria sobre o próprio texto, mas teria um poder referencial, ou seja: apontaria para elementos extratextuais. Mas não apenas isso: o elemento extratextual que o enunciado metafórico ou irônico é capaz de referenciar é inapreensível pela via da linguagem direta, semanticamente enraizada. Trazendo de volta o exemplo queirosiano dos “jatos melancólicos de saliva”, retirado de *O primo Basílio*, a noção de referência metafórica de Ricoeur implica dizer que uma tal expressão dá a ver certo aspecto de uma cena (as cuspidas que o escrivão Gouveia dá enquanto trabalha em seu escritório) que seria incapturável por uma descrição objetiva, mas torna-se subitamente descritível pelo engenho do escritor. Em outras palavras, trata-se de um aspecto extratextual que, graças à metáfora, passa a existir no mundo daquilo que pode ser dito – aumentando e enriquecendo esse mundo. Eis por que, como aponta Guerra da Cal, o efeito da adjetivação metafórica na ficção de Eça (e da ironia, podemos agora acrescentar) não é o do hermetismo, mas antes

<sup>70</sup> MUECKE, D.C. **A ironia e o irônico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 54.



o de um aumento de nitidez do mundo narrado, como se este se tornasse mais presente diante do leitor.

Ainda no âmbito da produção metafórica, é preciso dizer que essa espécie de aumento de nitidez, por sua vez, é fundamental para que possamos compreender uma outra característica célebre da literatura queirosiana, que será de alguma importância a partir do próximo capítulo: refiro-me ao seu erotismo extremamente gráfico. Eça de Queirós foi o autor capaz de publicar, no Portugal de 1888, um parágrafo como este, que ademais se refere a uma relação sexual entre irmã e irmão:

Aquele corpo dela, adorado sempre como um mármore ideal, que de repente lhe aparecera como era na realidade, forte demais, musculoso, de grossos membros de amazona bárbara, com todas as belezas copiosas do animal de prazer. Nos seus cabelos de um lustre tão macio, sentia agora inesperadamente uma rudeza de juba. Os seus movimentos na cama, ainda nessa noite o tinham assustado como se fossem os de uma fera, lenta e ciosa, que se estirava para o devorar... Quando os seus braços o enlaçavam, o esmagavam contra os seus rijos peitos túmidos de seiva, ainda decerto lhe punham nas veias uma chama que era toda bestial. Mas, apenas o último suspiro lhe morria nos lábios, aí começava insensivelmente a recuar para a borda do colchão, com um susto estranho: e imóvel, encolhido na roupa, perdido no fundo de uma infinita tristeza, esquecia-se pensando numa outra vida que podia ter.<sup>71</sup>

Note-se, neste parágrafo, as metáforas utilizadas no texto: enumeremos somente a mulher como mármore (e em seguida como amazona/fera), o homem tomado por uma chama bestial (e em seguida encolhido). Esse conjunto permite ao leitor a produção mental de uma cena que é simultaneamente rica em termos espaciais e dinâmicos, sugestiva do ponto de vista sensorial (note-se o cabelo macio, os braços que esmagam) e preenchida de informações psicológicas sobre os personagens. Para além disso, quando inserida no conjunto do romance, a cena também é enriquecida por uma miríade de possíveis conteúdos simbólicos e ideológicos. Pode-se compreender a narração deste trecho, portanto, como um esforço bem-sucedido para que o ato sexual não se restrinja a um passo narrativo que leva a uma consequência (no caso de *Os Maias*, este é o ato sexual que leva ao desenlace do romance, dado que o incesto consciente de Carlos acarreta a

<sup>71</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias - Episódios da vida romântica**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.

morte desgostosa de seu avô Afonso). Mais do que isso, há a preocupação, por parte de Eça, de que a cena de sexo tenha uma espessura própria, uma significação em si mesma e, sobretudo, uma projeção vívida na mente do leitor.

Parágrafos descrevendo o ato sexual tão ou mais explícitos e vívidos que esse estão presentes na maior parte romances queirosianos e nunca deixaram de chocar o público e a crítica: tornou-se célebre a avaliação negativa que Machado de Assis fez de *O primo Basílio*, na qual o brasileiro acusa o português de ter produzido em seu romance de adultério um “espetáculo dos ardores, exigências e perversões físicas” com cenas “repugnantes” (ASSIS, 1986, p. 908). Chamemos a atenção para o fato de que Eça de Queirós jamais deu uma resposta à altura a esse tipo de acusação: não se encontra em sua obra uma defesa programática da descrição erótica como recurso estético possível da literatura, e muito menos um grito a favor de qualquer coisa como uma liberação sexual. Ao contrário: como bem salienta Ana Luísa Vilela em ensaio incontornável sobre o tema, desde o início de sua produção não ficcional, Eça de Queirós fez ecoar em seus posicionamentos o discurso moralista e – no limite – misógino que caracterizou a reflexão sobre o sexo tida pela intelectualidade europeia do fim do século XIX, que associava a emersão do erotismo (em especial feminino) à catástrofe social:

O erotismo, de cuja essencial desordem são sinais a prostituição, os audaciosos costumes femininos, a literatura da paixão, a ociosidade, a voluptuosidade aérea e luminosa – invoca insidiosamente a catástrofe (...) A educação feminina, o problema do adultério, a concupiscência do discurso eclesiástico, a influência nefasta do sentimentalismo romântico. Estes quatro temas são extensões de uma central preocupação – a da obscura natureza feminina e seus turvos poderes de sedução e de corrupção.<sup>72</sup>

Em sua produção não ficcional, Eça associava a libido da mulher burguesa à decadência social, estendendo ainda sua crítica ao romance romântico de adultério, que seria uma influência libertina na sensibilidade da mulher.<sup>73</sup> A crítica queirosiana ecoa a de Proudhon, que, em um livro lamentável, aponta para a literatura e para o comportamento feminino como elementos de uma suposta

<sup>72</sup> VILELA, Ana Luísa. O erotismo queirosiano I - sua construção ideológica e simbólica no discurso não ficcional In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 539.

<sup>73</sup> **As Farpas**, cit. p. 296.

“pornocracia” dissolutora dos costumes europeus.<sup>74</sup> Ironicamente, como se pode ver, o discurso de Eça sobre a representação da sexualidade no romantismo não é muito diferente das acusações que críticos como Machado de Assis lançaram contra ele próprio, com uma diferença fundamental: se para Machado o problema estava no caráter espetaculoso e exuberante das descrições sensualistas de Eça, para o próprio Eça o problema do erotismo romântico residiria no convencionalismo vulgar dos romantismo, que sempre reproduziria automaticamente, através de fórmulas literárias gastas, uma mesma exaltação idealizada do adultério. É quase como se a vulgaridade da linguagem romântica fosse homóloga à vulgaridade do desejo feminino. É nesse contexto que palavras como o “ideal”, o “êxtase” e a “febre” são referidas numa passagem das *Farpas*, citada anteriormente: como clichês capazes de automatizar o desejo feminino na direção de algo imoral.

A defesa de Eça contra a acusação de que ele próprio seria um pornógrafo, portanto, será a de que – como bom realista – ele estaria apenas procurando explicitar o sexo como ele seria “na realidade”, com fins pedagógicos e moralizantes. Mas, como tenho procurado demonstrar ao longo dessa seção, Eça jamais tentou acessar a realidade em sua literatura através de um discurso pretensamente objetivo, e sim através das combinações semânticas e vocabulares mais inusitadas, capazes de excitar a imaginação através do trabalho da semelhança. Só nos termos da “nova pertinência semântica” de Ricoeur é que há referencialidade no discurso erótico queirosiano: para desarticular o automatismo romântico, Eça substituiria a predicação fácil e previsível da mulher com “febre” (eufemismo para desejo sexual) por imagens como as da citação acima – a mulher como amazona, talvez, ou como “uma fera, lenta e ciosa, que se estirava”.

O tiro sai pela culatra: os parágrafos eróticos de Eça interessam ao leitor oitocentista por motivos muito menos confessáveis do que suas ingênuas justificativas moralizantes, inspiradas por Proudhon.<sup>75</sup> Eça será um autor

<sup>74</sup> PROUDHON, Pierre-Joseph. **La pornocratie** - La femme dans les temps modernes. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix et C<sup>e</sup> edituers, 1875.

<sup>75</sup> Em sua recente tese de doutorado, Daiane Pereira enfatiza algo bastante próximo ao que tenho tentado apresentar aqui, em uma análise focada nas personagens femininas de Eça de Queirós. Para a autora, por um lado, Eça, de fato, “coloca-se como discípulo de Proudhon” no início de sua carreira. Por outro, uma tal filiação intelectual não bastaria para que se pudesse “encaixar nessa fórmula” (a partir da qual Proudhon equaciona o feminino) o tratamento dado por Eça à mulher e sua sexualidade. PEREIRA, Daiane Cristina. **A mulher e o discurso masculino nos romances de Eça de Queirós**. Tese de doutorado. Orientador: Hélder Garmes. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2019.

apreciado pelos que procuram na literatura um excitante, e viu sua obra ser lida dessa forma ainda em vida. Quando *O primo Basílio* foi lançado no Rio de Janeiro, em 1878, o imenso *frisson* que a obra provocou nada tinha a ver com qualquer pretensa tese moralista. O que causou suores nos cariocas foi uma cena específica do romance, em que é descrito um ato de sexo oral praticado por Basílio em Luísa.<sup>76</sup> Eça descreve a cena da perspectiva de Luísa, que desconhecia essa prática, e enfatiza com sua adjetivação exuberante a agradabilíssima “sensação nova” que ela experimentou.<sup>77</sup> Foi o que bastou para que uma inacreditável quantidade de artigos de polêmica, críticas e charges de humor fossem escritas sobre o tema, sempre mencionando a expressão “sensação nova” como um código para a posição sexual descrita no romance. Destaco esse caso anedótico porque ele é exemplar: o tipo de engenho vocabular que Eça mobiliza em seu combate contra o convencionalismo romântico caracteriza-se simultaneamente por desestabilizar a linguagem comum e por sua vivacidade sensorial. Essa combinação explosiva parece perfeita para mobilizar a esfera pública – mesmo que, neste caso, de uma maneira inteiramente inesperada por Eça – e para produzir marcas na imaginação dos leitores. De alguma forma, todo esse mecanismo que tenho descrito, das metáforas, ironias e descrições eróticas queirosianas, tudo isso pode ser coletivamente descrito como uma máquina de produzir “sensações novas”.

É preciso interromper esta incursão pela estilística queirosiana, contudo, para reconhecer que uma mera compreensão da adjetivação de Eça como metáfora – mesmo quando estendemos o mesmo raciocínio aí envolvido para a ironia e o erotismo queirosianos – não representa por si só um grande passo na compreensão da maneira segundo a qual a noção queirosiana de esfera pública influenciou sua obra. O que se pode dizer até aqui é apenas que Eça levou adiante ao longo de sua carreira o propósito renovador da linguagem já sugerido nas *Farpas*, fugindo das construções frasais já gastas do romantismo (que Ricoeur talvez chamasse de “metáforas mortas”) em busca de interações menos usuais entre as palavras. Seria possível dizer, ainda, que esse recurso, tão frequente em sua escrita, obrigaria constantemente o leitor a realizar o “trabalho da semelhança”, resultando em uma

<sup>76</sup> SILVEIRA, Francisco Maciel. Primo Basílio (O): Uma sensação nova na imprensa carioca em 1878. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015. p. 1072.

<sup>77</sup> QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 202.

sucessão de convites a “pensar” no sentido arendtiano – considerar o mundo através de uma pluralidade de perspectivas simultaneamente imaginadas.

### 1.2.2 - A opção pela ficção

Até o presente momento, os argumentos aqui apresentados seriam facilmente refutados, por exemplo, por um texto como o artigo “Final feliz: uma leitura do projeto literário de Eça de Queirós”, de Helder Garmes. Assim como eu neste capítulo, Garmes propõe o estudo do que chama de uma “permanência” na obra de Eça de Queirós – uma estratégia literária que se repete com regularidade em seus diversos romances. Em seu caso, trata-se do recurso queirosiano de encerrar suas obras com um capítulo final ambientado após um lapso de tempo decorrido desde a parte principal da trama romanesca, no qual o narrador ou os próprios personagens avaliam os fatos sucedidos anteriormente na trama e emitem juízos sóbrios sobre eles (o passeio até a estátua de Camões em *O crime do Padre Amaro*, o diálogo a caminho da Taverna Inglesa em *O primo Basílio*, a reflexão final de Teodorico sobre a “coragem de afirmar” em *A relíquia*, o retorno de Ramires ao Portugal continental em *A ilustre Casa* etc.). Garmes defende que esse recurso narrativo reforçaria a ideia de que, de uma ponta à outra da carreira, Eça poderia ser pensado como um romancista “de tese”, cujos romances partissem de uma hipótese inicial sobre a sociedade que seria testada pelo desenrolar da ação e confirmada na cena da reflexão final.<sup>78</sup> Desse modo, por exemplo, o capítulo final de *O crime do Padre Amaro*, revelando a amoralidade fria com que Amaro trata o desfecho trágico de Amélia, confirmaria a tese queirosiana de que “o clero é um estrato social que cumpre um papel moralmente perverso e corrosivo na sociedade portuguesa”.<sup>79</sup> Já a cena final de *A ilustre Casa de Ramires* (através da metáfora feita por um dos personagens, de que Gonçalo Ramires seria Portugal) defenderia a tese de que a identidade nacional portuguesa estaria “atrelada aos supostos valores aristocratizantes de uma elite que não tem o menor compromisso com a nação”.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> GARMES, Helder. Final feliz: uma leitura do projeto literário de Eça de Queirós. In: SANTOS, Giuliano Lellis Ito, VANZELLI, José Carvalho e SOUSA, Márcio Jean Fialho. **A obra de Eça de Queirós por leitores brasileiros**. São Paulo: Terracota, 2015, p. 165.

<sup>79</sup> Ibid., p. 158.

<sup>80</sup> Ibid., p. 161.

Ainda que Garmes reconheça que, nos romances da fase final, a tese de Eça seria apresentada de forma mais ambígua e irônica, perceptível somente pelo “leitor crítico”<sup>81</sup>, é fácil constatar como sua ideia parece lançar por terra a hipótese que aqui estou tentando construir: seu texto nos convida a considerar Eça de Queirós, do princípio ao fim, um autor militante, cujos romances pretendem lançar teses de crítica social que constituem a defesa de um ponto de vista – enquanto a noção de um Eça produtor de uma “pluralidade” de sentidos, que venho procurando montar, passa sobretudo pela crença de que seus textos buscariam ter por efeito a consideração simultânea de múltiplos pontos de vista colocados em tensão. Até aqui, só consegui angariar indícios de que isso ocorre no âmbito estilístico, sobretudo através do processo de adjetivação metafórica preferido por Eça, por suas ironias e pela maneira com que lida com o erotismo (ainda que, nesse caso, à sua revelia). Esse argumento, por si só, não tem tanta força quanto o de Garmes, robustamente embasado por sua leitura global da ficção queirosiana.

Paradoxalmente, para avaliarmos mais precisamente quão extensa é a relação entre a ficção queirosiana e a esfera pública – e assim medir novamente o argumento aqui ensaiado com o de Helder Garmes – parece necessário retornar, por um instante, à obra *não ficcional* que Eça produziu ao longo de sua vida. Vejamos. Eça começou a escrever textos de imprensa ainda na década de 1860, quando manteve por um breve período o jornal *O Distrito de Évora*. Após a experiência nas *Farpas* e a saída de Portugal por motivos diplomáticos (para ocupar um posto consular em Cuba, em seguida, outro na Inglaterra e, por fim, um na França) o autor colaborou intensamente com as imprensas portuguesa e brasileira, escrevendo um imenso conjunto de textos que constituem intervenções diretas no debate público, um pouco à maneira das *Farpas*. Nessas colaborações jornalísticas, Eça teceu críticas e comentários sobre a vida política, defendeu e atacou posições sobre os mais diversos assuntos e chegou a cumprir o papel de repórter em textos que assumiam simultaneamente funções noticiosas e opinativas. É a partir de um desses textos, intitulado “Um artigo do *Times* sobre o

---

<sup>81</sup> Ibid., p. 167.

Brasil”, que se institui uma polêmica especialmente interessante para nossos propósitos.<sup>82</sup>

Nessa crônica, publicada em novembro de 1880, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, Eça de Queirós faz um detalhado comentário sobre um artigo que acabara de ser publicado no *Times* de Londres, tendo como tema o Império do Brasil. O que suscitará a polêmica, entretanto, não tem tanto a ver com o tema central do texto, mas com um comentário de cerca de nove parágrafos que o autor enxerta ali, criticando não o Brasil, mas Portugal: sob o pretexto de negar a afirmação do *Times* de que as qualidades positivas do povo brasileiro seriam uma herança portuguesa, Eça reafirmará os juízos severamente negativos que costumava tecer sobre seu país natal. Começa por falar em termos sarcásticos sobre a política colonial portuguesa ao afirmar que “o que nos consola é contemplar simplesmente o número das nossas possessões”<sup>83</sup>, cita a violência empreendida na colonização escrevendo que “o império do Oriente, no nosso passado, que é um dos mais feios monumentos de ignomínia de todas as idades...” e, finalmente, – ecoando as suas *Farpas* – fala em tom amargo da estagnação do país: “O doloroso espectáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade”.<sup>84</sup>

O tom inflamado do autor de *O primo Basílio* irritará Manuel Pinheiro Chagas, o escritor e parlamentar que já apoiara a censura das Conferências do Casino oito anos antes. Um conservador na política e um romântico na literatura, Pinheiro Chagas procura adiantar-se ao seu adversário, e publica, no jornal *O Atlântico*, uma resposta para Eça nos termos que julga serem os dele. Calculando ser Eça um escritor identificado com a escola realista, frequentemente associada ao positivismo científico, Pinheiro Chagas decide dar um caráter algébrico (“científico”, em suas palavras) à sua defesa patriótica de Portugal, transformando os termos do debate sobre a influência portuguesa no Brasil em bizarras equações abstratas:

Façamos isto mais científico ainda. consideremos C o carácter brasileiro, C’o carácter americano-espanhol. Esse carácter deve ser o

<sup>82</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Textos de Imprensa IV** (da *Gazeta de Notícias*). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 87.

<sup>83</sup> Ibid., p. 90.

<sup>84</sup> Ibid., p. 92.

produto dos dois seguintes fatores: N e N', as naturezas ou os meios em que vivem, R e R' as raças.

Temos:

$$\begin{aligned}C &= R \times N \\ C' &= R' \times N'\end{aligned}$$

Mas diz o correspondente do *Times* que o carácter do brasileiro é mais atento ao que possa dizer o mundo civilizado do que o carácter americano-espanhol. Logo, se designarmos, debaixo deste ponto de vista, C por 8, temos que designar C' por 6.

Mas N, que designaremos por 2 é igual a N', como o mostrará ao sr. Eça de Queirós qualquer compêndio de geografia. Designando pois N e N' pelos algarismos 2 temos:

$$\begin{aligned}8 &= R \times 2 \\ 6 &= R' \times 2\end{aligned}$$

Para apreciar a influência que tem no produto o factor da raça, resolvemos estas equações de um modo bem simples:

$$\begin{aligned}R &= 8/2 = 4 \\ R' &= 6/2 = 3^{85}\end{aligned}$$

Todo esse aparato pseudo aritmético utilizado por Pinheiro Chagas para defender a honra atacada de Portugal parece atrair Eça para uma resposta no mesmo tom, uma espécie de refutação teorematizada: nosso autor parece estar sendo convidado a defender os conceitos e métodos que utilizara em seu artigo original, apontar falhas nos cálculos de seu adversário capazes de desestruturar sua lógica ou, quem sabe, oferecer equações mais mirabolantes que as dele. A resposta de Eça vai por um caminho completamente diferente. Após um preâmbulo em que se diz despedaçado pela matemática de Chagas, “ocupado em apanhar laboriosamente, aqui e além, pelo chão” os pedaços de si mesmo, Eça declara que chegou a uma conclusão desconcertante sobre seu adversário: a de que Chagas, (que era apenas três anos mais velho do que ele próprio) nascera, na verdade, no século XVIII, tendo portanto “mais de cento e quarenta e cinco anos de idade”.<sup>86</sup> Essa é a deixa para que o autor *mude o registro do texto*, que deixa de ser argumentativo e torna-se de súbito uma ficção narrativa: sem aviso, Eça começa a

<sup>85</sup> CHAGAS, Manuel Pinheiro. Primeira resposta a Eça de Queirós. In: MATOS, António Campos. **Polêmica - Eça de Queirós e Pinheiro Chagas - Brasil e Portugal**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2001, p. 37.

<sup>86</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Cartas públicas**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 123.



narrar a rotina do *personagem* Pinheiro Chagas no século XVIII, imaginando cenas em que este frequenta a corte de D. Maria I e vai a um sarau na casa de um certo “marquês de Marialva”. Tudo é contado com extraordinária riqueza de detalhes. O escritor parece esquecer-se do assunto original da carta e demora-se por algumas páginas inventando pormenores para esse sarau, descrevendo seus frequentadores e encadeando pequenas cenas cômicas envolvendo o *personagem* Chagas:

Apenas no salão, você, meu caro Chagas, com o sapato de fivela em passo de minuete, foi saudar uma das meninas, sécia galante da época – e comparou-lhe os olhos negros a *duas figas de cupido*. Isto foi julgado em redor lindamente mavioso. Mas você não pôde prosseguir – porque já o Policarpo, castrado da capela real, estava cantando ao cravo...<sup>87</sup>

Em um dado momento dessa ficção estrambólica, quando o leitor já está presumivelmente envolvido e esquecido do assunto original do texto, alguns *personagens* fidalgos se engajam em uma conversa sobre casos escabrosos: fala-se de uma mulher que comia crianças, de uma aparição de Belzebu, de um judeu que deu uma dentada na perna do Senhor dos Passos... até que finalmente chega a vez do *personagem* Pinheiro Chagas contar seu caso escabroso, e o tema central da polêmica reaparece, transportado para dentro do mundo ficcional:

E foi então que você, Pinheiro Chagas, disse, depois de se pitadear com gozo:  
 – Mas há pior! Há pior!...  
 – Pior que a dentada? Não, ninguém podia acreditar que houvesse pior.  
 E você, pausado e grave, narrou o meu nefando caso: um herege, um jacobino, um traidor comprado pelo ouro do Brasil, tinha escrito que Portugal fora uma colônia brasileira, e que houvera horrores na nossa dominação da Índia!...<sup>88</sup>

Eis o estratagema de Eça: através da mudança de registro textual para a arena da ficção, o autor quer inserir os argumentos de seu adversário em um mundo, em lugar de confrontá-los diretamente. Atribui uma carne, uma cor, a aquilo que no texto de Pinheiro Chagas eram apenas conceitos abstratos. Retomando a metáfora arendtiana, é como se Eça estivesse colocando uma mesa

<sup>87</sup> Ibid., p. 125.

<sup>88</sup> Ibid., p. 125

entre os números pretensamente abstratos e absolutos de seu adversário e o tema tratado: isto é, inserindo-os no mundo. Não se trata apenas do floreio de um estilista habilidoso: é um gesto político. Graças a ele, Eça desloca o centro da questão para além dos argumentos de Chagas e passa a lançar luz sobre o fato de seu adversário pressupor certas ideias, entre elas, “Portugal”, “pátria”, “sangue” “raça”, “história” e “carácter nacional” como postulados naturais e consensuais, que poderiam ser tratados assepticamente como variáveis em equações matemáticas. O movimento queirosiano de inserir o argumento de Chagas em uma estrutura ficcional corresponde a uma relativização: Eça nega que os conceitos que Pinheiro Chagas transformara em algarismos possuam um carácter trans-histórico, afirmando seu pertencimento a um contexto específico (que ele diz remontar à aristocracia portuguesa do século XVIII) e que, portanto, utilizá-los implica uma tomada de partido.

O valor exemplar de um texto como esse é duplo. Em primeiro lugar, permite conjecturar quanto ao que Eça compreenderia como a potência específica da ficção em um debate público; em segundo lugar, permite aproximar, no caso de Eça, as noções de ficção e metáfora, pois é evidente que, no exemplo acima, as páginas longas e detalhadamente descritas dedicadas à aproximação entre Pinheiro Chagas e o mundo do século XVIII equivalem a uma versão mais densa e estendida do “trabalho da semelhança”: trata-se, uma vez mais, de aproximar elementos conhecidos por quem lê, mas que sejam aparentemente díspares entre si para que o leitor compreenda algo de novo a partir desse encontro tenso. A aproximação que proponho aqui entre os conceitos de metáfora e ficção é feita pelo próprio Paul Ricoeur, logo nas primeiras páginas de sua monumental obra *Tempo e narrativa*:

Embora a metáfora se refira tradicionalmente à teoria dos tropos (ou figuras do discurso) e a narrativa, à teoria dos “gêneros” literários, os efeitos de sentido produzidos por ambas referem-se ao mesmo fenômeno central de inovação semântica. Com a metáfora, a inovação consiste na produção de uma nova pertinência semântica, por meio de uma atribuição impertinente. (...) Com a narrativa, a inovação semântica consiste na invenção de uma intriga que é, ela também, uma obra de síntese: em virtude da intriga, objetivos, causas, acasos, são reunidos sob a unidade de uma ação temporal completa. É esta *síntese do heterogêneo* que aproxima a narrativa da metáfora. Nos dois casos o novo – o ainda não dito, o inédito – surge na linguagem.<sup>89</sup>

<sup>89</sup> *Tempo e narrativa*, cit. p. 11.

É lícito, portanto, aproximar o próprio esforço ficcional queirosiano aos valores norteadores de seu projeto de intervenção na esfera pública, nos mesmos moldes da reflexão anterior sobre a metáfora: a escolha de Eça de produzir ficção pode ser compreendida ela própria como ligada à sua intenção de dinamizar a esfera pública, produzindo pluralidade onde houvesse homogeneidade através do tensionamento semântico.

Note-se que uma ideia como essa não é nem pretende ser uma refutação da hipótese de Helder Garmes sobre os romances queirosianos como romances de tese. Trata-se, de matizá-la, enfatizando quão decisivo é para a leitura das próprias teses que elas apareçam na esfera pública sob a forma de romances. Assim como no caso da resposta de Eça a Pinheiro Chagas, o que passa a estar em questão não é mais a afirmação militante de uma ideia entre outras no debate público, mas o questionamento do sentido dos próprios termos em que se dá o debate. Tomando como exemplo o caso de *O crime do Padre Amaro*, não se trata de simplesmente denunciar o “papel moralmente perverso” do clero na sociedade portuguesa: para isso, bastaria o trecho da edição das *Farpas* de janeiro de 1872, na qual Eça escreveu justamente sobre esse assunto, afirmando sem rodeios que, em Portugal, “é simplesmente o missionarismo que ameaça a virgindade”.<sup>90</sup> O que se ganha através do tratamento ficcional do tema – e que, no fundo, não é mais que um aprofundamento radical das estratégias metafóricas já perceptíveis nas próprias *Farpas* – é que, através da construção de um mundo ficcional densamente descrito pela adjetivação metafórica, onde se desenrola um enredo em que um padre sem vocação seduz uma jovem pouco educada, os próprios termos através dos quais o debate público sobre esse tema pode se dar são colocados em questão.

Em outras palavras: em um romance como *O crime do Padre Amaro*, a inserção da figura do padre em um mundo densamente descrito permite que o leitor desestabilize seu conceito pregresso do que seja um padre; a sucessão de dilemas morais colocados diante dos personagens permite que o leitor desestabilize o que pensava antes ser a moral;<sup>91</sup> a sugestão de que as ações de Amaro sejam explicáveis através de sua educação permite que o leitor

<sup>90</sup> As *Farpas*, cit. p. 244.

<sup>91</sup> cf. QUEIRÓS, Eça de. *O crime do Padre Amaro* - (2ª e 3ª versões). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

desestabilize sua ideia de “perversão”. Mais do que denunciar o “papel moralmente perverso” do clero, portanto, *O crime do Padre Amaro* parece buscar restabelecer as condições para que um debate sobre esse tema possa se dar, e para que esse juízo possa ser ativamente feito pelo leitor.

Com frequência, as ideias que parecem constituir as “teses” dos romances de Eça podem ser encontradas diretamente expressas em textos não ficcionais seus publicados anteriormente. Cito apenas dois casos conhecidos, mas poderia citar outros: a tese da desvalorização da mulher burguesa, em *O primo Basílio*, remete à farpa de março de 1872, sobre a educação das mulheres<sup>92</sup>, e a tese do caráter entediante da civilização em *A cidade e as serras* remete à crônica de 1892 intitulada “A decadência do riso”.<sup>93</sup> É como se não bastasse, para Eça, a mera colocação de suas ideias na precária esfera pública portuguesa. Ao colocar em questão os termos sobre os quais suas próprias teses poderiam se erguer, o autor parece priorizar o pensamento (no sentido arendtiano) ao convencimento. Em outras palavras, é como se a voz do autor implícita nos romances queirosianos estivesse dizendo: aqui está o que penso, mas não peço concordância – peço apenas que o leitor pare para pensar sobre o que realmente significam os termos com os quais pensa o que pensa. Trata-se de uma busca por, simultaneamente, inserir ideias no debate público e qualificar a arena em que esse debate se dá. Uma busca que parece priorizar o tensionamento à reafirmação.

É nesse sentido que tanto a produção metafórica quanto a opção pela ficção, na obra de Eça, podem ser simultaneamente descritas como processos de mímese, no sentido que Luiz Costa Lima dá a esse termo. Segundo Costa Lima, a mímese aristotélica caracteriza-se por ser uma produção de semelhança em relação a um modelo no qual o que importa “não é seu caráter de cópia (...) mas o processo de transformação que se opera”.<sup>94</sup> O processo da mímese seria, assim, uma “resposta” ao modelo inicial, também passível de ser descrita como um processo transformador, na medida em que a obra ficcional que realiza a mímese enseja novos sentidos a partir do tensionamento de antigos, em linha com a noção de “trabalho da semelhança” de Ricoeur. É na inserção de noções e mesmo

<sup>92</sup> *As Farpas*, cit. p. 296.

<sup>93</sup> *Textos de Imprensa IV*, cit. p. 237.

<sup>94</sup> LIMA, Luís Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 73.

palavras do uso comum neste vórtice transformador da mímese operado dentro da ficção que o processo estético queirosiano parece investir.

A referência a Costa Lima, aqui, pode parecer redundante, mera repetição em outros termos do que Guerra da Cal e Ricoeur haviam dito. Mas esse autor brasileiro contribui com um dado fundamental para o debate: Costa Lima compreende que há uma potência social disruptiva nas obras capaz de disparar esse processo mimético – aquelas que ele apontará como verdadeiramente “ficcionalis”. Costa Lima é, portanto, um autor interessado na interferência das obras de arte no âmbito da esfera pública. O tema sobre o qual esse pensador da literatura parece se debruçar em boa parte de sua reflexão teórica, contudo, é o que poderíamos chamar de “reverso” desse processo: ele verá o trabalho teórico e crítico que o Ocidente tem feito em torno das obras de ficção como um conjunto de tentativas de *controlar* em diversos níveis a sua potência mimética. Desde as poéticas prescritivas do renascimento, que aprisionavam a arte no paradigma moral da *imitatio*, até a institucionalização da literatura enquanto forma de arte, estaríamos diante do que o autor chama de formas do “controle” do ficcional. Até aqui, neste capítulo, pode-se dizer que – nos termos de Costa Lima – tenho tentado privilegiar a apresentação da ficcionalidade queirosiana, deixando para os capítulos seguintes a tarefa de descrever como se tentou controlá-la e censurá-la.

Antes de finalmente passarmos a esses próximos capítulos, contudo, ainda há um terceiro aspecto da questão a ser abordado.

### 1.2.3 - A estagnação homogênea

Como foi dito na primeira seção deste capítulo, a compreensão que o jovem Eça foi capaz de ter da ideia de um Portugal “decadente” – que o autor compartilha com todos os seus companheiros da Geração de 70<sup>95</sup> – é associada diretamente, em seu caso, à estagnação, ou, mais especificamente, à ideia de um Portugal cuja estagnação tornasse os elementos constitutivos do país indiferentes entre si. Embora a observância dessa ideia seja fundamental para a associação que venho tentando realizar entre a estética queirosiana e certa tomada de partido em favor da pluralidade, não se pode perder de vista o quanto ela surge enquadrada também por uma concepção linear de progresso, bastante influenciada pelo

<sup>95</sup> cf. PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega, 1992.

positivismo<sup>96</sup>: a decadência estagnada de Portugal, no projeto original da Geração de 70, representaria um *atraso* no cumprimento de um determinado percurso de avanços civilizacionais, morais, tecnológicos e políticos que as nações mais *adiantadas* no norte da Europa já teriam cumprido. Ao longo das edições das *Farpas*, como já vimos, Eça desenvolveu um repertório vasto de imagens literárias capazes de representar essa estagnação, algumas das quais já foram observadas neste trabalho: os partidos e jornais iguais entre si, os cafés em que se repetem as mesmas frases feitas, a opinião pública indiferente como as cadeiras do parlamento etc.

Entretanto, uma vez encerrado o ciclo das *Farpas* queirosianas, dá-se um curioso fenômeno: paulatinamente, sobretudo a partir do início dos anos 1880, a divisão algo dicotômica que se nota no jovem Eça – em que o dito progresso civilizacional é visto como algo desejável e a sua ausência como algo ruim – vai dando lugar a uma outra visão cada vez mais matizada e complexa, motivada sobretudo pela crescente desconfiança do autor em relação ao progresso e seus supostos benefícios. E, embora a crítica literária queirosiana frequentemente associe uma tal mudança a uma igual transformação em seu estilo literário – que, segundo uma corrente de pensamento, se distanciaria do realismo e de suas supostas pretensões positivistas – é fundamental ressaltar o quanto, mesmo após essa virada, o autor *permanece* produzindo imagens da estagnação em sua obra. Mais significativamente ainda: conforme Eça muda de opinião sobre o progresso, as imagens da estagnação acompanham essa mudança: se em *As Farpas* a estagnação simbolizava o atraso de Portugal – e, portanto, a ausência de progresso – a partir de certo momento é o próprio progresso que paradoxalmente passará a ser instaurado simbolicamente como estagnação. Veja-se este trecho da série de reportagens/ensaios “Os ingleses no Egito”, publicada em 1884 na *Gazeta de Notícias*, em que o autor descreve o avanço imperialista da Inglaterra sobre o mundo:

Estão em toda a parte! O século XIX vai findando, e tudo em torno de nós parece monótono e sombrio - porque o mundo se vai tornando inglês. (...) Sempre um inglês! Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável às civilizações alheias, atravessando

<sup>96</sup> Para uma análise aprofundada da concepção queirosiana de progresso e o positivismo, cf. CATROGA, Fernando. Positivismo In: MATOS, António Campos. **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.

religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto (...). Mas ao menos que as aldeias onde eles passam, essas aldeias que os mesmos ingleses descrevem como pequenos paraísos de paz, de trabalhos simples, de costumes doces, de frugalidade, de frescura, de beleza moral, não sejam tornadas tão tristes como as tristes paróquias de Yorkshire, introduzindo-se logo lá o *policeman*, o depósito de cerveja, a capela protestante de tijolo, o livreiro de Bíblias, o vendedor de *gin*, a fumaraça de uma fábrica, a prostituição e a *workhouse*!...<sup>97</sup>

O vasto Império Britânico, para o Eça dos anos 1880, parece tão monótono quanto lhe parecia um café lisboeta nos anos 1870. Ao escrever esse artigo, Eça vive na própria Inglaterra, ocupando o cargo de cônsul em Bristol. O mesmo autor que anteriormente desejava com ardor um Portugal que deixasse a *mesmice estagnada* para *mover-se* em direção ao progresso e à “civilização”, vai se apavorar quando vislumbra a hipótese de que essa civilização resultasse – pela via do imperialismo – numa situação análoga àquela que o desagradara em Portugal: a da homogeneização, da supressão de diferenças, de um mundo inteiro normalizado segundo o padrão inglês. Data desse período a preocupação queirosiana de ressaltar em seus textos a existência de especificidades culturais de diferentes povos, desconfiando do consenso europeu em torno da superioridade da própria cultura:

E enquanto aos Japoneses, (...) que por trás do rabicho e dos guarda-sóis de papel, e das caturrices, e de todo o exotismo, existam sólidas instituições sociais e domésticas, uma velha e copiosa literatura, uma intensa vida moral, fecundos métodos de trabalho, energias ignoradas, o europeu mediano não o suspeita.<sup>98</sup>

Helena Buescu, em extraordinário ensaio, compreende que esse interesse queirosiano forma um par com suas estratégias descritivas da vida lisboeta por via da tensão metafórica – estudadas na seção anterior. Buescu entende que Eça realiza uma espécie de escrita antropológica, que tenderia “não só a tornar familiares culturas ou sociedades ‘estranhas’ mas também, concomitantemente, a manifestar a estranheza da cultura própria”.<sup>99</sup> A importância dessa conclusão não pode ser minimizada: através da comparação com o saber antropológico<sup>100</sup>,

<sup>97</sup> *Textos de Imprensa IV*, cit. p. 196.

<sup>98</sup> *Ibid.*, 529.

<sup>99</sup> BUESCU, Helena. *Chiaroscuro*. Porto: Campo das letras, 2001, p. 138.

<sup>100</sup> É importante ressaltar uma omissão importante no ensaio de Buescu. Por mais feliz e produtiva que seja, a fórmula a que a autora se refere no trecho citado para sintetizar o saber antropológico (tornar o estranho familiar e o familiar estranho) diz respeito sobretudo a desdobramentos

Buescu ilumina a predileção de Eça pelo estranho, pela diferença, como um elo que liga desde suas estratégias de adjetivação até sua preocupação, por assim dizer, multicultural.<sup>101</sup> A ideia de que a diferença deve existir enquanto tal, sem ser incorporada ao mesmo, ganhará algumas conformações na ficção queirosiana, sendo uma delas a carta pertencente à *Correspondência de Fradique Mendes* em que o protagonista censura certo “engenheiro na Palestina”, chamado Mr. Bertrand, por seu plano de atravessar a Terra Santa com estradas de ferro. No temor de Fradique de que os caminhos de ferro fizessem a Palestina perder sua autenticidade de terra sagrada e evocadora de mitos fundadores do cristianismo, reaparece o temor do próprio Eça de uma uniformização do mundo:

Ora, locomotivas manobrando pela Judeia e Galileia, com a sua materialidade de carvão e ferro, o seu desenvolvimento inevitável de hotéis, ônibus, bilhares e bicos de gás, destroem irremediavelmente o poder emotivo da Terra dos Milagres, porque a modernizam, a industrializam, a banalizam...<sup>102</sup>

Por volta do mesmo período, em sua derradeira década de vida, Eça de Queirós escreve um livro no qual a questão do progresso emerge como um tema principal: *A cidade e as serras*. Nele, o leitor acompanha a história de Jacinto, um

---

pós-estruturalistas dessa disciplina, ocorridos no século XX. A ideia não pode ser genericamente aplicada à antropologia de maneira geral, muito menos à antropologia oitocentista contemporânea de Eça. Para uma reflexão sobre o tema, cf. MATTA, Roberto da. O Ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 23-35.

<sup>101</sup> É preciso não confundir a virada que se aponta aqui no pensamento queirosiano com a hipótese mais radical e simplista de um Eça de Queirós anticolonial. O autor se posiciona veementemente contra o colonialismo baseado em uma visão eurocêntrica do mundo quando trata dos *fellah* egípcios e dos *coolies* chineses, o que é notável. Mas Eça funda seus laços de solidariedade e comunidade para com esses grupos não europeus a partir de um critério ele próprio eurocêntrico: o fato de Egito e China terem constituído, historicamente, civilizações que Eça podia reconhecer como minimamente análogas à europeia. O autor não vê problema quando o colonialismo avança sobre “a Zululândia e sobre a Cafraria, nessas vastidões da Terra Negra, onde o selvagem e a sua cubata mal se distinguem das ervas e das rochas” (**Textos de Imprensa IV**, cit. p. 217). Helder Garmes (2005, pp. 53-71) é muito pertinente quando aponta o fato de Eça elaborar, portanto, um “ranking” em que se distinguem culturas “civilizadas” dignas de irrestrita solidariedade e culturas tribais sobre as quais as potências coloniais operam talvez “atos de cruel despotismo, mas não deterioram nenhuma primitiva originalidade de linha ou de ideia” (**Textos de Imprensa IV**, cit. p. 217). Daí a forma desconfortavelmente acrítica com que Eça trata a partida de Gonçalo Ramires para a África em *A ilustre Casa de Ramires*. O próprio fato de um autor que se opôs tanto ao imperialismo fundar sua noção alargada de humanidade em oposição às culturas africanas ditas tribais é um traço do racismo estrutural e exemplo radical da contribuição que a literatura do século XIX deu para a construção do mito do “fardo do homem branco”, que Eça reproduz na *Ilustre Casa*. Para uma reflexão aguçada sobre o tema, remeto ao curto, porém, brilhante comentário de Silvio Almeida sobre *O Coração das trevas*, de Joseph Conrad. cf. ALMEIDA, Silvio de. Imperialismo, colonização e racismo. In: CONRAD, Joseph. **O Coração das trevas**. Tradução de José Rubens Siqueira. Rio de Janeiro: autofágica, 2019, pp. 265-277.

<sup>102</sup> QUEIRÓS, Eça de. **A correspondência de Fradique Mendes** (memórias e notas). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014, p. 274.



rico aristocrata português que vive em Paris cercado por todos os luxos que os avanços tecnológicos da Europa oitocentista foram capazes de produzir. Após uma primeira metade do romance dedicada a estabelecer Jacinto como um ricoço entediado a despeito de todo o seu conforto – pelo menos quando visto pelos olhos do seu melhor amigo, o narrador Zé Fernandes –, vicissitudes da trama trazem os personagens para um solar à beira do rio Douro, em Portugal, no qual o hiper civilizado Jacinto tem de lidar com a rusticidade das condições locais. O ambiente tem um efeito revitalizante no protagonista, que abandona seu tédio e se torna um personagem encantado pela natureza, feliz e sobretudo empreendedor – capaz de fazer um uso moderado e sábio dos seus conhecimentos de europeu civilizado para corrigir as injustiças e carências da serra, sem com isso torná-la semelhante à cidade.

Trata-se de um romance do qual é difícil se aproximar: sua divisão desde o título em duas metades antitéticas, assim como o fato de sua trama bastante esquemática fazer emergirem as “serras” como as francas vencedoras do embate contra a “cidade”, tudo isso torna atraente uma leitura simplista da obra. Mesmo assim, o livro permanece como uma das obras queirosianas que mais suscita interpretações distintas, e até opostas. Historicamente, como veremos nos próximos capítulos, um dos focos nodais da polêmica terá sido a questão do eventual nacionalismo da obra: críticos queirosianos parecem divergir em relação a até que ponto a apologia feita pelo autor das “serras” do Douro contra a “cidade” francesa pode ou não ser lida de maneira essencialista, como uma apologia patriótica de uma suposta identidade rústica de Portugal frente a Europa cosmopolita. Essa hipótese representaria não só uma mudança quase diametral na posição de Eça em relação ao patriotismo, expressa na sua polêmica com Pinheiro Chagas, como também o retorno de uma visão não matizada em relação ao problema do progresso, agora invertida: se nas *Farpas* o atraso separando Portugal e o progresso europeu seria algo simplesmente negativo, aqui o mesmo atraso seria julgado de maneira igualmente simples como “positivo”. Entre as questões que dificultam o debate, pode-se citar o fato do personagem de Zé Fernandes ter sido apontado como um narrador pouco confiável<sup>103</sup>, o que permite supor que frases que ele diz ingenuamente estão ali colocadas pelo autor com uma

---

<sup>103</sup> SOUSA, Frank F. **O segredo de Eça** - Ironia e ambiguidade em A cidade e as serras. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p. 54.

intenção irônica. Isso para não falar do próprio problema da autoria: uma vez que Eça morreu sem concluir a revisão das provas do romance, dúvidas têm sido levantadas quanto ao grau de interferência da pena de Ramalho Ortigão (que assumiu as demandas editoriais desse livro após a morte do amigo) na versão final da obra.

Uma vez que importantes contribuições para o debate acerca do suposto patriotismo de *A cidade e as serras* aparecem com grande relevo nas comemorações do centenário de Eça que constituem o centro desta tese, seria apressado entrar nessa questão agora. Para já, basta apontar que, nesse romance, Eça, outra vez, produz imagens da estagnação homogênea, aqui mais do que nunca associada ao progresso. A primeira delas está dispersa ao longo da trama: é de estagnação que Eça trata quando atribui a Jacinto a característica do tédio que o desmobiliza e impede sua ação. Mas o tema não se apresenta apenas dessa maneira difusa: em certa altura da primeira parte do romance, Zé Fernandes e Jacinto sobem até o alto da colina de Montmartre, ao pé da recém-construída Basílica de Sacré-Coeur. Dali, Zé Fernandes faz a seu companheiro um impactante discurso associando Paris e sua civilização pretensamente dinâmica à mesmice:

Aí estava pois a Cidade, augusta criação da Humanidade. Ei-la aí, belo Jacinto! Sobre a crosta cinzenta da Terra – uma camada de calça, apenas mais cinzenta! No entanto ainda momentos antes a deixáramos prodigiosamente viva, cheia dum povo forte, com todos os seus poderosos órgãos funcionando, abarrotada de riqueza, resplandecente de sapiência, na triunfal plenitude do seu orgulho, como Rainha do Mundo coroada de Graça. (...) Para este esvaecimento, pois, da obra humana, mal ela se contempla de cem metros de altura, arqueja o obreiro humano em tão angustioso esforço? Hem, Jacinto?... Onde estão os teus Armazéns servidos por três mil caixeiros? E os Bancos em que retine o ouro universal? E as Bibliotecas atulhadas com o saber dos séculos? Tudo se fundiu numa nódoa parda que suja a Terra.<sup>104</sup>

Eis o que quero destacar: ao longo de sua carreira, independentemente de suas mudanças de opinião sobre temas sociais e políticos, Eça de Queirós escolheu recorrentemente imagens da estagnação homogênea para representar

<sup>104</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999, pp. 85-86.

aquilo que lhe pareceu terrível. Nenhuma imagem retorna tão frequentemente com uma carga tão negativa na obra queirosiana quanto essas representações daquilo que é apenas uma repetição eternamente igual de um mesmo: os partidos portugueses, no fundo apenas repetições de um mesmo partido; o progresso do século XIX, no fundo apenas repetições de um mesmo país (a Inglaterra) com características idênticas (caminhos de ferro, e outras marcas da industrialização); a metrópole, no fundo “sob a crosta cinzenta da terra – uma camada de calça, apenas mais cinzenta”. Sob suas preocupações aparentemente antagônicas com o atraso e o progresso, permanece – sustentando-as – um mesmo temor da ausência de mudança como a menos desejável das realidades. Um mesmo temor de que não haja condições para o estabelecimento da pluralidade.

Talvez seja importante, neste ponto, fazer referência a uma famosa interpretação da obra queirosiana que se aproxima em vários sentidos da ideia de estagnação que apresento aqui, mas que guarda em relação a ela uma diferença irreparável. Refiro-me ao ensaio “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queiroz”, escrito pelo célebre filósofo português António Sérgio em 1945 – justamente no contexto do centenário queirosiano que será estudado a partir do próximo capítulo. Nesse texto, o célebre filósofo defende a existência de uma “tese mestra” por trás da obra queirosiana: sua ficção seria uma crítica à “ociosidade e seu tédio”, características bem próximas da estagnação que venho propondo aqui, e que Sérgio tem grande habilidade em encontrar em distintas passagens da obra queirosiana.<sup>105</sup> Personagens como Luísa (de *O primo Basílio*), Carlos da Maia e João da Ega (de *Os Maias*) e Jacinto (de *A cidade e as serras*) teriam como característica central o pendor para a imobilidade, devido ao tédio ocioso e ao “fastio das paixões” de que seriam vítimas.

A principal diferença entre essa hipótese e a noção de “estagnação” que venho tentando vincar diz respeito àquilo a que cada uma dessas ideias se opõe. Para António Sérgio, o tédio ocioso mantém os personagens em uma dimensão superficial da existência e o antídoto contra ele – o que permite o acesso a camadas mais profundas da existência, portanto – é “o magnânimo trabalho para o

<sup>105</sup> SERGIO, António. Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós, *In*: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 499.

bem do próximo, no amor espiritual, na atuação generosa”, que levaria quem o praticasse à “ascensão para o zênite da alta vida unitiva: é a perda da individualidade pela adesão ao Uno”.<sup>106</sup> Se não causa estranhamento a oposição entre ócio e trabalho, na interpretação de Sérgio, por outro lado é bastante insólita sua noção de que esse trabalho oposto ao ócio conduziria seu agente a qualquer coisa como uma adesão a uma unidade. Nesse sentido, como tenho tentado deixar claro ao longo deste capítulo, a oposição que vejo Eça fazer à estagnação é inteiramente diferente daquela de Sérgio: para o autor de *Os Maias*, compreendo que a ideia de movimento está intimamente ligada à ideia de pluralidade.

Decorre daí que Eça, como contraparte de suas imagens da estagnação homogênea significando o terrível, promoverá frequentemente – com uma carga positiva – imagens do irresolvido, do contingente, do momento em que coexistem de forma tensa perspectivas distintas:

O interesse do Universo está todo na vida, na sua luta, na sua paixão, no seu cerimonial, no seu ideal e no seu mal. O Sol, nascendo por trás das Pirâmides, sobre o fulvo deserto da Líbia, forma um prodigioso cenário; o vale do Caos, nos Pirinéus, é de uma grandeza exuberante; – mas todos estes espectáculos hão-de ser sempre infinitamente menos interessantes que uma simples comédia de ciúmes, passada num quinto andar. Que há com efeito de comum entre mim e o Monte Branco? Enquanto que as alegrias amorosas do meu vizinho ou os prantos do seu luto são como a consciência visível das minhas próprias sensações. (...) é que o melhor espetáculo para o homem – será sempre o próprio homem.<sup>107</sup>

Sobre esse trecho, retirado de uma crônica publicada por Eça na *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, em 1880, cabe inicialmente ressaltar que o autor sintetiza seu pensamento sobre o que há de interessante no universo através das noções de “luta”, “paixão” e do par opositor “mal” e “ideal”. São sempre imagens evocativas da irresolução, da contingência, da coexistência simultânea e tensa de diferenças. Mas é também em um segundo nível que o parágrafo acima toca na questão da pluralidade: para Eça, o pranto de luto de um vizinho em um prédio qualquer constitui um “espetáculo” mais interessante do que uma paisagem estática pelo simples fato de que ele é “a consciência visível” do público. Em outras palavras, trata-se de algum nível de identificação, uma vez que aquele que assiste à vida de um vizinho, na “luta” e na “paixão” que a caracterizam, lança

<sup>106</sup> Ibid., p. 499.

<sup>107</sup> **Textos de Imprensa IV**, cit. p. 56.

uma nova perspectiva sobre sua própria vida: a ideia, mais uma vez, assemelha-se ao conceito arendtiano de pensamento, em que pensar equivale a considerar simultaneamente perspectivas plurais. Trata-se de um parágrafo, portanto, em que o autor aproxima a ideia de contingência à de pluralidade.

Em 1891, Eça de Queirós escreveu um belo conto intitulado *A Perfeição*, que parece sintetizar a ideia que tento desenvolver aqui.<sup>108</sup> O enredo dessa pequena obra não focaliza de forma crítica o Portugal do último quarto do século XIX, como é regra na produção romanesca do autor, nem se debruça sobre a vida de Cristo ou temas da hagiografia cristã, como alguns de seus contos farão: trata-se, neste caso, da única glosa queirosiana de um mote homérico. Narra o episódio da *Odisseia* em que Ulisses torna-se cativo e amante de Calipso, nos domínios dessa deusa na ilha de Ogígia. A escolha de um personagem e de um enredo tão simbólicos e arquetípicos para a cultura ocidental apenas reforça o quanto, neste conto específico, Eça parece estar tentando dizer algo bastante amplo sobre a condição humana. A trama do conto corre assim: após sete anos como hóspede/prisioneiro/amante de Calipso, tendo acesso a todos os luxos e prazeres da ilha mágica de Ogígia, Ulisses finalmente tem sua partida autorizada por uma ordem de Hermes. A deusa não cessa de seduzi-lo para que ele permaneça ainda assim na ilha e em sua companhia, alegando que ali não há envelhecimento, os luxos são infinitos, ela própria é uma mulher incomparável e os dias são sempre igualmente perfeitos: trata-se da mais sedutora imagem da estagnação homogênea de toda a obra de Eça. O herói sabe que, para além da ilha, sua vida retornará aos tormentos da viagem épica e que – na hipótese de que ele tenha sucesso em seu aventureiro regresso – quem o aguarda em Ítaca é apenas Penélope, uma mulher menos bela e mais perecível do que a deusa que o deseja. Nada disso o faz desejar ficar na ilha perfeita. Diz o Ulisses de Eça:

– Oh Deusa venerável, não te escandalizes! Perfeitamente sei que Penélope te está muito inferior em formosura, sapiência e majestade. Tu serás eternamente bela e moça, enquanto os Deuses durarem: e ela, em poucos anos, conhecerá a melancolia das rugas, dos cabelos brancos, das dores da decrepitude e dos passos que tremem apoiados a um pau que treme. (...) Mas, oh Deusa, justamente pelo que ela tem de incompleto, de frágil, de grosseiro e de mortal, eu a amo, e apeteço a sua companhia congênere!<sup>109</sup>

<sup>108</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Contos I**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 363.

<sup>109</sup> Ibid., p. 370.

Mas a valorização do “incompleto”, para o Ulisses de Eça, não está apenas ligada ao amor por Penélope. A contingência é por ele tida como desejável em si mesma, em uma fala que ecoa a tomada de partido do próprio Eça em favor da “luta”, da “paixão” e da “vida” que constituem o drama humano. Eis as últimas linhas do conto:

– Oh Deusa, não te escandalizes! Mas ainda que não existissem, para me levar, nem filho, nem esposa, nem reino, eu afrontaria alegremente os mares e a ira dos Deuses! Porque, na verdade, oh Deusa muito ilustre, o meu coração saciado já não suporta esta paz, esta doçura e esta beleza imortal. (...) o irreparável e supremo mal está na tua perfeição!

E, através da vaga, fugiu, trepou sofregamente à jangada, soltou a vela, fendeu o mar, partiu para os trabalhos, para as tormentas, para as misérias – para a delícia das coisas imperfeitas!<sup>110</sup>

Nos últimos anos de uma carreira em que as imagens da estagnação homogênea foram sempre associadas ao indesejável, Eça chega em *A Perfeição* à versão mais radical dessa ideia: a estagnação homogênea é indesejável mesmo quando não aparece terrível como o Portugal atrasado ou a Inglaterra imperial, mas assume em vez disso a forma de uma ilha de “paz”, “doçura” e “beleza imortal”. A ausência de pluralidade não é um problema a depender do estado de coisas que congela, apenas: é um problema em si. O fim de *A Perfeição* não é – em essência – distinto daquele trecho já citado das *Farpas*, em que o autor argumenta que mesmo um governo que desagrade a todos seria melhor para a opinião pública do que a mesmice sem alterações que se repetiria *ad infinitum* na vida pública portuguesa, porque, pelo menos, provocaria o surgimento de opiniões distintas e, em consequência disso, um tensionamento do debate. Apenas, no conto, o raciocínio que então se aplicava às condições de existência de uma esfera pública em Portugal é transportado para uma dimensão muito maior, dir-se-ia filosófica: Isabel Pires de Lima destaca que a escolha queirosiana de Ulisses como protagonista é proposital, no sentido de este ser um “arquétipo do humano” que Eça atualiza para “glosar a incompletude da natureza humana” e “o caráter inalcançável da totalidade”.<sup>111</sup> Em *A Perfeição*, a tomada de partido de Eça em

<sup>110</sup> Ibid., p. 383.

<sup>111</sup> LIMA, Isabel Pires de. A fadiga / a delícia das coisas (im)perfeitas: Ulisses / Fradique Mendes / José Matias. In: **Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito**. org. Secção de Estudos Franceses, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 176.

favor da diferença e da pluralidade, que aparecera inicialmente nas *Farpas* como uma militância política restrita ao cenário português e posteriormente deixou marcas muito visíveis na sua estética literária (nas formas como o autor recorreu a adjetivação metafórica e à ficção), acaba por poder ser lida, enfim, uma espécie de compreensão queirosiana da própria condição humana.<sup>112</sup>

### 1.3 - Conclusão do capítulo: uma pergunta

Dois aspectos da análise empreendida da obra literária de Eça de Queirós na segunda metade deste capítulo – sua adjetivação metafórica e a relação entre suas teses e a ficcionalização delas nos romances – atestam a continuidade de seu projeto original de intervenção na esfera pública através da desestabilização da linguagem, como proposto na reflexão inicial sobre *As Farpas*. Um terceiro aspecto da mesma análise – sobre as diversas imagens queirosianas da estagnação homogênea – permite compreender que essa continuidade não é um mero acidente: ela possui coerência com certo comprometimento que Eça teve até o fim da vida com ideia de pluralidade enquanto aspecto fundamental da condição humana.

Pode-se dizer, portanto, que – a despeito da multiplicidade de temas que abordou, das distintas preocupações políticas, religiosas, pessoais e profissionais que possam possuir expressão em sua literatura – Eça de Queirós foi até o fim um artista que produziu sua obra para que ela fosse apreciada *em público*. Isto é: longe de ter sido um autor que escreveu para um leitor ideal, ou que quisesse comunicar-se diretamente com a intimidade do indivíduo que o lesse cercado por seu ambiente privado, Eça de Queirós produziu romances, contos e crônicas que demandam ser apreciados simultaneamente por uma multiplicidade de pontos de vista. Isso quer dizer, em um primeiro nível, que Eça produziu uma obra “ficcional” ambígua e insólita nas metáforas que utiliza e nas teses que defende como parte de um projeto – para que os debates a respeito do sentido e da pertinência dessas obras ocupassem a praça pública. Em um segundo nível, os

---

<sup>112</sup> Como um adendo ao breve comentário feito anteriormente sobre o ensaio queirosiano de António Sérgio, podemos apontar como sintoma de algum grau de precariedade em sua leitura o fato de que Sérgio simplesmente não aceita (p. 460) o fim de *A Perfeição* tal como ele é, arriscando em vez disso uma estranha “correção” do texto queirosiano, que recusa a contingência: “quando o herói abala – não vai para a delícia das coisas imperfeitas, como diz Queiroz: parte, sim, para a delícia das imperfeições a superar por *atos*, dos defeitos a remediar por uma mente *ativa*”

mesmos procedimentos de produção de ambiguidade queirosianos também operam como a “picada do moscardo” socrática, isto é: a literatura de Eça tem o poder de instaurar pontos de vista plurais e simultâneos na própria imaginação daquele que lê, no interior do sujeito. Isso equivale a dizer que a obra de Eça é capaz de fazer “pensar” no sentido arendtiano do termo.

Essas constatações impõem uma pergunta, a pergunta cuja resposta será a tarefa de todos os capítulos subsequentes desta tese: de que maneira a obra de Eça de Queirós pode, se é que pode, ser lida quando inexitem ou estão precarizadas as condições de instauração da pluralidade em público e na própria imaginação individual? Ou, em outras palavras, mais sintéticas: de que maneira a obra de Eça pode ser lida quando a esfera pública é suprimida ou está policiada por regimes autoritários/totalitários?

O estudo das comemorações do primeiro centenário de nascimento de Eça de Queirós em Portugal, a que me proponho a partir da próxima página, portanto, é o que se chama de um *estudo de caso*. A escolha dessa celebração para que ela ocupasse o lugar central desta pesquisa impõe-se pelo contexto em que ela se deu, isto é, na ditadura fascista de António de Oliveira Salazar. O centenário queirosiano ganha interesse porque, quando foi celebrado, entre o fim do ano de 1945 e o princípio de 1946, a obra de Eça foi massivamente promovida pelo mesmo regime que suprimia o que aqui se verificou serem condições muito básicas para a sua leitura: no regime salazarista, não apenas houve o policiamento autoritário do espaço público, como também a tentativa de um projeto de controle totalitário da mentalidade e do imaginário do povo português. Investigar os termos em que se deu essa aparente contradição e verificar suas implicações para a interpretação produzida sobre Eça até aqui é o objetivo desta tese.



## 2 - DO HOMEM DE MÁRMORE AO HOMEM DE FERRO

O projeto salazarista de homenagem a Eça de Queirós

*Se Eça vivesse agora, Acácio não o deixaria escrever. Para disfarçar, celebra-o.*

Vieira de Almeida

O capítulo anterior se encerra com uma indagação (a respeito de quais seriam as condições de leitura de uma obra ficcional no âmbito de uma esfera pública interdita), e, portanto, trata-se agora de começar a responder. Este é o ponto em que devemos, em outras palavras, finalmente colocar as mãos em nosso objeto, verificando de que maneira seu aspecto nos dá condições de compreender o problema colocado. Do ponto de vista da totalidade da tese, este capítulo e o próximo devem ser entendidos como respostas provisórias para a nossa pergunta inicial, cada um deles focando um aspecto distinto do problema.

O caso a ser estudado nesta tese é o primeiro centenário de nascimento de Eça de Queirós, celebrado oficialmente pelo Estado português em 1945, em pleno regime de Salazar. Ora, a própria natureza do nosso objeto, quando ele é enunciado dessa forma, já nos permite descartar uma primeira resposta à pergunta desta tese, aquela que seria a mais simples por ecoar certos lugares comuns associados a estados autoritários e totalitários: se a obra de Eça de Queirós é celebrada pelo Estado salazarista, podemos deduzir que não se tratará aqui do problema da simples censura, do apagamento de um autor. O Estado Novo não suprime a memória de Eça de Queirós, não queima seus livros, não dá sumiço aos seus documentos nem adultera fotografias para removê-lo da memória coletiva. Há uma consequência a ser extraída dessa dedução: se estou investigando as condições de leitura da obra queirosiana numa esfera pública policiada e a própria entidade que opera esse policiamento o celebra e divulga, isso quer dizer que o primeiro leitor a ser considerado nesta pesquisa deve ser o próprio Estado. De que forma o regime salazarista foi capaz de ler e compreender Eça de Queirós? Por que motivo o celebra? Quais de seus aspectos privilegia e quais recalca nessa celebração? É precisamente isso que este capítulo busca descobrir.

A organização das festas do centenário queirosiano foi levada a cabo pelo SPN/SNI<sup>113</sup>, um departamento específico do Estado Novo de Salazar, e há abundante material produzido sobre o tema por esse órgão, felizmente bem conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Recorri a tal material para desenvolver este capítulo, mas tratarei prioritariamente desses documentos apenas na sua terceira seção. Antes disso, há tarefas que se impõem: sendo o regime salazarista uma entidade política e governamental com um conteúdo ideológico muito bem delineado, de extrema direita fascista, o discurso do Estado sobre Eça na altura do centenário torna-se ininteligível caso não consideremos a maneira como se dava a leitura do autor pelo grupo alinhado a essa tendência de pensamento desde o período em que o Estado Novo estava em gestação e Salazar sequer tinha ocupado o proscênio da política portuguesa. Tratarei disso a partir da seção 2.1.2. Mas ainda há uma outra tarefa preliminar, que antecede a todas, e da qual me ocuparei na seção 2.1.1: antes de se apresentar o discurso do Estado e os elementos de sua gestação, é preciso ensaiar uma interpretação do motivo pelo qual era absolutamente inescapável que o salazarismo falasse de Eça. O pressuposto para todo o resto deste capítulo é o de que a figura de Eça de Queirós se apresentava como uma espécie de problema para o Estado Novo e que o centenário terá sido uma forma de resolvê-lo. A forma que encontrei de apresentar esse problema inicial é a narrativa de uma anedota, à qual passo imediatamente.

## **2.1 - Um homem de mármore**

### **2.1.1 - Quando Eça colaborou com o Comintern**

No início de outubro de 1936, o jovem escritor inglês Ralph Fox esteve por uma semana em Lisboa. Embora a capital portuguesa não passasse de uma escala em sua viagem para a Espanha, Fox aproveitou o período ali para escrever

---

<sup>113</sup> O documento mais antigo da pasta referente ao Centenário de Eça de Queirós data de 16/03/1944, e já nos dá essa informação. Trata-se de uma carta de Silveira Campos, presidente da Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, para António Ferro, informando que soube-se “pela imprensa diária” que Ferro teria se reunido com a direção do Círculo EQ e com “representantes da família do grande romancista” para “resolver da orientação do programa comemorativo do centenário”. A notícia teria informado que o SPN chamaria “para si a orientação das celebrações do centenário”. Silveira Campos aproveita o ensejo para requerer que, no âmbito do centenário, fosse erguido um Liceu Eça de Queirós, em Póvoa. CAMPOS, Silveira. [carta] 16 mar. 1944, Póvoa do Varzim [para] António Ferro, Lisboa. 1 fl. Informa que está ciente das comemorações do centenário. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

algumas páginas que, provavelmente, foram suas últimas: ele jamais sairia da Península Ibérica, vindo a falecer em dezembro daquele mesmo ano na Andaluzia.<sup>114</sup> Esse seu texto final tomou a forma de um pequeno volume intitulado *Portugal Now*, relato da sua experiência lisboeta. O livrinho flagra a capital portuguesa durante os primeiros anos do Estado Novo, regime político estabelecido quando, em 1933, António Salazar estabilizou e centralizou na sua figura uma ditadura militar que vigorava desde 1926. Ralph Fox inicia a porção de seu texto que trata efetivamente de Portugal com estas curiosas palavras sobre um homem de mármore:

No século XIX, Portugal teve o seu Zola: um romancista chamado Eça de Queirós. Numa pequena praça no centro de Lisboa, os seus ingratos compatriotas erigiram-lhe um monumento. O grande escritor, vestido com um fraque marmóreo e colarinhos subidos, segura um véu de mármore por cima das partes pudicas de uma jovem roliça nua. No pedestal, podemos ler uma inscrição retirada das obras do próprio romancista, segundo a qual ele colocou “sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. É um símbolo perfeito do Portugal moderno, decerto decretado pelo ironista da história, que o chefe do gabinete de propaganda deste estado corporativista também se chame Eça de Queirós.<sup>115</sup>

Fox descreve o Monumento a Eça de Queirós, estátua da autoria do escultor Teixeira Lopes, situada desde 1903 no Largo Barão de Quintela, entre o Chiado e o mar (ver fig. 1). O esboço tão preciso desse marco urbano relativamente discreto como a primeira imagem de Portugal a ser revelada aos leitores serve a um duplo propósito no livro: em um primeiro nível, mais explícito, trata-se de uma maneira de Fox antecipar a introdução, em seu texto, de António Eça de Queiroz, o tal “chefe do gabinete de propaganda” português ali referido e filho caçula do escritor oitocentista.<sup>116</sup> António Eça, que acaba convertido em um personagem cômico nas páginas de *Portugal Now*, é alguém sobre quem falaremos longamente, ainda neste capítulo. Em um segundo nível, contudo, a simbologia sugerida pelo monumento logo no primeiro parágrafo do

<sup>114</sup> NEVES, José. Prefácio. In: FOX, Ralph. **Portugal Now**. Lisboa: Tinta da China, 2006, pp. 7-14.

<sup>115</sup> FOX, Ralph. **Portugal Now**. Lisboa: Tinta da China, 2006, p. 39.

<sup>116</sup> É evidente que Fox está mal-informado, quando chama António Eça de “chefe”: quem realmente comandava propaganda do regime era António Ferro, como veremos. António Eça de Queirós, contudo, era seu braço direito e ocupava um alto cargo no SPN. cf. SCHILIRÓ, Luís Bensaja de. Queiroz, António Alberto Eça de. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 1102.

texto serve também como uma declaração de intenções: partindo da dicotomia observável na estátua, o relato de Fox narrará simultaneamente o que ele pensa ser a “verdade” sobre Portugal e a “fantasia” produzida sobre o país pela propaganda do “corporativista” Estado Novo.

Isso porque – devo confessar – *Portugal Now* não é o mero relato de um viajante: trata-se, sobretudo, de um trabalho de espionagem. Ralph Fox era, na verdade, um militante ligado ao Partido Comunista da Grã-Bretanha e ao Comintern.<sup>117</sup> Sua breve passagem por Portugal, em 1936, teve o propósito de investigar se o governo de Salazar estaria permitindo que Lisboa fosse um entreposto para o contrabando de armas e equipamentos entre a Alemanha de Hitler e a Falange do Generalíssimo Franco, no âmbito da recém-iniciada Guerra Civil Espanhola. Essa guerra, aliás, é o destino final do périplo e da vida de Ralph Fox: será como combatente da XIV Brigada Internacional Auxiliar do Exército Republicano que o jovem espião morrerá em um campo de batalha andaluz (HAAPAMAKI, 2005, p. 33).<sup>118</sup>

Retomando a citação feita acima, portanto, é relativamente simples concluir que, na metáfora evocada pela estátua de Eça, a aliança clandestina e sub-reptícia entre Salazar e Franco seria a “verdade” mal coberta pelo manto diáfano da pretensa neutralidade declarada por Portugal no conflito, que, por sua vez, seria uma mera “fantasia” alardeada pela propaganda salazarista. Não que nos interessem tanto os desdobramentos da investigação do jovem comunista.<sup>119</sup> Suponho, apenas, que haja certas conclusões a se chegar quando consideramos o curioso fato de um espião inglês comunista ter decidido iniciar seu relato sobre o Portugal de Salazar pela descrição de um monumento a Eça de Queirós.

A dupla camada de significado do parágrafo de abertura do relato de Fox apoia-se numa ambiguidade detectável já na própria estátua do escultor Teixeira

<sup>117</sup> Também conhecido como “Terceira Internacional”, ou “Internacional Comunista”, o Comintern foi a instituição fundada por Vladimir Lenin em 1919, na esteira da Revolução Russa, para congregar partidos comunistas de todo o mundo e orquestrar a luta contra o capitalismo a nível planetário. JOHNSTONE, Monty. As Internacionais. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 314 - 316.

<sup>118</sup> HAAPAMAKI, Michele. Writers in Arms and the Just War: The Spanish Civil War, Literary Activism, and Leftist Masculinity. In: **Left History**, v. 10, nº 2, 2005, p. 33.

<sup>119</sup> É necessário ressaltar, a bem da verdade, que, desde então, os historiadores que se debruçaram sobre o assunto já colheram inúmeras evidências de que a hipótese de Fox sobre o contrabando estava essencialmente correta: Salazar colaborou para a vitória franquista. cf. SEREM, Rubén. Portugal e a Guerra civil de Espanha (1936 - 1939): uma introdução. In: Revista **Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, out. 2015, pp. 204-223.

Lopes, que por sua vez inspira-se em uma filigrana sintática da fórmula original de Eça que vem citada na sua base. Vejamos: a sentença “sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”, retirada da epígrafe do romance queirosiano *A Relíquia*, tem uma elipse de verbo, isto é, prescinde de uma palavra que articule os nomes contidos na sentença em torno de uma ação ou estado. Essa elipse, no caso queirosiano, consiste em um procedimento textual que, ao produzir ambiguidade no sentido da frase, é, segundo todos os aspectos, análogo ao expediente da adjetivação metafórica que tentei apresentar no capítulo anterior e participa do mesmo projeto estético. A estátua torna a elipse evidente: o escultor cinzela o mármore de modo que a cena se construa também com uma espécie de elipse de verbo, estando o Eça de mármore suspenso em uma ação ambígua: seu gesto pode ser tanto o de *vestir* como o de *despir* a figura feminina que representa a Verdade. Trata-se da sugestão de um movimento em duplo sentido, literalmente, inclusive com inegável carga erótica.

É algo desse duplo sentido que Fox recupera em seu texto, uma vez que a figura Eça de Queirós passa a representar, na abertura de *Portugal Now*, dois papéis antagônicos ao mesmo tempo: pela homonímia de sobrenome entre o escritor e seu filho, Eça de Queirós seria o chefe de propaganda salazarista que quer *encobrir* a verdade sobre o país; mas Eça de Queirós também representa o próprio narrador espião, Fox, em seu gesto escrutinador de desnudar o regime, como um “Zola” português teria feito com sua pena realista. Trata-se do curioso caso de um duplo sentido que sobrevive e se potencializa desde um romance oitocentista até o relato de um espião no século XX, através da mediação de um pedaço talhado de mármore. Num lance altamente improvável, a metáfora escrita por Eça para servir de póstumo a seu livro anticlerical e farsesco acaba contribuindo para tornar legível o Portugal de Salazar aos olhos de um espião a serviço dos soviéticos.

Isso só ocorre, é claro, porque o jovem comunista vê no monumento público mais do que o que lá está: sua descrição da peça de mármore é informada por um contexto político próprio – alheio ao escritor oitocentista e ao escultor – que transforma seu significado. Talvez seja um bom momento para lembrarmos o conceito de mimesis proposto por Luiz Costa Lima: trata-se, aqui, de uma produção de semelhança (a descrição de Fox é *semelhante* à estátua, que por sua vez é *semelhante* à frase de Eça) em que o que importa “não é seu caráter de cópia

(...) mas o processo de transformação que se opera”.<sup>120</sup> A elegância do conceito de Costa Lima, que o torna útil aqui, reside no fato de que o próprio teórico não associa a mimesis a um momento precisamente situado no fazer artístico ou no ato de leitura: trata-se de um *processo* em que o semelhante vai sendo indefinidamente produzido, mas sempre em diferença tensa em relação ao modelo original. Ou, se quisermos, um processo em que a diferença vai sendo produzida a partir de um pano de fundo de semelhança. No caso que nos interessa, a fresta possibilitadora da cadeia de transformações que culmina no entendimento de Fox começou a ser aberta pelo próprio Eça, décadas antes, ao combinar na epígrafe de um de seus romances figuras simples como uma metáfora e uma elipse, orientado sempre pelo propósito – que já discutimos – de dinamizar a esfera pública através da produção literária. Trata-se de uma evidência do caráter ficcional da escrita de Eça, que julgo ter apontado no capítulo anterior: sua abertura constante a novas leituras e sua irredutibilidade a um sentido fixo.

Uma tal propriedade mostra-se mais interessante ainda quando compreendemos que o estabelecimento de um sentido fixo é precisamente para que servem, em geral, monumentos erguidos em praças públicas a grandes glórias nacionais, como essa estátua de Eça. Em outras palavras, a ficcionalidade da escrita queirosiana, que transborda no trabalho do escultor, acaba por deslocar a estátua precisamente daquilo que seria sua função *monumental*. Se concordarmos com um texto escrito sobre o assunto pelo historiador francês Jacques Le Goff, o que define um monumento é precisamente sua condição de produto do poder, cuja função é a de produzir memória, isto é, perpetuar certa perspectiva sobre uma pessoa, coisa ou episódio do passado. No caso de um escritor morto após tornar-se célebre em seu país, como Eça de Queirós, a função do monumento é a de perpetuar sua glória, e nada mais.<sup>121</sup> Entretanto, a elipse de sentido, que nasce na frase inspiradora de Eça e é preservada na curiosa escolha estética do escultor, parece tornar aqueles pedaços de mármore esculpido capazes de “dizer em silêncio outra coisa diferente do que dizem”.<sup>122</sup> O objeto é destituído de sua univocidade monumental e a elipse convida aquele que observa a estátua a conscientemente procurar ali vestígios que sugiram outros sentidos, como faz

<sup>120</sup> LIMA, Luís Costa. **Trilogia do Controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 64.

<sup>121</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. **L’archeologie du savoir**. *apud* **História e Memória**, cit. p. 546.

Ralph Fox. Para trabalharmos com as palavras de Le Goff, extrapolando um conceito seu estritamente ligado à prática do historiador, é como se a elipse queirosiana tornasse o *monumento* legível como um *documento*: um índice mudo que convida à investigação.

Ocorre que a existência de uma tal propriedade semântica produtora de ambiguidade em um monumento lisboeta consiste, por si só, em fator de alguma ameaça para o regime instaurado por Salazar. De saída, qualquer um que conheça minimamente o caráter ultracatólico e pudico do regime salazarista tem como supor o desconforto que uma estátua representando uma situação tão erótica poderia despertar. Isso é verdade, e é bom que não nos esqueçamos o quanto o erotismo que circunda a figura de Eça está ligado à ficcionalidade de sua escrita.<sup>123</sup> Mas, para que possamos compreender mais profundamente a natureza dessa ameaça, é necessário iniciar aqui um esboço descritivo do regime. Começemos por reconhecer que, hoje em dia, é perfeitamente simples para um historiador contemporâneo como Fernando Rosas enquadrar o Estado Novo salazarista a partir de uma série de definições assertivas e dotadas de precisão conceitual:

O Estado Novo configurou um fascismo conservador, resultante da unificação das direitas autoritárias e antiliberais e das direitas liberais civis e militares, rendidas à fascistização desse campo político e ideológico (...). Essa unificação e homogeneização realiza-se em torno da particular e indiscutível chefia carismática de Oliveira Salazar, no quadro de uma “ditadura de chefe de Governo”, que constrói um regime nacionalista, corporativo, antidemocrático, policial, de características essencialmente fascistas.<sup>124</sup>

O Estado Novo, portanto, foi um estado fascista, segundo Fernando Rosas. No entanto, por mais que possamos concordar com essa definição (e ao longo dessa tese se verá que eu concordo veementemente), o esboço que proponho aqui deseja inicialmente apreender o regime a partir de um traço constitutivo do fascismo português que a definição acima não enfatiza: refiro-me a uma espécie de pretensão de invisibilidade do regime de Salazar enquanto tal. A concepção do Estado Novo anunciada pelo próprio ditador era a de que seu regime seria “uma criação política estruturalmente portuguesa”, na qual a sociedade fosse mantida “o

<sup>123</sup> Tema abordado na seção 1.2.1 do Capítulo I desta tese.

<sup>124</sup> ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 253, 254.

mais possível no seu plano natural”.<sup>125</sup> Como se vê, o que salta ao primeiro plano neste tipo de discurso é uma concepção essencialista, orgânica e auto evidente da “nação” portuguesa, da qual o Estado seria meramente uma expressão no plano político. Eis porque um dia Eduardo Lourenço publicaria, sobre o regime de Salazar, um livro com o provocativo título *O fascismo nunca existiu* (LOURENÇO, 1976): elementos qualificadores – que hoje Fernando Rosas pode atribuir com segurança ao Estado Novo – de mostrar-se “antidemocrático”, “conservador” e “autoritário”, viriam a ser, na época, apresentados pelo regime como a própria natureza nacional. Na ótica proposta por Salazar, Portugal – e não o salazarismo – seria essencialmente autoritário, conservador e refratário à democracia. O regime não seria mais que o suporte para uma nação finalmente revelada sem intermédios.

Segundo Luís Trindade, em seu estudo *O estranho caso do nacionalismo português*<sup>126</sup>, um dos fatores que possibilitou a instauração de um tal regime político em Portugal foi a existência prévia de um consenso – pelo menos entre as camadas letradas da sociedade – quanto ao caráter da nação, que coincidia exatamente com os traços que acabamos de apresentar: Portugal seria autoritário, conservador e antidemocrático por seu caráter de nação atavicamente rural, simples, orgulhosa de sua estrutura de poder patriarcal e de seus valores morais arraigados, entre diversos outros estereótipos essencialistas. Esse consenso nacionalista disseminado por toda a incipiente esfera pública portuguesa, por sua vez, foi o produto de cinquenta anos daquilo que Rosas chama de inculcação ideológica. É esse intervalo de tempo (entre 1890 e 1940) que Luís Trindade tomará como objeto de estudo, analisando a literatura nacionalista anterior e concomitante ao Estado Novo. Trindade compreende como dado essencial no processo de produção do consenso nacionalista o deslocamento – no plano simbólico – de tudo quanto fosse dissensual a essa concepção para a posição de estranho, de exterior à nação. Não se tratava, para os ideólogos nacionalistas, de disputar certa concepção reacionária da identidade portuguesa *contra* os projetos cosmopolitas, democráticos ou socializantes que outros grupos defendiam para o país, e que abundavam naquele princípio de século XX. O projeto nacionalista,

<sup>125</sup> SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos**, Vol. II. Coimbra: Coimbra editora, 1936, p. 386.

<sup>126</sup> TRINDADE, Luís. **O Estranho caso do Nacionalismo Português** - O salazarismo entre a literatura e a política. In: Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.



expresso com muita força na esfera literária, era o de afirmar que esses projetos “progressistas”, pelo simples fato de o serem, não seriam portugueses. Tais ideólogos realizavam essa tarefa ao escrever “escondendo a dualidade, ocultando a conflitualidade no momento em que esta estava mais aberta e criando uma harmonia”.<sup>127</sup> Tratava-se, em outras palavras, de (a partir da expulsão do diferente) produzir literariamente a imagem de um Portugal *homogêneo*, inteiramente igual a si mesmo. Essa homogeneidade, por sua vez, acabaria por “fazer-se passar pela natureza das coisas”.<sup>128</sup> Vê-se logo como esse arranjo será politicamente potente para o Estado Novo, dado que ele próprio também poderá se afirmar como uma entidade acima das disputas, das parcialidades e dos artifícios que marcam o mundo da política.

Ora, voltando ao episódio da estátua queirosiana na visão de Ralph Fox, podemos entender a autoimagem do nacionalismo português que deseja se passar por “natureza” com uma pretensão de aparecer como “nudez”, na medida em que o Estado Novo nacionalista seria Portugal revelado em sua essência. Quando Fox retoma a metáfora queirosiana a fim de pensar Portugal para além do drama político específico que lhe interessa (a questão da colaboração com Franco), o faz produzindo o efeito de uma desnaturalização, ao colocar em xeque a homogeneidade pretensamente auto evidente do caráter português. Fox revela que aquilo que parece ser “nudez” no Portugal salazarista é na verdade “manto diáfano”: o que aparece como essência é, na verdade, artifício, o que aparece como “natureza” é, na verdade, política e o que aparece como nação é, na verdade, Estado – com todos os seus aparelhos, instituições e agentes. O que se pretendia a homogeneidade harmônica de uma nação finalmente semelhante a si mesma revela-se, no livro de Fox, como estrutura heterogênea composta por um governo ditatorial e uma sociedade controlada por esse governo – eis a estrutura que é simbolizada, em seu texto, pela imagem da estátua queirosiana.

O par opositor “homogeneidade/heterogeneidade”, que propus aqui, torna a dinâmica entre Fox e sua representação do Estado Novo bastante parecida com a dinâmica que o próprio Eça de Queirós instituiu entre sua obra e a Europa oitocentista, como já pudemos ver na seção do primeiro capítulo intitulada “A estagnação homogênea”. Uma vez mais, parecemos estar diante de uma sociedade

---

<sup>127</sup> Ibid., p. 42.

<sup>128</sup> Ibid., p. 13.

que se enxerga excessivamente igual a si mesma, “cinzenta” (no sentido em que não admite apresentar contrastes internos) no seio da qual a pluralidade seria instaurada pela figura do escritor que opera com metáforas e outros procedimentos literários produtores de ambiguidade. Penso que há uma produtividade nessa coincidência, que – reconheço – soa a princípio um tanto simplificadora. À primeira vista, é como se se quisesse defender aqui que todo o mundo europeu oitocentista criticado por Eça (que, lembremos, englobava desde o Portugal da regeneração até a Paris cosmopolita e a Inglaterra imperialista) fosse semelhante ao Portugal de Salazar visto por Fox. Todos esses cenários tornar-se-iam descritíveis pelo termo único: “homogêneo”.

Começamos a dar nuances a essa simplificação aceitando que o salazarismo é uma espécie de fascismo, acompanhando a classificação de Rosas. Isso torna possível recorrer ao trabalho de Georges Bataille sobre o tema – intitulado *A Psicologia estrutural do fascismo*, produzido ainda em 1933 – e à leitura que o filósofo brasileiro Vladimir Safatle fez desse texto em um recente ensaio intitulado *Psicologias do fascismo*.<sup>129</sup> Bataille vê o conceito de “homogeneidade” como chave para compreender o que chama de “medida comum”<sup>130</sup> da sociedade capitalista: o mundo torna-se homogêneo visto que tudo – mercadorias, discursos, pessoas – é mensurável segundo uma mesma escala de troca e utilidade, por sua vez subsumível a uma “abstração monetária”.<sup>131</sup> É bastante simples associar essa noção do mundo capitalista aos três cenários que vimos Eça descrever utilizando-se de sua imagética da “estagnação homogênea”: não apenas a Inglaterra imperialista e rentista ou a Paris que é o símbolo da superioridade cultural dessa modernidade, mas também (até certo ponto) o Portugal que começa a nascer nos anos 1870, a cuja “Regeneração” Oliveira Martins muito acertadamente atribuíra o epíteto de “o nome português do capitalismo”.<sup>132</sup> Entretanto, Bataille chama a atenção para o fato de que a instauração de uma tal “medida comum” homogeneizante não abarca certas “forças heterogêneas” que persistem, sem subsumir-se à medida comum da

<sup>129</sup> SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do Fascismo** [curso]. São Paulo: Universidade de São Paulo - Departamento de Filosofia, 2019.

<sup>130</sup> BATAILLE, Georges. The psychological structure of fascism. **New German Critique**, Duke University, N° 16, Winter, 1979, p. 65.

<sup>131</sup> **Psicologias do fascismo**, cit. p. 56.

<sup>132</sup> MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Guimarães & C.ª, 1953, p. 173.

abstração financeira produtivista e sendo, a princípio, “improdutivas”.<sup>133</sup> Em outro texto, Bataille exemplifica essas forças: o “luxo, os enterros, as guerras, os monumentos santuários, os jogos, os espetáculos, a atividade sexual perversa (isto é desviada da finalidade genital)”.<sup>134</sup> A mais importante entre as formas improdutivas seria o “sagrado”, aquilo que é “absolutamente heterogêneo quando comparado ao profano”.<sup>135</sup>

Bataille, em seguida, subdivide esse “sagrado” que não se submete ao “homogêneo” em duas formas distintas de heterogeneidade: uma delas, “superior” e aceita pela sociedade, não se rende ao reino do mensurável por ter um valor transcendente, puro. O melhor exemplo, no caso português, seria indiscutivelmente a religião católica. Por outro lado, também pertence ao campo do sagrado (na qualidade de “tabu”) aquilo que não tem valor por ser incomensuravelmente *impuro*, decadente, e que acaba proscrito: o erótico, o ocioso, o ambíguo, o libertino, o perverso. Tudo aquilo que Safatle entende como “aquém da forma”.<sup>136</sup> A dinâmica capitalista de homogeneização, segundo Bataille, depende do Estado para impedir que os indivíduos abandonem o circuito da produção e associem suas vidas a quaisquer dessas duas heterogeneidades, a sagrada ou a profana: em palavras simples, o capitalismo rejeitaria igualmente beatos e malandros. O fascismo, por sua vez, consistiria em uma reconfiguração dessa dinâmica: o líder fascista (que Bataille associa às autoridades monárquicas, religiosas e militares) ocupa, ele próprio, o lugar da heterogeneidade “superior” como um soberano sacralizado, indiscutível e não subsumível a uma lógica de trocas. A partir dessa posição extremamente poderosa e descolada da homogeneidade o líder desencadeia um processo de violência contra tudo que é improdutivo por ser impuro e degradado, abrindo o caminho para a expansão da sociedade homogênea do capitalismo. Safatle, lendo Bataille, conclui que, dessa maneira, “o fascismo se transforma no uso do heterogêneo como astúcia última da sociedade homogênea”.<sup>137</sup> Toda essa dinâmica pode ser sintetizada na afirmativa de Fernando Rosas de que “o fascismo é um produto do capitalismo”.<sup>138</sup>

<sup>133</sup> The psychological structure of fascism, cit. p. 66.

<sup>134</sup> BATAILLE, Georges. **A parte maldita**. São Paulo: Autêntica, 2013, p. 21.

<sup>135</sup> **Psicologias do fascismo**, cit. p. 69.

<sup>136</sup> Ibid., p. 59.

<sup>137</sup> Ibid., p. 60.

<sup>138</sup> **Salazar e os fascismos**, cit. p. 38.

A noção do fascismo como um regime que precisa incorporar certa heterogeneidade para expurgar outra – em prol da homogeneidade capitalista – torna legível o caso da estátua de Eça descrita por um espião comunista. Entendo que este caso constitui um símbolo da problemática que se colocava diante da propaganda do regime salazarista, mas isso só é compreensível se apontarmos também o “ficcional” e o “literário” como elementos incluídos no rol das heterogeneidades circunscritas por Bataille. É Luiz Costa Lima quem traça os caminhos dessas duas invenções na modernidade: por um lado, o desenvolvimento da literatura ao longo do século XIX enquanto uma instituição autônoma, isolada da esfera pública política, cada vez mais voltada para si própria – incluindo-se aí a experiência que se chamou de “arte pela arte”, e que Costa Lima reputa como “esquizofrênica”<sup>139</sup>, – pode ser associada à sua sacralização, sua inclusão no âmbito da heterogeneidade superior. Por outro lado, Costa Lima aponta que quaisquer discursos ficcionais que escapem da instituição literatura acabam lidos na mesma modernidade que a sacraliza como “embuste, fabricação, falsidade, fantasia, fingimento”<sup>140</sup>, o tipo de malandragem reprovável e incompatível com a ética capitalista que Bataille associaria à baixa heterogeneidade. A obra de Eça de Queirós, plenamente reconhecível como literatura da mais requintada estirpe – mas que sabemos saltar para fora da “esquizofrenia” dessa instituição ao se configurar enquanto intervenção desestabilizadora e ambígua no debate público, apimentada –pelo seu recorrente teor erótico –, parece oscilar no limite entre essas duas heterogeneidades.

Assim, uma questão que se impõe ao regime fascista de Salazar, uma vez que este se instaura, pode ser formulada nos seguintes termos: “O que fazer com a memória de Eça de Queirós”? Por um lado, como prova a existência de seu monumento em uma das partes mais nobres de Lisboa, o escritor compunha já então o panteão das glórias nacionais intocáveis. Por outro lado, esse estranho herói glorioso da pátria portuguesa, apesar da elegância de seu monóculo e de suas roupas de *gentleman*, parece não ser facilmente dissociável de certos traços de impureza: sua memória aparentemente carrega consigo a ambiguidade perigosa e “baixa” de sua linguagem, que (como já vimos) é constituída por um vocabulário relativamente vulgar, rearranjado em estranhas e irônicas relações.

<sup>139</sup> **Trilogia do Controle**, cit. p. 68.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 69.

Evidenciada tanto pela estátua quanto pela comparação de Fox que liga Eça a Zola está a aura de erotismo que perpassa tudo o que envolve o autor do *Primo Basílio*. Bataille, aliás, qualifica o erotismo como “a melhor arma contra o fascismo”, antecipando a arena na qual se dará parte do debate queirosiano que veremos a seguir.<sup>141</sup>

A história da leitura que a extrema-direita portuguesa faz de Eça de Queirós – que contarei a seguir – é a história da tentativa de captura desse autor pela “heterogeneidade superior”, e do recalcamento dos aspectos da sua obra menos adequados a esse estado sacralizado. No entanto, como prova a história de Fox, esse recalcamento nunca é definitivo, e o caráter transgressor da obra de Eça acaba por reaparecer inesperadamente. Veremos a partir da próxima seção que, assim como o fascismo visou mobilizar a heterogeneidade superior como força violenta na política, o movimento que o Estado Novo fará em 1945 será o de solucionar o problema queirosiano ao invocar a glória nacional em que Eça se transformara a favor do regime. Recuemos até o início do século XX, de modo a compreender detalhadamente essa história.

### - 2.1.2 - “O que convém disfarçar”

Eça de Queirós faleceu no ano de 1900. Cinco anos após sua morte, uma importante figura da época, de nome João Chagas, publicou na sua obra *Homens & Factos* um texto sobre o romancista, depois reimpresso na coletânea *Eça de Queirós visto por seus contemporâneos*.<sup>142</sup> Esse crítico literário – um militante republicano e futuro primeiro-ministro de Portugal – esboçava então sobre o autor de *Os Maias* a seguinte hipótese, em si mesma bastante simples: a ironia, em Eça, seria a expressão de um conflito entre o autor e o meio medíocre em que ele circulara. Eça não teria escrito de forma irônica por preferência estética sua, mas porque fora obrigado a tal pela “sociedade que se ofereceu à sua observação”, que “profundamente irritava seu gosto”.<sup>143</sup> Chagas, que demonstra claramente não ter grande apreço pelo aspecto irônico da obra de Eça, faz de sua hipótese uma acusação:

<sup>141</sup> *Psicologias do fascismo*, cit. p. 60.

<sup>142</sup> CHAGAS, João. Eça de Queiroz. In: TREPA, José (org). *Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos*. Porto: Lello & Irmão, 1945. pp. 359-365.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p. 363.

Sem esse conflito, Eça de Queirós teria sido um romancista universal. O que lhe reduziu as proporções foi Lisboa. De uma Lisboa mais inteligente e de paixões mais nobres, a sua obra, liberta dos seus estreitos contatos locais, das suas caricaturas, das suas anedotas e dos seus ditos, partiria a reunir-se às cem ou duzentas obras de arte que hoje são do domínio universal e fazem o deleite e a glória do espírito humano.<sup>144</sup>

Não cabe ao escopo deste trabalho averiguar ou não a validade da tese de Chagas. Eis seu aspecto que nos interessa: se reconhecemos que a militância política de João Chagas a favor da República é muito mais proeminente que sua crítica literária, somos levados a supor que sua hipótese de uma capital nacional tão medíocre que impede ao romancista alcançar o “domínio universal” é até certo ponto informada por sua militância. É o aspecto aristocrático, conservador e “miguelista”<sup>145</sup> da capital da Monarquia Constitucional que está sendo atacado aqui, e Chagas deixa isso ainda mais evidente quando complementa sua crítica com uma espécie de contrapartida: “Assim como ele [Eça] se indispôs com sua sociedade, a sua sociedade se indispôs com ele” (CHAGAS, 1945, p. 364).<sup>146</sup> Segundo Chagas, os lisboetas de 1905 passariam “resmungando” pela estátua de Eça no Largo Barão de Quintela, erguida dois anos antes. O crítico e militante acusa a capital portuguesa de não aceitar

que um tão brilhante espírito cosmopolita viesse pôr restrições, reparos e reticências numa civilização que ele quisera bela para seu orgulho e que só encontrou hedionda para sua desconsolação.<sup>147</sup>

No outro polo do espectro político, mas de certo modo concordando com a partilha estabelecida por João Chagas, um obscuro crítico literário português que assinava somente como “José Agostinho” publicou, em 1909, um pequeno

<sup>144</sup> Ibid., p. 363-364.

<sup>145</sup> O miguelismo, em Portugal, foi originalmente o movimento que lutou pela ascensão do infante D. Miguel de Bragança ao trono português, ainda na década de 1830. O conteúdo político do movimento é reconhecível na causa absolutista, tradicionalista, antiliberal e anticonstitucional que D. Miguel representou. Por todo o século XIX, inclusive muito após a instauração da Monarquia Constitucional, o termo miguelismo (e o clamor pela legitimidade dos descendentes de D. Miguel) seguiu se fazendo notar como a oposição mais reacionária ao regime vigente. Após a instauração da república, muitas das formulações ideológicas do velho miguelismo foram apropriadas pelo Integralismo Lusitano e – até certo ponto – pelo Estado Novo. LEAL, Ernesto Castro. Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940). In: **História Crítica**, No. 56, Bogotá, abr. – jun. 2015, pp. 113-115.

<sup>146</sup> CHAGAS, João. Eça de Queiroz, cit. p. 364.

<sup>147</sup> Ibid., p. 364.

volume intitulado simplesmente *Eça de Queiroz* – o quarto de sua série “Os Nossos Escritores” – do qual infelizmente só pude encontrar citações. Neste, que parece ter sido um panfleto francamente reacionário, produzido para combater “o positivismo, o materialismo, o diletantismo, o francesismo e o modernismo da linguagem”<sup>148</sup>, José Agostinho escreve que os livros de Eça

são na essência, e quase sempre até na forma, a corrupção viva: ler esses livros é descrer da pátria e da família, da coletividade e do indivíduo, do progresso e da liberdade, da fé e da moral (...) e renegar da boa linguagem dos nossos avós.<sup>149</sup>

O juízo de José Agostinho pode ser entendido, se quisermos concordar com João Chagas, como uma expressão da “velha Lisboa” que resmunga diante de Eça. Inversamente, se assumirmos a perspectiva do próprio José Agostinho, é a antipatia do crítico republicano pela capital da pátria que parecerá um efeito da “corrupção” queirosiana. O lado de que se observa o dissenso importa pouco aqui: qualquer leitor contemporâneo que se informe sobre a história política do princípio do século XX português não estranhará uma tal contenda em torno de Eça de Queirós, muito menos a paixão política violenta que é palpável nos textos dos dois críticos. Paixão e violência dominavam a vida pública portuguesa no período: em 1908, um sangrento regicídio cometido por militantes antimonárquicos na Praça do Comércio da “velha Lisboa” é a culminância de uma série de protestos e tentativas de golpe que sepultam definitivamente a monarquia portuguesa, já claudicante desde pelo menos o “Ultimatum” de 1890.<sup>150</sup> Abre-se caminho, assim, para uma revolução em 5 de outubro de 1910 – que instaura em Portugal uma experiência republicana marcada por mais violência, incluindo revoltas, golpes, atentados e até o assassinato de um presidente da República.<sup>151</sup> João Chagas torna-se o primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro do novo regime, transportando para a seara do parlamento seu antagonismo contra a “velha Lisboa”. Quanto a José Agostinho, cujo rastro na história não fui capaz de encontrar, podemos afirmar com segurança que é o espírito desses tempos de intensa polarização política que enxergamos em sua dramática evocação da

<sup>148</sup> AGOSTINHO, José. *apud* CAMPOS, Agostinho de. Prefácio *In: QUEIRÓS, Eça. Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz*. Vols. I e II. Porto: Chardron, 1923, p. XXXVII.

<sup>149</sup> *Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz*, cit. p. XXXVII.

<sup>150</sup> cf. MARQUES, A.H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2015, pp. 464-468.

<sup>151</sup> *Ibid.* p. 560-575.

“pátria e da família” ao falar tanto de Eça, bem como ao fazer a defesa da “boa linguagem dos nossos avós”.

Além do contexto político, outro motivo pelo qual não se deve olhar com espanto para os discursos sobre Eça de Queirós que acabo de elencar é o fato de o autor de *O Mandarim* não ser, de modo algum, uma figura estranha à crise que se arrasta desde 1890 em Portugal. Pode-se dizer, inclusive, que Eça esteve envolvido nessa crise, não só no seu papel – que já vimos – de ficcionista que tensionava entendimentos na esfera pública, mas também enquanto um agente que produziu desde o primeiro momento interpretações sobre a crise e ajudou a moldar a forma como ela foi percebida. Durante toda a carreira, dentro e fora de suas obras de ficção, Eça escreveu sobre o movimento republicano (em *Os Maias*, por exemplo, mas também em *A Capital*), sobre o papel dos atentados violentos na política (na sua interessante série de crônicas sobre o anarquismo), sobre o Ultimatum inglês (em textos como *O Ultimatum* e *Novos fatores da política portuguesa*) e, finalmente, sobre a escalada de uma hegemonia nacionalista exaltada na intelectualidade portuguesa (no texto de polêmica *Brasil e Portugal*, mas também no romance *A ilustre Casa de Ramires*). Essa ideia de que haveria uma atualidade queirosiana em relação às questões portuguesas do início do século XX é ainda reforçada pelo fato de que diversos textos citados neste parágrafo – como, por exemplo, *A capital* – foram publicados em volume postumamente, durante as três primeiras décadas do século.<sup>152</sup> Para além disso, como já vimos, Eça de Queirós foi em vida um formidável crítico do regime monárquico-constitucional que estava então prestes a ser derrubado. João Campos e José Agostinho, quando tratam do romancista como um elemento a mais em um imenso dissenso político, usando para isso tons exaltados, estão reconhecendo implicitamente um fato que lhes devia ser óbvio demais para enunciar: Eça de

<sup>152</sup> O romance *A capital* foi publicado pela primeira vez em 1925, mesmo ano em que a família de Eça revelou ao público as obras *Alves & cia.*, *O Conde de Abranhos* e uma primeira coletânea da *Correspondência* queirosiana. O romance *A ilustre Casa de Ramires*, como já pude apontar no capítulo I, já havia sido publicado em 1900, meses após o falecimento de Eça. Em 1905, foram incluídas no volume *Ecos de Paris* as crônicas de Eça publicadas no Diário de Notícias do Rio de Janeiro sobre o anarquismo (com exceção do texto “O Primeiro de Maio”, a que o público só teria acesso na segunda metade do século XX). O artigo a que se atribuiu o nome de “O Ultimatum” foi publicado inicialmente por Eça na Revista de Portugal e coligido pela primeira vez em volume por seus filhos, em 1929, no livro *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Para uma relação detalhada das obras póstumas queirosianas, cf. REAL, Miguel. **O último Eça**. Lisboa: Quidnovi, 2006.



Queirós, recém-falecido, era ainda nas primeiras décadas do século XX um personagem do presente.

O que é de se chamar a atenção – o motivo pelo qual trago à baila esses textos esquecidos – é que, ao contrário do que se poderia supor, João Chagas e José Agostinho constituem casos absolutamente excepcionais na produção sobre Eça de Queirós do início do século XX: não há quase nenhuma interpretação queirosiana datada dessa época com um tom remotamente parecido. No geral, o discurso sobre o romancista nas primeiras décadas após sua morte vai tratá-lo como se ele pertencesse a um outro tempo ou, talvez, a tempo nenhum: o Eça de Queirós que aparece nas falas desse primeiro momento não está envolvido em polêmicas, jamais tomou partido de ideia alguma e é apenas tratado genericamente como um “gênio”, ou um “grande escritor”, preso em um impenetrável mundo literário. Nas palavras de Fidelino de Figueiredo, em sua *História da Literatura Realista*, publicada em 1914, Eça seria “um recolhido que preferia ver passar a vida a intervir nela”.<sup>153</sup> Mas podemos traçar a origem dessa ideia ainda em um texto anterior: em 1903, na ocasião da inauguração da estátua de mármore esculpida por Teixeira Lopes, de que já tanto falamos, Ramalho Ortigão – o velho companheiro de Eça desde os tempos das *Farpas*, que a essa altura já contava com 67 anos – disse algumas palavras em louvor do amigo homenageado. Curiosamente, o veterano da Geração de 70 declarou que seu falecido companheiro fora “um simples escritor que, inteiramente recluso na religião da arte, não se intrometeu nunca nos conflitos seculares da sociedade a que pertenceu”.<sup>154</sup> Ramalho abjurava, numa frase que não deixa de ser surpreendente, a toda a monumental obra polêmica das *Farpas* que ambos haviam construído em conjunto, para não falar no caráter tão abertamente político de inúmeras outras obras de Eça.

A partir dessa chocante declaração da “ramalhal figura”, poderíamos desconfiar até da própria pressa com que os “Vencidos da Vida” transformaram Eça em estátua – inclusive sob protestos de parte da opinião pública, segundo anotou Alfredo Campos Matos.<sup>155</sup> É de se imaginar se esse gesto já não participou

<sup>153</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. *História da Literatura Realista*. Lisboa: Anchieta, 1946, p. 163.

<sup>154</sup> ORTIGÃO, Ramalho. Discurso de Ramalho Ortigão. In: TREPA, José (org). *Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos*. Porto: Lello & Irmão, 1945, p. 337.

<sup>155</sup> MATOS, Alfredo Campos. Estátua de Eça em Lisboa. In: MATOS, Alfredo Campos (org). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, pp. 571-573. Cabe ainda destacar que “Vencidos na Vida” é como se autodenominou em 1887 um grupo que

de um esforço consciente para tornar o escritor tão logo quanto possível uma figura pertencente à “heterogeneidade superior” de Bataille: pacificado, canônico, de valor indiscutível – e por isso mesmo situado para além de qualquer discussão. Ainda segundo o mesmo texto de Campos Matos, Eça foi o segundo escritor português a ganhar uma estátua em Lisboa, tendo o primeiro sido Camões.<sup>156</sup> O monumento queirosiano do Largo Barão de Quintela teria significado, assim, erguer o autor do *Primo Basílio* às alturas épicas e inatingíveis do gênio de *Os Lusíadas*.

Podemos situar como passo importante desse processo a publicação, em 1922, dos dois volumes da *Antologia Portuguesa* dedicados ao autor. Dirigida pelo jornalista e gramático Agostinho de Campos, essa coleção – imensamente prestigiada em seu tempo – tinha o claro propósito de fixar e divulgar ao crescente público leitor das classes médias urbanas um cânone literário português. Como qualquer iniciativa neste sentido, a *Antologia* não era neutra em seus propósitos. Segundo o historiador Luís Trindade, a coletânea constituía uma “defesa tradicionalista da língua portuguesa” contra “as violências voluntaristas de demopédia republicana” e – de um modo mais geral – uma trincheira da “Tradição” contra quaisquer traços de modernidade razoavelmente cosmopolita que se insinuassem em Portugal.<sup>157</sup> Eça de Queirós aparece aqui ombreado a nomes como Fernão Lopes e o Frei Luís de Sousa, como um entre outros guardiões da “defesa da língua pátria”.<sup>158</sup> É essa inclusão do nome de Eça na *Antologia* de Campos que nos permite reconhecer o movimento de exclusão do autor das polêmicas e paixões da vida política como parte de um processo que é, ele próprio, político. A formação de fileiras compostas pelos grandes nomes da

---

incluía antigos expoentes da Geração de 70 portuguesa, entre eles o próprio Eça de Queirós, além de Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e outros. Embora o nome do grupo faça alusão a uma ideia de desistência, reconhecimento da falha e, em última análise, renúncia por parte dos integrantes em relação a seus ideais revolucionários da juventude, esse conjunto finissecular de intelectuais e aristocratas portugueses esteve longe de constituir um coletivo apenas diletante e politicamente opaco (embora insistisse em se definir sob o signo da neutralidade). A frustração pessimista do grupo quanto a seus anseios socializantes e europeizantes da sociedade portuguesa levou-os a alimentar uma crescente simpatia por projetos de poder elitistas e centralizadores, vistos como os únicos capazes de conter o processo da “decadência” portuguesa. O ponto fulcral de alguns desses projetos seria a figura do monarca, que Oliveira Martins desejava menos amarrado pelas peias impostas pelo sistema constitucional. Tal dado é coerente com o que dizem algumas fontes: que o rei D. Carlos I teria sido ele próprio, um “Vencido” ou apenas influenciado pelo grupo. Para mais detalhes, cf. MATOS, Sérgio Campo. A ideia de ditadura no círculo dos vencidos da vida. In: *Clio*, Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, Lisboa, 2000, pp.73-91.

<sup>156</sup> Estátua de Eça em Lisboa, cit. p. 572.

<sup>157</sup> *O Estranho caso do Nacionalismo Português*, cit. p. 32.

<sup>158</sup> *Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz*, cit. p. LIV.

literatura como linha de defesa da tradição contra a modernidade se dá, segundo Luís Trindade, como uma iniciativa de certos ideólogos para obter o “controle da palavra”.<sup>159</sup> Vejamos brevemente do que se trata isso.

A atribulada virada de século em Portugal acontece num contexto de mudanças políticas e tecnológicas que permitiram certa *massificação* na sociedade portuguesa, isto é: “a formação de um público alargado, que significa, para as elites conservadoras, um mercado potencial, uma ameaça política e um corpo culturalmente instrumentalizável”.<sup>160</sup> A ameaça política que se materializava na figura de um público alargado, com interesses de classes conflitantes com os da elite política, é de fácil compreensão. Mas essa ameaça se neutralizava na sua condição de mercado e de corpo instrumentalizável: ao produzir literatura não mais para os próprios pares, e sim para essa “massa anônima”, a elite portuguesa foi capaz de, até certo ponto, “preservar, perante um público desconhecido, o mesmo ascendente social que possuía (...) quando [o público estava] reduzido a dimensões familiares”.<sup>161</sup> Em outras palavras, os literatos deixaram de ocupar eles mesmos o poder para influenciá-lo de maneira indireta, tornando-se produtores de ideologia (uso o termo aqui recuperando o sentido já apresentado no início deste capítulo, de produção de consensos homogeneizantes que reconstituem imaginariamente a harmonia de contradições irresolutas). No caso específico da *Antologia Portuguesa* e de quase toda a produção crítica e literária da literatura portuguesa na virada do século, o consenso que parece ter se produzido é o de que haveria certos valores essenciais e imutáveis delimitando a noção de uma identidade lusitana – valores esses plasmados em uma dada forma de usar a língua portuguesa:

Segundo Agostinho de Campos, ‘quem pensa claro, fala claro’, ou seja, a língua era o instrumento de soberania, por ela se definia a grande opção política entre um liberalismo arrevesado e incompreensível e um autoritarismo sem meias palavras, que era, afinal, a única linguagem que o povo percebia (...). Como instrumento de poder, e para completar a descrição literária da crise política, a língua podia ser tão benéfica quanto a sua corrupção prejudicial. Enquanto a maior parte da população, o ‘povo’, não participava na sua versão escrita, podia ser mantida à margem da política. O problema que provocava a crise fora o crescimento de uma classe

<sup>159</sup> **O Estranho caso do Nacionalismo Português**, cit. p. 32.

<sup>160</sup> Ibid. p. 54.

<sup>161</sup> Ibid. p. 34.

alfabetizada, isto é, politicamente legítima, mas sujeita à linguagem corrompida num século de corrupção liberal.<sup>162</sup>

As elites portuguesas procuraram escamotear, diante desse novo público, os conflitos sociais e políticos que vinham se acumulando em Portugal durante toda a segunda metade do século XIX, e que – como vimos no início do capítulo – chegavam ao seu ponto de ebulição naquelas violentas primeiras décadas do século XX. Nas produções desses novos ideólogos reacionários, Luís Trindade descobriu tais conflitos políticos sendo disfarçados não apenas na defesa da pureza da língua, mas também por trás do embate entre “a vida urbana e cosmopolita, a modernização e a democracia” *versus* os “modos intemporais” da vida rural tradicional e patriarcal.<sup>163</sup> Como se vê, na condenação do uso democrático da língua, da cidade e da democracia, a própria ideia de “política” é proscrita pelos nacionalistas portugueses do início do século.

Agostinho de Campos não é exatamente sutil em suas intenções, quando aborda esses temas nos volumes da *Antologia* dedicados a Eça. No prefácio do primeiro deles, repisa a ideia alardeada por Ramalho de que Eça teria sido uma figura apolítica e desdenha dos “partidos” que “continuam a julgar partidário o homem sereno e superior que só teve o fanatismo da beleza”.<sup>164</sup> Logo abaixo, no entanto, associa Eça a valores intimamente ligados a um lado do dissenso político – o seu: escreve que é possível encontrar na sua obra textos “moraes e cristãos” e “descrições e elogios da nossa natureza, impregnados de terno lirismo e bem portuguesa saudade”.<sup>165</sup>

O esforço de Campos de incluir Eça nas fileiras de escritores guardiões da tradição não seria possível sem suprimir aqueles aspectos da obra queirosiana que seu quase xará José Agostinho aglutinara tão eloquentemente sob o nome de “corrupção”. Não por acaso, Campos elabora o primeiro volume da *Antologia* sobre Eça como uma seleção de textos voltada “para a família e para as escolas”: esse critério de escolha (não utilizado nos volumes da *Antologia* dedicados a outros autores) é um mero pretexto para que o organizador possa deliberadamente excluir quaisquer textos de Eça que pudessem parecer explicitamente “políticos”, ambíguos ou imorais, quer fosse por sua irreverência ou seu erotismo. No

<sup>162</sup> Ibid. p. 33.

<sup>163</sup> Ibid. p. 48.

<sup>164</sup> *Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz.*, cit. p. XVII.

<sup>165</sup> Ibid., p. XXII.

primeiro volume, textos da dita fase “realista” de Eça estão marcadamente ausentes: não há sequer um excerto do *Primo Basílio*, ou de contos como *Singularidades de uma rapariga loira*. De *Os Maias* só sobrevive a comparação do capítulo II entre as diferentes pedagogias a que são submetidos os personagens Carlos da Maia e Eusebiozinho. Mas o caso mais aberrante é o de *O crime do Padre Amaro*: sendo esse o romance mais escancaradamente anticlerical de Eça – e um livro particularmente erotizado e satírico –, seria de se esperar que ele também fosse de todo esquecido. Engenhosamente, contudo, em um capítulo intitulado *A devota e o bom abade*,<sup>166</sup> Agostinho de Campos recupera do *Crime* justamente o excerto em que Eça descreve a relação entre Amélia e o Padre Ferrão, personagem que destoa dos demais clérigos por ser o único ético entre eles. A *Antologia*, assim, traz pinçado para fora de contexto o único trecho capaz de inverter a impressão que se poderia ter desse romance sobre uma devota e um mau pároco.

Em seu prefácio, Agostinho de Campos tem o mérito de em momento algum negar que está realizando uma espécie de intervenção cirúrgica na obra de Eça, para remover o que considera serem impurezas. Confessa seu papel de censor, na verdade, com desconcertante franqueza:

O mais sensato e prático será que atenuemos estas [nódoas da obra de EQ], se é que alguma existe, e façamos consistir a verdade na conveniência, tanto mais que a Verdade, em matéria de natureza religiosa (como é o culto de um grande escritor revolucionário e recente) possui duas faces opostas, impossíveis de conciliar. Escolhamos pois (...) o mais construtivo, o mais afirmativo, o mais são, o mais tônico, o mais patriótico. E voltados para ele, como o crente para a imagem do santo, daí tiremos fé, esperança, exemplo, ensinamento, energia e virtude fecundante.<sup>167</sup>

Em primeiro lugar, no reconhecimento por parte de Campos de que haveria em Eça “duas faces opostas, impossíveis de conciliar” já há nítida a consciência de que o romancista estaria cindido entre o herói lusíada da “heterogeneidade superior”, comparável a uma “matéria de natureza religiosa” e o polemista/ficcionista matreiro, rebelde e erótico da “heterogeneidade inferior”, reconhecível nas “nódoas”. Em segundo lugar, há que se registrar o tom professoral com que Campos confessa assumir papel de atenuador das “nódoas”,

<sup>166</sup> Ibid., p. 29.

<sup>167</sup> Ibid., p. XVIII.

advindo do alegado propósito de estar produzindo uma seleta dedicada a “crianças” e “moças”. É a proteção da pureza dessas figuras inocentes que justifica a censura. Vejamos a forma como o antologista elabora esse discurso:

Sabe toda a gente que em quase todos os livros de Queirós se encontram páginas que não afirmam com a moral burguesa ou das famílias. E, propriamente, nenhum de seus volumes se recomenda inteiro para meninas colegiais (...) lê-lo, como ver viver os homens feitos, não parece a aula mais própria para as mulheres ainda por fazer. Ir ao teatro, dançar, conversar com amiguinhas e condiscípulas constituem, para as adolescentes recatadas, ações triviais, mas nem sempre inócuas e puras. Às vezes basta chegar-se uma inocente à porta de casa para que se aprendam coisas novas e graves (...) E o que há que fazer a este respeito com os livros de Queirós é o que se faz com todas as obras primas de todas as idades: (...) proceder como na vida se procede, tomando o útil, evitando o impróprio, disfarçando o que convém disfarçar.<sup>168</sup>

É impossível não ler, na lista de perigos elencados por Campos, certa paranoia moralista em sua lógica que opõe “ameaças externas” a um ambiente fechado: neste conjunto, cabem desde os livros de Eça até idas ao teatro ou mesmo à porta de casa. A partilha que Agostinho de Campos estabelece – em que há uma pureza interior, aqui representada de forma machista pela ideia de “meninas colegiais”, que deve ser protegida a todo custo de um ambiente externo cheio de signos da modernidade que tenta conspurcá-la a qualquer custo – é já um prenúncio do fascismo. Vladimir Safatle, em estudo já citado, salienta o quanto esse discurso paranoico contra ameaças que vêm de fora para dentro (do Estado, da raça, do indivíduo) torna-se o elemento justificador das inúmeras violências *de dentro para fora* promovidas pelos regimes fascistas.<sup>169</sup> Convém lembrarmos disso para que não se perca de vista o nexo histórico fundamental entre os nacionalistas da virada do século e o regime salazarista produzido justamente pela hegemonização desse nacionalismo.

Um leitor contemporâneo, ao se deparar com os esforços de Campos para “disfarçar o que convém disfarçar” na obra de Eça, pode indagar: por que dar-se a um tal trabalho? O que ganhou um ideólogo como ele quando decidiu resgatar Eça das trevas da “corrupção” para purificá-lo e selar o processo de sua canonização? A resposta para essa indagação – por mais contraditória que pareça

<sup>168</sup> Ibid., pp. XXI - XXII

<sup>169</sup> **Psicologias do fascismo**, cit. pp. 87-90.

– passa sobretudo pelo fato de que o próprio Eça chegou a ser lido por figuras do nacionalismo português do início do século XX como uma espécie de antecessor. Procurei apontar brevemente esse ponto no primeiro capítulo desta tese: aquela centralidade que o autor dava à questão semântica na política e em suas críticas à mesmice e à convencionalidade dos discursos parlamentares da Monarquia Constitucional portuguesa – isto é, precisamente o traço de sua obra que compreendi como índice de seu projeto de intervenção pública –, tudo isso foi aproveitado por ideólogos do nacionalismo como um ataque mais amplo à própria política e sua suposta vulgaridade.

Isso está bem exemplificado na figura de Alberto de Oliveira. Ele, que conviveu com um Eça já maduro durante sua própria juventude (e chegou a estabelecer com o autor uma pequena, porém, valiosa troca epistolar) é a figura chave aqui: o poeta fundador do neogarretismo<sup>170</sup> produzirá “memórias” de seus encontros com Eça, em que o figurará arrependido da literatura mais abertamente engajada que produzira em sua fase realista, ou “naturalista”. Como se, para além de fustigar a política parlamentar em seus escritos, Eça tivesse acabado por abjurar também do que havia de político em sua própria obra. Vemos florescer a ideia de um Eça antipolítica, cuja semente Ramalho Ortigão tinha ajudado a plantar no discurso já citado. Eis como Oliveira aborda essa abjuração do político (disfarçada de abjuração do naturalismo) ao narrar um de seus encontros com Eça, alegadamente ocorrido na segunda metade dos anos 1890:

Encaminhei a conversa para o debatido fracasso da escola naturalista e tive a audácia impertinentíssima de lhe dizer como nós, rapazes, lamentávamos que o seu tão grande talento criador, em vez de pairar livre em obras de fantasia que nenhuma estreita regra limitasse, se tivesse deixado acorrentar a assuntos estreitos dentro dos quais se sentia sempre o seu impaciente e prisioneiro bater de asas. (...) Eça de queirós, para maior espanto ou vergonha minha, concordou! Reconheceu que, com efeito, a preocupação naturalista, se bem que contribuísse para disciplinar o seu espírito, o condenara a reprimir,

<sup>170</sup> O “neogarretismo” é uma das diversas denominações sob as quais se reuniu a geração de escritores portugueses que, na virada do século XIX para o XX, defendeu uma literatura nacionalista (**O Estranho caso do Nacionalismo Português**, cit. p. 109). A referência ao nome do grande escritor romântico Almeida Garrett (1799-1854), aqui, se dá evidentemente pelo símbolo de patriotismo em que se transformou o autor de *Viagens na minha terra*. Há nessa evocação, contudo, um componente involuntariamente irônico, pelo fato de ele ter participado da Revolução Liberal de 1820: os neogarretistas, engajados no movimento reacionário que temos descrito, eram veementemente antiliberais.

muitas vezes sem vantagem, os seus ímpetos de verdadeiro romântico, que no fundo era.<sup>171</sup>

Não cabe aqui lançar suspeita sobre a factualidade do que narra Oliveira, apenas sendo importante registrar o quão lamentável é que vários estudiosos queirosianos tomem o conteúdo desses textos supostamente memorialísticos por seu valor de face, como se um autor de obra tão militante quanto Alberto de Oliveira estivesse aqui interessado na (ou fosse capaz da) mera reprodução ingênua dos fatos. É sobretudo relevante neste trecho que a noção de um Eça apolítico, ou, de outro modo, um autor distante das questões de seu tempo, seja construída de acordo com interesses políticos por um dos escritores que mais enfaticamente protagonizou o movimento reacionário português.

Eis a prova de que a ideia de um Eça despolitizado ou antipolítico vai se sedimentar com sucesso: em 1925, um regime republicano em seus últimos suspiros, que já abandonara qualquer esperança progressista e não mais tentava disputar a hegemonia do campo cultural contra os nacionalistas, se sentirá confortável para estampar a efígie de Eça nas notas de dez escudos, incluindo-o num panteão das glórias portuguesas composto por figuras tão canônicas na história do país quanto Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e o Marquês de Sá da Bandeira.<sup>172</sup> É assim que, pouquíssimo tempo depois de sua morte, Eça de Queirós entra apressadamente para o cânone, transmutado numa entidade clássica e inatingível. É Guerra da Cal quem nota que esse período correspondeu a um arrefecimento em torno do debate sobre a obra de Eça, cuja influência no debate intelectual português pareceu “debilitar-se”.<sup>173</sup> Isso porque, a essa altura, textos polêmicos e apaixonados como os de João Chagas e José Agostinho, de que tratei no início desta seção, tornaram-se quase impossíveis: Eça já não é mais um autor “quente”, pertencente ao presente, entendido como uma parte do mundo comum. Converteu-se na indiscutível e gloriosa estátua de mármore, pairando acima dele.

### 2.1.3 - António Sardinha e a captura

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Alberto de. Como nos conhecemos. In: TREPA, José (org). **Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos**. Porto: Lello & Irmão, 1945, pp. 382, 383.

<sup>172</sup> BARBOSA, Jorge. Notafilia. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 956.

<sup>173</sup> CAL, Ernesto Guerra da. **Língua e Estilo de Eça de Queirós**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 44.



Há uma fundamental exceção ao consenso despolitizado que se criou em torno de Eça de Queirós nas primeiras décadas do século XX. Se, por um lado, a maior parte dos ideólogos nacionalistas procurou atribuir a Eça o estatuto de autor canônico distante e indiscutível, por outro, uma figura solitária oriunda do mesmo campo que Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira optou por lhe reivindicar muito mais. Refiro-me ao jornalista e figura de proa do Integralismo Lusitano, António Sardinha.<sup>174</sup> Em seu curioso ensaio, *O espólio de Fradique*, de 1920, Sardinha, de algum modo, expande e reconfigura em tons dramáticos aquela ideia que estava apenas implícita nos trabalhos de que tratei na seção passada: a de que Eça seria uma espécie de nacionalista antes do tempo.<sup>175</sup> Um antecessor, enfim, daquele grupo de escritores reacionários que compreendia a modernidade e a política parlamentar como as mães de todos os males. Nesse texto de Sardinha podemos encontrar as sementes de certas ideias que serão fundamentais mais tarde, quando os planos para o centenário de 1945 estiverem alinhavados. Fazemos uso dele, então, para traçar uma ponte entre a leitura queirosiana do início do século e aquela dos anos 1940, quando o salazarismo já estava estabelecido.

No ensaio de Sardinha, o *dândi* Fradique Mendes – o estranho personagem epistolar queirosiano tantas vezes interpretado como um heterônimo do autor – é cognominado como um “mestre da contrarrevolução”, isto é: um inspirador dos movimentos reacionários e nacionalistas que ganhavam força em Portugal e em toda a Europa. Sardinha trata a todo momento Fradique não como um personagem ficcional, mas como uma pessoa de carne e osso, que teria convivido no mundo real com pessoas reais – o mesmo expediente, portanto, de que o próprio Eça tinha se valido em *A correspondência de Fradique Mendes*, ao tornar o protagonista um correspondente epistolar que conversava sobre temas prementes do *fin de siècle* com figuras como Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.<sup>176</sup> A partir desse ponto,

<sup>174</sup> O Integralismo Lusitano foi um grupo político português, fundado a partir do contato entre militantes monarquistas (exilados, devido a malfadadas revoltas monárquicas contra a república de 1910) e a ideologia de extrema direita elaborada pela *Action Française*. Como outros grupos já abordados nesta pesquisa, os integralistas distinguiram-se por seu culto à tradição, à monarquia e ao catolicismo, além de uma oposição ao liberalismo, à maçonaria e a doutrinas de esquerda em geral. A atuação desse grupo na esfera pública excedeu o campo do estritamente político, transbordando para os debates históricos e (como o nosso caso mostra) literários. cf. PINTO, 2016, pp. 17-32.

<sup>175</sup> SARDINHA, António. O espólio de Fradique. In: AMARAL, Eloy do — MARTHA, M. Cardoso. **Eça de Queiroz: In Memoriam**. Coimbra: Atlântida. Livraria Editora, 1947.

<sup>176</sup> cf. QUEIRÓS, Eça de. **A Correspondência de Fradique Mendes** (memórias e notas). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

Sardinha ressalta o quanto Fradique é representativo de toda a Geração de 70 portuguesa, que “foi a primeira que em Portugal saiu conscientemente do leito seguro da Tradição”.<sup>177</sup> O integralista acusa Fradique e seus companheiros (inclusive Eça, Antero, Martins, Ortigão e Junqueiro) de terem, desde sua formação, enveredado pelos caminhos do “dandismo” e do “mundanismo” e outros “aspectos mais ou menos agravados da espessa noite negativista”<sup>178</sup> que teria tomado conta do pensamento filosófico no século XIX.

Mas, se esse desvio da “Tradição” por parte da Geração de 70 poderia ser tributado sobretudo à formação romântica dessas figuras nos seus anos em Coimbra, seu grande mérito estaria no caminho de volta que eles teriam ensaiado ao produzirem suas próprias obras. As marcas desse movimento de retorno estariam nas numerosas críticas feitas por eles ao liberalismo político – que em Eça já vimos tomar a forma de textos satíricos contra a esfera pública monárquico-parlamentar, como os das *Farpas*. Eis como Sardinha descreve esse percurso de volta:

Por Balzac e por Proudhon, — hoje unidos, como doutores da Contra-Revolução, no mesmo alvo de restauração social e intelectual – a geração de Fradique descobriria as cumiadas, donde novamente se havia de avistar, no seu esplendor perdido, a antiga pátria tradicional. O que roía e desfibrava Portugal senão o Liberalismo? Na geração de Fradique o Liberalismo acharia, embora ainda nas suas rudimentares manifestações destrutivas, o primeiro adversário que o atacou de frente e com resoluta coragem.<sup>179</sup> (SARDINHA, 1947, p. 354)

A palavra-chave do trecho acima é “destrutivas”. Nesse sentido, Os integrantes da geração de 70 seriam mestres dos nacionalistas reacionários uma vez que seus textos buscavam destruir o mesmo mundo liberal parlamentar que a nascente extrema direita portuguesa tentava suplantar. Uma associação dessa ordem é falaciosa mas conveniente, pois exime Sardinha de apontar afinidades em termos de propostas ou ideias entre a Geração de 70 e a sua própria: ele próprio admite que “Eça não concluiu” as ideias nacionalistas porque “sua energia se consumiu inteiramente a limpar as cavalariças de Augias” , mas isso pouco importaria, dado que o romancista e os demais intelectuais metonimizadas na

<sup>177</sup> O espólio de Fradique. cit. p. 351

<sup>178</sup> *ibid.*, p. 351

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 354.

figura de Fradique já seriam implicitamente nacionalistas e reacionários apenas pelas instituições que supostamente combateram.<sup>180</sup>

O texto de Sardinha é ainda bastante ilustrativo da maneira como a extrema-direita passa a encarar a questão da modernidade. Ao reivindicar para seu campo político a herança da revolucionária Geração de 70 (daí o “espólio” do título), Sardinha está desassociando o movimento reacionário da ideia de um mero entulho passadista, remanescente de remotas eras pré-modernas. Graças à mobilização do campo simbólico de Eça de Queirós e de seus companheiros, o reacionarismo aparece paradoxalmente em seu texto como o ponto de chegada das reflexões da Geração de 70, isto é, a culminância do pensamento mais moderno, engajado e cosmopolita que já se experimentara em Portugal. Essa estratégia argumentativa é inteiramente decalcada daquela utilizada pela *Action Française*, o mais importante órgão da extrema direita francesa. Vejamos: Sardinha cita Proudhon como um dos “mestres” que teria guiado Fradique à reação. Ora, Proudhon foi um dos pais do movimento operário francês. Segundo o historiador Geraud Poumarède, contudo, nos primeiros anos do século XX ele foi apropriado e distorcido pela *Action Française* como forma de dar uma face proletária, revolucionária e moderna ao movimento reacionário. Esse gesto de captura intelectual plasmara-se em Paris ainda em 1917, por iniciativa de Georges Sorel, na fundação do *Cercle Proudhon*, ponto de encontro de pensadores reacionários e nacionalistas que procurava modernizar e popularizar os debates antidemocráticos da direita francesa.<sup>181</sup> É esse movimento de captura realizado pela *Action Française* com Proudhon que Sardinha tenta empreender com Eça e os demais expoentes de 1870.

Passemos, finalmente, ao Estado Novo propriamente dito, de maneira a compreender como a extrema direita já colocada no poder lidava com a memória de Eça de Queirós.

#### 2.1.4 - António Ferro e a Quadratura do Círculo

<sup>180</sup> Ibid., p. 358..

<sup>181</sup> POUMARÈDE, Geraud. Le Cercle Proudhon ou l'impossible synthèse. In: **Mil neuf cent**: Revue d'histoire intellectuelle, Paris, n° 12, 1994, pp. 51-86.

À luz das ideias de António Sardinha, não devemos nos surpreender com o que encontraremos agora que finalmente estamos prontos para dar um salto no tempo, aterrissando na década que de fato nos interessa. No Portugal de 1940, em que o “fascismo conservador” de Salazar já está implantado e triunfante, a face mais expressiva da política cultural do regime volta-se, sem dúvida, para a exaltação passadista de certos símbolos nacionais como “a gesta heroica dos nautas” colonizadores ou certa imagética medieval, esteios da noção de Portugal enquanto uma nação orgânica “transtemporal e transclassista”.<sup>182</sup> Essa política cultural é tocada com eficiência e grandiloquência pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SNP), órgão comandado por António Ferro (TORGAL, 2009, p. 54).<sup>183</sup> O biógrafo de Ferro, Orlando Raimundo, no entanto, não nos deixa esquecer que, no coração da Lisboa salazarista, o chefe do SNI criou seu próprio *Círculo*.<sup>184</sup> (cf. RAIMUNDO, 2015, p. 303) Esse estabelecimento era composto por uma imagética totalmente distinta do proletário *Cercle Proudhon*: tratava-se de um discreto e luxuoso clube, pensado como centro de debates entre pensadores reacionários, mas que evocava uma distinta aura de modernidade *dândi* e cosmopolita desde a arquitetura de seu salão até sua rotina de jantares luxuosos e palestras (figs. 2 e 3). Portanto, assim como o *Cercle Proudhon*, essa invenção de Ferro afastava à sua própria maneira o campo fascista da exaltação passadista, e associava-o à modernidade. O nome do local não poderia ser outro: *Círculo Eça de Queirós*.

Apresentemos com algum vagar cada um dos novos elementos que acabam de se integrar à história que aqui se conta. Começemos por António Ferro. O poeta, dramaturgo e jornalista ligado à primeira geração do modernismo português é o responsável por comandar a propaganda salazarista. Sendo um entusiasta dos regimes de força desde a década de 1920, Ferro adquiriu o posto de chefe do Secretariado ainda em 1933, nos primeiros dias de Salazar, um pouco depois de escrever artigos exortando o ditador português a confundir-se com o povo através da identificação carismática.<sup>185</sup> Era já em Mussolini que o

<sup>182</sup> ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder**. Lisboa: Tinta da China, 2018, pp. 323-324.

<sup>183</sup> TORGAL, Luís Reis. **Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural** vols. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 54.

<sup>184</sup> RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: o inventor do salazarismo**. Alfragide: D. Quixote, 2015, p. 303.

<sup>185</sup> HENRIQUES, Raquel Pereira. **António Ferro - Estudo e antologia**. LISBOA: Publicações Alfa, 1990, p. 135.

empolgado fascista Ferro inspirava-se para elaborar tais sugestões, tendo inclusive entrevistado o Duce italiano para seus livros *Viagem à volta das ditaduras* (1927) e *Homens e multidões* (1941). De acordo com Luís Reis Torgal, Ferro aproximou-se de Salazar ao também entrevistá-lo logo nos primeiros meses do novo governo e, no próprio ano de 1933, entrou para o regime como secretário de Propaganda.<sup>186</sup> O órgão, que fundou e comandou até o ano de 1949, implementou a sua “Política do Espírito”<sup>187</sup>, fomentadora da celebração dos mitos e valores ideológicos específicos do regime em todos os meios de comunicação disponíveis no período, produzindo no tecido social português “a vontade de obedecer, a docilidade”.<sup>188</sup> Para além disso, ainda de acordo com Orlando Raimundo, ele também foi decisivo no que diz respeito à legitimação internacional da imagem do salazarismo, propagandeado para o mundo com algum sucesso – nos anos 1930 – como uma ditadura pacífica, justa e benévola.<sup>189</sup>

É evidente, no entanto, que essa política de propaganda tocada pelo nosso personagem constituía apenas um dos dois lados da moeda no que diz respeito às formas de controle social durante o salazarismo: enquanto Ferro geria e propagandeava consensos nacionalistas como parte da estratégia “dócil” de conversão dos portugueses, o regime lidava com as variadas formas de insubmissão e dissidência através do uso daquilo que Fernando Rosas batizou de violência “potencialmente irrestrita”, organizada na forma de um sistema repressivo que incluía a censura, as milícias ideológicas (como a Legião Portuguesa), a polícia secreta (PVDE/PIDE), e as prisões em que se praticavam a tortura e a morte.<sup>190</sup> Parte do trabalho de António Ferro, inclusive, era justificar a violência estatal através da propaganda, anunciando-a como parte inevitável da missão do salazarismo de “purificar” Portugal contra todas as “impurezas” incoerentes com o projeto de retomada da organicidade da nação – o que pode ser entendido como uma enunciação muito clara do propósito fascista de instaurar a homogeneidade capitalista no tecido social. O próprio Ferro admitia abertamente essa sua função, ao anotar que a “Política do Espírito” que orientava o seu trabalho no Secretariado não apenas fomentava arte submissa ao regime, mas

<sup>186</sup> **Estados novos, estado novo**, cit. p. 68.

<sup>187</sup> FERRO, António. **Prêmios Literários** (1934 - 1947). Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. 17-36.

<sup>188</sup> Ó, Jorge Ramos do. **Os Anos de Ferro** - O dispositivo cultural durante a “política do espírito”. Lisboa: editorial estampa, 1999, p. 17.

<sup>189</sup> **António Ferro: o inventor do salazarismo**, pp. 210-211.

<sup>190</sup> **Salazar e os fascismos**, cit. p. 210.

também buscava “estabelecer e organizar o combate” contra as manifestações culturais que negassem o salazarismo.<sup>191</sup>

O Círculo Eça de Queirós, fundado e presidido por Ferro em 1940, é uma das incontáveis iniciativas implementadas pelo Secretário durante o longo período que passou no controle da propaganda e da vida cultural do regime, mas não é nem de longe uma das mais chamativas. No mesmo ano em que o SPN lança com estrondo a *Exposição do Mundo Português* – um imenso empreendimento de propaganda de massas evocativo das glórias históricas do passado português, bastante inserido na lógica típica das celebrações fascistas<sup>192</sup> –, o Círculo é anunciado no *Diário de Lisboa* como uma espécie de clube de intelectuais, voltado para o estudo e o debate da literatura.<sup>193</sup> O local escolhido para a sua instalação (que persiste ainda hoje) é – não por acaso – um edifício no mesmo Largo que tinha abrigado o altamente simbólico Casino Lisbonense, palco das conferências democráticas fundantes da Geração de 70.<sup>194</sup> Ainda segundo o *Diário de Lisboa*, o número máximo de sócios, 202, também seria um símbolo, desta vez referente ao endereço luxuoso habitado pelo personagem Jacinto, em Paris, no romance queirosiano *A cidade e as serras*. Tudo parece ter sido urdido, enfim, de modo a evocar uma espécie de relação de continuidade entre o vanguardismo político da Geração de 70, o dandismo *fin-de-siècle* dos Vencidos na Vida e o ambiente intelectual do salazarismo.

Na prática, segundo Orlando Raimundo, a agremiação acaba constituída quase que exclusivamente por figuras ligadas aos aparelhos de propaganda do salazarismo (com destaque para o próprio Ferro, António Eça de Queiroz, o cineasta António Lopes Ribeiro e o diretor do *Diário de Notícias* Augusto de Castro), além de um ou outro grande capitalista ou integrante da alta burocracia

<sup>191</sup> **Prêmios Literários**, cit. p. 31.

<sup>192</sup> A Exposição do Mundo Português, que marcou em 1940 as celebrações do “duplo centenário” da Fundação do Estado Português, em 1140, e da “Restauração da Independência”, em 1640, foi talvez o mais importante marco cultural do regime de Salazar. Tratou-se de uma imensa exposição em Lisboa, dividida em pavilhões, não apenas cultuando os valores nacionalistas do regime e sua versão da história portuguesa, mas também divulgando internacionalmente a prosperidade econômica do país em contraste com o contexto de Guerra em que padecia o resto da Europa. cf. **Os Anos de Ferro**, cit. p. 74-75.

<sup>193</sup> Reportagem de jornal: “O círculo Eça de Queiroz vai inaugurar-se em breve em Lisboa”.

**Diário de Lisboa**, Lisboa, p. 2. 26 abr.1940.

<sup>194</sup> Na altura em que se deram as conferências democráticas, esse largo situado em pleno Chiado chamava-se “Largo da Albergaria”. Quando Ferro decide situar ali o Círculo Eça de Queirós, ele já se transformara em “Largo Rafael Bordalo Pinheiro” em homenagem ao famoso artista, aliás contemporâneo de Eça. Esse é o nome do largo até hoje.

do regime.<sup>195</sup> No espaço de cinco anos entre sua fundação e o centenário de 1945, é difícil afirmar que o Círculo tenha funcionado de outro modo que não como um mero mecanismo de prestígio social. A atmosfera afetadamente luxuosa e cosmopolita que a instituição fez questão de se revestir não deixou de ser notada pelos poucos veículos de imprensa oposicionistas que ainda resistiam naquele Portugal de 1940. O jornal *O Diabo*, por exemplo, faz longa campanha de desmoralização do Círculo, por seu elitismo, ridicularizando seu “restaurante de luz quebradiça e verde”<sup>196</sup> e imaginando-o como um local sem verdadeiros debates intelectuais, mas com “bons maples e ótimos jantares, barbeiro, sala de banho, biblioteca e bilhares”, para “a nossa boa sociedade”.<sup>197</sup>

A atmosfera luxuosa do Círculo Eça de Queirós parece, a princípio, oposta ao caráter proletário com que o *Cercle Proudhon* tentou revestir os debates da extrema direita francesa – o que tornaria descabida a comparação que sugeri acima. No entanto, as duas iniciativas são essencialmente unidas pela ideia que procuram passar – o que soa, a princípio, paradoxal – de que, naqueles locais, a intelectualidade reacionária apareceria associada a, algum aspecto da modernidade. No caso específico do fascismo português, a hipótese aqui defendida é que essa associação funciona como contraface compensatória de toda a propaganda passadista que associava o salazarismo ao Portugal medieval e quinhentista, que, naquele instante, plasmava-se na Exposição do Mundo Português. Este ponto parece ser de suma importância para o nosso caso: António Ferro foi um mestre na articulação complexa entre símbolos tradicionalistas e cosmopolitas, rurais e urbanos, passadistas e futuristas, como de resto já o demonstram inúmeras peças de propaganda do regime que apresentam um conteúdo reacionário de fetichização da tradição, mas uma linguagem moderna e modernista, adequada à cultura de massas.<sup>198</sup> No interior dessa lógica, a afetação *dândi* do Círculo Eça de Queirós funcionava como um discreto elemento nessa balança ao garantir que o delicado equilíbrio da imagem pública salazarista não pendesse demais para o mero passadismo.

Ao fim e ao cabo, uma tal simultaneidade de opostos contribui para borrar a distinção entre passado e futuro e instaurar uma noção do tempo como linha sem

<sup>195</sup> António Ferro: *o inventor do salazarismo*, cit. p. 303.

<sup>196</sup> Reportagem de jornal: “Uma carta”. *O Diabo*. Lisboa, 11 mai. 1940.

<sup>197</sup> Reportagem de jornal: “E o ‘Círculo’”. *O Diabo*. Lisboa, 26 out. 1940.

<sup>198</sup> *O Estranho caso do Nacionalismo Português*, cit. p. 10.

rupturas, homogênea. Essa concepção temporal própria do fascismo português – que inclusive podemos associar à instauração da “homogeneidade” no tecido social, compreendida por Bataille como o fim último do fascismo – foi sinteticamente expressa pelo próprio Ferro no *Decálogo do Estado Novo* de 1934, através da fórmula: “A tradição não é mais do que a soma dos progressos realizados, e o progresso não é outra coisa senão o acúmulo de novas tradições.”<sup>199</sup>

Esse ponto é de imensa importância. Eça de Queirós, lido por Sardinha como, simultaneamente, um produto da “noite negativista” da modernidade e um precursor do nacionalismo mais reacionário, parece ter sido acolhido por António Ferro como uma figura capaz de conciliar esses dois tempos, ou – melhor dizendo – o símbolo de um tempo homogêneo e sem rupturas, uma forma do Estado Novo apresentar-se como moderno (um herdeiro legítimo da Geração de 70 queirosiana) *ao mesmo tempo* em que exaltava uma leitura mítica do passado náutico e medieval português.

Talvez seja válido mencionar que essa construção de Eça enquanto símbolo da concepção salazarista do tempo é produto ainda da mente de uma terceira figura, além de Sardinha e Ferro: refiro-me a Luiz Forjaz Trigueiros. Em 1935, esse jovem funcionário do Secretariado de propaganda Nacional, que havia sido militante do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto<sup>200</sup>, publicou a versão escrita de de uma pequena conferência sua “O nacionalismo de Eça de Queirós”.<sup>201</sup> A maior parte desse texto apenas recicla argumentos do “Espólio de Fradique”, de Sardinha – que Trigueiros tem a dignidade de citar –, o que em tese nos desobrigaria de dedicar maior atenção ao trabalho. Há, contudo, um ponto levantado pelo jovem e empolgado nacional-sindicalista que é fundamental: seu argumento principal é o de que haveria um sentimento nacionalista negativo e

<sup>199</sup> SPN. *Decálogo do Estado-Novo*. Lisboa: SPN, 1934, pp. 8-10.

<sup>200</sup> O Nacional-Sindicalismo foi uma organização paramilitar fascista que existiu em Portugal oficialmente entre 1933 e 1934, tendo sido criada e liderada de modo carismático por Francisco Rolão Preto. O historiador Fernando Rosas tem apontado para o alto grau de incorporação de quadros nacional-sindicalistas em postos do Estado Novo de Salazar, nomeadamente “nas estruturas milicianas, de propaganda e sindicais (...) onde desenvolverão um papel central no processo de fascistização do regime” (*Salazar e o poder*, cit. p. 151). A figura de Forjaz Trigueiros, neste sentido, ilustra muito bem o argumento de Rosas. Para a filiação de Trigueiros ao Nacional-Sindicalismo, cf. PACHECO, Cristina. *Os integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional*. *CLIO - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri, 1997.

<sup>201</sup> TRIGUEIROS, Luiz Forjaz. *O nacionalismo de Eça de Queirós*. Lisboa: s.ed., 1935.



indesejável por estar excessivamente preso ao passado e à nostalgia. Eça seria um proponente (e um símbolo) de outro nacionalismo: um que seria “fruto de uma reação justa contra o liberalismo burguês” e gerador de “grandes movimentos coletivos, violentos, galvanizadores”.<sup>202</sup> Cita como exemplos desse segundo tipo as ditaduras que surgiam em Portugal, na Alemanha e na Itália.

Ora, além de afirmar bastante explicitamente a relação entre o salazarismo, o fascismo italiano e o nazismo – utilizando Eça como símbolo para tal, o que não deixa de ser notável –, Forjaz Trigueiros tem a engenhosidade de fazer essa declaração citando uma estrutura argumentativa do próprio Eça. Em um dos textos da célebre polêmica entre Eça e Pinheiro Chagas (a mesma que já citei no capítulo anterior)<sup>203</sup>, o autor de *Os Maias* traçara a diferença entre dois tipos de patriotismo: um (praticado pelos “patriotinhos”) seria saudosista, nostálgico, laudatório; o outro (que Eça define como “o verdadeiro patriotismo dos patriotas”) estaria preocupado em valorizar a pátria, propondo-lhe progressos e dizendo-lhe “a verdade”, apontando suas falhas.<sup>204</sup> Embora seja evidentemente imprópria a identificação proposta por Trigueiros entre o patriotismo crítico de Eça e o nacionalismo violento dos fascismos, o que importa para o jovem nacional-sindicalista é repetir a estrutura argumentativa queirosiana: opor o amor à pátria desejável à nostalgia meramente passadista. Essa é a estratégia necessária para persuadir o leitor da ideia de que Eça e o fascismo seriam tradicionalistas (pois a pátria, ou nação, seria a suprema tradição), mas simultaneamente modernos, voltados para o futuro, descolando seu tradicionalismo de um passadismo vazio.

A importância desse *insight* de Trigueiros, que encaixa uma tese salazarista em um naco de texto queirosiano, advém do fato de que ele está antecipando uma tendência: no centenário, a distinção entre os dois tipos de patriotismo proposta por Eça será citada à exaustão. Tanto por “nacionalistas” que, como Trigueiros e Ferro, desejavam tornar Eça um símbolo da concepção de tempo salazarista, quanto por intelectuais oposicionistas que tentarão incluir todo o regime de Salazar na categoria negativa do patriotismo nostálgico e

<sup>202</sup> Ibid., p. 6-7.

<sup>203</sup> Tema analisado na seção 1.2.2 do primeiro capítulo desta tese.

<sup>204</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Cartas Públicas**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 128.

laudatório.<sup>205</sup> Cabe notar, finalmente, que António Ferro reconhecerá a habilidade de Luiz Forjaz Trigueiros em manejar Eça de Queirós como um símbolo salazarista e, em 1945, fará desse colaborador o secretário-geral da comissão organizadora do centenário.<sup>206</sup> Na prática, contudo, o cargo parece ter sido uma honraria com poucas consequências: quem verdadeiramente controlou os preparativos da efeméride foram Ferro e António Eça de Queiroz.

Ainda sobre o tema do tempo salazarista, cabe notar que há diferenças, mas não propriamente uma contradição insolúvel entre essa leitura queirosiana de Ferro (moldada por Sardinha e Trigueiros) e aquela outra interpretação concebida pelos nacionalistas do início do século XX – e que seguia sendo hegemônica – que pensava Eça de Queirós como um gênio da língua portuguesa apartado das questões políticas e mesmo arauto de um sentimento antipolítica. Na medida em que o pensamento reacionário inclui no significante "política" precisamente o tipo de movimentação plural que revoluciona a sociedade – provocando rupturas no fio da história, opondo tradição e progresso –, o Eça proposto por Ferro como símbolo de um tempo homogêneo é apenas uma atualização daquele apresentado por Agostinho de Campos. O que realmente entra em contradição com a tradição reacionária que venho apresentando aqui é aquela ideia que defendi no primeiro capítulo, segundo a qual Eça seria um escritor com o projeto estético associado à ideia de pluralidade. Não percamos isso de vista.

Quando chegamos ao ano de 1944 e se aproxima a data do centenário de Eça de Queirós em novembro do ano seguinte, os elementos que procurei elencar até aqui neste capítulo estão em seus lugares: por um lado, a figura de Eça de Queirós estava firmemente postada no campo da “heterogeneidade superior” – era um autor canônico, indiscutível e distanciado dos debates públicos (debates estes que, a essa altura, já estão bastante interditados e precarizados pelos dispositivos ditatoriais instaurados por Salazar). Por outro lado, como procurei demonstrar

<sup>205</sup> Entre os muitos que irão se apropriar da distinção queirosiana entre os dois patriotismos de maneira a torná-la um elogio ao salazarismo, podemos citar Diamantino Gomes, faz referência ao ideal queirosiano de patriotismo pela via do progresso, escondido atrás de seu “antipatriotismo” (GOMES, Diamantino. “Eça a retalho - parte 5”. *As Novidades*, Lisboa, 22 jul. 1945.). Entre os oposicionistas, ninguém verá tanto no patriotismo dos “patriotinhos” uma antecipação do salazarismo quanto Vieira de Almeida, no primeiro capítulo de seu ensaio *À Janela de Tormes*. ALMEIDA, Vieira de. *À Janela de Tormes*. Lisboa: Revista Ocidente, 1945.

<sup>206</sup> TRIGUEIROS, Luis Forjaz [carta] 14 dez. 1945, Lisboa [para] Pierre Hourcade, Lisboa. 1 fl. Negocia a data de uma conferência, assinando a carta como secretário-geral da comissão organizadora do Centenário de Eça de Queirós. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

através do episódio de Ralph Fox, uma tal consagração olímpica de Eça não vinha sem um grão de sal, já que tinha se dado à custa da censura de elementos de sua obra associados a uma “heterogeneidade inferior”, incômoda ao regime, elementos que, por vezes, se faziam notar. Em terceiro lugar, desde 1940, com a fundação do Círculo, António Ferro começara a mobilizar discretamente a imagem de Eça como a face moderna e cosmopolita do Salazarismo, marca da continuidade que supostamente haveria entre a Geração de 70 e o regime. Essa sua iniciativa, finalmente, guarda ecos do ensaio de António Sardinha escrito em 1923 em defesa de uma tese muito semelhante.

Eis que o centenário propriamente dito entra em pauta. No dia 20 de novembro de 1944, o *Diário de Notícias* de Lisboa publicou uma longa entrevista com António Ferro, que havia apenas alguns meses começara a responder por seu novo título de secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (ou simplesmente diretor do SNI).<sup>207</sup> Naquele novembro de 1944, enquanto as tropas aliadas avançavam pelo leste da França em direção à Alemanha, enquanto Portugal convulsionava-se em uma série de greves, protestos e outras manifestações de descontentamento social impulsionadas pela carestia de guerra e duramente reprimidas por Salazar<sup>208</sup>, Ferro foi a público nessa entrevista de fôlego para anunciar que o Estado patrocinaria, no ano seguinte, vultuosas celebrações em honra do primeiro centenário de nascimento de Eça de Queirós.<sup>209</sup>

Logo em um dos primeiros parágrafos da matéria, o entrevistador indaga: “as comemorações visam a uma consagração nacional de Eça?”, ao que Ferro responde “Evidentemente!”. Já aí podemos notar uma sutil contradição que perpassará todo esse documento: na introdução da entrevista, Eça fora referido

<sup>207</sup> Não que a função governamental de Ferro e sua posição na alta cúpula do poder salazarista tivessem mudado: ele estava exatamente no mesmo posto que assumira em 1933, só que o nome era outro. Ferro fora o secretário de Propaganda Nacional ao longo de toda a década de 1930 e dos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, enquanto o conceito de “propaganda” fascista fora admirado e respeitado em toda Europa (cf. **Salazar e os fascismos**, cit. p. 219). Mas, naquele segundo semestre de 1944, com a iminente derrota do Eixo, não convinha mais ao Portugal salazarista ostentar tão francamente suas instituições que lembrassem mais diretamente o nazifascismo. O regime de Salazar começava a privilegiar a discrição e, assim, no bojo de uma série de medidas “cosméticas” (**Salazar e o poder**, cit. p. 221) que o governo tomou nesse sentido, a palavra “propaganda” foi retirada da plaqueta sobre a mesa de António Ferro, substituída pela referência mais ambígua e burocrática aos termos “informação, cultura popular e turismo”. Seu trabalho, entretanto, continuava essencialmente o mesmo.

<sup>208</sup> ROSAS, Fernando. **Portugal entre a Paz e a Guerra** (1939 - 1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1995, pp. 412-415.

<sup>209</sup> FERRO, António. Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós. [Entrevista concedida ao] **Diário de Notícias**. Lisboa, 20 nov. 1944.

como “uma glória lusíada”, o que indicaria – como já demonstrei – que, àquela altura, o romancista já era um autor consagrado, prestigiado, canônico. A consagração nacional, portanto, já ocorrera e o que Ferro planeja é outra coisa. O chefe do SNI nos dá pistas de sua real intenção quando afirma que

Eça foi um escritor revolucionário, mas foi-o numa época em que verdadeiramente quase não se podia ser outra coisa, por falta de ideais nacionais, que era preciso criar. O nacionalismo, como expressão política, ainda não se tinha definido; Eça foi, isso sim, um renovador. A ‘posição’ de ‘oposição’, digamos assim, que tomou era necessária. Aproximou-se afinal do que nós queríamos até – ou sobretudo – quando destruíamos.<sup>210</sup>

A ideia de uma aproximação entre “Eça” e “nós” (o salazarismo) pela via do ato de destruir é uma referência velada ao trabalho de Sardinha. O que Ferro parece entender como consagração nacional, portanto, não é a inserção do escritor no cânone: isso já acontecera desde que a estátua lisboeta fora construída. O que Ferro de fato sugere aqui é que o projeto literário de Eça de Queirós teria estado desde o início afinado com o salazarismo. O chefe do SNI amplifica o movimento que já fizera quando criara o Círculo Eça de Queirós: dá o passo definitivo na cooptação da memória do escritor, transformando Eça em uma espécie de salazarista antes do tempo e instrumentalizando sua glória a favor do regime. É notável, inclusive, o quanto Ferro parece encarnar a ideia de Bataille, de que o fascismo seria uma instrumentalização da “heterogeneidade superior”. Podemos falar de uma “consagração nacionalista” de Eça, se quisermos, mas também uma consagração do próprio salazarismo enquanto movimento digno da grandeza intelectual de Eça de Queirós e de toda a Geração de 70 por ele simbolizada. É verdade que a posição até então hegemônica a respeito de Eça, um autor que se situava acima da política por pertencer ao cânone fundador da nacionalidade, já tinha um subtexto nacionalista e reacionário em sua gênese. Podemos, contudo, apontar para a transformação desse subtexto invisível em texto explícito como a primeira preocupação de Ferro em seu projeto para o centenário. Em outras palavras, era como se o diretor do SNI estivesse operando uma espécie de alquimia, transformando o “homem de mármore” canônico e

---

<sup>210</sup> Ibid.

alheio a disputas político-sociais em uma figura plenamente identificada com o regime fascista. Um homem de Salazar – ou de Ferro, se quisermos.

Em linha com a estratégia nacionalista que já é nossa conhecida, de usar a negação da política como arma política, o chefe do SNI anuncia como uma segunda motivação para a celebração oficial do centenário a de evitar a limitação política dum caso nacional: “Queremos, sobretudo, erguer o caso nacional de Eça de Queirós acima de todas as correntes”.<sup>211</sup> No que a princípio soa como apenas uma contradição de Ferro (que acabara de admitir abertamente uma identificação entre Eça e a corrente política salazarista), podemos ler mais. Sua preocupação aqui não é com todas as limitações políticas ou todas as correntes, mas exclusivamente com aquelas antissalazaristas. Ao falar em “evitar” algo e “erguer” Eça “acima” de algo, o que está implícito em seu discurso é que a celebração da efeméride também tem uma preocupação defensiva contra o que vem de baixo, buscando impedir que o autor fosse capturado como bandeira pelos movimentos contrários a Salazar que, naquele momento, ganhavam força em Portugal. Provavelmente não terá sido um acaso o fato de que a entrevista de Ferro foi concedida apenas um mês depois que o intelectual opositor ao regime Luís da Câmara Reis anunciasse – no jornal portuense *1º de Janeiro* – que ele e o exilado político Jaime Cortesão estavam em vias de publicar uma coletânea de textos queirosianos, intitulada *Livro do Centenário de Eça de Queirós*.<sup>212</sup> A efeméride oficial, portanto, também é um mecanismo para impedir que elementos da oposição assumissem – pelas vias que pudessem – o protagonismo das comemorações, operando assim uma “consagração democrática” de Eça. Ou – pior ainda – uma “consagração comunista”. Que Ferro admita isso, mesmo nas entrelinhas de uma entrevista para um jornal, é importante, por revelar o quão incômoda era naquele momento a força do antissalazarismo.

Os grupos de oposição, a despeito da repressão que os relegara a várias formas de clandestinidade, pareciam crescer à medida em que as forças aliadas avançavam contra os bolsões do fascismo na Europa. Já citei aqui que, em 1944, Portugal acumulava greves e protestos proletários, mas um outro foco de resistência naquela primeira metade da década de 1940 era precisamente o meio

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> REIS, Luís da Câmara. [entrevista ao] **1º de Janeiro**. O Porto, 18 out. 1944. O *Livro do Centenário* é extensivamente analisado nas seções 3.4.1 e 3.4.2 do terceiro capítulo desta tese.

literário. Muito embora Ferro tenha, desde o início do regime, tentado angariar a simpatia dos escritores através da criação de prêmios literários pagos pelo Estado – da mesma forma como cooptou com grande sucesso cineastas e artistas plásticos, por exemplo –, o meio literário português jamais foi hegemonicamente salazarista ou dócil às tentativas de cooptação por parte do SNI, que demonstrou ter uma verdadeira “incapacidade de formar um conjunto de intelectuais capazes de verter em livro os enunciados do poder”.<sup>213</sup> Segundo Jorge Ramos do Ó, os prêmios do SNI revelavam-se estratégias inócuas de conversão, pois os maiores expoentes das correntes literárias mais prestigiadas sequer se dispunham a inscrever suas obras nas disputas.<sup>214</sup>

Voltemos à entrevista de Ferro. A soma das duas motivações que entendo estarem sugeridas por ele até aqui – propagandear a ligação entre o salazarismo e a Geração de 70, mas também se adiantar e neutralizar os projetos de celebração intentados pelos seus opositores – levam-no a divulgar planos arrojados para a efeméride. Algumas das medidas anunciadas são coerentes com o ar requintado com que Ferro vinha revestindo a figura de Eça desde que constituíra o Círculo, em 1940. Cito, como exemplo, a publicação de “uma edição de luxo (...) muito bem apresentada e graficamente cuidada” das obras completas do escritor, e a realização de “um grande baile ao estilo da época de Eça de Queirós – e que se efetuará num dos mais belos palácios da capital, já então completamente restaurado”.<sup>215</sup> Outras medidas são praticamente inevitáveis em efemérides literárias, como a edição de um livro com ensaios analíticos sobre a obra de Eça, um ciclo de conferências e uma exposição queirosiana. Mas há também projetos que surpreendem por seu grande apelo de massas. O chefe do SNI anuncia, para começar, uma edição *popular* das obras completas de Eça de Queirós, além da já citada edição de luxo. Fala também em produções cinematográficas e teatrais baseadas na ficção queirosiana, programas de rádio explicativos da sua obra e concursos de artigos e ilustrações baseados no trabalho do romancista. Chega a

<sup>213</sup> **Os anos de Ferro**, cit. p. 128.

<sup>214</sup> As oposições ao salazarismo expressas nessas correntes protagonizam o terceiro capítulo desta tese, e portanto não cabe neste ponto uma reflexão alongada sobre elas.

<sup>215</sup> Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós, cit. Vale notar que, aqui Ferro engenhosamente vale-se do anúncio do centenário para promover outra iniciativa então em curso pelo SNI, que era o restauro (com pouco rigor historiográfico e arquitetônico, segundo os críticos modernos) de diversos castelos portugueses então em ruínas. Sobre o tema, cf. NETO, Maria - *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929- 1960)*. Porto: FAUP Publicações, 2001.

propor o que hoje em dia chamaríamos de uma *performance* queirosiana em praça pública, em favor da qual negocia politicamente em pleno jornal:

Anote este projeto, que oxalá não seja uma quimera: a reconstituição, numa noite, em plena Avenida da Liberdade, de um trecho do Passeio Público, animado por figuras de época. É difícil, concordo, mas as mais belas realidades partiram dos mais belos sonhos. Além disso, talvez o ilustre presidente da Câmara, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, fina sensibilidade e superior inteligência, nos ajude a fazer este milagre.<sup>216</sup>

Não devemos subestimar o alcance deste plano anunciado no *Diário de Notícias*. Não estamos falando apenas de um programa de celebração queirosiana vasto e extenso no tempo, programado para durar todo o ano de 1945. O fundamental é que, tomadas em conjunto, essas medidas representariam um esforço sem precedentes de apresentar Eça de Queirós e sua obra para as massas, inclusive para a metade do país que sequer sabia ler ou tinha apenas um letramento precário por sua marginalização.<sup>217</sup> Trata-se de um plano estatal de divulgação literária sem precedentes em relação a qualquer outro autor em Portugal. Deve-se reconhecer, em vista disso, que o temor de Ferro em relação à captura de Eça por parte dos intelectuais da oposição não pode ser considerado o maior motor de suas ações. Se assim fosse, o chefe do SNI poderia ter simplesmente anunciado de saída que prestaria homenagens protocolares ao autor de *A cidade e as serras*, talvez através de atividades restritas ao próprio Círculo batizado com o seu nome. Os intelectuais da oposição, também eles (em sua maioria) pertencentes às mesmas elites urbanas e dispendo de meios sempre precários da repressão, já veriam dificultados seus planos de transformar a celebração de Eça em um ato oposicionista.

Podemos concluir a primeira parte deste capítulo afirmando, portanto, que quando Ferro opta por anunciar que popularizará Eça de Queirós entre as massas portuguesas, o que o move é sobretudo aquele primeiro objetivo que julguei ver em sua fala: propagandear o quanto o grande romancista saído das Conferências Democráticas do Casino “aproximou-se” dos ideais salazaristas – massificando assim a ideia de que o nacionalismo reacionário pregado por Salazar seria (no tempo sem fissuras do fascismo) a vanguarda do pensamento português mais

<sup>216</sup> Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós, cit.

<sup>217</sup> cf. CANDEIAS, Antônio. SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, nº1, vol. XVII, pp. 163-194.

moderno e cosmopolita desde os anos 1870, tal e qual já profetizara António Sardinha em 1923.

A ideia parece um poço sem fundo de contradições porque de fato ela é. Como veremos a seguir, isso não passou despercebido nem sequer dentro do próprio movimento salazarista. Logo, o ano de 1945 viria a trazer movimentações que não deixariam pedra sobre pedra nos planos originais de António Ferro.

## 2.2 - O Homem de lama

### 2.2.1 - Os botas-de-elástico

Até aqui vimos como a figura de Eça se consolidou no cânone literário português após sua morte, graças ao recalçamento de certas características temáticas, políticas e estéticas de sua obra, em um contexto de hegemonia cultural do nacionalismo. Em seguida, vimos como, em fins de 1944, António Ferro tornou público um plano de instrumentalizar essa consagração a serviço do regime salazarista. Podemos entender este como o ponto culminante do consenso à direita de que Eça de Queirós pertenceria à “heterogeneidade superior”, isto é, ao plano das entidades intocáveis e sagradas, que, segundo Bataille, poderiam – em um contexto fascista – ser mobilizadas a favor da sociedade homogeneizada pelo capital. Vejamos, agora, como esse consenso foi rompido meses antes do centenário. Furando a interdição da esfera pública portuguesa, mas curiosamente vindo do próprio campo da extrema direita, emerge um contradiscurso capaz de abalar violentamente a consagração queirosiana.

No dia 12 de janeiro de 1945 (pouco mais de um mês após a entrevista de Ferro, e ainda onze meses antes da culminância do centenário, que seria no aniversário de Eça, em 25 de novembro), *As Novidades*, um importante jornal de Lisboa, publicou uma notícia extensa, em sua primeira página, anunciando que o SNI estava recebendo inscrições para o concurso que escolheria as ilustrações da reedição comemorativa da obra queirosiana. A notícia, que de maneira rebelde não incluía em anexo o texto do regulamento do concurso (como faziam todos os outros jornais do dia), era apenas o pretexto para um comentário de vigoroso repúdio do jornal contra a efeméride. Talvez seja melhor admitirmos que se tratava de um editorial disfarçado de notícia: o texto acusava Eça de ter exercido



uma “ação nefasta (...) na mentalidade e nos costumes dos portugueses”, e declarava que o romancista havia escrito páginas “subversivas, anticristãs e antiportuguesas”.<sup>218</sup> Em meio à extensa lista de imprecações, há um trecho curioso que é útil para começarmos a entender a natureza dessa manifestação:

Sabemos que vão nos chamar botas-de-elástico por dizermos, com palavras claras, o que outros pensam, mas não tem a coragem de dizer. Pois seja.<sup>219</sup>

A expressão “botas-de-elástico” caracteriza de maneira pejorativa, no português de Portugal, qualquer pessoa que seja antiquada, excessivamente conservadora nos costumes. Aqui, entretanto, é aceita de bom grado pelo autor da matéria para definir orgulhosamente não apenas a si próprio mas a todo um grupo incluído de forma implícita no pronome “nos”. A primeira pessoa do plural, neste caso, não se refere somente ao jornal das *Novidades*, mas a uma instituição estruturante da vida portuguesa, que desde 1929 era representada de forma oficiosa por esse importante periódico: a Igreja Católica. Isso porque, desde o momento em que o cônego Pais de Figueiredo assume a direção das *Novidades*, em 1929, o jornal passa a vocalizar os interesses da Igreja em Portugal, adotando “uma linha muito conservadora” nos campos político e social.<sup>220</sup> Para compreendermos a natureza dessa linha política, basta dizer que o jornal teve entre seus colaboradores de primeira hora o próprio Oliveira Salazar e o cardeal Cerejeira.<sup>221</sup>

Talvez seja preciso, antes de avançarmos na interpretação da posição assumida pelas *Novidades*, tirar do caminho uma primeira conclusão apressada a que se poderia chegar: embora estejamos falando de um jornal católico, não se pode associar o discurso aqui citado contra Eça ao mero ressentimento pelo fato

<sup>218</sup> Reportagem de jornal: “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz”. *Novidades*. Lisboa, 12 jan. 1945.

<sup>219</sup> Ibid.

<sup>220</sup> TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

<sup>221</sup> Manuel Gonçalves Cerejeira ocupou o cargo de cardeal patriarca de Lisboa – posto máximo da Igreja Católica em Portugal – entre os anos de 1929 e 1971. Cerejeira foi uma figura fundamental para consolidar a relação de grande proximidade estabelecida entre o Estado e a Igreja durante a ditadura de Salazar, que era seu amigo desde a juventude.

de o escritor ter produzido páginas de teor anticlerical em sua obra.<sup>222</sup> Eça de Queirós é, sabemos, a mente por trás de personagens católicos ridículos (como o abade Custódio de *Os Maias*), repugnantes (como a Titi de *A relíquia*) e simplesmente monstruosos (como o padre Amaro, do romance de mesmo nome). Escreveu sua obra no bojo de um forte movimento anticlerical que vicejava em Portugal durante o século XIX<sup>223</sup> e, sem dúvida, por trás dessas representações, há intenções militantes tensionadas pela estrutura ficcional. Ainda assim, o texto das *Novidades* não faz dessas rugas seu ponto central. Reconhece-as, claro, quando afirma que Eça produziu “as mais flagrantes injustiças contra o clero e contra a fé”, e qualifica-o como “o ironista blasfemo de *A relíquia*”.<sup>224</sup> Mas atentemos para este trecho:

O Eça autor desses livros é o que há de mais contra os princípios em que o Estado afirma assentar atualmente a sua política de restauração nacional. (...) Se Eça fosse vivo, teria de renunciar a quase tudo que escreveu no tempo da sua mais intensa atividade literária, ou colocar-se-ia, então, na vanguarda dos inimigos de Portugal que em 1926 se decidiu a erguer-se com dificuldade, para se não afundar definitivamente na barafunda dos povos enlouquecidos e podres.<sup>225</sup>

O principal argumento das *Novidades* contra a celebração do centenário de Eça de Queirós, como podemos ver, ultrapassa ressentimentos anticlericais e adentra sem pudores na seara da política: o autor e sua obra seriam ambos incompatíveis com o salazarismo e sua obra de “restauração” de Portugal (dentro da noção já debatida aqui, de um reatar de laços da nação orgânica com sua essência perdida). Nos termos de Bataille, tratar-se-ia de uma negação de todos os aspectos de Eça caracterizáveis como “heterogeneidade superior” para relegá-lo ao plano da “heterogeneidade inferior” que o fascismo busca suprimir. O parágrafo citado acima é especialmente eloquente e sombrio no sentido dessa supressão: segundo o jornal católico, caso Eça vivesse em 1945, teria de renunciar ao que escreveu ou se tornaria um “inimigo” da nação. Implícito na frase está que

<sup>222</sup> Para uma contextualização acerca dos temas do anticlericalismo e da antirreligiosidade em Eça de Queirós, cf. NERY, Antonio Augusto. “A Geração de 70 e o Anticlericalismo”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, v. 01, p. 157-169, 2017.

<sup>223</sup> Para o anticlericalismo em Portugal, cf. SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 40.

<sup>224</sup> “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz”, cit.

<sup>225</sup> Ibid.

ao autor de *Os Maias* deveria ter sido reservado o tratamento que o regime procurava dar aos intelectuais que se lhe opunham na esfera pública interdita do Portugal salazarista: o descrédito público, a censura, a perda de emprego, o exílio e a prisão. E, no entanto, para o desgosto das *Novidades*, ali estava o Estado Novo patrocinando a celebração queirosiana como jamais fizera em relação a qualquer outra figura da literatura portuguesa.

É claro que a mágoa contra o anticlericalismo não se separa tanto da questão política. Visto que a Igreja Católica era um dos pilares de sustentação política do regime de Salazar, com o qual estabeleceu uma relação de “união moral”<sup>226</sup>, é impossível pretender distinguir com clareza o que é argumento de base ideológica ou religiosa nos textos das *Novidades*. Do ponto de vista do grupo social representado pelo jornal, na medida em que a “nação orgânica” portuguesa propugnada por Salazar seria intrinsecamente católica, sendo o próprio ditador “obra e instrumento da Providência Divina”<sup>227</sup>, acusar Eça de Queirós de anticatólico seria o mesmo que acusá-lo de inimigo de Portugal, e vice-versa. Se quisermos usar a terminologia consagrada por Althusser, a Igreja Católica Portuguesa poderia ser lida como um “aparelho ideológico de Estado” do salazarismo.<sup>228</sup>

Apesar de tudo, a polémica entre as *Novidades* e o SNI nos permite reconhecer um abalo, ou pequena fissura, na relação de contiguidade entre a Igreja e o Estado Novo. Ao apresentar no editorial argumentos que colocam no primeiro plano significantes políticos, o jornal católico se põe explicitamente contra uma decisão do governo ditatorial de Salazar. Mas não no sentido típico que podemos imaginar, de uma “oposição” ao governo. Ao invés disso, o jornal se apresenta na posição de defensor da “essência” do regime, ao acusá-lo de incoerência, isto é, de fraquejar em relação aos próprios princípios. Retomando o assunto no editorial do

<sup>226</sup> Salazar e os fascismos, cit. p. 257.

<sup>227</sup> Ibid., p. 257.

<sup>228</sup> cf. ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970, pp. 41-52. Lembremos que, para Althusser, o Estado não se situa em nenhum pólo da oposição entre “público” e “privado”, sendo antes aquilo que efetivamente garante a possibilidade de tal distinção. Os aparelhos ideológicos de Estado, assim, podem ser instituições privadas – como a Igreja, as escolas e até as famílias. É verdade, por outro lado, que nesta tese temos diante de nós o caso evidente de um aparelho ideológico de Estado operando como instituição pública: o próprio SPN/SNI. Finalmente, cabe referir que Althusser reconhece que a distinção estabelecida entre aparelhos “ideológicos” e “repressivos” do Estado não pode ser verificada empiricamente de forma pura: instituições da repressão também produzem ideologia, e aparelhos ideológicos – como a Igreja Católica – também produzem violência, ainda que “esta seja atenuada, dissimulada ou, no limite, até simbólica” (p.47).

dia seguinte, *As Novidades* declaram que o fato de o SNI celebrar Eça de Queirós seria sintoma de uma mais grave e mais generalizada “crise” da “disciplina das ideias” em Portugal.<sup>229</sup> O texto se encerra com uma profecia: se o Estado patrocinasse a celebração de Eça, seria “escusado abrir as sarjetas”, pois a “lama” correria e tomaria conta do país.

A situação que se instaura aqui nos interessa por dois motivos. O primeiro deles tem mais a ver com a existência desses textos do que com seu conteúdo propriamente dito: há algo a ser observado sobre os limites que o salazarismo atingia ao tentar policiar a esfera pública ao nos depararmos com esse tipo de fala em que uma voz dissidente desafia o governo abertamente, ainda que numa seara restrita como a do debate literário. O segundo motivo, claro, diz respeito ao discurso sobre Eça produzido pelo jornal. Até aqui, acompanhamos o esforço da extrema direita portuguesa em sacralizar a figura de Eça de Queirós, um esforço consistente a ponto de plasmar-se em política de estado. Essa voz católica que emerge dissonante do interior da própria extrema direita – negando a Eça seu posto no cânone e ao regime a possibilidade de instrumentalizá-lo politicamente – forçosamente entrará em confronto com o consenso anterior. Daí se produzirá uma espécie de síntese dialética que terá imensa importância nesta pesquisa.

Aprofundemos um pouco o primeiro ponto. A hipótese que se avança parte do pressuposto de que, no contexto de esfera pública interdita e policiada que caracterizou a ditadura de Salazar, mesmo um jornal católico como *As Novidades* – que, em geral, apoiava de forma histriônica e exacerbada o regime – estava sujeito a eventuais censuras. Eventuais manifestações de descontentamento ou pressões políticas que o grupo político representado pelo jornal quisesse fazer para aumentar sua influência sobre o regime, portanto, não poderiam ser impressas em discurso direto, às claras. Diante dessa limitação, nesse caso particular, os católicos parecem entender que atacar Eça de Queirós publicamente como essa espécie de “homem de lama”, capaz de lançar imundície sobre a nação, seria um pretexto inofensivo o bastante para que se publicassem ideias e fizessem pressões de ordem muito mais ampla que a querela explicitamente debatida.<sup>230</sup>

<sup>229</sup> Reportagem de jornal: “Nota do dia”. *Novidades*, Lisboa, 13 jan. 1945.

<sup>230</sup> A tática referida aqui – de utilizar Eça de Queirós como uma espécie de pretexto para tratar na esfera pública de temas interditados pelo governo – será extensamente discutida na seção final do terceiro capítulo desta tese, dado que será a marca da atuação da oposição a Salazar no contexto do centenário. Eis porque faço uma abordagem apenas sumária do assunto neste momento.

Ensaïemos, então, uma compreensão quanto à natureza das pressões católicas que penso estarem por trás do argumento contra Eça. É preciso começar por lembrar que, na altura em que António Ferro abria seu concurso de ilustrações e as *Novidades* viam nisso sintomas apocalípticos, um mundo de fato acabava a dois mil quilômetros de distância de Portugal.<sup>231</sup> A queda iminente da Alemanha, logo em seguida à derrota da Itália de Mussolini, selava o fim da hipótese (que parecia tão provável na década anterior) de uma Europa inteiramente sob o jugo de ditaduras fascistas ou de inspiração fascista. Salazar, que conduzira o país ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial adotando uma delicada posição de neutralidade, equilibrando por um lado as simpatias do regime pelo corporativismo anticomunista do Eixo e, por outro, a aliança histórica entre Portugal e Inglaterra, se via agora diante da hipótese de ser confrontado com o próprio anacronismo: o salazarismo tornava-se uma ditadura que parecia fora de lugar em meio ao triunfo da democracia liberal e do comunismo, transformado no “espectro de um fascismo entorpecido e fora do tempo”.<sup>232</sup> Crescia, no país, a expectativa pela queda do regime e, buscando sobreviver a essa vaga democratizante, o governo de Salazar ensaiava timidamente alguma abertura, ainda que apenas “cosmética” (a mudança de nome do SPN para SNI, citada na seção anterior, entra nesse bojo). Para além da possibilidade de abertura política, passava a pairar no ar também a possibilidade de uma maior abertura econômica do regime salazarista ao capitalismo internacional, e às transformações inclusive culturais trazidas pelos processos de “industrialização, urbanização e terciarização” inerentes ao capitalismo de massas do pós-guerra.<sup>233</sup>

Estas ameaças de abertura e abrandamento dos aspectos mais evidentemente fascistas do regime nos campos político, econômico e cultural – muito mais que a celebração queirosiana – consistem nos verdadeiros sintomas de uma crise da “disciplina das ideias” em Portugal, ao menos em uma perspectiva de extrema direita reacionária como era a das *Novidades*. A figura de Eça de Queirós, na medida em que se torna objeto de uma celebração estatal, parece ser

<sup>231</sup> Naquele exato dia doze de janeiro de 1945, o exército vermelho de Josef Stalin iniciava sua ofensiva de inverno sobre a Polónia, enquanto as tropas norte-americanas derrotavam as últimas resistências nazis nas Ardenas, dando seguimento ao movimento de pinça das forças Aliadas que acabaria por derrubar definitivamente o Terceiro Reich ao se fechar em maio sobre as ruínas de Berlim. cf. HASTINGS, Max. **Inferno: o mundo em guerra (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011, p. 594.

<sup>232</sup> **Salazar e o poder**, cit. p. 279.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 347.

apropriada pelos católicos como o símbolo de todo um movimento mais amplo de ruptura do salazarismo com seus compromissos fascistas originários, que se farejava no ar, mas sobre o qual não se podia falar diretamente no jornal.<sup>234</sup> Naquele ano, Salazar tornaria ainda mais fortes tais suspeitas ao reconhecer, em uma entrevista para António Ferro, que, após a queda de Hitler, “a bandeira da vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da democracia”.<sup>235</sup> Logo em seguida, o ditador adotou com estardalhaço uma série de medidas democratizantes, como a instauração do *habeas corpus* e a anistia política. Nesse contexto, muito mais que um mero autor anticlerical, Eça de Queirós funciona para os católicos de forma pragmática, como um significante em que cabe todo um vasto conjunto de ideias que eles consideravam pertencentes ao campo dessa “democracia” a que Salazar então parecia ceder. Essas ideias, é claro, seriam precisamente aquelas que o movimento de Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira precisou “recalcar” tantos anos antes, para incluir Eça no cânone: a falta de nacionalismo, a vulgaridade na linguagem, a liberalização sexual, o socialismo e o relaxamento dos costumes. A “heterogeneidade baixa” conceituada por Bataille.

Um dos aspectos que torna lícita a hipótese aqui apresentada, de que há um subtexto associado à conjuntura política mais imediata nesses textos “queirosianos” publicados pelas *Novidades*, em 1945, é o fato de o jornal centrar fogo especialmente na opção adotada por António Ferro de fazer das celebrações queirosianas um evento para as massas. O texto do dia 12 de janeiro já salienta que o maior crime do SNI em relação a Eça de Queirós seria “vulgarizá-lo, facilitá-lo às massas populares, fazê-lo chegar, barato e bem ornado, ao seio das famílias, contribuindo assim para a dissolução intelectual e moral *da grei*”.<sup>236</sup>

<sup>234</sup> A preocupação quanto ao futuro do regime assumia então grande urgência entre a direita portuguesa, ainda que o tema não pudesse ser explicitamente abordado nos jornais. Apenas um dia antes do artigo publicado em *As Novidades* que estamos analisando, um outro importante jornal católico (*A Voz*) publicava um editorial assinado por Pedro Correia Marques, tangenciando o assunto. Intitulado “Falar claro” e disfarçado de análise da conjuntura internacional, o editorial argumentava que a guerra dos Aliados era “contra os fascismos”, mas apenas haveria uma coincidência no fato de que Alemanha e Itália seriam países beligerantes com essa orientação política. Desse modo, o fascismo seria abolido nesses dois países apenas pela circunstância de suas derrotas, restando garantido aos demais (a referência implícita a Portugal é óbvia) o direito de manter “os regimes que sejam de seu aprazimento”. Ver MARQUES, Pedro Correia. “Falar Claro”. [editorial de] *A Voz*. Lisboa, 12 jan. 1945.

<sup>235</sup> SALAZAR, Oliveira. “Devemos fazer a nossa vida sem sujeição...”. [discurso impresso no] **Diário de Notícias**, Lisboa, 08 out. 1945.

<sup>236</sup> “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz”, cit. grifo meu.

É a democracia que se teme, aqui, e não Eça. A “nota do dia” publicada em seguida – a que se encerra com a profecia da enxurrada de lama – é ainda mais enfática no sentido de demonstrar que o principal incômodo do jornal católico é o salazarismo vir a popularizar e institucionalizar a obra do escritor, para além da celebração em si. O texto, escrito num tom dramático e ofendido, lança um desafio: se o Estado Novo considera Eça digno de ser celebrado, deveria tornar sua obra obrigatória para toda a juventude do país. Vejamos:

Haja ao menos lógica, mesmo na corrida para o abismo. Dos fracos não reza a história. Vamos: a lógica informativa da resolução tomada pelo organismo oficial do Estado, que é o “Secretariado da Cultura Popular” – se ela é bem – exige que à “Mocidade Portuguesa”, à geração nova que sobe para a vida, se distribua solenemente, como bíblia do seu “nacionalismo” e do sentido do enobrecimento do seu espírito “construtivo”, a nova edição popular; que às Escolas oficiais se ofereça, como texto de leitura educativa e formativa, a coleção inteira, deliciosamente ilustrada, da vasa corrosiva. Por que não?<sup>237</sup>

É de se notar a ênfase que o jornal dá aos significantes políticos: há no trecho acima a citação irônica de um adágio patriótico português (“dos fracos não reza a história”) e uma referência à “Mocidade Portuguesa”.<sup>238</sup> Assim como já havia feito Agostinho dos Campos em sua *Antologia*, é à alegada pureza da juventude que as *Novidades* recorrem para censurar Eça de Queirós. A diferença é que agora não há sequer uma “seleta” a ser salva e canonizada: nesse caso, todo o romancista parece ser composto de uma lama “corrosiva”. Em segundo lugar, o que parece estar mais uma vez em jogo para o campo reacionário português (aqui representado pelos católicos) já havia sido um problema no início do século XX: o temor de que o alargamento da esfera pública pela modernidade representasse uma perda da ascendência daquele campo ideológico sobre a vida social, especialmente das classes mais baixas. Um temor de que a “grei” lesse, ouvisse e assistisse mais do que fosse conveniente ler, ouvir e assistir. Se no início do século pudemos ver, de passagem, como a intelectualidade reacionária viu no

<sup>237</sup> “Nota do dia”. *Novidades*, Lisboa, 13 jan. 1945.

<sup>238</sup> Espécie de instituição salazarista para jovens de 7 a 14 anos, de formação paramilitar e inculcação ideológica, inspirada na *Hitlerjugend* alemã, a qual todos os jovens portugueses do sexo masculino deveriam aderir compulsoriamente. As meninas tinham sua própria “Mocidade Portuguesa Feminina”, também compulsória, mas sem o caráter paramilitar. (KUIN, 1993a, pp. 555-588).

alargamento da esfera pública anunciado pela República uma chance de ocupar o espaço de influenciadores indiretos do poder através da ideologia, o que se anuncia no fim da Segunda Guerra como a possibilidade de uma definitiva sociedade de massas em Portugal parece colocar em questão mesmo o domínio desse espaço ideológico.

A figura de Eça de Queirós, insisto, é apenas um significante conveniente. Sua obra não é exatamente o que as *Novidades* de fato temem ver popularizado, e nem sequer é através do anúncio de que o SNI patrocina edições populares de livros como o *Primo Basílio* e o *Crime do Padre Amaro* que a intelectualidade reacionária toma consciência da ameaça que paira sobre eles. Já no âmbito da literatura contemporânea dos anos 1940, esse campo enfrentava a presença contra-hegemônica de escritores insubmissos de orientação marxista – os neorrealistas –, que se impunham através do juízo da crítica e do público, a despeito de todas as estratégias de controle e perseguição.<sup>239</sup> Mas, assim como ocorrera no passado remoto, quando os jovens Eça de Queirós e Ramalho Ortigão tencionaram transformar a esfera pública através de suas *Farpas*, o raio de pessoas que podia ser atingido pelo discurso literário no Portugal semianalfabeto da primeira metade do século XX ainda era pequeno e elitista. O verdadeiro temor de figuras como aquelas que editavam as *Novidades* era que este público literário se ampliasse (daí o alarme frente à promessa de uma “edição popular”), e, principalmente, temia-se que discursos fora do estrito círculo ideológico hegemônico tomassem mídias como os jornais de grande circulação e, sobretudo, o cinema e o rádio.

Sobre o temor da modernidade que os católicos escolhem personificar em Eça de Queirós, é preciso em primeiro lugar dizer que ele não entra propriamente em contradição com o projeto original de António Ferro, de fazer da celebração queirosiana um índice da modernidade do discurso nacionalista. Isso porque – por mais confuso que isso seja – Ferro e os católicos concebem diferentemente o que seja a modernidade. Já vimos que Ferro não distingue tradição e progresso. Formula, em vez disso, o conceito de uma modernidade “esvaziada” de seu conteúdo, que apenas atualiza e perpetua uma ideologia nacionalista

---

<sup>239</sup> O movimento neorrealista é extensamente discutido na seção 3.2 do Capítulo III desta tese.



pretensamente atemporal.<sup>240</sup> Ora, não há propriamente uma oposição a isso no discurso da extrema direita católica. O temor que se manifesta no editorial anti queirosiano, em linha com a tese de Ferro, é precisamente contra o conteúdo da modernidade, esse sim compreendido e temido como uma ruptura radical e apocalíptica contra a tradição. O desentendimento entre as *Novidades* e António Ferro não é, portanto, de fundo – respeitante às teses defendidas –, pois ambos estão apenas em um embate semiótico: Eça de Queirós é inescapavelmente um significante da modernidade, mas o seu significado é o conteúdo ou a forma dessa modernidade? O debate não avança, aqui, porque para que ele avançasse seria necessário que os envolvidos analisassem o próprio texto queirosiano. Esse é, no entanto, um terreno temido pelos dois lados dessa polémica, que, assim, não chega a ser sequer “literária”, senão no sentido mais pobre da palavra. Na série de artigos das *Novidades* e nas respostas dadas a eles pelo SNI, nenhuma linha dos romances e contos queirosianos chegou a ser citada.

Em seguida, temos que reconhecer que o “conteúdo” da modernidade temido pelos católicos – por eles codificado no texto como “o mar de lama” – já escorria através das comportas lusitanas naquele início de 1945: em que pese o esforço por parte do Estado de ocupar as mídias de massa com produtos “claramente nacionalistas”<sup>241</sup> e associados a uma alta cultura, a pressão mercadológica do gosto popular começava a demandar que elas fossem tomadas por outras formas culturais até então fora do controle do Estado – como o futebol – ou mesmo coisas consideradas pela cultura hegemônica como imorais e dissolventes, como os filmes cômicos de costume, o teatro de revista e o fado. Anunciava-se o momento, que de fato chegou, em que o Estado Novo não teria remédio senão abraçar esses elementos culturais “baixos” e urbanos, incorporando-os ao imaginário nacionalista, em um movimento que acabaria por esvaziar também o que eles pudessem ter de conteúdo modernizante. Essa nova fase da política cultural do regime, que em 1945 apenas se insinua, ficou conhecida como “fado, futebol e Fátima”.<sup>242</sup> O terceiro elemento desse trinômio já indica que a mudança não se dará sem conciliação com os católicos.

<sup>240</sup> TRINDADE, Luís. Os excessos de abril. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Literatura e Revolução**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 51.

<sup>241</sup> TRINDADE, Luís. Dar espetáculo - A cultura em Portugal no Século XX. In: ROSAS, Fernando (org.). **O Século XX português**. Lisboa: Tinta da China, 2020.

<sup>242</sup> cf. TRINDADE, Luís. Fado, futebol, Fátima, foices e martelos - combates pelo senso comum no século XX português. In: Revista **Intervalo**, nº 2, 2002.

Podemos adiantar, conseqüentemente, que pressões à direita como a das *Novidades* acabariam por surtir efeito e até certo ponto neutralizar os diversos movimentos democratizantes ensaiados pela sociedade portuguesa naqueles anos 1940.<sup>243</sup> Esse sucesso nos interessa, no âmbito deste trabalho, porque, ainda que para *As Novidades* Eça tenha sido um mero pretexto, a força do discurso evocado por esse jornal terá um impacto real e duradouro na recepção do escritor dentro do campo reacionário. A narrativa simples que procurei apresentar até aqui do que teria sido a recepção queirosiana “à direita”, desde a morte do escritor (a ideia de que de se teria recalcado em Eça seus aspectos de heterogeneidade inferior, para canonizá-lo e, em seguida, instrumentalizar politicamente essa canonização, num esforço de propaganda), terá de ser adaptada de modo a incorporar as críticas pesadas feitas pelos católicos. Vejamos a maneira turbulenta como isso se deu. Façamos isso sem perder de vista que faltavam, no fim de janeiro de 1945, apenas dez meses para o aniversário de cem anos de Eça de Queirós.

### 2.2.2 - António Eça e a última cruzada

O SNI, desde o princípio, adotou uma postura vacilante frente à campanha anti queirosiana promovida pelas *Novidades*. Hesitou entre três atitudes: calar autoritariamente o jornal, debater com ele, defendendo o ponto de vista original de Ferro, e ceder às pressões. A primeira alternativa entre as três chegou a ser

<sup>243</sup> A questão a respeito do quanto a ditadura salazarista conseguiu ou não neutralizar as transformações culturais da modernidade em Portugal ainda está em aberto. Contudo, essa problemática surge com excepcional clareza diante de quem lê em sequência os quatro textos do historiador da cultura Luís Trindade que citados nesta tese. Se em “Fado, futebol, Fátima, foices e martelos” (2002), *O estranho caso do nacionalismo português* (2008) e “Os excessos de abril” (2011) Trindade ainda entende que o governo autoritário teve pleno sucesso em “esvaziar” o conteúdo da modernidade em Portugal, seu recente texto “Dar espetáculo”, publicado no livro *O século XX português*, em 2020, reformula a tese de maneira mais matizada. Essa posição tardia de Trindade compreende que só se chega à noção de um salazarismo plenamente bem-sucedido em sufocar o “conteúdo” da modernidade em Portugal quando se olha exclusivamente para as fontes históricas oficiais, ou pertencentes às manifestações culturais da classe dominante. Para Trindade (numa posição que julgo evocar a “história a contrapelo” benjaminiana e a teoria da história de Michel de Certeau), um olhar do historiador sobre fontes que registrem sujeitos da história distantes das elites e da oficialidade (porque aliados desse mundo), procurando compreender a cultura portuguesa a partir dos “de baixo”, tornaria possível perceber os diversos interstícios e pontos cegos da vida social através dos quais os portugueses experimentaram efetivamente as tensões culturais do século XX, a despeito das tentativas de sufocamento perpetradas pelo salazarismo.

ensaiada quando um texto anti queirosiano das *Novidades* foi censurado, em 19 de janeiro de 1945, mas o SNI logo recuou e o artigo foi publicado no dia seguinte.<sup>244</sup>

Lembremos, a respeito desse “solução” autoritário, que a Igreja Católica portuguesa consistia em uma base firme de apoio a Salazar, conquistada pelo ditador desde o início do regime, muito mais através da negociação do que por intervenções despóticas. Naquele momento de crise, portanto, é simples deduzir que seria exagerado da parte do secretariado de Ferro a adoção de medidas demasiado enérgicas contra o jornal que representava oficiosamente essa instituição. Ainda mais porque – e reafirmo que esse ponto era parte fundamental da estratégia das *Novidades* –, na superfície, aqueles textos tratavam “apenas” de uma “inofensiva” questão literária. Certamente o SNI consideraria com mais força uma hipótese censória se o jornal em questão dispensasse Eça de Queirós como objeto e tratasse diretamente da crise política a que aludi na seção anterior.

Como não foi o caso, a principal estratégia adotada pelo SNI contra as *Novidades* é a segunda entre as três que enumerei acima: o órgão estatal partiu para a polêmica, defendendo publicamente as celebrações queirosianas. De maneira contraditória – e pouco inteligente, pode-se acrescentar – um Estado que sustentava parte de seu poder na interdição da esfera pública optou neste caso específico por alimentá-la. Não que o departamento de propaganda estivesse interessado em discutir abertamente suas estratégias de controle do campo cultural

<sup>244</sup> Há um par de evidências que prova ter havido a censura, neste caso. Em primeiro lugar, os arquivos da Fundação Eça de Queirós guardam uma carta do cônego Pais de Figueiredo (editor das *Novidades*) para António Eça, datada de 19 de janeiro de 1945, em cujo pós-escrito o padre jornalista reclama sobre o fato de um editorial falando do centenário ter sido censurado (FIGUEIREDO, Pais de. [carta] 19 jan. 1945, Lisboa [para] António Eça de Queiroz, 1 fl. Responde a anterior. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021). Em segundo lugar, a nota intitulada “Ainda o caso nacional de Eça de Queirós”, publicada no dia 20 de janeiro de 1945 nas *Novidades*, principia com uma frase que provoca o SNI ao sugerir a censura de forma bastante ostensiva: “por motivos estranhos à nossa vontade, só hoje nos é possível publicar a seguinte nota redigida e composta anteontem” (Reportagem de jornal: “Ainda o caso nacional de Eça de Queiroz”. *Novidades*, Lisboa, 20 jan. 1945). Embora pareça incoerente que um tamanho defensor das violências do regime salazarista reclame após provar uma dose mínima de repressão, não podemos negar que quase há justiça na indignação do cônego. É que a censura foi feita à traição: na mesma data em que publicara sua resposta às *Novidades* (18 de janeiro), António Eça tinha enviado uma carta privada e pessoal a Pais de Figueiredo (também guardada nos arquivos da Fundação), anunciando que se engajaria numa polêmica contra seu jornal para defender a honra do pai. Nessa carta, António Eça explicitamente promete que não haverá censura: “Neste caso, eu sou unicamente (sic) um homem ofendido, que nada têm em comum com o Secretariado Nacional da Informação – quer isto dizer que pode V. Exa. completamente à vontade responder, ou mandar que me respondam, zurrindo-me e aniquilando-me”. (QUEIROZ, António Eça de. [carta] 17 jan. 1945b, Lisboa [para] Pais de Figueiredo, Lisboa. 2 fls. Responde a notícias sobre seu pai publicadas em 12 e 13 jan. no jornal “Novidades”. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021).

português. Um motivo mais prosaico se impôs: no primeiro texto anti queirosiano publicado nas *Novidades*, ainda em 12 de janeiro de 1945, os católicos acusavam o SNI de ter se convertido em “empresa reclamadora” de Eça de Queirós.<sup>245</sup> Aludia-se, assim, à ideia de que, ao patrocinar a reedição das obras completas, o órgão público estaria servindo ao interesse privado da família do escritor, que lucraria com as vendas. Tratava-se de uma acusação de corrupção sutil, mas com endereço certo: o segundo cargo mais alto do SNI era ocupado por ninguém menos que António Eça de Queirós, o filho caçula de Eça.<sup>246</sup> Assim, acusado como funcionário e como descendente, António Eça não tinha saída a não ser defender a sua honra, além da honra do órgão público que ajudava a comandar e a de seu pai. Iniciava-se, assim, a peleja do “filho do escritor” contra os seguidores do “Filho do Homem”.

Aproveitemos este ponto para descrever António Eça com vagar e alguma nuance. O filho mais jovem de Eça de Queirós, nascido em Paris enquanto seu pai ocupava seu cargo diplomático na cidade, tem sido objeto de algum interesse por parte de historiadores contemporâneos que ressaltam seu extremismo político: é descrito como um monarquista militante na juventude e grande entusiasta do fascismo<sup>247</sup>, tendo sido um dos responsáveis pela fundação da milícia fascista Acção Escolar Vanguarda em 1933.<sup>248</sup> Após a criação do Estado Novo, torna-se membro fundador do SPN e, durante a década de 1930, participa das gestões

<sup>245</sup> “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz”, cit.

<sup>246</sup> É necessário um comentário enfrentando o mérito da insinuação das *Novidades*: o quanto há de verdadeiro nas ilações de corrupção feitas pelo jornal católico? Em primeiro lugar, é fato incontestado que as ações de promoção da obra de Eça de Queirós em 1945 resultaram em benefícios materiais para seus herdeiros, ao impulsionarem as vendas das obras do escritor. Alfredo Campos Matos – biógrafo de Eça e respeitado especialista em tudo o que diz respeito ao escritor – sugere que os lucros obtidos pela família nessa ocasião terão sido significativos, ressaltando “os proventos resultantes” da “edição do centenário, da Lello, em 1945”, que teriam permitido obras de “conservação” e “ampliação” na quinta de Tormes – futura sede da Fundação Eça de Queirós (MATOS, António Campos. **Sobre Eça de Queirós**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 328). Obviamente, isso coloca António Eça em uma posição de fragilidade, legitimando em alguma medida eventuais suspeitas de interesses dúbios. O herdeiro que lucraria com as vendas do pai esteve, afinal, na posição de agente público que engajou o Estado em sua celebração, e não há dúvidas de que estar dos dois lados dessa relação entre família e Estado é algo pouco ético. Por outro lado, um dos pontos defendidos nesta tese é o de que a “consagração nacional” de Eça antecede o centenário – sendo um fato da realidade portuguesa desde décadas antes – de modo que é improvável que a reedição comemorativa das obras queirosianas, por exemplo, tenha dependido exclusivamente da presença de seu filho no SNI. Também enfraquece a hipótese o fato de que as demais críticas às celebrações queirosianas promovidas pelo Estado não reiteram a acusação das *Novidades*. Essa ausência se verifica inclusive em textos antissalazaristas produzidos e publicados no Brasil, fora do alcance da censura de Salazar.

<sup>247</sup> Os integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional, cit. pp. 147-149.

<sup>248</sup> PEGORIN, Elisa. **Arquitetura e regime em Itália e Portugal**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, 2018, p. 167.

diplomáticas entre Portugal e outros países controlados pelo fascismo, através de sua presença na Comitati d’Azioni per l’Universalità di Roma (Caur).<sup>249</sup> Recebeu comendas como a Coroa da Itália de Mussolini e a Águia da Alemanha de Hitler.<sup>250</sup> É elencado ainda como “germanófilo”, eufemismo utilizado para se referir aos portugueses que apoiaram o Eixo liderado por Hitler durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>251</sup> Como elo que une todo esse período de ação política, é notado em António Eça um anticomunismo exacerbado, tendo sido ele, inclusive, editor de uma efêmera publicação intitulada *Revista Antibolchevista*.<sup>252</sup> Toda essa descrição a respeito de seu posicionamento ideológico é verdadeira e facilmente verificável em diversas fontes, mas arrisco dizer que não é completa: a mera imagem de um fanático de extrema-direita não dá conta da figura inteira do caçula de Eça de Queirós.<sup>253</sup>

Sua atuação profissional no SPN/SNI, em especial após sua ascensão aos altos cargos de subdiretor, em 1943, e finalmente diretor (de forma interina), em 1950, não é marcada pelo prosseguimento da tendência fascistizante do órgão. O mesmo se pode dizer em relação à sua atuação à frente da Emissora Nacional de Radiodifusão, entre 1951 e 1959: o período em que António Eça acumula mais poder, assumindo encargo da transmissão radiofônica em Portugal e fundando sua primeira televisão estatal, ficou marcado por uma inflexão no sentido contrário da feição abertamente doutrinária e propagandística que a Emissora assumira sob a tutela de António Ferro, que também a dirigiu.<sup>254</sup> António Eça, em sua gestão, dará prioridade a programas em tom mais popularesco, tendo sido um discreto operador da política cultural do “fado, futebol e Fátima” que correspondeu à preocupação do Estado Novo em disfarçar seus aspectos mais marcadamente

<sup>249</sup> KUIN, Simon. **O braço longo de Mussolini**: os ‘Comitati d’Azioni per l’Universalita di Roma’ em Portugal. Lisboa: Cosmos, 1993, pp. 7-20. Os “comitati” foram uma espécie de reunião organizada pelo Partido Fascista Italiano em 1934, na qual movimentos fascistas de toda a Europa se reuniram em Montreux com vistas a criar uma espécie de “Internacional Fascista”.

<sup>250</sup> SCHILIRÓ, Luís Bensaja de. Queiroz, António Alberto Eça de. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 1102.

<sup>251</sup> CARVALHO, Sérgio Luís de. **Lisboa e os Nazis**. Lisboa: Parsifal, 2018, pp. 125-126.

<sup>252</sup> Os integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional, cit. p. 148.

<sup>253</sup> Destacam-se, como índices das simpatias fascistas de António Eça encontráveis na Fundação Eça de Queirós, os textos de apoio à Alemanha nazista que ele escreveu no contexto da 2ª Guerra Mundial para o *Boletim da Legião Portuguesa*. Cito como especialmente exemplares o texto “Perigo de Morte”, datado de julho de 1943, e um manuscrito sem título de 1946 que contém a frase: “chamam-me de fascista, o que em grossas linhas é o que sou”.

<sup>254</sup> SANTOS, Sílvio Correia. **Da rádio estatal ao modelo integrado**. Compreender o serviço público da radiodifusão em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 61.

totalitários. Há nuance, portanto. Este esboço de perfil ideológico que tento empreender aqui se justifica porque, no caso que apresentarei a seguir, António Eça de Queirós será um personagem que operará de modo ambíguo e contraditório, mesclando características desses seus dois lados – e neste sentido parece sintetizar uma complexidade do próprio salazarismo: será simultaneamente o extremista político agressivo e exacerbado e o gestor pragmático, leal às razões de Estado quando estas demandam moderação. Será, enfim, um fascista, mas (aproprio-me aqui da feliz expressão de Fernando Rosas, usada no título de seu livro *Salazar e o Poder*) um fascista empenhado em “saber durar”.

O tom dos dois textos que António Eça escreveu contra as *Novidades* e publicou no jornal *Diário Popular*, em 18 e 22 de janeiro de 1945, é violento e ferino.<sup>255</sup> Chama quem quer que tenha escrito o editorial anti-queirosiano (podemos presumir que tenha sido o Cônego Pais de Figueiredo) de “aleijado intelectual”, e acusa o jornal de estar imbuído de “facciosismo” e “má fé”. Em meio a tais imprecações, o filho nega com veemência que seu pai tenha sido um homem sem religião, e um inimigo da igreja. Tanta agressividade, contudo, não consegue encobrir silêncios que são bem mais eloquentes: António Eça não defende, quando fala das comemorações do centenário, o conjunto de ações com amplo apelo de massas que Ferro tinha anunciado na entrevista de Novembro – como a edição popular, os filmes, programas de rádio e a performance pública. Essa política específica do SNI, que consistia no centro dos ataques das *Novidades*, não foi sustentada publicamente pelo segundo funcionário mais graduado do órgão, o que é sintomático. António Eça, além disso, também não se empenha em defender a tese fundamental de Sardinha, aproveitada por António Ferro, de que Eça de Queirós teria sido uma espécie de salazarista antes do tempo, e de que teria sido mais alinhado com o regime precisamente nos textos “revolucionários” em que “destruía” a monarquia constitucional.

Em relação a esse segundo ponto, inclusive, António Eça substitui a tese de Ferro por uma outra, que parte do pressuposto de que “Eça teve vinte, trinta, cinquenta anos”.<sup>256</sup> O filho admite que aos vinte seu teria sido “revolucionário” e “iconoclástico”, como que reconhecendo (embora em outro tom) alguma verdade

<sup>255</sup> QUEIROZ, António Eça de. “Responde às Novidades”. *Diário Popular*, Lisboa, 18 jan. 1945. QUEIROZ, António Eça de. “Última resposta às Novidades”. *Diário Popular*, Lisboa, 22 jan. 1945.

<sup>256</sup> “Última resposta às Novidades”, cit.

nas acusações de subversão feitas pelas *Novidades*. Argumenta, entretanto, que aos trinta anos Eça teria se tornado “mais ponderado e menos duro”, produzindo obras moralistas que alertavam “contra a fraqueza humana e a maldade dos homens” (inclui nessa etapa o *Primo Basílio*). Finalmente, “na zona dos cinquenta”, Eça teria se tornado finalmente um senhor “com infinita ternura e bondade” escrevendo elegias patrióticas sobre Portugal.

Por trás de toda a violência verborrágica, o que o caçula da família Queirós parece pedir em seu primeiro artigo publicado no *Diário Popular* é que seus adversários perdoassem seu pai ao levar em conta seu percurso biográfico: todo o socialismo, a iconoclastia e as imoralidades de que o jornal católico o acusava poderiam ganhar novas luzes se fossem considerados como o ponto de partida de uma trajetória que se concluísse de forma redentora com o autor convertido em um patriota bem comportado. Tratar-se-ia de uma solução de compromisso, em que o Estado poderia continuar celebrando Eça como um salazarista (restringindo essa louvação agora à sua versão madura, e não “destrutiva”) e a Igreja poderia continuar atacando-o como um iconoclasta (em sua versão jovem), mas também celebrando sua volta ao rebanho na maturidade. Algo como uma reencenação moderna da parábola bíblica do filho pródigo.<sup>257</sup> Ou, se quisermos voltar ainda mais uma vez aos termos de Bataille, o jovem Eça incorporaria a heterogeneidade inferior que a heterogeneidade superior do Eça mais velho acabaria por suprimir.

Embora a resposta das *Novidades* publicada dois dias depois devolva a António Eça uma nova carga de ofensas, mantendo o tom agressivo em que o debate se dava, um parágrafo quase no fim do texto demonstra que a solução proposta foi acatada:

É nacionalista a última fase de Eça de Queirós? Se é, não se diga que não é. Mas a primeira é socialista, anárquica, jacobina, anti-patriótica? Haja pelo menos a cautela de não a relembrar.<sup>258</sup>

A divisão de Eça em um ser com diversas fases é salomônica (insistamos na terminologia bíblica) e acaba sendo tacitamente aceita, no trecho acima. No

<sup>257</sup> A ideia de Eça de Queirós como o filho pródigo é extensivamente abordada na seção 4.2.5 do quarto capítulo desta tese.

<sup>258</sup> “O caso nacional de Eça de Queirós”. *Novidades*, Lisboa, 23 jan. 1945.

entanto, o trecho também reconhece que, mesmo estando resolvida a primeira parte da querela, resta o problema da “cautela” com a qual se deve falar do escritor em público: em outras palavras, a Igreja não abre mão de gorar os planos de Ferro para popularizar Eça de Queirós nos meios de comunicação de massa, ou através de livros baratos. Como dito anteriormente, António Eça apenas se calou a respeito desse ponto e, diante desse silêncio ambíguo e das ofensas que António Eça tinha feito na primeira carta, as *Novidades* continuaram sua cruzada desenfreada contra o autor de *A Relíquia*. A campanha rapidamente cresceu e atraiu a atenção de pequenos jornais católicos da província, que não tardaram a sair em defesa do co-irmão da capital.<sup>259</sup> No espaço de poucos dias, entre 20 e 30 de janeiro de 1945, *A Defesa* de Évora sentenciou que as obras de Eça seriam “imorais e blasfemas”, e as *Notícias de Covilhã*, davam razão ao temor das *Novidades*, ainda que reconhecendo os valores estéticos da obra queirosiana. O *Notícias de Beja* acusou o escritor de ser um “discípulo do liberalismo franco-alemão”, e destacou também seu “repertório sem fundo de lubricidades”. A *Voz do Pastor*, do Porto, argumentou que estavam errados os que argumentam que Eça seria “um restaurador político e religioso”, e que inclusive o próprio Eça se incomodaria com essa classificação se fosse vivo.

Mas nenhum jornal foi tão longe quanto o *Correio de Coimbra*, que procurou prestar um serviço público aos católicos de todo país: diante da ameaça de inundação das casas portuguesas pela edição popular das obras de Eça, o jornal informou aos fiéis sobre quais livros queirosianos cada um poderia ler, quais dependeriam de “autorização especial da autoridade eclesiástica” e quais estariam terminantemente proibidos. Comicamente, o propósito moralizador do jornal se converte num ato de propaganda presumivelmente involuntário, pois a nota acaba dando a dica aos leitores sobre quais livros de Eça possuíam as páginas mais picantes do escritor. Pedindo perdão antecipado pela citação longa, reproduziu na íntegra o hilário exercício de prescrição literária do periódico. Para além do humor involuntário, é de se notar, abaixo, o quanto o jornal coimbrão já reconhece valores positivos em romances tardios de Eça como *A ilustre Casa de Ramires* e *A*

<sup>259</sup> As citações dos jornais *A Defesa*, *Notícias de Covilhã*, *Notícias de Beja* e *A Voz do Pastor*, a seguir, não foram coletadas em suas fontes primárias, devido ao reduzido tempo hábil de que dispus em bibliotecas, devido à pandemia de COVID-19. Todas as citações foram retiradas de uma matéria do próprio jornal *As Novidades*, que consistia precisamente em uma orgulhosa coletânea que o jornal católico lisboeta fez dos apoios que obteve nas províncias. Ver a reportagem de jornal “Ecos sem comentários.” *Novidades*, Lisboa, 30 jan. 1945.



*cidade e as serras*. Trata-se de outra mostra de que a tese do “amadurecimento” do escritor foi apesar de tudo bem recebida pelos católicos:

“A ILUSTRE CASA DE RAMIRES”. Tese construtiva: valorizando as colônias, regenera-se a mãe pátria. Quanto à realismo, há que se prevenir o leitor de uma rápida cena de pecado.

“A CIDADE E AS SERRAS”. Linda tese construtiva na intenção: o ‘retorno à terra’. Perfeição literária dificilmente igualável. Porém, o realismo descritivo da vida parisiense e o erotismo de algumas páginas fazem do livro, sob o aspecto moral, uma obra ‘tolerável’ para adultos de sólida formação moral e ‘prejudicial’ para adolescentes.

“OS MAIAS”. Tipo de ‘realismo’ literário português. Três romances numa obra: um que termina pelo suicídio, outro por uma baixeza sem nome, e outro retrata o romancista. Encara torpezas, ridiculariza a religião, e não propõe como remédios para os desmandos senão o agnosticismo e os desânimos. Sem autorização especial da autoridade eclesiástica, nenhum católico deve ler.

“O CRIME DO PADRE AMARO”. Tese histórica e cientificamente falsa: que o celibato é, no indivíduo, anti-natural e praticamente impossível. Em todas as teses que faz gravitar em volta desta – caleidoscópio de disparates de vária ordem apresentados sem consistência nem originalidade, mas com roupagem de estilo perigosamente sedutora – o autor não respeita nem fé, nem honra, nem a conveniência social. Neste livro, como de resto nos outros quase sempre, quando se refere ao Cristianismo, Eça de Queirós é discípulo de Renan. Não se aproveita uma só figura de Padre. Até o Padre Ferrão, embora sincero e culto, é refutado pelo “cientismo” do Doutor Gouveia. Da interpretação queirosiana do futuro da ciência, é suficiente notar que hoje é fóssil e ridícula. Livro moralmente condenável. Nenhum católico deve ler sem autorização especial.

“A RELÍQUIA”. Tese anti-cristã cem por cento, e desonesta na mesma percentagem. Nos problemas da fé, Renan sem mistura. Obsceno no geral, refinadamente em alguns episódios. Livro absolutamente condenável, na intenção e na ação.<sup>260</sup>

No início desta seção, eu escrevi que foram três as estratégias do SNI para lidar com a cruzada católica contra Eça de Queirós. Ficou faltando abordar a terceira delas, justamente a que prevaleceu a partir da intensificação e da

<sup>260</sup> Reportagem de jornal: “Apreciação dos romances de Eça de Queirós segundo um critério moral e religioso”. *Correio de Coimbra*, Coimbra, Jan. 1945. (data não identificada).

generalização da campanha anti-queirosiana: a capitulação. Após a longa polêmica de janeiro, o órgão de governo acabou por simplesmente ceder à pressão católica, abandonando planos originais de fazer do centenário de Eça um espetáculo para as massas que tornasse o autor do *Crime do Padre Amaro* popular para além da elite letrada do país. Que fique claro: António Ferro não desistiu de modo algum de celebrar o centenário, e manteve-se fiel à aposta de fazer de Eça – do “velho” Eça, agora, suprimido de sua contraparte jovem e “destruidora” – um instrumento de propaganda, apresentado pelo estado como um salazarista antes do tempo. Pegando emprestado um termo oriundo precisamente do vocabulário da propaganda, podemos dizer que o que foi fundamentalmente alterado foi apenas o “público alvo” da efeméride: não mais as massas iletradas ou semiletradas, mas o círculo muito mais restrito das camadas educadas urbanas, que participavam da esfera pública e consumiam literatura.

Não há nenhuma declaração pública de António Ferro e António Eça que afirme claramente essa espécie de correção de rota por parte do SNI. Podemos inferi-la, apesar disso, observando três evidências. A primeira delas é o reconhecimento muito posterior, por parte das *Novidades*, já em fevereiro de 1946, de que tal capitulação ocorrera. Nessa altura, o SNI tinha acabado de realizar a cerimônia de encerramento das celebrações do centenário queirosiano e, ao noticiar esse fato, as *Novidades* incluíram na notícia este parágrafo, que em bom português é uma proclamação de vitória:

Em dado momento, estranharam as *Novidades* certos números do programa comemorativo oficial, o que provocou a irritação de alguns nacionalistas de distintivo ao peito (...). Mas... o que lá vai, lá vai. Registe-se apenas que nos ficou tranquila a consciência pelas reservas que fizemos e, segundo vieram a testemunhar os fatos, não foi de todo inútil a nossa leal intervenção. Alguma coisa se evitou do muito que se anunciara e nunca deveria ter sido lembrado.<sup>261</sup>

Em segundo lugar, há uma carta em papel timbrado do SNI, redigida por António Eça em fins de junho de 1945. Neste documento interno, o segundo em comando do órgão de propaganda requer a censura parcial de um espetáculo teatral baseado em *Os Maias*, que seria encenado pela companhia Colaço-Robles como parte das comemorações oficiais do centenário. António Eça interveio com

<sup>261</sup> Reportagem de jornal: “Acabaram as comemorações oficiais do centenário de Eça de Queirós”. *Novidades*, Lisboa, 05 fev. 1946.

uma ordem para que se retirasse do texto da adaptação feita por José Bruno Carreiro alusões mais explícitas ao incesto consciente praticado pelo personagem Carlos da Maia. Na carta em que faz essa demanda, António cita como motivo principal para a alteração no final da peça a necessidade de se “evitar graves dissabores com os católicos”.<sup>262</sup> Esse episódio, que pretendo explorar detalhadamente em um artigo à parte, sugere que, após as polêmicas de janeiro com as *Novidades*, António Eça entendeu a força da intelectualidade católica e a importância de não melindrar esses aliados do regime.

Em terceiro lugar, finalmente, há o que podemos descrever melhor como um conjunto de evidências. Refiro-me às diferenças flagrantes que um olhar lançado do ponto de vista privilegiado do presente pode notar entre os planejamentos originais do centenário, anunciados por Ferro na entrevista de 1944, e o que de fato foi realizado e registrado. No entanto, como esta é questão mais produtiva, cabe fazer dela o assunto para uma seção específica deste capítulo, a qual passo imediatamente

### 2.3 - O Homem de Ferro

Vejam: ao longo de todo o centenário de Eça de Queirós, não houve performance pública nas ruas de Lisboa, não houve filmes queirosianos no cinema, não houve reedição popular das obras completas e não houve presença maciça dos assuntos queirosianos nas rádios. Tudo isso pertence ao campo das promessas que Ferro fez, mas não cumpriu. Os eventos efetivamente realizados em comemoração ao centenário foram todos em sentido contrário ao da popularização queirosiana originalmente concebida pelo chefe do SNI. Em outras palavras: estiveram circunscritos, quase sempre, à elite lisboeta.

Isso não quer dizer que a propaganda salazarista tenha desistido de ter qualquer controle sobre o discurso em torno da figura e da obra de Eça de Queirós durante o centenário. Tal escolha teria sido uma renúncia à Política do Espírito, isto é, ao auto-arrogado papel do Estado de controle das mentalidades portuguesas. Em vez disso, o Secretariado parece ter buscado fazer apenas o

<sup>262</sup> QUEIROZ, António Eça de. [carta] 25 jun. 1945e, Lisboa [para] Pastor de Macedo, Lisboa. 2 fls. Pede o adiamento do espetáculo teatral *Os Maias*. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

suficiente para tentar pautar o tom com que as pessoas falariam publicamente sobre Eça. O projeto terá sido o de permitir que emergissem falas sobre o autor na esfera pública, buscando simultaneamente policiar essa esfera, para que os discursos indesejados fossem podados. Em outras palavras, tentou-se produzir um simulacro de debate. O fato de a distância entre o discurso e a prática corresponder, neste caso, precisamente a um recuo no que as comemorações possuíam de mais popular e apelativo às massas, sustenta a tese de que, ao fim e ao cabo, as *Novidades* conseguiram pautar o SNI e alterar o consenso positivo que a extrema direita vinha produzindo sobre Eça desde o início do século XX. Se após a intervenção do jornal católico o SNI permaneceu sustentando que o autor do *Mandarim* mereceria ser celebrado pelo Portugal de Salazar, esta passou a ser quase sempre uma celebração de sua obra da maturidade (o “último Eça”), e restrita às elites.

A seguir, serão sucintamente analisados os eventos organizados e efetivamente levados a cabo pelo SNI, no âmbito do centenário de Eça de Queirós. De um ponto de vista ideológico, enquanto concretização de uma visão a respeito do autor e de seu lugar no debate português, os eventos descritos a seguir são certamente produtos do acúmulo do debate na direita e na extrema-direita em torno do autor, que acabamos de analisar extensivamente. Ressalte-se, contudo, que não é possível afirmar o inverso: não se pode ler o debate relatado até aqui como conjunto de meras etapas preparatórias para um corpo de eventos que seria a culminância (o “resultado”) do entendimento reacionário a respeito de Eça de Queirós. Em outras palavras, a posição do SNI extraída de acordo entre António Eça e os católicos – no qual o SNI cede ao desistir de celebrar um Eça para as massas e a Igreja cede ao permitir que se celebre (de maneira elitista) uma conversão madura de Eça ao conservadorismo – nada disso processa ou circunscreve os entendimentos anteriores. A síntese entre SNI e *Novidades* pode se tornar o entendimento “oficial” do Estado Novo sobre Eça, mas posições como as de Agostinho de Campos, António Sardinha, Forjaz Trigueiros e mesmo os pontos de vista originais de Ferro e das *Novidades* continuam circulando publicamente ao longo de todo o centenário.

### 2.3.1- Os concursos

Os arquivos do SNI no Arquivo Nacional da Torre do Tombo guardam registros do planejamento de três concursos oficiais no âmbito do centenário de Eça de Queirós. Um – já citado de passagem – para escolher o ilustrador da edição de luxo das obras completas; outro para premiar o autor do melhor argumento cinematográfico extraído de um romance queirosiano; um terceiro, finalmente, contemplando o melhor ensaio publicado na imprensa diária sobre o autor. Todos os três ofereciam premiações financeiras que variavam entre dois mil e seis mil escudos, e seriam avaliados por júris formados por António Ferro, António Eça, outros funcionários do SNI e, eventualmente, figuras do campo artístico ideologicamente afinadas com os dois.<sup>263</sup> Seguiu-se, assim, a lógica já bastante típica do SPN/SNI, de promover o meio artístico e intelectual português a partir da realização de prêmios que conferiam prestígio oficial aos vencedores. Entre o atrativo do prêmio financeiro e a barreira ideológica dos jurados, estimula-se a produção dos artistas e intelectuais, desde que ideologicamente policiada.

Começamos este breve comentário tratando do concurso de ilustrações para a reedição de luxo das obras completas. Sabemos que foi o anúncio dessa premiação, ainda no princípio de Janeiro, que disparou a polêmica entre o Secretariado de António Ferro e as *Novidades*, embora evidentemente o problema do jornal católico dissesse respeito à celebração do centenário de maneira geral, sendo a questão das ilustrações um mero estopim. A prova disso é que muito foi alterado no plano original de Ferro a partir daquela polêmica, mas o concurso de ilustrações transcorreu sem problemas, e exatamente como planejado inicialmente. Uma especificação bastante estrita que constava no regulamento – prevendo que cada volume teria poucas ilustrações – atendia sobretudo a critérios técnicos e econômicos da editora Lello, que detinha os direitos de publicação da obra de Eça e trabalhava em coordenação com o SNI para editar em apenas um ano toda a massa bibliográfica queirosiana.<sup>264</sup> A estrutura bastante enxuta, apesar

<sup>263</sup> Informação obtida a partir das minutas dos regulamentos dos três concursos. São elas:

- SNI. Concurso de artigos na imprensa [minuta de regulamento]. 1 nov. 1944. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9;
- SNI. Concurso de roteiros cinematográficos [minuta de regulamento]. 21 dez. 1944 (aprox.). Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9;
- SNI. Concurso de ilustrações [minuta de regulamento]. 11 jan. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>264</sup> Em uma carta destinada a António Eça de Queirós, datada de 5 de janeiro, os irmãos Lello sugerem que o regulamento do concurso determine que cada volume da edição do centenário será impresso com uma “ilustração de página”, duas “letras capitulares” e duas “queue de lampe”

disso, foi publicizada por António Ferro como consistindo em uma opção estética, pois um excesso de figuras “criaria limitações no espírito do leitor”.<sup>265</sup>

Em 23 de junho, António Ferro escreveu aos irmãos Lello informando que o júri tinha chegado a um vencedor: tratava-se do pintor, desenhista e artista gráfico modernista Bernardo Marques.<sup>266</sup> Deixando o segundo lugar vago, o júri tinha premiado ainda Emmérico Nunes com a terceira colocação, e Ferro explica essa opção na carta: embora Bernardo tivesse sido a escolha unânime, o tempo estava contra eles e seria benéfico que houvesse mais de um artista de prontidão, para fazer desenhos complementares se fosse necessário.<sup>267</sup>

A escolha de Bernardo Marques não surpreende. Marques (assim como Emmérico) pertencia ao grupo de arrojados artistas gráficos portugueses da escola modernista, que ainda nos anos 1930 haviam se beneficiado da política de cooptação através de patrocínios do SPN/SNI (Ó, 1999, p. 85).<sup>268</sup> Essa mudança evidentemente não veio sem impacto estético: antes do Estado Novo, Marques tinha se notabilizado como chargista de jornal, tendo sido um dos pais de uma estética cosmopolita e bem humorada de crítica social que anunciava uma “urbanidade nascente” no país, marcadamente influenciada pelo modernismo e pelo *art-decò*.<sup>269</sup> Após a chegada de Salazar e da instauração do SPN/SNI, contudo, Bernardo passou a rodar o mundo trabalhando na equipe de “artistas decoradores” que estilizava as cenas bucólicas, caravelas, quinas e castelos dos patrióticos pavilhões portugueses nas exposições mundiais, entre outros eventos de promoção do salazarismo. Ainda assim, pode-se presumir que o fato de o júri comandado por Ferro ter escolhido precisamente este, entre todo o vasto grupo de

---

(ilustrações de fim de capítulo). A sugestão foi prontamente atendida. Ver LELLO, Irmãos. [carta] 5 jan. 1945, Porto [para] António Eça de Queirós, Lisboa. 2 fls. Especifica tecnicidades sobre ilustrações. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>265</sup> FERRO, António. Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós. [Entrevista concedida ao] **Diário de Notícias**. Lisboa, 20 nov. 1944.

<sup>266</sup> FERRO, António. [carta] 25 jun. 1945b, Lisboa [para] Irmãos Lello. 1 fl. Anuncia os vencedores do concurso de ilustrações. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>267</sup> “Estamos perfeitamente convencidos de que o senhor Bernardo Marques será o ilustrador da obra de Eça de Queiroz. É um artista de grande classe, um dos mais considerados entre os artistas modernos, mas não de um modernismo agressivo ou de difícil compreensão. Podemos até indicá-lo, como o desenhador que melhor pode traduzir o sabor da época queirosiana. Sendo a obra que v. Exas empreenderam muito vasta e o tempo para a realizar bastante escasso, permitimo-nos sugerir-lhes que algumas das obras do grande romancista, as de carácter mais ligeiro, possam ser ilustradas pelo artista senhor Emmérico Nunes, que é também, um artista de indiscutível mérito.” FERRO, António. [carta] 25 jun. 1945b, Lisboa [para] Irmãos Lello. 1 fl. Anuncia os vencedores do concurso de ilustrações. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>268</sup> **Os anos de Ferro**, cit. p. 85.

<sup>269</sup> RUIVO, Marina Bairrão. Sem título. In: MARQUES, Bernardo **Bernardo Marques**. Macau: Fundação Oriente, 1991, p. 16.

artistas gráficos sob a zona de influência do SNI, tenha a ver justamente com os tempos de chargista de Marques. Essa sua bagagem deve ter parecido adequada para dar corpo à vasta parcela da produção queirosiana que gira em torno da representação cômica e crítica de cenas urbanas.

Ao fim e ao cabo, contudo, a editora Lello decidiu não utilizar nem as ilustrações de Marques, nem as de Emmérico Nunes, por motivos que não pudemos aferir. A “Edição do Centenário” acabou impressa sem ilustração alguma, e só em 1971 a editora Livros do Brasil publicou algumas obras de Eça com as ilustrações produzidas por Marques em 1945. Os originais de alguns desses seus trabalhos estão preservados (e expostos) até a presente data, na sede do Círculo Eça de Queirós. Quando vemos as ilustrações de Marques para as figuras e cenas de Eça, sempre com um tom de exagero caricatural mas muita elegância na economia do traço, é a nota de comicidade urbana que se faz notar (ver fig. 4). Podemos ler essa produção como um índice de certa persistência do projeto original de Ferro, de fazer dos aspectos mais críticos, políticos e modernos da obra queirosiana (o jovem Eça “destrutivo”) aquilo a que o Estado Novo deveria se associar.

O concurso cinematográfico, por outro lado, conta uma história oposta. Esta premiação buscava eleger o melhor argumento para um filme em torno da obra de Eça de Queirós, e carrega as marcas da reprimenda católica. Publicado no princípio de fevereiro de 1945, o regulamento do concurso demandava que os concorrentes enviassem por escrito a “decomposição de cenas” da adaptação de um romance queirosiano, tendo que obrigatoriamente optar por *A ilustre Casa de Ramires* ou *A cidade e as serras*.<sup>270</sup> A circunscrição a esses dois romances tardios de Eça de Queirós, escritos em seus últimos anos de vida, parece atender à insinuação sugerida em um dos artigos das *Novidades*, de que se celebrasse só “a última fase” do autor.

É evidente que a ideia de uma guinada ideológica na obra do “último Eça” não nasce com a polêmica entre as *Novidades* e o SNI, nem seu impacto se encerra no mero regulamento de um concurso cinematográfico. Trata-se de uma das narrativas mestras mais importantes e polêmicas em toda a história dos estudos queirosianos, por isso explorarei mais a fundo o tema no quarto capítulo

---

<sup>270</sup> SNI. Concurso de roteiros cinematográficos [minuta de regulamento]. 21 dez. 1944 (aprox.). Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

desta tese. Por ora, basta dizer que essa escolha no regulamento do concurso cinematográfico é o primeiro índice de que o SPN/SNI ensaiava endossar essa narrativa como oficial, em uma espécie de solução de compromisso diante do impasse católico: se o problema que a Igreja via na consagração de Eça de Queirós era devido ao fato desse autor ter sido socialista, anárquico e jacobino, porque não transformar a festa do centenário numa celebração do fato de que esse rebelde, ao final de sua vida, se havia convertido em católico patriota? As evidências dessa conversão, naturalmente seriam os elogios pastoris da *Ilustre Casa* e de *A cidade e as serras*, devidamente transpostos para a tela grande.

De qualquer forma, embora o concurso cinematográfico tenha sido levado até o fim, ele jamais rendeu os mais importantes frutos que poderia render, isto é, os filmes propriamente ditos. Ramiro de Castro ganhou os seis mil escudos do primeiro prêmio, com sua adaptação da *Ilustre Casa de Ramires*, e Gaspar Garcia Mendes embolsou o segundo lugar pelo argumento de *A cidade e as serras*, mas nenhum dos dois conseguiu angariar o interesse de um produtor cinematográfico – mesmo com o auxílio do SNI, que tomou para si a gerência desse processo.<sup>271</sup>

É difícil e talvez estéril especular quanto ao motivo desse desinteresse por parte dos estúdios, que deviam algo a Ferro pelo apaixonado esforço que o Secretário – ele próprio um cinéfilo obsessivo – fizera desde 1933 a favor da indústria cinematográfica portuguesa.<sup>272</sup> Cabe comentar, contudo, que talvez aqui tenha havido um erro de cálculo fatal por parte de Ferro: justamente naquela segunda metade dos anos 1940, no bojo da modernização do pós-guerra, o cinema português conheceria uma inflexão no tema e na forma, pois o foco dos estúdios e do público se deslocaria dos grandes épicos patrióticos e abertamente “literários” e passaria à comédia urbana de costumes. Ora, quase qualquer romance de Eça – tomado na íntegra ou não – poderia fornecer argumento para comédias neste estilo (para não falar em vários de seus textos mais curtos, e penso aqui especialmente na novela *Alves & cia*) – exceto, é claro, *A ilustre Casa de Ramires* e *A cidade e as serras*.

<sup>271</sup> A adaptação de Gaspar Mendes para *A cidade e as serras* parece ter se perdido para sempre – não fui capaz de encontrá-la de forma alguma. A adaptação de Ramiro de Castro para *A ilustre Casa de Ramires*, contudo, foi editada pelo autor em um volume intitulado *O argumento cinematográfico* (1957), cuja existência fui capaz de detectar na Biblioteca Nacional de Portugal, sem contudo ter conseguido consultá-lo devido à pandemia de COVID-19.

<sup>272</sup> RIBEIRO, Carla. O “alquimista de sínteses”: António Ferro, a cultura e a propaganda em/de Portugal. In: **Propaganda, Cultura e Entretenimento em Portugal na primeira metade do século XX**. Arquivo Distrital do Porto: InED/ESEP; INET-md; CEPESE/UP, 2016.



Finalmente, o concurso de artigos de jornal é o caso mais misterioso entre os três. O regulamento, publicado na imprensa ainda em novembro de 1944, prometia premiar os três artigos de jornal que melhor constituíssem “apreciável contribuição para o estudo da personalidade e da obra de Eça de Queirós”, segundo o critério do júri do SNI.<sup>273</sup> Note-se que, ao contrário dos outros dois concursos, este não teve como fim um produto (como um filme, ou um conjunto de livros ilustrados) sendo apenas e muito explicitamente um estímulo estatal para que os intelectuais portugueses produzissem discursos públicos sobre a obra de Eça. Ferro contava, evidentemente, com a hipótese de que o valor de três mil escudos do prêmio máximo incentivasse esses mesmos intelectuais a produzir textos afinados com a perspectiva do SNI sobre o autor. Em vinte de março de 1945, na altura em que o SNI divulgava na grande imprensa um aviso protocolar de que os prazos de inscrição dos três concursos seriam adiados, há uma nova menção a esse concurso de artigos.<sup>274</sup> É a última vez que o assunto apareceu em qualquer jornal, até onde pude pesquisar. Ao que parece, o SNI abandonou o concurso antes de sua conclusão, sem se dar ao trabalho de anunciar isso publicamente.

Não há qualquer documento nos arquivos do SNI sobre o centenário que trate desse cancelamento. Se quisermos entender o que se passou, novamente teremos que nos restringir ao campo das elucubrações: é possível que Ferro e seus subordinados tenham se decepcionado com um eventual número pequeno de textos enviados. Lembremos que, segundo Jorge Ramos do Ó, era baixo o engajamento da classe literária portuguesa nas iniciativas do SNI. É possível, ainda, que o Secretariado simplesmente tenha reconhecido que seu concurso público tornava-se redundante, quando instituições privadas independentes de Portugal, como o jornal *O Primeiro de Janeiro*<sup>275</sup> e a empresa de cigarros brasileira Sousa Cruz – cujo fundador era português e amigo de Ferro<sup>276</sup>, promoviam outros prêmios mais ou menos semelhantes, visando ensaios queirosianos.

<sup>273</sup> SNI. Concurso de artigos na imprensa [minuta de regulamento]. 1 nov. 1944. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>274</sup> Reportagem de jornal: “Adiamento”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 mar. 1945.

<sup>275</sup> Reportagem de jornal: “Prêmios literários de *O primeiro de Janeiro*”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 dez. 1945.

<sup>276</sup> Reportagem de jornal: “Dois prêmios da colônia portuguesa do Rio de Janeiro”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 22 mar. 1945.

A terceira e última hipótese é a que considero mais provável: ao longo do ano de 1945, o SNI pode ter progressivamente se assustado com a quantidade – e a qualidade – de artigos queirosianos que eram publicados na imprensa por figuras da oposição antissalazarista, a maior parte deles sem qualquer afinidade com a perspectiva sobre Eça defendida pelo Estado Novo. Teria preferido, assim, cancelar o prêmio sem alarde a vê-lo nas mãos de um opositor do regime, ou quem sabe nas mãos desmoralizadas de um vencedor leal, porém reconhecido pelo público leitor de jornais como menos talentoso.

### 2.3.2 - A edição do centenário

A divulgação do já referido concurso de ilustrações, ainda em fins de 1944, consistiu no primeiro passo público dado pelo SNI no sentido de colaborar para a publicação de uma edição completa das obras de Eça de Queirós. É claro que – sobretudo após as críticas e acusações feitas pelas *Novidades*, de que António Eça e sua família lucrariam com a iniciativa – o órgão do governo procurou apartar-se o máximo possível desse empreendimento editorial, cujo protagonismo público foi assumido pela Editora Lello & Irmão. Essa editora, ainda a mesma casa que pertencera a Ernesto Chardron, na qual Eça publicou sua obra em vida<sup>277</sup>, preparou um produto de qualidade: numa iniciativa inédita, coligiu toda a obra até então publicada por Eça em quinze volumes de grande formato, com capas brancas e o nome de Eça impresso em tipos vermelhos.<sup>278</sup> Todos os volumes foram revisados por Mário Kol de Alvarenga. Como já disse, a editora acabou por não utilizar as ilustrações de Bernardo Marques, que só seriam aproveitadas posteriormente pela Livros do Brasil. Destacam-se, na edição preparada pela Lello para o centenário, o Volume I (*O Crime do Padre Amaro*), que possui uma bela gravura de Eça traçada em estilo “ponta seca” por Abel Salazar, e o Volume VIII (*Prosas Bárbaras e Contos*) que, segundo Jean Carniel, apresenta cinco textos das “prosas bárbaras” queirosianas que haviam sido excluídos das edições anteriores feitas pela mesma casa.<sup>279</sup>

<sup>277</sup> cf. MATOS, Alfredo Campos. Editores In: MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, pp. 507-510.

<sup>278</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Obras de Eça de Queirós** [coleção]. 15 vols. Porto: Lello, 1945.

<sup>279</sup> CARNIEL, Jean Carlos. **O insólito e a crítica social nos textos ficcionais de Prosas bárbaras, de Eça de Queirós**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),

Os quinze volumes foram sendo publicados periodicamente entre os anos de 1946 e 1948. Pela alta qualidade do papel, podemos inferir que essa edição – cujo título oficial foi “Obras de Eça de Queiroz” – esteve distante dos propósitos iniciais massificantes imaginados por António Ferro em seu projeto de popularizar Eça. Ainda assim, tendo sido o esforço mais organizado até então de publicar sistematicamente a obra do escritor, e com as vendas impulsionadas pela febre queirosiana que acabaria por tomar conta do país durante o centenário<sup>280</sup>, o conjunto editado pela Lello foi um sucesso comercial. Ainda hoje em dia, entre os afeccionados e estudiosos de Eça de Queirós em Portugal, não é incomum a circulação de relatos nostálgicos, em que os queirosianos contam ter lido Eça pela primeira vez através da mítica “Edição do Centenário”, nome pela qual a coleção ficou consagrada. Pelo menos uma dessas figuras, o especialista Alfredo Campos Matos, deixou registrada essa sua experiência juvenil em uma entrevista (MATOS, 2015). Além disso, a “Edição do Centenário” é ainda hoje citada com alguma frequência em trabalhos acadêmicos sobre o autor, ao lado de edições mais recentes que são igualmente icônicas, como a da Livros do Brasil.

### 2.3.3 - O álbum “internacional”

No dia 21 de abril de 1945, António Ferro despachou telegramas para os embaixadores e cônsules de Portugal em mais de quarenta países por todo o globo, requerendo uma “preciosa colaboração”. Pedia-se que essas figuras listassem para o SNI quaisquer intelectuais dos países em que estavam instalados que porventura tivessem disponibilidade de redigir ensaios sobre Eça de Queirós, com vistas a produzir um álbum comemorativo a respeito do escritor que fosse composto apenas por estudiosos internacionais. De um ponto de vista estratégico, Ferro aqui está tentando associar o centenário queirosiano a uma técnica de propaganda que vinha utilizando com sucesso desde os anos 1930: atrair intelectuais internacionais de prestígio para iniciativas simpáticas ao regime, fortalecendo a ideia de um Portugal sintonizado com a vanguarda do pensamento internacional. O próprio Círculo Eça de Queirós fora parte dessa estratégia, no

---

Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto Orientadora: Luciene Marie Pavanelo. São José do Rio Preto, 2019.

<sup>280</sup> Este tópico é comentado extensivamente na seção 3.5 do terceiro capítulo desta tese.

início dos anos 1940, quando Ferro transformou o clube no local de realização de conferências de figuras de vulto do pensamento europeu, como Mircea Eliade e Maurice Maeterlinck.<sup>281</sup>

Mas a boa vontade da classe intelectual com o salazarismo, em 1945, não era mais a mesma. As respostas dos encarregados dos assuntos portugueses pelo mundo, que poderiam revelar um precioso panorama dos interessados em literatura lusófona nos anos 1940, acabam por documentar algo mais prosaico, dir-se-ia tragicômico: a alienação de Ferro e do SNI perante o que se passava no mundo. Naquele primeiro semestre de 1945, em que um planeta com dezenas de países em ruínas prendia a respiração diante dos últimos esforços de americanos e soviéticos para solapar Hitler em seu bunker, Eça de Queirós definitivamente só estava na ordem do dia das elites portuguesas e brasileiras.

Os diplomatas responsáveis pelas legações de Holanda e Noruega, por exemplo, responderam a Ferro com toda a gentileza possível que seria impossível ceder as informações que o Secretário pedia porque ambos os países estavam ainda dominados pelos nazistas. De maneira ainda mais dramática, um certo Kirákyi Kovetség, responsável pela Legação Real da Hungria em Lisboa, respondeu a Ferro que adoraria informar-lhe sobre eventuais queirosianos húngaros, mas já fazia semanas que não conseguia sequer se comunicar com seu próprio país.<sup>282</sup> Diversos outros diplomatas ligados às mais diversas nações, como Tailândia, Grécia, China e Noruega responderam com variações dessa negativa.<sup>283</sup>

As respostas positivas vieram sobretudo das embaixadas de países latino-americanos, que estavam menos envolvidos na guerra e – sobretudo – possuíam maior conhecimento do romancista português. Longas listas de intelectuais foram enviadas por diplomatas de países como Perú, Venezuela, Argentina e México e Chile.<sup>284</sup> No caso deste último país, inclusive, a lista incluía

<sup>281</sup> **António Ferro: o inventor do salazarismo**, cit. p. 210-211.

<sup>282</sup> KOVESTEG, Kirakyi. [carta] 25 abr. 1945, Lisboa [para] António Ferro. 1 fl. Diz que adoraria informar Ferro sobre eventuais queirosianos húngaros, mas já faz semanas que não consegue sequer se comunicar com seu próprio país. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>283</sup> Todas as cartas citadas nesta lista foram remetidas em 26/04/1945 (um dia após o convite de Ferro), e estão arquivadas na pasta do centenário pertencente ao arquivo do SNI na Torre do Tombo. A carta contendo informações sobre a Tailândia foi assinada pela “Legação Real da Tailândia”. A da Grécia, pelo “Ministro da Grécia” Kimon A. Collas. A carta sobre a China é assinada pela “Legação da China”, e a da Noruega por Frederik Jakhelln.

<sup>284</sup> A resposta mexicana foi enviada em 24/04/1945, pelo embaixador Luciano Rivas, que sugeriu os nomes de Alfonso Reyes, Enrique Gonzáles Martínez, Salvador Novo, Jorge Ferretis e Miguel Angel Ménendez. A resposta argentina foi enviada em 25/04/1945, pelo embaixador Edgar Perez Quesada, que sugeriu os nomes de Enriques Larreta, Victoria Ocampo, Juan Pablo Echague,

o nome do célebre poeta Pablo Neruda – o que não era de todo despropositado, dado que ele chegou a homenagear Eça de Queirós em seu poema “Saudade”, do livro *Crepusculário*.<sup>285</sup> Difícil, entretanto, imaginar esse ilustre filiado ao Partido Comunista Chileno colaborando com o regime de Oliveira Salazar. Ao fim e ao cabo, os colaboradores hispano-americanos do álbum do SNI se restringiram ao chileno Augusto D’Halmar, o argentino Juan Pablo Echague e o equatoriano Rigoberto Cordero y León.<sup>286</sup>

É claro que as sugestões diplomáticas não eram a única alternativa de Ferro para compor seu álbum queirosiano internacional. O chefe da propaganda portuguesa, afinal, possuía ainda ele próprio contatos acumulados durante os anos pré-guerra, quando o regime português fora muito bem visto internacionalmente. Aproveitando-se disso, Ferro decidiu convidar, como principal nome para o álbum queirosiano, ninguém menos que T.S. Eliot. O grande poeta anglo-americano admirava Salazar, e já havia viajado a Lisboa como integrante do júri do Prêmio Camões, em 1938.<sup>287</sup> O autor de *The Waste Land*, entretanto, jamais respondeu ao convite, mantendo o mundo privado de suas reflexões queirosianas. Assim, entre tantos de seus contatos “especiais”, Ferro conseguiu contribuições de poucos intelectuais, a maior parte deles de alguma maneira especializada na literatura portuguesa, mas ninguém remotamente tão prestigiado quanto Eliot, Neruda ou suas outras escolhas iniciais: aceitaram participar do álbum o lusitanista inglês Aubrey Bell, o lusitanista italiano Giuseppe Carlo Rossi e os acadêmicos espanhóis ligados ao franquismo Joaquín de Entrambasaguas e Wenceslao Fernandez Flores.<sup>288</sup>

---

Ricardo Rojas, Carlos Ibarguren e Antonio Aita. A resposta peruana foi enviada em 26/04/1945, pelo embaixador Carlos Holguin de Laval, que sugeriu os nomes de José Galvez, José Gimenez Borja, Aurelio Miró, Manuel Beltroy e Estuardo Nuñez. A resposta da Venezuela foi enviada no mesmo dia pelo embaixador Rafael... (sobrenome ilegível), que sugeriu (além de si próprio), os nomes de Romulo Gallegos, Pedro Emile-Coll e Santiago Key Ayala, Pascual Venegas Filardo, Ramon Diaz Sanchez, Miguel Otero Ailva, Enrique Planchart, Guillermo Meneses e Juan Liscano Velutini. A resposta do Chile foi enviada pelo embaixador Luis Feliu, em 3/04/1945, que sugeriu os nomes de Ricardo Latcham, H. Diaz Arrieta, Eugenio Orrego, Joaquin Edwards Bello, Guillermo E. Feliú, Pedro Prado, Pablo Neruda e Victor D. Silva.

<sup>285</sup> “Saudade - Qué será?... yo no sé... lo he buscado/ en unos diccionarios empolvados y antiguos/ (...) / Y hoy en Eça de Queiroz sin mirar la adivino, / su secreto se evade, su dulzura me obsede / como una mariposa de cuerpo extraño y fino / siempre lejos -tan lejos!- de mis tranquilas redes”. NERUDA, Pablo. *Crepusculário*. Tradução de José Eduardo Degrazia. Porto Alegre: L&PM, 2004.

<sup>286</sup> SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950.

<sup>287</sup> **António Ferro: o inventor do salazarismo**, cit. p. 209. Cabe ressaltar que o apoio de T.S. Eliot ao salazarismo não foi de modo algum um acidente de percurso em sua biografia. O grande poeta foi um notório ultra-conservador e anti-semita.

<sup>288</sup> *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*, cit.

Aquilo para que se quer apontar aqui é o desprestígio do regime de Salazar, e a incapacidade demonstrada por Ferro de cercar-se de intelectuais de renome internacional como fizera outrora. É provável que estejamos diante de mais uma manifestação do anacronismo de que passou a se ver revestido o salazarismo a partir do fim da guerra. Nenhum aspecto deste caso ilustra isso tão bem, contudo, quanto a questão dos intelectuais brasileiros.

É evidente que o tratamento dado ao Brasil num álbum internacional do tipo arquitetado pelo SNI deveria ser diferenciado. O primeiro motivo disso é o fato de que Eça escreveu boa parte da sua obra para o jornal carioca *Gazeta de Notícias* – pensando, portanto, no público brasileiro – tendo sido amado pelo país sul-americano com um fervor que nunca cessou de espantar os portugueses. Três dos intelectuais mais influentes no Brasil de 1945 citavam constantemente Eça de Queirós como uma referência fulcral em seus percursos intelectuais: Gilberto Freyre, Monteiro Lobato e – em um registro menos político e mais literário – Manuel Bandeira. Além disso, até aquele ano de 1945, as duas mais importantes biografias queirosianas já lançadas eram *Eça de Queirós e o século XIX*, do gaúcho Vianna Moog (1938) e a *História literária de Eça de Queirós*, do pernambucano Álvaro Lins (1939).

O segundo motivo, para além do fervor brasileiro por Eça, eram as relações privilegiadas que António Ferro travara com os intelectuais brasileiros desde que estivera no país, em 1922, e conhecera o então nascente movimento modernista de São Paulo. Para se ter uma ideia de sua penetração paulista, António Ferro tinha Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral como seus padrinhos de casamento, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia como prefaciadores de seus livros e Monteiro Lobato como seu editor.<sup>289</sup> Ferro fez frutificar ainda mais sua relação com parcelas da intelectualidade brasileira após tornar-se Secretário de Salazar: em 1934, por exemplo, convidou – através do SPN – a poeta Cecília Meireles para ir a Lisboa realizar conferências.<sup>290</sup> A partir de 1938, após a Intentona Integralista que tentou depor o governo de Getúlio Vargas, o órgão comandado por Ferro deu ainda larga acolhida ao golpista Plínio Salgado em seu exílio português.<sup>291</sup> Em 1941, finalmente, fez envolver Manuel Bandeira e

<sup>289</sup> António Ferro: o inventor do salazarismo, cit. p. 84.

<sup>290</sup> Ibid., p. 209.

<sup>291</sup> CALIL, Gilberto Grassi. Plínio Salgado em Portugal (1939-1946): um exílio bastante peculiar. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

Carlos Drummond de Andrade nas tratativas para o Acordo Ortográfico Brasil-Portugal.<sup>292</sup>

Tudo isso levou um empolgado Ferro a elaborar uma lista impressionante de intelectuais brasileiros que deveriam contribuir para o álbum queirosiano: convidou os indispensáveis biógrafos Vianna Moog e Álvaro Lins, mas também figuras de peso da intelectualidade brasileira ligada ao campo literário: Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, José Lins do Rego, Nelson Werneck Sodré, Afonso Arinos de Melo Franco, Menotti del Picchia, Moysés Vellinho, Prudente de Moraes Neto, Raul Bopp e Augusto Meyer.<sup>293</sup>

Ainda que os arquivos do SNI não guardem qualquer registro das respostas de quase nenhum dos citados acima, o fato incontestável é que nenhum nome dessa imensa lista participou do álbum. Antes que se sugira que uma sucessão inacreditável de coincidências ou as circunstâncias da guerra possam ter contribuído para essa imensa ausência brasileira, é preciso que se dê alguns detalhes adicionais. Tomemos os casos de Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Gilberto Freyre, para ficarmos em três “pesos pesados”. Para além de terem parecido ignorar o convite de Ferro, essas três figuras apareceram em novembro daquele ano em uma lista de intelectuais brasileiros pertencentes à Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, publicada na revista *Vértice*.<sup>294</sup> Tratava-se de uma iniciativa organizada pelo jurista brasileiro Hermes de Lima e apoiada por intelectuais antissalazaristas instalados no exílio brasileiro, sobretudo Jaime Cortesão (PAULO, 2006, p. 137). Como se não bastasse, os três em seguida publicaram trabalhos no *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, uma obra coletiva organizada por opositores do regime salazarista, da qual trataremos melhor no próximo capítulo.<sup>295</sup>

Quando o livro do SNI finalmente saiu, em 1950, as contribuições brasileiras que ali constavam eram de dois nomes bastante obscuros: o dramaturgo

<sup>292</sup> **António Ferro: o inventor do salazarismo**, cit. p. 209.

<sup>293</sup> A lista em que constam os intelectuais brasileiros convidados por António Ferro está arquivada junto aos demais documentos referentes ao centenário de Eça que estão guardados na pasta do SPN/SNI, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ver SNI. Lista de intelectuais candidatos [manuscrito]. 21 abr. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>294</sup> “Sociedade dos amigos da Democracia Portuguesa”. *Vértice*, Lisboa, nov. 1945, pp. 73-74.

<sup>295</sup> Talvez se deva adiantar aqui, apenas, algo do caso de Gilberto Freyre: sua adesão ao grupo dos “Amigos da Democracia Portuguesa” e ao *Livro do Centenário* é temperada pelo fato de que no corpo do texto que produziu para esse livro o autor de *Casa Grande & Senzala* faz um explícito elogio à ditadura nacionalista portuguesa, que já antecipa a relação quase simbiótica que esse intelectual estabelecerá com o salazarismo a partir da década de 1950.

modernista baiano Augusto Shaw<sup>296</sup> (provavelmente incluído por ocupar um posto diplomático em Paris) e o jornalista carioca Paulo da Silveira, um militante católico ligado à vertente antissemita do integralismo brasileiro, e que hoje se encontra merecidamente esquecido.<sup>297</sup> Além disso, é simples inferir que o próprio conceito imaginado por Ferro para o livro – uma obra composta apenas por intelectuais internacionais – não foi implementado, pois para completar o projeto, o SNI acabou tendo que incluir em seu álbum queirosiano também versões escritas das conferências realizadas por intelectuais portugueses ligados ao regime, e mesmo textos dos próprios António Ferro e António Eça.<sup>298</sup>

O fato de o regime de Salazar não ter conseguido angariar sequer um intelectual internacional de renome para um livro a respeito de Eça de Queirós – enquanto a oposição juntou os grandes nomes do Brasil, entre outros – é um índice inequívoco de que aquela estratégia de Ferro, centrada em amparar a credibilidade do regime no apoio de intelectuais internacionais, já não resistia à toxicidade do próprio regime. Naquele instante, em 1945, é como se a mesma classe intelectual que anteriormente tecera loas a Salazar agora era capaz de enxergar o que Luiz Forjaz Trigueiros já tinha admitido sem meias palavras dez anos antes: a despeito de todas as nuances, e da grave diferença entre seus destinos, a ditadura portuguesa compartilhava algo de seu caráter com a alemã e a italiana.

### 2.3.4- A Exposição

No dia 26 de novembro de 1945 – um dia após o centenário propriamente dito, portanto – o SNI inaugurou uma exposição em homenagem a Eça de Queirós no Grêmio Literário de Lisboa. A data não correspondia aos planos originais de António Ferro: o chefe da propaganda Salazarista inicialmente desejava que a exposição tivesse se iniciado em alguma data anterior, para que o dia 25

<sup>296</sup> Augusto Shaw participou do livro com o ensaio “Eça de Queirós - Admirável personagem”. Para mais informações biográficas sobre Shaw, verificar o ensaio biográfico que Jackson de Figueiredo escreveu sobre ele em 1927. cf. FIGUEIREDO, Jackson de. “Augusto Shaw (ressurreição de um ensaio)”. *Gazeta de Notícias*, Lisboa, 21 dez. 1927.

<sup>297</sup> Paulo da Silveira contribuiu com o ensaio “Estilo e Magia” (SNI, 1950). Um resumo das suas lamentáveis ideias racistas pode ser encontrado na resenha que José Roberto Teixeira Leite fez de uma coletânea de ensaios seus. cf. LEITE, José Roberto Teixeira. “As ideias do sr. Paulo Silveira”. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, nº 30, 28 jul. 1956, p. 20.

<sup>298</sup> *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*, cit.



consistisse em seu marco de encerramento.<sup>299</sup> Essa data pode sugerir apenas um atraso natural na gestão das preparações para o evento, mas também é capaz de indicar que o clima político conflagrado que Portugal viveu na primeira quinzena de novembro tornou inviável a celebração ao longo desse mês.<sup>300</sup>

Em relação ao local, o prédio inteligentemente escolhido por Ferro poderia ser considerado ele próprio uma relíquia queirosiana: as salas do requintado Grêmio fundado por Almeida Garrett são referidas por Eça em romances como *O Primo Basílio*<sup>301</sup> e *Os Maias*.<sup>302</sup> Segundo José-Augusto França, a associação entre Eça e esse clube tornou-se tão evidente que em 1934 a instituição chegou a ser referida nas páginas do *Diário de Lisboa* como “o antigo clube do Eça”.<sup>303</sup> O desejo do SNI de capitalizar em cima da aura do local era tanto que há nos arquivos do órgão uma carta em que António Eça de Queirós reclama do fato de que, no ato de ceder suas salas para a exposição queirosiana, o Grêmio teria

<sup>299</sup> O rascunho manuscrito de um informe a ser distribuído aos jornais, datado de 19/03/1945 e não assinado (mas presumivelmente do próprio Ferro, pela caligrafia), informa que a “comissão organizadora do Centenário de Eça de Queirós “decidiu que as comemorações se efetuarão, independentemente das manifestações oficiais já em curso – conferências, palestras (ilegível) concursos de artigos, de filmes e de ilustrações, etc. – entre 25 de outubro e 25 de novembro do corrente ano. A última semana, de 18 a 25 de novembro – data do nascimento de Eça de Queirós – será especialmente consagrada aos números principais do programa previsto e que (ilegível) entre outras manifestações, a inauguração de grande exposição queirosiana, o (grande trecho ilegível)...”. Ver FERRO, António (provável). manuscrito com diretrizes para o centenário de Eça de Queirós. 19 mar. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>300</sup> As eleições “tão livres quanto na livre Inglaterra”, anunciadas por Salazar em maio, se realizaram precisamente no dia 18 de Novembro de 1945, após uma campanha atribulada em que o MUD conseguiu angariar grande apoio popular, somente para que suas listas de apoiadores acabassem sendo confiscadas pelo governo, e os militantes oposicionistas implacavelmente perseguidos (LE MOS, Mario Matos. **1945 - Estado Novo e Oposição**. Lisboa: Palimage, 2019). Ainda que ao fim e ao cabo as ilegalidades cometidas pelo governo tenham levado o MUD a retirar suas candidaturas em protesto e recomendar a abstenção, as páginas dos jornais da época deixam ver nitidamente que durante o processo eleitoral todas as baterias da propaganda do regime se voltaram para o embate ideológico aberto contra o MUD. Não houve espaço para mais nada, nem para o centenário de Eça, assunto que até então parecia onipresente. Tomemos como exemplo o *Diário de Notícias*, um jornal de ampla circulação, e que era abertamente simpático ao governo. Neste jornal, entre os meses de janeiro e setembro de 1945, pude contar 45 notícias ou notícias referentes a Eça de Queirós (média de cinco por mês). No período de pouco mais de um mês entre 11 de outubro (quando começou o processo eleitoral) e 18 de novembro (quando ocorreram as eleições) houve apenas duas pequenas notas, ambas curtas e referentes a livros queirosianos que estavam sendo lançados. Ainda que esse mês imediatamente anterior fosse em tese o momento de mais aguda expectativa pelas festas que o SNI preparava, claramente os interesses do órgão (mas também do público em geral, presume-se) ficaram monopolizados pelo processo eleitoral fraudulento.

<sup>301</sup> Por exemplo: “– Cear! Se se podia chamar cear ir ao Grêmio rilhar um bife córneo e tragar um Colares peçonhento!” QUEIRÓS, Eça de. **O Primo Basílio**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 174.

<sup>302</sup> Por exemplo: “Em Lisboa, entre o Grêmio e a Casa Havanese, já se começava a falar do ‘arranjinho do Ega’”. QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias - episódios da vida romântica**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017, p. 175.

<sup>303</sup> FRANÇA, José-Augusto. **O “Ano XX” - Lisboa 1946**. Lisboa: ICMN, 2015, p. 687.

removido alguns de seus tapetes característicos. O SNI cobrava que eles fossem recolocados nos devidos aposentos, para que estes não perdessem sua aura evocativa.<sup>304</sup>

Mas Ferro não dependia apenas dos tapetes do Grêmio. Para dirigir a produção da parte estética da exposição, o SNI contratou os serviços de Manuel Rodrigues da Lapa, Carlos Botelho e Roberto de Araújo, artistas da escola moderna que – assim como o ilustrador Bernardo Marques – haviam sido cooptados pelo regime como colaboradores frequentes desde os anos 1930.<sup>305</sup> O *Diário de Notícias* registra que, sob a direção de Lapa, foi produzido um imenso mural representando a figura de Eça junto a dos demais “Vencidos na Vida”, além de um diorama que consistia em uma miniatura do Passeio Público da Lisboa oitocentista (fig. 5). As demais salas da exposição tinham um caráter mais “documental”, colocando aos olhos do público documentos que atestavam marcos biográficos de Eça (fig. 6) juntamente a reconstituições de seus ambientes domésticos – estas últimas feitas com os móveis que pertenceram a Eça, cedidos pela família – ou outros similares (figs. 7 e 8).

Essa ênfase dada pelo SNI no requinte elegante dos móveis queirosianos, bem como na arquitetura e na decoração do próprio Grêmio – para não falar no diorama e no mural – podem parecer uma sugestão distante de que, ao menos na exposição, prevaleceu como fundamento curatorial a intenção original que Ferro externou em sua entrevista de 1944, isto é: de que a efeméride queirosiana deveria significar uma aproximação entre o salazarismo e a Geração de 70, neste caso simbolizada pela figuração da estética Lisboa oitocentista e de alguns de seus mais arrojados intelectuais.

Quando nos debruçamos sobre o que foi escrito na imprensa sobre o tema, contudo, somos obrigados a rever essa interpretação. O *Diário de Notícias* publicou mais de uma reportagem descrevendo a exposição, e dá conta do fato de que ela se dividia em quatro salas, que o frequentador deveria atravessar em seu percurso pelo Grêmio. A primeira sala apresentaria o escritório de Eça, além de elementos de sua juventude (como os documentos relativos às Conferências do

<sup>304</sup> QUEIROZ, António Eça de. [carta] 18 nov. 1945f, Lisboa [para] Direção do Grêmio Literário. 1 fl. pede a recolocação de tapetes na sede cedida para a exposição queirosiana. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>305</sup> Reportagem de jornal: “A vida e a obra de Eça de Queirós”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 nov. 1945.

Casino). A segunda sala apresentaria o diorama do passeio público e o mural dos Vencidos na Vida. A terceira sala conteria uma montagem de móveis oriundos de várias origens, representando um fictício “escritório de Fradique Mendes”. A quarta sala, por fim, seria uma celebração “através de fotos” do “portuguesismo” de Eça de Queirós, ressaltando sua ligação com o Portugal Rural e a religião católica.

Note-se como o périplo pelas quatro salas parte do indivíduo “Eça” em sua juventude revolucionária (representada pelas conferências), para o grupo (os conservadores “Vencidos na vida”), e do grupo para a nação, que constituiria a linha de chegada do percurso. Esta última virada seria antecedida pela figura de Fradique Mendes, justamente o personagem queirosiano em quem Sardinha viu simbolizada a “reação” em Eça. A ideia de representar a figura de Eça como esse indivíduo representativo de um grupo que se inicia revolucionário e se torna reacionário é já uma maneira de plasmar na forma de uma exposição aquele acordo mais ou menos tácito entre António Eça e os católicos: de que seria possível o Estado Novo celebrar Eça desde que o apresentasse como um filho pródigo, que retornaria aos valores reacionários e nacionalistas no final de sua vida.

É impossível, pelas informações disponíveis nos jornais, aferir com certeza qual foi o grau de sucesso alcançado pela exposição, que ficou em cartaz no Grêmio entre os dias 25 de novembro e 15 de dezembro de 1945. Embora os textos enviados às redações pelo SNI falem vagamente num grande afluxo de público, não se pode ter certeza do quanto este dado é preciso e o quanto é mera afirmação propagandística. O que se sabe sem dúvidas é que, no dia 16 de dezembro, um dia após a exposição ter sido fechada para o público – mas ainda antes do material ter sido desmontado – ela foi visitada pelo próprio António de Oliveira Salazar. O ditador percorreu as quatro salas do grêmio acompanhado não apenas por António Ferro, mas também pela filha de Eça, Maria Eça de Queiroz. Foi o único momento em que o próprio Salazar prestigiou o centenário queirosiano, e uma nota do SNI sobre o tema limita-se a informar que ele disse “palavras de apreço” sobre o que viu.<sup>306</sup>

<sup>306</sup> SNI. Nota para a imprensa sobre exposição queirosiana. 17 dez. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

### 2.3.5 - As conferências

Finalmente, é preciso dizer uma palavra sobre as conferências literárias em torno de temas queirosianos, que o SNI organizou. E, pelo menos neste ponto do trabalho, o que está em causa não é o que se disse ou deixou de ser dito por cada um dos conferencistas (isso será um dos temas tratados no quarto capítulo), mas especificamente o processo organizativo desses encontros literários.

As conferências oficiais promovidas no contexto do centenário de Eça foram realizadas em duas etapas, sempre em Lisboa: a primeira delas consistiu em três sessões, realizadas durante o mês de dezembro de 1945 no suntuoso salão do Grêmio Literário, em paralelo à já descrita exposição queirosiana. Ali falaram os conferencistas F.A. Oliveira Martins (03/12), Álvaro Costa Pimpão (08/12) e Maria Eça de Queirós (12/12), a filha mais velha do escritor.<sup>307</sup> Das conferências de Martins e de Maria Eça preservaram-se os textos completos, impressos no álbum do SNI; da conferência de Costa Pimpão restam apenas resumos publicados na imprensa diária.

A segunda etapa das conferências, mais longa, estendeu-se por sete sessões nos meses de Janeiro e Fevereiro do ano seguinte, no não menos luxuoso (embora menor) salão do Círculo Eça de Queirós. Falaram ali o Conde da Aurora (04/01), Joaquim Paço D’Arcos (12/01), António Lopes Ribeiro (19/01), Francisco Costa (23/01) e J. Boto de Carvalho (27/01). Em 04/02 ocorreu finalmente, ainda no Círculo, a sessão de encerramento do centenário, na qual falaram o próprio António Ferro e António Eça de Queirós. Nessa mesma noite, ocorreu um refinado “baile de época”, que contou com atrizes fantasiadas em trajes típicos do século XIX e músicas também referentes ao período. Desse segundo ciclo, foram impressas no álbum do SNI as falas de Paço D’Arcos, Francisco Costa, Ferro, António Eça e do Conde da Aurora. Da fala de Lopes Ribeiro há um breve resumo no *Diário de Notícias*; da conferência de Boto de Carvalho perdeu-se qualquer resquício – até onde pude apurar.

Há uma contradição que se nota de imediato entre o requinte luxuoso e elitista desses eventos e o que parecia ser o projeto inicial do SNI de “massificar”

<sup>307</sup> Todas as informações a respeito das datas e localizações de cada uma das conferências citadas neste e no próximo parágrafo foram obtidas a partir de consultas às edições do *Diário de Notícias* de Dez/1945, Jan/1946 e Fev/1946.

Eça de Queirós, tornando-o conhecido por um largo setor da população. Essa contradição é precisamente o que torna visível, neste episódio, não apenas algum grau de capitulação do SNI perante a pressão católica como também uma espécie de duplo sentido da ideia de elitismo quando aplicada ao salazarismo. Em um primeiro sentido, mais evidente, o luxo das conferências denota simplesmente o arraigado elitismo sócio-econômico típico das sociedades oligárquicas como era Portugal ainda nos anos 1940. Essa forma de elitismo, segundo o historiador Fernando Rosas<sup>308</sup>, constituiria uma das características distintivas que separaria o fascismo “à portuguesa” dos casos italiano e alemão. Suas marcas são perceptíveis, no caso em questão, já na escolha dos locais em que se deram as conferências: tanto o Grêmio Literário quanto o Círculo Eça eram clubes fechados de alto requinte que, a despeito das referências literárias em seus nomes, selecionavam seus quadros sociais muito mais por critérios genealógicos e econômicos do que propriamente relacionados às letras. O *Diário de Notícias*, que publicou resumos de praticamente todas as conferências oficiais, começava seus textos sobre o assunto sempre caracterizando o público presente nos eventos como “seleto”. Esse termo, contudo, parece até pouco enfático quando aplicado à noite do encerramento centenário: convites do tipo “RSVP”, preservados nos arquivos do SNI, permitem descobrir alguns dos nomes que foram convidados, e trata-se de um “quem é quem” da alta sociedade portuguesa e do alto oficialato do salazarismo. Entre uma profusão de duques, condes e viscondes, com suas respectivas duquesas, condessas e viscondessas, é possível distinguir grandes capitalistas e profissionais liberais, e mesmo figuras do regime que se tornariam históricas, como Humberto Delgado e Henrique Tenreiro.<sup>309</sup>

<sup>308</sup> **Salazar e o Poder**, cit. p. 327.

<sup>309</sup> Eis a lista com os convidados para o baile de encerramento cujos nomes foi possível aferir, em ordem alfabética. Certamente é uma lista bastante incompleta: Abreu Nunes (engenheiro), Adam Zielinski, Alexandre Ribeiro da Cunha, António Branco Cabral, Augusto Pinto, Brito Rato, Carlos Clavel do Carmo, Carlos Larroudé, Carlos Reynolds (vinicultor), Charles Brun (comissário da Marinha da França), Conde d’Aurora, Conde e Condessa de Castro Marim, Condessa de Valença, Duque e Duquesa de Palmella, Eduardo Mendes, Eduardo Schwalbach (geógrafo), Fernando de Fontes Pereira de Melo (Diretor Geral dos Serviços Pecuários), D. Fernão Gil de Castro, Ferreira Deusdado (advogado), Henrique Tenreiro, Hermes Malta Lins de Albuquerque, Humberto Delgado, L. de Castro Freire, Manuel de Albergaria e Melo, Maria Thereza Mayer de Magalhães, Octávio Conrado, Jaime Lopes Dias (diretor dos serviços centrais da Câmara Municipal de Lisboa), Jean du Salt, João de Sousa Lara (e família), João Raposo de Magalhães, Joaquim Fontes, Joaquim Mendes do Amaral (deputado), José Abecassis (engenheiro e político), José Manuel Cesar da Fonseca, José M. Remígio, Luís Barata (médico), Luís Silveira, Luís Vieira de Castro, Marcel Bataillon, Maria Tereza Mendes, Ovídio Lefebvre D’Ovídio (embaixador), Pedro Pais do Amaral (Visconde de Taveiro), Ruy de Sá Carneiro, V. Leitão dos Santos, Visconde de Fonseca.

Contudo, em um “sentido alargado”<sup>310</sup>, o contraste entre o requinte exclusivista das conferências e a intenção massificadora dos planos originais do centenário – além de ser uma clara derrota de António Ferro – revela uma segunda dimensão do elitismo salazarista: sua estratégia de operar e normatizar a sociedade a partir da produção de pequenas “elites” setorizadas, extratos leais ao regime que liderassem os diversos segmentos sociais. Em outras palavras: se, por um lado, a “vulgarização” da obra de Eça no rádio e em edições populares incentivaria o contato entre esse objeto cultural e uma parcela mais ampla do povo português, por outro lado as conferências tinham a função de prestigiar certos intelectuais leais ao regime oferecendo-lhes uma audiência “seleta”, o que os elevaria ao *status* de lideranças no campo cultural; uma vez prestigiados, seus discursos idealmente se propagariam, produzindo consensos a respeito da maneira como Eça deveria ser lido, inclusive pelas “massas”. O historiador Jorge Ramos do Ó<sup>311</sup> batiza essa estratégia adotada pelo órgão de “consagrar e converter” e chama a atenção para o papel que cumpriam nela as premiações criadas pelo regime. Neste sentido, é sintomático que, à exceção de Álvaro da Costa Pimpão e de Maria Eça de Queirós, todos os intelectuais que falam nas conferências oficiais sobre Eça eram autores literários que haviam vencido prêmios do órgão (F.A. Oliveira Martins, Conde da Aurora, Paço d’Arcos e Francisco Costa) ou trabalhavam diretamente para o SNI (Ferro, António Eça, João Botto e Lopes Ribeiro).<sup>312</sup>

Pode-se dizer, portanto, que os encontros literários em torno da figura de Eça de Queirós produzidos pelo SNI no contexto de seu centenário constituem o foro de certas interpretações e elaborações conceituais a respeito do autor que, em tese, seriam capazes de justificar e autorizar sua “consagração nacional” arquitetada por António Ferro. Idealmente, os intelectuais da “elite cultural” arregimentados pelo SNI seriam capazes de produzir em suas conferências uma leitura de Eça e de sua obra ajustada aos valores salazaristas e ao consenso produzido entre o SNI e a Igreja, que inclusive respondesse e calasse os discursos desviantes vindos da oposição democrática.

Os arquivos oficiais a respeito do centenário queirosiano informam, entretanto, que os funcionários do SNI e autores artificialmente prestigiados pelo

<sup>310</sup> Salazar e o Poder, cit. p. 331.

<sup>311</sup> Os Anos de Ferro, cit. p. 123.

<sup>312</sup> Para um estudo exaustivo das premiações literárias conferidas pelo SPN, cf. TORGAL, 2009, pp. 128-140.

órgão constituem apenas uma pequena fração dos intelectuais convidados a participar das conferências. A intenção original de Ferro era contar com um número maior de palestrantes, que originalmente incluiria também mais nomes cujo prestígio intelectual e artístico adviesse de fontes menos ligadas ao regime do que os “prêmios” do departamento de propaganda. O órgão enviou convites para acadêmicos consagrados como Vitorino Nemésio<sup>313</sup>, Manuel de Paiva Boléo<sup>314</sup> e Hernani Cidade<sup>315</sup>, por exemplo. Apenas o último chegou a responder com uma recusa educada – os ofícios enviados aos demais foram sumariamente ignorados. O mesmo se deu com os prestigiosos convites enviados por Ferro para os intelectuais brasileiros Álvaro Lins e Vianna Moog – biógrafos de Eça – para que estes viajassem do Brasil para Lisboa como hóspedes do Estado Português, exclusivamente para falar nas conferências: nenhum dos dois aceitou.<sup>316</sup> Ainda no âmbito dos brasileiros, Ferro não obteve nem sequer a colaboração do fundador da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado – que vivia desde 1938 exilado em Portugal e se tornara influente nos meios salazaristas. Salgado recusou o papel de conferencista alegando que lhe faltava tempo<sup>317</sup>; entretanto, escreveu uma resenha sobre o livro *O Grupo dos Cinco*, do padre Moreira das Neves (que tratava, entre outros, de Eça de Queirós). Essa resenha foi publicada no jornal *As Novidades* dias depois da recusa de Salgado ao convite de Ferro.<sup>318</sup> É mais provável, portanto, que a recusa do líder integralista tenha sido motivada por sua proximidade com o já citado grupo “antiqueirosiano” de intelectuais católicos ligados ao jornal *As Novidades*.

A série de recusas aqui citadas – que ecoam, em certa medida, o conjunto de recusas brasileiras para participar do “álbum internacional” – aponta para uma potência política específica dos encontros literários: na medida em que se trata

<sup>313</sup> FERRO, António. [carta] 09 jul. 1945c, Lisboa [para] Vitorino Nemésio, Lisboa. 1 fl. Pede uma conferência sobre o tema *Eça de Queirós, o paisagista*. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>314</sup> FERRO, António. [carta] 09 jul. 1945d, Lisboa [para] Manuel de Paiva Boléo, Coimbra. 1 fl. Pede uma conferência sobre o tema *O realismo em Eça de Queirós*. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>315</sup> FERRO, António. [carta] 02 ago. 1945e, Lisboa [para] Hernani Cidade, Lisboa. 1 fl. Pede uma conferência queirosiana de tema livre. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>316</sup> FERRO, António. [carta] 19 abr. 1945. Lisboa [para] Martinho Nobre de Melo. Pede que sejam enviados convites a Vianna Moog e Álvaro Lins para viajarem a Lisboa e participarem do centenário queirosiano. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>317</sup> SALGADO, Plínio [carta] 05 ago. 1945, Lisboa [para] António Ferro, Lisboa. 1 fl. Recusa convite para contribuir para o centenário queirosiano. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

<sup>318</sup> SALGADO, Plínio. “O Grupo dos cinco”. *Novidades*, Lisboa, 19 ago. 1945.

sempre, nesses casos, da ocupação conjunta de um espaço para tratar de literatura, o próprio ato de ocupar já é dotado de um sentido político. O debate literário é precedido e determinado por um jogo de posições: antes de sequer enunciarem suas conferências, os intelectuais fazem política com suas presenças ou ausências, indo ou não a certo encontro.

### 2.3.6 - Conclusão do capítulo

Pelo que foi visto até aqui, antes ainda de nos debruçarmos sobre os entendimentos que a oposição antissalazarista produziu sobre Eça de Queirós (objeto do próximo capítulo), podemos dar passos importantes na direção do que se revelará a conclusão final deste trabalho: em que pese o quanto a esfera pública possa ser policiada, especialmente no contexto do fascismo, o Estado Novo e o Estado português de maneira geral não conseguiram produzir “monumentos” capazes de controlar em definitivo o sentido da obra de Eça de Queirós. Os esforços nesse sentido por parte de António Ferro malograram. Apesar deles, mesmo a dissidência imposta pelas *Novidades* – em que pese seu conteúdo abertamente fascista – acaba por provar que o caráter ficcional dos textos do autor, que estudamos no primeiro capítulo, seguirá se fazendo notar na permanência de leituras múltiplas da obra queirosiana, se entrechocando no espaço público, resistentes às forças que buscaram decifrá-las a partir de qualquer “código mestre” fixador de seu sentido. Em outras palavras, o problema que pudemos esboçar a partir da anedota de Ralph Fox não será solucionado pelo salazarismo: nem o Eça de mármore de Agostinho de Campos, nem o Eça de lama das *Novidades* e nem o Eça nacionalista de António Ferro conseguirão conter a potência metafórica da escrita do autor, capaz de integrá-los a todos enquanto vozes do mesmo debate que eles buscam suprimir.



### CAPÍTULO III: OS “LEITORES DOENTIOS” A oposição homenageia Eça de Queirós

*“Até mesmo sua recusa em confiar à literatura uma mensagem é considerada como testemunho da igualdade democrática. Ele é democrata, dizem seus adversários, na sua opção por pintar em vez de instruir”.*

**Jacques Rancière**

Este capítulo, bem mais que um desenvolvimento do anterior, é seu par complementar, pois também consiste em um mapeamento das leituras feitas sobre Eça de Queirós durante o ano de 1945. A única diferença é que, aqui, o interesse não recai sobre estamentos burocráticos do Estado Novo e suas bases ideológicas, e sim sobre leitores à margem do Estado: todos aqueles que, desafiando a censura e a cooptação, aproveitaram o centenário de Eça para lê-lo, em oposição à perspectiva oficial.

Já pudemos ver como os intérpretes queirosianos acolhidos pelo salazarismo pertencem à extrema direita do espectro político. Da mesma forma, é válido afirmar que, neste terceiro capítulo, analisaremos leituras de Eça de Queirós *à esquerda*, no sentido mais amplo que esse termo pode possuir: passarão pelas próximas páginas anarquistas, comunistas, social-democratas, social-liberais, republicanos e até casos um pouco esdrúxulos de monarquistas conservadores antissalazaristas.

Esse imenso afluxo de leitores publica diversas análises sobre Eça de Queirós, e o conteúdo delas colocará em xeque a interpretação oficial da obra queirosiana proposta pelo SNI. Tudo isso irritará profundamente António Ferro, a ponto de o chefe do SNI ter cunhado para eles o epíteto pouco elogioso de “leitores doentios” de Eça.<sup>319</sup> Uma designação como essa é significativa por dois motivos distintos. Em primeiro lugar, salta aos olhos novamente a disposição do fascismo por traduzir dinâmicas sociais em termos sanitários: o culto à pureza faz com que figuras como António Ferro e António Eça associem muito facilmente seus opositores à doença, à degradação e à sujeira. O segundo motivo, curiosamente, contradiz o primeiro: excepcionalmente nesse caso, há uma

<sup>319</sup> FERRO, António. [discurso] In SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, p. IV.

produtividade inaudita nessa metáfora de Ferro, que liga as leituras à esquerda de Eça de Queirós a uma doença.

Explico: o ponto de culminância deste capítulo é precisamente a apresentação ao leitor do que parece ter sido certo caráter *epidêmico* do interesse por Eça de Queirós, na medida em que ele dominou a sociedade portuguesa durante o ano de 1945, e se reproduziu descontroladamente a despeito das tentativas do Estado para contê-lo. Se pegarmos emprestado um termo cunhado em um contexto distinto pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato, pode-se dizer que houve uma espécie de epidemia de “Ecite”<sup>320</sup> em Portugal, uma febre ligada à figura do grande escritor oitocentista, que inclusive ultrapassou em alguma medida o campo dos especialistas em assuntos da literatura e contaminou outros setores sociais. A existência de um tal fenômeno, evidentemente, é de imenso interesse para esta pesquisa, na medida em que uma discussão tão aquecida em torno da obra de Eça só pode impactar a relação até aqui descrita entre ela e a esfera pública. Pretendo demonstrar o quanto a origem da “Ecite” portuguesa pode ser atribuída precisamente aos leitores à esquerda de que se tratará aqui.

De um ponto de vista teórico, portanto, a tarefa deste capítulo é buscar um conceito que explique a relação entre as leituras à esquerda de Eça e a explosão de interesse por ele que acabou por se instaurar. Como se verá, a aposta que faço neste capítulo é no conceito de “ficção”, tal como já apresentei nas seções 1.2.2 do capítulo I e 2.1.1 do capítulo II. A hipótese desenvolvida aqui é a de que a “Ecite” de 1945 foi produto de leituras que valorizaram a obra de Eça de Queirós enquanto um objeto de sentido ambíguo e valor estético em si mesmo, em detrimento de outros que quiseram ver em seus livros o mero veículo para a comunicação de certas ideias.

Para que se chegue a essa demonstração, quatro passos terão de ser dados. A seção 3.1 deste capítulo procurará entender de que maneira as esquerdas de Portugal compreendiam a obra de Eça de Queirós antes de 1945, tomando como objeto de análise a célebre “Polêmica em torno do conceito de revolução em Eça de Queirós”, ocorrida em 1930 nas páginas da *Seara Nova*. A seção 3.2 chega já ao centenário propriamente dito, observando que leitura (ou leituras) o movimento neorrealista português produziu sobre Eça naquela altura, dedicando-se especialmente aos trabalhos de António José Saraiva, António Ramos de Almeida

---

<sup>320</sup> LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 51.

e Mário Sacramento (havendo também um breve comentário sobre Joaquim Namorado). A seção 3.3 avalia os trabalhos produzidos sobre Eça por intelectuais oriundos da já então extinta revista *Presença*, dedicando especial atenção à biografia de Eça escrita por João Gaspar Simões. A seção 3.4 devolve o foco brevemente aos intelectuais da *Seara Nova*, mas dessa vez para analisar uma iniciativa oriunda desse grupo que acabou por integrar todos os outros: a produção do *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, organizado por Luiz da Câmara Reis e Lúcia Miguel Pereira. Essa mesma seção procura também demonstrar como os esforços de todos esses grupos de intelectuais acabaram por desencadear a já referida epidemia de “Ecite” em Portugal.

Ao fim deste capítulo, teremos concluído a porção mais estritamente historiográfica desta tese, estando consequentemente habilitados a regressar – agora de forma conclusiva – ao trabalho de análise literária que dominou o primeiro capítulo.

### 3.1 - Quando Eça rachou a oposição

No dia 20 de março de 1930, o jovem literato português Castelo Branco Chaves publicou na revista *Seara Nova* um artigo intitulado *O conceito de Revolução em Eça de Queirós*.<sup>321</sup> Como fica claro desde o título, o trabalho procura defender que Eça de Queirós teria formulado um conceito bem definido de “Revolução”, especificamente em sua conferência do Casino de 1871 (quando tinha apenas 26 anos, portanto). Esse conceito, por sua vez, estaria associado ao fato de que a própria Geração de 70 – a que Eça pertenceu – teria sido uma “elite revolucionária”.<sup>322</sup> Logo em seus primeiros parágrafos, Chaves trata a palavra “Revolução” (sempre grafada com maiúscula) como um sinônimo de “reforma da mentalidade e dos costumes”, de “regeneração pela inteligência e pela cultura”, e aponta para Proudhon como a fonte na qual Eça de Queirós teria colhido tal concepção. Teria sido do filósofo francês que Eça teria tomado inspiração, quando

<sup>321</sup> CHAVES, Castelo Branco. “O Conceito de revolução em Eça de Queirós”. *Seara Nova*, Lisboa, n.º 205, 20 mar. 1930, pp. 201-203.

<sup>322</sup> *Ibid.*, p. 201.

descreveu a Revolução como “o espírito do tempo (...) que anda por baixo de tudo (...). As nossas consciências estão a formar-se por ela”.<sup>323</sup>

Já aqui, pela insistência com que Castelo Branco Chaves reforça a relação entre a revolução queirosiana e processos essencialmente intelectuais, reformistas e disseminados a partir das elites econômicas, poderíamos inferir facilmente a que outro conceito de Revolução este se oporia. Em seu artigo da *Seara*, entretanto, Chaves nos poupa dessa tarefa quando afirma explicitamente que:

O romancista penetra o sentido vivo e permanente desses conceitos, e a Revolução não é para ele o motim, a luta da força, a expansão jacobina de paixões e de misticismos sociais (...). Não tem um caráter destrutivo, mas regenerativo.<sup>324</sup>

Segundo o texto de Castelo Branco Chaves, a noção de Revolução como qualquer coisa “lenta e fecunda, feita de cima para baixo”<sup>325</sup> teria sido compartilhada por Eça, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, e concebida em oposição ao jacobinismo violento de uma facção mais republicana e radical da mesma Geração de 70, capitaneada por Teófilo Braga. Nesse ponto do texto, inclusive, quando cita uma célebre carta de Eça a Teófilo, na qual o romancista rebate as críticas do outro a seu *Primo Basílio*<sup>326</sup>, Castelo Branco Chaves encontra oportunidade para propor algo que aqui nos interessa especialmente. O ensaísta afirma que o conceito “superiormente revolucionário” de Eça “sempre lhe assistiu, inspirando-o à realização de toda [sua obra]”.<sup>327</sup> Ou seja: essa revolução intelectualizada não seria uma mera formulação feita em uma conferência, mas um conceito ordenador que estaria por trás da própria produção ficcional queirosiana. Sendo um “conceito” primacial da obra do romancista, a “Revolução” serviria como chave de leitura capaz de explicá-la integralmente.

Em um outro artigo, escrito meses depois, Chaves dirá que esse seu texto original teria sido uma mera “análise” desinteressada da obra de Eça,<sup>328</sup> mas não

<sup>323</sup> QUEIRÓS, Eça de. [texto recuperado por] SALGADO Jr., António. A Literatura Nova (O Realismo Como Nova Expressão da Arte) In: REIS, Carlos. **As Conferências do Casino**. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 140.

<sup>324</sup> “O Conceito de revolução em Eça de Queirós”, cit. p. 202.

<sup>325</sup> Ibid., p. 202.

<sup>326</sup> QUEIRÓS, Eça de. **Correspondência**. 2 vols. Lisboa: Caminho, 2008, p. 182.

<sup>327</sup> “O Conceito de revolução em Eça de Queirós”, cit. p. 202.

<sup>328</sup> CHAVES, Castelo Branco. “Carta ao Ex.mo Sr. José Miguéis”. **Seara Nova**, Lisboa, n.º 226, 13 nov.1930, p.149.

parece ser o caso. Trata-se, muito mais, de uma aberta *apologia* a certa concepção de Revolução, revelada pelos muitos adjetivos com que Chaves a elogia: como já vimos, para ele, o conceito de revolução concebido pelo Eça de 26 anos seria não apenas “vivo” e “superior”, mas também “permanente”. Isto é: seguiria operante e oportuno naquele ano de 1930, em que a República portuguesa sucumbia nas mãos de uma ditadura militar enquanto o popular ministro das finanças António de Oliveira Salazar, aproximava-se cada vez mais do poder central.

Há dois pontos a serem ressaltados, aqui. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a reflexão sobre a obra de Eça de Queirós, que eu próprio tentei elaborar no primeiro capítulo desta tese, apresenta alguma convergência com ele. Trata-se, entretanto, de uma convergência que imediatamente se desfaz ao ser neutralizada por uma divergência de fundo. Eça de Queirós de fato concebeu um projeto de intervenção na esfera pública de Portugal através da transformação de mentalidades. Esse programa de fato teria sido concebido “de cima para baixo”, ao ignorar o poder de agência da imensa parcela da população portuguesa que estaria alijada da esfera pública burguesa. Até aqui, há convergência. Entretanto, Castelo Branco Chaves percebe o projeto estético queirosiano como algo que seria matricialmente orientado por um rígido conceito prévio sobre a política, formulado em abstrato e em seguida aplicado em sua ficção. Nisso, a divergência é profunda: o processo ficcional de Eça, segundo pude interpretá-lo, não se apoia incondicionalmente em conceitos prévios, mas parte precisamente da busca por construções narrativas e linguísticas capazes de desestabilizar conceitos, de não permitir sua rigidez. Veremos, ao longo do capítulo, a importância fulcral desta distinção.

Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a interpretação queirosiana proposta pelo jovem articulista não é o produto apenas da reflexão individual de seu autor. Há uma voz institucional que soa junto à de Chaves em cada linha do artigo: a da própria revista *Seara Nova*. Todo o argumento do texto está em linha com os valores fundamentais defendidos por essa revista lisboeta, fundada em 1921 por Raul Proença e convertida em entidade incontornável da intelectualidade portuguesa contra a ditadura na primeira metade do século XX.<sup>329</sup> Naquele ano de 1930, além de Proença, eram também figuras de liderança na revista os

<sup>329</sup> SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. História da literatura portuguesa. 15ed. Porto: Porto Ed., 1989, p. 1024.

intelectuais Jaime Cortesão e António Sérgio. Este último, especialmente, “veio a exercer a influência dominante” sobre tudo o que era publicado na revista, cuidando para que o periódico se mantivesse o mais possível em uma linha política alinhada estritamente à sua.<sup>330</sup> E aquilo que Sérgio defenderá por toda sua carreira foi resumido pelo historiador António Rafael Amaro como uma espécie de eco do iluminismo, que mistura de forma paradoxal racionalismo e misticismo:

O primado da cultura na acção política e a subordinação da política à moral; a crença na autossuficiência da razão e na eficácia exclusiva das ideias para a transformação do mundo; o assumido vanguardismo intelectual que via no aperfeiçoamento das elites a solução para todos os problemas que, então, se colocavam; a defesa de um profundo idealismo na acção de tornar real o ideal, o dever ser em ser, e, por via disso, a recusa das concepções jacobinas e materialistas de democracia e de socialismo. No fundo, a crença que bastava joeirar com a razão as atitudes, separar o inteligível do ininteligível, a sombra da luz, tomar claro em cada um a razão e as ideias claras, para que tudo se modificasse.<sup>331</sup>

O projeto de Sérgio para o país, enfim, é bastante similar àquele que Castelo Branco Chaves foi capaz de decalcar da obra de Eça de Queirós. E a semelhança não é casual: desde sua fundação, o grupo da Seara Nova reivindicava sistematicamente o legado político da Geração de 70<sup>332</sup>, tanto quanto António Sardinha, que tentara capturar o mesmo legado para o grupo do Integralismo Português com seu já citado texto *O espólio de Fradique*. Em outras palavras, os seareiros Proença, Cortesão e Sérgio compreenderão a si próprios como os legítimos herdeiros do projeto que Eça, Oliveira Martins e (sobretudo) Antero de Quental apresentaram na Conferências do Casino, e é dessa forma que se colocarão na esfera pública portuguesa.

Entretanto, em certos momentos, tanto António Sérgio, em particular, quanto a *Seara*, de maneira geral, parecem ter se comportado muito mais como continuadores, apenas, daquele projeto cesarista e conservador que a mesma Geração de 70 apresentou nos seus anos derradeiros, quando vários de seus membros tornaram-se os “Vencidos na Vida”. Segundo Manuel Villaverde Cabral, em 1926, a postura da revista perante o golpe militar que sepultou a Primeira

<sup>330</sup> Ibid., p. 1025. Sérgio, não por acaso, é reconhecido por Castelo Branco Chaves como seu “mestre intelectual”, que o teria resgatado de uma anterior militância integralista. Ver “Carta ao Ex.mo Sr. José Miguéis”. *Seara Nova*, cit., p. 49.

<sup>331</sup> AMARO, António Rafael. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939). In: **Revista de História das Ideias**, nº 17, 1995, p.406.

<sup>332</sup> Ibid., p. 406.

República portuguesa só poderia ser descrita como “ambígua” ou mesmo timidamente colaborante.<sup>333</sup> Os editores da *Seara Nova* chegam a reconhecer afinidades entre seus projetos elitistas – defensores de uma vanguarda intelectual que guiasse a sociedade – e o saneamento autoritário que as Forças Armadas propunham na vida da república. António Sérgio, em particular, vai permanecer engajado durante toda a sua vida em projetos que almejavam substituir a ditadura de Salazar por *outra ditadura*, esta sim comprometida com “a autossuficiência da razão” e os demais pontos de seu programa.<sup>334</sup>

É, pois, contra esse firme consenso “seareiro” que – nas páginas da própria *Seara Nova* – o jovem escritor José Rodrigues Miguéis lançou uma intempestiva resposta contra o estudo queirosiano de Castelo Branco Chaves. Seu artigo, intitulado *Sobre os fins e a coragem nos meios de atuar* e que foi publicado em duas partes nos dias 18 de setembro e 3 de outubro de 1930, contrapõe-se ao texto original de Chaves em três níveis distintos. Em primeiro lugar, trata-se de uma divergência quanto aos “meios” legítimos para a transformação política: contra a ideia de uma revolução puramente intelectual, Miguéis defende a legitimidade do uso da violência revolucionária para combater abusos autoritários, ou, em suas palavras, para “partir as cadeias e os duros moldes que impediam a consciência democrática de se manifestar”.<sup>335</sup> Segundo ele, “repudiar a democracia porque ela nasceu pela força” corresponderia a “renegar a vida que a ferros se libertou do seio materno, onde num ato de amor foi concebida”. Essa violência revolucionária, necessária ao parto da democracia, seria mais digna que a violência dos déspotas, por tratar-se apenas de um “meio” em vez de um “fim”.<sup>336</sup>

Em um segundo nível, José Rodrigues Miguéis opõe-se a Castelo Branco Chaves no que diz respeito ao elitismo do conceito de Revolução “de cima para baixo”, elogiado pelo primeiro na obra de Eça de Queirós. Para Miguéis, a

<sup>333</sup> CABRAL, Manuel Villaverde. The Seara Nova Group (1921-1926) and The Ambiguities of Portuguese Liberal Elitism. In: **Portuguese Studies**, vol. 4, 1988, p. 185. JSTOR. Acessado em: <www.jstor.org/stable/41104863>. Acessado em 22 Oct. 2020.

<sup>334</sup> Segundo uma fala de Fernando Rosas no episódio “Centenário Seara Nova”, do *podcast Convocar a história*, António Sérgio terá sido – em 1958 – o principal articulador da candidatura do general Humberto Delgado para a Presidência da República, em oposição a Salazar. Delgado, apoiador de primeira hora do regime fascista, converte-se em opositor moderado, e é a figura de proa do projeto sergiano de “não fazer logo a democracia, fazer uma ditadura do general Delgado até que o povo seja capaz de se governar a si próprio”. ROSAS, Fernando. “O centenário da *Seara Nova*”. [Episódio do Podcast] **Convocar a história**, 21/07/2021.

<sup>335</sup> “Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar - I”, cit., p. 60.

<sup>336</sup> Ibid., p. 61.

ausência de protagonismo conferido ao povo teria sido o motivo principal do fracasso dos projetos revolucionários da Geração de 70. Por terem ficado trancados “na esfera de cristal da literatura”<sup>337</sup>, intelectuais como Eça, Antero, Ramalho e Oliveira Martins não teriam sido capazes de perceber o fundamental: “O povo, que é o instrumento, deve ser, em democracia, o terreno e o fim de todas as lutas sociais”.<sup>338</sup> Sem que esse “povo” a que se refere Miguéis incluído no projeto revolucionário, a suposta revolução que Chaves crê observar na “grande geração” coimbrã não passaria da “transformação automática, mecânica, das coisas (...) o *surge et ambula* intelectualista”.<sup>339</sup>

Finalmente, em um terceiro nível – que nos interessa especialmente –, a divergência que Miguéis impõe a Chaves migra do âmbito da tática política para o campo da filosofia da história. Seu artigo de resposta ataca a maneira servil com que seu oponente contempla o passado, buscando nele “exemplos da história” e “lições” a serem dadas por Eça e outros intelectuais da Geração de 70, como se esses fossem “mestres do pensamento”.<sup>340</sup> A acusação impetrada por Miguéis, aqui, é a de uma espécie de dogmatismo por parte de Chaves, que estaria transformando o legado do grupo de Eça, Antero etc. em uma “tradição”, um “colarinho” capaz de apertar os homens do presente até conduzi-los à “inação”. Nesse terceiro grau, no entanto, podemos verificar uma insuficiência argumentativa até então inaudita no texto de Miguéis: sua alternativa para a maneira com que Chaves encara a história não é a proposição de um olhar alternativo, com algum grau de criticidade, mas muito mais um desdém em relação a ela. Miguéis – que exalta seguidas vezes em seu texto a ideia de “progresso” – entende que “o passado vive em nós como uma fatalidade” e que “os fatos históricos” servem apenas “para que os admiremos, para que nos recreiem e divirtam, para que possamos dizer ‘o que eles usavam naquele tempo!’”. Ora, um tal desprezo por parte do polemista manifesta, sem dúvida, uma ruptura radical para com o passado, mas também uma curiosa recusa a encarar aquilo com que se está rompendo. Ironicamente, contudo, na medida em que essa recusa por parte de Miguéis revela sua ausência de alternativas para a leitura histórica

<sup>337</sup> Ibid., p. 87.

<sup>338</sup> Ibid., p. 89.

<sup>339</sup> MIGUEIS, José Rodrigues. “Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar - II”, *Seara Nova*, Lisboa, n.º 222, 2 out. 1930b, p. 90.

<sup>340</sup> Ibid., p. 89.



proposta por seu adversário, permanece intacta, no âmbito da polêmica, a perspectiva de Chaves como a única forma enunciada de interação com o passado histórico.

Antes que possamos extrair todas as consequências devidas desse terceiro nível do embate (pois a inconsistência apontada acima será de fundamental importância para o nosso avanço), cabe um breve desvio para compreendermos em grossas linhas a importância do dissenso aqui apresentado. Segundo António Pedro Pita – que se debruçou longamente sobre essa polêmica e foi o primeiro a apontar sua centralidade histórica –, o que acabamos de apresentar foi o embate que inaugurou a reflexão sobre o pensamento marxista na intelectualidade portuguesa à esquerda.<sup>341</sup> Mais do que isso: a resposta de José Rodrigues Miguéis a Castelo Branco Chaves pode ser lida como o início de um longo percurso de adesão dessa esquerda intelectualizada ao ideário comunista, tal como pensado por Marx e a tradição que a ele se seguiu, até o ponto em que – quinze anos depois – o marxismo-leninismo suplantará a influência do socialismo proudhoniano como doutrina política hegemônica nesse campo.

Miguéis não se coloca na polêmica explicitamente como um comunista, mas não é difícil encontrar a raiz marxista de seu argumento, especialmente na acusação de que seus oponentes (uso o plural para apontar tanto Castelo Branco Chaves, em particular, quanto a revista *Seara Nova*, em geral) padeceriam de um intelectualismo estéril, fechado em si mesmo. É a importantíssima “tese onze” de Marx contra Feuerbach que o jovem polemista está brandindo aqui: a convicção de que o papel dos “filósofos” seria o de “transformar” o mundo em lugar de meramente “interpretá-lo”.<sup>342</sup> Ou, na formulação elegante de Pita, “a afirmação [por parte de Miguéis] de que as ideias têm um exterior irreduzível à ordem da razão especulativa”.<sup>343</sup>

Contudo, é como se, ao anunciar o marxismo em Portugal, o embate nas páginas da *Seara Nova* também anunciasse as dificuldades de que ele padeceria no país durante as décadas seguintes, na medida em que a conclusão da contenda tenha algo de dramático. O próprio António Sérgio foi a campo, para acusar José Rodrigues Miguéis de ser um “jovem com sangue na guelra” que continha “um

<sup>341</sup> PITA, António Pedro. **A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses**. Coimbra: ficina do CES, 1989, pp. 1-4.

<sup>342</sup> MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Editorial Avante, 1982. p. 4.

<sup>343</sup> **A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses**, cit. p. 13.

germe de demagogo”.<sup>344</sup> Seu texto, após reafirmar, ponto a ponto as teses sobre a Revolução colocadas inicialmente por Chaves, termina com um diagnóstico de clareza desconcertante:

Ao que nos parece, a divergência entre nós e o crítico [Miguéis] assenta numa base que tem semelhança à que está subjacente ao antagonismo entre os bolchevistas e os anarquistas, ou anarcossindicalistas, – ou, por outra forma, entre Marx e Proudhon. Moralmente, corresponde à daqueles a situação do crítico; a nossa situação, pelo contrário, corresponde à dos últimos.<sup>345</sup>

Explicitamente denunciado como “bolchevista” por Sérgio – o que configurava um risco pessoal naquele Portugal já dominado por uma ditadura autoritária e por diversos grupos fascistas violentos –, Miguéis não teve alternativa a não ser abandonar a revista, após magoada carta de despedida em que reconhecia que a divergência exposta por aquela polêmica estivera em “obscura fermentação interior” desde anos antes.<sup>346</sup> Em 1935, já filiado ao Partido Comunista Português, abandonou também o país, indo exilar-se nos Estados Unidos, onde produziu uma extensa obra ficcional de grande beleza.

Havendo descrito o caráter fundacional da polêmica sobre a qual nos debruçamos aqui, volto a seu aspecto que mais interessa a este trabalho: aquele relativo a certa compreensão da história por parte dos dois polemistas. O breve desvio dos parágrafos acima torna evidente que o desprezo de Miguéis em relação à história pode ser compreendido aqui como sua tentativa de expressar certa convicção: a de que o passado histórico seria constituído apenas por “toda a antiga imundície” da qual a revolução deveria “desembaraçar-se” rumo à utopia comunista.<sup>347</sup> Trata-se de uma simplificação brutal da complexa reflexão de Marx em torno da história, mas que funciona como evidência de um problema teórico que preocupava imensamente os críticos da literatura e cultura engajados no marxismo, naquela altura: diante da perspectiva de uma revolução violenta e radical contra a burguesia dominante – que era, afinal, o que se almejava – o que fazer com a “herança cultural” burguesa?<sup>348</sup>

<sup>344</sup> SÉRGIO, António. “Sociedade e espírito, ação política e sinceridade intelectual”. **Seara Nova**, Lisboa, n.º 230, 25 de Dez. 1930, p. 211.

<sup>345</sup> Ibid., p. 215.

<sup>346</sup> MIGUÉIS, José Rodrigues. “Uma carta”, **Seara Nova**, Lisboa, n.º 231, Lisboa, 29 dez. 1930, p. 228.

<sup>347</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47.

<sup>348</sup> BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes editora, 1978, p. 25.

O simples desdém de Miguéis por essa herança, longe de marcar um ponto para o materialismo histórico, acaba por constituir um acriticismo: deixa de pé as interpretações de Chaves quanto ao que teriam sido a Geração de 70, em geral, e a obra de Eça de Queirós, em específico, como as únicas possíveis. Não atravessa seu texto a possibilidade de criticar a Geração de 70, de maneira a tornar evidentes possíveis contradições, nuances e ambiguidades do grupo que pudessem ter sido ignoradas pela leitura servil de Chaves. Dessa forma, Eça de Queirós e a Geração por ele representada, longe de estarem em disputa nessa polêmica, tornam-se o consenso que ampara o dissenso: Chaves e Miguéis concordam quanto ao que teriam sido as estratégias políticas desse grupo, e a questão toda gira em torno de reivindicá-las de forma ativa para o presente ou trancá-las num museu “para que nos recreiem e nos divirtam”.

Essa recusa em disputar o legado da Geração de 70, por parte de Miguéis, torna-se mais notável quando nos lembramos de que maneira Castelo Branco Chaves havia apresentado esse legado: como um único “conceito” (o de Revolução) do qual toda a obra ficcional de um dos mais célebres romancistas portugueses seria apenas a expressão. Sublinhemos este ponto: é sintomático que nem José Rodrigues Miguéis, nem António Sérgio tenham gastado sequer uma linha para interpelar Chaves quanto a sua forma pouco sofisticada de lidar com o fenômeno literário. Se já é notável que a polêmica aqui analisada não tenha envolvido uma disputa em relação ao sentido da Geração de 70, causa espanto que todos os envolvidos tenham concordado tacitamente com a “análise” de Chaves, que reduz a obra de um escritor de ficção como Eça (que sabemos complexa, irônica, por vezes confusa, construída sobre estranhas metáforas e talhada para provocar o dissenso no tecido social) à mera tradução de algo simples: o “conceito” de revolução proudhoniano. Como se, do ponto de vista da política, não houvesse nada a indagar à intrincada máquina ficcional produzida pelo autor de *Os Maias*, além de qual seria o conceito único do qual ela seria o corolário.

Em seu livro *O Controle do imaginário*, Luiz Costa Lima observou, espantado, que os eruditos do chamado *Cinquecento* italiano haviam oferecido ao mundo uma extensa “teorização sobre o poético”, ao mesmo tempo em que teriam “vetado” o caráter ficcional das obras sobre as quais se debruçavam (LIMA, 2006, p. 12).<sup>349</sup> Ao se aprofundar nas articulações discursivas que tais eruditos

<sup>349</sup> LIMA, Luís Costa. **Trilogia do Controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 12.

elaboraram para dar forma a esse veto, Costa Lima cria o conceito de “controle” da potência ficcional.<sup>350</sup> O fenômeno que se dá no caso aqui analisado é dessa ordem: ao longo desta tese, temos observado como, desde o fim do século XIX, as esferas públicas política e literária de Portugal se desenvolveram, em um primeiro momento, superpostas e, logo em seguida, separadas por uma curta distância: multiplicam-se por este trabalho figuras de literatos que opinavam sobre a política (como o próprio Eça, ou Agostinho de Campos), tornaram-se políticos (como João Chagas e António Ferro), ou que militavam, sobretudo, no campo da política, mas saíam de seus caminhos para fazer análises literárias (como António Sardinha). A própria *Seara Nova* foi uma revista tão dedicada aos assuntos literários quanto aos políticos e tinha, na figura de Câmara Reis, um editor exclusivamente dedicado aos primeiros. E ainda assim, no seio dessa elite intelectual que prestigiava a instituição “literatura” até o mais alto grau, o caráter especificamente ficcional da obra de um dos seus mais célebres ficcionistas foi (nos casos analisados até aqui) solenemente ignorado por conservadores, reacionários, liberais, socialistas e marxistas. Em outras palavras, nenhuma das figuras supracitadas conseguiu reconhecer que, na ficção queirosiana, haveria uma “comunicação menos feita por enunciados do que por imagens”, marcada pela ambiguidade típica do discurso metafórico, de que tratamos longamente no primeiro capítulo desta tese.<sup>351</sup> No caso da polêmica seareira, essa qualidade ficcional queirosiana acaba por ser “vetada” por todos os envolvidos, que discordam quanto a conceitos da política e sua utilidade para a oposição em Portugal, mas consideram ponto pacífico a ideia de que a literatura de Eça de Queirós seria o mero corolário de um desses conceitos.

De alguma maneira, portanto, a afamada polêmica em torno do conceito de revolução em Eça de Queirós, quando tomada por si só, seria uma demonstração do fracasso do projeto literário queirosiano, tal como pude descrevê-lo no primeiro capítulo deste trabalho. Se ali está escrito que Eça teria produzido sua obra comprometido com um projeto de “intervenção na esfera pública através da

---

<sup>350</sup> Por exemplo: o paradigma da *imitatio* que vigorou na renascença e o racionalismo do período neoclássico seriam formas de controle na medida em que imporiam limitações apriorísticas às formas como obras ficcionais poderiam ser produzidas e lidas, impedindo que elas fossem compreendidas em sua ambiguidade. Ao longo de seu trabalho, Luiz Costa Lima expandiu seu conceito de “controle” exercido pela crítica literária até o ponto de concluir que ele seria uma constante no ocidente, manifestando-se também como a noção do sujeito auto-centrado romântico, do qual tratarei mais detidamente na seção 3.3.1 deste capítulo.

<sup>351</sup> **Trilogia do Controle**, cit. p. 73.

desestabilização da linguagem”, buscando através dela instaurar certa ambiguidade que levasse o leitor à desautomatização do pensamento, o que podemos observar no debate entre Chaves e Miguéis é o oposto. A obra de Eça é tomada como um todo homogêneo, de fácil compreensão, sobre o qual há um firme consenso. Chega a ser irônico constatar que ela é o único ponto sobre a qual os polemistas não discordam.

Felizmente, contudo, essa curiosa polêmica não está aqui sendo tomada por si só. Ela é apenas o ponto de partida para que possamos compreender em que bases se dará o debate sobre Eça de Queirós entre as oposições antissalazaristas, na altura do seu centenário – este sim, nosso verdadeiro objeto. E, nesse contexto, veremos, aliviados, que os debates evoluíram de forma diferente.

### 3.2 - O neorrealismo no centenário

António Pedro Pita, ao apontar a polêmica *literária* que acabamos de analisar como momento fundacional da recepção do marxismo em Portugal, parece querer chamar a atenção para uma das marcas de origem dessa viragem política entre as esquerdas do país. Segundo ele,

nos quase fantasmáticos anos de 1930, muitos jovens (...) aderem à luta política *como artistas*. (...) É por uma delegação na expressividade artística que a intervenção política ganha sentido, urgência e consistência.<sup>352</sup>

O movimento estético a que Pita se refere nessa passagem é o neorrealismo português. Consolidado desde o fim dos anos 1930 como uma “prática de resistência” contra a ditadura salazarista<sup>353</sup>, essa corrente literária superará a censura e a repressão, alcançando grande sucesso não apenas de crítica como também de público,<sup>354</sup> ao trazer para a literatura portuguesa dilemas camponeses e operários, em uma linguagem que lidava com as tensões e

<sup>352</sup> PITA, António Pedro. O neo-realismo entre a realidade e o real. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Novos realismos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 17.

<sup>353</sup> MARGATO, Izabel. Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação. **Via Atlântica**, Nº 13, junho de 2008. pp. 44.

<sup>354</sup> Uma boa ideia da popularidade do neorrealismo português nos anos 1940 pode ser obtida a partir da impressionante lista de livros ligados ao movimento publicados em Portugal, por exemplo, no ano de 1946. Ver FRANÇA, José-Augusto. **O “Ano XX” - Lisboa 1946**. Lisboa: ICMN, 2015, pp. 193-198.

contradições oriundas do intuito de “exibir o real de modo incisivo”.<sup>355</sup> Os autores neorrealistas estiveram, sempre, em uma relação estreita com o clandestino Partido Comunista Português, e subverteram (como já vimos) as pretensões do Estado Novo de manter o campo literário do país leal ao regime ditatorial. Para os objetivos desta pesquisa, portanto, é fundamental nos indagarmos de que modo esse grupo, que gozou de tanto protagonismo na conturbada vida cultural portuguesa, lidou com o centenário de Eça de Queirós, em 1945.

Como se verá a seguir, contudo, seria um erro considerar a leitura queirosiana pelo grupo neorrealista como um todo homogêneo, pois, entre outros motivos porque uma das características centrais do movimento foi a de ter existido, em Portugal, sempre em estado de “permanente polêmica”<sup>356</sup>, comportando visões sobre a literatura, a política e a vida, muitas vezes antagônicas entre si. A questão a que temos dado protagonismo neste capítulo – relativa ao controle da ficcionalidade inerente às obras literárias – é objeto de uma clássica polêmica neorrealista. Embora esse dissenso (que passou para a tradição literária com o nome de “polêmica interna do Neorrealismo”, ou “polêmica da forma e conteúdo”) só tenha eclodido abertamente no início da década de 1950, ele já está surdamente armado nos debates queirosianos ensejados pelo movimento. O que pude aferir, portanto, sustenta esta posição defendida por Izabel Margato:

A famosa e linear assertiva: “a redução do artístico ao ideológico”, usada para definir as obras neorrealistas, é o grande argumento escolhido por todos aqueles que se colocam em posição de reserva, ou mesmo de firme oposição, ao movimento. Mais precisamente, essa assertiva foi o grande fantasma com que tiveram que se debater todos aqueles que aceitaram a súbita exigência de produzir arte e, ao mesmo tempo, centrar o seu interesse no estudo da sociedade. Este é, enfim, o grande lugar-comum que polariza, interna e externamente, a polêmica em torno da arte neorrealista. (...) Internamente, entretanto, a polêmica gerada por esse pressuposto redutor se desenvolveu de forma mais produtiva por encaminhar diferentes propostas e apontar para a

<sup>355</sup> NASCIMENTO, Mariana Custódio do. **A palavra-pele**: sobre a possibilidade de uma estética da superfície no neo-realismo português. Tese de Doutorado. orientadores: Izabel Margato, António Pedro Pita. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2013, p. 41.

<sup>356</sup> PITA, António Pedro. *apud*. Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação, cit. p. 45.

importância do trabalho com a linguagem na produção das obras literárias.<sup>357</sup>

É essa produtividade que se quer resgatar, aqui. Nas seções a seguir, há posições teóricas que acabarão por reforçar a tendência já descrita do controle do ficcional, outras que o desafiarão, e outras que se posicionarão de modo ambíguo perante essa antinomia.

### 3.2.1 - Revista *Vértice* e Joaquim Namorado: o neorrealismo renega Eça de Queirós

Tomemos como ponto de partida uma pequena nota, intitulada simplesmente *Eça de Queirós*, assinada por um certo Saul Fernandes<sup>358</sup>, e publicada na edição de fevereiro da revista *Vértice* – que naquele ano de 1945 tornou-se a principal porta-voz do movimento neorrealista (RAMON, 2013, p. 15).<sup>359</sup> É o único texto que essa revista publicou sobre o assunto em todo aquele ano. Se, por um lado, na perspectiva da *Vértice*, há uma fração da obra de Eça a ser louvada – como, por exemplo, o livro *Cartas da Inglaterra*, em que o escritor “desvenda as contradições da política imperialista” –. por outro lado, Eça é acusado de apelar para o “antiprogresso” em livros como *A cidade e as serras*, e sua obra literária é entendida como a expressão dos interesses do “grupo social proprietário dos meios de produção”.<sup>360</sup> Note-se que – num eco dos termos nos quais se travou o debate queirosiano entre Miguéis e Chaves, quinze anos antes – a nota da *Vértice* também não considera, em nenhum instante, Eça como um

<sup>357</sup> Notas sobre o Neorrealismo português: um desejo de transformação, cit., 46.

<sup>358</sup> O nome “Saúl Fernandes” surge assinando este artigo da *Vértice* e outros artigos literários da mesma época. Não pude encontrar qualquer dado biográfico sobre ele. Desde então passei a imaginar que se tratasse de um pseudônimo. O site “Antifascistas da Resistência” endossa essa suspeita, ao informar que Saul Fernandes seria o pseudônimo do advogado e ativista político português Raul de Castro. Admite-se que esse dado seja confiável, na medida em que a página oficial do Arquivo Distrital do Porto cita precisamente a mesma página dos Antifascistas da Resistência como fonte em sua entrada sobre Raul de Castro.

Página dos “antifascistas da resistência”:

<https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/raul-castro-1921-2004destacado-cidad%C3%A3o-da-resist%C3%Aancia-antifascista-sempre-presen/920722461370467/>

Página do Arquivo Distrital do Porto:

<https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=1530487>

<sup>359</sup> RAMON, Viviane. *A revista Vértice e o neorrealismo português*. Coimbra: Angelus Novus, 2013, p. 15.

<sup>360</sup> FERNANDES, Saul. “Eça de Queirós”. *Vértice*, Lisboa, Fascículo I, fev. 1945, p. 43.

autor de ficção, tratando-o como se fosse um erudito ou outro tipo de analista social.

Talvez haja uma quase-exceção: a nota reconhece que “o povo gosta do nosso grande escritor individualista”, ao comentar que os romances de Eça já eram então objeto de dezenas de edições.<sup>361</sup> Por vias muito tortas, podemos enxergar aí um reconhecimento, ainda que implícito, de certo caráter artístico em Eça – se assimilarmos “arte” à apreensão sensível que o termo “gostar” revela – mesmo que só perceptível em sua apreciação pelo *povo*. Curiosamente, contudo, tal reconhecimento surge no texto como uma espécie de aviso censório. Se Eça de Queirós é popular, caberia aos intelectuais o papel de impedir que os “muitos problemas” de sua obra contaminassem a mentalidade do povo que tanto o amaria.

Ora, o que precisamos é de ver a preços realmente acessíveis os livros de Eça, distribuídos pelas livrarias do país e depois nas mãos do povo que gosta do nosso grande escritor individualista. (...) E, em ensaios, conferências, palestras radiofônicas, etc., os ensaístas portugueses ajudariam nosso povo a compreender o autor de *Alves & Cia*, e a separar o joio naquilo que ele escreveu. E isto exige um estudo sério e longo. Balzac é um grande escritor realista, mas é preciso saber lê-lo. Acontece o mesmo com Eça, e não basta apontar o caráter regressivo de *A Cidade e as Serras* para nos orientarmos na leitura das suas páginas. Elas comportam muitos outros problemas e exigem uma atitude crítica esclarecida.<sup>362</sup>

Não é sem desconforto que reconhecemos que a nota de Saul Fernandes, aqui, espelha – com os sinais trocados – aspectos de certos discursos salazaristas já citados, como por exemplo aqueles produzidos por Agostinho de Campos em sua *Antologia* e por António Ferro nas páginas do *Diário de Notícias* (ainda que o abismo que separa uma nota em uma revista quase clandestina de oposição e uma fala de um ministro de Estado mitigue muito da semelhança com o último).<sup>363</sup> Como Campos, Saul Fernandes também considera importante separar “o joio” na obra de Eça, pinçando nela os elementos ideologicamente válidos segundo seus próprios parâmetros. Como Ferro, por sua vez, Fernandes manifesta o interesse por massificar o acesso a essa versão editada do escritor, disponibilizando sua

<sup>361</sup> Ibid., p. 44.

<sup>362</sup> Ibid., p. 44.

<sup>363</sup> Ambos os textos foram analisados e citados no capítulo 2 desta tese. O texto de Agostinho de Campos é extensivamente trabalhado na seção 2.1.2, enquanto o de Ferro é citado (também de forma minuciosa) na seção 2.1.4.



obra “a preços realmente acessíveis”. O grande consenso que parece unir – até aqui – essas figuras de grupos políticos tão distintos é a noção de que a única serventia da obra de Eça de Queirós no espaço público é a de ser um veículo – belo, agradável ao povo – para certas teses políticas que supostamente estariam ali veiculadas. Quando colocados diante da evidência de que seria impossível apresentar toda a obra queirosiana como expressão de uma ideia política coerente, os autores que tenho citado recorrem, sem muita cerimônia, a ideias que, no fundo, penso serem variações do conceito de “controle” trabalhado por Costa Lima: para eles, é preciso tornar invisíveis as partes dos romances queirosianos que não guardam coerência com o que é aprioristicamente definido como um padrão ao qual a obra deveria se adequar.

Em relação a quanto esse tema do controle evoca a noção de censura ou outras práticas autoritárias, não há nada demasiadamente chocante sendo reconhecido aqui. António Pedro Pita, talvez o mais importante especialista no neorrealismo português, reconhece que, em sua formação, na altura de 1930, o movimento inseriu-se num contexto em que não restavam, na sociedade portuguesa, grandes entusiasmos por ideias democráticas:

Dissolvida a ordem política republicana (...) à direita e à esquerda, é muito severo o diagnóstico da democracia – da experiência democrática portuguesa bem como da ideia democrática.<sup>364</sup>

Embora já tenhamos visto que 1945 foi justamente o ano em que, devido ao contexto do pós-guerra, o entusiasmo pela democracia enquanto regime ganhou novo fôlego entre as oposições de esquerda em Portugal, ainda é a voz de uma concepção autoritária à moda dos anos 1930 que estamos ouvindo quando lemos o texto de Saul Fernandes. Reconhecido esse ponto, cabe nos debruçarmos sobre outra pergunta: por que, até aqui, o neorrealismo parece rejeitar (ou aceita apenas com inúmeras ressalvas) Eça de Queirós, o maior autor do realismo português?

A polêmica em torno do conceito de revolução, analisada na seção anterior, parece em um primeiro momento nos dar uma resposta suficientemente convincente. A ruptura do neorrealismo com a figura do “gênio, intangível em sua

<sup>364</sup> PITA, António Pedro. As vias da arte – A via curta e a via longa. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) **Literatura e Revolução**, Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 20.

glória” atribuída a Eça representaria, para o grupo marxista, romper com o projeto reformista, de matriz proudhoniana, que o grupo *Seara Nova* retomava, buscando tornar a Geração de 70 a grande matriz na qual seria possível distinguir uma linhagem política progressista, ou de esquerda, em Portugal.<sup>365</sup> Mas essa seria uma resposta incompleta. E, à luz do ponto que tenho defendido nesta seção, seria também injusta em sua incompletude. Pois, se venho apontando até aqui que os debates queirosianos à esquerda entre 1930 e 1945 foram marcados por um inaceitável silêncio no que concerne aos temas especificamente ligados à estética e à ficção, é preciso reconhecer que, por outro lado, fora do âmbito queirosiano, houve alguns debates dessa ordem – inclusive um no qual a figura de Eça parece estar implícita.

Vamos a ele. Segundo António Pedro Pita<sup>366</sup>, o termo “neorrealismo” apareceu pela primeira vez na literatura portuguesa em dois artigos do crítico, poeta e militante do Partido Comunista Português Joaquim Namorado, ambos publicados na virada de 1938 para 1939, em periódicos ligados ao emergente movimento marxista em Portugal: *Do neorrealismo, Amando Fontes* (publicado no semanário *O Diabo*) e *Do neorromantismo, o sentido heroico na obra de Jorge Amado* (publicado no periódico *O Sol Nascente*). Como se pode constatar pelos títulos, trata-se de apreciações de dois romancistas brasileiros ligados ao movimento do “Romance de 30”, marcado justamente pela preocupação social dos seus autores.<sup>367</sup> Em linhas gerais, Joaquim Namorado tece grandes elogios aos dois escritores, aplaude a recusa de ambos a se encastelarem no “intelectualismo puro e estéril” que caracterizaria certa parcela da “arte contemporânea”, e aponta para a importância dessa “tendência social” na ficção.<sup>368</sup> Afirma que os dois brasileiros estariam engajados em um movimento estético muito maior, abarcando “todos os continentes”, e batiza esse movimento de neorrealismo. Segundo Pita, esse nome já estava em circulação em Portugal e na Europa, não sendo uma

<sup>365</sup> FERNANDES, Saul. “Eça de Queirós”. *Vértice*, Lisboa, Fascículo I, fev. 1945, p. 44.

<sup>366</sup> PITA, António Pedro. A vida e a arte de António Ramos de Almeida. In: **A Vida e a arte de António Ramos de Almeida**. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu do Neo-realismo e Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 13.

<sup>367</sup> cf. BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora Unicamp, 2006.

<sup>368</sup> NAMORADO, Joaquim. “Do neo-realismo. Amando Fontes”. **O Diabo**, Lisboa, 31 dez. 1938.

invenção de Namorado, mas ainda assim vale a pena compreender o sentido em que o jovem poeta português o utiliza.<sup>369</sup>

“Neorrealismo” pressupõe a existência de um realismo anterior – aquele do qual Eça de Queirós consagrou-se como expoente – ao qual, no entanto, não se estaria retornando, senão em sua forma renovada. A recuperação do realismo, aqui, opõe-se ao que Namorado chamou de “intelectualismo estéril” da arte contemporânea, e que em Portugal se plasmou, sobretudo, na literatura psicologizante do grupo em torno da revista *Presença*: significa se afastar dessa tendência para retornar a um momento em que a arte se interessava mais firme e diretamente pela realidade social. É no segundo artigo, entretanto (aquele que enfoca a figura de Jorge Amado), que Namorado explora mais agudamente o motivo pelo qual não está propondo um retorno ao mesmo realismo de Zola, Balzac e Eça de Queirós, e sim advogando por sua renovação. Para Namorado, o realismo oitocentista “exprimia um chamado ‘objectivismo’ limitado”<sup>370</sup>, procurando reproduzir de forma neutra e acrítica a realidade. Possuiria, sim, o mérito de olhar “para a terra” – em oposição às “esferas metafísicas” preferidas por outras tendências literárias – mas largaria sua tarefa pela metade ao limitar-se a “constatar” as vicissitudes e problemas dessa terra. Faltaria, ao realismo, um senso de “perspectiva larga no tempo”, isto é: uma capacidade de narrar “tomando o fio da vida atual e conduzindo-o para o futuro de modo ativo”, encarando os fatos da realidade a partir de uma perspectiva “heroica”. Esse heroísmo deveria, no novo realismo esboçado por Namorado, ser atribuído àquelas figuras a que o próprio Jorge Amado conferia centralidade em seus romances: os “mendigos e ladrões, meninos abandonados nas ruas da cidade (...), pobres, ignorantes ou analfabetos”. Namorado chama esse senso de alargamento que transformaria o “realismo” em “neorrealismo” de “neorromantismo”.

Em outras palavras: o papel do neorrealismo seria o de se aproximar da realidade sem pretensões de permanecer neutro perante ela. Ao contrário, caberia ao escritor neorrealista narrar a realidade levando em conta os conflitos de classe que a estruturariam, evidenciando em sua ficção os caminhos através dos quais os oprimidos por essa realidade poderiam transformá-la. O que vai implícito, no

<sup>369</sup> PITA, António Pedro. As vias da arte – A via curta e a via longa. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) **Literatura e Revolução**, Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 21.

<sup>370</sup> NAMORADO, Joaquim. “Do neorromantismo. O sentido heroico da vida na obra de Jorge Amado”. **Sol Nascente**, Lisboa, N<sup>os</sup>. 43-44, fev.-mar. 1940.

pensamento de Namorado, parece ser o marxismo “encarado como filosofia da história”.<sup>371</sup> Segundo António Pedro Pita, o marxismo pensado dessa forma, ao conceber a luta de classes como fator estruturante da história e a revolução comunista como desiderato necessário das contradições do capitalismo, “repõe a continuidade do devir e antecipa os possíveis”<sup>372</sup>, garantindo “teleologicamente a antecipação do futuro”. Pita é muito feliz quando aponta para a filiação aristotélica de argumentos marxistas dessa ordem. O ponto central de sua tese – de que caberia à ficção romanesca o papel de pensar a realidade social em sua “totalidade”, único ponto de vista possível para a sua transformação – seria análogo à ideia do estagirita sobre a diferença entre “poesia” e “história”:

[Segundo Aristóteles] o historiador e o poeta diferem em que ‘diz um as coisas que sucederam e outro as que poderiam suceder’. E acrescenta: ‘por isso, a poesia é algo de mais filosófico e sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular’. Esta distinção ajuda-nos a perceber que uma necessária transformação da arte que desse conta do passado e do presente, identificados como real, cairia nas limitações objetivistas do realismo se não fosse prolongada numa reelaboração mais profunda do próprio conceito de real que nele inscrevesse simultaneamente o fato (passado e presente) e o possível (o futuro) numa ligação, porém, conceptualmente fundada.<sup>373</sup>

Não é difícil compreender de que modo a crítica de Joaquim Namorado abarca a figura de Eça de Queirós, sem que este precise aparecer nominalmente citado em nenhum dos dois artigos seminais do poeta. Os reparos que o jovem neorrealista faz ao realismo oitocentista eram lugares comuns nas críticas mais negativas à obra de Eça desde quando o autor estava vivo – e por críticos que nada tinham a ver com o marxismo. O mais célebre deles certamente terá sido o grande romancista brasileiro Machado de Assis, que, em sua icônica crítica ao *Primo Basílio*, publicada em 1878, censurou Eça por fazer daquele romance de adultério uma “reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis”<sup>374</sup>, no qual os eventos do enredo não possuiriam forte conexão de causalidade entre si<sup>375</sup>: ficam

<sup>371</sup> PITA, António Pedro. O neo-realismo entre a realidade e o real. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Novos realismos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 18.

<sup>372</sup> **A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses**, p. 4.

<sup>373</sup> O neo-realismo entre a realidade e o real, cit. p. 18.

<sup>374</sup> ASSIS, Machado. [crítica a] O primo Basílio in ASSIS, Machado. **Crítica**. v.3 org. por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 904.

<sup>375</sup> Ibid., p. 908.

evidentes as críticas ao objetivismo e à falta de senso de totalidade.<sup>376</sup> Mariano Pina e o inevitável Manoel Pinheiro Chagas também notaram problemas da mesma ordem – ligados ao romance *A Relíquia* –, que teriam prejudicado a percepção da obra como um todo coeso.<sup>377</sup> Mas talvez o romance mais atingido por essa crítica tenha sido *Os Maias*, violentamente atacado por Fialho de Almeida como uma obra “imbricada de remendos” e “longas e inúteis explicações”, que, por isso, teria perdido sua “bela serenidade de composição”.<sup>378</sup> Segundo essas críticas bastante consagradas, Eça de Queirós se encaixa com muita precisão no perfil que depois seria esboçado por Joaquim Namorado: o do escritor cujo mérito de “olhar para a terra” seria cancelado pelo demérito de seu “objetivismo limitado”.

Mas não são apenas as vozes de antigos críticos queirosianos que soam junto à de Joaquim Namorado em seu ataque ao realismo oitocentista. Seus artigos estão em sintonia com certa reflexão sobre o mesmo tema que ganhava impulso entre outros comunistas europeus, capitaneados por Georg Lukács.<sup>379</sup> Precisamente naquela segunda metade dos anos 1930, o célebre intelectual húngaro vinha empreendendo um extenso debate sobre o realismo oitocentista, em textos que progressivamente tornavam-se o ponto de vista hegemônico a respeito da literatura na União Soviética – onde ele morava e era uma figura influente. Como Namorado, Lukács ataca (embora preferindo o termo “naturalismo” para designar essa tendência)<sup>380</sup> a porção da literatura oitocentista que se demorava nos

<sup>376</sup> Pude analisar com algum vagar a crítica machadiana à obra de Eça em GÓES, 2019, p. 407.

<sup>377</sup> SIMÕES, João Gaspar. **Vida e obra de Eça de Queirós**. Amadora: Bertrand, 1980, pp. 590-604.

<sup>378</sup> ALMEIDA, Fialho de. [crítica a] *Os Maias* In: LOURENÇO, António Apolinário. **O Grande Maia - A recepção imediata de *Os Maias* de Eça de Queirós**. Braga: Angelus Novus, 2000, p. 35.

<sup>379</sup> Não se pretende aqui insinuar que o movimento neorrealista português seja um mero decalque das teses literárias soviéticas, das quais Lukács é um dos grandes teóricos. Aceitamos, sobre isso, o testemunho de Mário Dionísio quando este afirmou que “o neorrealismo não foi encomendado por ninguém, por nenhuma força política, surgiu espontaneamente”. (DIONÍSIO, Mário *apud* **A palavra-pele**: sobre a possibilidade de uma estética da superfície no neorrealismo português, cit. pp. 32-33). Apenas se aponta, nesse caso, para uma sintonia de ideias, que sugere ter havido em Portugal alguma penetração do intenso debate literário que se fazia na Europa oriental acerca das relações entre realismo e política.

<sup>380</sup> Lukács utiliza o termo “realismo” para designar sobretudo os trabalhos de autores que considera comprometidos com um senso de totalidade acerca do real, refratários a experimentalismos de fragmentação da narrativa que a modernidade tornaria típicos. O expoente máximo dessa tendência é Balzac, mas o teórico húngaro também cita com alguma constância a figura de Thomas Mann como um exemplo positivo. “Naturalismo” é o epíteto preferido por Lukács para se referir à tendência (visível em Eça) de fragmentação da narrativa em trechos descritivos, que desembocará no modernismo literário, mas que teria se iniciado no fim do século XIX com as literaturas de

detalhes descritivos em prejuízo do senso de totalidade de uma obra, para ele representada sobretudo por Émile Zola.<sup>381</sup> Como Namorado, o Lukács dessa fase também entende que a obsessão detalhista dessa corrente estética capturaria, com alto grau de imediatez, a *superfície* da realidade, sem contudo acessar sua estrutura mais profunda.<sup>382</sup> Se quisermos retomar a referência a Aristóteles, Lukács entende que o romancista naturalista se comporta como o historiador, ao simplesmente enumerar “as coisas que sucederam”, sem no entanto estruturá-las (como faria o poeta aristotélico) através de uma ligação “conceptualmente fundada”.

Embora as semelhanças explícitas entre a sugestão de Namorado e o pensamento de Lukács cessem neste ponto, penso ser pertinente descer mais um degrau na reflexão do marxista húngaro, pois também o que se segue parece ter sido pertinente na produção neorrealista portuguesa. De sua crítica ao “naturalismo”, Lukács depreende uma espécie de “arte poética”, à qual ele se refere em seu texto *Trata-se do realismo!* com o nome de “dialética artística da essência e da aparência”.<sup>383</sup> Segundo essa “dialética”, caberia ao escritor que não quisesse cair nos erros do naturalismo um fazer poético em três passos: o escritor deveria, em primeiro lugar, experimentar a realidade (a *praxis*). Em segundo lugar, o escritor deveria analisar sua própria experiência, depurando-a criticamente para formular conceitos precisos sobre a realidade experimentada. Só então, estando munido de ideias claramente conceituadas, caberia ao escritor o terceiro passo: “recobrir artisticamente as relações a que se chegou”.<sup>384</sup> Ainda que não saibamos qual terá sido a penetração dessas reflexões de Lukács naquele Portugal isolado pela ditadura salazarista, é possível descobrir ecos desse caminho em três passos (*praxis*, análise da *praxis*, “recobrimento” artístico da análise) em

---

Flaubert e Zola (cf. LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. In: **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 43 - 94).

<sup>381</sup> Narrar ou descrever, cit. p. 42.

<sup>382</sup> No artigo *Trata-se do realismo!* Lukács explicitamente afirma que a fragmentação da narrativa moderna – em que as descrições aparecem dissociadas de suas funções no enredo – seria homóloga à própria estrutura do modo de produção capitalista, que (segundo Marx) se apresentaria superficialmente “com rupturas”, embora escondesse uma estrutura mais profunda. Estruturas narrativas fragmentárias seriam, em todos os casos, o mero fenômeno dessa aparência do capitalismo se refletindo “na consciência dos indivíduos que vivem em tal sociedade” (LUKÁCS, Georg. *Trata-se do Realismo!* In: BARRETO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes editora, 1978, pp. 38-39).

<sup>383</sup> *Trata-se do Realismo!*, cit. p. 46.

<sup>384</sup> *Ibid.*, p. 46.

toda a imensa parcela da literatura neorrealista portuguesa que tentará representar “etnograficamente” a realidade social do país.<sup>385</sup>

Encerremos esta seção notando que, como se pode ver pela teorização de Lukács, não era apenas em Portugal que se marginalizava aquilo que há de propriamente ficcional em obras literárias, como se essas não fossem mais do que uma espécie de veículo para ideias previamente elaboradas.

### 3.3.2 - Saraiva e Almeida: o neorrealismo controla Eça de Queirós

No ano do centenário queirosiano, a despeito da frieza com que a revista *Vértice* tratou a efeméride, alguns dos principais intelectuais neorrealistas de Portugal se prestaram a escrever ensaios de maior fôlego sobre a obra de Eça. Um desses livros, infelizmente, tornou-se uma verdadeira raridade, a que não pude ter acesso durante a pesquisa: o volume *Contorno de Eça*, publicado na então colônia de Moçambique pelo intelectual exilado Augusto dos Sanches Abranches. Dois dos outros ensaios também publicados em 1945, entretanto, podem aqui ser analisados com algum vagar, e merecem sê-lo pelas diferentes formas com que guardam coerência com as reflexões já citadas de Lukács e Joaquim Namorado: *As ideias de Eça de Queirós*, de António José Saraiva, e *Eça*, de António Ramos de Almeida. Ainda há um quarto livro, de Mário Sacramento, que diverge bastante dos dois anteriores, razão pela qual será tratado isoladamente na seção seguinte.

Começamos pelo livro de Saraiva<sup>386</sup>, escrito quando o escritor enfrentava forte perseguição acadêmica por sua militância no PCP. A obra, a despeito dessa gênese atribulada, recebeu o Prêmio Eça de Queirós, instituído pelo industrial tabagista Albino de Souza Cruz, e se transformou em um texto clássico que até

<sup>385</sup> Para a ideia de etnografia no neorrealismo português, cf. NEVES, José. O comunismo mágico-científico de Alves Redol. In: **Etnográfica**, vol. 11 (1), Lisboa, 2007, pp. 91-114.

<sup>386</sup> O fato desta tese girar em torno do centenário queirosiano de 1945 acaba por provocar restrições de análise que, caso não sejam apontadas, podem parecer distorções. É o caso da leitura feita aqui do trabalho de António José Saraiva. Isso porque a interpretação um tanto dogmática que esse autor fez de Eça de Queirós, em *As ideias de Eça de Queirós*, foi muito modificada em seus escritos posteriores. Já na *História da literatura portuguesa*, que Saraiva publicou com Óscar Lopes, as páginas referentes a Eça têm um teor bastante distinto do livro de 1945 (História da literatura portuguesa, cit. pp. 923-9490). Finalmente, em seu último livro, Saraiva repudiou explicitamente a obra publicada durante o centenário como “uma súplica dos clichês então reinantes sobre o escritor” (SARAIVA, António José. **A Tertúlia Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1995. p. 157).

hoje é bastante lido e debatido pela crítica queirosiana.<sup>387</sup> A tese central do ensaio de Saraiva é a de que Eça teria falhado naqueles que supostamente seriam os propósitos fundamentais de sua obra: os de elaborar uma “teoria científica” da realidade portuguesa, e de transformá-la a partir de um “propósito moralizador”.<sup>388</sup> A falha teria se dado, sobretudo, porque Eça não teria analisado de maneira suficientemente adequada seu meio social, não havendo formulado sobre ele os melhores conceitos, nem se apropriado das melhores ideias de outrem. À luz da discussão já acumulada neste capítulo, essa tese pode ser reformulada em outras palavras: aos olhos de Saraiva, é por ser um analista social pouco competente que Eça teria realizado mal o segundo passo da “dialética artística da essência e da aparência” de Lukács: não analisou bem as próprias vivências.

Saraiva escrutina os relatos autobiográficos que o próprio Eça deixou sobre os seus anos de formação na universidade de Coimbra, e sua conclusão é que ali o autor não aprendeu “sistemas de ideias” dos “filósofos ou homens de ciência”, senão (e Saraiva confere uma carga pejorativa a esse senão) “pelo intermédio de um choque emotivo – do ritmo, do pitoresco, da evocação histórica, da epopeia”.<sup>389</sup> Isto é: deficiente em sua capacidade de abstração, Eça apreenderia do mundo dos conceitos apenas o “fumo” que sua sensibilidade pudesse captar dele. Assim, embora tenha apreendido o conceito de “panteísmo” – a penetração do universo por uma alma que o *animasse* –, Eça não entenderia de que forma esse conceito funcionou para Hegel, Proudhon e Feuerbach como um ponto de partida para conceber um “humanismo”, segundo o qual essa “alma” da natureza seria uma “força imanente” cujo progresso culminaria na história do homem e de sua emancipação.<sup>390</sup> Em vez disso, este Eça que Saraiva reputa como pouco analítico e muito mistificador teria concebido um panteísmo de “muitas almas”, desvinculado de quaisquer sentidos de unidade e progresso.

<sup>387</sup> Como exemplos de trabalhos contemporâneos que têm se preocupado com o livro queirosiano de António José Saraiva, faço referência a um artigo de António Augusto Nery (NERY, Antonio Augusto. Eça de Queirós por António José Saraiva: ideias e ideais. **Revista Desassossego**, Universidade de São Paulo, v. 1, p. 60-69, 2010) e um de Giuliano Ito (ITO, Giuliano Lellis. Os três Antônios: a recepção de Eça de Queirós na década de 40. *In: Convergência Lusíada*, Lisboa, n. 28, pp. 108-119, jul. - dez. 2012.), destacando que este último foi um dos textos inspiradores desta tese.

<sup>388</sup> SARAIVA, António José. **As Ideias de Eça de Queirós**. Porto: Editorial Inova Limitada, 1946 p. 84.

<sup>389</sup> Ibid., p. 33.

<sup>390</sup> Ibid., pp. 34-36.



Segundo Saraiva, uma tal apreensão das ideias apenas em sua dimensão “epidérmica e superficial” teria levado Eça a não compreender as verdadeiras causas dos males da vida portuguesa que aponta em sua obra ficcional.<sup>391</sup> Aqui, todavia, o argumento do ensaísta torna-se um tanto quanto ambíguo. Tomemos como exemplo a análise que ele faz da influência de Proudhon em Eça. Por um lado, para Saraiva, é por ter compreendido mal as ideias de Proudhon que Eça de Queirós falha:

Parece ter só uma ideia muito vaga do aspecto econômico do problema social, embora faça parte do seu sistema de ideias que só mediante a reforma da economia se poderia reformar a sociedade. É nesse ponto que seu proudhonismo apresenta uma falha (...).<sup>392</sup> (SARAIVA, 1946, p. 77)

Em outros momentos, contudo, o ensaio nos apresenta a ideia oposta: não é mais a incompetência de Eça, mas, pelo contrário, o fato de ele ser um bom discípulo de Proudhon que parece ser o problema. Como José Rodrigues Miguéis, quinze anos antes, António José Saraiva retoma a velha rivalidade entre Proudhon e Marx para criticar o francês por disseminar a “ilusão” de que a revolução pudesse ser realizada de forma pacífica, “sem sobressaltos”.<sup>393</sup> Em consequência, critica também Eça por fazer de Proudhon “a sua bíblia” (SARAIVA, 1946, p. 61) e defender essa ideia. Assim, entende-se mal se o crítico considera que o problemático em Eça de Queirós seria o fato de ele não ter *nenhum* sistema conceitual coeso e coerente – qualquer que fosse – ou se o problema residiria, na verdade, no fato de que Eça estava munido de outro aparato conceitual que não aquele que seria o mais potente para apreender a realidade: o marxismo. É para essa segunda hipótese que Saraiva parece pender mais e mais, ao longo de sua análise. Em certo ponto do ensaio, ao analisar o romance *Os Maias*, o estudioso elabora implicitamente a ideia de que Eça falhou nesse romance por não conseguir operar adequadamente com o conceito de “classes sociais”:

Para Eça, a classe dirigente é tudo numa nação. A burguesia lisboeta e os representantes dessa burguesia na política, na literatura e nos salões são a única força com que há a contar. (...) Conhecendo apenas a burguesia dirigente com todos os defeitos que lhe aponta, isolada do

<sup>391</sup> Ibid., p. 40.

<sup>392</sup> Ibid., p. 77.

<sup>393</sup> Ibid., p. 61.

conjunto de que faz parte, esses defeitos avultavam gigantescos e irremediáveis. De defeitos de uma classe, se transformam em defeitos nacionais (...).<sup>394</sup>

Saraiva, contudo, não se restringe a elaborar esse diagnóstico da visão de mundo queirosiana.<sup>395</sup> Para além disso, o ensaísta parece admoestar ou corrigir o romancista, valendo-se – ainda que implicitamente – da ideia de Karl Marx, expressa no *Manifesto do Partido Comunista*, segundo a qual o proletariado “carrega o futuro em suas mãos”, sendo a única classe social “verdadeiramente revolucionária”<sup>396</sup>:

[Eça] não nota a força potencial que existe nesta massa ludibriada, cujo voto a burguesia explora. (...) [não nota] que o problema consistia precisamente em alargar e tornar mais consciente a intervenção da massa na vida política e cultural do país; que a massa não é ‘um pedaço de cera inerte’, mas a própria fonte criadora de toda a cultura nacional (...); em resumo, que o problema e a sua chave não estavam na mentalidade da ‘elite’, mas na massa populacional de que essa ‘elite’ é uma segregação.<sup>397</sup>

Helder Garmes é quem fez a síntese mais feliz desse carácter “corretivo” da análise que Saraiva fez de Eça:

Saraiva não vê nas teorias de Proudhon elementos que pudessem dar conta da realidade do final do século XIX, concordando, portanto, com Marx e sua Miséria da filosofia. E é tendo em vista uma perspectiva marxista que Saraiva pode julgar como limitada a perspectiva de Eça. Isso não gera uma crítica histórica, como nos faz crer Saraiva, mas sim uma crítica ideológica, já que Marx era um autor presente no horizonte de leituras do intelectual do século XIX. Falar em uma superação histórica significaria dizer que Eça de Queirós não tinha elementos no seu tempo para ir além em sua reflexão. Não é isso que acontece. Acabamos, ao final do texto de Saraiva, por lamentar que Eça não tenha lido Marx – e é por isso que chamo tal crítica de ideológica.<sup>398</sup>

<sup>394</sup> Ibid., p. 109.

<sup>395</sup> Diagnóstico com o qual, inclusive, eu concordo, como tive a oportunidade de assinalar no fim da seção 1.1.3 do Capítulo I desta tese.

<sup>396</sup> MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 27.

<sup>397</sup> As ideias de Eça de Queirós. Cit. p. 108-109

<sup>398</sup> GARMES, Helder. Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós. In: **Congresso da história do livro e da leitura no Brasil**: Cultura letrada no Brasil - objetos e práticas, 2003, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2003

Para António José Saraiva, na conclusão de seu livro, é essa leitura deficiente da sociedade, cuja raiz seria um aparato conceitual falho (e implicitamente falho por não ser marxista o suficiente) que levará Eça à “desistência” de seu projeto de transformação social. Os produtos dessa desistência seriam seus romances derradeiros, em especial *A correspondência de Fradique Mendes*. É daí que Saraiva depreende sua famosa noção de “fradiquismo”, que terei a oportunidade de analisar detidamente no próximo capítulo desta tese. Para já, é mais proveitoso clivar duas outras marcas no ensaio de Saraiva. A primeira delas: mesmo em 1945, permanece intacta no livro desse grande intelectual neorrealista a noção de que o valor de Eça de Queirós deveria ser mensurado pelas “ideias” ou “conceitos” *por trás* de sua ficção. Trata-se de uma persistência do “controle” conceituado por Costa Lima, uma vez mais submetendo o discurso ficcional a parâmetros do discurso conceitual que lhe são inteiramente estrangeiros. Além disso, é preciso ressaltar aquilo já reconhecido por Helder Garmes: há em Saraiva, implicitamente, a ideia de que Eça de Queirós teria sido um autor melhor se houvesse “lido Marx”. Em outras palavras, deveríamos concluir – ao tomarmos Saraiva como referência – que o segundo passo da “dialética” proposto por Lukács seria precisamente uma análise social fiel aos pressupostos ideológicos comunistas.

A questão é que essa última noção que decalcamos de Saraiva não encontra amparo na reflexão de Lukács. Para o intelectual húngaro, em “Narrar ou descrever”, o grande exemplo de um artista com capacidade de escrutinar adequadamente a sociedade em suas análises, descobrindo as estruturas subjacentes por trás da superfície dos fenômenos sociais ao “iluminar os pontos essenciais de tais articulações”, seria ninguém menos que Balzac, um romancista cujas opiniões políticas pendiam – é o próprio Lukács quem o ressalta – para a reação e o monarquismo.<sup>399</sup> Não só neste texto, mas também em *Trata-se do realismo!*, Lukács reiteradamente recorre a Balzac como seu modelo de escritor capaz de aliar sua experiência da França oitocentista a uma análise que colocava a nu as suas relações sociais estruturantes. Todo esse processo correria absolutamente independente das opiniões políticas do romancista.

Será proveitoso notarmos que essa defesa que Lukács faz de Balzac se dá em um contexto social específico, inclusive explicitado por ele próprio em

<sup>399</sup> Narrar ou descrever, cit. p. 56.

“Trata-se do realismo”<sup>400</sup>: a segunda metade da década de 1930 foi marcada, na Europa, pela rápida ascensão de movimentos e governos fascistas, o que motivou uma inflexão na política de alianças da Terceira Internacional. O historiador João Barrento informa que os comunistas de toda a Europa, liderados por Georgi Dimitrov, abandonaram a perspectiva até então vigente, que considerava os setores mais moderados da esquerda e da direita quase tão antagonistas do movimento revolucionário quanto os fascistas. Em uma drástica guinada, a organização passou a defender uma tática de Frente Ampla, ou “Frente Popular”: comunistas, anarquistas, social-democratas e liberais deveriam se unir provisoriamente em prol da causa maior que era deter o avanço do fascismo na Europa.<sup>401</sup> Em toda a seção 7 do ensaio *Trata-se do Realismo!*, Lukács defende explicitamente que a valorização de autores canônicos da tradição ocidental (como Balzac) e, sobretudo, a valorização de formas consagradas dessa mesma tradição (como o romance narrativo do século XIX) corresponderiam a esse momento histórico, em que a questão central era defender a Europa e seu legado cultural da destruição fascista.<sup>402</sup>

Eis o motivo pelo qual foi importante retomar esse ponto específico do argumento de Lukács: outro intelectual português ligado ao neorrealismo – sobre o qual esta seção tratará a partir de agora – parte de pressupostos muito semelhantes. Refiro-me a António Ramos de Almeida e a seu ensaio intitulado simplesmente *Eça*. Trata-se de uma obra que hoje está um tanto esquecida, não tendo sobrevivido entre a crítica queirosiana com o mesmo estatuto canônico que o livro de Saraiva. Os três primeiros capítulos de *Eça* parecem um esboço biográfico do autor de *Os Maias*<sup>403</sup>, enquanto os oito subsequentes dão muito mais

<sup>400</sup> Trata-se do realismo!, cit. p. 59.

<sup>401</sup> **Realismo, materialismo, utopia**, p. 22.

<sup>402</sup> Trata-se do realismo!, cit. p. 59.

<sup>403</sup> Não é mera coincidência que Saraiva, Almeida e também Sacramento (que será analisado na próxima seção deste capítulo) incluam esboços biográficos de Eça em suas análises literárias da obra do autor. Em 1945, eram plenamente vigentes (e não apenas em Portugal) os paradigmas biografistas e psicologizantes do estudo da literatura, segundo os quais “o próprio autor” seria “o ponto de partida habitual da explicação literária” (COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da teoria**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999. pp. 47-49). De acordo com tais paradigmas, as chaves de compreensão das obras literárias estariam nas vicissitudes das vidas dos autores, na medida em que as obras seriam expressões de suas escolhas conscientes e/ou (como veremos detalhadamente na seção 3.3 desta tese) inconscientes. Entretanto, ainda que reconheçamos essa tendência comum, há nuances fundamentais: Saraiva escrutina a biografia de Eça e colhe dela somente os pontos que são relevantes para o tema que lhe interessa: a forma como o escritor teve ou deixou de ter ideias consistentes. O trecho inicial biográfico está explicitamente a serviço da análise posterior. Da mesma forma, a parcela biográfica da obra de Sacramento despreza tudo que não tenha a ver com o desenvolvimento do estilo literário irônico de Eça – o tema de escolha desse ensaísta. Em Ramos

a impressão de ensaios independentes sobre os mais diversos temas, desde a estilística até a ideologia em Eça, passando por questões específicas, como as suas obras póstumas. Desse tomo pouco coeso, apesar de tudo, se depreende uma tese nítida: Eça de Queirós seria um excepcional analista da realidade social, capaz de – em seus melhores momentos – reproduzi-la fielmente em sua escrita, chegando a ser um escritor em que “o real sobrepõe-se ao literário”.<sup>404</sup> Numa perspectiva lukacsiana, portanto, poderíamos dizer que Almeida inverte a posição de Saraiva, pois sua tese permite supor que Eça teria executado bem a segunda etapa da “dialética” proposta pelo intelectual húngaro.

Graças a essa faculdade que atribui a Eça, António Ramos de Almeida chega a escrever, sobre o autor, algo muito semelhante ao que Lukács afirmara sobre Balzac:

Não interessa rotular um artista, para o definir, seja com que rótulo político for. (...) O que Eça afirmou ser, julgou ser e foi politicamente, interessa tanto saber como de um outro indivíduo qualquer absolutamente anônimo ou irresponsável. O que nos interessa é o que ele exprimiu e para tanto não precisamos de afirmar ‘a priori’ que ele foi democrata, socialista, anarquista ou nacionalista.<sup>405</sup>

É interessante notar, já aqui, que, como Lukács, Almeida também escolhe lançar seu olhar simpático a um escritor realista do século XIX em um contexto político de “Frente Ampla”. Já vimos que, naqueles primeiros anos da década de 1940, culminando em 1945, a ditadura salazarista sofreu fortes abalos vindos tanto da conjuntura internacional europeia quanto da crise econômica gravíssima que assolava o país. É nesse contexto que, segundo o historiador David Raby, o clandestino Partido Comunista Português decidiu concertar-se com os outros setores da oposição a Salazar em uma “unidade de oposição” a favor da democracia e da derrubada do regime.<sup>406</sup> Atenderam ao chamado social-democratas, socialistas proudhonianos, anarquistas, e até mesmo alguns

---

de Almeida, por outro lado, a porção biográfica do livro é bastante mais longa, e a escolha do crítico quanto ao que deveria ou não ser apresentado ao leitor não está submetida a um interesse central. O que essa escolha denuncia é a crença, por parte de Almeida, de que a relação entre a biografia de Eça e sua obra seria auto evidente e inteiriça, imediatamente clara a qualquer leitor que tivesse contato com ambas.

<sup>404</sup> ALMEIDA, António Ramos de. **Eça**. Porto: Livraria Latina, 1945, p. 207.

<sup>405</sup> Ibid., pp. 152-154.

<sup>406</sup> RABY, David L. O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47. **Análise Social**, vol. XX (84), 1984, p. 687.

monarquistas. A primeira materialização dessa concertação, ainda clandestina, foi o Movimento Unificado Antifascista (Munaf). A segunda, já legalizada por um Salazar acuado, que não via outro remédio senão conceder algumas liberdades democráticas à sociedade portuguesa, era o Movimento da Unidade Democrática (MUD).<sup>407</sup> Esse segundo movimento – que gozou de legalidade entre 1945 e 1949, quando a ditadura recobrou sua força – pedia especificamente por eleições livres, e tentou disputá-las. Todo o último capítulo do livro de Ramos de Almeida (“Eça para lá dos cem anos”) é legível como uma reflexão em código sobre esse amplo conjunto de forças que buscava colocar em xeque não apenas Estado Novo, como também a sociedade capitalista portuguesa que vicejava desde o século XIX, e tinha engendrado o fascismo: Almeida insiste, nesse capítulo, que “a época das ditaduras feneceu”.<sup>408</sup> E ele segue:

O fascismo rendeu-se incondicionalmente. O dístico ‘eleições livres’ tornou-se a palavra de ordem na Europa Ocidental. (...) É este o panorama mundial em que se celebra o Primeiro Centenário do nascimento de Eça. Como homem e como escritor, ele foi um dos heroicos combatentes da luta comum. Nasceu, viveu e morreu durante um período fecundo da batalha que só agora parece ter terminado.<sup>409</sup>

Podemos ver que o valor de Eça de Queirós, nesse contexto esboçado por Almeida, seria sua fidelidade ao real. Segundo o ensaísta, em um rasgo de otimismo revolucionário, Eça mereceria ser comemorado como aquele que melhor elaborou o “retrato” e o “pensamento” da sociedade burguesa que findava, sendo por isso a leitura mais pertinente para o momento de despedir-se dela:

Com a libertação econômica e cultural da mulher, morrerão as últimas Amélias, as derradeiras Luíças, as Gracinhas que ainda sobram. O Ramalhete dos *Maias* é um museu do passado, onde o tempo parou.

<sup>407</sup> Para detalhes sobre o MUD, cf. LEMOS, Mario Matos. **1945 - Estado Novo e Oposição**. Lisboa: Palimage, 2019. Contudo, vale a pena também citar o livro *Antidimitrov*, de Francisco Rodrigues Pereira que inclui um relato bastante amargo do PCP. Nele, Pereira associa explicitamente o MUD à tática da Frente Popular que se tentara na década anterior: “o movimento antifascista foi enquadrado no MUNAF, e depois no MUD, *reedições da Frente Popular de 1936*, que dera à burguesia liberal o controle das massas” (PEREIRA, Francisco Rodrigues. *Antidimitrov*. Lisboa: Abrente, 2008, grifo meu). É discutível, contudo, sua tese de que naquele momento esse tipo de movimento equivalia, para os comunistas, a uma capitulação. O artigo de Raby, citado acima, dá subsídios para que interpretemos os eventos de maneira oposta: o crescimento acelerado do PCP na altura, somado à popularidade do neorealismo, tornaram os anos 1940 momentos de especial força do marxismo na oposição ao regime, hegemônica perante as outras.

<sup>408</sup> **Eça**, cit. p. 387.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 388.

Acácio ainda é abundante, mas é natural que vá rareando. (...) O Rufino ainda há-de pronunciar um grande discurso no centenário de Eça, mas não irá muito mais longe. Enfim, talvez todos se reúnam nesta data memorável, como numa dolorosa despedida... A realidade não para, não estaciona, não espera.<sup>410</sup>

E, no entanto, vejamos se é tão ingênua quanto parece essa crença de que Eça se resumiria a um catalogador fidedigno da realidade portuguesa. Para tanto, retornemos brevemente ao texto teórico mais conhecido de Ramos de Almeida: a conferência *A arte e a vida*.<sup>411</sup> António Pedro Pita captou o fundamental desse texto quando ressaltou que, segundo o que é dito ali, o próprio da arte consistiria – apesar de sua natureza de artifício – em sua transparência. Trata-se, como se vê, de uma afirmação paradoxal. Para Almeida, obra de arte seria

Um artifício que aspira apagar-se em nome da própria realização imediata da vida, um determinado procedimento que opera com recursos formais que se deverão apagar para que seja possível a mais larga comunicação. (PITA, 2013, p. 14)

Ramos de Almeida, ao reconhecer a especificidade do trabalho artístico enquanto procedimento, artifício, parece transcender leituras simplistas da arte como veículo para ideias, e apontar precisamente para a sua opacidade, sua presença enquanto forma. Parece, em outras palavras, negar, ou pelo menos abrandar, o controle do ficcional. Entretanto, na medida em que o artifício artístico de Almeida “procura apagar-se”, voltamos a uma perspectiva próxima à de Castelo Branco Chaves – uma “comunicação” imediata do “conteúdo”. A impressão é a de que esse texto teórico de Ramos de Almeida está numa localidade intermediária entre uma posição e outra.

Seu livro sobre Eça remete, a todo momento, a esse nó teórico. Se, por um lado, o ensaísta reconhece o papel dos “artifícios” estilísticos queirosianos na elaboração de sua análise da realidade portuguesa<sup>412</sup>, por outro, os raros momentos em que ajuíza negativamente o autor de *Os Maias* são precisamente aqueles em que enxerga que as manobras estilísticas ou procedimentos formais de sua escrita são aparentes demais, chamativos demais, turvando a transparência da obra. Almeida chega mesmo a dizer que “em Eça, o talento literário sobra, em certos

<sup>410</sup> Ibid., p. 392.

<sup>411</sup> ALMEIDA, António Ramos de. *A arte e a vida*. Porto: Livraria Latina, 1941.

<sup>412</sup> Eça, cit. p. 293.

momentos surge até demasiado, parecendo exagerado exibicionismo”.<sup>413</sup> Diz, também:

Muitas vezes o seu humorismo, que se desdobra na sátira e na ironia, prejudicava a sua visão das coisas e do mundo. Quer dizer, o humorismo começou a ser para ele um processo no qual apelava para o ridículo como argumento mais convincente. (...) quando foi além [de ser receptor de fatos e espectador da realidade] falhou, por vezes, estrondosamente, resvalando numa ironia fácil e cômoda.<sup>414</sup>

Finalmente, levando esse argumento às últimas consequências, Ramos de Almeida despreza os enredos amorosos dos romances *O primo Basílio*, *A relíquia* e *Os Maias* como “falsidade”, por serem o “propositadamente fantástico das historietas que surgem sem conteúdo de realidade”.<sup>415</sup> Para ele, o que vale a pena em *Os Maias* é “a pintura da sociedade lisboeta”<sup>416</sup>, enquanto o melhor de *A relíquia* seria “a descrição do beatismo”.<sup>417</sup> Os romances, em suma, valem pelo que dão a conhecer da realidade empírica, o que poderíamos também chamar de sua função “matética” (BARTHES, 2007, pp. 17-19).<sup>418</sup> Poderíamos compreender essa posição crítica de Almeida reconhecendo-o, do mesmo modo que Pita, como um valorizador da “importância cognitiva da literatura” (PITA, 2013, p. 112). O pressuposto para aceitar uma afirmação desse tipo, no entanto, seria o de que a literatura daria a conhecer algo apenas quando fosse “direta” – recusando deliberadamente o fictício e o metafórico em sua busca pela “realidade” – o que é a ideia oposta a daquela tese de Ricoeur com que temos trabalhado desde o primeiro capítulo deste estudo: de que, através do trabalho da semelhança, a metáfora produz, à sua maneira, conhecimento.<sup>419</sup>

<sup>413</sup> Ibid., p. 204-205.

<sup>414</sup> Ibid., p. 172.

<sup>415</sup> Ibid., p. 225.

<sup>416</sup> Ibid., p. 227.

<sup>417</sup> Ibid., p. 229.

<sup>418</sup> Roland Barthes define a *Mathesis* na literatura como sua capacidade de concentrar saberes disciplinares, como aqueles cuja presença Ramos de Almeida valoriza na obra de Eça. Escreve Barthes: “A literatura assume muitos saberes. Num romance como *Robinson Crusoe*, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (...) todas as ciências estão presentes no monumento literário. (BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 17).

<sup>419</sup> A tese não é apenas de Ricoeur. Em seu livro *Os eixos da linguagem*, Luiz Costa Lima analisa extensivamente a obra de Hans Blumenberg para concluir em favor da existência de todo um “eixo” da linguagem divorciado do discurso conceitual, ao qual pertenceriam os textos míticos, metafóricos, poéticos e fictícios (LIMA, Luiz Costa. *Os eixos da Linguagem*. Rio de Janeiro: Iluminuras, 2015). Costa Lima não apenas afirma que tais textos são capazes de produzir conhecimento, como também – e este parece ser um ponto fundamental da teoria de Blumenberg – todo o conhecimento produzido no eixo *conceitual* da linguagem estaria ele próprio fundado implicitamente sobre “metáforas absolutas”.



Não nos esqueçamos que uma desvalorização do fictício também aparece – deslocada – no texto de António José Saraiva. Para o autor de *As Ideias de Eça de Queirós*, o pecado original de Eça teria sido precisamente o de, em seus anos de formação, tentar conhecer algo através do “choque emotivo” provocado por coisas como o “pitoresco”, a “evocação histórica”, ou a “epopeia” – em suma, formas e procedimentos artísticos. Se não se está explicitamente condenando o fictício na obra de Eça, o controle reaparece disfarçado na censura à sua formação. O paradigma, para Saraiva e Almeida (e possivelmente para uma imensa maioria da crítica literária portuguesa da época, neorrealista ou não) é a ideia sintetizada por Lukács, segundo a qual os procedimentos estéticos seriam apenas aquilo que “recobriria” “artisticamente” ideias previamente concebidas. É possível reconhecer sinais de desgaste desse paradigma em ambos os autores, nos deslocamentos e contradições a que a ideia de veto ao ficcional é submetida. Contudo, apenas no trabalho de Mário Sacramento, que analisaremos a seguir, o neorrealismo rompe mais abertamente com tal perspectiva.

### 3.2.3 - Mário Sacramento: o neorrealismo reinventa Eça de Queirós

Mário Sacramento tinha apenas vinte e cinco anos quando escreveu *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*. Esse nem sequer é seu primeiro trabalho sobre o autor oitocentista: há um texto anterior (*A máscara de Eça de Queirós*, de 1944), que não será analisado aqui. A pouca idade desse intelectual, contudo, não significava indefinição ideológica (segundo sua biógrafa Eunice Voulliot, Sacramento era um marxista convicto, e continuaria a sê-lo por toda a vida)<sup>420</sup>, nem falta de experiência. Em 1938, quando sequer tinha completado dezoito anos, o jovem estudante fora preso pela PIDE, a polícia política do regime salazarista, por pertencer a uma associação estudantil.<sup>421</sup> Durante os 48 anos que teve de vida, seria preso mais quatro vezes, o que dá uma medida da intensidade de sua atividade política.<sup>422</sup> No mesmo ano de 1945 em que se sentou para escrever aquele que seria o mais extraordinário ensaio sobre Eça produzido no âmbito do seu centenário, Sacramento assumiu também – como representante do PCP – um

<sup>420</sup> VOUILLOT, Eunice Malaquias. **Mário Sacramento, vida e pensamento**. Sementes de Liberdade. Lisboa: Campo da Comunicação, 2011, p. 51.

<sup>421</sup> Ibid., pp. 62-65.

<sup>422</sup> Ibid., p. 27.

papel de liderança da seção juvenil do MUD, o movimento de frente ampla contra Salazar a que já me referi na seção anterior.<sup>423</sup> Essa é uma informação que se revelará não desprezível, pois, tanto quanto no caso de Ramos de Almeida, o ensaio de Sacramento sobre Eça também pode ser entendido à luz do debate sobre a Frente Ampla.

O paralelo que quero tomar como ponto de partida, contudo, é entre os trabalhos de Mário Sacramento e António José Saraiva. Assim como o autor de *As ideias de Eça de Queirós*, o ensaísta que agora nos interessa também privilegiou em seu estudo o percurso formativo de Eça: no capítulo “A conquista da ironia”, trata de seus anos em Coimbra, da interação de Eça com outros jovens membros da Geração de 70, dos primeiros textos literários que depois constituiriam o volume *Prosas bárbaras*, da colaboração com o jornal *Distrito de Évora* e etc.<sup>424</sup> Entretanto, onde Saraiva via a deficiência de uma formação apenas estética e orientada para a sensibilidade, Sacramento entendeu que havia um processo mais complexo, talvez descrito adequadamente como uma dialética depurativa. Para esse autor, a experiência intelectual do jovem Eça consistiu no seu engajamento até o limite em distintas escolas de pensamento, e a “superação autocrítica (...) pela pessoal experiência” desses engajamentos a partir do ponto em que não conseguia encontrar nelas as soluções para os problemas sociais, estéticos e psicológicos que estavam postos para si.<sup>425</sup> Sacramento capturou, em suma, a noção de um jovem posto diante de dilemas intelectuais, incapaz de julgar o melhor caminho a seguir. A solução que Eça encontraria para tal situação, nos diz o ensaísta, foi de ordem estética: o autor teria desenvolvido um “estilo” em sua escrita que lhe permitia manter em suspenso seu juízo sobre o que estivesse escrevendo, sustentando em estado de indefinição os dilemas que o paralisavam.<sup>426</sup> É essa indefinição que Mário Sacramento associa ao conceito de “ironia”. Para ele, “é da índole da ironia” prever “dilemas” e “intervir para os gorar, mantendo e prolongando a oposição”.<sup>427</sup>

A ironia teria permitido a Eça uma escrita em que as contradições sociais que surgiam diante de si se conservassem irresolutas, aparecendo dessa forma

<sup>423</sup> Ibid., p. 68.

<sup>424</sup> SACRAMENTO, Mário. *Eça de Queiroz. Uma Estética da Ironia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, 27.

<sup>425</sup> Ibid., 49.

<sup>426</sup> Ibid., 39.

<sup>427</sup> Ibid., 20.

tensionada diante do leitor. Sacramento define esse movimento textual que expõe a contradição como a apresentação de uma “problemática” da cultura portuguesa ao público. Compara essa escrita, assim, ao diálogo platônico, embora faça uma ressalva fundamental:

O diálogo platônico não põe apenas a problemática de uma cultura: define uma cultura, encaminha-se dialeticamente para um fim visado. O caso de Eça, porém, é justamente a ausência de tese: no seu espírito as ideias e os sentimentos opõem-se, equivalentes e incapazes de decisão. O seu problema, portanto, é alcançar o “permanente diálogo”, a contradição que nunca se resolve.<sup>428</sup>

Mas de que forma a ironia, enquanto recurso do “estilo”, levaria à instauração desse “permanente diálogo”, ainda que Eça não estivesse escrevendo efetivamente diálogos, como os de Platão ou outros textos do gênero dramático? Sacramento entende que a ironia permitiu ao irônico escrever “como se” as contradições estivessem resolvidas, sem que elas estivessem de fato.<sup>429</sup> Assim, os discursos de personagens como o Conde de Gouvarinho, de *Os Maias*, ou Gonçalo Ramires, da *Ilustre Casa de Ramires*, seriam expressões de soluções possíveis para os dilemas colocados diante da sociedade portuguesa. O descompasso bastante caricato entre tais discursos e a forma como eles são apresentados nos romances – na boca de personagens ridículos e incoerentes com as próprias convicções – deixam muito claro que Eça rejeita esses caminhos. Essa variedade de caminhos tem o benefício extra de manter em suspenso a posição do próprio romancista. Mário Sacramento chega a sugerir a hipótese da ironia queirosiana estar ligada a um processo autocrítico: os discursos ironizados por Eça em sua obra corresponderiam a posições com as quais ele teria flertado no passado, antes de abandoná-las. Eis o que escreve o ensaísta sobre certo texto político escrito por Eça para o *Distrito de Évora*, em 1867:

Como se vê, o artigo não era brilhante para um nóvel bacharel em Direito. Mas é bem característico do seu desgosto pelas miúdas coisas da economia, pela eloquência e pelo tom moral que traz para o plano político-económico. Vemos, por ele, que Eça poderia ter futuro nos nossos meios políticos que justamente adoravam aquele modo de

<sup>428</sup> Ibid., p. 109.

<sup>429</sup> Ibid., p. 109.

tratar os problemas da governação. E, depois, não lhes parece que já ouviram aquelas frases finais a alguém? É, com efeito, o tom em que costumam falar os políticos que atravessam a obra de Eça. Rufino não enjeitaria aquela peça, depois de a ter diluído num pouco mais de retórica, e Gouvarinho, opondo-se ao ensino da ginástica nas escolas fazendo o seu célebre paralelo entre o crucifixo e o trapézio, praticava a mesma linguagem. Que significa isto? Que a ironia, em Eça, surgiu, de facto, de um esforço autocrítico e que os seus personagens (meu Deus!: terei de incluir o conselheiro Acácio?) simbolizam fases ultrapassadas pelo próprio Eça.<sup>430</sup>

Mesmo que só levássemos em conta o argumento de Sacramento até esse ponto, sua posição já seria original, no sentido em que reconfigura o papel do trabalho da linguagem em Eça, retirando-a da posição marginal que vinha ocupando nas outras análises neorrealistas. Mais do que isso: Sacramento chega a ser abertamente contraditório em relação a Saraiva e Ramos de Almeida, na medida em que – ao negar a hipótese da obra de Eça possuir “teses”, nega de partida que ela possa ser veículo para a comunicação direta desta ou daquela ideia. É inegável também que, pelo exposto até aqui, a reflexão de Sacramento é a que mais tem pontos em comum com aquela leitura global da obra de Eça que tentei empreender no primeiro capítulo, embora o elemento estilístico privilegiado por ele seja mais a ironia que a metáfora. Um ponto, contudo, permanece obscuro: de que maneira Sacramento consegue retirar de Eça a pecha redutora (e controladora) de autor de “teses”, sem cair em especulações sobre a “arte pura”, a “arte pela arte”, e com isso perder a coerência com o pressuposto neorrealista de que há uma importância política na literatura? A resposta para essa pergunta é possivelmente o trecho mais original e engenhoso de todo o seu ensaio. Nele, Sacramento retoma o conceito de “revolução” para solucionar o impasse no qual Castelo Branco Chaves e José Rodrigues tinham abandonado a obra de Eça quinze anos antes. Nesse ponto, o analista está tratando especificamente da escrita das *Farpas*:

“Pois [Eça] não nos declara que a Ironia estará ali ao serviço da Revolução (ele diz da Justiça, mas acrescenta: são o folhetim da Revolução)? Pois pode a Ironia pôr-se a serviço do que quer que seja? Não é ela, justamente, um processo de *délivrance* e de superação? não é ela que o trás desconfiado e um pouco desentendido ante as agitações dos seus amigos? (...) O correto não seria, então, dizer: a revolução a serviço da Ironia? - Não. ‘Revolução’ não tem ali um

<sup>430</sup> Ibid., p. 53.

significado temporal. É Eça quem pela primeira vez fala entre nós de revolução permanente. Deste modo, Revolução e Ironia são imagens de um mesmo processo, desenrolado, um no plano da consciência, o outro, no plano social. E a sua função, como Ironista e como Revolucionário, estará em compreender e catalizar, em adotar uma pedagogia que não pretenda nortear, mas suscitar; (...) Por isso, nem azedume nem cólera, e total ausência de crítica programática”.<sup>431</sup>

Não há outra forma de iniciar um comentário a este longo parágrafo, a não ser fazendo uma necessária digressão. O termo “revolução permanente”, já aparece formulado por Marx e Engels em sua *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850), mas havia se tornado, naquele ano de 1945, uma fórmula intimamente associada à doutrina política de Leon Trotsky. O antigo chefe do Exército Vermelho opunha-se ao que chamava de “etapismo” de seu algoz: a concepção bastante rígida de que, na história de um povo, os modos de produção devessem se seguir uns aos outros em uma ordem necessária. Segundo o opúsculo *Revolução Permanente*, do próprio Trotsky, a doutrina que o sucessor de Lenin ia tornando hegemônica na URSS via como despropositada uma revolução socialista num país da periferia do sistema global, ainda preso a modos de produção pré-capitalistas. Em vez disso, o proletariado desse país deveria antes cumprir a “etapa” de auxiliar a burguesia na realização de sua própria revolução. Trotsky rejeitava essa concepção em favor de outra mais dinâmica – análoga, segundo ele, ao processo da própria Revolução Russa de 1917 – de um único período revolucionário contínuo (de duração indeterminada) no qual se dariam transformações complexas e profundas de diversas ordens – às vezes de modo pacífico, às vezes de modo violento.<sup>432</sup> Esse processo, com alto grau de imprevisibilidade e descontrolo (transbordando, inclusive, as fronteiras nacionais do local em que se iniciasse), seria a “revolução permanente”.

Seria um erro supor, simplesmente pela referência a esse conceito, que Mário Sacramento pertencesse a uma facção trotskista do marxismo português. Em primeiro lugar porque, de acordo com João Moreira, que escreveu alguns artigos sobre o tema, não havia movimento trotskista organizado em Portugal até princípios da década de 1970.<sup>433</sup> Ainda que, nesse texto, o mesmo autor admita a

<sup>431</sup> Ibid., p. 116.

<sup>432</sup> TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

<sup>433</sup> cf. MOREIRA, João. O PCP e o ‘Judas Trotsky’: 1920–1974. In: **Praxis Magazine**, 2017. Disponível em: <<https://medium.com/praxismag/pcp-e-trotsky-b513f71881a8>>, Acesso em: 24 dez. 2021.

existência, nos anos 1940, de “alguns militantes próximos das propostas de Trotsky no seio do PCP”, a mera associação elogiosa feita por Sacramento entre o conceito trotskista e o estilo queirosiano não basta para supormos que o ensaísta fosse um deles – inclusive porque o próprio Moreira afirma que o PCP (que na altura era, como quase todos os outros partidos comunistas, hegemonicamente stalinista) tinha o hábito de perseguir esses dissidentes, e não há notícia de que Sacramento tenha sofrido algo dessa ordem. Em segundo lugar, não devemos nos adiantar em suposições porque, de acordo com o que foi exposto no parágrafo anterior, não há qualquer relação entre o estilo queirosiano e esse conceito talhado por Trotsky para defender a radicalidade e o internacionalismo do movimento comunista.

De que modo, então, pode-se compreender a alusão ao conceito de “revolução permanente” no texto de Sacramento, aliás a única referência explícita a um termo oriundo do campo semântico da política em todo o seu livro? Penso que a chave esteja novamente em uma questão de fundo, concernente à filosofia da história – a mesma que já opusera Castelo Branco Chaves e Rodrigues Miguéis quinze anos antes. No que diz respeito a esse ponto, Trotsky é apenas um entre muitos marxistas que divergiam da leitura teleológica do materialismo histórico que ia se tornando hegemônica na URSS. Tomada à maneira de Sacramento, a leitura que Trotsky faz de Marx, ao rejeitar as “etapas” necessárias para a ditadura do proletariado, abre caminho para um marxismo muito mais propenso ao imprevisível. Se quisermos recuperar os termos com que Pita descreveu o pensamento de Joaquim Namorado, é como se, em seu ensaio sobre Eça, Mário Sacramento renunciasse ao marxismo visto como doutrina que “repõe a continuidade do devir e antecipa os possíveis”<sup>434</sup>, apenas para retornar a ele de outro modo (aqui abandono os termos de Pita): como algo que “mostra uma infinidade de problemas de natureza indefinida aberta” ligados à “latência do ser e aos espaços-tempo da possibilidade real”.<sup>435</sup>

A citação acima é do filósofo alemão Ernst Bloch, não por acaso retirada de um texto seu intitulado *Marxismo e literatura*, escrito como resposta direta ao já citado *Trata-se do realismo!* de Lukács – ao qual associei os trabalhos de

<sup>434</sup> O neorrealismo entre a realidade e o real, cit. p. 18.

<sup>435</sup> BLOCH, Ernst. *Marxismo e literatura*. In: BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes, 1978, p. 68.

Namorado, Saraiva e Ramos de Almeida. Ressalto essa relação porque, de algum modo, a disparidade de posições entre Sacramento e seus dois companheiros neorrealistas durante o centenário queirosiano acaba por fazer ecoar no interior do movimento português – ainda que apenas de modo latente, sem conflagração aberta – essa histórica polêmica que ocupou as páginas da revista germano-soviética *Das Wort*, da qual participaram Bloch, Lukács, Brecht e outros grandes intelectuais marxistas em fins da década de 1930.<sup>436</sup> O pretexto original da polêmica era debater o movimento expressionista alemão, mas ela rapidamente tornou-se algo muito mais abrangente e acirrado. Por um lado, como vimos, Lukács e alguns intelectuais soviéticos sustentavam uma concepção de literatura em que o fazer artístico apenas vinha “recobrir” ideias e análises políticas já conceitualizadas (o que, por sua vez, expressava uma concepção de política em que a própria história já era conceitualizada, na teleologia supostamente fornecida por Marx) para expressar uma ideia de totalidade. Bloch e outros intelectuais ligados à esquerda germânica, por outro lado, compreendiam que a revolução comunista, ao colocar fim à ordem burguesa, libertaria os povos para que eles se realizassem em uma plethora de possibilidades utópicas que, na ordem capitalista, só encontrariam enunciação nos discursos dos loucos, artistas, sonhadores e na “arte primitiva”.<sup>437</sup> Segundo essa concepção, o papel da arte numa sociedade burguesa seria o de valer-se das suas múltiplas ferramentas formais para expressar o real enriquecido por sua *latência*: essa plethora de possibilidades futuras à espera da revolução, mas também resquícios de sonhos e memórias, apenas imagináveis pela linguagem ambígua que o artista domina.

Tratando da visão de Bloch sobre o marxismo – que nos é imensamente útil para explicar Sacramento – é preciso dizer que ele se aproveita da mesma dicotomia aristotélica entre “poesia” e “história” que António Pedro Pita utilizou para descrever o marxismo enquanto filosofia da história. Lembremos que, no trecho já citado, a superioridade do discurso poético perante o histórico dependia do fato de que ele fosse “conceptualmente fundado” – estruturado em uma teoria que lhe fosse prévia. No caso de Bloch, Aristóteles aparece como ponto de partida para defender o oposto, isto é, um discurso poético que fosse o primeiro a desvelar

<sup>436</sup> **Realismo, materialismo, utopia**, cit. p. 25.

<sup>437</sup> BLOCH, Ernst. Discussing expressionism. In: BLOCH et al. **Aesthetics and politics**. London: Verso, 1980, pp. 16-27.

o “ainda não revelado”, mas permitindo que ele fosse apenas intuído, sem conceituação prévia:

Revelam-se também as intenções latentes da célebre frase de Aristóteles (...): ‘o historiador e o poeta não se distinguem pelo uso do discurso prosaico e poético...; a diferença reside antes em que um deles refere algo de realmente acontecido, e o outro a algo que poderia acontecer. Por isso a poesia é mais filosófica que a historiografia, uma vez que mostra mais o universal’. A essencialização poética tem, assim, como revelar algo de essencial existente na matéria empírica, mas ainda não revelado, ou mesmo desconhecido; o fator subjetivo do poético desempenha aqui o papel de parteira em relação a essa revelação prévia do estético.<sup>438</sup>

Usemos, portanto, a reflexão de Bloch para afirmar que, segundo a interpretação de Sacramento, o recurso da ironia em Eça de Queirós lhe permitiu realizar em sua obra uma escrita da latência, que não abriu mão da figuração e da tentativa de captura da realidade (sendo, nesses termos, realista), mas apresentou essa realidade para além do que ali houvesse de meramente factual: em vez disso, capturou o que havia nela de indefinido, suas possibilidades inauditas, não formuláveis pelo discurso conceitual. É nesse sentido que se torna compreensível a seguinte afirmação de Sacramento, em que ele rebate a famosa crítica de Machado de Assis:

A Ironia, longe de constituir uma quebra na sua estética realista, lhe é o motor; (...) sem a ironia nunca seria Eça um artista realista; (...) o seu realismo é esse - o realismo - irónico, e só por aí se salvou de ser ‘um simples modo de expor, minudente, trivial, fotográfico’.<sup>439</sup>

Para Sacramento, a irresolução apresentada pela ironia queirosiana jamais se dissipa, nunca se estabilizando em “teses” ou “verdades” apresentadas pela obra – o que pode ser lido como uma ausência de “etapas” em seu discurso ficcional – e tornaria essa obra sintetizável na metáfora (pois é disso que se trata, afinal) da “revolução permanente”. Sacramento apropria-se do conceito de Trotsky sobretudo pelo fato de sua carga semântica estar ligada – como vimos – a processos pouco controlados e previsíveis, pois o entendimento de uma obra tão

<sup>438</sup> Marxismo e literatura, cit. p. 71.

<sup>439</sup> Eça de Queiroz. Uma estética da ironia, cit. p. 112.



ambígua, por parte dos leitores, só poderia mesmo ser imprevisível e descontrolado. Não haveria outra saída para os leitores de Eça, então, a não ser se engajar no "permanente diálogo" imposto pelo autor oitocentista, a única chave de compreensão de sua escrita. Veremos, ao longo deste capítulo, que isso é exatamente o que ocorrerá. O livro de Sacramento é, nesse sentido, a contribuição mais importante do neorrealismo para a bibliografia de Eça de Queirós.

Finalmente, não podemos encerrar esta seção sem concluir que é por essa valorização tão profunda do caráter aberto e dialógico da escrita queirosiana que o ensaio de Mário Sacramento acaba sendo uma apologia da ideia de Frente Ampla muito mais feliz (ainda que menos explícita) do que o texto de Ramos de Almeida. Enquanto Almeida tentava tornar Eça um símbolo da Frente Ampla pelo valor unívoco do que vinha escrito em seus livros (Eça, lembremos, valeria pelo quanto tinha "retratado" fielmente a realidade), Sacramento está mais de acordo com o caráter heterogêneo dessa Frente, ao declarar que Eça só pode ser entendido no âmbito da pluralidade e do debate entre interpretações distintas. Em sua formulação, o jovem ensaísta parece estar sinalizando para a figura de Eça de Queirós como uma espécie de foro, no qual as diversas e heterogêneas forças da Frente Ampla pudessem se abrigar e debater.

### 3.3 - Eça presencista

Até aqui, neste capítulo, ao considerarmos os debates entre "seareiros" e "neorrealistas", acompanhamos um acidentado trajeto desde o momento em que a obra de Eça foi lida como a expressão de um único "conceito" até o ponto em que o romancista chegou a ser considerado como o proponente de um "permanente diálogo", sempre irresoluto. O trabalho de Mário Sacramento é o marco dessa virada em nosso percurso, por ser aquele em que o caráter ficcional – e portanto ambíguo – do discurso de Eça é percebido da maneira mais radical. Um problema, contudo, permanece: a ambiguidade que Sacramento restitui à obra de Eça de Queirós entra em violenta contradição com o fato de sua obra ser então, em Portugal, "indiscutível", na medida em que seria canônica. Não será possível avançarmos mais sem desembaraçar esse problema.

Para tanto, levemos inicialmente em consideração a existência – em concorrência aos seareiros e marxistas – de um movimento intelectual português

que também se colocou em oposição ao salazarismo. No entanto, ao contrário dos grupos com os quais lidamos até aqui, esse movimento lutou incansavelmente, desde fins da década de 1920, para que a literatura não fosse considerada um simples elemento subsidiário de outros discursos, com função meramente ornamental. Refiro-me ao grupo intelectual reunido em torno da revista *presença* (1927-1940), cujos membros receberam por isso mesmo o epíteto de “presencistas”. Algum aprofundamento nas leituras queirosianas desse grupo é fundamental, e não só porque é na interação entre a leitura de Sacramento e a dos presencistas que poderemos desembaraçar a contradição apresentada acima. Também é necessário trilhar este caminho porque será um presencista, João Gaspar Simões, quem elaborará o livro mais ambicioso e célebre produzido sobre Eça no âmbito de seu centenário: a biografia intitulada *Eça de Queirós – o homem e o artista*.

Essa biografia possui grande importância na disseminação da “Ecite” que dominará a esfera pública portuguesa. Antes de a abordarmos, contudo, é preciso compreender em que consiste a posição dos presencistas a respeito da literatura. Afirmo, novamente, que se trata de uma posição que recusa a ideia de literatura enquanto veículo de teses, e dá um passo além nesse caminho ao aspirar “a uma literatura e a uma arte desarticuladas, se não mesmo alheadas, de qualquer posição de carácter político”.<sup>440</sup> Vejamos, inicialmente, os motivos pelos quais esse alheamento – que colocou os presencistas em rota de colisão com os neorrealistas que acabamos de analisar – apenas atualiza o veto ao ficcional que pudemos encontrar na maioria dos trabalhos já aparecidos neste capítulo.

### 3.3.1 - José Régio, leitor de Eça

Tomemos como figura paradigmática do movimento de *presença* o poeta, romancista e crítico José Régio, famoso pelo romance *O jogo da cabra-cega* e pelo poema *Cântico negro*. O motivo dessa escolha é duplo: Régio não apenas é o crítico de *presença* que exerceu a função de “figura tutelar” sobre Simões e seus demais pares na revista<sup>441</sup>, como também aproveitou o centenário de Eça para

<sup>440</sup> **História da literatura portuguesa**, cit. p. 1056.

<sup>441</sup> PEREIRA, José Carlos. **As doutrinas estéticas em Portugal: do romantismo à presença**. Tese de doutoramento em Belas Artes. Universidade de Lisboa. 2009, p. 321.

dedicar uma boa quantidade de artigos de crítica literária ao autor de *O primo Basílio*, reunidos por Eugênio Lisboa em um livro que ostenta o sugestivo título de *No Eça, nem com uma flor se toca* (2002). Assim, é uma tarefa razoavelmente simples sobrevoar suas principais teses, associando-as ao mesmo tempo à sua leitura queirosiana.

Talvez um ponto de partida para nos aproximar do pensamento de Régio seja a equivalência que ele propõe entre o fazer literário e o fazer artístico em geral. Vejamos o início de um texto seminal para a compreensão do seu pensamento, uma espécie de manifesto escrito por ele, intitulado *Literatura viva*:

Como o que personaliza um artista é, ao menos superficialmente, o que o diferencia dos mais, (artistas ou não), certa sinonímia nasceu entre o adjectivo original e muitos outros, ao menos superficialmente aparentados; por exemplo: o adjectivo excêntrico, estranho, extravagante, bizarro... Eis como é falsa toda a originalidade calculada e astuciosa. Eis como também pertence à literatura morta aquela em que um autor pretende ser original sem personalidade própria.<sup>442</sup> (RÉGIO, 1994, p. 10)

Note-se no trecho acima, antes de mais nada, a maneira indiferente com que Régio intercambia os termos “arte” e “literatura”. A sinonímia, neste caso, denota que o ensaísta parte do pressuposto de que literatura é uma entre outras linguagens do mundo da arte. É claro que ele não é o único e nem o primeiro a reivindicar um pertencimento da literatura a esse domínio, e nem poderíamos dizer isso quando acabamos de ver figuras como Ramos de Almeida manejarem os termos “arte” e “literatura” de forma semelhante. Há, contudo, uma particularidade no caso de Régio. Já vimos, no primeiro capítulo desta tese, que, quando muito jovem, o próprio Eça de Queirós declarou-se ele próprio um artista, na ocasião em que Jaime Batalha Reis e Antero de Quental publicaram a primeira versão do *Crime do Padre Amaro* sem a sua autorização. Completamente irado, Eça escreveu – em carta já citada<sup>443</sup> – que era “um artista escandalizado em sua vaidade de colorista”. Note-se, contudo, que, neste trecho, o romancista associava “arte” ao ato de “colorir” com as palavras, isto é, a uma técnica de trabalho com a linguagem. Sua ira advinha do fato de que ele se considerava mestre dessa técnica, e seus amigos haviam publicado um produto no qual ela não estava bem

<sup>442</sup> RÉGIO, José. *Crítica e ensaio*, vol.1. [s.l.], Círculo de Leitores, 1994, p. 10.

<sup>443</sup> Na seção 1.1.3 do capítulo I.

executada. Essa noção é inteiramente distinta daquela concebida por José Régio, quase três décadas após a morte de Eça.

Para Régio, o artista é, antes de mais nada, alguém “superior pela sensibilidade, pela inteligência e pela imaginação”, produz algo “inacessível às condições do tempo e do espaço”.<sup>444</sup> Toda essa aura de distinção que perpassa sua definição aponta para a arte não mais como uma técnica, mas como um ambiente inteiramente autônomo, uma esfera à parte do mundo comum. É o que Bataille descreve como a inclusão da arte no campo da “heterogeneidade superior” e o ponto extremo daquele processo de afastamento entre o fazer literário e a esfera pública, que vimos iniciar-se em Portugal no fim do século XIX. Os artistas, para Régio, constituem uma elite isolada, e qualquer indício de aproximação entre eles e a esfera pública só pode ser em prejuízo da arte. A leitura que o poeta do *Cântico negro* consegue fazer do próprio Eça, por exemplo, é sintomática nesse sentido. Em um texto no qual compara a obra de Eça com a de Oliveira Martins (declarando sua franca preferência pelo último), Régio conclui que o público prefere Eça de Queirós por uma questão de identificação: enquanto Martins seria um “gênio”, Eça partilharia com seus leitores certa “mediania” de caráter.<sup>445</sup> Mais popular porque menos bom, portanto.

Mas isso não é tudo. O afastamento que Régio promove entre o mundo da arte e o mundo comum é mais extremo pelo fato de que o valor do artista regiano se mede antes de tudo por sua “originalidade”. Não há nada que se estranhar nesse ponto, a princípio, afinal estamos falando de um teórico do modernismo. O que chama a atenção é que, para Régio – e para os presencistas em geral – essa originalidade não está apenas ligada a uma maneira inovadora pela qual o artista rompe com as convenções da linguagem que utiliza (como seria o caso em inúmeras teorias das vanguardas), mas, antes de mais nada, pelo quanto sua obra espelha a *origem* de onde saiu, isto é, o sujeito que a produziu. Segundo Régio, numa formulação retirada de *Literatura viva*, “é original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais íntima duma personalidade artística” (RÉGIO, 1994, p. 10).<sup>446</sup> Para Régio, arte é sobretudo a “expressão” da

<sup>444</sup> *Crítica e ensaio*, cit. p. 12.

<sup>445</sup> RÉGIO, José. *No Eça, nem com uma flor se toca* - Eça visto por Régio - Organização, seleção e notas de Eugênio Lisboa. Lisboa: Instituto Camões, 2002, p. 88.

<sup>446</sup> *Crítica e ensaio*, cit. p. 10.

“personalidade” do artista, dependendo portanto de sua “sinceridade”, da qual a técnica seria um fator meramente subsidiário.

É por isso que o grande crítico de *presença* aceita tão mal certos elogios que a crítica da época fazia a Eça de Queirós, atribuindo-lhe o papel de modernizador da linguagem literária portuguesa.<sup>447</sup> Vejamos: Régio até concorda que em Eça há algum “esforço de inovação e renovação estilística” (RÉGIO, 2002, p. 82).<sup>448</sup> O problema é que, na medida em que a maior parte da crítica literária portuguesa reconhece uma renovação técnica perpetrada pelo autor de *Os Maias*, isso sugeriria que, antes de Eça de Queirós, os poetas e romancistas portugueses oitocentistas escreviam em “um português hermético, áspero, solene”.<sup>449</sup> Régio não pode aceitar uma sugestão desse tipo, dado que – em sua hierarquia, que coloca a técnica como subsidiária da sinceridade – uma tal crítica a aspectos estilísticos da literatura oitocentista implicaria numa falta de “sinceridade” dos autores do período. Entre esses autores, encontram-se os mestres românticos de Régio, como Garrett, Herculano e Camilo. Para o crítico, é inadmissível imaginar que esses artistas não seriam gênios dotados da “verdadeira e mais íntima personalidade artística”, e sim meros produtores de “arte morta”. Vê-se que a assimilação completa que Régio opera entre as ideias de arte, literatura e expressão do eu o coloca em posição bastante precária em qualquer debate acerca de questões de técnica e estilo literários.

A referência do parágrafo anterior aos “mestres românticos” de Régio não é casual. É inegável o tributo que a compreensão radicalmente individualista e até certo ponto mística de literatura e arte concebida pelo grupo de *presença* presta ao romantismo.<sup>450</sup> Tal como nessa grande viragem do pensamento que varreu a Europa e o mundo no século XIX, os presencistas também concedem “ao poeta o direito de expressar sua individualidade”, assumindo o poema “valor em função da qualidade dessa expressão”.<sup>451</sup>

É precisamente essa concepção romântica da arte que, para Luiz Costa Lima, consistirá numa nova forma de veto ao ficcional, muito distinta daquela com a qual temos operado desde o início deste capítulo. Lembremos que, na

<sup>447</sup> O já citado Agostinho de Campos é o grande exemplo, aqui.

<sup>448</sup> **No Eça, nem com uma flor se toca**, p. 82.

<sup>449</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>450</sup> A tese de doutoramento de José Carlos Pereira, **As doutrinas estéticas em Portugal: do romantismo à Presença**, lança luz sobre essa relação de maneira irretocável (PEREIRA, 2009).

<sup>451</sup> **Trilogia do controle**, cit. p. 117.

perspectiva de Costa Lima, a produção do ficcional trabalha de maneira particular a operação da *mimesis*, isto é, aquele fenômeno no qual um discurso parte de um modelo pré-existente para *respondê-lo*, num processo que se distingue da mera cópia mas não se confunde também com a produção absolutamente original. Ora, a modalidade do veto ao ficcional instaurada por diversos autores românticos e retomada no âmbito português pelos presencistas é precisamente a que divorcia o discurso ficcional (agora convertido em “artístico”) do modelo ao qual ele responde, concebendo-o como pura originalidade. Perde-se precisamente aquela relação – que em Eça é tão rica – entre o jogo da linguagem e o mundo extra ficcional do qual a obra literária parte, e ao qual ela se destina.

Não por acaso a mais insistente e veemente crítica feita por José Régio a Eça diz respeito a seus personagens serem “caricaturas” da “sociedade portuguesa do seu tempo”.<sup>452</sup> Essa prática faria com que os personagens carecessem de “profundidade” e “verdade” psicológicas que só seriam alcançáveis caso Eça os tivesse inventado completamente, abandonando a veia satírica que transformava suas criações em “respostas” à sociedade portuguesa de seu tempo. Mas, na lógica regiana, isso só ocorreria se Eça fosse dotado daqueles dons que já conhecemos: a “sinceridade”, a “superioridade” etc. É o fio que liga a obra literária ao mundo que a cerca que é cortado, num raciocínio como esse. Segundo José Carlos Pereira, estudioso do movimento presencista, a única concessão que José Régio faz às relações do artista com a “realidade” se deve ao fato de que ele é forçado a tomá-la como “mero pretexto” da sua expressão interior.<sup>453</sup>

Vê-se logo que uma teorização estética como a de Régio devolve sempre o problema da arte à esfera do eu: não é à toa que Costa Lima cunhou para esse tipo de pensamento oriundo do romantismo a expressão “centramento do sujeito”.<sup>454</sup>

Um sujeito centrado é todo aquele que compreende como fim último do discurso uma expressão de sua verdade interior, seu eu empírico, etc. Em contrapartida, Costa Lima entende o sujeito que enuncia o discurso ficcional (em que se realiza efetivamente a *mimesis*) como um “sujeito descentrado” (LIMA, 2014, p. 116), isto é, uma figura que se impõe como enunciativa (não se confundindo, lembremos, com o mero poeta imitador do paradigma clássico,

<sup>452</sup> No Eça, nem com uma flor se toca, cit.p. 80.

<sup>453</sup> As doutrinas estéticas em Portugal, cit. p. 330.

<sup>454</sup> Trilogia do controle, cit. p. 106.

preconizado pelos literatos renascentistas), mas que se recusa a projetar sobre sua própria consciência o fim último desse discurso. Ele permite que o “trabalho da semelhança” realizado pelo leitor aponte esse centro para um outro ponto, não definido aprioristicamente.

É possível, nesse sentido, identificar uma sutil divergência entre as concepções literárias de José Régio e seu companheiro de *presença* João Gaspar Simões, ilustrando essa distinção pensada por Costa Lima. Isso porque, ao tratar da questão da “sinceridade”, Simões desloca a concepção presencista para um ponto um pouco mais próximo da ideia de sujeito descentrado. Vejamos: se Simões e Régio concordam – como veremos a seguir – quando concebem literatura enquanto arte, quando consideram irrisório o papel que caberia à relação entre arte e realidade e quando concebem sua noção de arte como expressão “sincera” do eu, ambos passam a discordar quanto à natureza dessa sinceridade. Para Régio – que nesse ponto revela o fundamento místico de sua reflexão – a superioridade do poeta advém do fato de ele ser um “predestinado”, dotado de uma capacidade mediúnica de conhecimento e desvelamento do seu eu profundo.<sup>455</sup> Simões, por outro lado, concebe a noção do poeta “ingênuo”, na qual valoriza certa relação de irracionalidade entre a obra de arte e a personalidade interior que o artista busca expressar, sem que se dê conta disso. Lá, no ponto mais profundo do eu do artista (que Régio supunha aclarado pelos poderes mediúnicos deste)<sup>456</sup>, Simões supõe a existência de algo incognoscível, resistente ao desvelamento. É em Sigmund Freud que ele vai buscar essa ideia, e, por isso, chama a esse espaço recôndito de “inconsciente”.

<sup>455</sup> **As doutrinas estéticas em Portugal**, cit. p. 331. Nota-se, nesta crença de José Régio, uma curiosa semelhança entre sua concepção de sujeito e a de António Sérgio. O fundador da *Seara Nova* também atribuía à razão essa espécie de poder quase místico de tornar um indivíduo inteiramente claro para si próprio. José Carlos Pereira anota, inclusive, que por várias vezes Régio teria chamado Sérgio de seu “mestre de juventude” (**As doutrinas estéticas em Portugal**, cit. 2009, p. 324). Trata-se de uma coincidência em termos de crenças metafísicas que não passará despercebida a António Pedro Pita, que verá em Régio e em Sérgio casos “exemplares” de um pendor generalizado, no Portugal dos anos 1930-40, para concepções de mundo focadas na “centralidade de uma razão universal emancipada na história” (PITA, António Pedro. *As vias da arte – A via curta e a via longa*. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) **Literatura e revolução**, Belo Horizonte: UFMG, 2011 p. 19). Esse dado curiosamente aproximaria Régio e Sérgio da parcela dos neorrealistas portugueses que, como já vimos, buscavam em Marx uma teleologia da história que funcionaria como essa racionalidade. Do lado oposto dessa concepção, poderíamos situar o já discutido Mário Sacramento que, em seu livro sobre Eça, situa a ambiguidade no centro de sua concepção de mundo, não podendo jamais abdicar da história em favor de uma razão que a supere.

<sup>456</sup> **As doutrinas estéticas em Portugal**, cit. p. 371.

### 3.3.2 - Biógrafo numa cabeça

Em 22 de junho de 1945, um reclame impresso em letras garrafais no *Diário de Notícias* anunciava “o grande acontecimento do centenário” de Eça de Queirós.<sup>457</sup> Tratava-se da publicação de sua biografia, escrita por João Gaspar Simões, intitulada *Eça de Queirós – o homem e o artista*. A grandiosidade do anúncio não era injustificada: tratava-se de um tomo gigantesco, de quase 700 páginas – de longe a mais extensa produção individual em torno dos temas queirosianos, naquele ano – que além disso, segundo o anúncio, era ricamente ilustrado com “27 gravuras *hors-texte*”. Tentemos compreender o sentido desse grande empreendimento.

Começemos a exploração da obra por um detalhe biográfico de seu autor, lembrando que João Gaspar Simões foi mais uma das vítimas da perseguição salazarista aos intelectuais portugueses, ou pelo menos sofreu danos colaterais dela: em 1934, trabalhava na imprensa da Universidade de Coimbra quando esta foi fechada por Salazar.<sup>458</sup> Naquela altura, como já foi dito na seção anterior, Simões era também um dos diretores da revista *presença*, onde, segundo Enrico Martines, teve um gesto que mudaria a história da literatura portuguesa: ele e José Régio foram os primeiros que deram *status* de cânone da literatura portuguesa a Fernando Pessoa, ao ceder-lhe espaço editorial e dedicar-lhe artigos de crítica.<sup>459</sup> A par de sua atuação na revista, Simões também investiu em uma carreira como ficcionista, publicando obras como o romance *Elói*, que, aliás, ostentava o subtítulo de *Romance numa cabeça*, um indício do interesse presencista pela subjetividade. Mas o espaço mais significativo que Simões conquistou na vida literária portuguesa foi como crítico literário de jornal: durante décadas, até sua morte, em 1987, o intelectual escreveu recensões regulares ao máximo possível de obras literárias publicadas no seu país, exercendo semanalmente aquela função clássica do crítico literário: a de julgar e “explicar” uma obra para um público mais amplo.

<sup>457</sup> Ver “O grande acontecimento do centenário”. [anúncio publicitário em] *Diário de Notícias*, Lisboa, 22 jun. 1945.

<sup>458</sup> MATOS, Alfredo Campos. Eça lido por Gaspar Simões. In: MATOS, Alfredo Campos (org). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 478.

<sup>459</sup> MARTINES, Enrico. Relações de Fernando Pessoa com *presença*. *Leituras*: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n° 12, 2003. pp. 45



Esse pequeno esboço biográfico nos ajudará a compreender por que motivo, entre 1943 e 1945, Simões se debruçou sobre “o homem e o artista” Eça de Queirós. Como já vimos, ao contrário do que António Ferro quis fazer crer, o autor do *Crime do Padre Amaro* já era, naquele momento, uma figura de proa do cânone literário português. Ao escolhê-lo como objeto de uma biografia detalhada, farta em citações de fontes, que tinha a clara pretensão de ser uma obra de referência incontornável para tudo quanto se produzisse sobre Eça a partir de então, Simões possivelmente estava interessado no potencial consagrador daquele projeto, que poderia cacifá-lo não apenas como um militante do modernismo, mas como o expoente da crítica literária em seu país. Para além disso, podemos avançar a hipótese de que era o próprio modo presencista de pensar a literatura que ganharia respeitabilidade ao ser aplicado, fora do eixo do modernismo, sobre uma figura do realismo oitocentista. Simões é inteiramente honesto quanto às suas intenções nesse sentido, quando afirma no prefácio que a biografia pretendia ser um “estudo psicológico” de Eça, apostando na relação – tão cara aos presencistas – entre a obra literária e a subjetividade de seu autor.<sup>460</sup>

Simões tinha também uma terceira intenção com *Eça de Queirós, o homem e o artista*: tratava-se de um dos primeiros estudos de largo escopo, realizados em Portugal, que tomavam como paradigma teórico fundamental os conceitos psicanalíticos de Sigmund Freud. O presencista, que, no prefácio à segunda edição da biografia afirmou que ela possuía uma “tese estritamente psicanalítica”, testava com Eça de Queirós esse aparato teórico pelo qual vinha se interessando desde a década anterior.<sup>461</sup> Foi nos anos 1930, inclusive, que o biógrafo chegou a trocar cartas com Fernando Pessoa em que eram discutidas as aplicações literárias de conceitos freudianos como “narcisismo” e “sublimação”. Pessoa, censurando a forma apressada com que o amigo aplicava essas noções em textos críticos sobre sua própria obra (de Pessoa), escreveu a Simões, em 1931, reconhecendo a utilidade dos escritos de Freud como ferramenta conceitual, mas reprovando o seu uso dogmático na crítica literária. Nessa carta, Pessoa preocupava-se, entre outros fatores, com o “rebaixamento” do autor aos olhos do público que uma crítica tão centrada em temas sexuais provocaria. Essa opinião

<sup>460</sup> SIMÕES, João Gaspar. *Eça de Queirós: o homem e o artista*. Lisboa: Livros do Brasil, 1945, p. 11.

<sup>461</sup> SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós*. Amadora: Bertrand, 1980, p. 11.

nos será útil em breve, quando pudermos ver o quanto Eça será de fato “rebaixado” por Simões, e as consequências desse rebaixamento. Por ora, fiquemos com as palavras do célebre poeta de *Mensagem*:

Reconheço o poder hipnótico do freudismo sobre toda a criatura inteligente, sobretudo se a sua inteligência tem a feição crítica. O que desejo agora acentuar é que me parece que esse sistema e os sistemas análogos ou derivados devem por nós ser empregados como estímulo da argúcia crítica, e não como dogmas científicos ou leis da natureza. Ora o que me parece é que v. se serviu deles um pouco neste último sentido, sendo portanto correspondentemente arrastado por o que há de pseudocientífico em muitas partes desses sistemas, o que conduz à falseação; por o que há de audaz em outras partes, o que conduz à precipitação; e por o que há de abusivamente sexual em outras, o que conduz a um rebaixamento automático, sobretudo perante o público, do autor criticado, de sorte que a explicação, sinceramente buscada e inocentemente exposta, redundava numa agressão.<sup>462</sup>

Finalmente, a biografia de Eça era importante para Simões por um quarto motivo, que ele não revela senão de modo muito sutil, ao apresentar Eça ao público como um símbolo político da “liberdade intelectual”, no prefácio da sua biografia.<sup>463</sup> Esse epíteto tem sido com razão interpretado como uma “valorização do espírito crítico” de Eça contra “o regime opressor do consulado de Salazar”, o que sugere a existência de um subtexto de contestação na biografia.<sup>464</sup> Tratava-se da mais ligeira das concessões presencistas a uma associação explícita entre literatura e política, naquele contexto em que a causa urgente da Frente Ampla parecia dominar todos os intelectuais de Portugal não cooptados pelo regime.

Com sua biografia de Eça de Queirós, portanto, Gaspar Simões quis consagrar-se como um crítico rigoroso, consagrar o movimento literário presencista, introduzir em Portugal o debate sobre as ideias de Freud e desafiar Salazar com sua “liberdade intelectual”. Curiosamente, ele acabou por falhar nos três primeiros desses propósitos, sendo bem-sucedido apenas no último deles. Não foi sua biografia queirosiana que o consagrou como crítico, nem ela contribuiu especialmente para o prestígio da corrente de pensamento presencista, ou para popularizar a leitura de Freud. O que Simões conseguiu – e muito – foi melindrar o salazarismo. Vejamos como cada uma dessas coisas aconteceu.

<sup>462</sup> PESSOA, Fernando. *Textos de crítica e de intervenção*. Lisboa: Ática, 1980, p. 175.

<sup>463</sup> *Eça de Queirós: o homem e o artista*, cit. p. 13.

<sup>464</sup> REAL, Miguel. *O último Eça*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p. 74.

No prefácio de seu livro, João Gaspar Simões lamentou que muitos dos escritos íntimos de Eça de Queirós continuassem “cativos” – isto é, não publicados pela família – “como se não fossem da Nação, mas pertença de particular qualquer”.<sup>465</sup> Por um lado, esse empecilho deve ter incentivado o biógrafo a dedicar mais e mais páginas de seu livro àquele espaço dificilmente documentável que era o interior da cabeça de seu biografado, realizando suas interpretações psicológicas de “presencista” freudiano. Por outro, a escassez de informações biográficas também levou Simões a adotar uma outra prática, muito mais inusitada e – veremos – escandalosa: o biógrafo autorizou-se a adotar um estilo romanesco em longos trechos do seu texto, ficcionalizando certas passagens da vida de Eça e imaginando aquilo que não pôde checar em documentos. Eis o que ele anotou em seu prefácio:

Romancista algumas vezes o fui neste livro, não obstante o escrúpulo com que me aventurei, sempre que não tinha dados fidedignos, na interpretação viva de uma atitude do autor ou de uma intenção da sua obra.<sup>466</sup>

Em alguns casos, esses escrúpulos atribuídos a si mesmo por Simões são perceptíveis, em especial quando ele deixa clara a passagem do fato para a especulação com o uso de modalizadores – como a palavra “talvez” – demarcando o ponto em que não contava com o apoio de suas fontes.<sup>467</sup> Na maior parte das ocasiões, contudo, Simões propositalmente borra a fronteira entre o que lhe diz sua documentação e o que ele especula. Tomemos como exemplo um capítulo que ocupa um lugar-chave em sua biografia: “Música, dívidas e os primeiros rebates da fantasia”. Nesse ponto, Simões ficcionaliza o momento em que Eça tem a ideia do romance *A Batalha do Caia*, uma trama passada em um futuro distópico, que envolveria uma invasão de Portugal pela Espanha, uma trama que o romancista nunca chegou a escrever de fato. Para apresentar ao leitor esse projeto

<sup>465</sup> **Eça de Queirós: o homem e o artista**, cit. p. 9.

<sup>466</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>467</sup> Veja-se este trecho, em que comenta o malogro de certo projeto que Eça acalentara, no fim dos anos 1870, de escrever uma série de “Cenas da vida portuguesa”. Simões, aqui, marca a sua especulação com um “talvez”: “Eça de Queirós não foi capaz de manter a esteira do *Primo Basílio*, seguindo ao longo desse vasto plano no uso dos processos novelísticos postos em ação neste romance. Impediram-no, talvez, as críticas sensatas de Machado de Assis e de Ramalho e a sua fina autocrítica.” (*Ibid.*, pp. 400 - 401, grifo meu).

queirosiano, o biógrafo aproveita um parágrafo de uma carta que Eça escreveu para Ramalho (fazendo referência, corretamente, à sua fonte, na página 420 da biografia), no qual o escritor descreve como teria sido seu súbito instante de inspiração. Vale a pena transpor um trecho da carta de Eça referida por Simões:

Concebi o livro, uma tarde, em casa duma senhora, estando só com ela; ela tocava ao piano a *gavotte* favorita de Marie Antoinette – e eu ao pé do lume acariciava um cão. De repente, sem motivo, sem provocação – lembrou-me, ou antes flamejou-me, através da ideia, todo esse livro tal qual o descrevo: singular, não? Fiquei aterrado: supus ser um pressentimento, ou uma visão. Depois a minha segunda exclamação mental foi esta: – que escândalo no país!<sup>468</sup>

Este pequeno parágrafo autobiográfico de Eça é a única fonte citada por Simões. No entanto, o que lemos em sua biografia é uma total extrapolação da cena, tão enriquecida por acréscimos criativos que passa a se estender por duas páginas. Desta vez, não há uso de nenhum modalizador que permita ao leitor distinguir o especulativo do documentado. Alguns dos enxertos de Simões são de pouca importância, como a descrição mais detalhada do cômodo em que Eça estaria com a “senhora” e das roupas que ele estaria usando:

Foi então, numa dessas tardes em que o amor passava a sua mão de sonho pela árida prosa que era a existência do pobre escritor, estando fechado com essa mulher friamente amada numa dessas salinhas inglesas cheias do relinchar do lume e dos longínquos soluços do vento, sobrecasaca preta, ligeiramente aberta sobre as bandas do colete alto e justo, em que o monóculo pendia abandonado e o grilhão do relógio, uma larga corrente de ouro, rebrilhava, foi então que ele, deixando descair ligeiramente a cabeça fina e ágil, onde a madeixa negra parecia a asa de um corvo, semicerrou os olhos e teve uma ideia.<sup>469</sup>

O problema é que, logo em seguida, Simões abandona a descrição dos detalhes físicos para embrenhar-se na especulação psicológica. Sua fonte (a carta de Eça que citei acima) informava sumariamente o instante em que o romancista teve a ideia da *Batalha do Caia*. Simões trai o documento ao afirmar que o *insight* de seu biografado naquele seria outro. Vejamos qual:

<sup>468</sup> Correspondência, cit. p. 212.

<sup>469</sup> Eça de Queirós: o homem e o artista, cit. p. 420.

No piano soara, de repente, a gavota favorita de Maria Antonieta. Subitamente perpassara pela imaginação do escritor tudo quanto lera sobre aquela preciosa e dolorosa mulher. A Revolução Francesa estampou-se-lhe, imprevista, na imaginação. Que quadro grandioso! Como devia ser bom volver-se um escritor para o passado e com um só gesto da varinha de condão que é a “fantasia”, apoiado apenas em vagas referências de costumes e de história, fazer surgir diante dos olhos do leitor toda uma vida extinta, toda uma existência imaginada, sem ressentimentos contra os homens nem animosidades contra as instituições! (...) Em tais obras a psicologia podia ser adivinhada sem prejuízo da verdade. A intuição trabalhava livremente. Todo confronto grosseiro com o existente era banido. (...) Era isso: era exatamente isso, pensou. Para que continuar escravo do presente, fiel a uma opinião antiga? Aliás, não havia apenas o passado, havia o futuro, também. Escrever sobre o futuro, seria fazer história ao contrário. (...) Aí estava, pintaria o quadro de um Portugal futuro, de um Portugal hipotético, de um Portugal regenerado pela dor. Seria a maneira de regenerar a si próprio.<sup>470</sup> (SIMÕES, 1945, p. 421).

No parágrafo acima, João Gaspar Simões insere na cena original descrita pelo próprio Eça de Queirós todo um processo psicológico bastante mais amplo, em que é descrita a relação entre a tal gavota preferida de Maria Antonieta e o teor da ficção que o escritor concebeu. Esse processo mental, por sua vez, não corresponde a nada que Eça tenha deixado escrito em outro ponto da carta a Ramalho, nem em qualquer texto seu, e também não corresponde a nenhum testemunho legado por fonte alguma. O que está implícito é que essa associação de imagens mentais teria sido *inconsciente* para Eça, que, em seu parágrafo, escreve que a ideia lhe veio “sem motivo, sem provocação”. O trabalho de Simões seria, então, o de iluminar o inconsciente de seu “ingênuo” biografado. Curiosamente, por outro lado, na medida em que o trecho acima descreve a decisão de Eça de deixar de ser “escravo” de uma “opinião antiga” (no caso, o realismo literário) para passar a escrever “fantasia”, o biografado aparece aqui intuindo exatamente a posição da revista *presença* sobre a literatura, que vimos na seção anterior: a de um descolamento completo do mundo da criação ficcional em relação àquele da realidade social. Para além disso, o trecho se coaduna perfeitamente com a divisão que Simões apresenta da obra de Eça, como uma que teria sido até certo ponto guiada pela “imaginação” do autor, e a partir daí por sua “fantasia”.<sup>471</sup>

<sup>470</sup> Ibid., p.421

<sup>471</sup> Ibid., p. 442-443.

No trecho citado, portanto, o biógrafo não apenas mistura ficção e citação de fontes, mas chega ao ponto de atribuir ao próprio biografado suas interpretações sobre ele. Não se trata de um traço de estilo, nem de qualquer tipo de proposta ficcional limítrofe, implicitamente pactuada com o leitor. Ao contrário, a extrapolação de Simões se reveste de análise psicológica/psicanalítica séria ao encerrar-se com uma conclusão do tipo “diagnóstica”: a de que o *insight* supostamente vivido por Eça de Queirós teria um caráter curativo, ou “regenerativo”, para o autor. Não contamos com elementos que nos permitam supor que a pretensão de João Gaspar Simões, nesse trecho, fosse outra que não a de nos revelar algo empírico sobre Eça.

Seria fútil estendermos mais os comentários sobre as excursões ficcionais de Gaspar Simões em sua biografia, porque esse trabalho já foi exaustivamente feito por Alfredo Campos Matos em seu impiedoso verbete sobre o assunto no *Dicionário de Eça de Queirós*.<sup>472</sup> Matos, tendo ele próprio escrito uma biografia de Eça, não poupa, no verbete, nenhum detalhe do livro de 1945, fazendo o escrutínio rigoroso de cada uma das inconsistências de seu autor na apuração dos fatos e na consulta às fontes. Talvez o único senão do texto de Matos seja sua crítica um tanto exagerada ao paradigma psicanalítico (a que ele se refere, pejorativamente, como “freudismo”) da obra de Simões, motivo pelo qual devemos nos deter mais um pouco neste ponto, para compreendê-lo.

Começemos por chamar a atenção para o texto *O poeta e o fantasiar*, escrito por Freud em 1908. Embora não citado (Simões jamais especifica com quais obras de Freud está trabalhando), esse provavelmente terá sido o texto onde o biógrafo presencista foi buscar o conceito de “fantasia”, que se tornará sua chave de compreensão para toda a obra queirosiana dos anos 1880, e que aparece pela primeira vez na biografia justamente como o “sonhar acordado” que Eça de Queirós teria experimentado ao ouvir a gavota. Segundo o doutor austríaco, o fantasiar seria aquilo pelo que o homem adulto substitui suas brincadeiras infantis: “Em vez de brincar, agora fantasia. Ele constrói castelos no ar, cria o que chamamos de *sonhos diurnos*”.<sup>473</sup> Para Freud, o ato de fantasiar é comum a todos os homens e constitui aquilo que, no caso específico dos poetas, torna-se a base de sua obra literária. É com base nessa ligação entre o poeta e o homem comum que

<sup>472</sup> Eça lido por Gaspar Simões, cit. p. 478-487.

<sup>473</sup> FREUD, Sigmund. *Arte, literatura e os artistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 55.

Freud esboça em termos muito vagos uma metodologia a partir da qual se poderia estudar “as relações entre a vida do poeta e suas criações”.<sup>474</sup> O vienense levanta, logo em seguida, a hipótese de que haveria uma relação entre arte e vida que, à primeira vista, parece quase imediata: “Uma forte vivência atual deve despertar no poeta uma vivência antiga, em geral uma vivência infantil, da qual então parte o desejo que será realizado na criação literária”. No entanto, assim que aponta para essa relação contígua entre arte e vida, o próprio Freud faz restrições ao seu esboço, chamando-o de um “esquema demasiado precário”, ainda que fecundo. Podemos compreender, a partir daí, que o próprio Freud reconhece que a impressão deixada pela vida de um poeta em sua obra não é de fácil legibilidade, e, portanto, o psicanalista (ou o crítico literário que se reveste desse saber) faria bem em utilizar com cautela essa metodologia.

Simões agarra-se ao primeiro esboço de Freud e dispensa a recomendação que se lhe seguia. Em linhas gerais, o procedimento adotado pelo autor de *Elói* é o de estabelecer relações diretas entre momentos da vida de Eça de Queirós e as características de sua literatura. Vimos isso de relance quando Simões afirmou que a “regeneração” de Portugal, tal como ela seria fantasiada na *Batalha do Caia*, representaria uma mera expressão da regeneração pessoal do próprio Eça. Além disso, podemos citar como exemplo um outro ponto da biografia, em que Simões está analisando o *Primo Basílio*.<sup>475</sup> Em sua interpretação, a personagem Juliana – a criada que atormenta sua patroa adúltera ao tomar conhecimento de seu caso extraconjugal – é lida como o “inconsciente ressentimento” de Eça por ter nascido fora de um casamento legítimo.

A prática de Freud é o instrumento escolhido por Simões para realizar essas aproximações audaciosas porque, como já vimos, o biógrafo trazia desde os tempos de *presença* sua concepção do autor “inocente”, segundo a qual a tensão entre vida e obra não estaria clara para o próprio criador literário, sendo antes uma relação que se daria no plano do seu inconsciente. Ora, Eça de Queirós é uma figura que permite a Simões explorar largamente essa ideia, na medida em que se trata de um romancista que não apenas procurou enfatizar a objetividade de seu trabalho literário (ressaltando os aspectos laborais e analíticos deste em detrimento da inspiração, ou da expressão do eu) como notoriamente minimizou a

<sup>474</sup> Ibid., p. 62.

<sup>475</sup> **Eça de Queirós: o homem e o artista**, cit. p. 386.

importância da própria biografia, tendo chegado a declarar: “Eu não tenho história, sou como a República de Andorra”.<sup>476</sup> Esse quadro dá ensejo a que Simões suponha a figura de um escritor particularmente *inconsciente* dos próprios meandros psicológicos de onde proviria seu gênio, incapaz da “sinceridade” regiana que o levaria a acessá-los. Veja-se esta passagem, logo no começo da biografia, verdadeira metáfora explicativa do conceito de “inconsciente” segundo Simões, na qual Eça é tomado como exemplo paradigmático:

A natureza humana, tal qual como uma construção dos homens, tem os seus alicerces assentes num solo em cuja composição entram todos os detritos físicos e morais daqueles que a precederam. Se o terreno é de rocha dura e compacta, os alicerces assentarão, sem grande dispêndio de materiais nem complicadas escavações, na superfície sólida, à flor da terra (...). Já assim não sucederá desde que o terreno seja argiloso ou a areia e o saibro formem a composição do solo. Então os cavoucos terão de ir mais fundo, a construção complica-se, surgem as caves e os desvãos subterrâneos. Quando as paredes chegam a tomar altura, já lá para baixo, no subsolo, há muita coisa enterrada que não se vê. É o caso de Eça de Queirós.<sup>477</sup> (SIMÕES, 1945, p. 31)

Simões, logo em seguida, cita o poema mais conhecido de Fernando Pessoa (a “Autopsicografia”), para dizer que a personalidade “clara e luminosa” de Eça, bem como a “objetividade” de seu estilo, seriam um “fingimento”. Em outras palavras, aquilo que Eça apresentaria ao público como a sua pessoa “sem história” e todo o conjunto de sua obra literária, seriam, na verdade, sucessivas “máscaras” das quais ele não conseguiria se libertar. Sua verdadeira personalidade seria aquilo enterrado “no subsolo”. A metáfora da máscara é repisada por toda a extensão da biografia, sendo extremamente eloquente neste trecho, quase no seu fim, quando Simões trata da morte de Eça:

Partira aquele que a bem dizer nunca chegara à vida, oculto desde os mais tenros anos sob a máscara sarcástica e bela que fizera dele um escritor, graças precisamente a quanto uma máscara bem afivelada e dolorosamente mantida concorre muitas vezes para converter o mais banal dos homens no mais excepcional dos artistas!<sup>478</sup>

<sup>476</sup> Correspondência, cit. p. 211.

<sup>477</sup> **Eça de Queirós: o homem e o artista**, cit. p. 31.

<sup>478</sup> *Ibid.*, p. 676.



Esta citação é particularmente interessante, por conter em si a lição mais fértil que Simões colheu de Freud, ao passo que também revela com clareza os limites de sua leitura. A lição em questão é a valorização dos “conflitos da vida psíquica” de um artista como aquilo que ele traz de mais produtivo em si mesmo, na medida em que poderia sublimar esteticamente esse material.<sup>479</sup> Estamos, aqui, a uma imensa distância do paradigma de José Régio. Simões entende que, no caso de Eça, não é a sinceridade, mas precisamente a tensão entre a subjetividade interior relegada ao inconsciente e a “máscara” utilizada pelo escritor que o transformava num artista excepcional.

Por outro lado, o mesmo trecho nos revela um limite estreito da compreensão de Simões, quando ele diz que – por suas “máscaras” – Eça, na verdade, “nunca chegara à vida”. O comentário revela uma percepção dual, em que aquilo que o indivíduo possui no seu inconsciente seria a sua essência, sua verdade. Já as “máscaras” de sua personalidade – o eu que o indivíduo apresenta ao mundo – seriam qualquer coisa de falso, de mentira ocultadora, ainda que bela. Agarrada a uma dicotomia de “verdade” e “mentira”, a hipótese de Simões peca por aquilo que deixa subentendido: uma tal essência oculta pela máscara pressupõe a figura do desmascarador, aquele que consegue desvelar a verdade por trás das aparências. Não é preciso muito para compreendermos que, neste esquema de coisas, o desmascarador seria o próprio biógrafo e crítico literário João Gaspar Simões, capaz de decifrar a personalidade oculta de Eça de Queirós a partir de uma reflexão que usasse os instrumentos da psicanálise.

Por um lado, do ponto de vista literário, é evidente que a concepção de Simões desvaloriza a obra ao torná-la parte do mundo de mentiras e aparências através do qual se deve abrir caminho para que uma verdade empírica a respeito do artista se revele. Por outro lado, do ponto de vista da psicanálise, Simões acaba por desvalorizar uma característica fundamental do inconsciente freudiano: segundo o pai da psicanálise, esse plano da subjetividade não seria uma instância obscura que passaria a ser legível a partir de um desvelar, mas algo diferente disso. Em Freud, os conteúdos do inconsciente “nunca podem chegar ao consciente”, senão precisamente através do que Simões chama de “máscara” (aquilo que Freud chamou de “eu”): a instância do indivíduo capaz de utilizar a linguagem, de modo a “traduzir” conteúdos inconscientes em um discurso

---

<sup>479</sup> **Arte, literatura e os artistas**, cit. p. 61.

simbólico, que nos propicia “apenas um conhecimento falho e impreciso” do inconsciente.<sup>480</sup> É essa noção de ambiguidade, tão importante na psicanálise – e na obra de Eça, como já vimos – que escapa sempre a Simões.<sup>481</sup>

Entretanto, citei no início desta seção que Simões foi, apesar de tudo, bem-sucedido em seu quarto intuito – o de desafiar o salazarismo. Acrescento, agora, que esse sucesso só foi possível devido às suas falhas anteriores, em particular à leitura precária de Freud. Já munidos de uma compreensão global do que foi sua biografia queirosiana, vejamos como isso se deu.

### 3.3.3 - O rebaixamento

Quando finalmente foi lançada, a biografia de Simões foi bem recebida pelo público português. O jornal *1º de Janeiro*, por exemplo, atribuiu ao livro o prêmio de melhor obra sobre Eça de Queirós publicada em Portugal no ano de 1945, o que rendeu a Simões a importância de dez mil escudos.<sup>482</sup> Entretanto, nos corredores do SNI, a impressão deixada pelo volume parece ter sido a oposta. Podemos deduzir isso pois, após o lançamento da obra, ocorrido em junho, o poeta sintrense Francisco Costa (que pertencia à pequena facção de escritores leais ao regime) foi convidado a apresentar uma das conferências queirosianas programadas pelo órgão público para o fim daquele ano. Sua fala, intitulada *Eça visto por si próprio*, foi uma crítica feroz ao livro de Simões, e podemos atribuir essa escolha temática a António Ferro e/ou a António Eça.<sup>483</sup> A conferência do próprio António Eça, no mesmo ciclo, também foi recheada de referências veladas ao trabalho de Simões, como mostra este trecho, em que a citação da “espessura” do volume biográfico referido (assim como a referência a sua encadernação em capa preta) não deixa dúvidas de que se trata de uma estocada no calhamaço:

<sup>480</sup> FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

<sup>481</sup> Pude explorar de maneira mais extensiva os limites da compreensão psicanalítica de Simões em sua análise da obra de Eça de Queirós na seguinte conferência: GÓES, Breno. Raposo no Divã. In: SIQUEIRA, José Carlos e SIQUEIRA, Ana Márcia. **A relíquia do mandarim**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 143.

<sup>482</sup> Reportagem de jornal: “Prêmios literários de *O primeiro de Janeiro*”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 dez. 1945.

<sup>483</sup> Embora não saibamos em que termos o convite a Silveira foi feito, temos a certeza de que todos os demais convites vieram com uma sugestão temática prévia, o que indica que terá sido esse também o *modus operandi* no caso presente.

Ressalvando-se exceções, algumas das quais admiráveis, Eça de Queirós criança, estudante, homem de letras, de mundo e de família foi mal compreendido e demasiadas vezes apresentado, em folhetos, conferências, estudos, biografias e *em espesso e plúmbeo volume*, por uma forma ingrata, completamente falsa; deturpação filha de pouco honesta fantasia, ou, caso mais grave, de especulação política.<sup>484</sup>

O tema não saiu da cabeça do filho caçula de Eça. Em 1950, cinco anos após a publicação de *Eça de Queirós – O homem e o artista*, António Eça de Queiroz publicou o livro *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, que aprofunda temas tratados na conferência de 1945.<sup>485</sup> O primeiro e mais importante capítulo dessa obscura obra, sobre o qual será necessário um comentário, é uma resposta longa e bastante violenta à biografia de João Gaspar Simões. Em mais de 70 páginas, o filho caçula de Eça de Queirós não apenas aponta inúmeros defeitos no livro do presencista, como também ofende o crítico, questiona sua virilidade e chega a lhe fazer ameaças veladas.<sup>486</sup> Logo nas primeiras páginas do livro, no entanto, António lamenta, com um desdém sarcástico, que seu ataque não será levado a sério entre os literatos portugueses devido à sua conhecida simpatia pelo fascismo. Isso porque essa forma política que tanto animara a Europa antes da guerra já se convertera, naquele ano, numa visão de mundo maldita que (mesmo no Portugal salazarista) não podia mais ser defendida abertamente:

Eu sei perfeitamente que estou abrindo a cova onde devo cair se me fizerem a graça de me fuzilar... literariamente – não devido ao grau ou qualidade de minha forma literária, mas sim ao sombrio crime das minhas posições totalitárias. Gente séria, honesta e prudente, reprovará de boa-fé o meu arrazoado, chocada pela convicção – aliás derisória (sic) – de eu ter ofendido um dogma: liberdade de crítica.

<sup>484</sup> QUEIROZ, António Eça. Conferência de António Eça de Queiroz. In: SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950. p. 264.

<sup>485</sup> QUEIROZ, António Eça. *Desafronta à memória de Eça de Queirós*. Lisboa: Lello & Irmão, 1950.

<sup>486</sup> Em dado momento da *Desafronta*, após qualificar seu adversário de “doente” e “sádico”, António Eça declara que “teria gosto em dissecar a alma, o coração e o cérebro do sr. João Gaspar Simões – seria uma experiência regeladora” (p. 87). Pouco depois, faz uma insinuação a respeito da pouca virilidade de Simões, quando diz que ele jamais poderia compreender a natureza da relação entre um homem e uma mulher, e complementa: “sei de antemão que muitos daqueles que me lerem hão de sorrir, maliciosamente, ao ler estas palavras, por compreenderem admiravelmente aquilo que pretendo insinuar” (p. 97). António possuía plena consciência do teor ofensivo de suas palavras, chegando a anotar que “é natural que ao sr. João Gaspar Simões (...) pareça que me desviei, profundamente, do campo da discussão, ou mesmo do ataque literário, para trilhar os caminhos do campo pessoal onde, é evidente, se correm riscos mais ásperos do que os das escaramuças da polémica” (p. 87).

Arrostarei alegremente com essa reprovação filha de cediças ideias fixas de velhos preconceitos burgueses...<sup>487</sup> (QUEIROZ, 1950, p. 24)

Seria de se imaginar, a partir dessa ressalva inicial, que o problema de António Eça com o biógrafo de seu pai fosse fundamentalmente de ordem político-ideológica. De fato, em trechos de sua *Desafronta*, António reclama de que Simões teria pintado o autor do *Crime do Padre Amaro* como um “revoltado”<sup>488</sup>, um socialista que usaria um “lenço demagógico amarrado no pescoço”<sup>489</sup> e pertenceria à “Internacional”.<sup>490</sup> A acusação não é sequer justa: afora a referência à “Internacional”, que, como já vimos no primeiro capítulo desta tese, era algo que o próprio Eça chegou a dizer de si próprio<sup>491</sup>, a biografia de Simões não enfatiza propriamente o socialismo de Eça, apenas o representa como um símbolo da democracia, quando o trata no prefácio como “mestre da liberdade intelectual”. Para além disso, tudo o que se pode citar em termos de comentários políticos na biografia simoniana se reduz à suspeita de certos comentadores modernos, como Miguel Real, de que o desprezo que Simões nutre pela obra tardia de Eça de Queirós (por ler neles certo conformismo social) seria automaticamente uma valorização do carácter panfletário do jovem Eça de *O Crime do Padre Amaro*.<sup>492</sup> Estaríamos, nesse caso, diante de uma ironia: o livro de Simões acabaria contribuindo para vincar mais uma ideia da qual o próprio António Eça foi um grande divulgador: a noção do filho pródigo, de que Eça teria sido um revolucionário em sua juventude e um reacionário em sua maturidade.

Em que pese a injustiça da reclamação político-ideológica de António, temos que reconhecer que este não é o ponto central de sua invectiva contra Simões. O foco da *Desafronta* não é político ou, pelo menos, não o é explicitamente. Seu grande rancor contra o biógrafo de seu pai tem a ver, sobretudo, com o quanto Simões teria nos apresentado em seu livro um Eça demasiadamente humano, “ordinário”<sup>493</sup>, sujeito às mesmas vicissitudes que acometem as pessoas comuns. Algumas dessas vicissitudes seriam de ordem física: António Eça reclama, por exemplo, de Simões tratar seu pai como alguém

<sup>487</sup> *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, cit. p. 24.

<sup>488</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 68.

<sup>490</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>491</sup> Ver a seção 1.1 do primeiro capítulo desta tese.

<sup>492</sup> *O último Eça*, cit. p. 74.

<sup>493</sup> *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, cit. p. 287.

que tinha “incômodo de intestinos” e que no fim da vida teve uma aparência repugnante, com “a cara chupada, o bigode deprimido e qualquer coisa de esverdeado (...) na cor mórbida da pele”.<sup>494</sup> Mas outras das características atribuídas por Simões a Eça incomodam António em sua dimensão moral, como o fato de que Eça teria frequentado prostitutas – ou “aventureiras de bordel” – em sua juventude.<sup>495</sup> Finalmente, há uma dimensão psicológica nas rejeições do caçula: ele se ergue contra Simões por ter pintado seu pai como alguém mentalmente “torturado” por “complexos de inferioridade” (p. 284).<sup>496</sup>

Embora António repita constantemente em seu livro que Simões seria mentiroso e mal-informado em suas pesquisas, o foco do texto não está em desmenti-lo objetivamente, e sim em apresentar ao leitor um Eça alternativo, que ele diz encontrar em suas reminiscências infantis, e que é em tudo oposto ao de Simões. Eis um parágrafo exemplar para ilustrar como o filho se lembra do seu pai:

Um homem tão superior em tudo – decerto um dos mais puros gênios e dos mais finos talentos do século – príncipe, pelo espírito e pela qualidade, no seu mundo que foi sempre o melhor e o mais alto da sua época; alegre, risonho, bondoso, infinitamente perspicaz, consciencioso, é claro da sua indiscutível superioridade – embora natural e muito fidalgamente destituído de prosápias.<sup>497</sup>

Temos, portanto, a oposição entre um Eça repleto de imperfeições físicas, morais e psicológicas e um outro imaculado e “superior”. Não é difícil vermos reproduzida aqui a mesma dicotomia que Bataille apresentou como preâmbulo de sua conceitualização do fascismo, entre uma heterogeneidade inferior – ligada à fisicalidade, ao erotismo e ao despeito pela moral – e outra superior – esta ligada ao “espírito”, à elegância e a certa assepsia. Essa recuperação dos termos de Bataille nos permite associar a defesa que António Eça faz do próprio pai à sua posição no campo político-ideológico: sua concepção de um Eça de “indiscutível superioridade” não é apenas a defesa filial da honra familiar, mas uma posição coerente com a lógica fascista de produzir pedestais de indiscutível e inatingível

<sup>494</sup> Simões trata do tema em *Eça de Queirós: o homem e o artista*, cit. p. 487. A reclamação de António Eça é explicitada em *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, cit. p. 56.

<sup>495</sup> *Eça de Queirós: o homem e o artista*, cit. p. 487.

<sup>496</sup> *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, cit. p. 284.

<sup>497</sup> *Ibid.*, pp. 55-56.

superioridade, de onde é possível atacar a heterogeneidade inferior, em favor de uma sociedade homogênea na qual certas possibilidades de diferenciação são proscritas. É notável, neste sentido, a afirmação de António Eça de que Simões teria pintado seu pai como alguém com “anormalidades” e “taras”.<sup>498</sup> São palavras que usualmente – e ainda mais no Portugal daquele tempo – descrevem predicados que tornam seus portadores dignos de proscrição. É no âmbito desse desconforto provocado em António Eça que podemos compreender claramente o efeito que Simões obteve quando apresentou Eça de Queirós dessa forma ao seu leitor.

Já vimos, na seção anterior, que Simões foi colher em Freud a compreensão de que as idiossincrasias e questões psicológicas da vida de Eça seriam no fundo as responsáveis pela beleza de sua obra artística, na lógica da sublimação proposta pelo pai da psicanálise. A questão é que, munido dessa tese apriorística – e esquecido das recomendações de Fernando Pessoa, de usá-la parcimoniosamente – Simões trabalha desde o primeiro momento a história de seu biografado de um modo conveniente para exagerar esse processo: em seu livro, quase todos os episódios da vida de Eça narrados geram traumas, desejos reprimidos e outros conflitos psíquicos. A história do nascimento do escritor – que se deu antes do casamento de seus pais, o que motivou a exclusão do nome de sua mãe da certidão de nascimento – é transformada numa sombria narrativa de abandono, que culminaria no fato de Eça ter sido um bebê “enjeitadinho”.<sup>499</sup> Isso é apresentado como a origem indiscutível de seu complexo de inferioridade. O biógrafo – sem apresentar fonte alguma para isso – chega a sugerir que o jovem Eça de Queirós teria nutrido uma paixão pela própria mãe, quando a conheceu tardiamente, numa tentativa um tanto forçada e simplista de fazer encaixar em seu biografado a célebre teoria freudiana do complexo de Édipo:

Ao ver a mãe, pela primeira vez, qualquer coisa de maravilhoso e dorido lhe entra na alma. É a sua mãe aquela senhora jovem, de modos bonitos e feições delicadas? Porque não lho disseram há mais tempo? E o pequeno José Maria, que até aí vivera entre velhos e gente boçal, sente um deslumbramento perante aquela mulher que lhe dizem ser

<sup>498</sup> Ibid., p. 83.

<sup>499</sup> **Eça de Queirós: o homem e o artista**, cit. p.365. O termo “enjeitadinho” é recuperado por Simões de um trecho do *Crime do Padre Amaro*, e utilizado como epígrafe no capítulo que descreve o nascimento de Eça de Queirós.

sua mãe. Então nasce no fundo do seu coração uma paixão ardente e indefinível, que durará toda a vida.<sup>500</sup>

Trechos como esse abundam na obra de Simões. Diante de uma interpretação de tal ordem, António Eça se enche de ira. Não consegue conceber a ideia de que um homem pudesse escrever tais coisas sobre seu pai e ao mesmo tempo admirá-lo. Para António, o propósito secreto de Simões seria o de “deselegantizar, desnivelar, amesquinhar, ordinarizar física, moral e mentalmente a pessoa e a arte de Eça de Queirós”.<sup>501</sup> O que escapa a sua compreensão é precisamente uma ambiguidade fundante, quer do livro de Simões, quer da própria teoria da sublimação freudiana: a de que não haveria entre os desajustes psíquicos de um artista e sua obra uma relação de oposição, e sim uma relação condicional. Em outras palavras, seria preciso que o primeiro termo existisse para que o segundo pudesse se dar. De alguma maneira, o juízo que António Eça faz do livro de Simões é uma espécie de comprovação das recomendações que Fernando Pessoa fizera a seu amigo tantos anos antes. A de que, “aos olhos do público”, a interpretação psicanalítica de um autor conduziria ao seu “rebaixamento automático”.

Ora, é evidente que Fernando Pessoa escreveu essas palavras pensando em si mesmo, temendo o “rebaixamento” que uma crítica psicanalítica exerceria sobre sua obra como algo negativo, danoso a sua reputação. Convém indagarmos se o mesmo seria verdade em relação a Eça de Queirós. É preciso lembrar o que vimos no começo do segundo capítulo desta tese: desde seu falecimento, em 1900, o autor de *Mistério da estrada de Sintra* foi rapidamente erguido ao pedestal de figura canônica da literatura portuguesa, colocado em uma posição imensamente distante do mundo comum e tornado absolutamente indiscutível em sua genialidade. Já vimos como Eça de Queirós tornou-se um “homem de mármore”, em Portugal, de uma estatura simbólica comparável apenas a do próprio Luís de Camões. Vimos também o quanto esse processo nublou a percepção que se podia ter dele enquanto uma figura polêmica, pertencente ao presente português, implicada em seu meio e seu tempo. Finalmente, vimos que, embora essa ideia de um Eça de Queirós indiscutível tenha sido propalada por ideólogos reacionários como Alberto Campos, ela também se fez notar em debates à esquerda do campo

<sup>500</sup> Ibid., p. 36.

<sup>501</sup> **Desafrenta à memória de Eça de Queirós**, cit. p. 51.

político, entre eles aquele havido entre Castelo Branco Chaves e José Rodrigues Miguéis (no qual o sentido da obra de Eça é o único ponto indiscutível). Ora, a hipótese para a qual se aponta aqui é a de que o “rebaixamento” operado por Simões teria acabado por fazer Eça de Queirós descer das alturas de seu pedestal até o rés-do-chão de Lisboa, o nível ocupado pelos homens comuns, com problemas comuns. Precisamente o ambiente para o qual sua obra fora escrita, em primeiro lugar.

Explicuemos melhor esse processo. Começemos por lembrar que o Eça de Queirós de João Gaspar Simões é um homem que aponta dramaticamente para direções opostas: sua personalidade é uma máscara que mostra ao público o oposto do que se passa em sua vida psíquica interior, e sua obra carrega camadas de sentido que não necessariamente são coerentes entre si. Seu *Crime do Padre Amaro* parece na superfície uma crítica anticlerical, mas é também uma expressão da angústia de Eça por ser um “enjeitadinho”. Suas obras de fantasia (como o *Mandarim*, a *Relíquia* e a apenas esboçada *Batalha do Caia*) escondem por trás de suas histórias mirabolantes uma “regeneração” psíquica de Eça em relação aos seus traumas. Creio que não era esta a intenção do biógrafo, mas há algo no Eça de Gaspar Simões que acaba por lembrar aquele de Mário Sacramento, que também apontava simultaneamente para direções opostas na suspensão provocada por seu discurso irônico. Em ambos os casos, o escritor só pode ser decifrado por leituras que considerem em simultâneo as distintas perspectivas ali apontadas – isto é, reconhecendo a dimensão ficcional de seu discurso – ou através de polémicas no espaço público em que diferentes leitores debatessem esses vetores de sentido.

Mas há algo mais que Simões traz de novidade em sua biografia, e que não estava esboçado nem sequer no livro de Sacramento: é essa espécie de autorização moral para que se polemize em torno de Eça de Queirós. Se, como diz Simões, o que há de genial na obra do romancista advém da forma como ele sublimou traumas advindos de eventos triviais, possíveis de acontecer com uma pessoa comum (as idiossincrasias do relacionamento de seus pais, a sua relação com a própria mãe, etc.), Eça de Queirós, de repente, só se torna legível quando olhado como uma pessoa comum, fora do pedestal do cânone literário que o tornava indiscutível.



Na mesma medida em que a figura de Eça, considerada em sua totalidade, perde a importância de gênio inatingível das letras portuguesas, cada fragmento de sua vida e sua obra se reveste de uma importância renovada ao se tornar passível de interpretação. Até mesmo – para o desgosto de António Eça – seus “incômodos de intestinos”. Trata-se do poder que a psicanálise tem (mesmo quando precariamente utilizada, como parece ser o caso) de transformar tudo em “rastros, vestígios ou fósseis”, como escreveu Jacques Rancière em um ensaio sobre o tema, chamando a atenção para “a grande regra freudiana de que não existem ‘detalhes’ desprezíveis, de que, ao contrário, são esses detalhes que nos colocam no caminho da verdade”.<sup>502</sup>

Não podemos minimizar a importância política de um “rebaixamento” dessa ordem, especialmente no contexto de esfera pública policiada que caracterizava o Portugal de Salazar. A despeito de sua vontade, a figura que António Ferro e António Eça tinham escolhido celebrar como símbolo salazarista ia se configurando mais e mais como um objeto estranho à ordem do regime. Se Mário Sacramento concebeu um Eça de Queirós que só podia ser compreendido naquilo que sua obra possuía de ambíguo, o que já favorece uma instância de debate em tudo oposta à esfera pública interdita do Estado Novo, João Gaspar Simões parece ter dado as condições necessárias para que esse debate pudesse ocorrer ao aproximar Eça do homem comum. António Eça sabia muito bem qual tipo de ameaça política ao fascismo espreitava por trás dessas aventuras literárias, ou não teria escrito essas palavras ao fim de sua *Desafronta*:

O que é indiscutível é que neste inglório esforço de puxarem Eça de Queirós para baixo, de o ordinarem, há uma singular e nítida subserviência ao Deus da época, o *Demos*.<sup>503</sup> (QUEIROZ, 1950, p. 287).

É de democracia que se trata aqui, mesmo que reconheçamos o trocadilho infame que o filho de Eça de Queirós está fazendo com a palavra “demônio”. A seriedade do temor que António Eça expressa ficará mais compreensível nas duas seções finais deste capítulo, quando exploraremos – através da análise do *Livro do centenário* e de outras obras menores – as consequências dessas transformações

<sup>502</sup> RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 36.

<sup>503</sup> *Desafronta à memória de Eça de Queirós*, cit. p. 287.

democráticas que Mário Sacramento e João Gaspar Simões produziram nas leituras de Eça de Queirós.

### 3.4 - Frente Ampla Queirosiana

A ideia de que o centenário de Eça de Queirós poderia ser uma boa ocasião para a oposição antissalazarista se manifestar é mais antiga que os esforços individuais de Mário Sacramento e João Gaspar Simões, aos quais tenho atribuído uma importância excepcional no estabelecimento da relação entre a obra de Eça e a oposição. Tudo o que Simões e Sacramento fizeram – e não foi pouco – foi criar as condições para que essa manifestação tomasse a forma plural e desbragada que tomou, ao ressaltar a ficcionalidade da obra de Eça. Para que o escritor centenário se tornasse um símbolo da Frente Ampla, entretanto, foi necessária a conjunção dessa mudança de paradigmas com outros esforços que já vinham sendo feitos. Vejamos como se deu esse processo.

#### 3.4.1 - Os exilados do Brasil e o Livro do Centenário

No dia 18 de outubro de 1944, o então diretor da revista *Seara Nova*, Luís da Câmara Reis, deu uma entrevista sobre Eça de Queirós ao jornal *1º de Janeiro*, do Porto. Nela, anunciou que estava trabalhando num projeto de largo escopo em torno do autor de *A relíquia*: a edição de um livro comemorativo de seu centenário, contendo ensaios de escritores portugueses, espanhóis, brasileiros e americanos.<sup>504</sup> Na entrevista, Câmara Reis tem o cuidado de dizer apenas lugares comuns sobre Eça, ressaltando que ele “teria nos ensinado a escrever português de outra maneira”, e criara personagens de “viçosa frescura”. Nada, portanto, afirmava explicitamente o caráter político oposicionista do projeto que se anunciava, a não ser um detalhe: em certo ponto da entrevista, Reis aponta como seu colaborador na organização do *Livro do centenário de Eça de Queirós* o médico e historiador republicano (com simpatias anarquistas) Jaime Cortesão.

Se naquele ano de 1945 a *Seara Nova* já era uma revista muito explicitamente identificada com a oposição ao salazarismo, nenhum dos

<sup>504</sup> REIS, Luís da Câmara. [entrevista ao] **1º de Janeiro**. O Porto, 18 out. 1944.

intelectuais associados ao grupo seareiro cumpria tão bem o papel de militante antifascista quanto Cortesão. Isso porque sua oposição a Salazar e aos demais fascismos europeus não se restringia ao debate das ideias. Segundo o historiador Luís Farinha, Cortesão, que adquirira experiência militar ao lutar na Primeira Guerra Mundial, pegou em armas contra a ditadura militar portuguesa em 1927, no movimento que ficou conhecido como “Revirinho”.<sup>505</sup> O mesmo historiador nos conta que, após ser derrotado, Cortesão partiu para o exílio na Espanha, de onde coordenou por anos a resistência armada à ditadura e ao salazarismo, quando esse finalmente se instaurou. Em 1939, novamente derrotado ao combater contra as falanges de Franco, no âmbito da Guerra Civil espanhola, Cortesão acabou por se exilar no Brasil. E era do país sul-americano que esse extraordinário oponente do salazarismo se articulava com seus antigos colaboradores da *Seara Nova*, com outros exilados e com um bom número de intelectuais brasileiros para combater o fascismo português, agora no campo cultural. O *Livro do centenário de Eça de Queirós* (doravante, *Livro do centenário*), do qual Cortesão foi, na verdade, o grande idealizador<sup>506</sup>, foi apenas uma entre outras formas que essa grande articulação oposicionista assumiu.

O ano de 1945, inclusive, foi um ponto de virada para as expectativas do grupo de portugueses antissalazaristas exilado no Brasil. Segundo a historiadora Heloísa Paulo, o consenso a favor da democracia que se formou no país, por causada participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, “tornou mais intensa” a atividade daqueles militantes e intelectuais portugueses que moravam em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, e que – ao contrário da maior parte da comunidade portuguesa nessas cidades – não nutria qualquer simpatia por Salazar.<sup>507</sup> Uma das sociedades representativas desse grupo, a União dos Democratas Portugueses – presidida por Cortesão, no Rio de Janeiro, e ligada sobretudo à oposição republicana e liberal –, começou a receber um número maior de adesões naquele ano, deixando de ser um grupo com “meia dúzia” de

<sup>505</sup> FARINHA, Luís. Jaime Cortesão na resistência republicana contra a ditadura e o Estado Novo. In: **Jaime Cortesão**. Lisboa: Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, 2020. p. 55..

<sup>506</sup> Na nota final do *Livro do Centenário*, Jaime Batalha Reis afirma que a “iniciativa” do volume partiu de Cortesão (REIS, Luís da Câmara. Nota Final. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 709).

<sup>507</sup> PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: os “Budás” e a oposição antissalazarista. *Portuguese Studies Review*, vol. 14, nº 2, Jul. 2006, p. 136.

simpatizantes.<sup>508</sup> Outros militantes, estes, comunistas, conseguiram angariar um grande número de apoiadores entre a intelectualidade brasileira, levando à fundação da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa.<sup>509</sup> Finalmente, em abril daquele ano – seguindo a estratégia da Frente Ampla, ou Frente Popular –, formou-se o Comitê Português Antifascista, unindo diversos grupelhos em uma única frente que englobava “elementos de diversas matrizes políticas”, como republicanos, comunistas, socialistas e anarquistas.<sup>510</sup> A composição desse último grupo era diversa a ponto de incluir Tomás Ribeiro Colaço, a despeito de sua posição política conservadora. O famoso cronista carioca Rubem Braga registrou essa sua faceta ao se referir a Colaço, em uma crônica, como um “ilustre jornalista e escritor monarquista e antissalazarista”.<sup>511</sup>

Colaço, que (segundo Rubem Braga) residia desde 1940 no Rio de Janeiro, era então uma das figuras mais vocais entre os exilados oposicionistas. Enquanto Jaime Cortesão articulava nos bastidores a produção do livro queirosiano, Colaço foi o primeiro daquela comunidade a falar publicamente sobre o centenário de Eça, ao publicar no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 5 de março de 1945, uma “Carta a António Eça de Queiroz”.<sup>512</sup> Colaço protesta contra o fato de que o centenário de Eça “se processe nas malhas da nossa policial 'propaganda'”, lamentando especialmente que isso se desse “com um filho do glorioso escritor metido na engrenagem”. Afirma que Eça de Queirós teria tido uma péssima opinião sobre o “totalitarismo” salazarista, e acusa o regime de querer “anexar” o centenário de um escritor que era símbolo da “liberdade” para torná-lo “inofensivo, benigno”, disfarçado de “ardente nacionalista”.

Apenas por essas previsões admiravelmente acuradas, já poderíamos considerar sua carta como um documento importante. De fato, Colaço compreendeu cedo – e com alguma precisão – as preocupações e intenções do SNI a respeito da efeméride queirosiana. Mas o texto possui outro mérito, que aqui nos interessa mais: quando o exilado denuncia a captura do centenário de Eça pela “propaganda” salazarista, ele imediatamente anuncia que irá dar aos leitores do *Correio da Manhã* uma “definição imaginosa” do que seria essa propaganda. A

<sup>508</sup> Ibid., p. 135.

<sup>509</sup> Essa associação já foi citada anteriormente, na seção 2.3.3 do capítulo 2 desta tese.

<sup>510</sup> O exílio português no Brasil: os “Budás” e a oposição antisalazarista., p. 136.

<sup>511</sup> BRAGA, Rubem. **Os segredos todos de Djanira**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016, p. 135.

<sup>512</sup> COLAÇO, Tomás Ribeiro. “Carta a António Eça de Queiroz”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1945

partir desse ponto, passa a tentar imaginar com que palavras o próprio Eça de Queirós teria descrito esse aspecto específico do fascismo português, imitando, para isso, o estilo do romancista. Recorre ao vasto repertório de metáforas e ironias queirosianas para apresentar ao público brasileiro o funcionamento da repressão portuguesa. Segundo Colaço, a censura seria como as “palas de couro” que se colocam nos cavalos para que o animal ignorasse tudo “quanto ocorre à direita ou à esquerda”. E continua, agora abordando na mesma metáfora a propaganda:

Mas isso não era bastante. Lá em frente, neste pedaço de horizonte ainda permitido, poderia haver a tentação inconveniente, a compreensão do caminho errado, tudo quanto atraí com excesso ou revolta com justiça um cavalo – sobretudo se for humano. Então o totalitarismo arranhou uns fabricantes de cenários; e pendurou cenários diante dos olhos semivendados da besta, em paus destramente amarrados aos varais. Assim o bom quadrúpede contempla, adiante, em vez dos pedaços de verdade que poderia ver – a boa estrada, o porto abrigoso, a colheita farta, livros de escrituração onde se adivinha o belo cursivo, represas tremeluzindo ao luar, a imagem do bondoso senhor que lhe dará, regrada e pontual, a palha (...) Isto não a conhecia o Pinteus, e é a “propaganda”.<sup>513</sup>

Como se pode ver, Tomás Ribeiro Colaço aproveitou-se das polêmicas envolvendo o centenário queirosiano como ribalta para denunciar no Brasil as práticas totalitárias do SNI. Após sua metáfora, lista alguns crimes do regime, chegando a citar António Sérgio, Afonso Lopes Vieira, Ferreira de Castro e Hipólito Raposo como intelectuais que teriam sido perseguidos por Salazar. Esse texto, portanto, registra o aparecimento de uma ideia que então apenas começava a ganhar corpo entre a oposição portuguesa: a de que haveria algo de específico em Eça de Queirós que o tornaria especialmente conveniente como pretexto para atacar o salazarismo. E mais: que aquilo que seria útil às oposições não seria apenas esta ou aquela posição política de Eça, mas também algo um pouco mais difuso: sua escrita metafórica.

Tomás Ribeiro Colaço, apesar de tudo, não escreveu, ele próprio, um capítulo para o *Livro do centenário* que Cortesão vinha idealizando. Talvez tenha interferido, assim, no seu destino: o fato de seu texto ter tomado a forma de uma

<sup>513</sup> COLAÇO, Tomás Ribeiro. “Carta a António Eça de Queiroz”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 mar. 1945.

carta pública destinada a António Eça pode haver contribuído para aumentar ainda mais a indisposição com que o filho de Eça tratou a homenagem ao pai organizada pelo grupo de exilados brasileiros. Na “Nota Final” do *Livro do centenário*, Câmara Reis conta como, desde 1944, ele havia informado António Eça da intenção de se realizar a coletânea, convidando o subdiretor do SNI a contribuir para ela, e lhe pedindo o acesso a manuscritos e outros documentos de seu pai que pudessem vir a ilustrar a publicação.<sup>514</sup> Segundo Reis, António Eça nunca respondeu a nada disso. O editor, no mesmo texto, qualifica esse silêncio como algo fora “das normas da impecável correção”, mas é evidente que o dissenso político que separava os oposicionistas e o salazarismo – agravado pela carta de Colaço – minava desde o princípio qualquer possibilidade séria de colaboração. Certamente, o convite a António Eça terá sido uma mera formalidade, já contando com o seu “não”.

O livro, apesar de tudo, foi publicado, e é até hoje reconhecido como uma das contribuições críticas mais notáveis já feitas à bibliografia queirosiana. Na mesma “Nota Final” que já citamos, Luís da Câmara Reis informa que Jaime Cortesão havia incumbido a ele e a Paulo Duarte que requeressem e organizassem ensaios de autores portugueses e europeus – ainda que, na prática, apenas o próprio Câmara Reis assinasse a organização dessa porção da obra. Ao mesmo tempo, Cortesão pediu que a crítica e biógrafa brasileira Lúcia Miguel Pereira coordenasse a contribuição de autores brasileiros e do continente americano.<sup>515</sup> Câmara Reis e Miguel Pereira cumpriram suas tarefas com admirável mérito, especialmente se observarmos as dificuldades de correspondência que o período de guerra deve ter impingido às comunicações entre organizadores e autores.<sup>516</sup>

Neste sentido estritamente geográfico, basta passar os olhos pelo índice do livro para constatar que o feito de Lúcia Miguel Pereira salta aos olhos. A intelectual mineira angariou ensaios de autores renomados, oriundos de pontas bem distantes do Brasil: desde o gaúcho Moysés Vellinho até o paraense Dalcídio Jurandir. É verdade que essa variedade é um pouco perturbada pelo fato de o livro contar com um número especialmente grande de intelectuais de Pernambuco (que

<sup>514</sup> Nota Final, cit. p. 710.

<sup>515</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. In: REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p. 7.

<sup>516</sup> Câmara Reis, especificamente, atribui a esse fator a ausência de um texto de Paulo Duarte no livro: seu ensaio teria se perdido “nos correios da guerra” (Nota Final, cit. p. 709).

era o estado de onde vinha Otávio Tarquínio de Sousa, esposo de Lúcia): além do próprio Otávio, temos Gilberto Freyre, Álvaro Lins, Luiz Delgado e Manuel Bandeira, para não falar em Aurélio Buarque de Holanda (alagoano, mas pertencente a uma tradicional família de Pernambuco). A favor desse sobrepeso pernambucano, por outro lado, podemos citar que pelo menos três entre esses nomes (Bandeira, Freyre e Buarque de Holanda) já estavam então entre as figuras mais importantes da intelectualidade brasileira; além disso, Álvaro Lins foi ele próprio um biógrafo de Eça de Queirós<sup>517</sup> e, de uma maneira geral, Pernambuco é um estado brasileiro em que a popularidade queirosiana parece ter sido especialmente grande e duradoura.<sup>518</sup> Para além dos nomes já citados, a porção brasileira do livro contou ainda com Lauro Escorel (SP), Olívio Montenegro (PB), José Lins do Rego (PB), Gilberto Amado (SE), a própria Lúcia Miguel Pereira (MG), e, finalmente, dois nomes particularmente notáveis: um deles era o do fundador e primeiro presidente do Partido Comunista Brasileiro, Astrojildo Pereira, que precisamente naquele ano de 1945 encerrava um longo período de afastamento da militância – em que se dedicou exclusivamente à crítica literária – para retomar as atividades partidárias.<sup>519</sup> Seu belo artigo no *Livro do Centenário* carrega marcas dessa transição. Outro nome que se deve destacar é o do sobrinho de Lúcia Miguel Pereira, um jovem socialista que recém assumira um posto na Universidade de São Paulo, após formar-se em Letras e Sociologia, e começava a

<sup>517</sup> Álvaro Lins foi autor do ensaio biográfico *História Literária de Eça de Queirós* (1939).

<sup>518</sup> Sobre o tema, o professor José Rodrigues de Paiva nos dá o verbete “Recepção de Eça no Recife”, no *Dicionário Eça de Queirós*. Para além de ressaltar o caráter entusiasmado e longo do “ecianismo” na capital pernambucana, Paiva resalta especificamente o centenário de 1945 como um ponto alto desse movimento. Lendo seu verbete, constatamos que as comemorações queirosianas no Recife só encontram paralelo naquelas promovidas pelo SNI: “por se tratar do ano do centenário do escritor, a Prefeitura Municipal do Recife, através da sua Diretoria de Documentação e Cultura, então dirigida por José César Regueiro Costa, promoveu um vasto programa de homenagens, onde se destacaram dois concursos, um de monografias sobre a obra de Eça, outro de desenhos e pinturas estimulando a recriação plástica de personagens e situações dos romances do escritor.” (PAIVA, José Rodrigues de. *Recepção de Eça no Recife*. In: MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.). Seu verbete cita diversas palestras e programas de rádio queirosianos, além de decorações alusivas a Eça nas livrarias da cidade.

<sup>519</sup> Para um esboço biográfico de Astrojildo Pereira, cf. BELOCH, Israel. Astrojildo Pereira. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astrojildo-pereira-duarte-silva>>, acessado em 23/01/2022.

trilhar o caminho que o transformaria no mais célebre crítico literário brasileiro: Antonio Candido.<sup>520</sup>

Numa seção intermediária entre os ensaios de autores brasileiros e portugueses, o *Livro do centenário* também contou com alguns textos de não-lusófonos. Assim como no caso do livro organizado pelo SNI, no entanto, esses também não foram tão numerosos quanto seus organizadores almejavam: restringiram-se ao crítico literário argentino Roberto Giusti, o poeta uruguaio Roberto Ibáñez, o professor cubano Raimundo Lazo, o escritor espanhol Antonio Espina e os lusitanistas Gerald M. Moser (EUA), Aubrey Bell (UK) e Philéas Lebesgue (FR). Embora haja pontos de interesse em alguns desses ensaios, especialmente o de Lebesgue, não será possível (para não fugirmos demais do tema desta tese) tratar deles longamente.

Do lado português, a variedade que se deve destacar não é tanto a geográfica, mas a político-ideológica. O índice do *Livro do centenário* nos informa que a seleção de patrícios de Eça de Queirós reunida por Luís da Câmara Reis incluiu desde o monarquista Vieira de Almeida até o comunista Mário Sacramento, e o ferrenho anarquista Jaime Brasil.<sup>521</sup> Há, no livro, autores com um histórico ligado à extrema-direita, como os já anteriormente citados Fidelino de Figueiredo e Forjaz Trigueiros, e outros famosos por suas posições radicalmente à esquerda, como Ferreira de Castro e Adolfo Casais Monteiro. Entremeando-os, Câmara Reis angariou textos de diversos ensaístas identificados com diferentes matizes do republicanismo liberal, todos eles possuidores de trajetórias políticas muito diferentes entre si: João Gaspar Simões, António Sérgio, Castelo Branco Chaves, João de Barros, João Barreira, Hernani Cidade, Sant'Anna Dionísio, Roberto Nobre, Adriano Gusmão e João Pedro de Andrade. Para além da pluralidade política, essa seleção também se destaca pela variedade de interesses estéticos abarcada pelos envolvidos: Adriano Gusmão relaciona Eça às artes plásticas, João Pedro de Andrade ao teatro, Roberto Nobre ao cinema e João de Barros à poesia, apenas para ficar em alguns exemplos.

<sup>520</sup> Para um esboço biográfico de Antonio Candido, cf. FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Antonio Candido**. disponível em

<[https://www.ebiografia.com/antonio\\_candido/](https://www.ebiografia.com/antonio_candido/)> , acessado em 25/05/2022.

<sup>521</sup> Diversos autores citados neste parágrafo e no próximo já foram referidos em pontos anteriores desta tese, quando foi analisado seu posicionamento político-ideológico. Para as informações sobre os demais, foi consultada a *História da literatura portuguesa*, de Óscar Lopes e António José Saraiva.



Todos esses autores, advindos de diversos pontos do espectro ideológico, parecem ter em comum apenas a oposição ao salazarismo, uma oposição que – na maior parte dos casos – foi bastante vocal, registrada em manifestos e abaixo-assinados. Alguns, como Sacramento e Casais Monteiro, consistentemente perseguidos pelo regime, foram presos diversas vezes.<sup>522</sup> Entre os autores brasileiros, como vimos no episódio da “Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa”, vários se manifestaram naquela altura contra Salazar, inclusive Gilberto Freyre (que apenas três anos depois se converteria em um importante apoiador do regime). Mesmo os que não o fizeram, contudo, colocavam-se publicamente como antifascistas, de maneira geral.

A única exceção a esse espírito é a de Forjaz Trigueiros, que, como já vimos, era não apenas um ex-integralista e apoiador do regime salazarista, como também um funcionário do SNI. Apenas podemos especular quanto ao que o terá feito aceitar colaborar num projeto desse tipo, e, por outro lado, o que terá motivado os organizadores a convidá-lo. De um ponto de vista crítico, seu ensaio (“Eça de Queirós: satírico ou irônico?”) é marcado apenas pelo pouco rigor com que explora os conceitos de sátira e ironia. Podemos especular, entretanto: é possível associar sua aproximação aos oposicionistas à hipótese de que, naquele ano de 1945, Forjaz Trigueiros estivesse se afastando do regime que tinha apoiado tão ardentemente na década anterior. Corroborar essa ideia o fato de que, poucos anos depois de colaborar no *Livro do centenário*, ele próprio se converteria em mais um intelectual português desterrado no Rio de Janeiro. Embora não haja vestígios que indiquem um exílio político, sua correspondência, arquivada no Real Gabinete Português de Leitura, revela a figura de um intelectual ativo entre seus pares portugueses – amigo de Cortesão e Fidelino de Figueiredo, por exemplo – além de um correspondente de pessoas importantes da vida democrática do Brasil, como Álvaro Lins e Juscelino Kubitschek, e um opositor vocal da Ditadura Militar que se instaurou no país em 1964<sup>523</sup>. Trigueiros chegou a ter a quarta capa

<sup>522</sup> Para a informação detalhada sobre as prisões de Mário Sacramento, conferir a já citada biografia escrita por Vouillot. Para a informação detalhada sobre as prisões de Adolfo Casais Monteiro, cf. OLIVEIRA, Fábio Ruela de. **Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

<sup>523</sup> Todas essas informações foram colhidas no acervo de correspondências de Forjaz Trigueiros, que neste momento encontra-se depositado, sem catalogação ou tratamento, no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, razão pela qual não cito especificamente cada documento. O acervo inclui – segundo pude aferir – manuscritos do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e do ex-governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, sendo presumivelmente

de seu livro *As horas extraordinárias* (1988) assinada por ninguém menos que o comunista Jorge Amado. No mínimo, a soma desses fatores pode atestar que Forjaz Trigueiros percorreu uma longa distância ideológica desde seus textos de 1930 – quando, lembremos, ele citou Eça de Queirós para exaltar o nazismo de Hitler.<sup>524</sup>

Se aceitarmos a hipótese desse distanciamento de Forjaz Trigueiros em relação ao salazarismo, sua figura vem compor um quadro mais plural dessa espécie de Frente Ampla de intelectuais antissalazaristas que aparece no *Livro do Centenário*. É possível que o desejo de ressaltar essa pluralidade também explique outra característica notável do tomo: a ausência de um ensaio escrito pelo próprio Jaime Cortesão. O homem que idealizou e empolgou pessoas para a realização daquele projeto terminou por recusar-se a assiná-lo, e por não contribuir para ele com qualquer ensaio que fosse. Certamente, o motivo para tal não foi a falta de interesse de Cortesão em publicar textos queirosianos: naquele fim de ano de 1945, quando o *Livro do Centenário* estava sendo editado, o intelectual publicou nas páginas da *Seara Nova* um instigante artigo sobre Eça de Queirós, em que defendia que durante toda a sua vida o romancista tinha tido simpatias pelo socialismo.<sup>525</sup> É um texto que já contém, em germe, a tese do seu famoso livro *Eça de Queirós e a questão social* (1949). É lícito supor, portanto, que a escolha de Cortesão, por não publicar sequer um fragmento desse material no *Livro do centenário*, tenha sido feita para não ferir a marca da pluralidade pretendida no volume: ele era uma figura dominante da oposição a Salazar, e muitíssimo associada à *Seara Nova*. Por isso, é de se imaginar que tivesse pudores em participar do livro coletivo, temendo que este acabasse reconhecido como uma iniciativa daquela revista, e não de toda a esquerda portuguesa.

Essa recusa revela uma maturidade em relação ao entendimento que se tinha da relação entre a literatura queirosiana e a política: sua principal eficácia não estaria tanto em tentar encontrar no autor a defesa desta ou daquela tese, mas no fato de que precisamente a ficcionalidade de Eça tornava possível um debate que de outro modo seria difícil na esfera pública portuguesa interdita. O *Livro*

---

de uma relevância historiográfica que demandaria um olhar mais cuidadoso. Fiz o alerta sobre esse fato aos profissionais responsáveis pelo Real Gabinete e reforço-o nesta tese.

<sup>524</sup> Esse fato foi citado na seção 2.1.4 do segundo capítulo desta tese.

<sup>525</sup> CORTESÃO, Jaime. “Reflexões sobre Eça de Queirós” in *Seara Nova*, Lisboa, nº 959, 29 dez. 1945, pp. 284-288.

do *centenário*, tendo sido lançado em maio de 1946<sup>526</sup> – bem depois do lançamento dos trabalhos de Simões e Sacramento, portanto –, incorpora perfeitamente as ideias desses dois ensaios: por um lado, o livro entende a obra Eça de Queirós como o centro de um debate que permite uma pluralidade de ideias (a tese de Sacramento), por outro, o livro também permite que essa pluralidade seja alargada (a ideia de Simões), ao não se dobrar a uma suposta sacralidade da figura literária de Eça: em *O Livro do centenário*, sua obra é discutida por literatos e não literatos, que não se deixam conter pelo menor pudor de se apropriar dos temas ligados ao autor.

### 3.4.2 - Alguns ensaios do *Livro do centenário*

A maior parte dos ensaios do *Livro do centenário* não atende aos padrões contemporâneos do que seria um trabalho de crítica literária. Quando hoje fazemos a leitura detida deles, salta aos olhos o fato de que estão demasiado presos a padrões biografistas e impressionistas que dominavam a crítica literária naquele tempo. Há alguns ensaios bastante técnicos, contudo, cujo valor é, ainda hoje, o de tensionar nossa interpretação sobre o próprio Eça de Queirós. O mais importante entre estes é, sem dúvidas, o do brasileiro Antonio Candido (“Eça de Queirós entre o campo e a cidade”). O então jovem professor da Universidade de São Paulo, já nesse texto de 1945, apresenta ao leitor aquela que seria sua marca teórica, ao colocar a obra de Eça em confronto com um paradigma sociológico: sua hipótese é a de que, nos escritos queirosianos, estaria inscrito um conflito entre o “campo” (o Portugal rural e patriarcal) e a “cidade” (o Portugal cosmopolita, moderno).<sup>527</sup> Segundo Candido, seria através desse último polo que Eça manifestaria sua posição política de juventude, a de um “bacharel socialista”.<sup>528</sup>

A reflexão de Antonio Candido, contudo, não se resume ao mero jogo de inserção das obras de Eça neste ou naquele extremo de um par antinômico. O

<sup>526</sup> O mais antigo anúncio de venda desse livro encontrado na imprensa data do dia 26 de maio de 1946, no jornal carioca *Correio da Manhã*. Ver “Acaba de ser posto à venda o Livro do centenário de Eça de Queirós”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1946.

<sup>527</sup> CANDIDO, Antonio. Eça de Queirós entre o campo e a cidade. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p. 137.

<sup>528</sup> Ibid., p. 138.

valor do ensaio reside na multiplicidade de relações (inclusive simultâneas) que o crítico consegue encontrar entre as obras de Eça e os dois conceitos fundamentais que propõe. Trata-se de um trabalho de crítica no sentido que atribui a este termo o teórico Luiz Costa Lima (aliás, orientando de Candido): o crítico uspiano, em seu texto, confronta a obra de Eça com seus rigorosos conceitos (neste caso, sociológicos), não deixando – no entanto – que seu aparato conceitual se torne “homogeneizador do objeto”, e sim restringindo-o ao papel de “ferramenta para o pensar”.<sup>529</sup> Tomemos como exemplo a leitura que o crítico e sociólogo faz de *O crime do Padre Amaro*: é evidente que o tom de denúncia e indignação social com que Eça constrói esse romance leva o brasileiro a associá-lo à porção da obra queirosiana em que o autor estaria dominado por um ponto de vista “dum homem da cidade”.<sup>530</sup> Por outro lado, em contraste com outros romances urbanos de Eça, como *O primo Basílio*, haveria uma espécie de esquematismo simples nesse livro dominado por personagens típicos e radicalmente distintos entre si (em uma bela passagem da página 139, Cândido compara o *Crime* a um quadro de Goya, por suas cores fortes e contrastantes), que corresponderia à pouca complexidade da vida rural portuguesa, sobre qual o olhar urbano de Eça se volta. O romance, assim, seria produto de uma relação dialógica entre os polos “cidade” e “campo” que seria própria apenas ao próprio romance, não se repetindo de maneira semelhante – segundo Candido – em nenhuma das outras obras.

Curiosamente, no entanto, esse ensaio do crítico brasileiro tem sido mais lembrado por seus supostos defeitos do que por suas qualidades. Seu trecho que se tornou mais célebre é aquele em que Candido – ele próprio, lembremos, já então um membro do Partido Socialista Brasileiro – reconhece (e lamenta) a existência de um “recuo” ideológico nas obras tardias de Eça<sup>531</sup>: à medida em que o ponto de vista do “campo” passaria a predominar sobre o da “cidade”, o romancista renunciaria ao seu socialismo dos primeiros livros para passar a trabalhar com ideias mais conservadoras. Neste trecho do ensaio, Candido parece recorrer – sem citar – a um trecho da biografia de João Gaspar Simões, quando este sugere a ideia de que Eça teria apaziguado sua militância política devido ao casamento

<sup>529</sup> LIMA, Luiz Costa. **Mimesis – desafio ao pensamento**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p. 21.

<sup>530</sup> Eça de Queirós entre o campo e a cidade, cit. p. 138.

<sup>531</sup> Ibid., p. 154.

com D. Emília de Castro, que o aproximou da aristocracia portuguesa.<sup>532</sup> A ideia não deixa de lembrar, com os sinais trocados, aquela defesa que António Eça fizera de seu pai, na polêmica contra às *Novidades*.<sup>533</sup> Tenho, ao longo da tese, aproximado uma narrativa como essa à parábola do “filho pródigo” (nesse caso, Eça seria o filho rebelde e iconoclasta que no fim de sua obra voltaria, arrependido e derrotado, à pátria tradicional). Candido e António Eça parecem concordar com a noção de que o Eça das últimas obras seria mais conservador que o das primeiras, discordando, contudo, em relação à positividade ou negatividade desse retorno.<sup>534</sup> Críticos mais recentes, na medida em que têm tentado libertar a interpretação do “último Eça” da ideia de conservadorismo, acabam por voltar-se contra este texto de Candido.

Mas talvez essa ênfase sobre o “recoio ideológico”, tomado às vezes de maneira isolada em relação ao resto do ensaio de Candido, não faz justiça ao que o ensaísta brasileiro de fato escreveu. Para ele, a grande trave que impediu que Eça prosseguisse na linha “combativa” de romances urbanos terá sido um *deficit* de urbanidade do próprio Portugal que ele teria tomado como objeto literário: escreveu, neste sentido que “a sociedade e a cultura portuguesas do fim do século XIX não ofereciam ao artista um panorama rico e significativo”.<sup>535</sup> A renúncia da parte final da obra de Eça em tomar a cidade como objeto literário (ou ao olhar para o campo de um ponto de vista urbano, como no caso do *Crime*) teria sido a possibilidade encontrada pelo escritor de prosseguir na busca de seu “ideal da arte”, isto é, um romance composto por personagens complexos, dramáticos e humanos. Para Candido, inclusive, esse ideal não teria sido alcançado em nenhum dos romances combativos da juventude de Eça, mas em *A ilustre Casa de Ramires*, cujo protagonista Gonçalo seria o personagem mais bem acabado da obra queiroisiana (CANDIDO, 1945, p. 147).<sup>536</sup> Ao fim e ao cabo, o socialista Candido parece valorizar mais essa arte composta por tensionamentos e contradições – como seria o caso da *Ilustre Casa* – do que uma obra “proselitista” que militasse pelo socialismo. Encerremos este comentário sobre o crítico uspiano

<sup>532</sup> Eça de Queirós: o homem e o artista, cit. p. 485.

<sup>533</sup> Citado na seção 2.2.2.

<sup>534</sup> Candido tem o cuidado de ser explícito, ao marcar essa diferença. Ele anota em seu ensaio que não quer ser confundido com “certa crítica portuguesa reacionária” que estaria explorando “de má fé” o “recoio ideológico” do autor (Eça de Queirós entre o campo e a cidade, cit. p. 154).

<sup>535</sup> Eça de Queirós entre o campo e a cidade, cit. p. 154.

<sup>536</sup> Ibid., p. 147.

notando que, na última página do ensaio, a “dramaticidade” que ele julgou ver em Ramires reaparece (com um sinal definitivamente positivo) em seu juízo final sobre Eça:

‘O espírito de contradição é o próprio nervo da vida’, observou Keyserling. Sim, porque onde ele desaparece cessa a dinâmica do espírito para restar a placidez do fim ou a estagnação da mediocridade. Em Eça, nunca se fez a estagnação, as dúvidas nunca cessaram de trabalhar, ao contrário do que pretende a crítica simplista ou interessada.<sup>537</sup>

Além do ensaio de Candido, diversas outras contribuições para o *Livro do Centenário* possuem algum interesse potencial para queirosianos, ainda hoje. Poderíamos citar como exemplo o curioso texto de Mário Sacramento, que foge ao gênero ensaístico ao propor uma espécie de texto dramático – inclusive com rubricas indicativas, como no teatro – em que os personagens seriam os gênios que influenciaram a obra de Eça de Queirós: a sensibilidade, a razão, o sonho, a política e (é claro) a ironia, que, para Sacramento, é a característica queirosiana por excelência.<sup>538</sup> Virtualmente incompreensível quando lido separadamente de *Eça de Queirós - uma estética da ironia*, o ensaio é – mais que um experimento literário – um aprofundamento das ideias apresentadas naquele volume. Também são notáveis – do ponto de vista estrito dos estudos queirosianos – as contribuições de Manuel Bandeira (um levantamento dos textos de imprensa de Eça publicados no Brasil)<sup>539</sup>, Aurélio Buarque de Holanda (um estudo estilístico que antecipa, em muitos pontos, o trabalho de Guerra da Cal)<sup>540</sup>, e Jaime Brasil (que complementa o ensaio de Bandeira sobre o Eça jornalista, ao concentrar-se na pouco estudada contribuição de Eça para o *Distrito de Évora*).<sup>541</sup>

<sup>537</sup> Ibid., p. 155.

<sup>538</sup> SACRAMENTO, Mario. Na antecâmara de Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 589 - 604.

<sup>539</sup> BANDEIRA, Manuel. Correspondência de Eça de Queirós para a imprensa brasileira. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 167-182.

<sup>540</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. Linguagem e estilo de Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 59 - 108.

<sup>541</sup> BRASIL, Jaime. Eça de Queirós, jornalista In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 509 - 520.

Contudo, é precisamente esse ensaio de Jaime Brasil (intitulado simplesmente “Eça de Queirós, jornalista”) que nos permite observar melhor o que torna o *Livro do centenário* crucial para esta pesquisa. Esse jornalista açoriano, um inveterado anarquista e, como Cortesão, um veterano da Primeira Guerra Mundial, aproveita seu ensaio para comentar temas que excedem em muito os interesses de um círculo estrito de especialistas ou aficionados na literatura queirosiana. Muito em linha com o que havia feito Tomás Ribeiro Colaço em seu artigo já analisado, Jaime Brasil se aproveita da figura de Eça para atacar furiosamente um tema de interesse mais amplo: o jornalismo praticado pelos grandes jornais portugueses no contexto salazarista. Eis o que ele escreve, quase no fim de seu texto:

Não sei como Eça de Queirós falaria hoje da imprensa se lhe fosse dado conhecer até onde ela desceu. Porque foi um grande jornalista e escreveu as mais desassombradas páginas, em louvor da sua dignidade, ao vituperar o arremedo de jornalismo do seu tempo, decerto diria, agora, palavras muito mais vivas e empregaria uma ironia muito mais cruel do que para vituperar o jornalismo constitucional. Morreu a tempo, porém, para não ter de perder a sua compostura de escritor elegante ao verberar a imprensa-capacho, a imprensa-escova-de-lustro, a imprensa-turíbulo abandonado a um canto da sacristia, a imprensa sem espinha dorsal, assim como sem cérebro, simples máquina de louvar, apenas acólito resignado a dizer ‘Amen’ nesta missa de Requiem a que assistimos cobertos de nojo.”<sup>542</sup>

Aqui, vemos Eça de Queirós novamente tomado como pretexto para tornar discutível um debate interditado. Jaime Brasil insere em seu texto queirosiano um comentário sobre a imprensa portuguesa que de outro modo seria, provavelmente, censurado. Assim como no texto de Colaço, o que torna possível a interseção entre Eça e o político é o fato de o autor ter sido alguém que escrevia de uma certa maneira específica (“palavras vivas”, “ironia cruel”). Estamos, em um parágrafo como esse, há anos luz de um texto como aquele de Castelo Branco Chaves, de que tratamos no início deste capítulo, em que Eça de Queirós era visto como a expressão pronta, acabada e simplista do conceito de revolução; também estamos distantes do António José Saraiva de *As ideias de Eça de Queirós*, que – no fundo – lamentava a falta de marxismo de Eça. Jaime Brasil pouco se importa com a

---

<sup>542</sup> Ibid., p. 519.

corrente política a que Eça pertenceu, nem tenta arrastá-lo para o anarquismo que professa. O que torna o romancista do século XIX útil para a sua invectiva é a dupla condição que parece revesti-lo: a de alguém de quem se pode falar – pois o próprio regime de Salazar incentiva sua celebração –, mas cuja linguagem irônica parece irremediavelmente antagônica a esse mesmo regime.

Jaime Brasil, contudo, está longe de ter sido o único autor do *Livro do Centenário* a ter percebido esse potencial. O cineasta português Roberto Nobre escreveu um parágrafo mais eloquente, dessa vez comparando implicitamente os intelectuais ligados ao salazarismo aos políticos acutilados por Eça em suas obras. O parágrafo torna-se mais expressivo por seu desfecho pessimista, fazendo uma alusão aos recentíssimos horrores da Segunda Guerra Mundial:

Se Eça voltasse, assestando o monóculo e afiando a pena através dos homens de hoje, que assombrosa tarefa faria, que monumental e tragicômica obra de crítica teria para realizar! Até muitos dos que, neste centenário, falseiam com fins de circunstância, o significado da sua obra e nela encavalitam a própria gloriola, ele os correria à gargalhada meticulosa e indignadamente. Vinguem-se aí Gouvarinhos, Abranhos, Pachecos, Palma Cavalões, Acácios e Padres Amaros – ele está morto. É faltar. E, se ao acaso, miraculosamente, ressuscitasse, como nos tempos modernos, não poderia fazer-lhes o dano de outrora. Eça, como polemista social, seria hoje impossível. Os homens de sua envergadura e do seu desassombro não cabem no mundo presente e é também para eles que, em certos países da Moderna Europa, se fizeram os “campos de concentração”.<sup>543</sup>

Parágrafos como este, que começa imaginando Eça no ato de contemplar o Portugal de 1945 e termina sugerindo sua sombria entrada em um campo de concentração (com a clara intenção de aproximar o salazarismo do nazismo), atestam que a obra de João Gaspar Simões foi bem-sucedida: o autor de *Os Maias* deixara seu pedestal de mármore e tinha voltado a habitar o mundo dos homens. Após a sua recolocação em meio aos problemas mundanos, falar de Eça passou a ser, mais do que nunca, falar desses problemas. E, em acordo com a leitura de Mário Sacramento, a ambiguidade ficcional de Eça permitiu que os problemas discutidos através dele pudessem ser apresentados *como problemas*, isto é, sem

<sup>543</sup> NOBRE, Roberto. Crítica e autocritica em Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p. 638.



solução pronta. De alguma maneira, a vocação metafórica e ficcional da escrita de Eça se atualiza na maneira como ele é apropriado por alguns de seus comentaristas do *Livro do Centenário*: como o centro de metáforas e pequenas ficções que tornam descritível aquilo que todos estavam proibidos de descrever.

É o caso do capítulo “No fim do centenário”, escrito pelo professor antissalazarista (ainda que monarquista, como Ribeiro Colaço) Francisco Vieira de Almeida. Nesse texto, que critica exatamente as celebrações oficiais do centenário de Eça, promovidas pelo SNI, Almeida relembra que, em 1900, quando o corpo de Eça de Queirós chegou à Portugal, foi recebido pelo ministro da Marinha.<sup>544</sup> Essa estranha escolha teria sido feita porque o corpo chegara ao país pelo mar. A crítica de Vieira de Almeida é quanto à ausência, na solenidade, de alguma figura ligada à cultura portuguesa, em reconhecimento do papel que Eça ocupara nela. Para o ensaísta, esse fato é a metáfora perfeita para explicar a forma como o salazarismo celebra Eça. Leia-se o último parágrafo do texto, em que “Netuno” deve ser entendido como uma referência em código ao SNI – ou ao salazarismo em geral:

Pode Neptuno monopolizar a recepção e regular o despacho alfandegário. Aquilo que ele recebe, comenta, e ignora é a carga mortal do escritor. O que nele é vivo e grande escapa à pesquisa aduaneira da moralidade e ao direito de recepção pelo deus do domínio em que se faz o trajeto.<sup>545</sup>

Vieira de Almeida, inclusive, levou mais longe essa estratégia de falar de Eça como pretexto para acutillar o regime. Escreveu, também em 1945, um pequeno livro intitulado *À janela de Tormes*, que só em superfície pode ser lido como mais um entre outros volumes de análise da obra de Eça. Especialmente em seu primeiro capítulo, contudo, o livro usa a figura de Eça de Queirós como um fio condutor para avaliar o Portugal e o mundo daquele ano de 1945, fazendo referências bastante explícitas à censura, ao autoritarismo, ao nacionalismo exacerbado português e ao nazismo.<sup>546</sup>

<sup>544</sup> ALMEIDA, Vieira de. No fim do Centenário. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 649 - 652.

<sup>545</sup> Ibid., p. 652.

<sup>546</sup> ALMEIDA, Vieira de. *À janela de Tormes*. Lisboa: Revista Ocidente, 1945. Pode tratar extensivamente sobre o tema em GÓES, Breno. O Centenário de Eça de Queirós na Imprensa.

O fenômeno que as análises críticas de Mário Sacramento e João Gaspar Simões parecem haver desencadeado, portanto, é o de ter transformado a celebração oposicionista de Eça de Queirós (que já vinha se arquitetando desde o ano de 1944, como vimos) em uma espécie de válvula de escape para que fossem enunciados discursos que a esfera pública do salazarismo interditara, em Portugal. O próprio *Livro do centenário*, entretanto, que de alguma maneira dá corpo a essa prática, não se apresenta tão explicitamente como um “livro de oposição”. Não esqueçamos que nele não consta um texto de Cortesão, e por outro lado constam textos de autores razoavelmente ambíguos perante o regime, como Gilberto Freyre e Fidelino de Figueiredo, e até um texto de alguém leal ao salazarismo, como Forjaz Trigueiros. Diante disso, podemos concluir que não houve propriamente um antagonismo entre duas celebrações queirosianas (uma pró-regime, e uma anti-regime), mas antes uma infiltração da oposição: esta se aproveitou da situação em que a obra de Eça de Queirós estava sendo celebrada pelo Estado Novo para falar sobre ela na esfera pública. A suprema astúcia, nesse caso, residia no fato de que, em razão das leituras que vinham se sobrepondo a ela, a obra estava se constituindo *ela própria* como uma esfera pública, isenta de interdições.

### 3.4.3 - Ecite

No dia 5 de dezembro de 1945, o escritor João Ameal publicou uma coluna no *Diário de Notícias* de Lisboa com o título *Uma aparência para cada um*.<sup>547</sup> Trata-se de um curioso comentário dessa importante figura da extrema direita portuguesa<sup>548</sup> a respeito do centenário queirosiano. Na verdade, seria mais preciso dizer que o texto é um comentário *contra* a celebração do centenário, o que não deixa de ser curioso, dado que Ameal fora – como António Ferro e António Eça – um alto funcionário do SNI, e tinha sido chamado de volta ao

**Cadernos de literatura comparada**, Universidade do Porto, nº 44, v. 1, pp. 291-302, jan. - jun. 2021, p. 293

<sup>547</sup> AMEAL, João. “Uma aparência para cada um”. *Diário de Notícias*. 05 dez. 1945.

<sup>548</sup> Segundo Luís Trindade (*O estranho caso do nacionalismo português*, cit. pp. 59 - 62) João Ameal surgiu na vida pública lisboeta na década de 1910, como um cronista dos costumes urbanos lisboetas em linguagem moderna. Torna-se, ao lado de Augusto de Castro e Luiz de Oliveira Guimarães, uma das principais figuras desse nicho literário a utilizar a crônica urbana para naturalizar certa ideia nacionalista antimoderna que, no futuro, se tornaria o salazarismo. Em 1933, com a ascensão de Salazar, vai trabalhar com António Ferro no SPN, de onde se demite três anos depois.

órgão por António Ferro justamente para participar da organização das celebrações queirosianas.<sup>549</sup> Em sua coluna, Ameal lamenta a quantidade de “opiniões e hipóteses desenroladas” em torno de Eça de Queirós, ao longo de tantos “artigos, palestras, folhetos e volumes sobre volumes”<sup>550</sup> publicados durante o centenário. Ele se pergunta, inconsolável: “Com tal avalanche de palavra e de textos deu-se algum passo considerável?”, antes de lançar uma tese: “Eça de Queirós se transforma, para a maior parte dos que se lhe referem, em mero pretexto para engenhosas divagações ou para alarde dos próprios conceitos e preferências”.

A coluna de Ameal constitui um índice de algo que é de importância fulcral para esta pesquisa. Já havíamos visto, no segundo capítulo desta tese, parte da direita portuguesa (os católicos) condenando o centenário de Eça, quando este fora anunciado.<sup>551</sup> O texto de Ameal é algo inteiramente distinto. Publicado já após decorrida a maior parte das celebrações oficiais, por um colaborador do regime, este texto é a prova do sucesso das estratégias da oposição antissalazarista de que temos tratado ao longo deste capítulo: de fato, as celebrações do centenário queirosiano saíram do controle oficial, e o ressentimento, em consequência disso começava a se fazer notar. Ameal, com toda certeza, não teria nada contra a plethora de “artigos, palestras, folhetos e volumes” caso eles estivessem de acordo com a versão de Eça de Queirós que o SNI vinha tentando divulgar desde o início de 1945. Parece incomodá-lo também, curiosamente, o fato de essa fuga do controle não se dar numa direção unívoca: ele não reclama de um grupo específico que teria se apropriado de Eça, mas sim da pluralidade de leituras queirosianas. Esse incômodo já está patente desde o título: para Ameal, Eça não deveria ser apresentado como alguém dotado de “uma aparência para cada um”. Não há maneira mais explícita de manifestar o desconforto diante de uma obra ficcional, cujo sentido é por natureza aberto a diferentes leituras.

À luz de tudo o que temos discutido, é difícil que não salte aos olhos, também, o caráter evidentemente hipócrita do texto de Ameal. Afinal, no contexto do centenário, o primeiro uso de Eça de Queirós como um pretexto para a veiculação “dos próprios conceitos e preferências” partiu – como vimos no

<sup>549</sup> TRIGUEIROS, Forjaz. “Como foi comemorado em Portugal o centenário de Eça de Queirós”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1946.

<sup>550</sup> AMEAL, João. “Uma aparência para cada um”. **Diário de Notícias**. 05 dez. 1945.

<sup>551</sup> Referido na seção 2.2.2

capítulo II – do próprio SNI.<sup>552</sup> Foi António Ferro em pessoa, lembremos, quem se antecipou e, em 1944, declarou que Eça “se aproximou” do salazarismo “até – ou sobretudo – quando destruía” a política da monarquia constitucional em seus textos. O SNI valeu-se, para divulgar essa apropriação, da poderosa máquina de propaganda de que dispunha o Estado Novo. O verdadeiro e inconfessável problema de João Ameal é a perda, pela máquina de propaganda, – no caso de Eça – do controle dessa prática de apropriação, e pior: perda para grupos que não dispunham de máquina de propaganda alguma, e precisavam vencer as obstruções que o Estado Novo colocava na esfera pública para dizer o que quer que fosse. Trata-se de uma falsa equivalência: por trás do lamento aparentemente neutral feito pelo colunista – de que Eça estaria sofrendo apropriações políticas que controlariam o sentido de sua obra, por quaisquer lados que fossem – reside o lamento politicamente interessado de que a interpretação da obra queirosiana estava afinal descontrolada.

Talvez seja importante, aqui, ressaltar que o argumento de João Ameal – que parece absurdo, quando trazido à tona no contexto desta tese – teve, na verdade, uma vida longa no âmbito das leituras queirosianas. É surpreendente constatar que, no recente ano de 2006, o livro *O último Eça*, de Miguel Real, recorre ao que chamei acima de “falsa equivalência” para desacreditar, como um todo, as leituras à direita e à esquerda feitas sobre Eça, no contexto dos anos 1940. Não se quer dizer, com isso, que não haja nuance no trabalho de Real. Ao longo de muitas páginas, para dar estofa à sua tese de que o último Eça (1890-1900) teria sido um “humanista”, Real faz uma preciosa recuperação de boa parte da bibliografia queirosiana do século XX, dedicando uma especial atenção aos autores ligados ao centenário de 1945. Suas análises individuais de alguns nomes que também aparecem nesta pesquisa – como Forjaz Trigueiros, António Sérgio, Antonio Candido e Mário Sacramento – são minuciosas e atentas às particularidades desses textos. Surpreende, por isso mesmo, que na altura em que decide sintetizar o que foi a leitura queirosiana entre os anos 1940 e 1974, Real recorra a uma versão atualizada do argumento de João Ameal:

Em conclusão, constata-se que, trinta anos depois do nacionalismo da década de 1940, o último Eça, embora de sinal ideológico-político

---

<sup>552</sup> Referido na seção 2.1.4 do segundo capítulo desta tese.

contrário, continua a possuir um espírito patriótico e uma ideia nacionalista de Portugal, mas agora, em 1974, a escassos meses da revolução do 25 de Abril, flutuando entre os ventos delirantes da História, apresentado como um patriota de esquerda. É este o grande perigo epistemológico da historiografia queirosiana relativa à análise de qualquer uma das fases literárias de Eça, o da projeção, em forma de preconceito ideológico dos comentadores queirosianos e dos contextos históricos, de visões exteriores e anacrônicas sobre o interior da obra de Eça.<sup>553</sup> (REAL, 2006, p. 126)

Miguel Real, no trecho acima, coloca-se em um ponto de observação pretensamente neutro, reputando todas as interpretações politicamente interessadas de Eça como igualmente problemáticas. Em oposição ao que chama de “preconceito ideológico”, que levaria a “visões anacrônicas”, Real propõe que se considere a obra de Eça “como um todo”, valorizando sua “múltipla riqueza”, o que certamente é bem-vindo.<sup>554</sup> Escapa-lhe, contudo, uma indagação fundamental: o *porquê* de a obra de Eça ter sido tão tentadora como foco das projeções ideológicas que ele condensa na palavra “preconceitos”. A resposta a essa pergunta demanda não apenas uma análise interna da obra de Eça que tenha em vista a abertura de sentido provocada por sua escrita ficcional – precisamente a que tentei fazer no primeiro capítulo desta tese – mas também a tarefa a que este capítulo e o anterior se dedicam: uma consideração das características da esfera pública portuguesa no período em que o “preconceito ideológico” se alastrou entre as interpretações queirosianas. No caso de Miguel Real, o preço pago por não levar isso em consideração acaba sendo o de repetir inadvertidamente a falsa equivalência de João Ameal. O próprio Miguel Real cai no anacronismo de que acusa outros comentadores de Eça, na medida em que julga a crítica literária produzida em um período de aguda ditadura com a régua de quem a escreve nas condições de possibilidade criadas por uma democracia liberal. Ignora, assim, aquilo que o estudioso da literatura Fredric Jameson chamou de “lugar relacional” dos textos críticos que comenta, isto é, sua relação com “a voz a que se opunham” no momento em que foram escritos”.<sup>555</sup>

Foi, afinal, a esfera pública típica de uma democracia liberal que forneceu as condições de possibilidade para as grandes obras sobre Eça de Queirós escritas

<sup>553</sup> O último Eça, cit. p. 126.

<sup>554</sup> Ibid., p. 78.

<sup>555</sup> JAMESON, Fredric. **O Inconsciente Político**. São Paulo: Editora Ática, 1981, p. 78.

por seus melhores intérpretes portugueses do contexto pós-1974, como Isabel Pires de Lima, Carlos Reis, Ana Nascimento Piedade e Alfredo Campos Matos. Em um ano como 1945, ao contrário, temos visto que a grande potência da obra de Eça de Queirós terá sido a de constituir-se, ela própria, uma esfera pública livre, instaurada no interior daquela interdita pelo regime. Em outras palavras: publicava-se, em livros e panfletos sobre Eça de Queirós, opiniões, informações e juízos que só com muita dificuldade poderiam encontrar espaço se fossem escritos em outros foros. E se é disso que se ressentia publicamente João Ameal, em seu artigo, é também isso que podemos ver nos trechos do *Livro do centenário* que atacam a imprensa portuguesa servil ao regime, relacionam o salazarismo ao nazismo e dão voz a uma multiplicidade de pontos de vista de esquerda que vinham sendo reprimidos naquele contexto. Mas seria um erro supor que essa tendência de transformar Eça de Queirós numa esfera pública se restringiu ao *Livro do centenário*, ou a outras obras de sentido próximo, como o já citado *A janela de Tormes*. Tratou-se de um movimento muito mais amplo: aquilo a que tenho chamado de “Ecite”.

Como já citado no início deste capítulo, em 1903, o escritor brasileiro Monteiro Lobato cunhou o termo “Ecite” para designar uma espécie de obsessão dos brasileiros por Eça de Queirós, que, segundo ele, teria acometido os círculos letrados do país nas primeiras décadas do século XX, logo após a morte do autor de *Os Maias*.<sup>556</sup> Segundo a metáfora de Lobato, a “Ecite” seria uma doença transmissível sobretudo entre os escritores, que teria como sintoma mais notável a imitação do estilo queirosiano. Certa vez ele anotou: “A moda de hoje é o adjetivo eciano. Aquele ‘cigarro lânguido’ do Eça fez mais mal à nossa literatura do que a filoxera aos vinhedos da Champagne”.<sup>557</sup>

Correndo o risco de estar incorrendo em uma comparação de mau gosto, por efeito da desagradável voga que a Covid-19 conferiu recentemente ao campo semântico das epidemias, suponho que seria adequado dizer que o centenário queirosiano provocou uma “segunda onda” da Ecite, em 1945. Essa segunda epidemia teria tido como epicentro não o Brasil (embora já tenhamos visto que o país também teve seus focos), mas Portugal. Além disso, podemos dizer que houve alguma diferença em termos de vítimas preferenciais e sintomatologia. Se a

<sup>556</sup> LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 57.

<sup>557</sup> Ibid., p. 51.

Ecite original afetava o estilo de escritores, que passavam a escrever *como* Eça, a Ecite do centenário teve como consequência, sobretudo, a compulsão de falar *de* Eça, que acometeu não apenas escritores e críticos, mas toda a sociedade letrada de Portugal.

Talvez não haja indício mais claro disso do que certo tipo de texto que circulou com frequência no país, em 1945: livros, artigos e panfletos associando Eça de Queirós a temas que não são explicitamente abordados em suas obras. São textos escritos, em sua maioria, por gente pouco versada em literatura, mas especialista nos campos do conhecimento com os quais a obra de Eça acaba sendo relacionada, ainda que artificialmente. Podemos tomar como exemplos disso o pequeno e curioso livro *Alguns elementos geográficos na obra de Eça de Queirós*, escrito pelo geógrafo Luís Schwalbach<sup>558</sup>, o ensaio (escrito anos antes, mas expandido em 1945) *Ideias médicas de Eça de Queirós*, escrito pelo médico Alberto Pessoa<sup>559</sup>, e o livro *Eça de Queirós e os homens de leis*, de Ary dos Santos.<sup>560</sup> Nenhum desses títulos possui qualquer profundidade nos tratamentos dados à obra de Eça, que surge neles com uma função manifestamente acessória e/ou ilustrativa. O que fica patente, nesses casos, é que havia vantagem para esses especialistas em associar-se à figura de Eça de Queirós, utilizando a figura do escritor para apresentar-se ao público.

Até certo ponto, o fenômeno diante do qual estamos, nesse caso, é aquela espécie de função “matética” da literatura queirosiana, que Ramos de Almeida havia reconhecido em seu livro *Eça*: a ideia de que o valor da obra queirosiana seria seu caráter enciclopédico, mensurável a partir das verdades factuais sobre diversos campos do conhecimento eventualmente contidas em seu livro. Contudo, se no texto de Ramos de Almeida, essa ideia aparece com o evidente propósito de controlar a potência ficcional da obra de Eça, é porque ali o ensaísta não diz – ou não pode dizer – que esse enciclopedismo não possui um valor em si mesmo. Isto é: não se trata de defender que um livro de Eça de Queirós seja capaz de substituir

<sup>558</sup> SCHWALBACH, Luiz. *Alguns elementos geográficos da obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Portugal, 1945.

<sup>559</sup> PESSOA, Alberto. *Ideias médicas de Eça de Queirós*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1945. O médico Alberto Pessoa, falecido em 1942, evidentemente não expandiu seu livro *para* o centenário. O que aconteceu é que a edição de 1945 de sua obra veio acrescida de dois ensaios seus escritos posteriormente, e até então só publicados de forma avulsa: “A homossexualidade nos livros de Eça de Queirós” e “O médico, o farmacêutico e o praticante de farmácia nos livros de Eça de Queirós”.

<sup>560</sup> SANTOS, Ary dos. *Eça de Queiroz e os homens de leis*. Lisboa: Portugal, 1945.

sem prejuízos um manual de geografia, de medicina ou de direito. A verdadeira vantagem da potência enciclopédica da obra literária emerge precisamente em um caso como este: quando conjugada com a intensa ficcionalidade de um autor, e em um contexto repressivo. Nessa situação, o teor ficcional da obra é o que permite que o conhecimento enciclopédico contido nela possa aproveitar as frestas da repressão. Parece ser isso que Roland Barthes reconhece em um trecho de sua célebre *Aula* de 1977:

A literatura assume muitos saberes. Num romance como Robinson Crusoé, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (Robinson passa da natureza à cultura). Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (...) verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso.<sup>561</sup>

Talvez esse movimento seja melhor representado pelo pequeno texto escrito por um certo coronel Belisário Pimenta, e publicado em novembro de 1945 na *Revista Militar* de Portugal. O artigo, intitulado *Ideias militares na obra de Eça de Queirós*, principia por reconhecer o óbvio: que é “estranho” para uma revista “puramente militar” comemorar o centenário de um escritor “que por toda a sua obra nada escreveu de sólido relativamente aos problemas que interessam à arte ou à ciência da guerra”.<sup>562</sup> Sua justificativa para mesmo assim insistir no texto é simplesmente que “não fica mal” para a *Revista Militar* associar-se àquele centenário. Os demais parágrafos são autênticos exemplos da arte de extrair um assunto onde ele praticamente não existe. Chavões em torno da escrita de Eça – como a frase sobre o manto diáfano da fantasia – são repetidos à exaustão. As mínimas e marginais menções que o escritor de *Os Maias* chegou a fazer a assuntos militares, em sua obra, são escrutinadas com uma dedicação involuntariamente cômica, apenas para que o coronel conclua, ao fim e ao cabo, que Eça de Queirós teria exprimido “hipóteses muito erradas” sobre a natureza da

<sup>561</sup> BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 16-17.

<sup>562</sup> PIMENTA, Belisário. *Ideias militares de Eça de Queirós*. *Revista Militar*, Vol. XCVII, Nº 11, Lisboa, nov. 1945, p. 545.



guerra e do exército, e feito, sobre o tema, apenas “ligeiras considerações”.<sup>563</sup> Apesar disso, ele reconhece que a “preocupação com a Verdade” na obra queirosiana tornaria digna de leitura pelos militares de “hoje”.<sup>564</sup> É o momento em que, de repente, o pequeno texto se justifica. O coronel (um “anarquista, republicano, anticlerical”, segundo o historiador António de Oliveira)<sup>565</sup>, associa a capacidade de Eça dizer a “verdade” ao seu conto *A catástrofe*, em que é figurada uma possível invasão espanhola a Portugal. Ora, naqueles anos finais da Segunda Guerra Mundial, Portugal viveu a angustiante e surda expectativa de uma invasão desse tipo se concretizar, através da planejada (mas nunca executada) “Operação Félix”, uma associação entre Hitler e Franco que entregaria ao eixo o controle da Península Ibérica e do norte da África.<sup>566</sup> A menção a essa possibilidade era evidentemente vedada na imprensa portuguesa. Fica patente que, para o coronel Pimenta, a simples associação a Eça de Queirós é o que interessa ali, uma maneira de permitir que o assunto fosse sutilmente aludido. Como se, naquela altura, a mera menção ao nome do escritor fosse o código necessário para que um discurso ganhasse o status de público, de visível.

Seguindo essa linha, nas páginas de *O Diário de Notícias*, o jornalista Rocha Martins dedicou uma série de artigos ao curioso tema da genealogia de Eça de Queirós, discutindo em detalhes a vida de seu pai, avô e de demais parentes do autor.<sup>567</sup> Nesse caso específico, o estratagema residia no fato de que essas gerações de homens da família de Eça tinham sido ativamente militantes da causa liberal (que no século XIX, em Portugal, esteve à esquerda no espectro político). Com a desculpa de estar falando de Eça no ano de seu centenário, Martins – célebre por ser um opositor bastante vocal a Salazar – teve a oportunidade de espriar-se sobre a fase romântica das revoltas liberais em Portugal, lembrando com

<sup>563</sup> PIMENTA, Belisário. Ideias militares de Eça de Queirós. **Revista Militar**, Vol. XCVII, Nº 11, Lisboa, nov. 1945. p. 548.

<sup>564</sup> PIMENTA, Belisário. Ideias militares de Eça de Queirós. **Revista Militar**, Vol. XCVII, Nº 11, Lisboa, nov. 1945, p. 547.

<sup>565</sup> OLIVEIRA, António de. Belisário Pimenta, historiador. In: **Revista Portuguesa de História** t. XXXV, Universidade de Coimbra, 2002, p. 6.

<sup>566</sup> MOTA, Margarida. “Hitler salvou-nos do ataque espanhol”. **Expresso.pt**, Lisboa, 03/11/2009. Disponível em <<https://expresso.pt/actualidade/hitler-salvou-nos-de-ataque-espanhol=f545181>>, acessado em 11 abr. 2022.

<sup>567</sup> Ver MARTINS, Rocha. “Um antepassado de Eça de Queirós”, **Diário de Notícias**, Lisboa, 31 mar. 1945; e MARTINS, Rocha. “Em volta de um livro do pai de Eça de Queirós”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 10 dez. 1945.

vivacidade um tema que servia bem àquele momento de ofensiva da oposição contra o salazarismo: o da luta pela liberdade contra a tirania.

Mas não era apenas a vaga menção ao nome de Eça de Queirós que funcionava como uma senha para facilitar o uso público do discurso em Portugal. Tão ou mais valorizado que o próprio nome do escritor era o de seu mais pitoresco personagem, o Conselheiro Acácio de *O primo Basílio*. Acácio, que no romance era um dos integrantes do círculo social de Jorge e Luísa, ganhou “um lugar de transcendente significado no imaginário português”<sup>568</sup> após ter sido imaginado por seu autor como a personificação de certo “formalismo oficial”<sup>569</sup>, manifesto sobretudo por sua maneira idiossincrática de dizer lugares comuns de maneira desnecessariamente empolada. A sedimentação do Conselheiro na cultura de Portugal – que culminou com a criação do adjetivo “acaciano” – certamente ganhou muito impulso com a pletora de textos e mesmo eventos ligados a esse personagem em 1945. À esquerda e à direita, o personagem foi lembrado, como um símbolo do que de pior haveria na política e na cultura portuguesas: para o antissalazarista Vieira de Almeida, por exemplo, o Estado Novo seria o “Acácio atual”, que “se Eça agora vivesse (...) não o deixaria escrever; para disfarçar, celebra-o”.<sup>570</sup> Para o semanário *A Nação*, por outro lado, o Conselheiro Acácio estaria sendo imitado pelo nosso já conhecido António Ramos de Almeida, o autor de *Eça*.<sup>571</sup> Numa inconfundível retórica fascista, essa pequena nota diz em tom de ameaça que o acaciano Almeida deveria ser “removido” como a “esterqueira” das ruas de Lisboa.

Mas o Conselheiro não foi apenas brandido aqui e ali em estocadas políticas diretas. O personagem foi homenageado, por exemplo, em uma “evocação” da sua pessoa por Vítor Falcão, publicada em 5 de setembro de 1945 no *Diário de Notícias*.<sup>572</sup> A pequena crônica imagina a quinta onde o Conselheiro queirosiano teria envelhecido, após os eventos de *O primo Basílio*, enquanto dava conselhos a uma versão mais jovem do próprio Falcão. Em frases suas como “lê sobretudo o *Diário do Governo*, que é a melhor e maior das enciclopédias”, e

<sup>568</sup> REIS, Carlos. Conselheiro Acácio (verbete). In: REIS, Carlos (coord.) **Dicionário de personagens da ficção portuguesa**. s.d. Disponível em: <[http://dp.uc.pt/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=6:carlos-reis-coordenador&Itemid=129](http://dp.uc.pt/index.php?option=com_k2&view=item&id=6:carlos-reis-coordenador&Itemid=129)>, consultado em 20/01/2021.

<sup>569</sup> Correspondência, cit. p. 183.

<sup>570</sup> À janela de Tormes, cit. p. 1945.

<sup>571</sup> Ver a reportagem “Filósofo Acácio”. *A Nação*, Lisboa, 15 jun. 1946, p. 3.

<sup>572</sup> FALCÃO, Vítor. “Evocação de Acácio”. *Diário de Notícias*. 05 set. 1945, p. 06.

“todos os governos são excelentes, se a oposição afirma o contrário é apenas porque quer cumprir honestamente seu dever de oposição”, percebe-se a ironia crítica do texto. Mas, mais do que imaginar um velho Acácio dando conselhos ao futuro, a grande moda de 1945 foi mesmo imaginá-lo vivo e atuante. A revista *Aleo* publicou uma longuíssima “entrevista” com o personagem (escrita por Silveira Fernandes)<sup>573</sup>, em que ele tem a possibilidade de enunciar inúmeras platitudes que eram semelhantes, em estilo, àquelas imaginadas no texto de Vitor Falcão. O texto saiu meses após um outro artigo da mesma revista, em que Acácio era creditado como o autor dos manuais de literatura dos liceus portugueses.<sup>574</sup>

A suspeita de que o Conselheiro Acácio estaria por trás da autoria de material oficial escrito pelo governo, inclusive, era compartilhada por Oldemiro César. Em *O Conselheiro Acácio, acadêmico* (1945), seu livro exclusivamente dedicado ao personagem, Oldemiro não apenas imagina que Acácio teria ingressado na Academia de Artes e Ciências de Lisboa como o reputa como o autor de um *Guia-roteiro* (aparentemente um texto verídico, inteiramente reproduzido no volume) da nova decoração de azulejos daquela instituição.<sup>575</sup>

O livro de Oldemiro, inclusive, é o que nos dá a notícia mais completa daquele que terá sido o ápice das comemorações acacianas no centenário de seu criador. O último capítulo do livro condensa a recensão na imprensa do “Banquete em homenagem ao Conselheiro Acácio”<sup>576</sup>, organizado pelo Grupo Rafael Bordalo Pinheiro e realizado em 12 de julho de 1945 na Sociedade de Belas-Artes de Portugal. Além de uma série de conferências, feitas por gente majoritariamente ligada ao humor (como o próprio Oldemiro e Luiz de Oliveira Guimarães, que idealizou o evento), o evento contou até mesmo com a inauguração de um busto do Conselheiro Acácio, feito pela mão do escultor especializado em esculturas cômicas Júlio da Rocha Diniz. Acácio, assim, atingia uma estatura canônica próxima à de seu criador, que fora transformado em estátua de corpo inteiro. Dessa curiosa obra de arte, hoje, encontrei infelizmente apenas o registro de uma foto, publicada no jornal lisboeta *O Século*.<sup>577</sup>

<sup>573</sup> FERNANDES, Silveira. “Acácio desagradado”. *Aleo*, Lisboa, 24 nov. 1945.

<sup>574</sup> FIGUEIREDO, Tomás de. “A formação de um perfeito Acácio”. *Aleo*. Lisboa, 05 nov. 1944, p. 9.

<sup>575</sup> CESAR, Oldemiro. *Conselheiro Acácio, acadêmico*. Lisboa: Livraria Peninsular, 1945, p. 49

<sup>576</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>577</sup> A intenção original era incluir a foto do busto de Acácio como figura anexa a este capítulo da tese. Infelizmente, uma falha técnica impediu o arquivamento da foto do jornal *O Século*, o que impossibilitou sua reprodução.

Não há que se estranhar que a Ecite, em 1945, tenha se desdobrado numa obsessão acaciana. As aproximações entre o vazio protocolar e grandiloquente das falas do personagem de Eça e o tipo de discurso que era permitido e estimulado em Portugal, no contexto do fascismo salazarista, eram evidentes demais para passar despercebidas. Na verdade, é notável que as características que Eça de Queirós escolheu para destacar seu personagem – o amor pela oficialidade e pela burocracia, e o hábito de só falar através de frases feitas – tenham sido as mesmas que anos depois a politóloga Hannah Arendt foi capaz de isolar – em seu longo estudo sobre o criminoso nazista Adolf Eichmann – como os traços típicos do indivíduo em um regime totalitário.<sup>578</sup> Para Arendt, a característica fundamental de Eichmann, que o levou a ser responsável pela deportação e morte de milhões de judeus, era o fato de o oficial nazista ser “incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê”, e ter como única língua o “oficialês”. Um acaciano, portanto. A importância desse seu uso deficiente da linguagem seria o quanto ele seria indício de uma “incapacidade de pensar”<sup>579</sup>

Ora, lembremos que o Conselheiro Acácio foi imaginado por Eça de Queirós no contexto em que o escritor levava a cabo seu projeto literário de desestabilizar a esfera pública portuguesa através da linguagem, como vimos no primeiro capítulo. Acácio, através de seu próprio “oficialês”, seria uma entre outras caricaturas queirosianas da linguagem excessivamente esvaziada de sentido da vida política portuguesa. Se quisermos considerar a já citada leitura que Luis Trindade faz da esfera pública esvaziada de Portugal, a partir de certa altura do século XX<sup>580</sup>, em que cada vez mais temas importantes da vida portuguesa eram tratados como naturais e indiscutíveis, não fica difícil concluir que os traços notados por Eça através do Conselheiro Acácio apenas se acentuaram, desde então. A recuperação desse personagem no centenário, portanto, pode ser lida como uma forma de desnaturalizar e lançar luz sobre a própria retórica oficial e oficialasca, para além dos conteúdos enformados por ela. A obsessão acaciana participou, afinal, do aspecto central da Ecite: utilizar temas ligados à Eça de Queirós para dar visibilidade a algo que fosse interdito na esfera pública portuguesa.

---

<sup>578</sup> ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém** - Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 61.

<sup>579</sup> Ibid., p. 62.

<sup>580</sup> Discutido na seção 2.1.1 do segundo capítulo desta tese.

No fim das contas, foram tantas as rememorações do conselheiro Acácio naquele ano de 1945 que António Ferro não teve remédio, a não ser vestir a carapuça do personagem. Em seu discurso pronunciado na cerimônia de encerramento das comemorações do centenário queirosiano, do qual falaremos muito no próximo capítulo, o chefe da propaganda de Salazar admitiu, mal-humorado, o seguinte:

É que Eça de Queirós não contava com a falta de imaginação dos seus leitores, que se agarraram ao seu caricatural tipo como excelente recurso para todas as discussões públicas ou privadas. Criou-se, portanto, em Portugal, essa fatalidade: todo orador ou conversador arrisca-se a que lhe chamem Conselheiro Acácio. Eu sou Acácio, tu és Acácio, ele é Acácio, nós somos Acácios, Vós sois Acácios (tenham paciência), Eles são Acácios...<sup>581</sup>

#### 3.4.4 - Conclusão do capítulo

Ao longo deste capítulo, pudemos ver, em primeiro lugar, a longa trajetória da interpretação de Eça por parte da oposição antissalazarista em Portugal. O valor central que parece ter estado em disputa, nos textos que analisamos, terá sido o da ficcionalidade da escrita queirosiana: contra a ideia de que a obra de Eça valeria pelas teses ali defendidas, prevaleceu a ideia que na obra de Eça predominaria um discurso metafórico, não conceitual e aberto a múltiplos sentidos. Vimos como essa compreensão se consolidou no livro de Mário Sacramento e foi enriquecida pela dessacralização da figura do escritor, promovida por João Gaspar Simões.

Em seguida, nos debruçamos sobre as consequências desse movimento: um Eça de Queirós atravessado pelas múltiplas compreensões possíveis de sua obra tornou-se o foro propício para simbolizar a aglutinação de uma “Frente Ampla” da oposição portuguesa, materializada no *Livro do Centenário*. Para além disso, a noção de que sua obra não estaria sujeita ao controle de uma interpretação única, normativa, parece ter tido uma participação central também naquilo que chamei de “Ecite”, isto é, a obsessão por temas queirosianos que tanto incomodou salazaristas como João Ameal, no fim de 1945.

<sup>581</sup> FERRO, António. [discurso] In SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. VII.

As conclusões a que pude chegar até aqui, quando somadas à inabilidade com que o SNI conduziu as celebrações oficiais do centenário, permitem que se enuncie, já no fim deste capítulo, uma resposta sintética para a pergunta colocada no fim do capítulo um. Ali, o que se perguntou era: “de que maneira a obra de Eça pode ser lida quando a esfera pública é suprimida ou está policiada por regimes autoritários/totalitários?”. Ora, o que o estudo de caso conduzido até aqui me permite responder, de maneira sintética, é que, quando a esfera pública estava policiada pelo salazarismo, a obra de Eça de Queirós parece ter sido capaz de – por sua ficcionalidade inerente – fundar uma esfera pública em torno de si, superando dessa maneira as interdições que truncavam sua circulação.

O objetivo do próximo capítulo – o último desta tese – é expandir e explicar a resposta dada aqui em poucas palavras, procurando extrair dela as consequências teóricas necessárias.

## 4 - Fascismo e ficção

“Until now, you have all sustained fantasies in which you are the maltreated heroes of your own stories. Comforting daydreams in which, ultimately, you are shown to be in the right. No more.”

Neil Gaiman (Sandman – “The collectors”)<sup>582</sup>

### 4.1 - O objeto ficcional como esfera pública

O objetivo do presente capítulo – o derradeiro desta tese – é conferir consistência conceitual à resposta simples obtida no fim do seu antecessor. Até aqui, chegamos a compreender que a obra de Eça de Queirós, quando divulgada e lida em um contexto fascista, foi – no caso estudado – capaz de se comportar ela própria como uma espécie de esfera pública, compensando assim a interdição da esfera pública controlada pela propaganda e pela repressão do Estado Novo português. Talvez uma boa questão para recolocar o pensamento em movimento seja: o que distinguiu tal obra entre outros objetos da vida portuguesa presentes em 1945, e que a dotou de tal capacidade? Por que ela, entre tantos outros fatores da vida social do país, conseguiu se consolidar como uma esfera pública substituta, agregando tantos agentes e tantos assuntos distintos em torno de si?

#### 4.1.1 - Movimento e estabilidade

Começemos a longa resposta a essa pergunta retomando a metáfora do mundo como mesa, imaginada por Hannah Arendt e já citada no primeiro capítulo desta tese. A politóloga alemã comparou o “mundo dos assuntos humanos” a uma mesa, que, como todas as mesas, possuiria a capacidade de separar os sujeitos sociais que se sentassem ao redor dela (garantindo que eles preservassem suas diferenças entre si) e instauraria simultaneamente uma relação entre eles, na medida em que estariam em torno de um mesmo objeto.<sup>583</sup> Retire-se a mesa e

<sup>582</sup> “Até agora, vocês todos sustentaram fantasias em que são os heróis maltratados de suas próprias histórias. Devaneios reconfortantes em que, no fim das contas, vocês se percebem como estando corretos. Não mais”. Neil Gaiman (Sandman - “Os colecionadores”).

<sup>583</sup> Eis, textualmente, a metáfora arendtiana: “a estranheza de tal situação lembra a de uma sessão espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de sorte que duas pessoas sentadas em frente uma à outra já não estariam separadas mas tampouco teriam qualquer relação

nenhum dos dois fatores continua garantido: os ex-comensais passam a correr simultaneamente os riscos de se isolarem uns dos outros – sem nada que os conecte – mas também de se aproximarem demais, a ponto de se tornarem indiscerníveis.

O caso da “ecite” de 1945, desencadeada pelas oposições antissalazaristas, se adequa bem à metáfora arendtiana por dois motivos. Em primeiro lugar, já acumulamos debate o suficiente para concluir que a obra de Eça de Queirós funciona bem no papel desse mundo/mesa: ela foi um assunto comum em torno do qual uma extraordinária gama de figuras da vida portuguesa pôde se postar, criando laços entre si. Além disso, pela opção que esses “comensais” escolheram – a de encarar a obra queirosiana na ambiguidade ficcional que esta demandava – ficou garantida também a preservação da diferença entre esses atores, na medida em que a variedade evidente entre as leituras queirosianas correspondia às diferentes posições políticas e literárias assumidas por seus leitores. Em suma, falar de Eça foi uma forma que a sociedade letrada portuguesa encontrou de estar *unida em diferença*, naquele ano dramático de 1945.

Mas a metáfora arendtiana também é adequada para o nosso caso por um segundo motivo: a imagem da ausência da mesa – de onde a autora parte para conceber o conceito de “perda do mundo”, fundamental em sua obra – é tendencialmente aplicável a uma sociedade controlada por um governo fascista, como era o caso de Portugal sob Salazar.<sup>584</sup> Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt compreende que a matriz de dominação dos regimes totalitários residiria em dois movimentos incessantes exercidos simultaneamente pelo governo totalitário sobre aqueles a ele subjugados: através da interdição da esfera pública, haveria um movimento em direção ao “isolamento”<sup>585</sup> dos indivíduos, ao passo que a propaganda consistiria no movimento de sua compressão em direção a um

---

tangível entre si. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 62.

<sup>584</sup> Lamentavelmente, é o caso, aqui, de lembrar que Hannah Arendt desdenhou do caráter fascista e tendencialmente totalitário do Estado Novo português. Em *Origens do Totalitarismo*, a autora explicitamente qualifica a ditadura de Salazar, bem como as de Franco, Mussolini, e ainda outras, como pertencentes ao grupo das “ditaduras não totalitárias” (p. 358). Sua justificativa para isso seria o pequeno contingente populacional desses países, impróprio para a implantação das formas de dominação identificadas na Alemanha e na URSS. Neste caso, cabe explicitar que estamos aplicando a teorização arendtiana ao caso português à revelia da autora, seguindo um caminho já aberto por Fernando Rosas no capítulo “O projeto totalitário: o salazarismo e o homem novo” (p. 318), do livro *Salazar e o Poder*.

<sup>585</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 526.



“cinturão de ferro” que “elimina o espaço”<sup>586</sup> entre os sujeitos, massificando-os. São, como se pode ver, os mesmos dois movimentos presentes na metáfora do sumiço da mesa. A aplicação simultânea e incessante deles, por parte do regime totalitário, resultaria na “experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter”.

A obra de Eça de Queirós, portanto, foi capaz de tornar-se – por algum tempo, e para parte da sociedade – um substituto do mundo, cuja experiência de perda os portugueses submetidos ao salazarismo vinham experimentando. Ou, em outras palavras, ela foi um *locus* de estabilidade capaz de reter os movimentos simultâneos e incessantes de isolamento e compressão executados pelo regime. Para compreendermos essa relação, vale a pena lembrar, uma vez mais, que a expressão encontrada por Salazar para fixar a importância dos valores do Estado Novo era – muito apropriadamente – a fórmula “não discutimos”:

Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio. Não discutimos a família e a sua moral. Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.<sup>587</sup>

Uma enunciação desse tipo, proferida pelo ditador em 1936, ao mesmo tempo em que elencou os valores elementares do regime – fundando as bases em que atuaria a propaganda, isto é, o movimento que Arendt chamou de “cinturão de ferro” sobre as consciências dos portugueses –, também anunciou claramente a censura sob a qual os debates sobre esses temas passaram a estar submetidos – o que Arendt chamou de isolamento. Isso explica o fato de termos visto, no capítulo anterior, uma miríade de textos dedicados à vida e à obra de Eça de Queirós, mas que apenas tomavam o escritor como pretexto para falar da geografia e da história de Portugal, da sexualidade, da religião e das disputas ideológicas que o mundo travava em 1945. Tratava-se da contenção do movimento em direção à sensação de perda do mundo: eram, respectivamente, a pátria e sua história, a família e sua moral, Deus e a virtude e a autoridade e seu prestígio que estavam sendo afinal discutidos em Portugal. Em desobediência a Salazar, evidentemente.

Constatar algo dessa ordem, contudo, cria um problema teórico para este trabalho. Já vimos que a obra de Eça de Queirós só foi capaz de se tornar um tal

<sup>586</sup> Ibid., p. 527.

<sup>587</sup> SALAZAR, António de Oliveira. “As grandes certezas da Revolução Nacional”, in **Discursos**, Vol. II. Coimbra: Coimbra editora, 1936, págs. 128-129.

foro de discussões, em 1945, em Portugal, por conta de sua ficcionalidade. Ora, no capítulo inicial desta tese, a ficcionalidade queirosiana (o termo aqui está sendo utilizado de forma globalizante, abarcando inclusive a preponderância da ironia e do discurso metafórico na obra do escritor) foi longamente discutida como um projeto de seu autor de valorização de uma semântica volátil, dinamizada, em oposição àquilo que chamei de “estagnação homogênea” da esfera pública portuguesa.<sup>588</sup> É contraditório que, agora que nos aproximamos da conclusão deste trabalho, a figura tenha se invertido, e a descrição aqui encontrada para a obra de Eça tenha passado a ser a de uma fonte de *estabilidade* contra o *movimento incessante* que caracterizaria o regime fascista. Partindo da suspeita de que há produtividade nessa contradição, passo agora a tentar analisá-la, aceitando o risco de empreender um pequeno desvio teórico neste capítulo final.

#### 4.1.2 - Fascismo versus ficção

As ideias de ficcionalidade e mimesis, às quais tenho associado a obra de Eça de Queirós desde o início desta tese, para justificar sua abertura a uma pluralidade de sentidos, sustentam-se elas próprias em certos pressupostos filosóficos sobre os quais vale a pena um comentário. No final de seu livro *O controle do imaginário*, Luiz Costa Lima medita brevemente a respeito das condições que haviam tornado uma reflexão sobre a mimesis possível no século XX, apesar das várias instâncias de controle do ficcional que ainda se impunham, e detém-se de maneira surpreendente sobre trechos de cientistas como Heisenberg e Bohr, destacando em especial a afirmação de Heisenberg de que, na física moderna, “a incidência do método modifica seu objeto”.<sup>589</sup> A intenção do crítico brasileiro, aqui, é chamar a atenção para a falência da crença na existência de uma separação rígida entre o sujeito que conhece e o mundo objetivo a ser conhecido, no campo da epistemologia. Em lugar disso, Costa Lima ressalta a emergência da ideia de que a possibilidade do conhecimento do que quer que seja se dá apenas no “diálogo entre as propriedades do objeto e uma linguagem – que supõe a tomada de um lugar – que formula e equaciona certos aspectos seus”.<sup>590</sup> Costa

<sup>588</sup> Conferir a seção 1.2.3 do capítulo um desta tese.

<sup>589</sup> HEISENBERG, Werner *apud* LIMA, Luís Costa. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: topbooks, 2006, p. 188.

<sup>590</sup> LIMA, Luís Costa. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: topbooks, 2006, p. 189.

Lima, neste ponto, está fazendo referência a uma importante virada da filosofia do século XX. É algo bastante próximo àquilo que António Pedro Pita chamou – em referência a Sartre – de “sentimento de contingência”, e reconheceu como um pressuposto fundamental da categoria de “intencionalidade” formulada por Husserl: a ideia de que “não há um laço que assegure inteligibilidade prévia à presença dos homens no mundo”.<sup>591</sup>

É simples compreender o motivo pelo qual Costa Lima considera fundamental para a sua teorização da mimesis uma concepção filosófica desse tipo, que levará inúmeros pensadores do século XX a olhar com desconfiança para a objetividade daquilo que se convencionou chamar de “realidade”. É a base que o permitirá escrever parágrafos como este, em que, para explicar seu conceito de mimesis, Costa Lima decompõe a “cena” objetiva da realidade em meros “parâmetros”:

Podemos dizer que a mimesis supõe a correspondência entre uma cena primeira, orientadora e geral, e uma cena segunda, particularizada numa obra. Essa encontra naquela os parâmetros que possibilitam seu reconhecimento e aceitação (...) ao falarmos de “cena orientadora”, a diferenciamos de cena modelar. Se a mimesis supusesse uma cena modelar ou, mais simplesmente, um modelo, estaríamos admitindo que ela tem um caráter normativo. O que, ao contrário, é fundamental no fenômeno da mimesis é a correspondência estabelecida entre uma obra particular – a cena segunda – e parâmetros que guiam o receptor. Dizer contudo que tais parâmetros formam uma “cena primeira” daria direito a que se pensasse que há, propriamente, uma cena pré-traçada! Ora, não há materialmente tal cena, mas sim parâmetros culturalmente diferenciados, que assumem a função de balizas.<sup>592</sup>

Diante dessa concepção de uma realidade que não chega a se constituir como cena, cujos “parâmetros”, ou balizas, estão sujeitos a diversos ordenamentos possíveis no discurso do sujeito, uma pergunta bastante ingênua poderia ser formulada: o que se está propondo, neste caso, seria um empoderamento absoluto do sujeito, a partir de uma sujeição da ideia de realidade à vontade consciente daquele que a ordena ao observá-la? Isto é: se a realidade não existe objetivamente, está correto dizer que o observador a representa *como quer*? Costa

<sup>591</sup> PITA, António Pedro. “A Intencionalidade e o Mundo dos Artistas - Mikel Dufrenne na fenomenologia francesa” in **Revista filosófica de Coimbra**, nº 9. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1996, p. 79.

<sup>592</sup> LIMA, Luiz Costa. **Mimesis** - desafio ao pensamento. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p. 24.

Lima toma o cuidado de, em seu texto, rechaçar explicitamente essa hipótese. Alguns parágrafos após sua redução da “cena” da realidade a “parâmetros”, o teórico afirma que o “primeiro obstáculo a ultrapassar” em uma teoria da mimesis seria precisamente “a concepção do sujeito como central, unitário, fonte e no comando de suas re-presentações”.<sup>593</sup> É verdade que, logo em seguida, Lima afasta também a ideia de uma obliteração completa do sujeito, que o reduzisse a um feixe “fluxos, intensidades e sensações”. O crítico contenta-se com a já nossa conhecida concepção do *sujeito descentrado*.<sup>594</sup> O que nos interessa agora, contudo, é a sua primeira negação.

Isso porque poderíamos, aqui, arriscar o acréscimo de uma nuance a esse modelo de Costa Lima: por um lado, é verdade que a orientação dos parâmetros constitutivos da realidade em uma cena não é algo que se confunda com um ato de vontade, na medida em que consideramos o sujeito descentrado. Por outro lado, poderíamos dizer que a submissão da realidade à vontade *tende a ser verdade* quando consideramos a construção dessa cena em um contexto fascista e assumimos o ponto de vista do regime. A hipótese aqui é a de que um regime fascista plenamente instituído e vitorioso, que tivesse crescido sem peias e se tornado o sujeito “central, unitário, forte e no comando de suas representações”, capaz de executar com máxima eficiência aqueles movimentos simultâneos de isolamento e aglutinação a que se refere Hannah Arendt em seu *Origens do Totalitarismo*, poderia ser descrito como um regime capaz de, dentro dos próprios domínios, definir e redefinir a própria realidade de acordo com sua vontade. Daí concluímos que um regime do mesmo tipo que somente foi capaz de executar os movimentos como esses de maneira imperfeita, e por um certo tempo (como foi o caso do regime de Salazar, ou de qualquer outro exemplo real de regime fascista) terá ainda assim uma *tendência* a esse tipo de poder.

O capítulo final do citado livro *O estranho caso do nacionalismo português*, de Luís Trindade, demonstra bem essa ideia, no caso salazarista. Após um estudo cuidadoso do longo percurso empreendido pela ideia de nacionalismo, em Portugal, desde sua matriz literária, no fim do século XIX, até que ela se naturalizasse como senso comum e se tornasse o conteúdo da propaganda de massas empreendida pelo Estado Novo através do SPN de António Ferro,

<sup>593</sup> Ibid., p. 25.

<sup>594</sup> Ver seção 3.3.1 do terceiro capítulo desta tese.

Trindade se concentra por algumas páginas sobre a já citada *Exposição do Mundo Português*, realizada em Lisboa, no ano de 1940. A culminância de sua análise dessa que foi a maior peça de propaganda do regime de Salazar se dá com a recuperação de uma anedota altamente significativa:

A Exposição do Mundo Português era a realidade segundo o Chiado, realidade idealizada à medida do isolamento desse bairro lisboeta que, naquelas circunstâncias, não podia ver o resto do país senão com uma enorme estranheza. O salazarismo não foi, pois, apenas o imaginário da política do espírito. Foi também o desaparecimento da vida dos portugueses, o seu estranhamento, a construção de uma realidade que desvalorizou o real. (...) No discurso de encerramento da exposição, Augusto de Castro fez o balanço a partir de um episódio que se teria passado uns dias antes: dois minhotos, depois de visitarem os pavilhões, trocavam impressões acerca de tudo o que tinham visto quando um disse para o outro: “agora já tu sabes o que é ser português!...”.<sup>595</sup>

O que importa deste exemplo para o ponto que tento desenvolver aqui é o poder de que se vê revestido um Estado fascista de controlar, segundo sua vontade, os tais “parâmetros” constitutivos da realidade. Isso se deve ao fato de que as palavras utilizadas pela propaganda fascista parecem ter uma forte aderência sobre os objetos que pretendem designar. O que não impede, por outro lado, que um Estado fascista tenha o poder de trocar as palavras que cumprem esse papel por outras, de acordo com a própria conveniência. Para esclarecer esse ponto, se não quisermos fugir demais do exemplo recém-citado de Trindade, basta lembrarmos do quanto o discurso salazarista sobre a expansão colonial portuguesa estava ligado, na altura da *Exposição*, a uma concepção abertamente racista, que reconhecia a “superioridade biológica” do Império Português perante as “populações colonizadas”.<sup>596</sup> Nada disso terá sido um grande empecilho para que, poucos anos depois, por conta da mudança das conveniências no campo da política internacional, o salazarismo tenha difundido e naturalizado, através do “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, a ideia de um império português valorizador da “integração das populações colonizadas na civilização

<sup>595</sup> TRINDADE, Luís. **O Estranho caso do nacionalismo português** - o salazarismo entre a literatura e a política. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 315.

<sup>596</sup> MATOS, Patícia Ferraz de. **As cores do Império**. Representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 148-149.

ocidental”.<sup>597</sup> Essa segunda ideia também teve (e tem até hoje) grande aderência na sociedade portuguesa, a despeito de sua evidente incompatibilidade com a concepção anterior. A facilidade com que o Estado fascista implanta cada uma delas, saltando de uma para outra sem cair em descrédito, é aquilo para que quero chamar atenção.

Ora, mas uma tal capacidade de manejo dos discursos nos aproxima perigosamente da conclusão um tanto aterradora de que o Estado fascista seria mestre exatamente naquele conjunto de técnicas que distingue os grandes poetas e ficcionistas, e desencadeia processos miméticos. Poderíamos, quem sabe, imaginar o sucesso da propaganda fascista ser devido a um excelente uso, por parte do aparato repressivo, da metáfora, da ironia e de outros recursos típicos da ficcionalidade, dos quais já tratamos nesta tese. A ideia do ditador fascista como um poeta que controla a realidade com sua poesia e segundo sua vontade chegou a ser explorada em um poema de W.H. Auden, de janeiro de 1939, intitulado *Epitaph on a tyrant* [*Epitáfio para um tirano*], e alegadamente inspirado pela figura de Adolf Hitler:

Perfeição, de certo tipo, era o que ele buscava  
E a poesia por ele inventada era de fácil compreensão  
Conhecia a loucura dos homens como a palma de sua mão  
E era muito interessado em tropas e frotas  
Quando ele ria, cada respeitável senador gargalhava  
E, se ele chorava, as crianças na rua batiam as botas.<sup>598</sup>

De maneira similar ao poema de Auden, o capítulo de Luís Trindade que citei acima parece concluir em favor da mesma aproximação perturbadora entre o fascista e o poeta. Ao se debruçar sobre a figura de António Ferro – que efetivamente foi um escritor, lembremos, antes de tornar-se chefe da propaganda de Salazar – Trindade afirma que a *Exposição do Mundo Português* teria sido seu

<sup>597</sup>Ibid., p. 157. Ainda assim, na mesma página, Matos conclui que “mesmo no período pós 2ª guerra, as discriminações continuaram e as hierarquias se mantiveram, apesar de uma (aparente?) mudança nos discursos”.

<sup>598</sup>AUDEN, W.H., *Selected poems*. New York: vintage books, 1979, p. 80. Poema traduzido livremente por mim. Note-se que o eufemismo que escolhi para o verso final, na tradução, não corresponde fielmente à expressão bastante direta usada por Auden (“and when he cried the little children died on the streets”). Optei por ele apenas para preservar o esquema de rimas do texto original. O poema inteiro, em inglês, é “Perfection, of a kind, was what he was after, / And the poetry he invented was easy to understand; / He knew human folly like the back of his hand, / And was greatly interested in armies and fleets; / When he laughed, respectable senators burst with laughter, / And when he cried the little children died in the streets.”

“livro em forma de pavilhões, (...) um modo de fazer ficção pela estrutura do espaço público”.<sup>599</sup> Mas, tanto no caso de Auden quanto no de Trindade, há na comparação entre o fascista e o poeta/ficcionista uma dose de ironia que não podemos desprezar. Começemos pelo *Epitáfio* de Auden. Nele, a poesia do tirano é descrita como sendo “de fácil compreensão”. Esse qualificativo se justifica apenas alguns versos abaixo: o tirano/poeta de Auden não fazia poesia com metáforas, ironias ou sequer versos. Seu discurso, ainda que produzisse consequências tremendas, como a morte de crianças, era na verdade muito simples, em certo sentido antipoético: o tirano/poeta apenas “ria” e “chorava”, e isso era o bastante.

A metáfora de Trindade vai em um sentido semelhante. Ainda que a *Exposição* capitaneada por António Ferro seja comparada pelo historiador a um “livro em forma de pavilhões”, e a uma ficção, ela é em certo sentido uma antificção, na medida em que – e este parece ser o centro do argumento de Trindade – aquilo que era imperceptível em uma peça de propaganda como a *Exposição do Mundo Português* era justamente o “ato de leitura”, no sentido que o teórico alemão Wolfgang Iser deu ao termo. Os minhotos da anedota foram à exposição para experimentar diretamente a realidade do que é ser português, sem que lhes fosse sensível ou passível de crítica todo o complexo de mediações ideológicas e técnicas implicadas em uma exposição. Para Iser, por outro lado, o que caracteriza a experiência estética envolvida na leitura do texto ficcional é a maneira como o leitor “se envolve e se vê sendo envolvido” pelo texto, em um ato até certo ponto atravessado pela autoconsciência.<sup>600</sup> Não havia, na anedota, nenhum “trabalho da semelhança” a ser realizado, se quisermos retomar o importante conceito de Ricoeur apresentado no primeiro capítulo desta tese.<sup>601</sup> Assim como no caso do tirano que apenas “ria” e “chorava”, o que aparece diante de nós como produto da propaganda salazarista é apenas uma construção comunicativa extremamente simples, sem a sofisticação semântica inerente à poesia ou à ficção:

Agora podia, finalmente, dizer-se que o salazarismo atingira a naturalidade, que já não parecia uma ideologia ou um regime político,

<sup>599</sup> **O Estranho caso do nacionalismo português**, cit., p. 315.

<sup>600</sup> ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. São Paulo: ed. 34, 1999, p. 53.

<sup>601</sup> Ver a seção 1.2.1 do primeiro capítulo da tese.

mas uma forma existencial em que a construção ideológica e a dominação política tinham desaparecido.<sup>602</sup>

Portanto, ainda que Luiz Costa Lima tenha considerado a desconfiança na objetividade da realidade como um ponto de partida necessário para a sua descrição da maneira como o processo da mimesis organiza os “parâmetros” dessa mesma realidade em uma cena, somos forçados a concluir que o fascismo parte do mesmo ponto cronológico inicial (também é um produto do século XX, e sua desconfiança da objetividade), mas se distancia da teoria da mimesis na primeira bifurcação. Em um livro recente, de 2015, Lima reúne suas teorizações sobre a mimesis, a metáfora e a ficção sob uma única expressão: a do “eixo metafórico da linguagem”.<sup>603</sup> Podemos dizer, neste caso, que o fascismo apoia-se no outro eixo, habitado pelos textos não metafóricos, e no qual Lima inclui todos os discursos em que a adequação linguagem/realidade se dá de forma irrefletida. Enquanto no caso do eixo metafórico há um evidente processo reflexivo inerente à decifração da metáfora ou da ficção (que, neste trabalho, associo ao “trabalho da semelhança”, de Ricoeur), o fascismo efetivamente controla a realidade ao reduzir ao máximo a distância entre ela e a linguagem, ao ponto de impedir a distinção entre uma e outra. Eis porque, no poema de Auden, o riso dos senadores e a morte das crianças são atos contíguos ao riso ou ao choro do tirano, como se ele fosse dotado de poderes mágicos, e não houvesse distância entre a sua verbalização e o mundo.

#### 4.1.3 - O discurso de António Ferro

Com isso em mente, analisemos aquela que é possivelmente a fonte mais crucial encontrada no âmbito desta pesquisa. Refiro-me ao discurso de encerramento das celebrações do Centenário de Eça de Queirós, proferido pelo próprio António Ferro, em uma noite de gala. É o mesmo discurso cujo comentário “eu sou Acácio, tu és Acácio (...)” já foi citado no fim do capítulo anterior. O trecho que agora nos interessa é outro. Antes, contudo, imaginemos por um instante a sua situação de enunciação. Tudo no entorno desse discurso queria comunicar o triunfo do SNI em sua iniciativa de celebrar Eça de Queirós:

<sup>602</sup> **O Estranho caso do nacionalismo português.** cit., p. 306.

<sup>603</sup> LIMA, Luiz Costa. **Os eixos da linguagem.** São Paulo: Iluminuras, 2015.



segundo o *Diário de Notícias*<sup>604</sup>, a festa ocorreu no luxuoso salão do Círculo Eça de Queirós, e a fala de Ferro foi precedida por encenações de trechos de livros de Eça lidos por importantes atrizes portuguesas ligadas ao regime, trajando “vestidos ao gosto da moda de fins do século passado”: Manuela Reis leu trechos do “Suave milagre” e da *Ilustre Casa de Ramires*, Carmem Dolores leu trechos de “A perfeição” e do “São Cristóvão”, e Manuela do Couto Viana leu um trecho das *Farpas* e do conto “A aia”.<sup>605</sup> Após o discurso de Ferro, ocorreram uma ceia e um baile “prolongado pela madrugada”, animado por uma orquestra “com músicos vestidos à maneira de 1890 – 1900”, que só tocava músicas “desse tempo”.

Sublinho o ambiente festivo e triunfal dessas comemorações para ressaltar, através do contraste, a estranheza da fala de António Ferro. Eis o trecho mais marcante de tudo o que disse o diretor do SNI, quando subiu ao púlpito do círculo literário que ele mesmo presidia, cercado de amigos e simpatizantes, para coroar uma efeméride sobre a qual criara imensa expectativa e a favor da qual trabalhara por mais de um ano:

A partir de há pouco tempo, é certo, desde há 15 ou 20 anos, a obra de Eça de Queirós parecia-nos já coberta daquela pátina que a imunizava das curiosidades doentias dos leitores doentios de todas as épocas. Julgamos assim que foi, talvez, imprudente libertá-las dessa pátina, limpá-las dessa poeira de quase um século, precipitar, outra vez, as novas gerações para certas páginas de *O Primo Basílio* ou *A Relíquia* de sentido já obliterado ou esquecido. (...) Eça de Queirós já era hoje considerado, acima de tudo e para além de tudo, um grande português. Terá sido útil, para a sua glória e para a glória de nossa literatura, misturá-lo de novo com as nossas lutas políticas e religiosas, procurar aliciá-lo, por todas as formas e com todos os pretextos, para o fazer ingressar no MUD ou na União Nacional?<sup>606</sup>

Podemos imaginar o efeito que esse trecho do discurso de Ferro deve ter provocado entre os presentes. Em meio ao ambiente festivo daquela noite, as palavras do chefe da propaganda salazarista devem ter ecoado desconfortavelmente, ao tratar o evento que ali se celebrava como um retumbante fracasso. A despeito de todos os concursos, todas as conferências, todas as

<sup>604</sup> “O encerramento das comemorações do centenário de Eça de Queirós”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 05/02/1945.

<sup>605</sup> Não deixemos de notar que, à exceção do trecho das *Farpas*, todos os excertos foram pinçados de contos e de um romance pertencentes ao final da carreira de Eça de Queirós, precisamente a única com a qual os apoiadores católicos do regime relutantemente transigiam.

<sup>606</sup> FERRO, António. [discurso] In SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950, p. XIII.

reedições, todas as exposições, Ferro vinha anunciar que, ao fim e ao cabo, celebrar o centenário de Eça havia sido algo *imprudente* e, no limite, *inútil*. De que maneira o desvio teórico que acabamos de realizar nos ajuda a compreender um juízo dessa ordem?

Ora, comecemos por apontar que António Ferro, ainda na entrevista ao *Diário de Notícias* de 1944<sup>607</sup>, parecia ter a intenção de tratar a figura de Eça de Queirós e sua obra como quaisquer outros elementos da realidade portuguesa que estavam ao dispor do regime para serem configurados e reconfigurados segundo a vontade da propaganda fascista. Isso permitiu ao chefe do SNI dizer, naquela altura, que sua celebração iria consagrar Eça nacionalmente, embora o autor já fosse consagrado. também autorizou Ferro a anunciar Eça simultaneamente como um aliado do regime e como alguém a ser celebrado de forma apolítica. ignorando o fato de as duas declarações serem absolutamente contraditórias entre si.

E, no entanto, em seu discurso na cerimônia de encerramento, Ferro não esconde que está arrependido. Declara-se surpreso com o fato de que a obra de Eça não estaria coberta por uma “pátina” que a “imunizaria” dos “leitores doentios”. A pátina a que Ferro se refere, aqui, pode ser lida como aquilo que se instaura nas superfícies de uma sociedade controlada pelo fascismo, e permite que o discurso da propaganda tenha imensa aderência sobre cada objeto a que se refere, controlando a realidade. E, no entanto, para a decepção do chefe de propaganda, a obra de Eça de Queirós não está coberta pela “pátina”, o que equivale a dizer que as palavras que a propaganda dispara em direção a ela não possuem a mesma aderência, não se prendem com a mesma força.

A decepção e o arrependimento de António Ferro revelam a frustração de quem se acostumou a controlar a realidade a partir do uso da palavra, e acabou por se deparar com um elemento dela que recusou-se a se mover na direção desejada. Quando Ferro imaginou que podia sair-se bem com a cooptação de Eça pelo regime, declarando que o centenário se realizaria com o soerguimento do autor “acima de todas as correntes”<sup>608</sup>, viu que suas palavras – à sua revelia – *empurraram* a obra do autor na direção das correntes políticas das quais ele tentou se desviar. É a isso que o chefe da propaganda faz referência quando lamenta o

<sup>607</sup> Analisada na seção 2.1.4 do segundo capítulo desta tese.

<sup>608</sup> FERRO, António. “Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós”. [Entrevista concedida ao] **Diário de Notícias**, Lisboa, 20/11/1944.

aliciamento da obra queirosiana pelo MUD e pela União Nacional – este último, o partido do próprio regime.

Aproximamo-nos do cerne da contradição a que fizemos referência no início deste capítulo, relativa à descrição da obra de Eça como movimento ou estabilidade. No contexto original em que foi produzida, a obra de Eça de Queirós quis ser movimento contra a “estagnação homogênea” que seu autor entendia como a característica do Portugal monárquico-constitucional do fim do século XIX. Vimos, no primeiro capítulo, que a busca pela ficção e por formulações metafóricas foram as armas queirosianas contra o discurso convencional que constituía a realidade da esfera pública portuguesa oitocentista. E, no entanto, em 1945, quando a obra de Eça voltou a circular largamente, no contexto do centenário, a velha convencionalidade do século anterior fora substituída pela dinamização muito própria do fascismo, com sua maneira distinta de controle da realidade a partir dos movimentos incessantes de isolamento e compressão. Em ambos os contextos, a obra de Eça de Queirós comportou-se aparentemente de maneira oposta (como movimento, no período oitocentista, e como estabilidade, no período fascista), mas sob a oposição há uma constante: a ficcionalidade de Eça de Queirós sempre foi resistência à instância de controle da realidade.

Talvez seja útil retomarmos, uma última vez, a metáfora da mesa de Hannah Arendt. A obra de Eça, lembremos, é a própria mesa, e o discurso da propaganda salazarista quer movê-la para onde lhe seja mais conveniente. Quando António Ferro aproxima-se dela para tal, no entanto, é como se, pelo próprio ato de postar-se em um de seus lados, estivesse convidando outros comensais (inclusive os “leitores doentios”) a também se aproximarem e ocuparem outros postos ao redor do objeto. Isto é: quando o fascismo decide interpretar a obra de Eça de Queirós, para controlá-la, a própria abertura para uma multiplicidade de interpretações que distingue a ficção do escritor incita a enunciação de uma outra interpretação, divergente. A mesa não se move, mas incita o movimento ao redor dela. É o que a faz tornar-se a própria esfera pública.

Ainda há algumas consequências teóricas a serem extraídas, se continuarmos o caminho que este capítulo vem traçando até aqui. Chegarei a elas, no entanto, somente na seção derradeira deste capítulo. Antes disso, a próxima seção procurará dar alguma carnadura ao parágrafo acima, talvez excessivamente alegórico. É preciso ultrapassar a metáfora da mesa em direção a uma descrição

pormenorizada e matizada desse movimento dialógico, em que cada discurso sobre a obra de Eça incita um próximo, em uma contra dinâmica de resistência ao controle da realidade típico do fascismo. Mais ainda, é preciso fazê-lo retomando pontos discutidos nos três capítulos anteriores, de modo que a relação entre cada um deles fique clara.

## 4.2 - Sete transeuntes em um passeio público

Façamos, portanto, o esboço de um mapeamento do que terá sido o debate público em torno de Eça de Queirós durante o seu centenário. Não se trata de uma mera repetição do que já foi dito nos capítulos anteriores, ainda que inevitavelmente vá haver certa dose de redundância. O que nos importa, agora, é descrever de que maneira cada um dos discursos proferidos então, sobre o romancista, se posicionam uns em relação aos outros, para que fique realçado o caráter dialógico do cenário que traçamos. Na impossibilidade objetiva de citarmos cada um dos textos produzidos sobre Eça naquela altura, contentemo-nos em verificar a existência de sete grande agrupamentos deles, dispostos de modo que cada um seja o disparador dos demais, e com a representação desses sete discursos através de alguns textos exemplares. Penso que será o suficiente para caracterizar o que tenho chamado de caráter dialógico. Antes, contudo, como eixo organizador desses sete grupos de discursos, recorro a uma nova imagem, que supera a da mesa: a imagem do Passeio Público, que passo a apresentar.

Talvez o aspecto mais irônico da conclusão a que este trabalho tem me conduzido – de que a obra de Eça de Queirós acabou por transformar-se em espaço público – seja o fato de que o próprio António Ferro, em seus primeiros esboços de comemoração do centenário, enunciados na entrevista ao *Diário de Notícias* em 1944, tenha imaginado uma espécie de associação entre ambas as ideias (de espaço público e Eça de Queirós). Não nos esqueçamos que, para além das conferências, filmes, reedições e concursos que planejou, o chefe do SNI também desejou “a reconstituição, numa noite, em plena Avenida da Liberdade, de um trecho do Passeio Público, animado por figuras da época”.<sup>609</sup>

Esse projeto anunciado não chegou a se concretizar, o que não nos impede de refletir sobre ele. O Passeio Público a que Ferro se refere era uma espécie de

<sup>609</sup> Ibid.

parque que passou a existir no coração de Lisboa após o terremoto de 1755, e no século XIX tornou-se um ponto importante da cidade, em especial para figuras oriundas da burguesia e da nobreza da capital.<sup>610</sup> Na obra queirosiana passada em Lisboa, o parque chega a ocupar uma função narrativa importante, sobretudo no romance *O primo Basílio*. Ali, para além do parque ser o local do primeiro encontro do casal protagonista, é também o centro da obsessão da personagem Juliana, que deseja frequentar o Passeio exibindo os pés, o que constitui um índice de seu desejo de ascensão social. Mas esse espaço também é notável – por sua ausência – em *Os Maias*: refiro-me à cena final do romance, em que o protagonista Carlos da Maia constata a substituição do Passeio Público pela Avenida da Liberdade, como consequência da expansão urbana de Lisboa.

António Ferro, assim, parece querer incluir na celebração queirosiana a reconstituição de um espaço público da Lisboa do século XIX. Já pudemos meditar, no segundo capítulo desta tese, sobre algumas dimensões dessa aproximação ensejada pelo chefe de propaganda entre o Estado Novo e o período oitocentista, através da obra de Eça: há, aqui, o projeto de esvaziar de sentido a passagem do próprio tempo, igualando passado e presente ao entender a tradição como acúmulo de progressos, e o progresso como acúmulo de tradições.<sup>611</sup> Mas suponho que podemos ver no interesse de Ferro pelo Passeio Público uma tentativa, também, de simbolizar o esvaziamento do espaço público que o salazarismo vinha empreendendo em Portugal.

A reconstituição cênica de um velho parque oitocentista, ao trazer de volta o tipo de espaço público que perdera lugar na Lisboa do século XX, seria assim uma espécie de declaração do salazarismo sobre o que ele pensava do espaço público. Em primeiro lugar, como já pude apontar, o Passeio Público histórico não fora um parque qualquer, mas antes um local que tornava visível a segmentação social da cidade. O “público” que efetivamente usava o “passeio” era circunscrito às classes abastadas, e o que era tornado público eram as relações dessa classe entre si. O que a encenação de Ferro tem o poder de fazer, portanto, é evocar somente esse aspecto elitista do espaço público português anterior ao salazarismo. Em segundo lugar, António Ferro especificamente declara que quer remontar o

<sup>610</sup> MATOS, Alfredo Campos. “Passeio Público”, in MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 1005.

<sup>611</sup> Ver seção 2.1.4 do segundo capítulo desta tese.

Passeio “animado por figuras de época”. Embora essa expressão não seja tão clara, é simples intuir que o chefe do SNI se refere aqui a atores, bailarinos ou outra sorte de profissionais da representação, que fariam uma espécie de *performance* pública, quem sabe em forma de parada, encenando os portugueses elegantes do fim do século XIX, para o deleite dos espectadores. Embora o historiador Fernando Rosas nos lembre com frequência que o fascismo de Salazar foi particularmente pobre em termos de manifestações públicas de massa<sup>612</sup> – como aquelas que caracterizaram o nazismo ou o fascismo italiano – não é absurdo apontar certo grau de parentesco entre a *performance* imaginada por Ferro e os desfiles tão representativos dos regimes de Hitler e Mussolini. Isso porque está em jogo, em ambos os casos, essencialmente o mesmo: a substituição da pluralidade não dirigida que caracteriza o espaço público urbano por uma espécie de paródia artificial, em que os movimentos são todos controlados e coreografados.

Existe algo de simbólico no falhanço desse projeto específico de António Ferro: não há documentos que nos assegurem do motivo pelo qual ele desistiu de sua *performance* mas, ironicamente, essa desistência é concomitante ao processo que temos tentado descrever desde o capítulo anterior. Em lugar do desfile coreografado imaginado por Ferro, vemos o centenário de Eça de Queirós ensinar o aparecimento de um outro espaço público, que carece de uma dimensão espacial, mas possui o que lhe é essencial: a marca da pluralidade.

Conheçamos, portanto, algo desse espaço. Imaginemos cada um dos sete discursos que serão apresentados nas próximas subseções como uma figura que caminha na alameda de um Passeio Público imaginário. Essa figura tem, em todos os casos, as feições de Eça de Queirós. Em seu trajeto, nosso caminhante imaginário fatalmente cruza com uma outra figura, que também tem o mesmo rosto. Também é Eça de Queirós. São, ainda assim, distintos. O encontro resultante nos impede de considerar qualquer um dos sócias como uma figura absoluta, ou original. Ficamos, assim, obrigados a compreendê-los levando em conta a sua dimensão relacional.

---

<sup>612</sup> cf. ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 53, 54.

### 4.2.1 - O anjo vingador

O primeiro Eça de Queirós que vem atravessando nosso Passeio Público imaginário já é conhecido, tendo sido abordado extensivamente no segundo capítulo desta tese. Refiro-me à versão do autor produzida nos gabinetes do SNI, e inicialmente propagandeada por António Ferro em sua entrevista ao *Diário de Notícias* de 1944 (que, como já vimos, foi por sua vez influenciada pelo ensaio “O Espólio de Fradique” de António Sardinha). Elegemos este Eça de Queirós como o primeiro de nosso conjunto de sete pelo fato de ele ter sido originalmente propagandeado pelo órgão governamental que organizou as comemorações do centenário.

Podemos chamá-lo de “anjo vingador”. Escolhi o nome em referência à Bíblia Sagrada, na qual este é o epíteto daqueles servos de Deus que executam sob suas ordens as tarefas mais violentas e destrutivas, sem as quais no entanto não seria possível o posterior milagre divino. São seres, enfim, que associam as ideias de violência e purificação. Entre os anjos vingadores, talvez os mais célebres sejam os anjos do Apocalipse de São João, que descem ao mundo com foices, labaredas de fogo e trombetas, destruindo um terço da terra e das árvores (Ap 8:7-13)<sup>613</sup>, antes que Deus funde a “Nova Jerusalém” sobre a devastação purificada. O Eça de Queirós transformado em Anjo Vingador exerceria exatamente essa função: sua obra irônica e mordaz, repleta de críticas ácidas a toda a sociedade portuguesa, seria, num plano simbólico, a violência devastadora necessária para que Portugal fosse purificado e posteriormente o Estado Novo pudesse regenerá-lo. Lembremos das palavras de António Ferro sobre o escritor: “A ‘posição’ de ‘oposição’, digamos assim, que [Eça] tomou era necessária. Aproximou-se afinal do que nós queríamos até – ou sobretudo – quando destruía”.<sup>614</sup>

Trata-se, portanto, de uma tentativa de captura, por parte do Estado Novo, dos aspectos mais iconoclastas da obra de Eça, manifestos sobretudo em sua primeira fase. O próprio Eça chegou, em 1878, a descrever-se a si próprio como um “artista vingador”, dedicado a “destruir as falsas interpretações e falsas realizações” de uma “sociedade podre”. O grande acréscimo que o SNI deu a essas declarações foi a noção teleológica de que uma tal destruição visava como

<sup>613</sup> BÍBLIA. Português. A Bíblia do pão. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.p. 1458.

<sup>614</sup> “Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós” cit.

fim um estado autoritário. Ferro apenas tateia o assunto em sua entrevista, mas a ideia que ele deixa no ar é retomada, um ano depois, na conferência “Eça de Queirós e a Vida Nova”, proferida por Francisco de Assis Oliveira Martins no Grêmio Literário de Lisboa, em 03 de dezembro de 1945.<sup>615</sup> Talvez seja essa a peça textual mais bem acabada que reforça a ideia de Eça como um anjo vingador.

Francisco de Assis Oliveira Martins foi sobrinho do historiador e político Joaquim Pedro Oliveira Martins, uma das figuras centrais da Geração de 70 e um dos maiores amigos que Eça de Queirós teve em vida. Quando subiu no púlpito do Grêmio Literário para fazer sua conferência, Francisco tinha recebido um prêmio do SNI poucos meses antes<sup>616</sup>, por conta de seu livro *O Socialismo na Monarquia* (1944), em que contava a história do movimento político “Vida Nova”, idealizado na década de 1880, por seu tio.<sup>617</sup> Sua conferência no centenário, com o título que tem, guarda óbvia coerência com o livro pelo qual acabara de ser premiado. Uma nota do *Diário de Notícias* registra que, naquela noite, Francisco foi anunciado diante do público por Rodrigues Cavalheiro, que o apresentou falando do movimento “Vida Nova”, descrito como tendo sido “um programa de regeneração política e restauração econômica cuja execução só os nossos dias assistiriam, mercê da aliança do Exército com o gênio dum homem de exceção”.<sup>618</sup>

É evidente que o homem de exceção acima aludido é o próprio ditador Salazar. A associação de Cavalheiro está inteiramente em linha com o teor da fala de Martins. O objetivo de sua conferência é provar o apoio que seu tio teria recebido de Eça no episódio do movimento “Vida Nova”, quando publicou um manifesto propondo como solução para a crise do sistema monárquico-constitucional o aumento do poder régio (uma ideia evidentemente autoritária). O apoio de Eça, segundo Francisco Martins, não teria sido dado apenas por mera camaradagem, mas pela concordância que o romancista sentiria em relação aos argumentos usados por Joaquim Pedro para a defesa de sua solução cesarista: a repulsa ao liberalismo pós-Revolução Francesa e a defesa

<sup>615</sup> MARTINS, F.A. Oliveira. “Eça de Queirós, Oliveira Martins e a Vida Nova” in SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. 151-183.

<sup>616</sup> FERRO, Antonio. **Prêmios Literários 1934 - 1947**. Lisboa: Edições SNI, 1947, p. 215.

<sup>617</sup> MARTINS, F.A. Oliveira. **O socialismo na monarquia**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1944.

<sup>618</sup> “A conferência de ontem no Centenário” **Diário de Notícias**, Lisboa, 04/12/1945.



intransigente dos valores tradicionalistas do Portugal rural, inclusive o “paternalismo”<sup>619</sup> – a demanda do povo por um líder forte que o governasse.

O ponto que nos interessa aqui, sobretudo, é o fato de que Francisco argumenta que o manifesto de seu tio corresponderia na verdade ao que *sempre* teriam pensado Eça e Joaquim Pedro, desde o início de suas vidas públicas no início da década de 1870. Como se no período em que Eça escreveu as *Farpas* e Joaquim Pedro escreveu *Portugal e o socialismo* – obras abertamente progressistas, reconhecidas como tal por seus autores – ambos já fossem no fundo reacionários e “paternalistas”. Ora, essa noção é que nos permitiria encontrar alguma lógica na estranha ideia sugerida por António Ferro, de que romances como *O crime do padre Amaro* e *O primo Basílio* pertenceriam a algum projeto secreto de desmoralizar a monarquia constitucional portuguesa em favor de um futuro governo autoritário que viesse se implantar. O problema é que Francisco de Oliveira Martins só consegue defender seu ponto de vista de maneira muito frágil. O sobrinho do grande historiador ignora toda a produção ficcional e jornalística de Eça de Queirós produzida no período para justificar seu argumento a partir de trechos descontextualizados de sua correspondência.

É a fragilidade dessa versão de Eça de Queirós que enseja, a despeito da precariedade da esfera pública do Portugal salazarista, o nascimento de uma outra, que responde a ela. É como se víssemos surgir no Passeio Público o primeiro sócia do nosso caminhante, que se aproxima para relativizarmos a visão que temos dele.

#### 4.2.2 - O envenenador

Assim como no caso do “anjo vingador”, já vimos anteriormente a emergência desta versão de Eça de Queirós no capítulo 2 deste trabalho. Mais especificamente, vimos como seu berço foi o jornal ultracatólico *As Novidades*, que, em janeiro de 1945, decidiu se insurgir contra a ideia do SNI de celebrar Eça. Para os católicos, as características irônicas e críticas da obra de queirosiana não teriam um aspecto purificador, nem antecipariam a chegada redentora do Estado Novo. Em vez disso, romances como *O crime do padre Amaro* e *A relíquia* não passariam de “venenos saborosos” que afastariam “a grei” dos valores

<sup>619</sup> “Eça de Queirós, Oliveira Martins e a Vida Nova”, cit., p. 163

representados quer pela Igreja, quer pelo salazarismo.<sup>620</sup> Já vimos como, na mesma matéria, *As Novidades* afirmam que “o Eça autor desses livros é o que há de mais contra os princípios em que o Estado afirma assentar atualmente a sua política de restauração nacional”.

A imagem dos “venenos saborosos”, usada pelo próprio jornal católico, dá ao argumento antiequívoco um tom conspiratório e paranoico que já vimos ser típico do fascismo. Esta versão de Eça de Queirós *parece* uma coisa (um autor talentoso, capaz de produzir beleza) mas *é* outra (alguém interessado na corrupção moral dos seus leitores). É a dissimulação de seu mal que o torna perigoso, mas é ela também que justifica a autoridade católica, na medida em que os padres e intelectuais ligados à Igreja seriam os únicos capazes de apontar para o veneno escondido na obra do romancista. Vimos como isso se materializou de forma muito eloquente na já citada lista de romances queirosianos total ou parcialmente proibidos pelo *Correio de Coimbra*.<sup>621</sup>

Mas a investida católica contra Eça não parou por aí. Em novembro de 1945, o padre Allyrio de Mello (um colaborador de *As Novidades*) publicou o livro *Eça de Queirós, o exilado da realidade*.<sup>622</sup> A tese do padre é a de que Eça teria sido um autor desonesto, que teria declarado a intenção de representar fielmente a realidade portuguesa, mas devido a uma “imaginação excessiva e deformadora”<sup>623</sup>, a representara muito pior do que ela realmente era. Bastante sintético do ponto de vista reflexivo, o livro de Mello é por outro lado abundante de casos anedóticos que pretendem ratificar o ponto de vista do autor. Eça de Queirós, por exemplo, falsearia a imagem dos aristocratas portugueses, porque seus personagens aristocratas não corresponderiam aos aristocratas que ele próprio teria conhecido em vida. O mesmo raciocínio se aplicaria – segundo Mello – aos políticos, jornalistas e diplomatas representados por Eça. É interessante notar que um tal arranjo restringe o juízo moral sobre Eça (a ideia de que ele seria um envenenador) quase sempre para o campo subtextual. O que é constantemente repetido na maior parte do texto é simplesmente a ideia de que o romancista mentiria a seus leitores quanto à natureza da realidade social portuguesa. Há

<sup>620</sup> Notícia de jornal “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz” *Novidades*, Lisboa, 12/01/1945.

<sup>621</sup> Conferir a seção 2.2.2 do 2º capítulo desta tese.

<sup>622</sup> MELLO, Allyrio de. *Eça de Queiroz, o exilado da realidade*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.

<sup>623</sup> *Ibid.*, p. 33.

pontos específicos do livro, no entanto, em que essa falsificação é analisada do ponto de vista dos efeitos que ela provocaria: podemos citar, por exemplo, o capítulo em que Allyrio de Mello descreve “a sombra má” da ironia em Eça de Queirós.<sup>624</sup> É aí que a imagem do “envenenador” retorna ao prosaísmo, quando Mello explicitamente se refere aos romances queirosianos como uma “influência má” na sociedade portuguesa. Há também, em complementaridade com esse trecho, e expandindo a influência nefasta de Eça para todo o mundo, uma bizarra nota de rodapé em que Allyrio de Mello relata ter sido “informado” “por pessoa de probidade” que o escritor russo Máximo Gorki teria “perdido a fé” após ler *A relíquia*.<sup>625</sup> De modo geral, no entanto, o intuito do estudo é muito mais o de desmascarar o envenenador (separar suas mentiras de seus invólucros literários “saborosos”) do que meditar sobre seus efeitos sociais nefastos.

O jornal *As Novidades*, como seria de se esperar, adorou o livro, reputando-o como “das coisas mais sérias e honestas, dos estudos mais esgotantes e bem documentados, que o movimento queirosiano atual tem trazido à luz da publicidade”.<sup>626</sup> Mas não é verdade que a hipótese de Eça como um dissolutor dos costumes tenha sido “esgotante”. Assim como acontecera com o “anjo vingador”, a ideia do Eça “envenenador” também provocou o efeito diametralmente oposto ao de esgotar o debate em torno do autor. Muito pelo contrário, esse novo senhor que passou a caminhar por nosso “Passeio Público” imaginário apenas ensejou a presença de uma terceira versão de Eça de Queirós, a ser discutida a seguir.

#### 4.2.3 - O filho pródigo

A resposta que o SNI pode construir contra a ideia de Eça de Queirós como um “envenenador”, como já vimos, foi a noção (vocalizada pela primeira vez, no contexto do centenário, por António Eça de Queirós) de que ele teria sido um personagem arrependido, que tenho associado à figura do “filho pródigo”. Como se vê, assim como no caso do “anjo vingador”, novamente o recurso encontrado por mim para explicitar o enquadramento escolhido pelo SNI depende, aqui, de uma imagem bíblica, e isso não é por acaso. Para tornar Eça de Queirós

<sup>624</sup> Ibid., p. 201.

<sup>625</sup> Ibid., p. 259.

<sup>626</sup> Notícia de jornal “Nota do Dia”. *As Novidades*. Lisboa, 12 dez. 1945.

aceitável para uma extrema direita ultra-católica que não abria mão de acusá-lo de “envenenador”, o SNI não tem escolha a não ser procurar adequações entre a figura queirosiana e a moral católica.

A parábola do filho pródigo, narrada no Evangelho de Lucas (Lu 15:11-32), é utilizada por Jesus para ilustrar a ideia de que Deus se alegra mais por um pecador arrependido do que por uma pessoa pia. Na historieta, o irmão mais novo de uma família rica abandona a casa paterna e gasta toda a herança que lhe era cabida, “vivendo dissolutamente”. O irmão mais velho, em vez disso, permanece no lar, fiel à família. Quando está reduzido ao estado de mendicância, e comendo com os porcos, o filho mais novo arrepende-se de suas escolhas e decide voltar à casa de seu pai, disposto a pedir-lhe um lugar entre seus empregados. É recebido pelo progenitor, no entanto, com todas as honras e festas, pois – do ponto de vista do pai – mais valia seu retorno improvável do que a vida sem pecados do filho mais velho.

A figura de Eça de Queirós parece ser divulgada pelo SNI – após o ataque das *Novidades* – como algo da mesma ordem: encantado pelo socialismo, pela literatura realista, pelo cosmopolitismo e pelo erotismo, Eça seria o perfeito exemplo de um português que tivesse se desviado da casa paterna (a pátria) para “viver dissolutamente”. Segundo António Eça, no entanto, seus últimos livros seriam “elegias”<sup>627</sup> representando um retorno aos valores nacionalistas e cristãos. É curioso como o mito se inverte: no caso queirosiano, é o filho quem recebe de braços abertos a volta do pai aos valores da pátria. Lembremos das obras escolhidas pelo SNI para participarem do concurso cinematográfico e da cerimônia de encerramento do centenário: os romances *A cidade e as serras*, *A ilustre casa de Ramires*, e contos como “A Aia”, “Suave Milagre” e o conjunto das *Lendas de santos*. São, todas elas, obras datadas dos últimos anos de vida de Eça de Queirós.

É evidente que António Eça não é o inventor da noção de que haveria uma reconciliação tardia de seu pai com valores patrióticos e cristãos. Assim como António Ferro inspirou-se em António Sardinha e Forjaz Trigueiros para projetar a figura do “anjo vingador”, a ideia de Eça como um “filho pródigo” tem precursores. Miguel Real aponta, em seu livro, para António Cabral.<sup>628</sup> Podemos

<sup>627</sup> QUEIROZ, António Eça de. “Responde às Novidades”. *Diário Popular*, Lisboa, 18 jan. 1945.

<sup>628</sup> REAL, Miguel. *O Último Eça*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p. 92.

citar, igualmente, a obra de Fidelino de Figueiredo. Na conferência “Arte é estilo”, escrita em 1939 e depois coligida no volume *Um pobre homem de Póvoa de Varzim*, Fidelino já caracteriza a “evolução do estilo” de Eça por um alargamento do “raio de atenção” do escritor. O que chama a atenção, contudo, é que, para Fidelino, esse alargamento divide um “falso” Eça (jovem) de um “verdadeiro” (maduro), numa distinção que é nitidamente atravessada por um juízo moralista. Repare como, na versão de Fidelino, a conquista do estilo maduro de Eça de Queirós se deu quando ele superou “a coscuvilhice das alcovas de acaso”, uma imagem que lembra muito a da vida dissoluta do filho pródigo:

É que o verdadeiro Eça não era o romancista de emoção violenta do *Crime do Padre Amaro* e do *Primo Basílio*, era o artista refinado da expressão perfeita e da emoção sutil, que deixa na alma uma vibração duradoura e promotora de serenidade e compreensão. O verdadeiro Eça, na hora da sua madurez, está íntegro no *José Mathias*, sátira profunda e comovente do idealismo extremo, erguido com indulgência a doença do carácter; e está também no *Suave Milagre*, obra prima da visão piedosa e de expressão, em que a prosa chega a ter espontâneos ritmos de poesia. Êste Eça, empapado de experiência em simpatia e de indulgência, senhor de um estilo verbal inexcelsível no poder de transmitir uma visão e uma vibração, rico de vida profunda e universal, é que representa a plenitude do artista, que venceu as mordacidades do satírico, as facécias do boémio e a coscuvilhice das alcovas de acaso”.<sup>629</sup>

Em outra das conferências proferidas durante o ciclo oficial promovido pelo SNI, o Conde da Aurora (José António Coutinho) reforçou a associação entre Eça e a imagem do filho pródigo.<sup>630</sup> Nessa fala, promovida no dia 04 de janeiro de 1946, no salão do Círculo Eça de Queirós, esse escritor tradicionalista debruçou-se sobre a maneira como Eça representou a nobreza em sua obra. Em grande medida, a conferência não faz mais que retomar o “mito do anjo vingador”, apenas focalizando em um objeto mais específico. António Ferro, que ficou responsável por apresentar o Conde à plateia e convidá-lo ao palco, o fez já associando o nacionalismo salazarista à rebeldia queirosiana, comentando que “se pode ser nacionalista, católico e até corporativista sem deixar de ser inconformista, isto é rebelde, revolucionário. Pode-se ter ímpetos de destruir... a

<sup>629</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. “...um pobre homem da Póvoa de Varzim...”. Lisboa, Portugalíia Editora, 1945, p. 51.

<sup>630</sup> AURORA, Conde da. “Eça de Queirós e a nobreza” in SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. 107-125

destruição, por exemplo”.<sup>631</sup> Evidentemente, o Conde advoga em causa própria ao propor a tese de que Eça, através das inúmeras paródias e representações grotescas de personagens aristocráticos em suas obras, não estaria atacando a nobreza, mas apenas a “falsa nobreza”. Personagens como o Conde de Gouvarinho, de *Os Maias*, ou o Conde de Abranhos, do romance homônimo, não seriam mais que representantes de uma nobreza corrompida pelo liberalismo, pela vida cosmopolita lisboeta e etc. Ao criticar apenas os aristocratas com esse perfil, Eça estaria no fundo defendendo a verdadeira nobreza nacionalista de Portugal, agindo novamente como o “anjo vingador” que enfrentaria os inimigos do futuro regime salazarista para que ele pudesse implantar-se. O Conde da Aurora reforça esse elo ao imaginar que teria havido um Gouvarinho conspirando para o regicídio que iniciou a república portuguesa, em 1910 – um personagem grotesco de Eça, portanto, como um dos artífices do regime do qual o salazarismo se fez inimigo.<sup>632</sup>

Mas, nessa conferência, o mito do “anjo vingador” aparece intrinsecamente articulado ao do filho pródigo: ao contrário de FA Oliveira Martins, o Conde da Aurora não faz uma leitura tão radicalmente plana da biografia queirosiana, supondo que o romancista sempre tivesse comungado dos mesmos ideais nacionalistas e reacionários em todas as etapas de sua carreira. O aristocrata, em vez disso, cinde a obra de Eça em duas, rechaçando seus primeiros romances:

Tão somente uma reserva, e grande reserva, faço ao escritor: a escabrosidade realista de certas passagens de seus livros: o quase exclusivismo, na primeira fase de sua obra – enquanto solteiro, e o porquê adiante veremos –, do pictórico caricatural das figuras de tanta clerezia. Por isso nem interessa sequer à minha sensibilidade artística, antes lhe repugna, a leitura de *O Crime do Padre Amaro* e d'*A Relíquia*, e nem esses livros nem sequer *O Primo Basílio*, apesar das grandes páginas acacias, figuram na minha biblioteca de queirosiano ferrenho.<sup>633</sup>

Essa cisão, que situa o início da parte não-repugnante da obra de Eça de Queirós em 1887, depois do lançamento de *A relíquia*, possui imensa importância no argumento com que o Conde da Aurora conclui sua fala: sua ideia é a de que, muito embora Eça tenha se concentrado em representar sempre a *falsa* nobreza em suas obras, para a atacar, fica menos repugnante enquanto escritor ao travar

<sup>631</sup> “Uma brilhante conferência do Conde da Aurora sobre o autor português”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 05/01/1945.

<sup>632</sup> “Eça de Queirós e a nobreza”, cit., p. 111.

<sup>633</sup> Ibid., pp. 112-113.

contato com a *verdadeira* nobreza. O Conde da Aurora compreende que o casamento de Eça com Emília de Castro (filha dos Condes de Resende) teria levado o autor a refinar seu gosto e domar sua pena, abandonado a “escabrosidade realista”. Por influência da esposa – que estaria “como portuguesa e cristã, sempre na sombra”<sup>634</sup> – a escrita queirosiana viveria uma segunda fase mais construtiva: a dos romances *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras*. Nesta fase, a afinidade queirosiana com a ideologia salazarista vindoura não se faria notar apenas pelos ataques aos inimigos que seriam supostamente comuns entre Eça e o Estado Novo, mas também por um “constante perfume” de “nacionalismo indireto”.<sup>635</sup>

Uma questão se impõe, neste ponto: se a versão de Eça como um “filho pródigo” foi arquitetada como resposta à visão ultra católica de que ele seria um “envenenador”, até que ponto a igreja aceitou essa resposta? Já sabemos que não a aceitou completamente, como prova a existência do já citado livro do Pe. Allyrio de Mello. Entretanto, Mello não foi o único padre ligado ao jornal *As Novidades* que escreveu sobre Eça de Queirós naquele ano. Há um outro livro, em que é plenamente aceita a hipótese de um Eça “filho pródigo”. Refiro-me ao volume *O grupo dos cinco*, escrito pelo Pe. Moreira das Neves.<sup>636</sup> Trata-se de uma coletânea de curtos ensaios biográficos escritos pelo sacerdote, sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Eça de Queirós. Em todos eles, subsiste uma mesma estrutura: a do escritor seduzido pela modernidade, que finda por arrepender-se e adotar – em maior ou menor grau – valores tradicionais e patrióticos.

O ensaio de Eça começa por responsabilizar a formação do escritor por suas falhas morais: a raiz de seus problemas estaria na “falta de formação católica, o que inspira, em muitos casos, incapacidade para disciplinar-se espiritualmente”.<sup>637</sup> Dessa falha original, decorreriam consequências na vida de Eça que o padre Neves considera terríveis, como seu diletantismo, sua admiração pelo escritor francês Ernest Renan e o fato de que, “cada romance” queirosiano seria “um manifesto contra a moral e contra o dogma”.<sup>638</sup> Em um parágrafo muito

<sup>634</sup> Ibid., 1950, p. 122.

<sup>635</sup> Ibid., pp. 123-124.

<sup>636</sup> NEVES, Moreira das. *O Grupo dos Cinco*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1945.

<sup>637</sup> Ibid., p. 123

<sup>638</sup> Ibid., p. 128

curioso, Neves chega a dizer que “padres devassos” como aqueles que aparecem na obra de Eça (a referência principal aqui é, evidentemente, aos clérigos de *O crime do Padre Amario*), seriam “vítimas, muitas vezes, do mal do século e – quem sabe! – da própria literatura que Eça de Queirós realizava”.<sup>639</sup> Até aqui, evidentemente, estamos no terreno do “envenenador”. Mas o padre Neves reconhece os sinais da redenção: cita como indício esperançoso o fato de que “o romancista usava bentinhos ao pescoço”, e novamente retoma o casamento de Eça como um sinal de sua aproximação para com o catolicismo e o tradicionalismo.

Esse teria sido o ponto de partida da redenção queirosiana. Nas palavras do padre ensaísta, “com a lição dos fatos e a experiência das lutas malogradas, Eça de Queirós principiara a desiludir-se de muita coisa fulgurante, e iniciara esforços, como Proudhon, para chegar à beira de Deus”.<sup>640</sup> O padre cita textos de imprensa queirosianos como “Positivismo e idealismo” e “O bock Ideal” como “a confissão da falência do positivismo científico e da crise do livre-pensamento”. Não consegue esconder seu júbilo pelo retorno do filho pródigo: “Eça de Queirós denuncia o seu pendor para os braços amoráveis de Cristo, que tão loucamente ofendera com blasfêmias e sarcasmos”.<sup>641</sup> Após descrever a morte prematura de Eça, no ano de 1900, o Pe. Neves tranquiliza seus leitores, informando que, assim como o próprio Renan, Eça afinal não foi para o inferno quando morreu, porque teria abjurado de sua ironia. Retornou, em vez disso, à casa do pai. Como todo bom filho pródigo:

Em 1913, Ernesto Psichari sentia-se atormentado ao pensar no seu avô, Ernesto Renan. Alguém lhe dissera que Renan teria ido para o inferno, e esse pensamento era intolerável. Ernesto Psichari buscou, então, uma palavra de conforto. Deu-lha o Padre Janvier, que o tranquilizou. A mesma ideia, radiosa, porque cristã, nos acompanha, ao lembrarmos-nos de Eça de Queirós – que não levou para o outro mundo o cristal do monóculo irônico.<sup>642</sup>

#### 4.2.4 - O jovem democrata

Empenhado em acalmar embate interno da direita portuguesa, que produziu a ideia de Eça como o “filho pródigo”, o SNI acabou por deixar um

<sup>639</sup> Ibid., p. 138

<sup>640</sup> Ibid., p. 141

<sup>641</sup> Ibid., p. 142

<sup>642</sup> Ibid., p. 146



flanco desguarnecido, que seria aproveitado pelos seus inimigos à esquerda: se o último Eça teria sido um escritor reconciliado com os valores tradicionais, patrióticos e religiosos de sua pátria, o que impediria a oposição antissalazarista de assumir o jovem Eça como um símbolo progressista?

Essa é a nova figura que vem se juntar às outras três que ocupam nosso Passeio Público imaginário. Um Eça de Queirós ainda sem rugas, sem casamento e sem as desilusões da idade. Alguém inteiramente comprometido com a democracia, a luta contra a tirania, a denúncia da injustiça social e alguma simpatia pelo socialismo. Trata-se do oposto complementar do “filho pródigo”, em todos os sentidos. Possivelmente, o epíteto que melhor define esta versão de Eça de Queirós é a expressão “mestre da liberdade intelectual”<sup>643</sup>, cunhada por João Gaspar Simões. Este jovem Eça é sobretudo lembrado como o autor de *O crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio*, *A capital!*, *O Conde de Abranhos* e – de maneira mais polêmica e vacilante – *Os Maias*. Aqueles comprometidos com a ideia de um Eça democrata também recorrem com mais frequência que os demais a sua produção não-ficcional: as *Farpas*, a conferência “O Realismo como nova expressão da arte” e a sua produção jornalística escrita durante os anos 1880 para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, então reunida nos volumes *Cartas da Inglaterra* e *Crônicas de Londres*. Já vimos essa predileção à esquerda pelo jornalismo queirosiano através da quantidade de textos dedicados ao tema no *Livro do Centenário*.

Diversos entre os autores citados no capítulo III desta tese enxergam em Eça de Queirós a figura do “jovem democrata”. Começamos por citar Mário Sacramento, que faz de seu livro sobre a ironia em Eça uma análise profunda enfocando os anos de juventude do autor. Como já vimos<sup>644</sup>, Sacramento deduz toda a sua noção de um Eça de Queirós associado a ideias como a pluralidade e a revolução permanente levando em conta quase que apenas sua obra produzida nos anos 1870 e 1880. Vieira de Almeida, em seu *À janela de Tormes*<sup>645</sup>, faz um processo semelhante. Embora o título do livro faça referência ao romance *A cidade e as serras*, da fase tardia de Eça, é nítido que Almeida tem um especial apreço pela obra de juventude do escritor. Por um lado, critica a história de

<sup>643</sup> SIMÕES, João Gaspar. **Eça de Queirós: O homem e o artista**. Lisboa: Dois Mundos, 1945, p. 13.

<sup>644</sup> Abordado anteriormente na seção 3.2.3 do terceiro capítulo desta tese.

<sup>645</sup> ALMEIDA, Vieira de. **À Janela de Tormes**. Lisboa: Revista Ocidente, 1945.

Jacinto, dizendo que “como romance, a estrutura se ressentia (...) do seu caráter de aquarela e de explanação. (...) Estirado em romance, o conto *Civilização* dir-se-ia ter permanecido conto”.<sup>646</sup> Por outro lado, Almeida exalta o trabalho de crítica social realizado nas *Farpas*, inclusive elogiando-as ao dizer que provavelmente uma “publicação análoga” ao panfleto seria censurada, se você feita no Portugal salazarista:

E que foram essencialmente As Farpas, senão a polícia admirável do aspecto grotesco da sociedade, na inteligência, na política, no convívio, no jornalismo. (...) Em conjunto, se hoje fosse possível publicação análoga, quantas coisas teriam medo de aparecer à clara luz!<sup>647</sup>

De certa forma, o conceito de “fradiquismo”, de António Saraiva (tanto quanto o “recoio ideológico” de António Cândido) é uma versão da ideia de um Eça “jovem democrata”, que reforça seu espelhamento em relação ao Eça “filho pródigo”. Isto é: trata-se de uma interpretação que não apenas acentua o aspecto progressista do jovem Eça, como também interpreta sua obra posterior como uma guinada à direita. Começamos lembrando da maneira como Saraiva interpretou o Eça de Queirós dos anos 1870-1880, em seu livro *As ideias de Eça de Queirós*: ainda que fazendo as críticas que já conhecemos ao excesso de proudhonismo dessa fase do escritor, Saraiva vai elogiá-lo pelas leituras “singularmente lúcidas”<sup>648</sup> que ele faz do panorama internacional europeu, nas *Cartas de Inglaterra*. Também vai louvar, no jovem Eça, a sua “simpatia” pelo “movimento socialista na Europa”.<sup>649</sup>

O problema, para Saraiva, começa no diagnóstico que esse jovem Eça fará da sociedade portuguesa. Para ele, o romancista teve como mérito a observação arguta do isolamento em que vivia a elite intelectual e política do país, em relação a todo o resto da sociedade, sobretudo quando simbolizou essa elite através da família Maia, em *Os Maias*. Este seria “o ponto mais elevado de sua visão sociológica”.<sup>650</sup> A questão é que, por desconsiderar a capacidade de das classes

<sup>646</sup> Ibid., p. 198.

<sup>647</sup> Ibid., p. 21.

<sup>648</sup> SARAIVA, António José. *As Ideias de Eça de Queirós*. Porto: Editorial Inova Limitada, 1946, p. XXVII

<sup>649</sup> Ibid., p. XLI

<sup>650</sup> Ibid., p. 105.

mais baixas na transformação da sociedade portuguesa, Eça – para quem “a classe dirigente é tudo numa nação”<sup>651</sup> – passa a não ver mais solução para os profundos problemas de Portugal. Essa conclusão pessimista, para Saraiva, marca a distinção entre o Eça dos romances realista (o “jovem democrata”, que temos tentado esboçar aqui) e o Eça “fradiquista” da última fase.

O fradiquismo seria a tendência dos protagonistas do último Eça (sintetizada, para Saraiva, na figura de Fradique Mendes, daí o nome) de abandonar qualquer perspectiva de transformação coletiva da sociedade para isolar-se em uma “insulação”<sup>652</sup> aristocrática e egocêntrica. Nos personagens fradiquistas de Eça, o ensaísta encontra certo “nacionalismo” exotista, uma recusa à democracia e, fundamentalmente, “a desistência de agir sobre os meios e as condições sociais”.<sup>653</sup> O “jovem democrata” é um espelho perfeito da ideia do filho pródigo: absolutamente tudo que aparecia com uma valoração positiva naquela versão do escritor retorna aqui com uma caracterização negativa, e vice-versa. É o próprio António Saraiva quem sublinha isso, quando, no momento em que está tentando definir o egocentrismo das figuras fradiquistas, ressalta o fato do Eça de 1870 não cair nessa tendência:

Há aqui um pensamento caro aos românticos (...). Há a atitude que o Eça de 1870 condenou vigorosamente no artista romântico: a de ele se considerar um ser excepcional fora da regra humana e se eximir a ser julgado ‘pelas leis razoáveis’ com que se julgam os outros homens. ‘Abaixo os heróis!’ tinha dito Eça. E assim como a posição de 1870 o levava a condenar toda a arte que tivesse uma finalidade meramente pessoal, e a considerar a finalidade social como a única admissível, assim a posição de Fradique conduz à conclusão exatamente oposta.<sup>654</sup>

#### 4.2.5 - O velho socialista

As quatro versões de Eça de Queirós que atravessaram até aqui nosso Passeio Público imaginário, entrecruzando-se e estabelecendo relações polêmicas entre si, já foram apontadas em momentos anteriores desta tese, em pontos dos capítulos dois e três. Em contrapartida, a figura sobre a qual passo a me dedicar,

<sup>651</sup> Ibid., p. 109.

<sup>652</sup> Ibid., p. 123.

<sup>653</sup> Ibid., p. 137.

<sup>654</sup> Ibid., p. 127.

agora, é uma que até aqui nos escapou, embora tenha tido uma importância relativamente grande nos debates do centenário queirosiano. Refiro-me à noção, que circulou entre certos intelectuais da esquerda portuguesa, de que Eça de Queirós não teria padecido de qualquer “recoo ideológico”, “fradiquismo” ou adesão nacionalista nas últimas etapas de sua obra. Ao contrário: segundo os comentadores queirosianos que agora nos interessam, Eça não apenas continuou até o fim veiculando em seu trabalho literário convicções socialistas, como seria precisamente nos seus derradeiros livros que uma tal convicção apareceria de modo mais depurado e mais potente.

A encarnação queirosiana do “velho socialista”, assim, seria um homem cuja idade e as experiências de vida não teriam feito vacilar suas convicções políticas de esquerda, mas o teriam levado a uma inflexão à nível estético, isto é: uma mudança nos procedimentos formais literários que seriam mais adequados a seu projeto literário militante. Seu realismo intensamente crítico e corrosivo dos primeiros anos teria dado lugar a uma literatura mais propositiva, capaz de fornecer ao público imagens de utopias que se contrapusessem ao conjunto de paisagens e personagens desoladores que compunham a obra da primeira fase. Utópicos e coerentes com o projeto socialista seriam, portanto, a Tormes rural de *A cidade e as serras*, o cosmopolitismo de *A correspondência de Fradique Mendes* e, muito especialmente, a santidade do “São Cristóvão”, um dos contos que compõem as *Lendas de santos* que Eça de Queirós escreveu nos derradeiros anos de sua vida. O único aspecto da figura do “velho socialista” sobre o qual discordam seus apologistas é precisamente a natureza desse socialismo. Se – como veremos logo mais – António Sérgio identifica Eça com seu próprio projeto de socialismo racionalista, de matriz kantiana, alguém como Jaime Cortesão fala tanto de um socialismo próximo do marxismo quanto de um “socialismo franciscano”, conferindo centralidade à experiência religiosa nos últimos trabalhos de Eça.

Começamos falando de Cortesão. Seu escrito mais famoso sobre Eça de Queirós é um que, do ponto de vista cronológico, escapa por pouco do âmbito desta tese: refiro-me ao livro *Eça de Queirós e a questão social* – inicialmente publicado como uma série de artigos na revista *Seara Nova*, durante o ano de 1947, e posteriormente em volume, no ano de 1949.<sup>655</sup> É neste livro que Cortesão

<sup>655</sup> CORTESÃO, Jaime. *Eça de Queiroz e a Questão Social*. Lisboa: Portugalia, 1970.

nos apresenta sua clássica leitura do conto “São Cristóvão”, tomado como pedra de toque da obra queirosiana. Cortesão afirma e reitera que, nesse conto – em que a vida de São Cristóvão é contada como se ele tivesse nascido na Europa, em pleno século XIV, durante as revoltas camponesas conhecidas como *jacqueries*<sup>656</sup> – Eça de Queirós descreve não apenas o processo de tomada de consciência, por parte de Cristóvão, das misérias em que vivia o povo oprimido. O crítico também sublinha que o conto simboliza a “atualização do amor de Cristo, capaz de eliminar o culto do diabo, gerado pelo ódio de classe”<sup>657</sup>, baseando-se no fato de que, sob a direção de Cristóvão, a *jacquerie* “de agressiva e tumultuosa, tornou-se mendicante e franciscana”.<sup>658</sup> Há uma ênfase, portanto, na natureza pacifista do socialismo do último Eça de Queirós, inclusive realçada pela declaração de Cortesão de que São Cristóvão seria um “anunciador de Ghandi”.<sup>659</sup> Apesar disso, o livro reconhece certa ambiguidade no pacifismo do conto. É que, quase no fim da narrativa, quando a *jacquerie* é derrotada e Cristóvão tem uma visão profética dos *jacques* do futuro finalmente vencendo seus opressores, essa vitória se dá violentamente, com os revoltosos portando “armas” e “brandindo picaretas de mineiros, ferramentas de oficinas”, marchando “com ordem e ritmo” sobre seus senhores.<sup>660</sup> Diante dessa passagem tão marcante da obra de Eça, Cortesão enuncia uma pergunta, que não chega a responder:

Mas se a luta pelas armas assegura o desenlace final, que significa então a presença e chefia do santo, com sua moral cristã e franciscana de humildade e não violência?<sup>661</sup>

A questão é que, em 1945 – agora sim no contexto do centenário queirosiano, portanto – Jaime Cortesão tinha publicado, na *Seara Nova*, um artigo curto, intitulado “Reflexões sobre Eça de Queirós”<sup>662</sup>, que pode ser considerado como uma espécie de versão preliminar de *Eça de Queirós e a questão social*. Várias das questões centrais daquele livro já estão presentes no artigo, ainda que

<sup>656</sup> QUEIRÓS, Eça de. “São Cristóvão”, in **Vidas de Santos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, pp. 9-126.

<sup>657</sup> CORTESÃO, Jaime. cit., p. 166.

<sup>658</sup> Ibid., p. 189.

<sup>659</sup> Ibid., p. 200.

<sup>660</sup> “São Cristóvão” cit., pp. 109-110.

<sup>661</sup> CORTESÃO, Jaime. cit., 1970, p. 192.

<sup>662</sup> CORTESÃO, Jaime. “Reflexões sobre Eça de Queirós” in **Seara Nova**, Lisboa, nº 959, 29 dez. 1945, pp. 284-288.

de modo mais sintético, como por exemplo a ideia de que o “São Cristóvão” seria um texto dotado de um valor simbólico nacional e outro universal. A diferença é que, no livro de 1949, cada uma dessas simbologias é assunto de um capítulo, enquanto, no artigo de 1945, ambas se desenvolvem apenas pela duração de um parágrafo. Há também, entre os dois textos, uma diferença de posicionamento perante a definição do socialismo do velho Eça de Queirós. Vejamos.

Uma das vantagens do texto de 1945 sobre o livro posterior é precisamente o poder de síntese que Cortesão se obriga a ter no espaço exíguo do artigo. É o que permite, por exemplo, enunciar com uma clareza singular a existência das duas versões de Eça de Queirós veiculadas no centenário às quais a sua se contrapõe, isto é, o Eça de Queirós “filho pródigo”, e o “jovem democrata”. No artigo, o crítico salienta, mais que no livro de 1949, o fato de sua interpretação inserir-se em uma polêmica. Eis a forma como ele a delineia:

Contra Eça de Queirós levantou-se ultimamente uma dupla acusação. Dizem uns que o artista, sob a influência do novo ambiente de classe, em que ingressou após o casamento, se aburguesou na vida e na arte, esta contaminada por um convencionalismo essencial a essa acusação corresponde uma reivindicação dos mesmos que representam aquele espírito burguês de classe. Para esses sacerdotes do Baal e do Bezerro de Ouro, Eça não se aburguesou, é claro; virou nacionalista, na acepção mais reacionária da palavra. Tornou-se o profeta de ideias opostas às que na mocidade professara. Nem uma nem outra dessas afirmações é verdadeira. Que Eça se tenha aburguesado em certos aspectos exteriores da vida, é certo. mas na sua obra permaneceu profundamente fiel, através das variações de processo literário, aos seus antigos ideais.<sup>663</sup>

Sobre o parágrafo acima, para além da clareza com que Cortesão percebe o estado da polêmica sobre Eça de Queirós no contexto do centenário, podemos destacar o fato de que ele associa aqueles que valorizavam uma interpretação nacionalista da obra queirosiana a um “espírito burguês de classe”. Não é difícil adivinhar que, aqui, Cortesão se refere aos intérpretes de Eça leais ao regime salazarista. Trata-se, portanto, de uma leitura que indica sem rodeios uma associação entre a burguesia e o fascismo português, o que destoa muito em tom de outras leituras a respeito do salazarismo feitas pelos parceiros de Cortesão na

---

<sup>663</sup> Ibid., p. 287.

revista *Seara Nova* e demais envolvidos com a oposição liberal e republicana ao salazarismo. Aponto isso a fim de chamar atenção para o fato de que Cortesão escreve, aqui, com uma veemência incomparável à do livro de 1949.

Além disso, no texto de 1945, o socialismo de Eça não aparece temperado por nenhuma experiência mística ou religiosa, nem há qualquer associação à ideia de pacifismo. Quando trata da questão da *jacquerie* em “São Cristóvão”, o Jaime Cortesão de 1945 apenas assinala que o protagonista do conto, “depois de haver praticado as mais abnegadas formas do serviço social, toma parte, como chefe, duma *jacquerie*, revolta dos camponeses contra os senhores feudais”.<sup>664</sup> A frase, como podemos ver, evita a questão da violência da revolta. Logo em seguida, o crítico transcreve o longo parágrafo do conto queirosiano em que Cristóvão tem a visão dos revoltosos do futuro conquistando afinal seus direitos através da violência, e declara simplesmente que ali estaria a prova da “continuidade essencial de objetivo”<sup>665</sup> entre o Eça de Queirós do fim da vida e daquele que em 1878 lançava o *primo Basílio*.

Lembremos que esse artigo de Cortesão é escrito durante a estadia do escritor no Brasil, quando ele trabalhava sem descanso pelo fortalecimento de um movimento antissalazarista no exílio. Embora o livro lançado em 1949 também tenha sido escrito no Brasil, o artigo de 1945 corresponde a um momento, já analisado no capítulo III desta tese, que a historiadora Heloísa Paulo identificou como tendo levado “grande otimismo” aos exilados que trabalhavam pela derrocada do regime de Salazar.<sup>666</sup> A agressividade do crítico contra o regime, inclusive, é visível quando, no artigo em que ele diz que o contraste entre a realidade nacional portuguesa e o mundo democrático – que teriam inspirado a consciência social de Eça – havia apenas se agravado naquele Portugal de 1945. Esse seria o motivo da “apaixonante atualidade de Eça”, na altura.<sup>667</sup> É possível que tamanha empolgação por parte de Cortesão em seus ataques ao regime tenham contribuído para sua maior veemência na defesa de um socialismo sem mistura, não diluído por ideias cristãs, e para a sua defesa de um projeto revolucionário que não recusa a violência (algo que, como vimos desde a

<sup>664</sup> Ibid., p. 287.

<sup>665</sup> Ibid., p. 288.

<sup>666</sup> PAULO, Heloísa. “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antissalazarista”. *Portuguese Studies Review*, nº 14 (2), 2007, p. 137.

<sup>667</sup> “Reflexões sobre Eça de Queirós” in *Seara Nova*, cit., p. 284

polêmica entre Castelo Branco Chaves e José Rodrigues Miguéis, era um tabu para o grupo da *Seara Nova*). É preciso dizer que esse texto de 1945 parece inclusive mais coerente com a biografia do próprio Cortesão, que, como já vimos, assumiu grande risco pessoal ao pegar em armas para combater não apenas Salazar mas também Franco, antes de seu exílio brasileiro.<sup>668</sup>

Ora, ambas as interpretações de Jaime Cortesão do que teria sido o socialismo do velho Eça de Queirós – tanto a que reconhece implicitamente a necessidade da violência, em 1945, quanto a explicitamente pacifista de 1949 – contrastam com a leitura de Eça como um “velho socialista” feita por António Sérgio, em seu artigo “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”.<sup>669</sup> Passemos agora a ele, então. Já vimos, anteriormente, que o texto queirosiano de Sérgio se desenvolve inteiramente em torno da hipótese de que a obra de Eça de Queirós apontaria o tédio e o ócio como problemas centrais da sociedade portuguesa. É Carlos Reis quem reconhece nessa tese “um certo prisma de abordagem” que enfatizaria em Eça aspectos do “projeto humanista” do próprio António Sérgio.<sup>670</sup> O filósofo associado à *Seara Nova*, assim, não agiria de modo muito diferente de todos aqueles outros profissionais de campos distintos à literatura, que viram na “Ecite” de 1945 uma forma de inserir suas ideias no espaço público ao associá-las à Eça de Queirós. Seu texto queirosiano seria essencialmente um ponto de partida de onde ele poderia desenvolver reflexões éticas sobre “a educação, o ócio, a energia vital (ou a sua ausência), o impulso transformador que o indivíduo manifesta, o seu autocontrolo ou as tentativas de o conquistar” e outros temas que Reis considera centrais na obra sergiana.

É a partir desse prisma ético que António Sérgio reconhece no “São Cristóvão” do último Eça uma solução “racionalista” para o problema do ócio e do tédio, que estaria colocado em suas outras obras ficcionais.<sup>671</sup> O “protesto revolucionário a favor dos pobres” que o personagem de Cristóvão instaura com sua *jacquerie*, segundo Sérgio, equivaleria – por seu desprendimento e total

<sup>668</sup> Assunto tratado na seção 3.4.1 do terceiro capítulo desta tese.

<sup>669</sup> SERGIO, António. “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”, in PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 449 - 501.

<sup>670</sup> REIS, Carlos. “António Sérgio Queirosiano”, in **Estudos Queirosianos. Ensaio sobre Eça de Queirós e a Sua Obra**. Lisboa: Presença, 1999, pp. 68-69.

<sup>671</sup> “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”, cit., pp. 499.



dedicação ao próximo – ao “grau supremo da ação”.<sup>672</sup> Neste sentido, estaria inteiramente contraposto à inação ociosa e entediada dos personagens apresentados nas outras obras de Eça de Queirós. António Sérgio, na mesma página, chega a ver na figura do Cristóvão queirosiano “um São Paulo enxertado num Karl Marx”. É necessário entender a metáfora com cuidado, no entanto. Se, para Jaime Cortesão, a associação entre o cristianismo e o socialismo – no texto de 1949 – vinha para temperar a violência e o ódio de classes deste último, o problema do pacifismo não está sequer colocado no texto de Sérgio. A fusão entre São Paulo e Marx, para o filósofo, ressalta muito mais o caráter racionalista e dissociado de religiosidade na figura santa de Cristóvão. Um racionalismo que, se não é muito claro no texto queirosiano, é inteiramente coerente com o racionalismo da figura do próprio Sérgio, o que dá razão a Carlos Reis quando ele desconfia do quanto Eça sergiano acaba se revestindo das ideias de seu intérprete.

Apesar das diferenças de visão entre Jaime Cortesão e António Sérgio, quanto ao que teria sido de fato a ideia de Eça como um “velho socialista”, não podemos encerrar esta seção sem notar uma similaridade fundamental entre ambos: para esses dois fundadores da revista *Seara Nova*, a parte final da obra de Eça viria provar sobretudo a profunda coerência ideológica interna do autor. A noção de um Eça que chega ao fim da vida com os mesmos ideais de seus primeiros livros – como sugere Cortesão – é uma expressão dessa suposta coerência. Da parte de António Sérgio, ainda que seu argumento central não passe por uma ideia de permanência, também é de uma coerência férrea que estamos falando quando vemos sua noção de um Eça que apresenta em sua obra variações de um problema (a questão do tédio e do ócio) para ao fim e ao cabo resolvê-lo em um último texto (o “São Cristóvão”). Esse texto além disso estaria, segundo Sérgio, eivado de noções de unidade e totalidade. Trata-se da ideia do “velho socialista” como um Eça coerente até seus instantes finais, o que é importante é importante, É essa noção que permitirá uma contraposição por parte da próxima versão de Eça de Queirós que transitará pelo nosso Passeio Público imaginário.

---

<sup>672</sup> “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”, cit., pp. 495.

#### 4.2.6 - O estilhaçado

Nosso Passeio Público já foi, até aqui, ocupado por cinco versões de Eça de Queirós, cada uma delas caracterizada pela forma com que se apresenta *em diferença* à versão anterior, como se estivesse respondendo a algum aspecto dela, propondo-se-lhe como alternativa. Cada vez mais, portanto, nosso Passeio Público vai se constituindo de forma muito distinta à parada imaginada por António Ferro: no nosso caso, há um debate real. A sexta versão de Eça de Queirós, da qual trataremos agora, continua essa tendência, mas também a nega. Na medida em que a versão queirosiana que acabamos de analisar é a do “velho socialista”, marcada pela noção de um Eça inteiramente coerente consigo mesmo, a ideia do “estilhaçado” a nega precisamente por ser marcada por uma incoerência fragmentária. É pela sua fragmentação, no entanto, que esta versão de Eça de Queirós acaba por absorver, em certos momentos, aspectos das versões anteriores, que reaparecem como suas múltiplas facetas.

O traço central da figura do Eça de Queirós “estilhaçado” é a relação muito próxima entre aquilo que se interpreta como tendo sido sua existência psicológica e sua obra. Para os autores que interpretaram dessa maneira o escritor, sua personalidade seria complexa e se desdobraria em uma multiplicidade de camadas relacionadas entre si de maneiras diversas e nem sempre harmoniosas. Ora, disso decorreria que as diferentes fases e traços estilísticos do escritor estariam respectivamente associados a essas camadas distintas, e portanto movidos por uma variedade de impulsos, e apontando para uma igual variedade de sentidos. A questão que distingue entre si aqueles que leram Eça de Queirós como o “estilhaçado” reside na teoria psíquica utilizada por cada um para compreender a personalidade queirosiana – da qual a obra seria uma extensão.

É evidente que o caso mais emblemático de um intérprete queirosiano que o terá lido dessa forma é o de João Gaspar Simões, em sua biografia *Eça de Queirós – a obra e o artista*.<sup>673</sup> Lembremos que, em seu caso, o instrumental teórico a que se recorreu foi o da psicanálise freudiana. Lembremos também que, a despeito da popularidade atingida por esse livro, e das consequências positivas desse sucesso ao abrir a possibilidade da transformação da obra queirosiana em uma esfera pública alternativa, há que se admitir que o uso que Simões fez dos

<sup>673</sup> SIMÕES, João Gaspar. *Eça de Queirós: O homem e o artista*. Lisboa: Dois Mundos, 1945.

conceitos de Freud tem sido reconhecido pelos seus comentadores como precário. Exploramos com algum vagar, no capítulo III, as relações imaginadas por Gaspar Simões entre algumas das “máscaras” que o trauma queirosiano o teria levado a vestir e as diferentes facetas literárias do autor, não valendo a pena uma nova explanação sobre o tema.<sup>674</sup> Apenas cabe destacar que no Eça simoniano encontramos traços do Eça “jovem democrata”, já que o autor entende que a politização de Eça de Queirós em sua fase realista teria sido precisamente uma das máscaras por ele vestidas.

Mas não foi apenas a psicanálise de Gaspar Simões que se debruçou sobre os meandros da personalidade queirosiana, contribuindo para a criação do Eça “estilhaçado”. Também interessou-se pelo tema a biógrafa brasileira Lúcia Miguel Pereira, aliás organizadora da porção sul-americana do *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Pereira, acostumada a escrever longas biografias (como foram seus livros sobre Machado de Assis e Gonçalves Dias), dedica a Eça apenas um curto ensaio<sup>675</sup>, que começa por interessantes considerações teóricas da autora sobre o gênero biografia, assinalando explicitamente que os textos biográficos deveriam focar exclusivamente naquilo “que representa de fato características psicológicas” do biografado.<sup>676</sup> Uma tal opção por parte de Lúcia Miguel Pereira a coloca numa posição bastante próxima a de João Gaspar Simões, mas com uma diferença fundamental: ela não compromete o privilégio que dá ao psicológico, em sua análise, com uma disciplina específica, à maneira do comprometimento entre Simões e a psicanálise. A abordagem, ao contrário, é francamente impressionista, embora reivindique legitimidade pela via da proximidade entre sua análise e as fontes originais queirosianas. Em seu caso, Lúcia Miguel Pereira escolhe fazer uma leitura atenta da fração então disponível da correspondência queirosiana.<sup>677</sup> Por causa dessa opção, a instigante tese central de seu texto – a ideia de que Eça seria dotado de “um pessimismo contingente contrabalançado pelo otimismo profundo dos moralistas e pelo amor sensual da vida”<sup>678</sup> – não é

<sup>674</sup> O assunto foi tratado nas seções 3.3.2 e 3.3.3 do terceiro capítulo desta tese.

<sup>675</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. “Eça de Queirós visto através de suas cartas” In REIS, Luís da Câmara. *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 263-281

<sup>676</sup> Ibid., p. 264.

<sup>677</sup> Em nenhum ponto de seu ensaio a autora informa com qual ou quais compilações da correspondência queirosiana está trabalhando. Para uma lista completa das coletâneas desse tipo lançadas até 1945, cf. MATOS, Alfredo Campos. *Correspondência* - vol. I, Lisboa: Caminhos, 2008, pp. 14 - 20.

<sup>678</sup> “Eça de Queirós visto através de suas cartas”, cit., p. 264

reforçada por um embasamento teórico. Mencionemos, finalmente, que Lúcia Miguel Pereira reforça, em seu texto, a ideia do Eça “filho pródigo”, já que sua análise dos dez anos finais da vida de Eça conclui que eles teriam sido de transformação do Eça “demolidor” em “panegirista” de Portugal. Para a biógrafa, as *Lendas de Santos* escritas nesse período seriam uma manifestação do “respeito” de Eça de Queirós pelo “cristianismo que imprimira o seu cunho ao Portugal heroico dos bons tempos de outrora”.<sup>679</sup>

Não poderíamos encerrar uma seção dedicada às interpretações psicológicas de Eça de Queirós sem fazermos referência a um terceiro intérprete, que também dedicou ao romancista um texto na altura de seu centenário. Refiro-me ao médico e artista plástico Abel Salazar. Já nessa altura afastado de seu cargo de professor catedrático na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, por sua militância contra o Estado Novo, Abel Salazar (que não era parente do ditador) dedicava-se em 1945 à escrita e a uma numerosa produção de quadros e esculturas. O centenário de Eça de Queirós lhe inspira um ensaio, sobre o qual vale a pena um comentário.

O ensaio de Abel Salazar, publicado na revista *Afinidades* em fevereiro de 1946, se intitula “A personalidade objetiva de Eça de Queirós”, e é um texto *sui generis*.<sup>680</sup> O autor inicia-o lamentando a parcela dos textos escritos sobre Eça de Queirós que seria “absolutamente tendenciosa”, por empregar meios “pouco legítimos” para fazer uma “exploração política lamentável” da obra do autor.<sup>681</sup> Não cita nomes que estariam envolvidos nessa exploração, o que pode significar uma preocupação sua com a censura ou a perseguição política. A solução que Abel Salazar encontra para conter o problema que ele identifica na literatura sobre Eça de Queirós é, no mínimo, inusitada: descrever “a personalidade completa do escritor”, utilizando para isso o instrumental teórico da “tipologia” de Ernst Kretschmer. Esta, por sua vez, é um sub-ramo da psiquiatria, hoje esquecido, não apenas pela colaboração de seu autor com o nazismo, mas também por seu pressuposto ultrapassado de que haveria uma relação apriorística entre características físicas e traços de personalidade dos indivíduos.<sup>682</sup>

<sup>679</sup> Ibid., p. 264

<sup>680</sup> SALAZAR, Abel. “A personalidade objetiva de Eça de Queirós” in **Afinidades**, Lisboa, nº 16, fev. 1946, pp. 26-34.

<sup>681</sup> Ibid., p. 26.

<sup>682</sup> BRÜCKNER, Burkhard, FABRI: “Kretschmer, Ernst” [verbete] In: **Biographisches Archiv der Psychiatrie**.

É inútil determo-nos nos meandros da teoria de Kretschmer, bastando apontar o teor fortemente moralista da leitura que Abel Salazar faz dela. Para o médico português, Eça seria um “leptosômico quasi-astêmico”, pertencendo, por suas características físicas e psicológicas, ao tipo dos “esquizoides”.<sup>683</sup> Esses, por sua vez, teriam uma forma “degenerada” – marcada pela predileção por “salões mundanos”, e outra “superior”, que se destacaria por sua generosidade e preocupação com os mais pobres. Eça viveria essa contradição, e seria um “degenerado” em sua vida pública, e um “superior” em seus momentos de “isolamento e reflexão”.<sup>684</sup> Essa análise – de difícil compreensão, na medida em que é eivada de termos técnicos referentes a uma disciplina hoje esquecida – parece ter como fim provar que o Eça de Queirós dos últimos anos (quando o autor isolou-se mais, e passou a ser acusado de “aristocratismo”) teria sido na verdade o seu período de maior preocupação com os pobres – e portanto o Eça “aristocrata” seria “essencialmente o democrata”.<sup>685</sup> Vemos algo muito próximo da tese do “velho socialista” emergir aqui. Para Abel Salazar, o suposto aristocratismo do Eça de Queirós de *A cidade e as serras* seria “de tipo biológico, não social; porque o biotipo não tem nada a ver com classe e pode aparecer em qualquer uma delas”. Aristocratismo seria simplesmente um nome dado à “uma necessidade de distância, pelo desejo de ser diferente e melhor que o comum”.<sup>686</sup>

Abel conclui retomando as teses da sua introdução: seu texto não seria um estudo “psicossomático e caracterológico”, mas uma mera chamada de atenção para a necessidade de um estudo desse tipo a fim de que se separem “suas reações temperamentais típicas, da sua obra como pensador”.<sup>687</sup> Para ele essa separação é a chave que evitaria “muita especulação tendenciosa e absolutamente destituída de fundamento”, além de explicar o uso condenável que se estaria fazendo das Lendas de Santos.

---

URL: [biapsy.de/index.php/en/9-biographien-a-z/175-kretschmer-ernst-e](http://biapsy.de/index.php/en/9-biographien-a-z/175-kretschmer-ernst-e) (Consultado em: 25/05/2022).

<sup>683</sup> “A personalidade objetiva de Eça de Queirós” cit., p. 27.

<sup>684</sup> Ibid., p. 28.

<sup>685</sup> Ibid., p. 29.

<sup>686</sup> Ibid., p. 33.

<sup>687</sup> Ibid., p. 34.

#### 4.2.7 - A volta do homem de mármore

Já vimos, no capítulo 3 desta tese, que a biografia de João Gaspar Simões foi o principal trabalho em torno de Eça – entre todos aqueles publicados na altura do centenário do escritor – que operou no sentido de aproximar o autor do público, com consequências que já conhecemos. Agora, delineando o perfil do Eça “estilhaçado” – que o livro de Simões ajudou a compor – nossa percepção pode ser acentuada. Não apenas o biógrafo cruzou uma fronteira ao atribuir a Eça uma sucessão de traumas em sua vida íntima que explicariam sua obra. Se levarmos em conta o ensaio de Abel Salazar, até mesmo o instrumental teórico da psiquiatria foi mobilizado para analisar o fenômeno queirosiano, colocando-nos mais próximos da ideia de que a obra queirosiana não era intocável. Estava, ao contrário, à disposição do público para ser estudada do avesso, discutida em praça pública até mesmo por ciências distantes do fenômeno literário, e desmembrada em partilhas não mutuamente excludentes, admitindo a existência de uma variedade de porções de Eça com sentidos diferentes.

É nesse cenário caótico que a sétima e derradeira versão de Eça de Queirós adentra o nosso Passeio Público imaginário. Ela é, uma vez mais, um produto da propaganda oficial do SNI, trazida à cena para combater a figura do “estilhaçado”. Mas não se trata de uma elaboração teórica inédita, construída pelos ideólogos da direita, como fora o Eça “anjo vingador”, ou o “filho pródigo”. Não: nosso último personagem é, na verdade, um velho conhecido, e por isso mesmo a representação de uma capitulação. É a confissão, por parte de Ferro e de seu grupo, de que eles já não dispunham de uma interpretação queirosiana capaz de combater a proliferação do debate em torno do autor. Trata-se do velho “homem de mármore”, a ideia de Eça de Queirós construída desde bem antes do centenário, e que ganhara corpo na célebre estátua erguida em Lisboa no ano de 1903.<sup>688</sup>

Recordemos: a interpretação de Eça como um “homem de mármore” correspondeu, desde a sua morte, à assunção do autor a uma posição de inigualável prestígio no cânone literário português. O “homem de mármore” habita um pedestal, estando portanto em uma posição acima do espaço público em que o debate pode se dar. Ele é um gênio, um patrimônio nacional, e discuti-lo

---

<sup>688</sup> A noção de Eça como um “homem de mármore” foi longamente tratada em toda a seção 2.1 do segundo capítulo desta tese, sobretudo na subseção 2.1.2.

torna-se desrespeitoso na medida em que confunde-se com colocar em questão sua posição patriótica. Seu lugar, para retomarmos uma última vez Bataille, é o da “heterogeneidade superior”. E, no entanto, naquele ano de 1945, não era tão simples como fora em 1903 a tarefa de isolar Eça nessa posição. Era preciso conter a proliferação do aceso debate que vinha se desenvolvendo em torno do autor, para que assim ele pudesse ser devolvido à “poeira de quase um século” a que se referiu António Ferro em seu discurso, uma imagem perfeita para delinear o lugar dos autores canônicos que – no fim das contas – não são lidos pelo público. Vejamos como se deram essas tentativas.

Começamos analisando a conferência que Francisco Costa proferiu, no dia 23 de janeiro, no Círculo Eça de Queirós. A conferência, intitulada “Eça visto por si próprio” consiste em uma resposta veemente e explícita à biografia *Eça de Queirós: o homem e o artista*.<sup>689</sup> Trata-se de um texto estranho: Costa, que fora um pouco antes premiado pelo SNI por conta do seu romance *A garça e a serpente*<sup>690</sup>, estrutura sua fala não como um discurso argumentativo, mas como um diálogo ficcional entre personagens que são o próprio Francisco Costa e o fantasma de Eça de Queirós. Nessa curiosa peça híbrida entre o conto e a conferência, Costa está sentado em um banco na Serra de Sintra, quando, de repente, senta-se ao seu lado aquilo o Eça do além-vida. O autor retorna de seu túmulo expressamente para desautorizar a biografia de Gaspar Simões, negando que tivesse um “complexo de inferioridade” e atacando também Sigmund Freud e suas teorias: o Eça da fábula de Francisco Costa censura o pai da psicanálise ao declarar que ele “pôs-se a filosofar sem ter estudado filosofia, e pulou, sem o saber, do físico para o metafísico através do psíquico. O resultado foi lamentável”.<sup>691</sup> O fantasma ainda atribui a uma diluição da obra de Freud (que teria sido “dissolvida nas chávenas de chá e copos de cerveja”) um conceito que na verdade é central na própria obra do austríaco: a noção de que “todo o mundo tem complexos”.<sup>692</sup> A grande discordância do fantasma queirosiano, entretanto, é com a ideia de que um romance pudesse ser a manifestação de um sintoma: “os freudistas, no fundo, identificam o gênio e a loucura”, diz. É inadmissível para o

<sup>689</sup> COSTA, Francisco. “Eça de Queirós visto por si próprio”. in SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp, 85 - 105

<sup>690</sup> **Prêmios Literários 1934 - 1947**, cit., p. 215.

<sup>691</sup> “Eça de Queirós visto por si próprio”, cit., p. 89.

<sup>692</sup> Ibid., p. 90.

Eça de Francisco Costa – como já vimos que será no futuro para António Eça – que haja um elo ligando a grandiosidade positiva do gênio e o defeito inadmissível de um trauma psíquico.

Não satisfeito em refutar toda a teoria freudiana em sua conferência, apenas para desautorizar a hipótese de Gaspar Simões sobre Eça de Queirós, Francisco Costa ainda faz o fantasma do romancista reconstruir uma narrativa compatível com a do “homem de mármore”. Recorre, para isto, ao mesmo expediente do Conde da Aurora: o casamento. O clímax do conto/conferência de Francisco Costa é uma longa declaração de Eça sobre o casamento como a maior das virtudes, que teria sido capaz de moldá-lo enquanto homem e até enquanto artista – na medida em que através do casamento ele teria finalmente podido conhecer “por dentro” a família portuguesa para pintá-la sem distorções em seus romances.<sup>693</sup> Quando desaparece misteriosamente do banco de Sintra no fim do texto, o Eça de Queirós de Francisco Costa parece ter refutado a biografia de Simões – o principal representante da interpretação de Eça como um “estilhaçado” – e ainda faz um aceno para a ideia do “filho pródigo” (ao aludir à hipótese da reabilitação pelo casamento). O sentido completo dessa conferência, contudo, só fica nítido quando a lemos em conjunto com uma outra, proferida no mesmo ciclo, esta pelo também escritor Joaquim Paço D’Arcos, que também fora premiado pelo SNI, no ano de 1936, por seu livro *Diário de um imigrante*.

Paço d’Arcos subiu ao mesmo púlpito do Círculo Eça de Queirós no dia 12 de janeiro de 1946, para uma conferência intitulada “Eça de Queirós e o século XX”.<sup>694</sup> Nessa fala, o escritor cita um trecho de Fidelino de Figueiredo ao qual já recorremos, em que este entende o percurso biográfico queirosiano como a “peregrinação da alma desquitada” por entre “azedumes da irrequietação hiper crítica”, antes da “volta e reconciliação” ao “portuguesismo”.<sup>695</sup> Esse percurso de Eça seria altamente representativo, pois simbolizaria os percursos de “toda a vida portuguesmente vivida, seja a de cada um de nós, seja a da própria pátria”. À primeira vista está se desenrolando, ainda outra vez, a tese do “filho pródigo”. Neste caso, entretanto, o argumento serve a outro propósito. Joaquim Paço d’Arcos não escolhe enfatizar a positividade da etapa de “reconciliação” de

<sup>693</sup> “Eça de Queirós visto por si próprio”, cit., p. 90.

<sup>694</sup> D’ARCOS, Joaquim Paço. “Eça de Queirós e o século XX” in SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. 127-149

<sup>695</sup> “Eça de Queirós e o século XX”, cit., p. 140.



Eça com seu país, evitando portanto fazer uma defesa explícita e militante do nacionalismo como um valor ideológico. O que o conferencista depreende da trajetória de Eça é muito mais a ideia de que, tendo o autor variado de uma posição “hipercrítica” para um “portuguesismo”, ele estaria além de quaisquer interpretações ideológicas. Eis como ele comenta o trecho que acabara de citar de Fidelino:

Ante uma interpretação tão alta e tão justa do que a obra de Eça de Queirós representa e deve significar para nós, todas as especulações secundárias ficam reduzidas à sua mesquinhez. Nenhum partido pode arvorar o seu pendão, o da mocidade, e servir-se dele. Nenhuma facção pode erguer o estandarte dos seus últimos anos para o agitar em batalhas que ele se recusaria a travar.<sup>696</sup>

O Eça que surge na conferência de Paço d’Arcos é uma figura olímpica, que pela perfeição estilística e pela relevância estética de sua obra estaria acima de todas as interpretações atravessadas por questões políticas, sociais, morais ou de qualquer outra forma mundanas. Lembremos que o título da conferência faz referência ao século XX. Eis como Paço d’Arcos desenvolve o tema: em seu entender, a relevância de Eça para a atualidade seria precisamente esse contraste entre sua estatura sobranceira e liberta dos problemas do tempo e os seus leitores, “prisioneiros de místicas severas, de compartimentos estanques”.<sup>697</sup> Sobre Eça não caberia o juízo, mas apenas admiração e glória tais que o mantivessem equidistante de tudo o quanto fosse mundano, como um lembrete da “mesquinhez” a que os homens do século XX estariam reduzidos.

Trata-se, não nos enganemos, de uma equidistância apenas aparente. Os mesmos valores nacionalistas que Paço d’Arcos rejeita como argumentos uma “facção” que poderia tentar apropriar-se indevidamente de Eça são reencontrados no fim da conferência como características orgânicas do escritor. O herói olímpico das letras portuguesas seria um “nobre”, dotado de um “patriotismo” esclarecido, como se esses fossem valores que – assim como o próprio Eça – estivessem acima de divisões partidárias.<sup>698</sup> Paço d’Arcos não se dá ao trabalho de justificar o suposto patriotismo queirosiano, deixando implícito que esse valor decorreria naturalmente do fato de o autor escrever belos romances. Trata-se de uma

<sup>696</sup> Ibid., p. 140.

<sup>697</sup> Ibid., p. 148.

<sup>698</sup> Ibid., p. 149.

manifestação muito evidente de uma das características mais fundamentais do nacionalismo português, que já discutimos no segundo capítulo desta tese: o apagamento que esse conjunto de valores ideológicos consegue operar de seu próprio caráter de ideologia. Há algo de tautológico nessa noção, muito visível no texto sobre o qual agora nos debruçamos: o autor de *Os Maias* não seria um militante nacionalista devido a episódios de sua obra e sua vida que nos permitissem entendê-lo como tal, mas seria um patriota simplesmente porque sim. Ao contrário do mito de Eça como “filho pródigo”, complexa construção dialética cuja própria natureza enquanto tal inspira interpretações opostas que com ela polemizem, o mito de Eça como um homem olímpico não está aberto a discussões. Está, olímpicamente, acima delas.

Essa ideia, construída por Francisco Costa, Joaquim Paço d’Arcos e também por Júlio Dantas<sup>699</sup>, é finalmente sintetizada pelo próprio António Ferro em um dos parágrafos de seu discurso já citado, proferido na cerimônia de encerramento das celebrações queirosianas. É como se, após todo o longo centenário, e o debate por ele ensejado, António Ferro tentasse usar sua autoridade de chefe da propaganda para encerrar por decreto a existência daquele espaço público em torno de um romancista morto, devolvendo-o ao *status* de homem de mármore: “Eça de Queirós não foi político, nem conservador nem avançado, mas sim grande artista, um grande escritor português”.<sup>700</sup>

### 4.3 - Conclusão do capítulo

Já vimos, na seção anterior, como a tentativa de retorno a uma versão “homem de mármore” de Eça de Queirós não passou de uma capitulação, por parte do SNI. Uma tal interpretação olímpica e indiscutível de um personagem literário só se sustenta quando unívoca e amplamente aceita— como se conseguiu fazer no princípio do século — e não tem serventia política relevante se for apenas uma entre outras posições em um debate, como no caso que acabamos de analisar.

<sup>699</sup> Por motivos de espaço — e por julgar que não acrescentaria nada ao argumento — desisti de incluir nesta seção uma análise do discurso sobre Eça de Queirós proferido na Academia de Ciências de Lisboa por Júlio Dantas, presidente daquela instituição, no dia 29 de novembro de 1945. A curta fala de Dantas, reproduzida na íntegra pelo *Diário de Notícias*, apenas repete com outras palavras os lugares comuns proferidos por Francisco Costa e Joaquim Paço d’Arcos, reforçando a tentativa de retorno à visão de Eça como o “homem de mármore”. cf. DANTAS, Júlio. [discurso] in *Diário de Notícias*, Lisboa, 25 nov. 1945.

<sup>700</sup> FERRO, António. [discurso], cit., p. XIX.

O resultado prático do centenário queirosiano foi a retirada definitiva da “pátina” e da “poeira” que cobriam o escritor – ou qual metáfora se queira usar para significar seu retorno à atualidade e ao debate público.

É evidente que a “ecite” foi um fenômeno restrito ao período do centenário, tendo acabado por arrefecer após o ano de 1946. Mas, em menor intensidade, a presença queirosiana não mais deixou de se fazer sentir no debate público português, como podem atestar as seguidas reedições da obra do autor desde então. A “grande eclosão do interesse por Eça” ocorrida em 1945, como escreveu Ernesto Guerra da Cal, foi responsável, ainda, por modificar para sempre o panorama dos estudos acadêmicos sobre o autor.<sup>701</sup> O próprio Guerra da Cal, na introdução de *Língua e estilo de Eça de Queirós*, reconhece esse súbito interesse do público como um dos motivos que o levou à preparação de seu livro, hoje um clássico. Nessa mesma introdução, faz referências elogiosas a numerosas obras surgidas durante o centenário, nomeadamente os estudos de Mário Sacramento, João Gaspar Simões, António José Saraiva, António Sérgio, Jaime Cortesão e Allyrio de Mello.

A partir do início dos anos 1970, ainda nos últimos anos do Estado Novo português, que outras importantes obras sobre Eça foram publicadas, incorporando conceitos da moderna teoria literária aos estudos queirosianos. Nem pelo fato de terem representado uma mudança de paradigma na maneira de tratar o tema, contudo, qualquer uma delas dispensou numerosas referências aos estudos sobre o autor saídos no contexto do centenário. O último ensaio do livro *Eça Político*, lançado por João Medina em 1972, retoma o debate ideológico sobre a última fase da vida de Eça de Queirós fazendo diversas referências aos escritos já citados de Jaime Cortesão sobre o assunto.<sup>702</sup> Em seu *Estatuto e perspectivas do narrador em Eça de Queirós*, Carlos Reis cita em sua análise os trabalhos de Saraiva, Sacramento e António Sérgio.<sup>703</sup> Os três também são citados por Isabel Pires de Lima, em *As máscaras do desengano - para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lima, contudo, mais atenta ainda que seus pares à produção referente ao período do centenário, também volta os olhos sobre

<sup>701</sup> CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e Estilo de Eça de Queirós*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 45.

<sup>702</sup> MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 159-238.

<sup>703</sup> REIS, Carlos. *Estatuto e perspectivas do narrador em Eça de Queirós*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981, pp. 283-288.

Cortesão, Gaspar Simões e até mesmo autores de 1945 dos quais outros parecem ter se esquecido: Luís de Oliveira Guimarães e António Ramos de Almeida.<sup>704</sup> Essa mínima lista cita apenas intérpretes queirosianos recentes considerados incontornáveis, por seus trabalhos, e pretende ter valor apenas exemplar. Se quiséssemos ser exaustivos, incluindo autores ainda mais recentes, e ampliássemos nosso raio de análise para autores do Brasil, a lista seria bem maior, e nela continuaríamos verificando a mesma presença constante dos autores de 1945. Essas interpretações queirosianas, corajosamente lançadas em desafio à visão do regime – e que pareciam a António Ferro a obra de “leitores doentios”, destinadas a ferir o *status* canônico e intocável de Eça de Queirós, – acabaram elas próprias por constituir um cânone.

Como se pode ver, portanto, o SNI não conseguiu calar o debate sobre Eça de Queirós, que continuou reverberando a despeito dos esforços do órgão. Observamos, na seção anterior, como ocorreu na prática aquilo que nosso modelo teórico traçado a partir da metáfora da mesa de Hannah Arendt, na seção 4.1 deste capítulo, já previa: o *status* ficcional da obra de Eça de Queirós acabou por tornar cada uma das interpretações em torno de si ensejadora de uma próxima. O “anjo vingador” ensejou o “envenenador”, que ensejou o “filho pródigo” e assim por diante até que o diálogo desse uma volta completa. A sociedade letrada de Portugal, demandante de uma esfera pública – por causa da interdição fascista da esfera pública usual – encarregou-se de não deixar o diálogo arrefecer. Nenhum estratagema traçado por António Ferro e seu grupo de ideólogos foi capaz de conter ou controlar esse processo, precisamente porque ele girava em torno de um objeto ficcional, e já constatamos a existência de uma inadequação absoluta entre o fascismo (e a proximidade que ele impões entre palavra e realidade) e a ficção (em que a palavra não se confunde com a realidade).

Encerremos este capítulo lembrando de Fredric Jameson, o importante teórico literário marxista. Não tanto pelas conclusões a que ele chega, mas por um raciocínio levado a cabo em certo ponto de seu livro *O inconsciente político*.<sup>705</sup> No trecho que nos interessa dessa obra, Jameson tenta conciliar a referencialidade (algo inegociável para o marxismo) e as teorias que ele chama de

<sup>704</sup> LIMA, Isabel Pires de. **As Máscaras do Desengano** – Para uma abordagem sociológica de Os Maias, de Eça de Queirós. Lisboa: Caminho, 1987.

<sup>705</sup> JAMESON, Fredric. *O Inconsciente Político*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

“pós-estruturalistas”, que tendem a apontar para a história como um texto entre outros. Ele começa por assimilar a história àquele conceito de “Real”, atribuído a Lacan, descrito em seu livro como “o que fere, o que recusa o desejo e impõe limites inexoráveis ao indivíduo e à *praxis* coletiva”.<sup>706</sup> Esse Real – que, segundo Jameson, lembremos, é um outro nome para a história – se distingue em tudo da realidade cotidiana, aquela com a qual já vimos que o fascismo opera tão bem. O Real se caracteriza sobretudo por sua irredutibilidade à compreensão, por nos ser “inacessível” em si mesmo. Nossa única possibilidade de relação com essa dimensão seria através da sua textualização anterior, isto é, do “ato simbólico”. É dentro dessa categoria, do “ato simbólico”, que vamos reencontrar o objeto ficcional.

Ora, se para Jameson uma reflexão dessa ordem equivale a uma delicada manobra teórica que salva algum grau de referencialidade do objeto literário e do discurso histórico (uma missão com cuja importância eu só posso concordar), para esta tese o seu valor é inteiramente outro. Em última análise, não interessa aqui verificar de que forma o Real ou a história aparecem textualizados na obra de Eça de Queirós: não se trata – neste momento – de encontrar no romance queirosiano linhas de fuga políticas, embates classistas ou tensões entre modos de produção, nem nada daquilo que Jameson sugere ser o “inconsciente político” de uma obra literária, em outras partes de seu estudo. O que parece notável no âmbito desta tese é que, quando lida em um contexto fascista *pelo aparato do próprio fascismo*, a obra queirosiana parece reter, enquanto textualização do Real, precisamente aquilo que é próprio do Real não textualizado. Mais do que contestar a narrativa unívoca do fascismo, ela coloca em xeque a própria possibilidade de univocidade. Em outras palavras: do ponto de vista de António Ferro (bem como de António Eça, do SNI e todo o seu aparato de ideólogos) os escritos radicalmente ficcionais de Eça de Queirós – tão rebeldes e resistentes à manipulação propagandística – são precisamente “o que fere, o que recusa o desejo e impõe limites inexoráveis ao indivíduo e à *práxis* coletiva”. Vem daí, mais que de qualquer outro lugar, sua importância para toda uma geração de intelectuais antifascistas portugueses.

---

<sup>706</sup> Ibid., p. 74.

## Conclusão

No primeiro capítulo desta tese, após uma análise da visão de esfera pública expressa na obra de Eça de Queirós, bem como de alguns dos mais importantes procedimentos textuais do autor, concluímos que seus livros foram conscientemente escritos para constituírem uma ficção a ser lida *em público*. A pergunta que se ensejou, então, foi: o que aconteceria com essa produção literária caso ela fosse lida em um contexto de supressão ou policiamento da esfera pública? No segundo capítulo da tese, principiamos a resposta a essa pergunta analisando a postura da extrema direita portuguesa – plasmada no Estado Novo de Salazar – diante de Eça de Queirós, com um foco específico na forma como o SNI decidiu celebrar o centenário do autor em 1945. Naquele ponto do trabalho, a conclusão possível foi a de que a propaganda salazarista teve problemas de diversas ordens ao tentar cooptar a figura de Eça para seu campo político. Houve resistência interna (por parte dos católicos) e acabou por cair por terra o plano de Antônio Ferro de fazer da evocação a Eça uma celebração de massas. Desde então, já era possível perceber um desajuste dificilmente conciliável entre Eça de Queirós e o regime que decidiu celebrá-lo.

O terceiro capítulo desta tese debruçou-se sobre os discursos da oposição referentes ao centenário, procurando abranger seus diversos setores. O interesse inicialmente recaiu sobre a dificuldade dessa oposição em reconhecer a ficcionalidade do discurso de Eça, abrindo mão de uma visão de sua obra como mero veículo de teses apriorísticas. O ponto de superação dessa tendência foi identificado no livro *Eça de Queirós: uma estética da ironia*, de Mário Sacramento, que conseguiu reconhecer a relevância política da obra queirosiana justamente em sua ambiguidade ficcional. Juntamente a essa superação, verificou-se um rebaixamento da celebridade queirosiana em sua biografia escrita por João Gaspar Simões. A soma desses fatores levou a uma retomada no interesse da sociedade portuguesa por debater Eça de Queirós – e debater outros temas a partir de Eça de Queirós –, fenômeno que chamei de “ecite”. Essa espécie de epidemia ocorrida em 1945, explicitamente lamentada por figuras ligadas ao governo, como Antônio Ferro, Antônio Eça de Queiroz e João Ameal, é o principal índice de que as celebrações do centenário queirosiano acabaram por

fugir ao controle da propaganda estatal. O quarto capítulo desta tese, assim, ocupou-se de uma exploração teórica e histórica da principal conclusão a que pudemos chegar ao fim do terceiro: quando lida em um contexto de policiamento da esfera pública, a obra de Eça foi capaz de tornar-se *ela própria* essa esfera pública. A análise dessa conclusão permitiu que se sugerisse, enfim, a existência de uma incompatibilidade intrínseca entre o fascismo e a ficção. Perante o fascismo, a ficção – em sua infinita ambiguidade – se comportaria como o “Real”, sempre refratário ao controle.

Cumprе lembrar, é claro, que esta é apenas a conclusão teórica a que se pode chegar após *um* estudo de caso. Suspeito que investigações relacionando fascismo e ficção que partam de outras fontes possam chegar a conclusões até radicalmente diferentes, e então seria o caso de cotejar as pesquisas de modo a aferir sua validade. Seria um esforço, no entanto, não mais contido no escopo desta tese.

\*\*\*\*\*

Supondo, portanto, que o debate teórico subjacente ao presente trabalho já chegou a seu ponto máximo de desenvolvimento possível, é o caso de dá-lo como findo. Resta, para esta conclusão, sugerirmos uma derivação do debate até aqui, talvez mais prosaica, mas ainda assim digna de comentário: de que maneira as linhas de força que interferiram nas relações entre a obra de Eça de Queirós e a esfera pública durante o episódio do centenário permanecem perceptíveis nos dias de hoje? Peço para que o que se segue seja entendido como uma espécie de pós-escrito.

Podemos nos escusar de debater a evolução do debate queirosiano no âmbito estritamente acadêmico. O livro *O último Eça*, de Miguel Real, apesar das ressalvas que lhe fiz no final do terceiro capítulo desta tese<sup>707</sup>, é bem sucedido na tarefa de dar ao leitor uma visão global dos avanços dos estudos queirosianos, sobretudo desde a Revolução dos Cravos, naquele que chama de “período crítico” dos estudos queirosianos.<sup>708</sup>

Quando expandimos nosso horizonte para toda a porção da esfera pública portuguesa independente das universidades - abarcando, contudo, a interação

<sup>707</sup> Ver seção 3.4.3 do terceiro capítulo desta tese.

<sup>708</sup> REAL, Miguel. *O último Eça*. Lisboa: Quidnovi, 2006, pp. 35-38.

entre as universidades e esse meio mais alargado – ainda há alguma coisa a ser dita. Lembremos que, ao analisar o período da Primeira República portuguesa, bem como os primeiros anos do salazarismo, pudemos constatar que a conversão de Eça em figura canônica da literatura portuguesa prejudicou sua presença na esfera pública: colocado sobre um pedestal, o autor passou a ser menos lido e debatido, a despeito da flagrante atualidade de sua obra, então. O que ocorre é que, na democracia portuguesa pós-1974, passou a se verificar o fenômeno inverso: a presença de Eça no cânone passou a ser um fator que favorecia seu debate na esfera pública. Na década de 1970, a leitura de pelo menos um romance de Eça de Queirós finalmente ganhou o *status* de obrigatória no Ensino Secundário português (equivalente ao Ensino Médio, no Brasil).<sup>709</sup> Obviamente, tratou-se de um fator de disseminação da leitura queirosiana.

Durante certo período, a obra tida como “obrigatória” nos liceus foi o romance *Os Maias*, o que motivou o especialista queirosiano Carlos Reis a escrever uma *Introdução* à leitura desse romance voltada ao público jovem, em 1978.<sup>710</sup> Em um texto publicado décadas depois, no seu blog *Queirosiana*, Reis declara que a primeira edição da sua *Introdução à leitura d’Os Maias* foi impressa em uma grande tiragem (um número que ele considerou “obviamente desmedido”), mas ainda assim se esgotou em menos de um ano.<sup>711</sup> Claramente, a obra de Eça passou a difundir-se graças à educação pública, ainda que tenha se tornado um lugar comum em Portugal (como no Brasil) a ideia de que os alunos não lêem propriamente as obras oferecidas a eles nas escolas (o próprio Reis, no texto de blog citado, comenta com uma ironia melancólica que sua *Introdução à leitura d’Os Maias* fora escrita num tempo em que “ainda se lia alguma coisa nas escolas secundárias”, sugerindo uma piora no quadro atual).

Mas mesmo essa desconfiança em relação à qualidade da difusão da obra de Eça no ensino secundário acabou por se tornar um fator de difusão do debate sobre o autor na esfera pública: em 2018, quando o Ministério da Educação português levou à consulta pública um projeto de “flexibilização” das diretrizes de ensino no país, o elemento desse projeto que chamou a atenção do público (sendo

<sup>709</sup> Ibid., p. 36.

<sup>710</sup> REIS, Carlos. *Introdução à Leitura d’Os Maias*. Paço de Arcos: Impresa Publishing, 2013.

<sup>711</sup> REIS, Carlos. Os meus Eças (3). In: REIS, Carlos. *Queirosiana*. 26 de janeiro de 2012.

Disponível em

<https://queirosiana.wordpress.com/2012/01/26/os-meus-ecas-3/>. Acesso em 16/07/2022.



veiculado com escandaloso no *Público*, jornal de maior circulação no país) foi que “*Os Maias* deixam de ser leitura obrigatória no secundário”.<sup>712</sup> Houve comoção e polêmica em torno da medida, ensejando o aparecimento de diversas defesas apaixonadas da obra prima queirosiana. A medida do ministério, contudo, apenas expandia o leque de opções entre as obras de Eça que poderiam ser oferecidas aos alunos (em vez de apenas *Os Maias* e *A ilustre casa de Ramires*, como determinava a diretriz anterior, o professor do ensino básico passaria a poder trabalhar com qualquer romance queirosiano). Devido ao escândalo, a medida acabou por ser revogada, mas o caso anedótico dá a medida de certa presença persistente da figura e da obra de Eça na esfera pública portuguesa, e do gosto que os portugueses parecem ter tomado por sazonalmente debatê-lo em público, debatendo a si próprios simultaneamente (afinal, a conversa sobre *Os Maias* não deixou de projetar certo debate mais amplo sobre a educação pública do país).

Ora, se contemporaneamente essa presença se dá *por conta* do lugar canônico ocupado pelo escritor, poderia se supor que a leitura que fizemos da “canonização” queirosiana na Primeira República e no Estado Novo como um fator de afastamento dele do público teria caducado, tornando-se mera curiosidade histórica. Hoje, o trânsito público da obra de Eça não seria perturbado, por exemplo, pelo fato de que o parlamento português recentemente aprovou a transferência de seus restos mortais para o Panteão Nacional do país, selando mais do que nunca sua caracterização enquanto figura gloriosa da pátria, e etc.<sup>713</sup>

Outros fatores, no entanto, parecem sugerir que, sob essa convivência pacífica entre o Eça do “público” e o Eça da “glória”, persiste certo grau de oposição. Vejamos este caso: em uma interessante crônica publicada em 2020 no *Diário de Lisboa*, por ocasião do falecimento do comentarista político Vasco Pulido Valente, Luís Felipe Castro Mendes lamenta que se tenha criado em torno dessa figura o lugar comum de que ele “escrevia bem”, apenas por ele ter absorvido “o estilo” e os “tiques literários” de Eça de Queirós.<sup>714</sup> No fundo, para

<sup>712</sup> VIANA, Clara. “*Os Maias* deixam de ser leitura obrigatória no secundário.” *Público*, Lisboa, 18 jul. 2018. Disponível em <<https://www.publico.pt/2018/07/18/sociedade/noticia/os-maias-deixam-de-ser-leitura-obrigatoria-no-secundario-1838325>>. Acessado em 14 jul. 2022.

<sup>713</sup> “Parlamento aprova concessão de honras de Panteão Nacional a Eça de Queiroz”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 jan. 2021. Disponível em <<https://www.dn.pt/cultura/parlamento-aprova-concessao-de-honras-de-panteao-nacional-a-eca-de-queiroz-13232515.html>>. Acessado em 14 jul. 2022.

<sup>714</sup> MENDES, Luís Felipe Castro. “Eça de Queirós não escrevia bem”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 21 nov. 2020. Disponível em:

além da alfinetada no comentarista recém falecido, o que Mendes parece criticar é que tenha sobrevivido, a respeito de Eça, a ideia de que ele seria a figura modelar de certo beletismo, um paradigma da arte de “escrever bem”. A citação que o cronista escolhe para ilustrar essa ideia, retirada do perfil de Eça escrito por Mihuel Tamen para um livro intitulado precisamente *O Cânone*, é muito significativa:

A prosa de Eça de Queirós tem a reputação de, em Portugal, ser sinónimo de prosa. Escrever bem é para a maioria escrever como ele. Falar bem é geralmente medido pela maneira como ele escrevia.<sup>715</sup>

A frase de Tamen evoca diretamente o projeto de Agostinho de Campos – concebido ainda em 1922 – que visava incluir Eça de Queirós entre os guardiões de certa pureza da língua portuguesa, numa perspectiva bastante conservadora.<sup>716</sup> Neste sentido, a presença de Eça no “cânone” volta a ser um fator de seu afastamento do debate público. Pois, sendo ele entendido como o guardião de um tesouro tão precioso a qualquer povo (a maneira mais correta de falar sua própria língua), fica implícita a inconveniência de se misturá-lo com a linguagem cotidiana, e com os assuntos cotidianos. Esse lugar atribuído a Eça parece ter aderência no imaginário português. Não é por acaso que o grande técnico de futebol amadoreense Jorge Jesus, em uma entrevista coletiva concedida em 2014, na qual declarava não ter habilidade com as palavras, saiu-se com a seguinte frase de efeito: “tens é de me julgar como treinador, não sou Eça de Queirós”.<sup>717</sup> O escritor realista aparece, na fala do então treinador do Benfica, como o símbolo de uma linguagem apartada da ação e do mundo comum, em que agem as pessoas comuns.

É claro que, para manter a coerência com as ideias expostas ao longo de toda esta tese, resta a mim lamentar esse estereótipo do qual Eça foi revestido, e defender novamente aquela ideia enunciada no primeiro capítulo, segundo a qual

<<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/21-nov-2020/eca-de-queiros-nao-escrevia-bem-13049545.html>> Acessado em 15 jul. 2022.

<sup>715</sup> TAMEN, Miguel. Eça de Queirós. In: FEIJÓ, António M., FIGUEIREDO, João R (eds.). **O Cânone**. Lisboa: Tinta da China, 2020, p. 223.

<sup>716</sup> Ver a seção 2.1.2 do segundo capítulo desta tese.

<sup>717</sup> JESUS, Jorge. [entrevista]. **Record.pt**. Lisboa, 29 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-bwin/benfica/detalhe/entrevista-a-jorge-jesus-ao-minuto-885899>>, acessado em 15 jul. 2022. Cumpre dizer, a título de curiosidade, que *Não sou Eça de Queirós* é o título de uma biografia de Jorge Jesus lançada por Luís Garcia em 2015.

Eça teria escrito sua obra não como paradigma de boa linguagem, mas precisamente como uma desestabilização dela para provocar uma transformação do espaço público. Poderia-se argumentar, como tese oposta, que, em pleno século XXI, essa potência de sua obra já teria finalmente se esgotado, e que sua leitura hoje poderia muito bem se justificar por motivos inteiramente distintos de seu projeto original. Não seria essa amplitude de sentidos precisamente a característica principal da obra ficcional?

Diante desse hipotético contra-argumento, cabe talvez relembrar o nexo que este trabalho tentou apontar, entre a canonização despolitizante de Eça de Queirós ocorrida nos primeiros anos do século XX (sua associação à heterogeneidade superior de Bataille), e a posterior tentativa de instrumentalização desse lugar canônico empreendida pela propaganda do regime de extrema-direita de Salazar. Trata-se de uma relação que parece ter todas as condições de se estabelecer novamente. Nada ilustra isso tão bem quanto o curioso caso de Vanusa Vera-Cruz Lima.

Vanusa, cidadã de Portugal e Cabo Verde, então uma doutoranda do departamento de literatura luso-afro-brasileira na Universidade de Massachusetts Dartmouth, EUA, deu em fevereiro de 2021 uma palestra motivada pela pergunta: “serão *Os Maias* um romance racista?”.<sup>718</sup> Não há espaço aqui para uma exploração mais profunda do conteúdo dessa fala, mas é possível captarmos algo de sua tese central. Segundo as notícias que dão conta do conteúdo de sua fala, Vanusa afirmou, entre outras coisas, que esse romance de Eça

reproduz a superioridade da raça branca sobre a raça negra, evidenciada através do discurso, frases, escolha de palavras, pensamentos das personagens de que a raça branca merecia ter o poder absoluto sobre a raça negra.<sup>719</sup>

Reconheçamos que a hipótese parece, à primeira vista, radical. A entrevista que a doutoranda deu após a palestra, entretanto, foi pontuada por modalizadores que claramente visavam dirimir as interpretações mais escandalosas que se pudesse inferir dessa ideia. Vanusa afirmou, por exemplo, que seu objeto de estudo era unicamente o romance, e não o próprio Eça, não estando

<sup>718</sup> QUEIRÓS, Luís Miguel. “Discutir o racismo n’*Os Maias* é ensino responsável ou ameaça à autonomia da literatura?”. **Público**, Lisboa, 3 abr. 2021.

<sup>719</sup> Ibid.

em causa o debate sobre a atribuição do epíteto de “racista” ao autor. Reconheceu, também, que *Os Maias* seriam “uma das maiores obras de arte da cultura portuguesa”, e que por isso mesmo o romance seria

uma ferramenta ideal para criar oportunidades de ensino e instrução culturalmente responsáveis, para que possamos atender às necessidades de todos os alunos. (...) É um material para explorarmos valores e comportamentos relacionados com a raça que existiam na época, mas que continuam a manifestar-se em vários aspectos da sociedade actual.<sup>720</sup>

É simples, para o leitor desta tese, encontrar no estratagema de Vanusa um eco das estratégias utilizadas por tantos literatos portugueses antifascistas em 1945: trata-se, novamente, de utilizar o imenso potencial literário de Eça de Queirós como ponto de partida para um debate político capaz de interferir nas opiniões e consensos da esfera pública, desestabilizando-a. Trata-se de reconhecer na ambiguidade característica da ficcionalidade radical de Eça a possibilidade de associar a obra a temas candentes do presente. Lembremos, ainda, que Vanusa sequer foi a primeira a abordar a problemática racial em Eça. O texto “As fronteiras da civilização”, de Helder Garmes, citado no primeiro capítulo desta tese, já apontara (com nuances) o fato de Eça pressupor a existência de um “ranking” civilizacional em sua obra, reproduzindo preconceitos raciais ainda que discordasse das teses centrais do evolucionismo de seu tempo.<sup>721</sup>

Não podemos nos esquecer que a opinião pública portuguesa, apenas três anos antes da palestra de Vanusa, consternara-se diante da hipótese de *Os Maias* deixar de ser obrigatoriamente lido no ensino secundário. Seria de se esperar, portanto, que o país aceitaria de bom grado esse debate que no fundo é uma tentativa de lançar um olhar contemporâneo ao romance, atrelando-o a questões vitais para o século XXI como o racismo estrutural e as ideologias supremacistas brancas. Não foi, contudo, o que se viu. A maior parte das notícias e textos de opinião sobre o assunto tratou-o da forma mais escandalosa possível, como se Vanusa estivesse conspurcando um tesouro nacional. O poeta e professor António Carlos Cortez, por exemplo, foi ao jornal *O Público* chamar a hipótese de Vanusa

<sup>720</sup> *ibid.*

<sup>721</sup> GARMES, Helder. As fronteiras da civilização em Eça de Queirós. In: MOTTA, P. e FERNANDES, A. (orgs). **Literatura portuguesa aquém-mar**. Campinas: Komedi, 2005. pp. 53-71.

de “absurdo”, insinuando que a doutoranda não teria lido a bibliografia teórica mínima para opinar sobre o romance. Cortez profetizou em seu texto, um pouco apocalipticamente, que “Camões, por este andar, ainda há-de ser proibido nos programas”, e lamentou o “desconstrucionismo” que estaria afastando os estudiosos de literatura do “texto literário”, e – no caso específico de *Os Maias* – da “tese central” do romance.<sup>722</sup> Não é absurdo notar, no tom de desqualificação com que Cortez trata sua oponente, um eco (ainda que bastante mais moderado) do epíteto de “leitores doentios” que António Ferro atribuiu aos intérpretes antifascistas de Eça de Queirós.

É evidente que houve também vozes mais moderadas, que procuraram dar prosseguimento ao debate sugerido por Vanusa em lugar de apenas apontar-lhe o escândalo. A professora Isabel Cristina Mateus, mesmo com veementes críticas aos pressupostos analíticos e teóricos da doutoranda de Massachusetts, reconheceu em outro artigo (também no *Público*) ser “positivo” o intuito de Vanusa de ler Eça com “lentes atuais”, afirmando também ser essa uma tendência generalizada nos estudos queirosianos das últimas décadas.<sup>723</sup> Ainda assim, não podemos deixar de afirmar que, em geral, o tom frequentemente caricato do debate sobre a proposição de Vanusa (ressalvando-se exceções como o texto de Isabel) sugere que, em alguma medida, o pertencimento de Eça de Queirós ao cânone da literatura portuguesa ainda é um óbice à realização daquilo que parece ter sido uma trave fundamental de seu projeto literário: a desestabilização dos consensos no debate público através da desestabilização da própria linguagem. Há uma persistência, enfim, de um arranjo de forças que data do início do século XX. E podemos ir além. No caso aqui comentado, em que o debate que se quer interditar pela via da canonicidade de Eça está ligado a um tema tão estruturante e urgente na sociedade portuguesa (poderia aqui escrever brasileira) quanto o racismo, a persistência desse arranjo de forças parece servir – ainda que não

<sup>722</sup> CORTEZ, António Carlos. *Os Maias*, o racismo ou a visão estreita das coisas. **Público**, Lisboa, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/03/09/culturaipilon/noticia/maias-racismo-visao-estreita-1953568>, acessado em 15 jul. 2022.

<sup>723</sup> MATEUS, Isabel Cristina. Ainda a propósito de *Os Maias*. **Público**, Lisboa, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/03/17/culturaipilon/noticia/proposito-maias-1954813>, acessado em 15 jul. 2022.

intencionalmente – às ideias mais retrógradas que tem ganhado voz na esfera pública. Ideias, estas, que estavam no poder em 1945.

## BIBLIOGRAFIA:

### Obras de Eça:

QUEIRÓS, Eça. **Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz**. 2 vols. Organizada por Agostinho de Campos. Porto: Chardron, 1923.

QUEIRÓS, Eça de. **Obras de Eça de Queirós** [coleção]. 15 vols. Porto: Lello, 1945.

QUEIRÓS, Eça de. **A Cidade e as Serras**. Lisboa: Livros do Brasil, 1999.

QUEIRÓS, Eça de. [texto recuperado por] SALGADO Jr., António. A Literatura Nova (O Realismo Como Nova Expressão da Arte) *In*: REIS, Carlos. **As Conferências do Casino**. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1990, pp. 135-142.

QUEIRÓS, Eça de. **O Crime do Padre Amaro** - (2ª e 3ª versões). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

QUEIRÓS, Eça de. Réplica de Eça de Queirós. *In*: MATOS, António Campos. **Polêmica - Eça de Queirós e Pinheiro Chagas - Brasil e Portugal**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2001.

QUEIRÓS, Eça de. **Contos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

QUEIRÓS, Eça de. **Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

QUEIRÓS, Eça de. **Vidas de Santos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

QUEIRÓS, Eça de. **Correspondência**. 2 vols. Lisboa: Caminho, 2008.

QUEIRÓS, Eça de. **Cartas Públicas**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

QUEIRÓS, Eça de. **Contos I**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

QUEIRÓS, Eça de. **O Primo Basílio**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

QUEIRÓS, Eça de. **A Correspondência de Fradique Mendes** (memórias e notas). Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias - episódios da vida romântica**. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.

QUEIRÓS, Eça de. **As Farpas**. Lisboa: Relógio d'água, 2018.

### Outras obras:

ALMEIDA, António Ramos de. **A arte e a vida**. Porto: Livraria Latina, 1941.

ALMEIDA, António Ramos de. **Eça**. Porto: Livraria Latina, 1945a.

ALMEIDA, Fialho de. [crítica a] Os Maias *In*: LOURENÇO, António Apolinário. **O Grande Maia - A recepção imediata de Os Maias de Eça de Queirós**. Braga: Angelus Novus, 2000.

ALMEIDA, Silvío de. Imperialismo, colonização e racismo. *In*: CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Tradução de José Rubens Siqueira. Rio de Janeiro: autofágica, 2019.

ALMEIDA, Vieira de. No fim do Centenário. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 649 - 652

ALMEIDA, Vieira de. **À Janela de Tormes**. Lisboa: Revista Ocidente, 1945.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

AMARO, António Rafael. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939). In: **Revista de História das Ideias**, nº 17, 1995, pp. 405-438.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARENDT, Hannah. “Filosofia e política”. In: **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ASSIS, Machado. [crítica a] “O Primo Basílio”. In: ASSIS, Machado. **Crítica**. v.3. Org. por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

AUDEN, W.H., **Selected poems**. New York: vintage books, 1979.

AURORA, Conde da. Eça de Queirós e a nobreza In: SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950.

BLOCH, Ernst. Marxismo e literatura”. In: BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes, 1978, pp. 65-71.

BLOCH, Ernst. Discussing expressionism. In: BLOCH et al. **Aesthetics and politics**. London: Verso, 1980, pp. 16-27.

BANDEIRA, Manuel. Correspondência de Eça de Queirós para a imprensa brasileira. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 167-182.

BARBOSA, Jorge. Notafilia. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.p. 956.

BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes editora, 1978.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BATAILLE, Georges. The psychological structure of fascism. New German Critique, Duke University, Nº 16, Winter, 1979, pp. 64-87.

BATAILLE, Georges. **A parte maldita**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BELOCH, Israel. Astrojildo Pereira. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astrojildo-pereira-duarte-silva>., acessado em 23/01/2022.

BÍBLIA. Português. A Bíblia do pão. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.



BLOCH, Ernst. Marxismo e literatura”. In: BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes, 1978, pp. 65-71.

BLOCH, Ernst. Discussing expressionism. In: BLOCH et al. **Aesthetics and politics**. London: Verso, 1980, pp. 16-27.

BRAGA, Ricardo. O Jornal Português (1938-1951): veículo de propaganda cinematográfica de um país nas margens da guerra. **Revista Prisma**, Porto, n. 1, p. 128-174, 2005. Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2150>>. Acesso em 01/04/2020.

BRAGA, Rubem. **Os segredos todos de Djanira**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

BRASIL, Jaime. Eça de Queirós, jornalista In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 509 - 520.

BRÜCKNER, Burkhard, FABRI: Kretschmer, Ernst [verbete] In: **Biographisches Archiv der Psychiatrie**. disponível em: <[biapsy.de/index.php/en/9-biographien-a-z/175-kretschmer-ernst-e](http://biapsy.de/index.php/en/9-biographien-a-z/175-kretschmer-ernst-e)>, Consultado em 25/05/2022.

BUESCU, Helena. **Chiaroscuro**. Porto: editora campo das letras, 2001

CAL, Ernesto Guerra da. **Língua e Estilo de Eça de Queirós**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

CAL, Ernesto Guerra da. **A Relíquia - Romance Picaresco e Cervantesco**. Lisboa: Editorial Grêmio Literário, 1971.

CABRAL, Manuel Villaverde. The Seara Nova Group (1921-1926) and The Ambiguities of Portuguese Liberal Elitism. In: **Portuguese Studies**, vol. 4, 1988, pp. 181–195. *JSTOR*. Acessado em: <[www.jstor.org/stable/41104863](http://www.jstor.org/stable/41104863)>. Acessado em 22 Oct. 2020.

CALIL, Gilberto Grassi. Plínio Salgado em Portugal (1939-1946): um exílio bastante peculiar. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

CAMPOS, Agostinho de. Prefácio In: QUEIRÓS, Eça. **Antologia Portuguesa - Eça de Queiroz**. Vols. I e II. Porto: Chardron, 1923.

CANDEIAS, Antônio. SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. **Análise Psicológica**, nº1, vol. XVII, pp. 163-194.

CANDIDO, Antonio. Eça de Queirós entre o campo e a cidade. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 137-156

CARNIEL, Jean Carlos. **O insólito e a crítica social nos textos ficcionais de Prosas bárbaras, de Eça de Queirós**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto Orientadora: Luciene Marie Pavanelo. São José do Rio Preto, 2019.

CARVALHO, Sergio Luís de. **Lisboa e os Nazis**. Lisboa: Parsifal, 2018.

CATROGA, Fernando. Positivismo In: MATTOS, António Campos. **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.

CESAR, Oldemiro. **Conselheiro Acácio, académico**. Lisboa: Livraria Peninsular, 1945.

CHAGAS, João. Eça de Queiroz. In: TREPA, José (org). **Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos**. Porto: Lello & Irmão, 1945. p. 359

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Primeira resposta a Eça de Queirós. *In*: MATOS, António Campos. **Polêmica - Eça de Queirós e Pinheiro Chagas - Brasil e Portugal**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2001.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da teoria**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

CORTESÃO, Jaime. **Eça de Queiroz e a Questão Social**. Lisboa: Portugalia, 1970.

COSTA, Francisco. Eça de Queirós visto por si próprio. *In*: SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950.

D'ARCOS, Joaquim Paço. Eça de Queirós e o século XX. *In*: SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950.

DAUDET, Leon. **Le stupide siècle XIX**. Paris: Nouvelle librairie nationale, 1922.

DIAS, Luis Augusto Costa. O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel do século XX). *In*: **Estudos do Século XX**, nº 07, 2007.

FARINHA, Luís. Jaime Cortesão na resistência republicana contra a ditadura e o Estado Novo. *In*: **Jaime Cortesão**. Lisboa: Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, 2020. pp. 55-75.

FERRO, António. [discurso] *In* SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. III - XXV.

FERRO, António. **Prêmios Literários (1934 - 1947)**. Lisboa: Edições SNI, 1950.

FIGUEIREDO, Fidelino. **História da Literatura Realista**. Lisboa: Anchieta, 1946.

FIGUEIREDO, Fidelino. **"...um pobre homem da Póvoa de Varzim..."**. Lisboa, Portugalia Editora, 1945.

FIGUEIREDO, Jackson de. "Augusto Shaw (ressurreição de um ensaio)". **Gazeta de Notícias**, Lisboa, 21 dez. 1927.

FOX, Ralph. **Portugal Now**. Lisboa: Tinta da China, 2006.

FRANÇA, José-Augusto. Grémio Literário II. *In*: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.

FRANÇA, José-Augusto. **O "Ano XX" - Lisboa 1946**. Lisboa: ICMN, 2015.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Antonio Candido**. disponível em [https://www.ebiografia.com/antonio\\_candido/](https://www.ebiografia.com/antonio_candido/), acessado em 25/05/2022.

FREELAND, Alan. **O Leitor e a Verdade Oculta - Ensaio sobre Os Maias**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GARMES, Helder. Final feliz: uma leitura do projeto literário de Eça de Queirós. *In*: SANTOS, Giuliano Lellis Ito, VANZELLI, José Carvalho e SOUSA, Márcio Jean Fialho. **A Obra de Eça de Queirós por leitores brasileiros**. São Paulo: Terracota, 2015, pp. 157-167.

GARMES, Helder. As fronteiras da civilização em Eça de Queirós. *In*: MOTTA, P. e FERNANDES, A. (orgs). **Literatura portuguesa aquém-mar**. Campinas: Komedi, 2005. pp. 53-71.

GARMES, Helder. Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós. In: **Congresso da história do livro e da leitura no Brasil: Cultura letrada no Brasil - objetos e práticas**, 2003, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2003

GÓES, Breno. **O século XIX concebeu a democracia** - uma leitura estético-política de Os Maias / orientadora: Izabel Margato ; co-orientadora: Isabel Pires de Lima. – 2018. 108 f.; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2018.

GÓES, Breno. O Fascismo da Língua e a Democracia em Literatura em O Primo Basílio. In: SANTOS, Giuliano Lellis Ito; PAVANELO, Luciene Marie; GARMES, Hélder; (Orgs.). **Novas leituras queirobianas: O primo Basílio e outras produções**. São Paulo: Editora Fi, 2019, pp. 407-414.

GÓES, Breno. Raposo no Divã. In: SIQUEIRA, José Carlos e SIQUEIRA, Ana Márcia. **A Relíquia do Mandarin**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 143.

GÓES, Breno. O Centenário de Eça de Queirós na Imprensa. **Cadernos de literatura comparada**, Universidade do Porto, nº 44, v. 1, pp. 291-302, jan. - jun. 2021.

GRAHAM, Robert. **The General idea of Proudhon's Revolution**. Disponível em <[http://dwardmac.pitzer.edu/ANARCHIST\\_ARCHIVES/proudhon/grahamproudhon.html](http://dwardmac.pitzer.edu/ANARCHIST_ARCHIVES/proudhon/grahamproudhon.html)>, acessado em 16/05/2020.

HAAPAMAKI, Michele. Writers in Arms and the Just War: The Spanish Civil War, Literary Activism, and Leftist Masculinity. In: **Left History**, v. 10, nº 2, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Theory of communicative action Vol. I**. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, Jurgen. **Structural Transformation in The Public Sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

HASTINGS, Max. **Inferno: o mundo em guerra (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

HENRIQUES, Raquel Pereira. **António Ferro - Estudo e antologia**. LISBOA: Publicações Alfa, 1990.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Linguagem e estilo de Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 59 - 108.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. São Paulo: ed. 34, 1999.

ITO, Giuliano Lellis. Os três Antônios: a recepção de Eça de Queirós na década de 40. In: **Convergência Lusíada**, Lisboa, n. 28, pp. 108 - 119, jul. - dez. 2012.

JAMESON, Fredric. **O Inconsciente Político**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

JOHNSTONE, Monty. As Internacionais. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 314 - 316.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30. **Análise Social**, Quarta Série, Vol. 28, No. 122., Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993a, pp. 555-588.

KUIN, Simon. **O braço longo de Mussolini**: os 'Comitati d'Azioni per l'Universalita di Roma' em Portugal. Lisboa: Cosmos, 1993, pp. 7-20.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEAL, Ernesto Castro. Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940). In: **História Crítica**, No. 56, Bogotá, abr. – jun. 2015.

LEMOS, Mario Matos. **1945 - Estado Novo e Oposição**. Lisboa: Palimage, 2019.

LIMA, Isabel Pires de. **As Máscaras do Desengano** – Para uma abordagem sociológica de Os Maias, de Eça de Queirós. Lisboa: Caminho, 1987.

LIMA, Isabel Pires de. A fadiga / a delícia das coisas (im)perfeitas: Ulisses / Fradique Mendes / José Matias. In: **Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito**. org. Secção de Estudos Franceses, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do Controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **Mimesis - desafio ao pensamento**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

LIMA, Luiz Costa. **Os eixos da linguagem**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

LINS, Álvaro. **História Literária de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Globo, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. **O fascismo nunca existiu**. Lisboa: Edições D. Quixote, 1976.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. In: **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, Georg. Trata-se do Realismo! In: BARRENTO, João. **Realismo, materialismo, utopia**. Lisboa: Moraes editora, 1978.

MARGATO, Izabel. Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação. **Via Atlântica**, Nº 13, junho de 2008. pp. 43-56.

MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro. **O Intelectual no Espaço Público**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MARQUES, A.H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

MARTINES, Enrico. Relações de Fernando Pessoa com *presença*. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, nº 12, 2003. pp. 45-61.

MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1953..

MARTINS, F.A. Oliveira. **O socialismo na monarquia**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1944.

MARTINS, F.A. Oliveira. Eça de Queirós, Oliveira Martins e a Vida Nova. In: SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950. pp. 151-183.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTA, Roberto da. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATOS, Alfredo Campos. **Sobre Eça de Queirós**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MATOS, Patícia Ferraz de. **As Cores do Império**. Representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

- MATOS, Alfredo Campos. **Eça de Queirós: uma biografia**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.
- MATOS, Alfredo Campos. Editores *In*: MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, pp. 507-510.
- MATOS, Alfredo Campos. Estátua de Eça em Lisboa. *In*: MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, pp. 571-573.
- MATOS, Alfredo Campos. Eça lido por Gaspar Simões. *In*: MATOS, Alfredo Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, pp. 478-487.
- MATOS, Sérgio Campo. A ideia de ditadura no círculo dos vencidos da vida. *In*: **Clio**, Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, Lisboa, 2000, pp.73-91.
- MEDINA, João. **Eça Político**. Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 159-238.
- MEDINA, João. **Rer Eça de Queirós - Das Farpas aos Maias**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- MELLO, Allyrio de. **Eça de Queiroz, o exilado da realidade**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.
- MÔNICA, Maria Filomena. Os fiéis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas. *In*: **Análise Social**, Universidade de Lisboa, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 711-733.
- MOREIRA, João. O PCP e o ‘Judas Trotsky’: 1920–1974. *In*: **Praxis Magazine**, 2017. Disponível em: <<https://medium.com/praxismag/pcp-e-trotsky-b513f71881a8>>, Acesso em: 24 dez. 2021.
- MUECKE, D.C. **A ironia e o irônico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- NASCIMENTO, Mariana Custódio do. **A palavra-pele**: sobre a possibilidade de uma estética da superfície no neo-realismo português. Tese de Doutorado. orientadores: Izabel Margato, António Pedro Pita. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2013.
- NERUDA, Pablo. **Crepusculário**. Tradução de José Eduardo Degrazia. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- NERY, Antonio Augusto. Eça de Queirós por António José Saraiva: ideias e ideais. **Revista Desassossego**, Universidade de São Paulo, v. 1, p. 60-69, 2010.
- NERY, Antonio Augusto. “A Geração de 70 e o Anticlericalismo”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, v. 01, p. 157-169, 2017.
- NEVES, José. Prefácio. *In*: FOX, Ralph. **Portugal Now**. Lisboa: Tinta da China, 2006, pp. 7-14.
- NEVES, José. O comunismo mágico-científico de Alves Redol. *In*: **Etnográfica**, vol. 11 (1), Lisboa, 2007, pp. 91-114.
- NEVES, Moreira das. **O Grupo dos Cinco**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1945.
- NOBRE, Roberto. Crítica e autocrítica em Eça de Queirós. *In*: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 605 - 638.
- Ó, Jorge Ramos do. **Os Anos de Ferro - O dispositivo cultural durante a “política do espírito”**. Lisboa: editorial estampa, 1999.
- OLIVEIRA, António de. Belisário Pimenta, historiador. *In*: **Revista Portuguesa de História** t. XXXV, Universidade de Coimbra, 2002.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. **Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vitor Ramos (1954 - 1974)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

OLIVEIRA, Alberto de. Como nos conhecemos. *In: TREPA, José (org). Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos*. Porto: Lello & Irmão, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho. Discurso de Ramalho Ortigão. *In: TREPA, José (org). Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos*. Porto: Lello & Irmão, 1945.

PACHECO, Cristina. Os integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional. **CLIO** - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa: Edições Colibri, 1997. pp. 137-152.

PAIVA, José Rodrigues de. Receção de Eça no Recife. *In: MATOS, Alfredo Campos (org). Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.

PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: os “Budás” e a oposição antisalazarista. **Portuguese Studies Review**, vol. 14, nº 2, Jul. 2006.

PEGORIN, Elisa. **Arquitetura e regime em Itália e Portugal**. Tese de Doutoramento enviada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, 2018.

PEREIRA, Daiane Cristina. **A mulher e o discurso masculino nos romances de Eça de Queirós**. Tese de doutorado. Orientador: Helder Garmes. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2019.

PEREIRA, Francisco Rodrigues. **Anti-Dimitrov**. Lisboa: Abrente, 2008.

PEREIRA, José Carlos. **As doutrinas estéticas em Portugal: do romantismo à presença**. Tese de doutoramento em Belas Artes. Universidade de Lisboa. 2009.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. *In: REIS, Luís da Câmara. Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Eça de Queirós visto através de suas cartas. *In: REIS, Luís da Câmara. Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

PESSOA, Alberto. **Ideias Médicas de Eça de Queirós**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1945.

PESSOA, Fernando. **Textos de Crítica e de Intervenção**. Lisboa: Ática, 1980.

PIMENTA, Belisário. Ideias militares de Eça de Queirós. *In: Revista Militar*, Vol. XCVII, Nº 11, Lisboa, 1945.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis - Rolão Preto e o fascismo em Portugal**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016.

PITA, António Pedro. **A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses**. Coimbra: ficina do CES, 1989.

PITA, António Pedro. A Intencionalidade e o Mundo dos Artistas - Mikel Dufrenne na fenomenologia francesa. *In: Revista Filosófica de Coimbra*, nº 9. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1996.

PITA, António Pedro. As vias da arte – A via curta e a via longa. *In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) Literatura e Revolução*, Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 11 - 28.

PITA, António Pedro. O neo-realismo entre a realidade e o real. *In*: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Novos realismos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PITA, António Pedro. A vida e a arte de António Ramos de Almeida. *In*: **A Vida e a arte de António Ramos de Almeida**. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu do Neo-realismo e Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. pp. 9-25.

PITA, António Pedro. “António Ramos de Almeida: singularidades de uma leitura”. *In*: **Convergência Lusíada**, n. 29, Lisboa, jan. - jun. 2013.

PITA, A. P. Consciência e história: ensaio de genealogia do discurso intelectual. *In*: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (org.). **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 27-37.

PIEDADE, Ana Nascimento. **Fradiquismo e Modernidade no Último Eça**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PIRES, António Machado. *A ideia de Decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega, 1992.

POUMARÈDE, Geraud. Le Cercle Proudhon ou l'impossible synthèse. *In*: **Mil neuf cent**: Revue d'histoire intellectuelle, Paris, n° 12, 1994.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **La Pornocratie** - La femme dans les temps modernes. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix et C<sup>e</sup> edituers, 1875.

QUENTAL, Antero de. A dignidade das letras e as literaturas oficiais. *In*: FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **Bom Senso e Bom Gosto** (A Questão Coimbrã) 1865/1866. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

QUEIROZ, António Eça. Conferência de António Eça de Queiroz. *In*: SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950. pp. 261 - 267.

QUEIROZ, António Eça. **Desafrenta à memória de Eça de Queirós**. Lisboa: Lello & Irmão, 1950.

RABY, David L. O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47. **Análise Social**, vol. XX (84), 1984, pp. 687-700.

RAFAEL, G. G. Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas?. **IRIS** - Revista de Informação, Memória e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 32-42, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93390>>. Acesso em: 16 maio 2020.

RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: o inventor do salazarismo**. Alfragide: D. Quixote, 2015.

RAMON, Viviane. **A revista Vértice e o neorrealismo português**. Coimbra: Angelus Novus, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. El barómetro de Madame Aubain. **El Hilo Perdido**. Buenos Aires: Manantial, 2015. pp. 17-33.

REAL, Miguel. **O último Eça**. Lisboa: Quidnovi, 2006.

RÉGIO, José. **Crítica e Ensaio**, vol.1. [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

RÉGIO, José. **No Eça, nem com uma flor se toca** - Eça visto por Régio - Organização, seleção e notas de Eugénio Lisboa. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

REIS, Carlos. **Estatuto e perspectivas do narrador em Eça de Queirós**. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

- REIS, Carlos. Antônio Sérgio Queirosiano. *In: Estudos Queirosianos*. Ensaios sobre Eça de Queirós e a Sua Obra. Lisboa: Presença, 1999.
- REIS, Carlos. Prefácio. *In: SACRAMENTO, Mário. Eça de Queiroz - Uma Estética da Ironia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- REIS, Carlos. Os meus Eças (3). *In: REIS, Carlos. Queirosiana*. 26 de janeiro de 2012. Disponível em <https://queirosiana.wordpress.com/2012/01/26/os-meus-ecas-3/>. Acesso em 16/07/2022.
- REIS, Carlos. **Introdução à Leitura d’Os Maias**. Paço de Arcos: Impresa Publishing, 2013.
- REIS, Carlos. Conselheiro Acácio (verbete). *In: REIS, Carlos (coord.) Dicionário de personagens da ficção portuguesa*. s.d. Disponível em: [http://dp.uc.pt/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=6:carlos-reis-coordenador&Itemid=129](http://dp.uc.pt/index.php?option=com_k2&view=item&id=6:carlos-reis-coordenador&Itemid=129).
- Consultado em 20/01/2021.
- REIS, Luís da Câmara. Nota Final. *In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 709 - 714.
- RIBEIRO, Carla. O “alquimista de sínteses”: António Ferro, a cultura e a propaganda em/de Portugal. *In: Propaganda, Cultura e Entretenimento em Portugal na primeira metade do século XX*. Arquivo Distrital do Porto: InED/ESEP; INET-md; CEPES/UP, 2016.
- RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. São Paulo: edições Loyola, 2000.
- RICOEUR, Paul. Prefácio. *In: Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus Editora, 1994.
- ROSAS, Fernando. **Portugal entre a Paz e a Guerra** (1939 - 1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder**. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- RUIVO, Marina Bairrão. Sem título. *In: MARQUES, Bernardo Bernardo Marques*. Macau: Fundação Oriente, 1991.
- SACRAMENTO, Mario. Na antecâmara de Eça de Queirós. *In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, pp. 589 - 604.
- SACRAMENTO, Mário. **Eça de Queiroz. Uma Estética da Ironia**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do Fascismo** [curso]. São Paulo: Universidade de São Paulo - Departamento de Filosofia, 2019. Disponível em [https://www.academia.edu/39801006/Psicologias\\_do\\_fascismo\\_curso\\_completo\\_2019](https://www.academia.edu/39801006/Psicologias_do_fascismo_curso_completo_2019) >, acessado em 25/05/2020.
- SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos**, Vol. II. Coimbra: Coimbra editora, 1936.
- SANTOS, Ary dos. **Eça de Queiroz e os homens de leis**. Lisboa: Portugalia, 1945.
- SANTOS, Sílvio Correia. **Da rádio estatal ao modelo integrado**. Compreender o serviço público da radiodifusão em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- SARAIVA, António José. **As Ideias de Eça de Queirós**. Porto: Editorial Inova Limitada, 1946.



- SARAIVA, António José. **A Tertúlia Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1995.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. **História da literatura portuguesa**. 15ed. Porto: Porto Ed., 1989.
- SARDINHA, António. O espólio de Fradique. In: AMARAL, Eloy do — MARTHA, M. Cardoso. **Eça de Queiroz: In Memoriam**. Coimbra: Atlântida. Livraria Editora, 1947.
- SEREM, Rubén. Portugal e a Guerra civil de Espanha (1936 - 1939): uma introdução. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 32, out. 2015, pp. 204-223.
- SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SPN. **Decálogo do Estado-Novo**. Lisboa: SPN, 1934.
- SCHILIRÓ, Luís Bensaja de. Queiroz, António Alberto Eça de. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.
- SCHWALBACH, Luiz. **Alguns elementos geográficos da obra de Eça de Queirós**. Lisboa: Portugália, 1945.
- SERGIO, António. Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós, In: PEREIRA, Lúcia Miguel; REIS, Luís da Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945
- SNI. **Eça de Queirós no centenário de seu nascimento**. Lisboa: Edições SNI, 1950.
- SIMÕES, João Gaspar. **Eça de Queirós: o homem e o artista**. Lisboa: Livros do Brasil, 1945.
- SIMÕES, João Gaspar. **Vida e obra de Eça de Queirós**. Amadora: Bertrand, 1980.
- SILVEIRA, Francisco Maciel. Primo Basílio (O): Uma sensação nova na imprensa carioca em 1878. In: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015. pp. 1072 - 1078.
- SOUSA, Frank F. **O Segredo de Eça - Ironia e ambiguidade em A Cidade e as Serras**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- TAMEN, Miguel. Eça de Queirós. In: FEIJÓ, António M., FIGUEIREDO, João R (eds.). **O Cânone**. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 223 - 226.
- TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa, Ed. Carninho, 1989.
- TORGAL, Luís Reis. **Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural** vols. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TRINDADE, Luís. Fado, futebol, Fátima, foices e martelos - combates pelo senso comum no século XX português. In: *Revista Intervalo*, nº 2, 2002.
- TRINDADE, Luís. **O Estranho caso do Nacionalismo Português - O salazarismo entre a literatura e a política**. In: Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- TRINDADE, Luís. Os excessos de abril. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Literatura e Revolução**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- TRINDADE, Luís. Dar espetáculo - A cultura em Portugal no Século XX. In: ROSAS, Fernando (org.). **O Século XX português**. Lisboa: Tinta da China, 2020.
- TREPA, José (org). **Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos**. Porto: Lello & Irmão, 1945.
- TRIGUEIROS, Luiz Forjaz. **O nacionalismo de Eça de Queirós**. Lisboa: s.ed., 1935.

VEIGA, Teresa Rodrigues. **A População portuguesa no século XIX**. Porto: CEPESE & Afrontamento, 2004.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILELA, Ana Luísa. O erotismo queirosiano I - sua construção ideológica e simbólica no discurso não ficcional *In*: MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015. pp. 537 - 547.

VOUILLOT, Eunice Malaquias. **Mário Sacramento, vida e pensamento**. Sementes de Liberdade. Lisboa: Campo da Comunicação, 2011.

### Textos de jornais e revistas não-acadêmicas (em ordem cronológica):

CHAVES, Castelo Branco. "O Conceito de revolução em Eça de Queirós". **Seara Nova**, Lisboa, n.º 205, 20 mar. 1930, pp. 201-203.

MIGUÉIS, José Rodrigues. "Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar - I", **Seara Nova**, Lisboa, n.º 220, 18 set. 1930a. pp. 58-61.

MIGUÉIS, José Rodrigues. "Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar - II", **Seara Nova**, Lisboa, n.º 222, 2 out. 1930b. pp. 87-90.

CHAVES, Castelo Branco. "Carta ao Ex.mo Sr. José Miguéis". **Seara Nova**, Lisboa, n.º 226, 13 nov.1930, pp. 148-149.

SÉRGIO, António. "Sociedade e espírito, ação política e sinceridade intelectual". **Seara Nova**, Lisboa, n.º 230, 25 de Dez. 1930, pp. 211-215.

MIGUÉIS, José Rodrigues. "Uma carta", **Seara Nova**, Lisboa, n.º 231, Lisboa, 29 dez. 1930, pp. 228-231.

NAMORADO, Joaquim. "Do neo-realismo. Amando Fontes". **O Diabo**, Lisboa, 31 dez. 1938.

NAMORADO, Joaquim. "Do neo-romantismo. O sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado". **Sol Nascente**, Lisboa, N.ºs. 43-44, fev.-mar. 1940.

"O círculo Eça de Queiroz vai inaugurar-se em breve em Lisboa". **Diário de Lisboa**, Lisboa, p. 2. 26 abr.1940.

"Uma carta". **O Diabo**. Lisboa, 11 mai. 1940.

"E o 'Círculo'". **O Diabo**. Lisboa, 26 out. 1940.

REIS, Luís da Câmara. [entrevista ao] **1º de Janeiro**. O Porto, 18 out. 1944.

FERRO, António. Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós. [Entrevista concedida ao] **Diário de Notícias**. Lisboa, 20 nov. 1944.

QUEIROZ, António Eça de. A propósito de uma crônica a cerca de Eça de Queirós. **Diário de Notícias**. Lisboa, 16 out. 1944.

FIGUEIREDO, Tomás de. "A Formação de um perfeito Acácio". **Aleo**. Lisboa, 05 nov. 1944.

- “Concursos para a ilustração das obras de Eça de Queiroz”. **Novidades**. Lisboa, 12 jan. 1945.
- MARQUES, Pedro Correia. “Falar Claro”. [editorial de] **A Voz**. Lisboa, 12 jan. 1945.
- “Nota do dia”. **Novidades**, Lisboa, 13 jan. 1945
- “Esclarecimento que se esclarece”. **Novidades** Lisboa, 17 jan. 1945.
- QUEIROZ, António Eça de. “Responde às Novidades”. **Diário Popular**, Lisboa, 18 jan. 1945.
- “Ainda o caso nacional de Eça de Queiroz”. **Novidades**, Lisboa, 20 jan. 1945.
- “Ecos e comentários”. **Novidades**, Lisboa, 21 jan. 1945.
- QUEIROZ, António Eça de. “Última resposta às Novidades”. **Diário Popular**, Lisboa, 22 jan. 1945.
- “O caso nacional de Eça de Queirós”. **Novidades**, Lisboa, 23 jan. 1945.
- “Apreciação dos romances de Eça de Queirós segundo um critério moral e religioso”. **Correio de Coimbra**, Coimbra, Jan. 1945. (*data não identificada*).
- “Ecos sem comentários.” **Novidades**, Lisboa, 30 jan. 1945.
- FERNANDES, Saul. “Eça de Queirós”. **Vértice**, Lisboa, Fascículo I, fev. 1945, pp. 43-44.
- COLAÇO, Tomás Ribeiro. “Carta a António Eça de Queiroz”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1945, p. 2.
- “Adiamento”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 mar. 1945.
- “Dois prêmios da colônia portuguesa do Rio de Janeiro”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 22 mar. 1945.
- MARTINS, Rocha. “Um antepassado de Eça de Queirós”, **Diário de Notícias**, Lisboa, 31 mar. 1945.
- “O grande acontecimento do centenário”. [anúncio publicitário em] **Diário de Notícias**, Lisboa, 22 jun. 1945.
- GOMES, Diamantino. “Eça a retalho - parte 5”. **As Novidades**, Lisboa, 22 jul. 1945.
- SALGADO, Plínio. “O Grupo dos cinco”. **Novidades**, Lisboa, 19 ago. 1945.
- FALCÃO, Vitor. “Evocação de Acácio”. **Diário de Notícias**. 05 set. 1945, p. 06.
- SALAZAR, Oliveira. “Devemos fazer a nossa vida sem sujeição...”. [discurso impresso no] **Diário de Notícias**, Lisboa, 08 out. 1945.
- PIMENTA, Belisário. Ideias militares de Eça de Queirós. **Revista Militar**, Vol. XCVII, Nº 11, Lisboa, nov. 1945.
- “Sociedade dos amigos da Democracia Portuguesa”. **Vértice**, Lisboa, nov. 1945, pp. 73-74.
- FERNANDES, Silveira. “Acácio desagradado”. **Aleo**, Lisboa, 24 nov. 1945.
- “A vida e a obra de Eça de Queirós”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 27 nov. 1945.
- DANTAS, Júlio. [discurso]. **Diário de Notícias**, Lisboa, 25 nov. 1945.
- “A conferência de ontem no Centenário” **Diário de Notícias**, Lisboa, 04 dez. 1945.
- AMEAL, João. “Uma aparência para cada um”. **Diário de Notícias**. 05 dez. 1945.

MARTINS, Rocha. “Em volta de um livro do pai de Eça de Queirós”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 10 dez. 1945.

“Nota do Dia”. **As Novidades**. Lisboa, 12 dez. 1945.

“Prêmios literários de *O primeiro de Janeiro*”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 dez. 1945.

CORTESÃO, Jaime. “Reflexões sobre Eça de Queirós” in **Seara Nova**, Lisboa, nº 959, 29 dez. 1945, pp. 284-288.

“Uma brilhante conferência do Conde da Aurora sobre o autor português”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 05 jan. 1946.

“Acabaram as comemorações oficiais do centenário de Eça de Queirós”. **Novidades**, Lisboa, 05 fev. 1946.

“O encerramento das comemorações do centenário de Eça de Queirós”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 05 fev. 1946.

SALAZAR, Abel. “A personalidade objetiva de Eça de Queirós”. **Afinidades**, Lisboa, nº 16, fev. 1946, pp. 26-34.

TRIGUEIROS, Forjaz. “Como foi comemorado em Portugal o Centenário de Eça de Queirós”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1946.

“Acaba de ser posto à venda o Livro do Centenário de Eça de Queirós”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1946.

“Filósofo Acácio”. **A Nação**, Lisboa, 15 jun. 1946, p. 3.

LEITE, José Roberto Teixeira. “As ideias do sr. Paulo Silveira”. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, nº 30, 28 jul. 1956, p. 20.

MESQUITA, Mário. “O perfeito antifascista”. **Público**, Lisboa, 28 fev. 1999.

MOTA, Margarida. “Hitler salvou-nos do ataque espanhol”. **Expresso.pt**, Lisboa, 03/11/2009. Disponível em <<https://expresso.pt/actualidade/hitler-salvou-nos-de-ataque-espanhol=f545181>>, acessado em 11 abr. 2022.

JESUS, Jorge. [entrevista]. **Record.pt**. Lisboa, 29 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-bwin/benfica/detalhe/entrevista-a-jorge-jesus-ao-minuto-885899>>, acessado em 15 jul. 2022.

MATOS, Alfredo Campos. “Autor de *Eça de Queiroz. Uma Biografia* fala de sua paixão pela obra do escritor português e de como foi realizar este trabalho”. [entrevista concedida ao] blog do **Ateliê Editorial**. 12 mar. 2015.

Disponível em: “<https://blog.atelie.com.br/2015/03/7602/#.YcgHBBPMKYU>”. Acessado em: 26 dez. 2021

VIANA, Clara. “*Os Maias* deixam de ser leitura obrigatória no secundário.” **Público**, Lisboa, 18 jul. 2018. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2018/07/18/sociedade/noticia/os-maias-deixam-de-ser-leitura-obrigatoria-no-secundario-1838325>>. Acessado em 14 jul. 2022.

FONSECA, Senos. “No cinquentenário da morte de Mário Sacramento”. **O Ilhavense**, Ílhavo, 30 nov. 2019.

MENDES, Luís Felipe Castro. “Eça de Queirós não escrevia bem”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 21 nov. 2020. Disponível em:

<<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/21-nov-2020/eca-de-queiros-nao-escrevia-bem-13049545.html>>. Acessado em 15 jul. 2022.

“Parlamento aprova concessão de honras de Panteão Nacional a Eça de Queiroz”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/cultura/parlamento-aprova-concessao-de-honras-de-panteao-nacional-a-eca-de-queiroz-13232515.html>. Acessado em 14 jul. 2022.

QUEIRÓS, Luís Miguel. “Discutir o racismo n’Os Maias é ensino responsável ou ameaça à autonomia da literatura?”. **Público**, Lisboa, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/04/03/culturaipilon/noticia/discutir-racismo-n-ensino-responsavel-a-meaca-autonomia-literatura-1957037>, acessado em 15 jul. 2022.

CORTEZ, António Carlos. Os Maias, o racismo ou a visão estreita das coisas. **Público**, Lisboa, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/03/09/culturaipilon/noticia/maias-racismo-visao-estreita-1953568>, acessado em 15 jul. 2022.

MATEUS, Isabel Cristina. Ainda a propósito de *Os Maias*. **Público**, Lisboa, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/03/17/culturaipilon/noticia/proposito-maias-1954813>, acessado em 15 jul. 2022.

## Correspondência:

CAMPOS, Silveira. [carta] 16 mar. 1944, Póvoa do Varzim [para] António Ferro, Lisboa. 1 fl. Informa que está ciente das comemorações do centenário. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

LELLO, Irmãos. [carta] 5 jan. 1945, Porto [para] António Eça de Queirós, Lisboa. 2 fls. Especifica tecnicidades sobre ilustrações. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

ALMEIDA, A. Tavares de. [carta] 13 jan. 1945, Lisboa [para] Pais de Figueiredo, Lisboa. 2 fls. Em nome do SNI, solicita a publicação de regulamento e presta esclarecimentos. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

QUEIROZ, António Eça de. [carta] 17 jan. 1945b, Lisboa [para] Pais de Figueiredo, Lisboa. 2 fls. Responde a notícias sobre seu pai publicadas em 12 e 13 jan. no jornal “Novidades”. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021.

FIGUEIREDO, Pais de. [carta] 19 jan. 1945, Lisboa [para] António Eça de Queiroz, 1 fl. Responde a anterior. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021.

QUEIROZ, António Eça de. [carta] 23 jan. 1945c, Lisboa [para] Pedro Correia Marques, Lisboa. 1 fl. Reclama de texto do destinatário publicado no jornal “A Voz”. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021.

ANÔNIMO, [carta] 5 fev. 1945, Paços de Ferreira [para] SNI, Lisboa. 1 fl. Acusa Eça de Queirós de pornografia. Arquivado na Fundação Eça de Queirós; PT FEQ APAEQ B/A-021.

FERRO, António. [carta] 19 abr. 1945. Lisboa [para] Martinho Nobre de Melo. Pede que sejam enviados convites a Vianna Moog e Álvaro Lins para viajarem a Lisboa e participarem do centenário queirosiano. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

KOVESTEG, Kirakyi, [carta] 25 abr. 1945, Lisboa [para] António Ferro. 1 fl. Diz que adoraria informar Ferro sobre eventuais queirosianos húngaros, mas já faz semanas que não consegue sequer se comunicar com seu próprio país. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

FERRO, António. [carta] 25 jun. 1945b, Lisboa [para] Irmãos Lello. 1 fl. Anuncia os vencedores do concurso de ilustrações. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

QUEIROZ, António Eça de. [carta] 25 jun. 1945e, Lisboa [para] Pastor de Macedo, Lisboa. 2 fls. Pede o adiamento do espetáculo teatral *Os Maias*. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

FERRO, António. [carta] 09 jul. 1945c, Lisboa [para] Vitorino Nemésio, Lisboa. 1 fl. Pede uma conferência sobre o tema “Eça de Queirós, o paisagista”. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

FERRO, António. [carta] 09 jul. 1945d, Lisboa [para] Manuel de Paiva Boléo, Coimbra. 1 fl. Pede uma conferência sobre o tema “O realismo em Eça de Queirós”. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

FERRO, António. [carta] 02 ago. 1945e, Lisboa [para] Hernani Cidade, Lisboa. 1 fl. Pede uma conferência queirosiana de tema livre. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

SALGADO, Plínio [carta] 05 ago. 1945, Lisboa [para] António Ferro, Lisboa. 1 fl. Recusa convite para contribuir para o centenário queirosiano. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

TRIGUEIROS, Luis Forjaz [carta] 14 dez. 1945, Lisboa [para] Pierre Hourcade, Lisboa. 1 fl. Negocia a data de uma conferência. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

QUEIROZ, António Eça de. [carta] 18 nov. 1945f, Lisboa [para] Direção do Grémio Literário. 1 fl. pede a recolocação de tapetes na sede cedida para a exposição queirosiana. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

## Outras fontes:

SNI. Concurso de artigos na imprensa [minuta de regulamento]. 1 nov. 1944. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

SNI. Concurso de roteiros cinematográficos [minuta de regulamento]. 21 dez. 1944 (aprox.). Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

SNI. Concurso de ilustrações [minuta de regulamento]. 11 jan. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9.

FERRO, António (provável). manuscrito com diretrizes para o centenário de Eça de Queirós. 19 mar. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9. (cap. II nota 51)

SNI. Nota para a imprensa sobre exposição queirosiana. 17 dez. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9. (cap. II nota 53)

SNI. Lista de intelectuais candidatos [manuscrito]. 21 abr. 1945. Arquivado na Torre do Tombo; PT/TT/SNI-GS/28/9. (cap. II nota 48)

ROSAS, Fernando. “O centenário da *Seara Nova*”. [Episódio do Podcast] **Convocar a história**, 21/07/2021.

## JORNAIS CONSULTADOS

(obs.: vicissitudes de várias ordens, que incluem a pandemia da COVID-19, questões de tempo, dinheiro e mesmo as condições materiais de certos arquivos, infelizmente acabaram por impedir de todo a consulta aos jornais da cidade do Porto. O caso é

*especialmente lamentável em relação ao jornal O Primeiro de Janeiro, cujo suplemento literário que eu estou certo de conter informações úteis encontrava-se em fase de restauração na Biblioteca Municipal do Porto.)*

A República (Lisboa): 1945, 1946

A Manhã (Rio de Janeiro): 1944

A Voz (Lisboa): 1945

A Voz do Operário (Lisboa): 1945

Correio da Manhã (Rio de Janeiro): 1945

Diário de Lisboa (Lisboa): 1944, 1945, 1946

Diário de Notícias (Lisboa): 1944, 1945, 1946

Diário de Notícias (Rio de Janeiro): 1945

Diário Popular (Lisboa): 1945, 1946

As Novidades (Lisboa): 1945, 1946

Vitória (Lisboa): 1945, 1946

## **REVISTAS CONSULTADAS (p/ ano)**

Afinidades: 1945, 1946

Aleo: 1944, 1945, 1946

O Diabo: 1940

Litoral: 1945

Mocidade Feminina Portuguesa: 1945

Mundo Gráfico: 1945

A Nação: 1945

Mundo Literário: 1946

Vértice: 1943, 1944, 1945, 1946

## **ARQUIVOS CONSULTADOS**

*(A pandemia da COVID-19 infelizmente acabou por impedir as visitas a dois arquivos fundamentais: a Fundação António Quadros (Rio Maior), onde se encontra o espólio de António Ferro, e o Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira).*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).

Biblioteca Municipal do Porto. (Porto)

Espólio de Jaime Cortesão (Lisboa).

Fundação Eça de Queirós (Baião).

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Biblioteca Nacional (Lisboa).

Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).



## FOTOGRAFIAS EM ANEXO

**Fig. 1 - A estátua *Eça de Queiroz e a verdade*, em Lisboa**



*Esta estátua de mármore foi removida do Largo Barão de Quintela e substituída por uma réplica em bronze, devido a danos sofridos pela peça original.*

Fotografia tirada por Chaves Cruz.

Fonte: *Blog Lisboa de antigamente*.

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/11/monumento-eça-de-queiroz.htm>

1

Consultado em 30/09/2021

**Fig. 2. - O Círculo Eça de Queirós**



*O salão principal do Círculo, em Lisboa. As coroas de louro adornando a parte superior da parede estão sublinhadas por nomes de figuras ilustres da Geração de 70 e do grupo dos Vencidos na Vida, o que endossa a hipótese de que o Estado Novo tentou apropriar-se desse legado.*

Fotógrafo desconhecido.

Fonte: *site* oficial do Círculo Eça de Queiroz.

<http://circuloecadequeiroz.com/>

Consultado em 10/10/2021

**Fig. 3 - Inauguração do *Círculo Eça de Queirós***



*Banquete inaugural do Círculo. Na foto, vemos o diretor do Diário de Notícias, Augusto Castro, (esq.) e António Ferro (dir.)*

*Acervo do Diário de Notícias.*

Fonte: Site do Diário de Notícias

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/19-dez-2020/-circulo-eca-de-queiroz-comemora-80-anos-13155171.html>

consultado em 02/01/2022

**Fig. 4: *Basílio* - Ilustração de Bernardo Marques**



*Basílio (de O Primo Basílio) pelo traço de Bernardo Marques.*

autor: Bernardo Marques

fonte: Site da Fundação Gulbenkian

<https://gulbenkian.pt/agenda/ilustradores-das-obras-queirosianas-no-fundo-documental-da-biblioteca-de-arte/>

consultado em 02/01/2022



**Fig. 5: Painel representando os Vencidos na Vida**



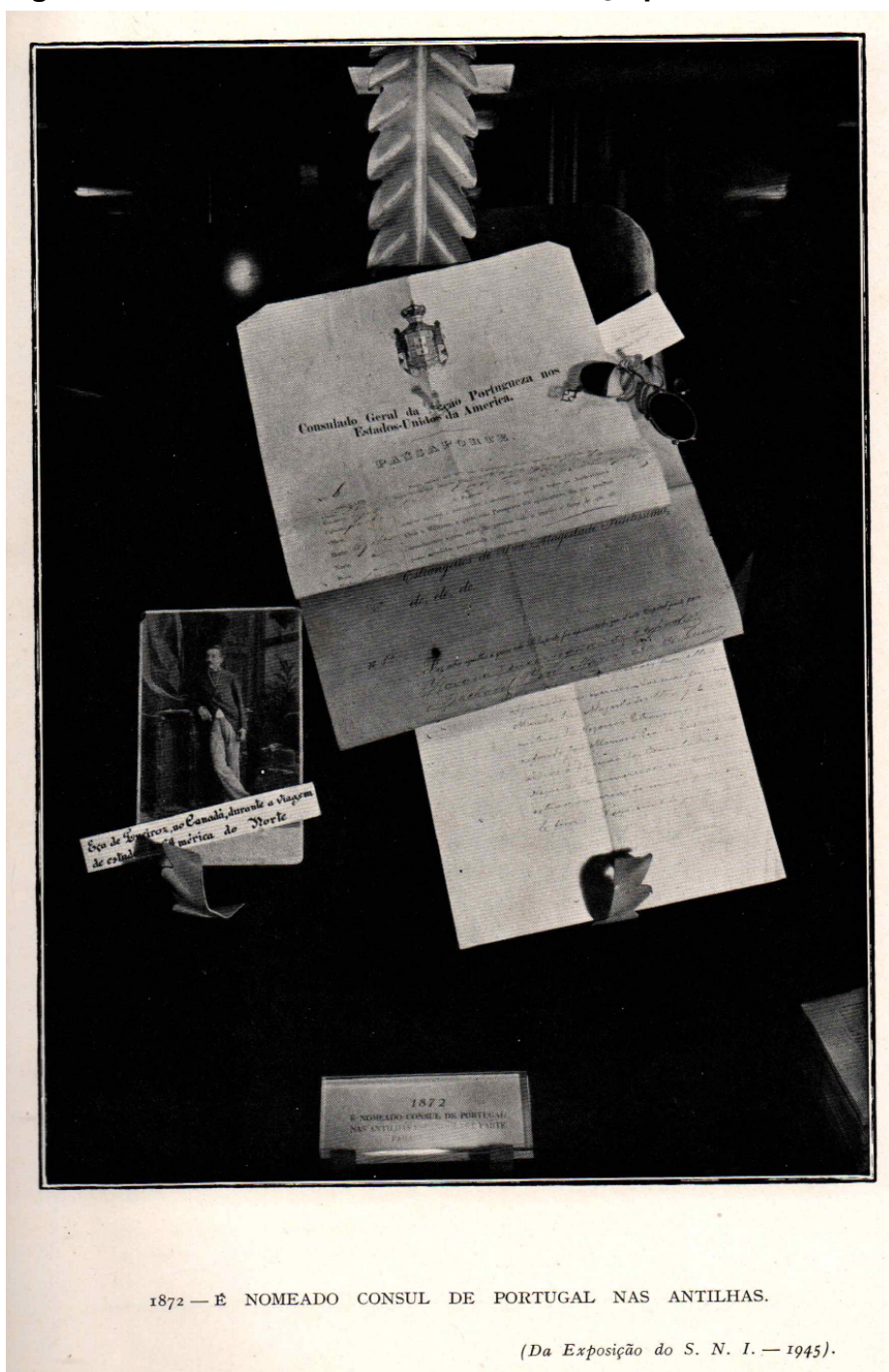
OS VENCIDOS DA VIDA.

(Da Exposição do S. N. I. — 1945).

Exposição queirosiana do SNI, no Grémio Literário. Em destaque, um painel representando os “Vencidos na Vida”, produzido por Manuel Rodrigues da Lapa, Carlos Botelho e Roberto de Araújo. À frente, o que parece ser o diorama representando o Passeio Público. Note-se, no chão, os tapetes do Grémio. António Eça fez questão de que eles não fossem removidos para a exposição.

Fonte: SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950, p. 162.

**Fig. 6: Documentos referentes à ida de Eça para Cuba.**



*Documentos referentes à nomeação de Eça para cônsul em Cuba, em 1872, tal como foram dispostos na exposição do SNI. Uma parte considerável dessa exposição consistiu em arranjos como este: documentos entremeados por enfeites.*

Fonte: SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950, p. 74.



**Fig. 7: Reconstituição de um cômodo da casa de Eça de Queirós**



*A exposição do SNI foi pródiga na reconstituição de ambientes domésticos de Eça, utilizando móveis de época. Foi um esforço mais evocativo do que documental: não há precisão quanto ao cômodo que recria, nem a qual das diversas casas habitadas por Eça ele teria pertencido.*

Fonte: SNI. *Eça de Queirós no centenário de seu nascimento*. Lisboa: Edições SNI, 1950, p.122